

RETÓRICAS DO FASCISMO

**PROCESSOS DE DIFUSÃO E RECEPÇÃO DO ESTADO
NOVO NO CONTEXTO DOS PROCESSOS DE TRANSIÇÃO
INSTITUCIONAL DA EUROPA DA NOVA ORDEM**

**Tese de Doutoramento em História Contemporânea
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa**

Preponente: José Reis Santos

Orientador: Professor Doutor Fernando Rosas

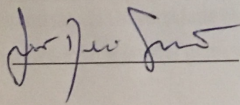


Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Doutor em História Contemporânea realizada sob a
orientação científica do Professor Doutor Fernando Rosas

Apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente.
O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas
no texto, nas notas e na bibliografia.

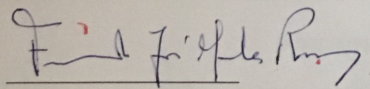
O candidato,



Lisboa, 31 de Janeiro de 2018

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a
designar.

O orientador,



Lisboa, 31 de Janeiro de 2018

Requerimento para Defesa de Dissertação de Doutoramento

Exmo. Senhor
Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Nome José Miguel Pereira dos Reis Santos

N.º de Aluno 13315, residente em Urbanização da Portela, rua Júlio Dinis, n. 2, 1º andar
Código-Postal 2685-215, Localidade Portela-LRS

Telefone/ n.º: +351 91 666 52 60 com o Cartão de Cidadão/Passaporte nº 10290568

Valido até 11/ 06/ 2019, email josereissantos@gmail.com

licenciado(a) em Relações Internacionais, com a classificação de 12 valores pela Universidade Lusitana e Mestre em História Contemporânea com a classificação de 16 valores pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

vem requerer a V. Ex.ª se digne autorizá-lo(a) a prestar provas de Doutoramento no Ramo de História

Especialidade de História Contemporânea

orientado(a) pelo(a) Professor Doutor Fernando Rosas

anexando-se para o efeito 2 exemplares em suporte digital da dissertação; com o título **Retóricas do Fascismo. Processos de difusão e recepção do Estado Novo no contexto de transição institucional da Europa de Nova Ordem**

2 exemplares em suporte digital do *curriculum vitae* e um exemplar do Certificado(s) de Licenciatura e Mestrado.

Assinalar se for o caso:

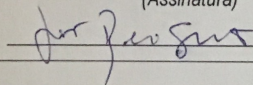
Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor associado ao título de Doutor Europeu. (Verificar protocolo e requisitos).

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em regime de Cotutela com _____

Pede deferimento,

Lisboa, 31 de 01 de 2018

(Assinatura)



Para ti Luka.

RETÓRICAS DO FASCISMO: PROCESSOS DE DIFUSÃO E RECEPÇÃO DO ESTADO NOVO NO CONTEXTO DOS PROCESSOS DE TRANSIÇÃO INSTITUCIONAL DA EUROPA DA NOVA ORDEM

Tese de Doutoramento em História Contemporânea apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Preponente: José Reis Santos

Orientador: Professor Doutor Fernando Rosas

PALAVRAS-CHAVE: Fascismo comparado, Estado Novo, António Oliveira Salazar, Portugal, Propaganda, Intelectuais.

KEYWORDS: Comparative Fascism, New State, António Oliveira Salazar, Portugal, Propaganda, and Intellectuals.

Abstracto: este trabalho académico propõe-se tratar os mecanismos de difusão e de recepção do Estado Novo (português) no contexto dos processos de transição institucional da Europa da Nova Ordem na perspectiva da máquina de propaganda e da diplomacia lusitana. Esta tese insere-se, então, no campo da literatura académica que se tem dedicado ao estudo comparado dos fascismos e dos autoritarismos do entre-guerras e que, mais recentemente, se tem interessado em explorar as linhas de contacto entre diferentes regimes e actores políticos, intelectuais e Homens de Letras a actuarem nestes espaços, áreas anteriormente pouco consideradas pela academia. Procuramos assim, através de uma leitura interpretativa, contextualizada e comparada, entender como a ideia e a imagem do Estado Novo, de Portugal, e de António de Oliveira Salazar – o indisputado líder da revolução nacional portuguesa -, eram disseminadas e transportadas para o panorama intelectual europeu do entre-guerras, como e por quem eram recebidas, e que impacto produziam tais materiais de propaganda política, e onde.

Abstract: This body of work has the intention to explore the mechanisms of diffusion and reception of (Portuguese) *Estado Novo* in the context of institutional transition processes in the Europe of the New Order, in the perspective of the Lusitanian propaganda machine and its diplomatic corps. This thesis belongs to the academic field that has been devoted to the comparative study of fascism and authoritarianism in the inter-wars, that recently has been interested in exploring the lines of contact between different regimes and political actors, intellectuals and men

of letters, and work these spaces and areas previously disregarded by the academy and the literature. Thus, through an interpretative, contextualized and comparative interpretation, we seek to understand how the idea and image of *Estado Novo*, Portugal, and António de Oliveira Salazar - the undisputed leader of the Portuguese national revolution - were disseminated and transported to the inter-wars intellectual landscape, how and by whom they were received, and what impact these propaganda materials produced and where.

Índice	Página
Agradecimentos	10
Introdução, ensaio bibliográfico e críticas de fontes	12
Parte 1.	52
O Corporativismo (integral) de Salazar e as redes internacionais das revoluções conservadoras da Nova Ordem dos anos 30. Recepção e influências.	
Educação e evolução político-ideológica de António Oliveira Salazar como elemento de legitimação (internacional) do Estado Novo.	57
O processo constitucional do Estado Novo em perspectiva comparada (1931 – 1933)	123
Uma curta radiografia político-constitucional da Europa de 1935.	146
Parte 2:	153
Mecanismos de propaganda e estratégias de difusão da narrativa do Estado Novo.	
A máquina do SPN	156
Intelectuais na defesa (internacional) do projecto do Estado Novo	198
Parte 3.	222
O Estado Novo como uma 3ª via na Nova Ordem?	
As entrevistas de Ferro a Salazar	222
A retórica do Estado Novo na procura de uma terceira via na Nova Ordem internacional: <i>Une Revolution dans la Paix e Comme on Relève un État</i>	227
Um filho de Roma. Interpretações estrangeiras sobre a Constituição de 1933	235
Alguns apontamentos sobre a influência do constitucionalismo português no debate sobre a teoria do Estado	249
O Estado Novo na Europa periférica. Notas sobre relatórios político-diplomáticos.	256
Conclusões	308

Bibliografia	318
Anexos	
Anexo 1 Publicações e aquisição de livros pelo SPN entre 1934 e 1939	342
Anexo 2 Boletim do SPN, datado de 18 Fevereiro 1935 sobre imprensa estrangeira	348
Anexo 3 Personalidades com quem o Secretariado de Propaganda Nacional desenvolveu relações privilegiadas entre 1932 e 1951, enviando-lhes directamente informação produzida pelos serviços do SPN	352
Anexo 4 Recortes espanhóis de uma visita a Portugal	354
Anexo 5 O debate Constitucional francês de 1934 (Governo Doumergue)	360
Anexo 6 Palestras e colóquios sobre o Estado Novo realizados no estrangeiro. Mais exemplo.	371

Agradecimentos

Não existem teses de doutoramento que de façam sozinhas. Elas são da responsabilidade intelectual de quem as escreve, é certo, mas reflectem processos longos, pessoais e institucionais. Neste sentido, e por esta dissertação representar quase 10 anos de trabalho, e de ter percorrido uma mão-cheia de países, de arquivos e/ou universidades, tenho como imaginam um bom par de dezenas de pessoas a quem agradecer, de colegas a académicos, amigos e conhecidos, à família, e ao conjunto curto e selecto de pessoas que tenho mais próximas de mim. Assim, e começando cronologicamente, queria agradecer a quem de Lisboa me tem acompanhando desde que me inscrevi no Mestrado em História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, altura onde trabalhei sobre eleições no Estado Novo. Desta alargada banda de historiadores e cientistas políticos, muitos colegas da *Torre* (do Tombo), da Biblioteca Nacional, da esplanada da FCSH ou do bar do ICS, destacava, entre outros, Rita Almeida Carvalho, Marina Costa Lobo, Fátima Patriarca, Goffredo Adinolfi, Pedro Faria, Diogo Moreira, Filipa Raimundo, Ricardo Revez, António Araújo, Maria Alice Samara, Carlos Jalali, Luis de Sousa, Ricardo Marcci, Marco Lizi, Luciano Abreu, Fernanda Rollo, e as dezenas de funcionários dos diversos arquivos que consultei, em especial os da Torre do Tombo e do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Ainda em Lisboa, mas com destaque próprio, encontram-se o meu orientador, o Professor Fernando Rosas, fonte de inspiração permanente desde o momento em que me aventurei no campo do estudo da História contemporânea, e o António Costa Pinto que me transportou para o mundo aberto da história (e ciência política) comparada. A ambos o meu muito obrigado.

Em Budapeste, onde resido desde que recebi convite do Constantin Iordachi para ser Reserach Fellow no departamento de História da Central European University (2010-2013), queria agradecer, além do próprio Constantin, ao conjunto de colegas com quem tive a oportunidade de transportar e debater os meus temas *portugueses* para uma audiência internacional e comparativa que, julgo, em muito auxiliaram este trabalho. De entre outros, de tantos com quem aprendi e troquei ideias, queria destacar Zsofia Lorand, Blaz Kosovel, Piotr Wcislik, Marita Alban

Juarez, Luka Lisjak, Ferenc Lacso, Balazs Trencsenyi, Blaz Koseval, Zoltan Dujisin, Charlotte Szalachy, Elena Stavrevska, Renata Hall, Izabella Surwillo, Elene jibladze, Kristof Szombati, Daniel Izsak, Tina Magazzini, Polina Georgescu, Philip Thaler, Lela Rekhviashvili, Artak Galyan, Joanna Kostka, Natasha Kusmina, Timea Pal, Biljana Javanovic, Natalia Peral, Bernhard Knoll, Anne Epstein, Margaryta Rymarenko, Georgiana Turculet, Karla Koutkova, José Santana Pereira, Alena Ivanova, Gyongy Maté, João Pereira, Fred Raposo, João Henriques, Vasco Janeiro.

Finalmente, do ponto de vista pessoal, não podia não deixar uma palavra a quem me tem acompanhado nesta quase década de labuta, em especial aos meus pais e meus irmãos, ao meu *gémeo* e resto da família Pereira dos Reis e Aniceto, e depois a Sandra Falcão, Raquel Freire, Hugo Pereira, Pedro Baptista, Gabriel Richard-Molard, Desmond O'Toole, Paula Cristina Marques, Susana Santos, José Pereira, Paula Gil, Cândida Pinto, Duarte Marques, Duarte Cordeiro.

E por fim, por também vivermos no presente, agradeço e dedico esta tese à Ana Todorovič.

A todas e todos, o meu muito obrigado. Vocês inspiram-me diariamente.

Introdução, ensaio bibliográfico e críticas de fontes

Introdução contextualizadora de uma tese de doutoramento.

Qualquer trabalho de natureza académica, especialmente se inserido numa disciplina como a História, subentende um caminho que convida o investigador a uma longa viagem. De uma ou várias nascentes, e através dos imprevistos escondidos entre as estantes dos arquivos e na bibliografia coeva e contemporânea, procuramos dirigir da melhor maneira o que consideramos ser um contributo para a área de especialidade na qual desejamos depositar reflexões resultantes do labor da nossa investigação crítica e prospectiva. E este é um percurso raramente directo, especialmente se assumirmos o ofício de historiador como o de uma personagem curiosa, meticulosa e multidisciplinar, de alguém preocupado em cruzar saberes de várias áreas e em explorar linhas de investigação dispersas e complementares. Mas hoje, devido à crescente intensificação da vida académica, da pressão em publicar e em se construir um currículo definido por objectivos excessivamente quantitativos, muitas áreas das ciências sociais dedicam-se apenas em rentabilizar investigação através de uma constante sequência de papers de 8000 palavras, a maioria dedicada à análise de resultados produzidos por métodos quantitativos cada vez mais sofisticados. Ora não deve ser este, em nosso entender, o trabalho do historiador. Este deve acrescentar o detalhe da sua investigação original, empiricamente imaculada, à literatura geral e comparada sobre determinado tema, e produzir um conjunto de reflexões e/ou sínteses, que acrescentem complexidade e profundidade ao período histórico no qual intervém, usando para o efeito, intercaladamente, áreas como a história política e institucional, história do Direito, estudo de elites, história intelectual e social, estudos urbanos e culturais, etc.

O caminho percorrido por este trabalho assume este trilho exploratório. Origina num pequeno riacho, viela curta que sobriamente pretendia comparar os eleitoralismos autoritários na Época dos Fascismos partindo do processo de transição constitucional e eleitoral português para depois o inserir no contexto do desmantelamento das instituições liberais e de construção de modelos autoritários alternativos ao liberalismo que com intensidade ocorre no período entre-guerras

européu, em especial na segunda metade dos anos 30. Depois, como em tantos outros projectos, calçou caminhos próprios, acrescentando fontes de diversas ribeiras, num complexo rendilhado que, esperamos, tenha transformado o plano apresentado em 2011 numa versão mais maturada, intelectual e academicamente, e de maior interesse para os estudos comparados sobre os fascismos, e sobre a primeira fase do Estado Novo português (1926-1945).

Sob os pressupostos das nossas intenções originais, de panorâmica geral macro-sistémica, e com cruzamentos metodológicos entre a história e a ciência política, pretendíamos apreciar em detalhe as nuances endógenas associadas à fórmula portuguesa de substituição institucional do modelo demo-liberal vigente durante a I República por um novo sistema de natureza autoritária e corporativa assumidamente filial do modelo fascista italiano e devidamente inserido na segunda vaga dos autoritarismos europeus do entre-guerras. Depois, interessava-nos seguir o debate que durante o interregno administrativo de 1926/1933 ocorreu no seio da Ditadura Militar (em especial entre 1931 e 1933), rastrear as suas diferentes propostas, analisar comparativamente os pilares institucionais do novo sistema político português e o modelo de participação política (validados plebiscitariamente na Constituição de 1933, e nos códigos eleitorais de 1934), introduzindo este processo na genealogia transicional do período entre-guerras, com ênfase nas características constitucionais e eleitorais dos (novos) sistemas políticos europeus. Tínhamos assim a intenção de - à luz do caso português - mergulhar no debate teórico que sustentava a manutenção de actos eleitorais em regimes autoritários da Europa dos anos 30, perceber as suas características (técnicas), as particularidades e as funções das instituições de representação edificadas, as características dos seus ocupantes, e entender a validade e o porquê de se manterem activas tais estruturas e actos eleitorais em regimes assumidamente anti-liberais e anti-parlamentares. Finalmente, pretendíamos identificar e seguir os debates e propostas alternativas que existiram nos momentos de edificação do quadro legal de cada um destes sistemas eleitorais, numa perspectiva comparada.

Para este efeito, importa reter que o período entre 1918-1939, apesar do domínio inicial de modelos parlamentares de representação plural, rapidamente se tornaria num enorme espaço laboratorial, fértil e apto para a aplicação de experiências políticas condizentes com as (novas) doutrinas e ideologias da época, e subsequentes práticas culturais e ensejos de renovação identitária (trans)nacional, em especial nos países emergentes do novo mapa político europeu do pós Guerra. Neste ponto, existem claras diferenças entre o início dos anos 20, momento de intensa (re)definição político-institucional no continente europeu, e os meados dos anos 30, altura onde, depois das classes políticas (e oligarquias) dominantes verificaram a incompatibilidade dos sistemas de matriz liberal gerarem políticas públicas eficazes na contenção da revolução social e enquadrarem pacificamente as classes trabalhadoras, diversas formas autoritarismo assumiram a prevalência sistémica do espaço europeu, com nuances e variações adaptadas a cada contextos específico, variando estas do presidencialismo cesarista à ditadura régia, do fascismo ao totalitarismo ou corporativismo de inspiração vaticanista. Interessa também realçar que estes regimes autoritários, apresentados muitas vezes como (contra) revolucionários e de tipo-novo, e depois de promoverem lentos processos de transição constitucional (assentando muitas vezes a sua legalidade na legitimidade revolucionária conquistada depois de golpes de Estado), mantiveram formas eleitorais de legitimação das suas instituições, conservando não só activos diversos processos eleitorais mas criando instituições de representação das elites de cariz parlamentar (e profissional), se bem que distantes das definições atomistas herdadas da revolução francesa (o cidadão-eleitor) e próximas de fórmulas de consagração orgânica da sociedade (chefe de família) ou de sectores escolhidos da coletividade nacional¹.

Os anos imediatamente a seguir à Grande Guerra são ainda marcados por grandes transformações sociais, culturais e intelectuais, por um forte movimento migratório intra-europeu (que acompanhava as disputas espaciais consequentes dos

¹ São vários os exemplos de edificação de estruturas institucionais de exclusiva ou parcial representatividade selectiva, como são exemplos a legislação eleitoral polaca de 1935 que consagrava como eleitores pessoas de idoneidade moral reconhecida pelo Estado, a Lei XXIII húngara de 1926 que legislaria a nova Câmara Alta, ou a lei eleitoral lituana de 1931 que previa a eleição do Presidente da República «por representantes extraordinários da Nação», já para não referir a capacidade de

diversos tratados de paz), pelo fim da *Belle Époque* liberal, eurocêntrica e imperial e pela abertura de uma era de enormes possibilidades, experiências e (re)invenções identitárias, onde da ideia de declínio do Ocidente e da falência do *Espírito Europeu*, imediatamente reflectidas por intelectuais como Oswald Spengler ou Paul Valéry, se abriria o campo das alternativas políticas (em especial ao liberalismo democrático-capitalista), contemplando-se a via das ditaduras e/ou autoritarismos como regimes políticos aceitáveis no campo da moral e operativos no campo das instituições. Assim, depois de uma primeira fase de vazio de poder e consequente anarquia institucional, marcada pelas dores de uma difícil cesariana política e institucional polvilhada de revoluções e contra-revoluções (1918-1921), o início dos anos 20 assiste a uma fase de maior definição decalcada da legitimação formal do conjunto de tratados que consagrariam o novo mapa político europeu: Versalhes, Sèvres, Trianon e Saint-Germain. Do ponto de vista político, das soluções encontradas para o caso alemão (República de Weimar estabelecida em 1919), Russo (a partir de 1922 União Soviética) e italiano (a partir de 1922 governada por Mussolini) sairão os três principais modelos e propostas políticas em apreciação teórica no período: o sistema democrático-parlamentar, comunista-socialista e autoritário-fascista. Não querendo nos alongar na apreciação do período histórico em causa, não podemos deixar de apontar que durante as décadas de 20 e 30 o debate teórico (e prático) em relação à formulação do Estado assumiria importância decisiva em muitas agendas políticas, primeiro aquando da introdução / imposição dos novos regimes políticos saídos do novo ordenamento político-constitucional de 1919-1922 (marcados por processos constituintes de matriz liberal, pluralista e parlamentarista), depois devido às motivações revisionistas por parte da direita contra-revolucionária e autoritária, que a partir de meados dos anos 20 – reagindo a uma leitura anti-liberal, anti-pluralismo democrático e anti-parlamentar – irá paulatinamente tomar as rédeas do poder na grande maioria dos novos países europeus (em especial no Báltico, Europa Central e Balcânica), tendência onde o caso português e espanhol se inserem.

O mundo onde mergulhámos é então o que cronologicamente se compreende entre as duas guerras mundiais. É o momento histórico que assiste ao fim dos imperialismos continentais europeus, e ao vácuo político que originará – em

simultâneo - o nascimento de novas entidades (e identidades) políticas, e o advento do comunismo e fascismo como modelos alternativos ao liberalismo de matriz oligárquica (enterrado nas trincheiras europeias) e à sua re-invenção wilsoniana de decalque institucional francês (inscrito nos diversos tratados de Paz). Do ponto de vista político-constitucional este período deve ser subdividido em três. Um primeiro é distinto pela necessidade de desmontar três impérios multinacionais no espaço europeu (russo, alemão e austro-húngaro), de neles consagrar novos Estados, e respectivos modelos políticos. Nesta primeira fase, fruto da atitude idealista democrático-liberal do Presidente Wilson nas Conferências de Paris (recebido como herói na capital francesa) seriam implementados nos novéis Estados modelos de primazia parlamentar seguindo a III República francesa, como já referimos, ou seja, sistemas proporcionais multi-partidários. Estes modelos, a maioria consagrados através de processos constituintes, demonstrarão serem pouco adaptáveis às condições políticas e sociais da Europa do pós-guerra, pois algumas elites locais (no espectro da direita) - apesar de terem conduzido os processos de transição para a independência -, rapidamente irão se insurgir contra o que afirmavam ser insuficiências institucionais, em especial a falta de poder dos executivos e a incapacidade de produção legislativa em parlamentos fragmentados. Críticas às que devemos acrescentar a necessidade de controlar e conter a revolução social em curso no imediato pós-guerra (em especial durante o *biénio rosso* de 1919-1921) e o desejo de edificar modelos políticos de matriz autoritária que consagassem visões e projectos identitários de cariz nacionalistas.

Devido em muito às críticas sobre a falta de controlo político-legislativo formal nos novos sistemas políticos do pós-guerra, à pulverização parlamentar resultante do fraccionamento étnico, ideológico e religioso nos novos Estados, do acesso à política de novos movimentos e partidos (nomeadamente à esquerda) e à falta de agregadores e cultura político-partidária que pudesse permitir a consolidação de um sistema parlamentar consistente e operativo, uma elevada maioria da elite conservadora europeia irá procurar o quanto antes refazer os quadros institucionais e adoptar formulações mais harmoniosas com os seus desejos e intenções políticas. Tais reflexões estarão na base de um conjunto de golpes de

Estado, instauração de ditaduras militares, desmantelamento de preceitos liberais e processo de substituição de elites que ocorrerão nos anos 20 (Itália 1922, Espanha 1923, Portugal, Polónia e Lituânia, 1926). Já o contexto da crise de 1929, e em especial durante a terceira década do século, a Europa assistirá ao processo de sedimentação institucional de muitos destes projectos autoritários, agora com consagração institucional (Portugal 1933, Polónia 1935, por exemplo).

Esta fase seria acompanhada por uma reavaliação crítica do papel do Estado e suas instituições, e por um intenso debate teórico no campo da Ciência Política e da Teoria do Direito em torno da forma de organização do Estado e do papel do indivíduo no mesmo, coexistindo teorias individualistas e colectivistas, definições teóricas onde o cidadão-eleitor seria considerado como o centro da política e seu principal decisor (nos sistemas parlamentares pluralistas puros), e outras onde a célula familiar é considerada como centro e base estrutural da Nação (como nos de inspiração corporativa). Esta problemática, muito debatida depois da evidente falência dos regimes liberais após 1929, tem causas profundas que mergulham num largo debate que percorre o imaginário das principais elites políticas desde as revoluções americanas e francesas que pretendia responder às questões de como deve ser e como se deve organizar o Estado? Que papel devem os cidadãos e as instituições ter? Qual a relação entre o privado e o público? Como se deve organizar a articulação de poderes entre os ramos executivo e legislativo? E finalmente, no cenário pós 29, que papel deve ter o Estado na economia?

Este debate, simultaneamente teórico e prático, adensa-se com o acesso à arena política dos novos protagonistas político-sociais que durante a segunda metade do século XIX irão preencher os subúrbios e novos bairros urbanos e fabris que acompanhavam o expansionismo citadino associado à segunda revolução industrial. Estes movimentos, junto com o advento dos meios de comunicação de massas e o aumento das taxas de literacia, traria uma inevitável consciencialização política de novos actores (em especial a classe operária), a procura de formulações (teóricas e práticas) que alterassem as relações de Poder e de trabalho existentes e a busca por novos modelos de organização que permitissem formas mais intensas de participação política activa, como o foram os sindicatos e os partidos de massas. O

contexto da I guerra mundial, e conseqüente mobilização militar de milhares de homens, iria fornecer um amplo espaço de socialização política, nomeadamente ao nível da soldadaria e baixas patentes dos exércitos multinacionais Austro-Húngaros, alemão e russo (e mesmo os italianos e francêss). Desta forma, o vácuo criado pela diluição das lealdades imperiais após 1918 seria substituído, à esquerda, por uma nova e maturada consciencialização de classe, e à direita por um imberbe nacionalismo proto-autoritário. Depois da guerra, o lento processo de desmobilização (e desmilitarização) levaria às ruas de muitas cidades europeias centenas de milhar de soldados que, sem pátria fixa ou trabalho de reenquadramento, e socializados radicalmente à esquerda e à direita, irão se envolver em movimentos e modelos político-partidários assumidamente revolucionários ou portadores de soluções unitárias de matriz autoritária (e nacionalista). Acresce a estes movimentos a falência real dos Estados Imperiais europeus, a conseqüente independência e incerteza espacial de novas entidades políticas (o desenho das novas fronteiras demoraria anos a ser consolidado), e a distribuição do monopólio da violência entre um conjunto de actores muitas vezes antagónicos (forças policiais e exércitos dos novos países, organizações de ex-combatentes, milícias partidárias e/ou sindicais, bandos armados, etc). Não estranha assim que os anos a seguir à guerra tenham sido marcados por um período de elevada violência política devido - mas não só - à falência do poder do Estado - e conseqüente incapacidade de controlar a ordem pública - e ao intenso combate entre as forças adversárias que temos vindo a referir. Durante os anos 20, este conflito encontrava-se ao rubro, polarizado pela entrada de rompante do soviétismo e do fascismo na arena política,

Estas condicionantes levariam a que rapidamente se tenha produzido um forte ataque teórico e prático ao modelo-único desejado pelo Presidente Wilson, com críticas e propostas a surgirem tanto à direita como à esquerda, em especial depois do surgimento efectivo de novas alternativas políticas ao liberalismo parlamentar. A primeira, proveniente da esquerda, procurou aproveitar o vácuo de poder, o (momentâneo) descontrolo das elites, o grau de maturação e politização da classe operária, a desmobilização em massa e o momento de grande indefinição

sistémica no mapa europeu², para espalhar brasas revolucionárias pelos principais centros urbano-industriais da Europa do pós-guerra (de Budapeste a Viena, Munique ou Berlim). Estes revolucionários urbanos, depois de 1918 devidamente enquadrados politicamente para aceitarem a revolução do proletariado como um projecto político alternativo ao liberalismo capitalista dos (ex)Impérios multinacionais europeus e como o modelo a adoptar, consideravam o final da Guerra como a prova da falência do modelo liberal e o momento ideal para a instauração da revolução social, um período que ficaria conhecido como *biennio rosso* (1919-21). Acresce a esta oportunidade a ideia de Moscovo ligar *a posteriori* (a partir de 1919) as revoltas sociais dispersamente localizadas, procurando ligar e fazer convergir as diferentes revoluções *vermelhas*, em especial as desencadeadas nos ambientes fabris e citadinos de Budapeste, Viena e Berlim.

Este expansionismo pré-soviético, bloqueado pelo *Milagre do Vístula* orquestrado por Joseph Pilsudski às portas de Varsóvia³, provocaria uma enorme convulsão político-social no espaço contestado pelo final da guerra, e obrigaria a pronta resposta por parte das principais forças conservadoras, interessadas em controlar os processos de transição, em obter os desejados parceiros políticos que validassem a vontade das potências aliadas expressas nos tratados de Paz e em garantir que seria em torno das elites nacionalistas que se desenrolaria a condução da vida política do pós-guerra, em especial nas novas entidades resultantes do desmembramento dos Impérios Centrais, como a Polónia, a Hungria e a Checoslováquia (e em certa maneira a nova configuração báltica e balcânica)⁴. O exemplo húngaro talvez seja o mais emblemático destes casos, pois devido à incapacidade dos primeiros governos provisórios pós Novembro de 1918 de manter unido o Reino da Hungria (em rápido processo de desmantelamento), à falência gradual do Estado e carestia geral, seria negociado um acordo governamental entre os sociais-democratas e o partido comunista húngaro (liderado por Béla Kun) para a

² em especial na Europa Central, atingida por um conjunto de migrações em massa, e pela criação formal de espaços e enclaves étnicos, como o foram Memel / Kleipeda, Gdansk / Danzig, ou o Sarre.

³ Quando as tropas aliadas lideradas pelo Marechal Pilsudski derrotam o Exército Vermelho comandado por Leon Trotski.

⁴ No essencial, as elites conservadoras contavam com o apoio das potências vencedoras da Guerra, em especial da França na Europa central e balcânica e do Reino Unido no Báltico.

gestão do poder, processo que rapidamente evoluiria para a edificação de um regime (pré) soviético, constitucionalizado em Abril de 1919. Como consequência, tropas romenas (com apoio francês e norte-americano) invadirão o sul da Hungria e um governo contra-revolucionário seria formado em Szeged, liderado pelo almirante (austro-húngaro) Miklós Horthy. Este, depois da conquista de Budapeste por tropas romenas (que poria findo à efémera experiência revolucionária de Bela Kum), e depois de negociada a sua retirada, entraria triunfante na capital magiar, repondo a ordem e paulatinamente construindo em torno de si os traços do autoritarismo magiar que lavraria entre 1920 e 1944⁵. Este exemplo não seria caso isolado, pois um conjunto de movimentos contra-revolucionários iriam romper – de forma isolada e independente - pela Europa central e de leste.

Em 1922, a Marcha de Roma, e o início da Revolução Fascista, forneceria uma nova centralidade e foco de difusão de um modelo autoritário alternativo ao capitalismo demo-liberal, e a argamassa necessária para colar um antes desligado movimento trans-nacional, desta feita de direita. É central o momento da tomada do poder em Itália pelo Partido Fascista (1922), pois serão definidos em Roma os elementos centrais do desenho e sustento teórico de muitos movimentos e regimes autoritários que seriam em meados dos anos 30 maioria no mapa político europeu. Roma iria se assumir como principal centro de difusão de um novo paradigma pós-liberal, revisionista e anti-bolchevista, em virtude das suas características revolucionárias, e forneceria uma versão actualizada e moderna a quem procurava modelos nas fórmulas tradicionais de ditaduras, essencialmente preocupadas com a manutenção do seu status quo, em conter e controlar a revolução social, e não em desenvolver projectos de intervenção total que almejassem a construção de uma nova sociedade e de um Novo Homem⁶. Assim, se no momento dos Golpes de Estado da primeira vaga de autoritarismos faltava ainda tempo para que fossem devidamente apreciadas a eficácia das soluções fascistas, estas rapidamente se

⁵ Importa ainda observar que ambos os regimes, pouco depois da tomada do poder, se preocuparam em depurar as elites húngaras de elementos indesejáveis. Assim, ao *terror vermelho* de Béla Kum (onde se estimam nas centenas os mortos) seguiria o *terror branco* de Horthy (onde milhares perderam a vida).

⁶ Entre os exemplos de quem seguiam essa via tradicionalista encontrava-se, entre outros, o Almirante Horthy.

tornariam num mapa a seguir para quem se procurava associar à nova ordem pós liberal, híper nacionalista, anti-socialista, antidemocrática e antiparlamentar⁷. A segunda vaga de autoritarismos, apesar de curta duração (1933-34), foi significativa como confirmação da tendência iniciada na década anterior, na constitucionalização de alguns dos seus processos (como o português ou o polaco) e pelo impacto da nomeação de Adolf Hitler como chanceler alemão, em Janeiro de 1933, e consequente deslocação do centro gravitacional da *Nova Ordem* de Roma para Berlim. Depois desta data foram substituídas as democracias da Áustria (Março 1933), Estónia, Bulgária e Letónia (Março 1934), ao que acrescentaríamos o intenso debate constitucional na Checoslováquia e em França (1934). Finalmente, ainda antes do início da Guerra, a Europa assistiria a uma terceira vaga de transições para autoritarismos, com os casos da Grécia (1938), Espanha (1939) e Roménia (1938, 1940). A consolidação e extensão de regimes de cariz autoritário no mapa europeu nos finais dos anos 30, devidamente intercalados por redes de intelectuais, proporcionariam um intenso espaço de emissão – difusão – recepção de ideias, soluções e retóricas políticas, estimularia uma relação dinâmica entre os centros e as periferias que, com o consolidar da estratégias de comunicação com o exterior daria origem à proliferação de diversos centros de difusão do *ideal e modelo* Autoritário, sendo Lisboa um deles⁸.

O período imediatamente a seguir à Guerra foi de intensa agitação política, de revoluções e contra-revoluções, intenso movimento migratório e de processos constituintes (e electivos) associados ao nascimento de novos países. A cronologia política assim o confirma, bem como o conjunto de independências, eleições para assembleias constituintes e novas Constituições. Vejamos caso a caso. A região do Báltico, fruto da revolução russa (e do tratado de Brest-Litovsk), foi a primeira zona geográfica a sentir estes impactos, primeiro a Finlândia (independente a 6 Dezembro

⁷ A primeira vaga de autoritarismo iniciou-se em Itália (1922), seguindo para Espanha (1923), Grécia (1925), Portugal, Polónia, Lituânia (1926), Albânia (1928) e Jugoslávia (1929) (Kallis, 2014). A esta cronologia poderíamos acrescentar as experiências ibéricas de Sidónio Pais (1917 – 1918) e Primo de Rivera (1923-1930).

⁸ Este será um dos principais vectores da nossa tese, esperando que no final deste trabalho tenhamos deixado claro como o Estado Novo português irá montar e operacionalizar um sistema de construção e difusão de propaganda no estrangeiro, e como apreciará a recepção e impacto de tal estratégia.

1917), depois a Lituânia e a Estónia (Fevereiro 1918) e finalmente a Letónia (em Novembro 1918). À parte a Finlândia, que aprovou nova Constituição a 17 de Julho de 1919 sem necessidade de novas eleições⁹, as novas Repúblicas Bálticas seguiriam como modelo de transição constitucional a convocação de Assembleias Constituintes, primeiro a Estónia (Constituinte eleita a 7 de Abril de 1919 e nova Constituição a 15 de Abril de 1920), depois a Lituânia (Constituinte eleita entre 14-15 de Abril de 1919, e nova Constituição a 1 de Agosto de 1922), e a Letónia (Constituinte eleita em Abril de 1920 e nova Constituição aprovada em Fevereiro de 1922). No mapa da Europa Central e pós-imperial, o cenário repetir-se-ia. Na Alemanha, depois do período revolucionário de 1918-1919, seriam convocadas eleições constituintes para 19 de Janeiro de 1919, e aprovada a Constituição da República de Weimar a 11 de Agosto de 1919. A Roménia elegeria em 1919 uma Assembleia Constituinte que demoraria até 1923 para aprovar nova Constituição; um processo mais lesto seria seguido recém-criado Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, que elegeria Assembleia Constituinte a 28 de Novembro de 1920, aprovando nova constituição a 28 de Junho de 1921¹⁰.

A Polónia e a Checoslováquia seguiriam um modelo alternativo, empoderando versões minimalistas na sequência do rápido acesso às respectivas autonomias políticas. Independente em Novembro 1918, a Polónia aprovaria uma pequena Constituição a 20 de Fevereiro de 1919 e nova Constituição a 21 de Março de 1921; enquanto a Checoslováquia, independente a 28 de Outubro de 1918, aprovaria constituição provisória a 13 de Novembro de 1918, e nova Constituição a 29 de Fevereiro de 1920. Tecnicamente uma monarquia constitucional, a Grécia atravessaria entre 1910 e 1924 um período de grande turbulência política que dividiria a sociedade política entre apoiantes de Venizelos (pró-aliado) e do rei Constantino I (pró-germânico). Este *grande Cisma*, que levaria a que durante momentos durante a I Guerra houvessem dois governos, um em Atenas pró-

⁹ Furto de, por altura da sua independência, contar com 4 actos pré-constitucionais em vigor: a Constituição de 1772, de origem sueca mas ainda com força de Lei, o Acto Parlamentar de 1906 (Constituição), o Acto da Liberdade de Expressão de 1906 e o Acto de União e Segurança de 1789, que regulava e definia as prerrogativas dos 4 estados.

¹⁰ A 1 de Dezembro de 1918 seria criado o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, depois reunidos no Reino da Jugoslávia a 3 de Outubro de 1929.

monarca, outro em Tessalónica liderado por Venizelos, teria consequências directas na política externa grega, e no envolvimento helénico nos conflitos das guerras balcânicas (1912-13), I Guerra Mundial e subsequente guerra com a Turquia. Como resultado do desastroso confronto com a Turquia de Ataturk (1919 – 1923), a monarquia seria abolida, o Rei Alexandre destituído e a II República Helénica proclamada a 24 de Março de 1924 (decisão confirmada em eleições plebiscitárias)¹¹. Abolida a Constituição de 1911 novo texto seria aprovado em 1927, até novo referendo voltar a restabelecer a Monarquia em 1935, com Jorge II a suceder a Constantino (que havia retornado ao trono depois da morte de Alexandre, em 1920)¹². A Albânia alcançaria a independência em Novembro de 1912 sob forma de principado até à proclamação da República por Ahmet Zogu em 1924 (entre 1914 e 1922 o país encontra-se na prática ocupado pela Itália e Sérvia), uma forma de Estado que duraria meros 4 anos, pois em 1928 por decisão do Parlamento Zogu seria entronado como Zogu I, apesar do país ser um protectorado italiano desde 1927. A Bulgária manteria a Constituição de 1878 até ao golpe de Estado de 1934. Somente a Hungria não introduziria alguma alteração constitucional formal no período do entre-guerras, aparte dos 100 dias da República Soviética Húngara liderada por Béla Kun. Miklós Horthy governaria através da promoção de decretos constitucionais apoiados na tradição constitucional do *Corpus Iuris Hungarici*, devidamente adaptado com os estatutos de 1848, 1867 (que estabeleceria o *Ausgleich*, ou o início do império dualista) e 1869.

Do ponto de vista comparativo, como vemos, a maioria dos países europeus em trânsito de regime escolheriam, como Portugal em 1911, como modelo transicional a eleição de uma Assembleia Constituinte, com algumas excepções, de onde destacamos a Hungria e a Grécia. A Grécia pela oscilação sobre o tipo de regime (que vimos oscilava entre a monarquia e a república), e a Hungria por –

¹¹ O rei Alexandre substituirá Constantino em 1917 devido às suas posições anti-aliadas.

¹² Constantino, que havia ido para o exílio em 1917, foi autorizado a regressar à Grécia em 1920 através de uma consulta plebiscitária. Regressaria ao exílio depois da perda da presença grega na Asia Menor (1922), e morreria em Itália em 1923. Durante os trabalhos da constituinte de 1924, a Grécia sofreria um Golpe de Estado em 1925 (levado a cabo pelo General Pangalos, que governaria em ditadura) e contra-golpe em 1926 (General Kondylis), evento que faria retomar a ordem constituinte. Consequentemente, novo texto constitucional seria aprovado em 1927, durando este até 1935, altura em que novo referendo constitucional iria restabelecer a Monarquia.

aparte da efémera Constituição de 1919 – ter conseguido ultrapassar as décadas de 20 e 30 sem novos desenhos constitucionais, apesar de algumas tentativas.

Como já referimos, nesta Europa em permanente transformação e movimento político, os anos imediatamente a seguir à Guerra seriam marcados por uma forte primazia constitucional liberal, apesar de alguns textos constitucionais consagrarem cláusulas especiais que permitiam a capacitação de executivos em momentos de necessidade extraordinárias (como teorizada por Carl Schmitt e aplicadas na Constituição de Weimar¹³). No entanto, a experiência dos primeiros anos de vida parlamentar na grande maioria dos novos países europeus rapidamente deu a entender que as fórmulas de representação política colocadas em vigor através de sistemas eleitorais de representação proporcionais não conseguiam estabelecer as necessárias condições de governabilidade e estabilidade política desejadas, pois quer a excessiva representação de forças políticas pouco ou nada acostumadas às dinâmicas de trabalho parlamentar e/ou construção de consensos ou alianças como a excessiva dependência do poder executivo em detrimento do poder legislativo (como no caso português) impossibilitavam a construção de programas e projectos políticos de medio alcance.

Por estas razões, as principais questões que preocupavam quem debatia a organização política do Estado durante os anos 20 vagueavam em torno dos temas da representatividade, da capacitação de executivos, e da regulação e articulação das competências parlamentares e governamentais. Nestes sistemas de matriz liberal, a premissa de que as eleições (e respectivos sistemas eleitorais) deveriam proporcionar uma justa e equilibrada representação de diversos sectores da sociedade, devidamente organizados em partidos, e sob o pressuposto da atomização do indivíduo, caíam por terra ao se verificar que em sociedades

¹³ Que publicaria em 1921 *Die Diktatur*, abordando, nesta edição, o tema do princípio da inviolabilidade que deve obedecer todo o texto de uma Constituição democrática (Pais de Sousa, 2011). Na sua segunda edição, de 1927, acrescentaria uma interpretação jurídico-política sobre o artigo 48º da Constituição de Weimar, que previa poder o Presidente alemão tomar medidas de excepção, a título provisório, para restabelecer a segurança e ordem pública interna, se colocadas em cauda; artigo de inspiração no Direito Romano, e na possibilidade de nomeação de um ditador, por proposta do cônsul, perante circunstâncias excepcionais, e por um período limitado (6 meses) (Pais de Sousa, 2011).

complexas e multiculturais com facilidade se incapacitava o sistema, pois a excessiva fragmentação partidária, a incapacidade de se gerarem maiorias parlamentares estáveis e a falta de cultura política de alianças e construção de consensos intra-partidários levaria à inoperância parlamentar (e corrupção) e consequente imobilização da acção governativa, demasiado dependente do controlo das Assembleias e parcos em autonomia e força executiva. A estas condicionantes formais há que acrescentar, como temos vindo a fazer referência, todas as tensões extra- institucionais.

Ora o fascismo iria abandonar a ideia de consagrar sistemicamente as complexidades das sociedades, tomando antes o binómio Nação/Estado como peça-mestre de legitimação na sua edificação sistémica, já não depositando a sua legitimidade no cidadão-eleitor. Em nossa opinião, fê-lo por duas ordens de razões: porque as consequências da determinação legal de diferentes sectores da sociedade terem capacidade legítima de intervenção política activa tinha levado à excessiva fragmentação dos parlamentos, à sua inoperância prática, e à representação de sectores da sociedade tidos como anti-nacionais (a esquerda). E porque, partindo de uma leitura orgânica da coletividade, deixavam de considerar o cidadão-indivíduo como peça central no seu sistema político, substituído pelo conceito de Chefe de Família, integrado na Nação como sua célula-base. Assim o sistema deixava de necessitar de ter um carácter representativo e competitivo e as eleições passariam a assumir antes uma simbologia plebiscitária, consecratória. Deixava também de haver a necessidade de valorizar um sistema partidário de cariz representativo e plural, procurando-se antes pela consagração de um Partido Único (ou largamente hegemónico), pois em última análise deveria servir este novo partido de elemento aglutinador de todas as *forças vivas* da nação, as que verdadeiramente (na retórica fascista), e ordeiramente, mereciam o direito à representação, à voz e à participação, relegando-se as oposições para fora do sistema. Complementarmente, iriam também ser revistas as relações entre os parlamentos e os executivos, retirando poderes de interferência e controlo dos governos aos parlamentos, ou consagrando constitucionalmente presidentes fortes, ou pelo menos com poder constitucional interventivo e decisivo.

Ao exposto há ainda a acrescentar as reflexões de natureza intelectual sobre o estado moral (e filosófico) do *Espírito Europeu* que prontamente se disseminam pelo imaginário cultural do Velho Continente, nomeadamente no que se assumia como de direita; bem como o advento de novos espaços políticos nacionais, que na sua busca de um espaço identitário próprio, depois de séculos de domínio estrangeiro, rapidamente se aventurarão no desenvolvimento de projectos de regeneração de matriz etno-cultural que definam o seu futuro-presente. Ou seja, terreno fértil onde plantar as sementes do autoritarismo nacionalista. Finalmente, e entrando já no tema do nosso trabalho, o período do entre-guerras é também fértil na utilização de novos mecanismos de difusão cultural e político, de cariz institucional e ideológico, agora apoiados em novas tecnologias e mecanismos de comunicação de massa (como a Rádio, o Cinema ou os Jornais Noticiosos), tidos como centrais na definição e implementação de novas políticas identitárias, e assim entendidos como verdadeiros assuntos de Estado (com impacto interno e internacional). Tal despoletará uma intensa polinização cruzada e intercâmbio (cultural e intelectual) entre diversos centros emissores e receptores de propaganda doutrinária, circuito onde Portugal, Salazar e o Estado Novo irá procurar se inserir durante a segunda metade dos anos 30 com a sua retórica católica, vaticanista e corporativista. Desta forma, o regime português será membro de pleno direito na complexa dinâmica transnacional que tecida no complexo e agitado ventre político do entre-guerras procurava ultrapassar categorias e fronteiras políticas, num processo de rápida aprendizagem e hibridização entre regimes, fertilização cruzada e competição doutrinária entre diferentes modelos no campo da direita autoritária europeia. É essencialmente do que trata este trabalho.

Neste sentido, e regressando à descrição do nosso processo de investigação, enquanto pesquisávamos por materiais que nos permitissem ter acesso aos textos constitucionais e leis eleitorais necessários para o nosso estudo, frequentemente nos deparávamos com referências a Portugal, a Salazar e ao Estado Novo, o que nos motivou o interesse em seguir esta linha. Assim, e quando confrontados com a impossibilidade de seguirmos as nossas intenções originais, e depois de termos entendido que a bibliografia existente tem ainda que tratar de forma sistemática a

presença do Estado Novo no estrangeiro, decidimos avançar com uma proposta de trabalho que permitisse entender e interpretar a forma como o regime português desenhava a estratégia da sua presença fora de portas, que recursos e métodos utilizava e como se colocavam em prática os mecanismos de difusão da sua propaganda internacional. Este é em suma o tema da nossa tese. Interessou-nos assim, dentro do enquadramento histórico que acabámos de expor, seguir em primeiro lugar o processo de construção do modelo português, identificando nele as suas principais características e nuances identificadoras. Neste ponto, a figura de António Oliveira Salazar sobressai, bem como os resultados da sua actuação como ministro das finanças (rapidamente traduzidos para francês e postos e colocados em circulação), e depois o produto constitucional da solução corporativa portuguesa. Por esta razão a primeira parte do nosso trabalho será dedicada à apreciação da transição da República para o Estado Novo, ao percurso político e doutrinário de Salazar, ao seu caminho para a Presidência do Conselho, e ao processo de edificação constitucional de um novo regime assumidamente autoritário e corporativo, sempre com o intuito de inserir o caso português comparativamente nos processos que acabámos sucintamente de descrever. Depois de apresentadas as bases do modelo português, e a sua principal figura, interessa-nos explorar a máquina de propaganda internacional do regime, identificar os seus principais actores, projectos, intensões e ambições. E entender os mecanismos associados à estratégia de produção de material propagandístico, a sua divulgação no exterior e o conseqüente envolvimento de intelectuais, jornalistas e políticos na sua propagação. Finalmente, na última parte, interessou-nos analisar o impacto de tal estratégia à luz do que a diplomacia portuguesa reportava para Lisboa. Neste ponto concentramos o foco da nossa atenção na Europa periférica, por ser esta a menos explorada do ponto de vista da literatura, mais exposta a processos de transformações política paralelos a Portugal, e essencialmente porque – como Portugal – nos referimos a um conjunto de países que atravessaram no período entre guerras momentos de grande tensão político-ideológica, de intenso debate constitucional e exposição a projectos de (re)definição identitária que encontram em modelos autoritários de forte índole nacionalista (e personalista) soluções para a edificação do seu novo desenho institucional e para a resolução dos dilemas sociais colocados pelo imediato pós-

guerra, como vistos pela maioria das elites conservadoras locais (excessivo pluralismo político, incapacidade de controlo social, falta de poder real nos executivos, necessidade de construção de novas identidades nacionais de matriz unitária). Ora, como no caso português, muitas destas elites irão ser expostas à luminosidade do fascismo, e seu poder de atracção, o que implicará por um lado um lento processo de fascizistação de algumas destas elites tradicionais e uma relação tensa com os principais centros emissores da Nova Ordem, pois as intenções internacionalistas de Roma e Berlim irão esbarrar com os ensejos nacionalistas e com a narrativa de autarcia (económica e política) de muitas capitais da nova Europa, por um lado, enquanto que por outro irão ser (Roma e Berlim) os principais patrocinadores e fonte de inspiração para um conjunto de novos movimentos ultra-nacionalistas que durante boa parte dos anos 30 se apresentarão como concorrentes e alternativa aos projectos liderados pelas elites conservadoras nacionais. Como veremos, a análise das tensões entre as direitas tradicionais e radicais será um dos objectos de atenção especial dos diplomatas lusos estacionados ao longo da linha Varsóvia – Budapeste – Bucareste, lugares escolhidos pela diplomacia lusa como pontos de observação para interpretar a Europa Central e de Leste. Importa ainda referir que a escolha destas chancelarias permitiu-nos também seguir a forma como o Estado português se relacionava com países que com ele partilhavam uma posição sistémica geopolítica semelhante na periferia europeia, e observar como a diplomacia portuguesa intervinha na difusão do modelo do Estado Novo, e entendia a recepção de Portugal, e seu líder, nestes mercados ideológicos.

O Fascismo como objecto de estudo (internacional)

Esta tese procura inserir-se no campo dos estudos comparados sobre os fascismos (históricos). Em termos de estado da arte e contribuição para a bibliografia académica, e como auxílio enquadrador, tomemos a revisão da literatura elaborada por Constantin Iordachi, que em 2010 identificou três vagas distintas (Iordachi, 2010a). A primeira, coeva, originária nos anos 20 e 30, procurava respostas interpretativas ao estabelecimento e consolidação dos regimes fascistas em Itália e na Alemanha, e na emergência de um significativo conjunto de movimentos para-

fascistas em muitos países europeus. Lideravam estas primeiras abordagens autores (e intelectuais) essencialmente marxistas-leninistas, actuando não apenas como apreciadores críticos mas como adversários políticos apoiados muitas vezes pelo Comintern, dedicados à exposição das maleficências destes novéis regimes, prontamente contrapostos ao prometido progresso soviético/comunismo (Iordachi, 2010). Nesta primeira abordagem explicativa do fenómeno do fascismo, eram exploradas as suas raízes ideológicas, as condições estruturais e sócio-económicas que tinham favorecido o aparecimento de movimentos fascistas e apreciada a evolução, composição social e principais características destes movimentos, bem como os principais vectores da sua política interna e externa. Para estes marxistas, o fascismo era considerado como a última etapa no domínio do capitalismo global, agora apostado em substituir uma forma de domínio de classe por parte da democracia burguesa por outra assente na democracia terrorista aberta. Na essência deste novo tipo de regime encontrava-se a relação próxima entre os governos fascistas e o grande capital, ideia sintetizada por Dimitrov ao afirmar que «fascismo é o poder do capital financeiro», assim afastado de qualquer apoio das massas, baseando a sua popularidade numa demagogia iludente, o seu regime numa forma de gangsterismo político, assente num sistema de provocação e tortura baseado na demagogia social, corrupção e terror branco activo (Dimitrov, 1935). Estas interpretações enfatizavam as dimensões ditatoriais, estatistas e estatizantes dos regimes fascistas, menosprezando os factores nacionais, populistas e revolucionários sobre os quais estes se erigiam e assentavam (Iordachi, 2010a). O excessivo ênfase nas questões económico-materiais tornaria estes pensadores marxistas menos receptivos à ideia da existência de uma ideologia e cultura fascista específica, e assim longe de entenderem ou justificar o apelo e apoio popular do fascismo; razão que impediu também que se contemplassem os factores de modernidade do fascismo, as suas técnicas inovadoras de mobilização popular, organização e propaganda (Iordachi, 2010a). Estas teorias, cristalizadas em reuniões do Comintern, foram elaboradas por intelectuais como Antonio Gramsci, Leon Trotsky, Georgi Dimitrov, Palme Dutt, entre outros que, já à altura, admitiam variações de fascismo, apesar de identificarem na Alemanha Nazi a sua forma mais reaccionária (Iordachi, 2010a). Depois da II Guerra Mundial, estas primeiras

apreciações, em cima dos acontecimentos, foram substituídas pela concentração no estudo dos exemplos nucleares da Alemanha nazi (principalmente) e da Itália fascista.

A segunda vaga de estudos sobre o fascismo emergiu a partir de meados dos anos 60 e anos 70, alicerçada num conjunto de projectos comparados, e, mais tarde (durante a década de 80), pela persecução de uma definição de 'mínimo fascista', que então dominaria o debate internacional (Iordachi, 2010a). Esta, menos dominada por visões politizadas pelo marxismo (soviético), seria responsável pela abertura do campo de análise comparativa, não só sincrónica como diacrónica (Woolf, 1968; Laqueur, 1976; Linz, 1976, 2007). Assim, alargaram-se as fronteiras temporais e geográficas nos estudos sobre o fascismo, recuando-se ao período do Iluminismo e da Revolução Francesa, e conseqüente tradição do pensamento contra-revolucionário, para procurar encontrar as suas origens ideológicas, transportando-o depois para o pós II Guerra Mundial através dos fenómenos do (neo)fascismo. Complementarmente, alargou-se o interesse por outras formas de fascismo, saindo-se do duopólio político italiano e alemão. Neste sentido, o primeiro trabalho publicado, sistematizando diferentes experiências (tidas como) fascistas coube a Steward Woolf, cobrindo, com contributos diversos, a Itália, Alemanha, Áustria, Hungria, Roménia, Polónia, Finlândia, Noruega, Grã-Bretanha, França, Espanha e Portugal (Woolf, 1968), trabalho a que deve ser adicionado o importante contributo de *Who were the fascists*, outra obra colectiva, publicada em 1980 reunindo as apresentações da reunião escolar de Bergen (1974), e da qual saíram um conjunto alargado de (re)interpretações, contemplando dimensões culturais e económicas, análise das bases sociais do fascismo, além das tradicionais dimensões políticas, com exemplos provenientes de todo o continente europeu, ainda que dividido segundo a nova geografia da Guerra Fria e seguindo um padrão centro-periferia muito marcado (Stein, Larsen. 1980).

Os anos 90 trouxeram uma ruptura no debate sobre o fascismo genérico, originando uma renovada sinergia e convergência de pesquisa. No novo milénio o foco voltou a re-calibrar-se, com concentração nos nexos do fascismo, totalitarismo e religião política. Entre estes académicos destacamos os trabalhos de Renzo di

Felice e Emilio Gentile sobre a Itália fascista, Stanley Payne, sobre o fascismo genérico e Espanha, Paxton, Griffin, Mann, Eatwell, Costa Pinto e, mais recentemente, António Costa Pinto, Aristotle Kallis e Constantin Iordachi sobre fascismos comparados (De Felice, 1965-1997, 1969; Gentile, 1989, 1993; Griffin, 1993, 1995, 1998, 2000, 2007, 2008; Payne, 1987, 1994, 2011; Paxton, 2004; Mann, 2004; Eatwell, 1997; Costa Pinto e Kallis, 2014; Iordachi, 2010a, 2010b, 2010c; Costa Pinto, 2009, 2012, 2017). Estes estudos já beneficiaram de novos métodos de pesquisa, como a história de transferências, história partilhada e/ou comparada, e *histoire croisée*, abordagens que têm providenciado a estudantes do fascismo a oportunidade de revisitarem os seus métodos, unidades e níveis de análise (Iordachi, 2010a). Auxilia ainda estes novos estudos a qualidade e qualidade da investigação de casos de estudo locais, e a sua inserção na academia internacional. Tal tem permitido que o foco da pesquisa se tenha deslocado da procura de ideais-tipo e, com o uso de uma metodologia variável e um acesso a fontes mais consistente, permita uma análise mais complexa das interações multi-niveladas entre regimes e movimentos fascistas, no tempo e no espaço (Iordachi, 2010).

Muitos dos académicos estudiosos do fascismo procuravam desenhar linhas classificatórias que distinguissem entre ‘fascismo’ e outros fenómenos políticos menos radicais e/ou agressivos, que usualmente eram classificados, de forma ligeira, como ‘autoritários’ ou ‘ditatoriais’ (Costa Pinto e Kallis, 2014). Neste sentido, o ‘Fascismo’ era suposto ocupar um dos extremos do eixo classificativo. Era totalitário em oposição a autoritário, radical em oposição a conservador, activo e mobilizador de massas (populista) em oposição a ‘top-down’ e passivo, ao que alguns acrescentariam ainda ‘revolucionário’ em oposição a ‘reaccionário’ (Costa Pinto e Kallis, 2014). Como resultado, um novo espaço residual apareceu entre os dois extremos povoado por regimes ditatoriais (tipicamente anti-parlamentares, anti-liberais, anti-socialistas e fortemente nacionalistas) e que, em diversos graus, se inspirariam, talhariam ou deliberadamente imitariam a ideologia, estilo e organização dos dois paradigmáticos casos de ‘fascismo’: a Itália e Alemanha. Regimes que, argumentava-se, e por diversas razões, não tinham seguido à linha os modelos originais, falhando num número de testes (como a visão revolucionária,

liderança carismática, etc), razão pela qual um alargado número de ditaduras no período entre-guerras (quer rotuladas como fascistas ou não) foram largamente tratadas como imperfeitas. No entanto, apesar destas diferenças, todos estes regimes partilhavam um elemento de partida político-quantitativo, bem como uma direcção pós-liberal, híper-nacionalista, fortemente anti-democrática e veementemente anti-socialista, engajando com novas formas de mobilização das massas e embarcando numa série de novas experiências de controlo social e desenho institucional. Parece-nos no entanto que, apesar dos contributos de métodos comparados na análise histórica, esta fobia taxionómica e classificatória pode correr o risco de repousar numa espécie de metafísica formalista inspirada numa visão redutora da ciência policia, de onde a contextualização histórica pode ser radicalmente evacuada se não tomada em consideração.

Em 1991 Roger Griffin romperia o molde de algum imobilismo interpretativo e de reflexões casuísticas para apontar a importância das relações trans e infra-institucionais no espaço político europeu. E que, emanando dos principais centros (Alemanha e Itália), produziam importantes consequências nas periferias europeias, estendendo-se assim os seus efeitos muito para além das suas fronteiras nacionais, gerando em seu torno um movimento de forte influência formativa e empoderadora num continente (europeu) radicalmente poroso e pronto para, a diversos níveis, a receber. Neste sentido, e considerando que nenhum regime de tipo fascista é um fenómeno monolítico ideológico, a eficácia do contágio a partir do centro terá muito a ver com as especificidades de cada contexto histórico nacional – e das suas diversas elites -, e da sua capacidade de receber, potenciar e adaptar tais influências. Naturalmente que auxiliou o impacto de tal predomínio a frequência e a rapidez das comunicações, o circular de jornalistas e intelectuais, o proliferar (quantitativo e qualitativo) das formas de publicação que impulsionavam ideias a viajar mais longe e mais rapidamente. Desta forma facilitava-se o acesso e selecção das *boas* experiências políticas, que se espalhavam, adaptavam e modificavam de acordo com as circunstâncias localizadas, assim enriquecendo um complexo e dinâmico processo transnacional promotor de aprendizagem política, fertilização cruzada, e competição (Griffin, 1991, 1993, 2014). Sem que Portugal tenha merecido destaque especial

nestas reflexões, a nossa tese enquadra-se nesta linha, pois iremos explorar ao longo deste trabalho – através da análise do caso português – a forma como um país periférico se entende, se posiciona e se propaga no ambiente poroso da política internacional dos anos 30, e como neste processo convoca, contracta e atrai para a sua defesa um conjunto selecionado de intelectuais e homens de letras que circulam e intervêm no espaço publicado europeu, desenhando uma estratégia dedicada a aproveitar a influência de tais personalidades publicas para a defesa do Portugal no estrangeiro. E esperemos que seja expresso neste trabalho, de forma inequívoca, a forma como o Estado Novo português agiu no sentido de se apresentar como uma *boa* experiência, como um modelo de transição do liberalismo para o autoritarismo assente em parâmetros doutrinários e ideológicos próprios que, mesmo identificado como filial do fascismo, manteria retórica diferenciada dos enunciados pelos casos italianos e alemão, em especial a partir do início da segunda metade dos anos 30.

Difusão, Contágio, Propaganda

Em todo o caso, este conceito de hibridização estabelecia uma nova relação entre autoritarismo e fascismo, confrontando ideias estabelecidas e fórmulas e experiências políticas operando num campo aberto cheio de novas oportunidades para radicais que frequentemente lutavam por ‘vantagens competitivas’ entre eles (Griffin, 2014). Estes entrosamentos dinâmicos, transnacionais, gerariam um intenso campo de circulação de ideias e práticas que marcariam a experiência do fascismo e autoritarismo no entre-guerras de forma bem mais intensa que previamente assumido (Griffin, 2014). Estas intersecções, e os seus resultados (pretendidos ou não), diluiriam ainda as fronteiras das categorias conceptuais e das classificações rígidas, redireccionando o foco analítico de um resultado observável para o processo subjacente, para apreciações retrospectivas baseadas em introspecções que forneciam não só uma metodologia mais empática, mas um melhor entendimento das forças e influências que definiram estes regimes políticos híbridos no e através do tempo, deixando de preocupar a busca por definições perfeitas, ou em cobrir o espaço entre a ciência política e a história comparada (Griffin, 2014). Esta hibridização dinâmica, deve ser entendida como o processo através do qual ideias,

discursos, experiências institucionais e decisões políticas ocorridas num determinado lugar, país, transpunham e influenciavam outro, alterando-os como resultado da consequente apropriação e re-contextualização nacional (Griffin, 2014). É o que acontece, por exemplo, na visita do jornalista Béla Kovrig a Portugal em 1938, enviado pelo então Primeiro-Ministro húngaro Béla Imrédy com intuítos de estudar o SPN. Depois de alguns artigos no *Nemzeti Ujság*, Kovrig seria convidado para assumir a liderança do equivalente ao SPN húngaro. Tal movimento de hibridização dinâmica sugere um quadro metodológico que reconhece o valor heurístico do fenómeno genérico (do Fascismo) mas ao mesmo tempo procura encontrar as suas trajetórias históricas explorando como os actores individuais, contemporâneos, o perceberam e operacionalizaram, em diferentes momentos e diferentes contextos (Griffin, 2014). Espaços e percursos previstos e enunciados por Griffin, mas por ele não explorados, e que em parte nos propomos fazer, na exploração dos mecanismos de difusão, impacto e recepção do salazarismo (em sentido lato) no espaço político e intelectual europeu dos anos 30.

Neste tema do contágio e difusão, Aristotle Kallis acrescentaria que a forma de transmissão poderia ter importância em determinar o impacto, acrescentando ainda que em casos onde os canais inerentes de inspiração, empréstimo, adaptação e reinterpretação (re-contextualização) simplifiquem tais processos, os mesmos podem ser reduzidos a um fluxo unidirecional de imitação passiva, não contemplando as necessidades, narrativa e política, de adaptação nacional. No entanto, reconhecia que as questões sobre as diferentes percepções e inputs dos diversos actores individuais nestes processos permanecem ainda por explicar, em especial nos casos das transições ao autoritarismo da Europa do entre-guerras (Kallis, 2014). Uma lacuna que propomos começar a colmatar com o exemplo do caso português, pois pretendemos identificar esses mesmos mecanismos de transmissão, como utilizados pelo Secretariado de Propaganda Nacional em articulação com a máquina diplomática do Estado, e desmontar a estratégia seguida pelo Estado Novo no seu processo de internacionalização. Isolamos estas contribuições de Roger Griffin (e Kallis) não porque tenham cunhado o termo *para-fascismo* ou explorado as origens palingenéticas do fascismo, mas por terem alargado e desmistificado os

pontos de contacto entre regimes autoritários durante o *Ventennio* Fascista, o que permitiu uma análise em rede, e não isolada em cada caso (Kallis, 2014). Recordemos que em *The nature of Fascism*, Roger Griffin introduziu os termos de *Palingenético* e *Para-fascismo*, noções associadas ao conjunto de regimes que, tomando como fonte de inspiração primeiro o fascismo, depois o nazismo, deles se afastavam por não seguirem a sua agenda e cartilha eminentemente revolucionaria, bem como o desígnio final de criar uma nova sociedade e um novo homem (Griffin, 1991, 1993). Muitos destes regimes para-fascistas combinavam aspectos selecionados, reflexivos e adaptados do fascismo radical, nomeadamente as suas organizações para-militares, as estruturas de enquadramento social e económico, as estruturas de arregimentação da juventude, as instituições de organização do lazer, as actividades de mobilização das massas (organizadas em torno de um novo calendário, simbolicamente construído), os esforços para estruturar um Partido único, o alargamento das redes da polícia política, ou o culto do líder. Comportamentos encaixados nos padrões e características de ditaduras de matriz anti-socialista, desdém pelo sistemas demo-liberais, censura apertada, e um nacionalismo exacerbado e alicerçado em políticas de identidade nacional (Kallis, 2014). Interessante ainda, de um ponto de vista taxiomático, é a relação ambivalente entre muitos destes regimes, ambiciosos na importação de partes do modelo fascista, ao mesmo tempo que combatiam partidos fascistas autóctones (Kallis, 2014).

Em contraste com Payne, Mann, Paxton e outros académicos que procuram separar o fascismo do ponto de vista conceptual, analítico e linguístico de outras formas da 'direita' europeia no entre-guerras, Griffin rotulou esta categoria interina como para-fascismo, reconhecendo este espaço residual não só como existente mas maioritário (Kallis, 2014). No entendimento de Aristotle Kallis, a intrigante ambiguidade do prefixo 'para' proporcionara ao termo uma qualidade dinâmica, indicando proximidade, similaridade qualitativa e condicional, apêndice, variação, mas também periferização, distorção ou mesmo defeito. Reconheceu ainda a complexa realidade da hibridização, ao nível das ideias e das práticas políticas, e a influência exercida pelo fascismo num conjunto de movimentos e regimes no mapa

da Europa do entre-guerras, considerando o *para-fascismo* como um ponto de partida de sucesso para a exploração de um espaço político radical pós-liberal, anti-democrático e anti-socialista, e como principal fonte de inspiração para (um nunca atingido) ponto de chegada. Já Michael Mann acrescentaria que a Europa do entre-guerras tinha experimentado profundamente o multifacetado e disseminado desafio à legitimidade política e moral da democracia liberal, onde a percepção do sucesso e dinâmica das experiências políticas radicais em Itália e na Alemanha funcionaram como um poderoso catalisador para a difusão desse ponto de origem autoritário (e pós-liberal) pelo Velho continente, providenciando uma poderosa confirmação da emergência do pós-liberalismo/autoritarismo como fórmula alternativa, despedaçando o tabu do pluralismo (político), destruindo liberdades colectivas e individuais, e re-conceptualizando dramaticamente as relações entre o indivíduo, a sociedade e o Estado (Mann, 2004, 2011; Kallis, 2014). Neste sentido, a vitória do fascismo em Itália, e a sua difusão no espaço europeu nas duas décadas seguintes, produziu um efeito demonstrativo espectacular que desafiou as difusões antecedentes, quer as levado a cabo pelas democracias como pelo socialismo, desafiando fortemente a dinâmica da revolução socialista no imediato pós Guerra (Kallis, 2014). Ainda segundo Kallis, o disperso e intenso autoritarismo transnacional na Europa do entre-guerras inter-relacionara dois níveis: o da partida *de* e o de partida *para*. Ou seja, identificava o ponto de origem e o da perceptiva chegada, o que por um lado significava uma enfática rejeição do liberalismo e democracia parlamentar, favorecendo por outro o regresso a sistemas de governo autoritários e repressivos (Kallis, 2014).

Assim, utilizando o prefixo *para* como alternativa operativa aos conceitos de fascizante, pseudo-fascismo, proto-fascismo ou semi-fascismo, Griffin conotava-o com uma «alteração, perversão, simulação do fascismo ‘real’ como definido» pela historiografia (Griffin, 1991, 1993, 2014). Neste sentido, «um regime para-fascista, apesar de ritualista no seu estilo de política, bem orquestrado o seu culto do líder, retórica palingenética, implacável o seu aparelho de terror, assustadora a sua liga paramilitar, dinâmica a sua organização de juventude ou monolítico o seu partido estatal, irá entender o fascismo genuíno como uma *ameaça*. E apesar de poder ser

forçado a procurar a cooperação de um movimento fascista para assegurar apoio popular, ou para neutralizar inimigos comuns (nomeadamente o socialismo revolucionário), tal regime tomará a primeira oportunidade para o neutralizar (Griffin, 2014). E identificava o inglês como putativos regimes para-fascistas o de Dolfuss na Áustria, Metaxas na Grécia, o Estado Novo de Salazar, o Japão Imperial sob a Associação de Assistência ao Regime Imperial [criada em 1940]. Todos partilhavam em diversos graus, em sua opinião, uma géneses similar, emergindo no contexto histórico particular moldado pelo colapso da credibilidade das democracias liberais no pós I Guerra Mundial, como forma viável de governo alternativo à teoria de progresso iluminista (Griffin, 2014). Assim, para-fascismo pode e deve ser visto diacronicamente como parte do conservadorismo modernizador ou da tradição contra-iluminista. Sincronicamente a sua tentativa de criar uma síntese de tradição com o fascismo ‘de topo’ é moldada por uma constelação particular de forças que ocorreu não só na Europa mas num número de sociedades não-ocidentais que sofreram do impacto da modernização global, do combinado embate da Primeira Guerra Mundial e do bolchevismo na credibilidade do modelo capitalista/democrático para o futuro das sociedades ocidentais (Griffin, 2014). Rapidamente esta alternativa seria legitimada pela apreciação de muitos observadores estrangeiros, que entendiam que o modelo fascista de Mussolini oferecia uma solução dinâmica, poderosa e criativa para os problemas causados pela modernização de nações subdesenvolvidas numa idade de instabilidade global e ameaça comunista (Griffin, 2014). Um modelo que nacionalizava as massas, ceifava as energias populares e permitia alcançar o estatuto de uma (grande) potência moderna, sem que se sacrificassem os elementos centrais da hierarquia social tradicional, das suas elites dominantes e das ideologias que a legitimavam (Griffin, 2014).

Em todo o caso, a forma como o fascismo foi percebido acabaria por ser bastante diferenciada no campo da direita. Assim, se a direita radical hiper-nacionalista o via como despoletando um efeito-dominó que em breve varreria liberais, socialistas e conservadores, marcando uma quebra sísmica com o passado e forçando a história a entrar numa nova fase; a direita conservadora e autoritária via

nos mesmos eventos a ultrapassagem irreversível da era do demo-liberalismo, marcando o caminho para um novo tipo de alternativa ditatorial autoritária, populista e mobilizadora das massas, demonstrando uma estratégia viável e imensamente efectiva para obliterar a esquerda (Kallis, 2014). E enquanto alguns apreciavam o *elan* revolucionário do fascismo, outros prezavam a mensagem de ordem, eficácia, hierarquia, capacidade resoluta para resolver problemas, ou eram atraídos para o que Paxton chamou de plumagem do fascismo, ou seja, a sua estética, rituais, simbologia (Paxton, 2004; Kallis, 2014). O Terceiro Reich iria proporcionar um modelo mais radical, expansionista e violento, que prometia oferecer um solução testada de ressurreição de um país de rastos, que tinha conseguido restaurar o seu orgulho nacional, combater uma intratável política internacional e lidar eficazmente com os assuntos domésticos que previamente haviam deixado o país dividido e impotente (Griffin, 2014). Ambos os regimes – italiano e alemão-, depois de liquidada qualquer oposição e controlado o aparelho do Estado, iriam apostar em restaurar o orgulho nacional, acabar com a anarquia e a fraqueza do Estado, e orquestrar um ressurgimento nacional interventivo no palco internacional.

Para muitos, o mundo em 1920, de base wilsoniana, alimentava um tipo de sociedade de massas baseado na democracia americana, no seu materialismo, individualismo e secularismo, o que poderia representar um pesadelo, um ‘fim da História’ para muitas das elites políticas europeias que viam, alternativamente, nas diferentes maneiras do fascismo e do para-fascismo uma saída do labirinto da modernidade sem se renderem aos dois mortais «C’s»: Caos ou Comunismo (Griffin, 2014). Neste sentido, os novéis regimes fascistas acabariam por curvar o espaço da política do entre-guerras em seu redor, afastando-o da democracia liberal e em torno de uma autocracia plebiscitária, ou semi-plebiscitária (Griffin, 2014). E como resultado, quando a crise económica e social dos anos 20 e 30 se aprofundou, as elites tradicionais procuraram controlar as forças emancipatórias soltas pelo poder do liberalismo, da democracia e dos sindicatos, e pelo investimento nas esperanças e sonhos das massas, não através da sobrevivência da democracia liberal, mas em modelos fascistas ou filo-fascistas (Griffin, 2014). Muitos então não procuraram

formas de liberalizar a sociedade ou a política mas antes em a fascizar através do topo, de forma a subordinar as força subversivas das massas, e gerar uma nova base pseudo-populista de legitimação para governos ditatoriais que conseguissem encorajar a participação da Igreja, aristocracia, negócios, burguesia, elites tecnocratas e o ‘povo’, liquidando implacavelmente os elementos anárquicos que desafiavam vigorosamente o *statu quo* (Griffin, 2014). Obviamente, cada Estado para-fascista adaptava-se adequadamente ao seu contexto nacional, apesar de padrões significativos de afinidade serem com alta probabilidade encontrados em regimes tão afastados (nos anos 30) como o Brasil de Vargas, a China nacionalista e o Japão imperialista (Griffin, 2014).

Ainda segundo Griffin, estes regimes eram a expressão da procura por uma modernidade alternativa, por um Estado que conseguisse lidar com os problemas sociais, económicos, políticos, ideológicos e espirituais colocados pela modernização, uma forma de evitar a anarquia e a anemia do liberalismo, a colectivização e destruição da tradição da Rússia Soviética, e o totalitarismo revolucionário do fascismo e nazismo (Griffin, 2014). Uma definição quase decalcada da situação portuguesa, ao que acrescentaríamos a necessidade de gerir a ambição de diversas elites e campos da direita civil e militar. Em todo o caso, concordamos com a perspectiva de Griffin de que o para-fascismo deve ser deslocado para o palco central da história política do entre-guerras, constituindo (por vezes) não só uma aguada e mimética versão do fascismo, mas um género de regime em direito próprio, bem mais numeroso nas suas permutações que o fascismo e o nazismo, e que, tomando o Estado Novo e a Espanha de Franco como exemplo, foi capaz de sobreviver o cataclismo da II Guerra Mundial, dispondo de uma considerável maior longevidade que o fascismo ou nazismo (Griffin, 2014). Para mais, a tentativa do para-fascismo de fusão da tradição com a modernidade é um exemplo de um acto sincrético de uma utopia improvisadora típica de um modernismo político em luta por ultrapassar a “decadência” (Griffin, 2014). E qualquer alternativa política à democracia liberal nascida no período entre-guerras que contenha um sentido genuíno de regeneração na mente dos seus protagonistas, quer fascista como para-fascista, tem de ser distinguido do ‘conservadorismo reaccionário’ ou despotismo

arbitrário ou ditaduras pessoais desprovidas de dimensão utópica, modernista, futurista; associando-se a ideia de regeneração à necessidade das sociedades em expurgar o mal (Griffin, 2014).

Concordamos ainda que o advento do fascismo terá permitido que uma nova fonte energética emergisse, proporcionando um novo paradigma afastado das fórmulas associadas às ditaduras conservadoras tradicionais (quase exclusivamente baseadas em elites e oligarquias *dominantes*), dirigindo-se para dinâmicas políticas obcecadas com a mobilização das massas, imagens de activismo violento e perseguição dos inimigos; embutidas com noções orgânicas de nacionalismo exclusivista, e uma mentalidade disposta a transgredir as fronteiras do comportamento (político) aceitável. Em todo o caso, sem disputa será sempre o facto de que o período cronológico de encaixe do nosso tema terá sempre se ser considerado como o da *Era do Fascismo*, como um momento em que (novas) formas de nacionalismo revolucionário emergiram e se disseminaram, predominantemente, mas não exclusivamente, pelo espaço europeu, apresentando-se, para alguns, como uma alternativa radical, viável e operativa ao capitalismo liberal e moribundo, ao ultra-conservadorismo reaccionário e a um profundamente ameaçador comunismo (Griffin, 2010). Nos finais dos anos 20, inícios dos anos 30, a força gravitacional do fascismo era já bem patente em muitos movimentos contra-revolucionários (como o polaco, ou mesmo o português), antes ainda de Mussolini o ter proclamado uma universalidade a exportar, como um modelo-padrão, e procurando corporizar a imagem do Estadista moderno. Exemplo desta influência é a admitida admiração de Salazar pelo italiano durante o processo de edificação do Estado Novo, pois entendia o *Duce* como alguém capaz de direccionar o Estado no sentido deste fortalecer a sua autoridade, de acordo com a teoria corporativista, sem apresentar risco de uma nova ordem social revolucionária (Kallis, 2014). Anos mais tarde, acrescentaríamos, Salazar irá procurar introduzir-se, a ele e ao *seu* Estado Novo, na arena internacional do fascismo, num momento de consolidação da Nova Ordem (já sob bitola germânica), como um novo actor, semi-periférico, capaz de ombrear com os tradicionais centros de difusão. A estas premissas acrescentaríamos a necessidade que alguma elite (nomeadamente no campo da direita política, desconfiada dos

resultados da possibilidade de representação política e participação em executivos da *esquerda*) sentiu em repensar e reformar as funções do Estado, em garantir uma capacidade mais interventiva aos executivos, nomeadamente nas dimensões sociais e económicas (após a evidente incapacidade reactiva dos governos liberais em suster o impacto da crise de 29), em equilibrar as relações entre os órgãos executivos e legislativo-parlamentares e em admitir outras formas de organização institucional que permitam, por exemplo, estender a possibilidade de representação às ordens sociais e profissionais. Os anos subsequentes à debacle do sistema económico-financeiro internacional, no início dos anos 30, seriam marcados por este debate.

O processo de investigação, fontes e notas bibliográficas

Com base nas reflexões expostas, a nossa investigação focou a atenção na recolha de fontes e bibliografia coeva e contemporânea sobre transições institucionais, processos de edificação constitucional das novas entidades nacionais resultantes do desmembramento dos Impérios Austro-Húngaro, Russo, Alemão e Otomano (com especial ênfase nos Estados Sucessores), e sobre as características eleitorais destes regimes. Sucintamente, o objectivo era seguir, primeiro, a forma de instalação dos modelos institucionais de matriz liberal e democrática desenhados pelo Presidente Wilson e impostos pelos tratados de Paz que findaram a I Guerra Mundial, e compará-los com as características institucionais da I República Portuguesa. Depois, pretendíamos confrontar a sequência de refuta de tais sistemas e consequente substituição por modelos de matriz autoritária (de diversa natureza), de forma comparada com o caso português. Neste sentido, cedo nos interessou seguir a forma como o Estado Novo era apreciado no panorama internacional europeu, em especial depois de findo o seu processo institucional (1933-1935), que instrumentos de difusão criara, que linguagem e arranjo doutrinário utilizava, e para que propósitos. E prontamente nos deparámos com o acervo arquivístico que, dentro das estruturas do regime (em especial o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Secretariado de Propaganda Nacional), nos demonstrou que a partir da segunda metade dos anos 30 a comunicação (multifacetada) com o exterior assumiu muita importância, quer como alicerce internacional da *Política do Espírito*, como factor de

validação e controlo da narrativa do próprio regime (interna e externamente) e como veículo de exportação do modelo português a uma audiência interessada em fórmulas de transição para o autoritarismo complementares ao Fascismo e Nazismo. Assim sendo, o nosso processo de investigação assentou essencialmente em fontes primárias e coevas que, devido à sua proveniência essencialmente institucional, devemos assumir criticamente como condicionadas aos interesses que os serviços do Estado consideravam de valor para os seus propósitos, mesmo tomando em consideração que o ambiente político da época era bastante propício a apreciações bastante positivas em relação ao Estado Novo português.

Para a concretização dos nossos objectivos iniciais, que recordemos procuravam investigar comparativamente os sistemas constitucionais e eleitorais da Europa dos fascismos partindo do caso português (e suas potenciais influências), procedemos à recolha de fontes primárias que nos permitissem apurar as semelhanças e diferenças do conjunto dos textos constitucionais e leis eleitorais correspondentes a cada momento transicional, recolha devidamente complementada com a consulta de fontes secundárias, bibliografia coeva e contemporânea, que nos permitisse seguir, do ponto de vista qualitativo e analítico, os debates e os conflitos políticos subjacentes a tais momentos de transição sistémica. Assim procurámos pela presença do Estado Novo português, e de Salazar, no panorama mediático internacional, desejando com esta recolha apreciar a dimensão da visibilidade e influência do modelo português na vida política e intelectual destes países europeus. Em concreto, esta pesquisa centrou-se nos seguintes eixos: (1) bibliografia secundária comparada sobre a Europa do período entre-guerras, em geral, e anos 30 em particular, (2) bibliografia específica sobre cada um dos casos/países em análise, (3) fontes primárias de natureza institucional e jornalística. Produzida parte desta investigação, fomos confrontados com a falta de tradução adequada de muitas destas fontes primárias, nomeadamente os textos de cariz eleitoral, dificuldades alargadas à imprensa de cada um dos países que tínhamos interesse em analisar¹⁴.

¹⁴ Assim, por exemplo, apesar de termos conseguido obter originais da lei eleitoral Jugoslava de 1935 ou da lei eleitoral polaca do mesmo ano, em ambos os casos as mesmas encontravam-se nas suas

Verificada a impossibilidade de levar a bom porto as nossas intenções originais, e uma vez que já tínhamos iniciado o processo exploratório do impacto do Estado Novo e de Salazar no estrangeiro, decidimos continuar a investigar a influência do modelo português nos processos de transição institucional para modelos autoritários no quadro da Nova Ordem Europeia, no epicentro cronológico da Era dos Fascismos. Na sequência desta deriva mergulhámos na recente literatura sobre os fascismos comparados que, como vimos, depois de se ter afastado dos estudos de caso, e da análise concentrada dos centros macrocéfalos tem dedicado atenção ao estudo de algumas dimensões transversais que atravessam a maioria dos regimes para-fascistas, nomeadamente ao intercâmbio cultural e intelectual, à polinização cruzada e às questões da difusão. Para tal estendemos a nossa investigação ao material produzido internamente pela rede de Embaixadas e Legações portuguesas espalhadas pela Europa e pelo mundo, com especial atenção ao espaço periférico europeu, iniciando assim um processo intelectual (e académico) que, desviando-nos dos nossos desejos iniciais, nos transportasse para resultados escolares de relevância, procurando manter contacto forte com os desideratos demonstrados aquando da apresentação do nosso projecto de tese, ou seja, a apreciação comparada da influência portuguesa nos processos de transição institucionais da Nova Ordem Europeia. Julgamos ter encontrado este meio-termo na apreciação internacional do modelo do Estado Novo português no contexto da Nova Ordem europeia, em especial na segunda metade dos anos 30, não só devido ao conjunto de transições institucionais verificadas no espaço político europeu, mas essencialmente porque a partir de 1934 são evidentes as intenções do regime luso em apresentar o Estado Novo como uma retórica 3ª via católica e corporativa ao estatismo fascista e paganismo nazi, proposta bem explícita em *Une Revolution dans*

versões (e alfabetos) nacionais. Perante tal problema, procuramos utilizar diferentes tecnologias hoje ao dispor das ciências sociais para tradução de textos, primeiro programas de OCR para transpor os textos gravados em PDF para ficheiros de Word, corrigi-los de forma a estarem em sintonia com a versão original, e depois transporta-los para o tradutor do Google, utilizando a sua versão em inglês (por ser esta geralmente a mais bem trabalhada, e de melhor fiabilidade). Depois de concluído este processo, uma vez que nos encontrávamos sediados em Budapeste (como Guest Research Fellow na Central European University), recorremos a colegas que dominassem as línguas em causa. A estratégia revelou-se pouco operativa, pois quando confrontados com a tradução, com lástima concluímos que a mesma não adequava aos nossos intuitos devido à dificuldade de transpor alguma da terminologia técnico-legal para um léxico jurídico que permitisse a sua comparabilidade com o modelo português.

la Paix e Comment on relève un État, ambos textos dados à estampa em 1937, reunindo selectas compilação de intervenções de Salazar.

Já sob estes novos parâmetros, desenvolvemos investigação em diversas bibliotecas e arquivos especializados, nomeadamente em Lisboa, Budapeste, Belgrado e Varsóvia, assim como em diversos portais e bases de dados *online*, em especial a Gallica, excelente para a pesquisa de periódicos e revistas em língua francesa. Nestes arquivos a nossa atenção focou-se essencialmente na procura de referências a Portugal, ao Estado Novo e a Salazar, por um lado, enquanto por outro procurámos fontes que nos possibilitassem um melhor entendimento sobre os debates públicos que nestes países ocorreram sobre a (re)forma do Estado, seu desenho institucional e constitucional e, quando possível, sobre os sistemas eleitorais. Na prática, e novamente por impedimentos linguísticos, acabámos apenas por recolher dos arquivos de Varsóvia, Budapeste e Belgrado um conjunto de fontes primárias de natureza institucional e legislativa e as referências publicadas sobre Portugal. No arquivo dos Negócios Estrangeiros, bem como no Arquivo do Secretariado de Propaganda Nacional depositado na Torre do Tombo, encontrámos diversas pastas com referências a artigos que, no estrangeiro, eram publicados sobre Portugal, e agregados pelos serviços de clipping do SPN e pelas Legações portuguesas espalhadas pelas capitais europeias, com a vantagem destes cortes de imprensa e relatórios serem, na maioria dos casos, traduzidos para português, ou francês quando tais serviços de tradução não se encontravam ao dispor.

No que respeita a bibliografia portuguesa, e com a excepção do capítulo de Hermínio Martins no volume de Stuart Wolf, somente após o final do Estado Novo a academia lusitana conseguiria se libertar das condicionantes intelectuais que tratavam o processo formativo do regime salazarista de forma hagiográfica e iniciar um processo de produção crítica de análise. Assim, devido a longevidade do regime português, tivemos de esperar até finais da década de 70 para receber os primeiros trabalhos pioneiros, destacando os de Manuel de Lucena, Manuel Villaverde Cabral, João Medina e António de Figueiredo; seguidos dos de Eduardo Lourenço, Fernando Piteira Santos, César Oliveira, as obras gerais de Oliveira Marques, Joel Serrão e

António Reis. Durante a década de 90 e já no novo milénio, estes trabalhos de apreciação generalista e contextualizada, ainda que ainda demasiado focados em questões nacionais, foram continuados por académicos como Fernando Rosas, António Costa Pinto, António José Telo, António Louçã, João Paulo Avelãs Nunes, José Rebelo, sem referir os que adiante faremos alusão específica¹⁵.

A nossa pesquisa bibliográfica seguiu três vectores. Em primeiro lugar, e ainda acompanhando a nossa linha original, trabalhos que tratassem do processo constitucional do Estado Novo e que se debruçassem não somente nos seus pormenores técnico-legais mas também no comportamento das suas elites constitutivas. Neste ponto destacamos o excelente conjunto de ensaios de António Araújo sobre a Constituição de 1933 (Araújo, 2007) e os trabalhos de Fernando Rosas, Braga da Cruz, Luís Reis Torgal, João Paulo Avelãs Nunes e Valentim Alexandre sobre a formação do Estado Novo (Rosas, 1989b, 1989c, 2013; Braga da Cruz, 1982a; Reis Torgal, 1993, 2008, 2009a, 2009b; Avelãs Nunes, 2000; Alexandre, 2006). Também nos socorremos da recolha de imprensa, nacional e estrangeira, efectuada por Helena Matos para o seu trabalho sobre a construção do mito de Salazar (Matos, 2003, 2004), da biografia de Salazar (Ribeiro de Meneses, 2010) e, como fonte coeva, as notas de Ivens Ferraz sobre o seu ministério, superiormente comentadas por César Oliveira (Ivens Ferraz, 1988)¹⁶. A estas publicações, debruçadas mais especificamente sobre os momentos decisivos do desmantelamento do Estado liberal e consequente substituição por um modelo autoritário, devemos ainda adicionar o trabalho acumulado por académicos como Fernando Rosas (1985, 1989c, 1989d, 1994, 1995a, 1995b, 1996, 2004), António Costa Pinto (1989a, 1989b, 1992, 1994), ou Manuel Loff (1996, 2008b), para citar apenas alguns. A estas referências acrescentámos ainda os trabalhos que se preocuparam com a definição de regime que legalmente persiste em Portugal entre 1933 e 1974, e que, explorando as suas

¹⁵ Martins, 1969; Cabral, 1976, 1982; Medina, 1977, 1978, 1979, 1982, 1996; Lucena, 1976a, 1976b, 1984, 1994; Figueiredo, 1975; Piteira Santos, 1982; Lourenço, 1982; César Oliveira, 1985, 1987, 1991; Marques e Serrão, 1987-2004; Reis, 1989-1993; Telo, 1991, 2000; Louçã, 2005a, 2005b, 2005c; Avelãs Nunes, 1993, 2000; Rebelo, 1998. As referências a Fernando Rosas e António Costa Pinto serão identificadas com mais detalhe adiante.

¹⁶ A estes trabalhos, sem referências directas no nosso trabalho, não queríamos deixar de acrescentar as sínteses de António Pedro Mesquita (Mesquita, 2007), e os importantíssimos comentários de Fátima Patriarca ao Diário de Leal Marques, chefe de gabinete de Salazar entre 1928 e 1940, anos decisivos da formação do novo regime português (Patriarca, 2006).

diversas características, procuraram inseri-lo nas tipologias de análise de regimes políticos de matriz anti-liberal e autoritária, destacando-se os contributos, já citados, de Fernando Rosas, Luís Reis Torgal, António Costa Pinto, essencialmente. Também devemos fazer referência aos dicionários e cronologias sobre o Estado Novo, com destaque para os volumes coordenados por João Morais e Luís Violante (1985), Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto (2005), Fernando Rosas e José Brandão de Brito (Rosas e Brito, 1996), Pedro Ramos de Almeida (1999), António Barreto e Maria Filomena Mónica (2000), Helena Matos (2003, 2004) e José Adelino Maltez (2004-2005). Finalmente, e para fechar as referências ao processo fundador do Estado Novo, consultámos um alargado conjunto de intervenções da época, de onde individualizamos as de António de Oliveira Salazar, destacando as compiladas nos seus volumes de discursos, em especial os seus 4 primeiros volumes, as entrevistas a António Ferro e as diversas traduções destas compilações, que adiante identificaremos com mais atenção.

Em segundo lugar, procurámos transportar estas duas linhas investigativas para o panorama internacional, com foco no conjunto de países periféricos que pretendemos apreciar. Neste sentido procurámos por obras que contextualizassem o nosso período de estudo, em geral, e as origens e disseminação do fascismo em particular. E para estas primeiras impressões de carácter geral e comparativo socorremo-nos de uma plêiade de trabalhos de onde destacamos os de Ivan Berend, Conan Fisher, Paul N. Hehn, Joseph Held, John R. Lampe e Mark Mazower, Stephen J. Lee, Stanley G. Payne, Zara Steiner, Balázs Trencsényi, Charles Feinstein, E. H. Carr, Dan Diner, Derek Aldcroft, Ivo Banac e Katherine Verdery, Gerhard L. Weonberg, Martin Blinkhorn, Zeev Sternhell, Enzo Collotti, Renzo de Felice, Peter Watson, Stephen Fischer-Galati, Christian Joerges e Navraj Singh Ghaleigh, Luca Nogler¹⁷. Depois, desenvolvemos uma consulta que nos permitisse seguir cada um dos potenciais casos de comparação. Sobre a Áustria consultámos inicialmente a obra coeva de Eric Voegelin, e depois as de Messner, Günter Bischof, Anton Pelinka e

¹⁷ Berend, 2001; Fisher, 2011; Hehn, 2005; Held, 1992; Lampe e Mazower, 2004; Lee, 1987; Payne, 1987, 1994, 2004, 2011; Aldcroft, 2006; Steiner, 2009, 2011; Banac e Verdery, 1995; Trencsényi, 2012; Feinstein, 1995, 2008; Diner, 1999; Weonberg, 1975; Watson, 2002; Blinkhorn, 2000; Collotti, 1992; Sternhell, 1995; Sternhell, Sznajder, Asheri, 1995; de Felice, 2005; Fischer-Galati, 1987; Joerges e Ghaleigh, 2003; Nogler, 2003.

Alexander Lassner sobre a era Dollfuss / Schuschnigg, F. L. Carsten sobre a I República austríaca (baseado na documentação britânica), Charles A. Gulick sobre a história austríaca dos *Habsburg a Hitler*, com especial atenção ao segundo volume, sobre o fascismo e a subversão da democracia, a compilação de Eric Roman sobre o Império Áustro-Húngaro e respectivos Estados sucessores, e o estudo de Martin Kitchen sobre o advento do fascismo na Áustria (Voegelin, 1936; Bischof, Pelinka, Lassner, 2003; Carsten, 1986; Gulick, 1948; Kitchen, 1980; Roman, 2003; Messner, 2004). Sobre a Bulgária destacamos o trabalho de R. J. Crampton e Stanley G. Evans, de Roumen Daskalov sobre a história da Bulgária de *Stamboliv to Zhivkov*, de Alexander Kiossev sobre o nacionalismo búlgaro entre as guerras, e de Tatiana Kostadinova sobre os desafios da Bulgária de 1879 – 1946 (Crampton, 1987, 1997; Daskalov, 2004, 2011; Kiossev, 1995 Kostadinova, 1995). Sobre a Checoslováquia, o volume editado por Mark Cornwall e R. J. W. Evans sobre o país no contexto da Europa fascista e nacionalista, Andrew Lass sobre o carácter do nacionalismo checoslovaco nos anos 30, Yeshayahu Jelinek sobre o partido Hlinka de Tiso e o trabalho de David Kelly sobre o fascismo checo (Cornwall e Evans, 2007; Lass, 1995; Jelinek, 1980; Kelly, 1995); da Grécia, o trabalho de Marina Petrakis e Jon V. Kofas sobre Metaxas, de John Koliopoulos e Thanos M. Veremis sobre a história grega desde 1921 e o volume editado por Theodore Couloumbis, Theodore Kariotis e Fotini Bellou sobre a Grécia no século XX (Petrakis, 2006; Koliopoulos e Veremis, 2010; Couloumbis, Kariotis, Fotini Bellou, 2003; Kofas, 1983); da Jugoslávia o livro de Stevan K. Pavlowitch e Fred Singleton sobre a história geral da Jugoslávia durante o século XX (Pavlowitch, 1971; Singleton, 1976) e de França, a colecção de ensaios de Brian Jenkins sobre a direita autoritária francesa na Era dos fascismos, bem como o trabalho de Robert Paxton sobre Vichy (Jenkins, 2005; Paxton, 2001). Sobre a Hungria, destacamos as memórias de Miklós Horthy, o estudo de Thomas Lorman sobre a Hungria contra-revolucionária (1920-1925), o excelente resumo da história húngara no século XX produzido por Ignác Romsics, o volume editado por Nándor Dreisziger sobre a Hungria na Era da Guerra Total, de onde se destacam os artigos do editor sobre o regente Miklós Horthy e de Steven Várdi sobre o impacto do Tratado de Trianon e irredentismo húngaro, Mária Olmos sobre a Hungria no período entre-guerras, e o artigo de Miklós Tomka sobre o debate em torno do totalitarismo na

Hungria (Horthy 2000 [1957]; Lorman, 2006; Romsics, 1999, Várdi, 1998; Dreisziger, 1998a, 1998b; Olmos, 2007; Tomka, 2007).

Sobre a história recente da Polónia encontramos dois períodos bem distintos de produção historiográfica, um primeiro nos finais dos anos 60 e anos 70, com destaque para o trabalho pioneiro de Joseph Rothschild sobre o Golpe de Estado de Pilsudski (Rothschild, 1933, 1966) e os de Antony Polonsky, Edward Wynot e Piotr Wandycz sobre a segunda República e de Dziewanowski sobre a Polónia no século XX (Polonsky, 1972, Wynot, 1974; Wandycz, 1993 [1974]; Dziewanowski, 1977), temas reinterpretados já depois do milénio por Norman Davies ou Peter D. Stachura, o primeiro mais analítico, o segundo com excelente uso e divulgação de fontes primárias (Davies, 2001, 2011 [2005]; Stachura, 2004). Também de bom uso destacamos a publicação coeva de Robert Machray, publicada em 1936 sob o título *The Poland of Pilsudski*, o trabalho de Alexandra Wangler sobre identidade polaca e o de Andrzej Chojonowski sobre a *Sanacja* (Machray, 1936; Wangler, 2012; Chojonowski, 1995). Nos Países Bálticos destacamos a produção produzida essencialmente após obtenção da independência da URSS, nomeadamente a publicada por John Hiden e Patrick Salmon sobre as nações bálticas no século XX, de David Kirby sobre a periferia do Norte da Europa, Kevin O'Connor sobre a história dos Estados Bálticos, e de Arvids Ziedonis Jr., Willian L. Winter e Mardi Valgamae sobre a História do Báltico (Hiden e Salmon, 1991; Kirby, 1995; O'Connor, 1991; Ziedonis Jr., Winter e Valgamae, 1974). No que respeita a Roménia, destacamos os recentes trabalhos de Constantin Iordachi e Radu Ioanid sobre a Legião do Arcanjo Miguel, de Katherine Veredy e Marian Papahagi sobre ideologia na Roménia do entre-guerras e as histórias gerais de Georges Castellan e Kent Treptow (Iordachi 2004; Ioanid, 1990; Veredy, 1995; Papahagi, 1995; Castellan, 1989; Treptow, 1996).

Finalmente, e em terceiro lugar, a nossa investigação procurou ainda detectar o estado da arte sobre a presença e influência do Estado Novo português – e de Salazar – no panorama internacional, e em especial o europeu – durante a primeira fase do regime, ou seja, até ao início dos anos 40 ou ao término da II Guerra Mundial (1945). Neste ponto verificamos que a academia portuguesa e internacional tem dedicado pouca atenção às redes e dinâmicas entre o Estado Novo

e outros regimes político na Europa da Nova Ordem. Dos poucos trabalhos levados à estampa destacamos os de João Medina, Helena Pinto Janeiro e Emmanuel Hurault sobre Salazar em França (Medina, 1977; Pinto Janeiro, 1999; Hurault, 1998), Simon Kuin e Irene Flunser Pimentel sobre as relações entre Portugal e Itália (Pimentel, 1995; Kuin, 1993); István Rákóczi sobre as Relações diplomáticas entre Portugal e a Hungria no período de entre-guerras (Rákóczi, 1999); Reto Mónico e Joana Gaspar de Freitas sobre Portugal e a Suíça (Reto, 2010-2011; Gaspar de Freitas, 2003), João Medina, António Louça, Mário Matos, Orlando Grossegessee, Irene Pimentel e Claudia Ninhos e Ansgar Schäfer sobre as relações entre Portugal e a Alemanha Nazi (Medina, 1998; Louça, 2005c, Matos e Grossegessee, 2011; Schäfer, 2011; Pimentel e Ninhos, 2013) e finalmente Luís Reis Torgal e Helena Matos sobre as representações de Salazar no estrangeiro (Reis Torgal, 2008, Matos, 2003, 2004).

Plano de Tese

Nesta longa introdução, reflexão bibliográfica e crítica de fontes, fomos deixando pistas suficientes para que o nosso plano de tese esteja claro: pretendemos, ao longo de três partes cumulativas, desvendar, descrever e interpretar como e se o Estado Novo português pretendeu durante a segunda metade da década de 30 se posicionar no panorama internacional da Nova Ordem como um actor independente, com méritos validados e como potencial alternativa e caso de sucesso para países em processos de substituição dos seus modelos liberais, em procura de caminhos alternativos à influência das grandes potências e centros difusores da época, a Alemanha Nazi e a Itália Fascista.

Na busca destes propósitos interessa-nos dedicar uma parte ao processo de construção do modelo político português depois de uma curta resenha histórica do primeiro quartel do século XX português. Decidimos fazê-lo para, à luz de outros processos comparados (que seguiremos ao longo do texto), inserirmos os processos portugueses na sua contemporaneidade, e desmontarmos leituras que procurem, ou tem procurado, apresentar Portugal como um caso isolado no panorama europeu. E procuraremos demonstrar que, antes pelo contrário, a história política e social portuguesa nas primeiras décadas do século XX insere-se totalmente nas grandes

narrativas e processos do seu tempo, com as devidas adaptações e excepcionalidades. Finda esta contextualização interessa-nos seguir a trajetória doutrinária, intelectual e política da sua principal figura, António de Oliveira Salazar, como inserido e interpretado por alguns intelectuais, jornalista e escritores que, intervindo nos jornais europeus e próximos das redes internacionais da Nova Ordem, apoiavam e/ou se interessavam pelos resultados políticos e matriz doutrinária do regime luso, ou seja, gente essencialmente (mas não só) proveniente do campo católico, radical, conservador e tradicionalista. Por serem as características pessoais do ditador português, os seus discursos e retórica essenciais na apreciação internacional do processo de constitucionalização do Estado Novo, e um dos vectores da sua propaganda externa, iremos seguir a forma como Salazar assumiu as rédeas do poder, se definiu doutrinariamente através de discursos públicos (e respectivas traduções) e como liderou o processo de constituição institucional luso, o que faremos em perspectiva comparada e apreciativa, seguindo não só o debate que ocorreu em Portugal entre 1931 e 1933, as dinâmicas de compromisso assumidas durante as diferentes versões da (futura) Constituição de 33, como a forma como o mesmo foi criticamente interpretado e considerado internacionalmente.

A segunda parte deste trabalho será dedicada à apresentação da máquina de Propaganda internacional do Estado Novo, dos seus instrumentos de difusão, estratégias de disseminação e capacidade de influência. Estas irão assentar maioritariamente no Secretariado de Propaganda Nacional (adiante SPN) e na rede diplomática colocada no terreno pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (adiante MNE). Nesta parte é nossa intenção descrever como as diferentes peças da máquina funcionavam e se articulavam entre si, como foram desenhadas as estratégias de procura da consolidação de uma posição fortificada e independente por parte do Estado português no contexto internacional da Nova Ordem no que respeita os seus pressupostos e posições ideológicas e doutrinárias. Iremos ainda apreciar o conjunto de publicações que objectivamente procuraram apresentar o modelo português como um caso de sucesso a replicar por Estados incorrendo em processos de substituição de instituições liberais por modelos de inspiração ou decalque

autoritário-fascista. Finalmente, a terceira parte será dedicada à apreciação do pensamento de Salazar, e do desenho institucional do Estado Novo, no mapa ideológico da Europa do entre-guerras, com destaque para a verificação (ou não) do impacto político e ideológico na semi-periferia europeia da estratégia apresentada nas restantes partes desta tese. Para tal iremos nos socorrer do conjunto de relatórios produzidos pelos serviços diplomáticos do Estado, em especial dos postos de Varsóvia, Bucareste e Budapeste, por serem estes os que apresentam, qualitativa e quantitativamente, maior volume de tráfego relevante. No final do texto apresentaremos as nossas conclusões.

Parte 1.

O Corporativismo (integral) de Salazar e as redes internacionais das revoluções conservadoras da Nova Ordem dos anos 30. Recepção e influências.

«O Século XX será o século do Corporativismo, como o século XIX foi o século do Liberalismo» (Manoilescu, 1934)

Escritas nas primeiras páginas de *Le Siècle du Corporatisme*, as palavras de Mihail Manoilescu encapsulavam o percebido triunfo do corporativismo integral sobre a democracia liberal e o socialismo internacional no panorama intelectual da Europa de meados dos anos 30. Assente em determinista afirmação encontrava-se a crença de que esta doutrina representava um inevitável avanço nas instituições políticas, paulatinamente alcançando maturidade na terceira década do século XX, marcando nova e hegemónica Era na arena ideológica europeia. Manoilescu defendia um conceito de corporativismo *integral e puro*: integral no sentido em que as corporações deveriam de ser dotadas de organização e direitos próprios¹⁸; e puro pois deveriam ser as corporações económicas e não-económicas a providenciar a base institucional – e única base de legitimação – para a edificação das estruturas legais nos regimes políticos contemporâneos (Manoilescu, 1934).

Acreditando que o «Liberalismo estava morto» e o «Socialismo exausto», Manoilescu assumia ser o corporativismo a expressão lógica para o qual a humanidade deveria naturalmente evoluir, política e ideologicamente, apesar de reconhecer a incapacidade filosófica do Corporativismo Integral ser apresentado como valor universal e eterno (como o Liberalismo e/ou o Socialismo tentaram ser) (Manoilescu, 1934). Neste sentido, da mesma forma que o liberalismo individual tinha suplantado o absolutismo nos finais do século XVIII, e perdido a hegemonia cultural para o socialismo durante o século XIX, deveria o corporativismo substituir estas duas ideologias durante o século XX, e inaugurar um novo devir histórico que

¹⁸ E não somente as corporações económicas como corporações sociais e culturais «da Nação», como a Igreja, o Exército, o sistema Judicial e educativo, a sanidade pública, as artes e as ciências

professaria o Corporativismo (integral) como o *l'Avenir*, como o futuro previsível das comunidades humanas (Manoilescu, 1934).

Publicando *Le Siècle du Corporatisme* em 1934, o intelectual romeno estava bem ciente que o espírito da (sua) época favorecia a verificação dos seus postulados, particularmente depois do crash bolsista de 1929 ter exposto a debacle pública do capitalismo *laissez-faire*, e depois da carnificina mecanizada patrocinada pelas principais potências Ocidentais na I Guerra ter simbolizando a decadência moral e civilizacional europeia. Por outro lado, o subsequente desmembramento dos Impérios da Europa Central potenciara o advento de novas entidades políticas, muitas procurando projectos que consagrassem a sua recém-adquirida autonomia a carecer de uma moderna construção identitária (e nacionalista). Consequentemente, emergiram disseminados pelo espaço europeu diversas reflexões sobre o conceito de modernidade espiritual, um debate em certa medida iniciado por Oswald Spengler em *Der Untergang des Abendlandes (O Declínio do Ocidente)* e sua edição revista *Perspectives of World History (Perspectivas da História Mundial)*. Publicados em 1918 e 1923 respectivamente, tais textos estimulariam a procura de uma regeneração da Alma Europeia e novos padrões identitários, muitos ancorados em projectos de regeneração etno-culturais de índole nacionalista e de sentido contrário às dinâmicas associadas às revoluções sociais do biénio rosso, que já referimos. E entendendo que uma revolução conservadora seria necessária para fornecer simultaneamente o enquadramento necessário para a próxima variação do espírito europeu e as respostas políticas para os imperativos do seu tempo, Manoilescu interveio neste debate advogando que o produto histórico inevitável do século XX, a sua forma (política) óptima e representação ideal do progresso, era o Corporativismo Integral; uma proposta doutrinária ancorada na narrativa histórica antiliberal e na tradição conservadora europeia, que deveria representar um «período histórico que tinha apenas começado» (Manoilescu, 1934).

António de Oliveira Salazar emergiria deste caldo cultural como o paladino da revolução conservadora portuguesa, uma *Revolução de Amor*, como lhe chamou Mircea Eliade (Eliade, 1942), simbolizando o que Manoilescu e outros viam como a habilidade das nações em entregar a iniciativa da transformação social (e política)

nas mãos de selectos indivíduos (Manoilescu, 1934; Eliade, 1942). Em meados dos anos 30, Salazar era entendido como a figura que podia conduzir Portugal para fora dos destinos pantanosos e anárquicos da primeira experiência republicana portuguesa e através de uma revolução nacional(ista) e de uma reforma constitucional radical promover um novo e organizado estado da *Res Publica*, sob égide de um *Novo Estado* corporativo assente na matriz vaticanista vinculada nas Encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*. Nos finais dos anos 30, a prática governativa de Salazar, a sua disseminada doutrina política e excelente imagem pública, amplamente referenciadas na imprensa internacional e fortemente propagadas nos círculos intelectuais da direita europeia, granjearam-lhe a reputação de ser um dos principais intérpretes do corporativismo autoritário europeu. E uma vez que a origem das suas principais matrizes ideológicas podem ser consideradas como um produto das apreensões socio-políticas, católicas, do *fin-de-siècle* e da síntese dos debates intelectuais ocorridos na direita europeia após o primeiro pós Guerra, as intervenções públicas de Salazar, o seu corpo doutrinário, bem como a sua acção política, deverão ser incorporadas no contexto da revolução conservadora trans-europeia em curso durante as segundas e terceiras décadas do século XX, e consideradas como um importante contributo para a consolidação do autoritarismo político no período entre-guerras, especialmente após a sua nomeação como Presidente do Conselho em 1932.

Dado a importância dos comentários laudatórios de Manoilescu no processo de validação (internacional) do lugar de Salazar entre os ideólogos corporativistas (integrais) operando na época, além de legitimarem o papel do Estado Novo no panorama político-ideológico e no imaginário doutrinário europeu, *Le Siècle du Corporatisme* providencia uma excelente chave interpretativa e ponto de observação para interpretar a influência e admiração do Estado Novo durante os anos 30. Para mais, totalmente consciente do seu papel como ideólogo e pedagogo, Salazar irá procurar apresentar o seu Estado Novo como uma alternativa Católica e corporativa ao paganismo nacional-socialista de Hitler e ao fascismo estadista de Mussolini, especialmente após as suas derivas anti-semitas (e totalitárias). Para estes propósitos, irá utilizar os recursos do SPN – e a sua oleada máquina de distribuição

de propaganda - para difundir o Estado Novo a uma selecta audiência internacional, procurando beneficiar das redes pessoais de António Ferro para interagir com intelectuais europeus de direita, especialmente os de influência francófona, como veremos noutras partes deste trabalho.

Este esforço combinado atingiria o seu apogeu em 1937, quando a publicação em França de *Une Revolution dans la Paix e Comment on Relève un État* (juntamente com *Le Parti Unique* de Manoilescu) granjearam a Salazar um lugar proeminente entre os ditadores europeus, consolidando-o como um intelectual respeitado e 'Homem de Acção' (Salazar, 1937a, 1937b; Manoilescu, 1937). Em vésperas da II Guerra Mundial, a influência do português tinha-se alargado a diversos continentes e quadrantes políticos, na medida em que as suas práticas como governante, escritos e traços de personalidade eram altamente considerados por estadistas conservadores como Dollfuß e Schuschnigg (Áustria), Miklós Horthy, Teleki Pal ou Béla Imrédy (Hungria), o Rei Carol (Roménia), Ioannis Metaxas (Grécia), Éamon de Valera (Irlanda), Józef Piłsudski (Polónia), ou Philippe Pétain e Joseph Barthélemy (França), para citar apenas alguns. Aos que acrescentaríamos a extensa lista de intelectuais e ensaístas, escritores e jornalistas que iremos apontar ao longo deste trabalho, importantes figuras dos meandros políticos e intelectuais da direita do entre-guerras, que, embebidos ou não com o regime português, recomendavam Salazar como um exemplo de estadista exemplar, como alguém que o mundo podia e deveria aprender com, louvando o seu Estado Novo como um modelo político a ser tomado em consideração por países incorrendo em similar processos de substituição de instituições liberais por modelos de gestão autoritária¹⁹.

A nossa investigação revela ainda que durante o período entre-guerras, e em especial durante a segunda metade dos anos 30, era abundante o número de intelectuais, estudantes e políticos que consideravam o Estado Novo como um caso de sucesso institucional, dele destacando a natureza católica do sistema corporativo português, o propagandeado desenvolvimento económico (em especial se em

¹⁹ Durante os anos 30 o SPN manteve uma privilegiada relação com diversos intelectuais, frequentemente convidando-os a visitar Portugal, com despesas naturalmente pagas, oferecendo não só a possibilidade de assistirem e intervirem em eventos de diversa espécie, como recebendo informação privilegiada sobre o desenvolvimento das políticas públicas do país (para que depois as utilizassem em livros, artigos, conferências, etc.)

contraponto à I República), o clima de pacificação social e a consolidada estabilidade financeira, extensamente apreciando as qualidades do *Ditador das Finanças* português, sua conduta moral, valores e ética cristãs, vistas como exemplo alternativo à corrupta elite política burguesa que dominava os sistemas liberais. Para mais, este catolicismo pio de Salazar, «o fradinho» como o Exército português lhe chamava dada a sua «notória piedade cristã» (Almeida Carvalho, 2013), contribuiria para a extensão da sua recepção no espectro político católico-conservador, o que, combinado com o seu discurso anti-comunista lhe facilitaria a extensão da sua recepção à restante direita, como veremos ao longo deste trabalho.

Em todo o caso, e apesar de visível, a academia tem ainda de dedicar suficiente atenção às redes internacionais de Salazar, e ao alcance da recepção da sua doutrina e pensamento político²⁰. Neste sentido, propomos colmatar tal lacuna e interpretar a influência de Salazar no período entre-guerras através de uma leitura enquadrada nos debates político-intelectuais dos anos 30; e da apropriação da sua doutrina e pensamento político como difundido ou propagandeado pelo SPN, ou genuinamente incorporado e entendido pelos *literati* europeus. Para estes propósitos, como já referimos, utilizaremos de forma crítica essencialmente fontes coevas (emanadas do MNE português) e seguiremos os passos tomados por Salazar no processo de transformação de um académico banal num revolucionário integralista devidamente inserido nas redes internacionais da revolução conservadora do pós I Guerra, e como um estadista que durante a segunda metade da década de 30 procurou consistentemente apresentar o seu Estado Novo como um modelo filosoficamente coerente e politicamente hábil, apto para competir por um lugar de preponderância na disputada arena do autoritarismo internacional, ao mesmo tempo que apresentava os conceitos associados à modernidade política portuguesa como modelo de transição para quem, na Europa da Nova Ordem,

²⁰ Da escassa literatura existente sobre o tema, recomendamos os trabalhos de João Medina sobre a recepção de Salazar em França (Medina, 1977) e sobre a edição alemã dos discursos de Salazar (Medina, 1998); os ensaios de Luís Reis Torgal sobre os fundamentos doutrinários do *Estado Novo* e a sua devida contextualização no panorama internacional (Reis Torgal, 2009); o prefácio de Fernando Rosas à reedição das *Entrevistas de António Ferro a Salazar* (Rosas, 2003); o curto artigo de Ansgar Schäfer sobre a recepção de Salazar na Alemanha (Schäfer, 2011); e os excelentes trabalhos de Reto Monico e Joana Gaspar de Freitas sobre Salazar e a Suíça (Monico, 2010-2011; Gaspar de Freitas, 2003).

pretendia rever as suas instituições políticas, sociais e económicas. E por entendermos que as características do ditador português, como apreciadas internacionalmente, foram essenciais para a legitimação do modelo do Estado Novo aos olhos da Europa (e do Mundo), sigamos como a sua evolução político-ideológica foi apreciada pelo panorama intelectual europeu (e não só) dos anos 20 e 30.

Educação e evolução político-ideológica de António de Oliveira Salazar como elemento de legitimidade (internacional) do Estado Novo.

Não é nossa intenção repetir as análises ao processo de evolução ideológica de Salazar, já elaboradas por outros colegas (nomeadamente Alexandre, 2006; Ribeiro Meneses, 2010; Braga da Cruz, 1982a, 1982b; Reis Torgal, 1993, 2009; Rosas, 1989c, 2004, 2013), mas antes apresentar um resumo contextualizado dos seus traços fundamentais, inserir a sua formação intelectual nos debates do *fin de siècle* europeu, especialmente os apropriados pela corrente católica ligada ao Vaticano, e identificar neste percurso as principais referências doutrinárias que, mais tarde, serão diferenciadamente recebidas por intelectuais e políticos na Europa da Nova Ordem. Interessa-nos ainda, nesta e na próxima parte, apreciar e analisar o processo de formação do Estado Novo, e o seu desenho constitucional, e entender como a imprensa internacional os percepcionou e recebeu, à época, em livros, artigos e outras referências. Depois, quando analisarmos com mais detalhe o impacto internacional do Estado Novo, de Salazar e do salazarismo – fruto da intervenção directa do SPN (e Ferro) e do aparelho diplomático do Estado –, regressaremos à utilização de algumas destas fontes coevas para complementarmos a apreciação da personalidade de Salazar na imprensa internacional, até porque da percepção das suas características pessoais surgirá um importante ponto de ancoramento da admiração pelo ditador português por parte de uma alargada franja de intelectuais, a esmagadora maioria provenientes de diversos sectores da direita, como veremos.

Formação de um *Ditador de Cátedra*

Apesar de algumas publicações internacionais terem informação enviesada, e por vezes fantasiosa, sobre a vida de Salazar, como veremos, indisputável é o facto de ter nascido em 1889 no Vimieiro, pequena povoação no norte interior de Portugal, perto de Santa Comba Dão²¹. Apesar das suas origens modestas, traços frequentemente realçados pela futura propaganda do regime para enfatizar a sua humildade, a família de Salazar teve posses suficientes para proporcionar alguma educação a um quinto, e tardio, filho²². Sempre bom estudante, depois de concluir a primária continuou o seu percurso escolar num Seminário em Viseu, solução frequentemente utilizada para crianças de poucas posses para continuarem os seus estudos. Em Viseu, Salazar estudaria teologia, seguindo o caminho planeado para uma carreira no sacerdócio, e para o qual receberia ordens menores. Apesar da «sua vocação para padre não ser suficientemente forte» (Van Hoek, *Irish Independent*, 1939; Schreiber, 1938), o seminário teve um importante impacto na vida e formação do jovem Salazar, pois, como a maioria das escolas católicas à época, seguia o compêndio filosófico Tomista de Sinibaldi, cujas reflexões e lições espelhavam os

²¹ Mesmo que a data de nascimento de um personagem de impacto político deva ser algo indisputável, a verdade é que alguns autores situam-na erradamente. Por exemplo Laurence K. Patterson afirma ter nascido Salazar em 1891 (Patterson, *America A Catholic Review of the Week*, Dezembro 1937). Outros exemplos da manifesta má informação são os textos de Kees Van Hoek que, escrevendo para o *Irish Independent* em 1939 afirmava que «o seu pai tinha um pub e a sua mãe era camponesa» (Van Hoek *Irish Independent*, 1939). E bem mais fantasioso é o artigo publicado no jornal de Budapeste *Esti Ujsag* por Francisco (Ferenc) Vajta, correspondente em Roma, que coloca Salazar respondendo na primeira pessoa sobre a sua infância, referindo que «Nasci numa pobre choupana, numa casa tão pequena que meus pais muitas vezes dormiam ao ar livre para que nós, os 5 filhos, tivéssemos mais lugar no interior. Talvez não devesse dizer que conheci a miséria antes de ter o pão assegurado, apesar do meu pobre pai trabalhar muito, Mas o que ele ganhava apenas era suficiente para não morreremos de fome» (*Esti Ujsag*, 16.07.1938).

Padre Lawrence Patterson, defensor do reformismo social. *America. A Catholic Review of the Week*, semanário católico Jesuíta fundado em 1909. Apoiante activo dos Católicos espanhóis durante a Guerra Civil Espanhola (e de Franco).

Kees Van Hoek, diplomata holandês sediado em Dublin, autor de *Emil Ludwig at home* (1939) de Diplomatas em Dublin (1943) e da biografia de Pio XII (1944). *Irish Independent*, fundado em 1905, rapidamente se tornaria num dos principais jornais irlandeses; nacionalista, católico e anti-comunista, apoiante de Franco no contexto da Guerra Civil Espanhola (e crítico da política não-intervencionista de De Valera).

Não temos informação adicional sobre as referências húngaras.

²² Salazar teve quatro irmãs, Marta, Elisa, Leopoldina e Laura. A sua irmã mais velha era professora da primária, posição de algum destaque social, especialmente em meios rurais ou pouco urbanizados. Maria do Resgate, tinha 40 anos quando deu à luz Salazar.

esforços da Encíclica *Aeternis Patris* em harmonizar a Fé com o positivismo-científico dos finais do século XIX (Alexandre, 2006; Cruz, 1978a; Cruz 1978b)²³.

Do neo-tomismo Salazar receberia a noção de que o Bem Comum era distinto de uma mera soma de vontades individuais e que o propósito final das instituições políticas, e neste sentido também o dos Estados, seria o de providenciar um projecto partilhado de comunidade nacional (Alexandre, 2006), noções bem próximas de alguns dos conceitos subjacentes aos projectos de regeneração etno-culturais que durante os anos 20 e 30 dominarão parte dos debates intelectuais e políticos, em especial nos países à procura de novas identidades nacionais. Complementarmente, também muito em voga nos sistemas educativos na viragem do século, os princípios pedagógicos teorizados por Edmond Demolins e aplicados na *Ecolle des Roches* estimulariam Salazar no sentido de este procurar intervir activamente no processo de educação da população portuguesa, primeiro como professor universitário, depois como um ditador de cátedra, na estimulante expressão de Miguel de Unamuno (Unamuno, *Ahora*, 1935). Neste sentido, e acreditando que as origens dos principais problemas políticos e sociais portugueses (como em Espanha, Itália ou França) eram essencialmente de índole educativa, mais que políticos, Salazar acreditaria que somente através de uma pedagogia activa e consistente - laica, de origem familiar e apoiada na escola pública (Eliade, 2011 [1942]) - se poderiam alterar os traços que considerava nefastos na natureza *racial* portuguesa (Salazar, 1919; Eliade, 2011 [1942]; Ribeiro Meneses, 2010)²⁴.

Depois de Viseu, Salazar continuaria os seus estudos na prestigiada Universidade de Coimbra, mudando-se para a cidade estudantil no Outono de 1910, em plena revolução republicana. Como estudante «muito cedo se distinguiu pelo seu cérebro extraordinariamente claro e pela sua inteligência, tendo feito uma carreira académica rápida e distinta» (Widt, *Tidens Tegn*, 12.08.1934), filiando-se nesta altura no Centro Académico da Democracia Cristã (CADC), movimento católico

²³ A publicação da Encíclica *Aeterni Patris – De Philosophia Christiana* (4 de Agosto de 1879), significaria a adopção por Leão XIII, como doutrina oficial do Vaticano, do pensamento de São Tomás de Aquino.

Émile (Servan)-Schreiber (1888 – 1967), jornalista francês.

²⁴ Miguel de Unamuno (1864 – 1936), poeta e intelectual espanhol, membro da geração de '98.

Mircea Eliade (1907 – 1986), historiador romeno, apoiante (depois decepcionado) da Guarda de Ferro, Conselheiro Cultural da Embaixada romena em Portugal (1942).

conservador que seguia os fundamentos da Encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, e os princípios sociais e políticos da recente criada (em consequência da citada Encíclica) Democracia Cristã²⁵. Publicada em 1891, a Encíclica *Rerum Novarum* forneceria o principal corpo doutrinário da Igreja Católica para a resolução da ‘questão social’ que dominava o debate público no último quartel do século XIX: como articular as relações entre o Capital, o Trabalho e o Estado. Neste plano de acção, a Encíclica identificava as origens das duras condições de vida em que as classes mais baixas da sociedade viviam (em especial o operariado urbano) como o resultado da destruição dos sistemas tradicionais orgânicos (e corporativos) e da progressiva perda de influência do espírito religioso europeu, ambos produto do excessivo, desregulado e ultra-competitivo capitalismo liberal. Reconhecendo a natural iniquidade social da espécie Humana, e identificando a habilidade para uma completa acomodação de todas as funções sociais, a Encíclica atacava os conceitos marxistas de luta de classes, negando-os no sentido em que capitalistas e trabalhadores, mais do que se confrontarem por posições hegemónicas dentro do sistema económico, deveriam antes colaborar e, juntos, construir uma sociedade equilibrada, onde a todos seja concedido um lugar (Alexandre, 2000), sob apertada tutela e vigilância do Estado. Ainda seguindo os passos da *Rerum Novarum*, o CADC perfilhava a importância de educar a sociedade dentro de um enquadramento católico tradicionalista e, de um ponto de vista tático, identificava como decisivo o papel da Igreja na educação da sociedade na defesa de tais preceitos, reconhecendo a necessária complementaridade dos aparelhos educativos estatais quando na perseguição de tais métodos pedagógicos; conceitos que Salazar expandiria integrando as teorias da psicologia social de Demolins para mais tarde desenhar a estratégia educativa do *Estado Novo*. Neste sentido, não surpreende que o CADC,

²⁵ O CADC foi criado em 1901 e desenvolveu actividade essencialmente no meio estudantil de Coimbra. Salazar foi seu membro destacado e, mais tarde, um dos principais ideólogos. Para mais sobre o CADC ver Braga da Cruz (1978a e 1978b), Seabra, Amaro e Nunes (2000) e Reis Torgal (2009). *Tidens Tegn*, periódico norueguês existente entre 1910 e 1941. Juntamente com o *Oslo Aftenavis* era o principal tabloide da Noruega. Apesar de durante os anos 20 ter seguido uma linha editorial de esquerda, a mesma alterou-se nos anos 30 para seguir uma linha mais nacionalista e autoritária, publicando diversos textos de Vidkun Quisling, bem como do Partido Fascista norueguês *Nasjonal Samling*. T. Widt, era redactor do *Tidens Tegn*, recebendo, pelo menos a partir de 1934, informação directamente do SPN (Widt receberia informação directamente dos serviços diplomáticos portugueses para a escrita deste artigo, como nos dá conta Circular da Legação de Oslo para o MNE datada de 12 de Agosto de 1934. Cf. Arquivo MNE).

seguindo as políticas de *ralliement* do Vaticano e debatendo amiúde as reflexões de Maurras e Valois (Eliade, 2011 [1942]), imputasse no liberalismo capitalista desregulado as causas da falta de tempero religioso do *espírito europeu*, a destruição do tradicional sistema orgânico-corporativo e consequentes péssimas condições de vida partilhadas por uma desenraizada classe operária. Em suma, estes debates no seio da esfera católica, e as críticas sobre os aspectos morais da contemporaneidade, apontavam a extensiva industrialização e rápida urbanização como uma das causas para a ausência de valores cristãos e pela disseminada corrupção ética e moral da sociedade, e da consequente vida política. Preocupações adensadas com o advento, teórico e prático, do socialismo revolucionário e, mais tarde, do comunismo pagão e colectivizador.

Em nossa opinião, Salazar e outros entenderiam que seria necessário enquadrar as duas classes conflitantes (trabalhadores e capitalistas) num processo de reeducação liderado pelo Estado (autoritário) com vista a diluir e ultrapassar o antagonismo artificial provocado pelo liberalismo, procurando no processo, por um lado, dissolver o individuo na nova organicidade supra-societal da Nação (gerando um 'Homem Novo') e por outro controlar o Capital através de um novo enquadramento oligárquico condicionado organicamente à vontade do Estado (e não dos *patrões*). Estas reflexões ajudariam Salazar a cristalizar a presunção de que o foco de qualquer intervenção social deveria ser na educação, mais do que na definição tipológica dos regimes políticos ou formulações governativas, e desde cedo decidiu intervir no carácter natural e nas falhas da raça portuguesa. «É toda a mentalidade dum povo [que leva à idolatria da ociosidade], (...) é toda a sua viciosíssima psicologia, que é preciso mudar», escreveria em 1913 (sob o pseudónimo Alves da Silva); e mudar «pouco a pouco, pacientemente, a nossa modalidade», como confidenciaria 20 anos mais tarde a António Ferro (Salazar, 1913; Ferro, 1933). Leituras do campo da psicologia social, com forte marca de Le Bon, e especialmente Demolins, bem demonstrada nestes escritos do jovem Salazar, que depois seriam transportadas para o aparelho educativo do Estado Novo como

método (e modelo) operativo adequado à intervenção transformativa do carácter natural e nas falhas da raça portuguesa²⁶.

Ainda em Coimbra, Salazar seria exposto ao esteticismo intelectual e forte apelo geracional do Integralismo Lusitano, outro projecto doutrinário de inspiração católica. O Integralismo Lusitano assumia-se como um auto-proclamado movimento intelectual, radical, monárquico e restauracionista, que introduziu em Portugal as doutrinas da *Action Francaise* de Charles Maurras, rápida e devidamente adaptadas às condições nacionais através da inserção do tradicionalismo católico português, dos costumes conservadores da generalidade da sociedade lusa, e do municipalismo pré-corporativista do Antigo Regime²⁷. Destes conceitos gerais, emergiria a ideia de que as bases políticas do Estado não deveriam ser os indivíduos (e os seus direitos e deveres fundamentais), vistos como um produto do abstracionismo filosófico e da prática política liberal pós-Revolução francesa, mas antes a Família, percebida como a pedra basilar e orgânica da nação, e consequentemente de toda a sociedade política. Neste sentido, as *massas*, eram consideradas como uma realidade abstracta e desorganizada, excessivamente expostas ao *stress* emocional e às paixões provocadas por partidos e/ou facções. E assim, a representação política não deveria entronar quaisquer atomismos individuais mas antes favorecer a organização política de ‘grupos naturais’, e exprimir as suas deliberações colectivas através de fórmulas de representação orgânicas e não através da quaisquer processos eleitorais de cariz liberal, uma vez que estes apenas expressavam as visões necessariamente

²⁶ Le Bon e Demolins partilhavam a mesma visão etno-racista da sociedade, identificando características comuns nos principais grupos etno-linguísticos, como os Latinos, os Anglo-Saxões, os Eslavos, etc. Dentro desta visão rácica, diferentes grupos eram identificados e hierarquizados, todos partilhando características, traços, positivos e negativos. A principal diferença entre Le Bon e Demolins encontrava-se no papel transformativo da educação, pois Demolins acreditava que através da acção de ‘Homens de iniciativa’ a educação poderia forjar novos padrões de comportamento social. Salazar, como latino, embebido do discurso psicológico-social da época, claramente favorecia a abordagem de Demolins acreditando possível mudar o carácter natural (e a alma) da raça portuguesa através de uma intervenção pedagógica individualizada (como professor) e depois através da controlada metodologia do sistema educativo do Estado (Demolins, 1898; Le Bon, 1902 e Alexandre, 2006).

²⁷ De acordo com Braga da Cruz, terá sido através de Luís de Almeida Braga e Alberto de Monsaraz principalmente, e de Hipólito Raposo e Pequito Rebelo (todos exilados em Paris ou na Bélgica nos anos a seguir a implementação da I República) que as ideias e escritos de Maurras foram introduzidos em Portugal, com imediato impacto nos meios académicos coimbrãos (Braga da Cruz, 1982).

sectárias de partidos, fenómenos que, na opinião de Salazar, ocorriam na maioria dos sistemas democráticos.

Os principais objectivos do *Integralismo Lusitano*, muito propagados por Salazar na sua fase revolucionária, como veremos, e em certa medida sistematizados por Manoilescu como elementos essenciais do seu corporativismo integral, eram partilhados por diversos movimentos contra-revolucionários (conservadores) no panorama intelectual europeu do imediato pós-guerra. Estes colocavam no topo da pirâmide política as ‘forças vivas’ da sociedade, organizadas de forma a fornecer à Nação a necessária vitalidade para esta atingir o seu adiado (pelo liberalismo) devir colectivo, soluções defendidos, por exemplo, por intelectuais como Mircea Eliade ou Gonzague de Reynolds²⁸, ou políticos autoritários disseminados um pouco por toda a Europa dos anos 30. Na sua apropriação lusa, a Nação deveria concretizar uma «divisão orgânica dos poderes e uma libertadora descentralização», onde as «realidades políticas correspondam a realidades sociais», adequando os seus poderes a reais vontades deliberativas (como por exemplo, o «Chefe de Família, o Aristocrata, o Rei»), e hierarquizada através de uma cuidadosa selecção de elites (Pequito Rebelo, 1949). Como projecto de regeneração nacionalista, o Integralismo Lusitano visava criar um novo discurso atemporal e sub-histórico que competisse e ofuscasse a narrativa liberal enraizada em Portugal durante o século XIX, propondo substituir os conceitos de soberania popular e de democracia liberal pela soberania da Nação, advogando a integração orgânica das forças nacionais (as *forças vivas*) num sistema político monista devidamente hierarquizado. De forma similar aos seus camaradas franceses, os integralistas apadrinhavam a Monarquia como o regime apropriado para a desejada construção institucional, e publicamente expressavam a ambição de estabelecer uma «Monarquia sindicalista, orgânica, tradicionalista, anti-parlamentar, municipal, corporativa e social» (Preto, 1922).

²⁸ Eliade defenderá esta visão organizada da sociedade de forma muito explícita em *A Revolução Portuguesa* (1942 [2011]), denominando o caso português como uma «Revolução de Amor». Já Gonzague de Reynolds, considerava que a superação das dificuldades das sociedades contemporâneas deveria passar por uma renovação estrutural e mental que devia procurar os seus princípios e forças, no seu caso, na própria Suíça, na sua terra, história e tradições, mas tomando como exemplo o que já tinha sido feito neste sentido noutros países como a Itália, a Alemanha e Portugal (Gaspar de Freitas, 2003; e carta de Gonzague de Reynolds a Salazar, 27.10.1935). Gonzague de Reynold (1880-1970), filósofo e intelectual católico de origem suíça.

Apesar de não ser um fervoroso seguidor deste movimento excessivamente radical, pouco pragmático e excessivamente lírico, mesmo que lhe tenham sido reconhecidas as influências da *Politique d'abord* (Bainville, 1937), Salazar experienciou directamente o impacto do Integralismo na sua geração, e beneficiaria do seu apelo revolucionário para uma total regeneração espiritual para ser visto (e apresentado) como um revolucionário de tipo-novo, pois apropriar-se-á dos seus principais postulados para construir e organizar as bases da sua doutrina política, como veremos²⁹. Os principais objectivos do Integralismo Lusitano eram os de preparar e incendiar uma nova elite intelectual e de a capacitar para liderar uma desejada (e ambicionada) revolução nacionalista que transformasse espiritualmente Portugal (Eliade, 2011 [1942]). Assim, os integralistas apelavam essencialmente à nova geração de estudantes (a 'geração perdida' de Salazar) e aos jovens oficiais expostos às trincheiras da Flandres, aspirando a uma total regeneração da alma portuguesa e um retorno a um estado colectivo pré-moderno, onde grupos sociais devidamente organizados e hierarquizados fossem a base de representação das instituições políticas. Adicionalmente, recebendo de Le Bon, Barrés e Maritain a análise crítica da relatividade das instituições políticas e a generalizada desconfiança pelo comportamento racional das *massas*, Salazar aventurar-se-á na exploração de alternativas políticas à hegemonia democrático-liberal, sempre dentro de um enquadramento moral conservador, consolidando a sua caminhada intelectual em direcção a conceitos anti-modernos de autoritarismo moral e político, distanciando-se da carta republicana positivista, e aproximando-se dos princípios corporativos integrais de uma sociedade orgânica (Alexandre, 2006)³⁰. Mas, apesar destas notórias influências, Salazar nunca se tornará num integralista radical, mesmo que seja apropriado acrescentar o Integralismo Lusitano como uma importante fonte e referência doutrinária do pensamento salazarista, juntamente com o neo-tomismo - como base teológica e filosófica - e com a novel criada Democracia-Cristã - nas suas

²⁹ As palavras de Alberto Monsaraz, escritas em 1918, providenciam um bom exemplo do radicalismo político e (em certa medida) culto pela violência dos Integralistas portugueses: «Nós, seguidores dos métodos violentos de Sorel, não cooptamos. Nós conquistamos. Nós ganharemos pela imposição, nunca pela negociação ou acomodação» (Alberto Monsaraz, 1918, citado em Eliade, 2011 [1942]).

³⁰ Na sua biblioteca privada encontramos diversos títulos da autoria de Charles Maurras (*L'avenir de l'intelligence, La musique interieure, L'Allee des philisophes, La democracie religieuse, Romantisme et revolution, Mes Idees politiques*), bem como de Georges Valois (*Histoire et Philosophie sociale, L'Homme qui vient*).

dimensões sociais e políticas (Alexandre, 2006). Em nosso entender, Salazar beberia destas diversas influências e desenharia a sua própria *melange* de parâmetros ideológicos, um composto programático que lhe permitisse paulatinamente alimentar o seu insaciável «vulcão de ambições», famosa apreciação emocional revelada pelo Padre Mateo Crowley-Boevey, depois de em 1928 se ter encontrado com Oliveira Salazar e Manuel Cerejeira em Coimbra³¹.

Esta capacidade de síntese e o seu aproveitamento estratégico permitiriam a Salazar reunir o conjunto necessário de aptidões e competências de natureza doutrinária e ideológica para guiar as diferentes (e muitas vezes conflitantes) sensibilidades políticas que coabitavam na direita portuguesa no período entre-guerras, navegando-as para um acordado, estável e equilibrado compromisso conciliador, que ultimamente acabaria por justificar não só a sua (aparente) ascensão não-violenta ao poder como a sua longa permanência no topo, como lhe permitir replicar a rede de apoios na direita nacional no seio da comunidade intelectual internacional, como veremos ao longo deste trabalho. Neste sentido, a doutrina política de Salazar deve ser entendida como uma bem organizada (e parcialmente cínica) mistura entre nacionalismo conservador, corporativismo estatal e catolicismo social, características enquadradas no campo do autoritarismo político, temperadas com referências anti-modernas, anti-liberais, anti-democráticas e anti-comunistas. Um pensamento ainda maturado pelo pragmatismo político desenvolvido nos bastidores das salas do poder durante a sua lenta ascensão à Presidência do Conselho, e profeticamente sumarizado nas palavras criteriosamente escolhidas aquando da sua tomada de posse como Ministro das Finanças, em 1928: «sei muito bem o que quero e para onde vou»... (Salazar, 1928).

³¹ Em 1928 Salazar recebeu em Coimbra a visita do Padre Mateo Crowley-Boevey (confidente de Pio IX e reconhecido caça-talento do Vaticano), que visitou a cidade estudantil para conhecer em pessoa jovens católicos intelectuais, nomeadamente Salazar e Manuel Cerejeira. Durante o encontro, o Padre Mateo revelou que, debaixo da aparente modéstia de Salazar se escondiam um mundo de ambições: «tu não me enganas», diria, «Debaixo dessa frieza está uma ambição insaciável. Tu és um vulcão de ambições» (Ribeiro de Meneses, 2010).

A I República

Na noite de 4 para 5 de Outubro de 1910, um golpe militar (e civil) desencadeado em Lisboa derrubava a Monarquia Constitucional da casa de Bragança, no que foi uma operação conjunta entre oficiais republicanos (de diversa patente), políticos e civis ligados ao Partido Republicano, à Maçonaria e à Carbonária³². Apesar das dificuldades sentidas nas primeiras horas do golpe revolucionário³³, a meio da manhã do dia 5 de Outubro a República seria proclamada dos balcões da Câmara Municipal de Lisboa, sendo o resto do país informado por telégrafo. Assim notificado, ganhara a Europa o terceiro regime republicano a operar no seu espaço político, a par da França e da Confederação Helvética.

³² A ligação da República à Maçonaria, junto do forte sentimento anti-maçónico de grande parte da intelectualidade de direita no período entre guerras, haveria de ser um dos argumentos utilizados por diversos publicistas pró-Estado Novo para defenderem a política de perseguição legal publicamente desencadeada pelo Estado Novo contra a Maçonaria portuguesa, em especial depois da aprovação da Lei de 1935. Este evento seria, aliás, amplamente disseminado na imprensa internacional, como o comprovam os artigos no *La Croix* (França), *Libre Belgique* (Bélgica), *La Corrispondenza* (Roma), *Gazzetta di Venezia*, *La Provincia di Bolzano*, *Il Popolo d'Italia*, *La Gazzetta del Mezzogiorno* (Bari), *L'Unione Sarda*, *Corriere Istriano* (Pula) (Itália), *l'Unione* (Tunis), *La Union* (Sevilha), todos de Fevereiro de 1935). Interessante ainda é identificar esta aversão num conjunto de revistas do prelado católico Norte Americano, nomeadamente em torno do *Saint Joseph Lilies* (Canadá) e do norte americano *America. A Catholic Review of the Week*. Em editorial do *Saint Joseph Lilies*, a Maçonaria era tida «nos últimos 200 anos como o mais feroz inimigo da Igreja» (Editorial do *Saint Joseph Lilies*, Março 1938), como «um espinho» a juntar ao «mais perigoso inimigo das forças subversivas do Comunismo Internacional» (Rev. Lyons, *Saint Joseph Lilies*, 1938). E Portugal, fruto da influência inglesa e francesa «que por 200 anos lutaram para manter um governo maçónico e liberal em Portugal» (Patrick O'Byrne, *Saint Joseph Lilies*, Junho 1938), somente se libertará deste cravo depois de Salazar reformar «os serviços públicos, casulos onde os líderes das sociedades secretas levavam a cabo o seu trabalho malicioso em detrimento de toda a nação» (Camilo Pastor, *America. A Catholic Review of the Week*), uma vez que a «República proclamada com toda a retórica» provara «ser uma tirania maçónica» (Paterson, *America. A Catholic Review of the Week*, 1938).

No anos 30 as sociedades secretas era também frequentemente referidas nos relatórios das legações portuguesas, como atestam os relatórios de Budapeste (sobre a situação política na Hungria sob liderança de Bela Imrédy no final dos anos 30), de Bucareste (sobre o golpe de Estado de Maio de 1934), na Bulgária, onde se referem as reuniões «em sociedades secretas sob direcção do general Velceff» e «uma certa 'força oculta' que não cessa de fomentar dissensões entre a Coroa e os partidos políticos, uma "coterie" dizem os que lhe são contrário, interessados em dar outra orientação à política externa da Roménia») ou de Varsóvia (onde a legação portuguesa procura estabelecer uma ligação maçónica ao assassinato do Ministro do interior Bronislaw Pierack em Junho de 1934). Cf. Arquivo MNE.

³³ Falhas na mobilização das forças revoltosas, e as perdas humanas resultantes de alguns dos confrontos com as tropas governamentais levaram a que, por exemplo, o comandante naval das tropas revolucionárias, o Almirante Cândido dos Reis, tomasse a sua vida na noite de 4 de Outubro, por julgar a revolução definitivamente perdida.

Em 1910 os republicanos eram uma força implementada de forma desigual em Portugal, com presença significativa em alguns dos principais centros urbanos e no sul³⁴. Tinham como principais desideratos o progresso de Portugal através da educação, secularização e ampla participação cívico-política (muito restricta durante a Monarquia Constitucional)³⁵, e prometiam a convocação de eleições para uma Assembleia Constituinte, capacitada para desenhar de forma plural e democrática uma nova arquitetura constitucional. Nestas eleições, realizadas a 28 de Maio de 1911, todos os homens maiores de 20 anos que soubessem ler e escrever e/ou fossem Chefes de Família tinham o direito a votar³⁶, o que seria uma tremenda desilusão para os que julgavam que o novo regime iria expandir o corpo eleitoral, e consagrar o voto universal³⁷. Assim, quando esta nova lei eleitoral foi publicada, com alguma surpresa entendeu-se que afinal as promessas de alargar o sufrágio não só não foram cumpridas, como as restrições (filosóficas) em torno da definição das capacidades de aceder ao voto mantidas³⁸. A principal razão para esta decisão foi a ideia de que os principais líderes do Partido Republicano tinham da falta de apoio que a República granjeava fora dos principais centros urbanos, em especial nas áreas rurais do país. Eles acreditavam que, no espectro político da direita, a influência da Igreja e dos valores conservadores eram ainda demasiado fortes junto das populações não educadas dos campos e entre as mulheres, razões que justificavam que estas camadas da população fossem impedida de ter acesso ao voto, temendo

³⁴ Nas eleições municipais de 1908, o Partido Republicano ganhara já as Câmaras Municipais de Lisboa, Almada e Lagos.

³⁵ As leis eleitorais da Monarquia Constitucional, com excepção das referentes à Assembleia Constituinte de 1822 (quando «todos os Homens maiores de 25 anos podiam votar», com algumas excepções) restringiam bastante a capacidade activa dos cidadãos, nomeadamente através de cláusulas educativas (capacidade de saber ler e/ou escrever), económico-financeiras (impostos declarados) ou capacidade de gerar e gerir família (os «Chefes de Família»). Neste sentido, entre 1822 e 1910 (e até 1975), Portugal nunca validou sistemas eleitorais de voto universal, ainda que apenas masculino, sendo estimada a sua máxima percentagem de eleitores versos população potencialmente eleitora nos 18%, segundo os parâmetros da lei eleitoral de 1878 (Tavares de Almeida, 1998; Namorado e Sousa Pinheiro, 1998a, 1998b).

³⁶ A nova lei eleitoral, de 11 de Março de 1911, previa a eleição de 260 deputados em 51 distritos eleitorais, 49 uninominais e 2 distritos plurinominais (Lisboa e Porto) de alocação de mandatos segundo o método de Hondt. A Assembleia Constituinte funcionaria entre 15 de Junho e 25 de Agosto de 1911.

³⁷ Até porque as questões em torno das restritivas leis eleitorais da monarquia haviam sido uma forte bandeira do Partido Republicano, que acusava a monarquia de reduzir a participação política e eleitoral, governando para uma selecta elite.

³⁸ Na realidade, comparando a lei de 1911 com a em vigor na monarquia (a «Ignóbil porcaria» de 1908), a percentagem de potencial eleitores aumentou apenas de 10% para 14%

na essência que as suas decisões nas urnas fossem influenciadas e/ou determinadas pelos púlpitos. À esquerda, a elite republicana receava os números e capacidade de mobilização popular do anarquismo urbano e do movimento socialista, ambos em processo de maturação acelerado junto das classes operárias dos principais centros urbanos e fabris do País, nomeadamente os existentes no Porto, em Lisboa e na cintura urbana da Capital.

Em suma, receavam os líderes políticos da Revolução de 5 de Outubro que o sufrágio universal os retirasse do poder adquirido revolucionariamente e, acreditando que a sociedade portuguesa não se encontrava devidamente capacitada para alcançar a plenitude dos seus direitos políticos, entendiam que cairia dentro do cabaz de responsabilidades do novo regime educar e construir um conjunto de novos cidadãos preparados para a actividade política activa, processo conhecido como *Demopédia Republicana*³⁹. Com esta decisão, os principais líderes do Partido Republicano (a maioria em trânsito para o Partido Democrático) encontraram-se politicamente isolados entre a direita dos velhos monárquicos, Igreja e os conservadores; e a esquerda anarquistas e socialistas, perdendo assim uma oportunidade de construir uma alargada rede de apoio social para a República. Neste cenário, o Partido Republicano, rapidamente transformado em Partido Democrático, foi entendido como um partido burguês, liberal e elitista, ou mesmo como uma mera continuação dos partidos do rotativismo incentivado pela Monarquia Constitucional, apenas com novas caras, e menos rotativismo⁴⁰. E assim, «em Portugal, onde os cidadãos não tinham em geral, nenhuma formação política, a experiência do parlamentarismo integral devia evidentemente ser o que foi: um desastre», escreveria Georges Becquet décadas mais tarde no radical *Rex*, uma

³⁹ Um processo chamado de *Demopédia Republicana*, um conjunto de pressupostos teóricos que sustentavam a ideia de que seria através de um modelo de educação cívica, tutelado ideologicamente pelo sistema de educação pública, que o Novo Homem Republicano seria criado.

⁴⁰ O Partido Republicano, principal base para o Partido Democrático, não era de todo uma estrutura unificada ou bem organizada. Tinha diversos líderes de elevado perfil público (os seus principais mentores e ideólogos), importantes padrões locais (caciques) e uma largamente disseminada estrutura política. O seu principal factor unificador era o desejo de alcançar e manter-se o poder (quer ao nível nacional como local), procurando do topo das instituições do Estado iniciar o processo de transformação da sociedade portuguesa (republicana).

posição próxima de alguma direita política e historiográfica portuguesa nos dias de hoje (Becquet, *Rex*, 1938; Ramos, 2009)⁴¹.

Para exacerbar este cenário, a I República desenvolveu um combinado número de políticas que agravariam as suas relações com ambos estes extremos. Os Católicos e a direita conservadora (incluindo os monárquicos) foram confrontados com o conjunto de políticas ‘progressistas’ e seculares levadas a cabo nos primeiros anos da República, nomeadamente as que influenciavam as relações entre o Estado e a Igreja e as que empoderavam o cidadão como indivíduo liberto da tutela da religião. Dentro destas transformações legais, a Lei de 1911 estabelecendo a separação entre o Estado e a Igreja seria o principal catalisador do agudizar das relações com a Igreja Católica portuguesa, imediatamente transformando-a num jurado inimigo da República⁴². À esquerda, o problema foi que o conjunto de políticas progressistas (como a secularização do Estado, a lei do divórcio ou a consagração do registo civil) não corresponderam aos ensejos que este sector da sociedade entendia que um governo republicano devesse providir, nomeadamente quando confrontados com a manutenção de sistemas censitários e capacitários de acesso à participação política activa (votar e ser eleito) e com a falta de melhoramento das condições de vida e de desenvolvimento económico da classe trabalhadora. O que descrevemos levaria a um clima de permanentemente instabilidade política e social, demonstrando que o novo regime não só não conseguira alargar o seu apoio popular (de forma a obter uma alargada franja de sustentação social), como demonstraria visível incapacidade de edificar um sistema político que possibilitasse a existência de governos sólidos, capazes de manter a estabilidade política e, conseqüentemente, colocar em prática políticas públicas eficazes. Parte destes problemas teriam a sua origem no produto constitucional emanado da Constituinte de 1911: parlamentarismo bicamaral, composto por um

⁴¹ Georges Becquet, advogado e jornalista belga, frequente colaborador no semanário radical da direita conservadora *Rex*.

⁴² Neste tópico, Laurence Patterson escreveria que «Os jesuítas e outras religiões foram banidas, a maioria dos bispos exilados e a Igreja e o Estado separados. Isto significou a paganização da educação e a violenta perseguição da Igreja» (Patterson, *America A Catholic Review of the Week*, Dezembro 1938). A secularização do Estado, a Lei do Divórcio, o fim do monopólio educativo da Igreja e a instituição do registo de identificação civil e a laicidade do Estado seriam os principais pontos de fricção levantados pelos Católicos contra o novel regime republicano.

Senado e um Parlamento, com o Parlamento como centro das instituições políticas, uma «Assembleia onde se defendiam os interesses de plutocratas», como escreveria um aficionado brasileiro de Salazar em 1934 (Aguiar, 1934). O Presidente da República, tecnicamente a principal figura do Estado, era indirectamente eleito pelo Congresso, o que significava que a legitimidade democrática do Chefe do Estado não provinha de voto popular (e directo) mas do suporte partidário obtido no Senado e no Parlamento⁴³.

Um sistema de inspiração francesa (III República), que provaria estar bem dentro da contemporaneidade política da época, que na essência seria replicado pela maioria dos textos constitucionais de matriz republicana colocados em vigor na primeira parte dos anos 20. Com a excepção da Finlândia, da Alemanha (de Weimar) e da Grécia (em 1926), que previam eleições directas para a Presidência da República, as Repúblicas da Polónia, Estónia, Lituânia, Letónia, Espanha (II República), Checoslováquia, França, Irlanda e a Confederação Suíça elegiam os seus Chefes de Estado no Parlamento. Complementarmente, também o facto de todos os sistemas políticos continentais terem seguido modelos de eleição parlamentar proporcionais (com diversas variantes), contribuiu não só para a impossibilidade de se gerarem maiorias parlamentares estáveis como para a verificação empírica da incapacidade de tais tipos de sistemas (pluralistas liberais) conseguirem conduzir os assuntos públicos de forma eficaz, especialmente em países com cultura política *maioritária* e/ou dominados por elites contra-revolucionárias incapazes de partilhar o poder (nomeadamente com novos actores políticos *à esquerda*), ou seja, sem tradição ou vontade de construção de consensos e alianças político-parlamentares⁴⁴. Nesta atmosfera, e considerando que as oportunidades e estratégias políticas à disposição nos inícios do século XX eram bem mais alargadas que as do início do

⁴³ Durante a I República o papel do Presidente foi meramente simbólico, apesar de tecnicamente lhe caber a responsabilidade de nomear e demitir o Presidente do Conselho. Durante os 16 anos da primeira experiência republicana em Portugal, apenas um presidente concluiu o seu mandato: António José de Almeida (1919 – 1923).

⁴⁴ A título de exemplo, em 1923 no Parlamento da Estónia sentavam-se 14 partidos, nenhum com mais de 30%. Na Alemanha, em 1928 eram 14; na Letónia 141 partidos participaram activamente nas eleições de 1925, sendo eleitos 25. Na Polónia, 16 partidos foram eleitos nas eleições de 1928; 12 nas eleições romenas de 1932.

século XXI ⁴⁵, é fácil de antecipar que o regime republicano tenha sido frequentemente atacado pelos seus extremos, como o comprova o elevado número de revoltas, golpes de Estado, insurreições e/ou pronunciamentos, eventos aos quais devemos acrescentar a permanente instabilidade governamental. Entre 1910 e 1926 houve em Portugal 7 parlamentos eleitos, 8 Presidentes da República, e 45 governos empossados. Duas tentativas de restaurar a Monarquia (em 1911 e 1919⁴⁶), golpes de esquerda em 1913, 1916, 1921 e 1926⁴⁷, ditaduras de direita em 1915 e 1917-1918⁴⁸, e golpes de direita em 1925 e 1926⁴⁹. Um cenário também facilmente replicado no mapa europeu semi-periférico, em especial na *nova* Europa de matriz liberal.

De todos estes episódios, um se destacou, a ditadura de Sidónio Pais. Sidónio, militar-académico, veterano da Flandres, entendia ser a falta de autoridade decorrente de um fraco órgão executivo a principal deficiência institucional do regime republicano. Contra a União Sagrada de Afonso Costa, e contra a forma como era liderado o país no cenário da Guerra, Sidónio encabeçou a Junta Revolucionária que promoveu o golpe de 5-8 de Dezembro de 1917, com o apoio lato de grande parte do espectro das direitas. Considerando-se, sempre, como um republicano, nunca admitiu algum tipo de restauração monárquica, governando em regime ditatorial até Fevereiro de 1918, início da publicação de um conjunto de decretos constitucionais (enquanto preparava uma nova Constituição). Depois, desenhou uma nova lei e sistema eleitoral, de cariz presidencial, dando início ao quadro legal do que intitulou ser a *República Nova*, que consagraria o Presidente da República como Chefe do Estado e do Executivo, acumulando uma enorme

⁴⁵ No início do século XX as possibilidades ao dispor da acção política eram bastante extensas, considerando-se simultaneamente válidas quer acções dentro das instituições liberais (participação nos actos eleitorais, em parlamentos e/ou governos) como fora delas (golpes de Estado, revoluções populares, greves gerais revolucionárias, assassinato político, etc).

⁴⁶ As insurreições de 1911 tinham propósitos essencialmente restauradores, e foram suportadas pela monarquia espanhola. Em 1919 as revoltas monárquicas foram suficientemente bem sucedidas para que tenha sido proclamada a monarquia na cidade do Porto, a «Monarquia do Norte».

⁴⁷ Destes o mais notório foram os acontecimentos da Noite Sangrenta, de 21 de Outubro de 1921.

⁴⁸ Pimenta de Castro governou sem apoio parlamentar em 1915; e entre 1917 e 1918 o regime de Sidónio Pais (o *Sidonismo*) apesar de legitimado em 1918 através de eleições presidenciais, nunca introduziu um novo texto constitucional, apoiando a legalidade da sua acção governamental em decretos constitucionais.

⁴⁹ Golpe de 28 de Maio de 1926 que conseguiu derrubar a República teve como seu antecedente o golpe de 18 de Abril de 1925.

concentração de poderes num sistema híper presidencialista de evidentes tons autoritários. Dentro da nova arquitetura institucional, o Senado fora transformado parcialmente de uma Câmara eleita numa Câmara de ofícios, composta por representantes de diversas áreas profissionais, experiência mais tarde vista como uma primeira tentativa de corporativismo de Estado em Portugal. Complementarmente, foi finalmente estabelecido o sufrágio universal (masculino) para eleições parlamentares e presidenciais, sistema que utilizaria para legitimar popularmente a sua Nova República, organizando eleições presidenciais para 28 de Abril de 1918, com ele próprio como único candidato⁵⁰. Mas, apesar do forte apoio popular, e de alguma estabilidade governamental, a vida política portuguesa manteve-se bastante agitada, nomeadamente à esquerda, que não só não via melhorias nas suas condições de vida como assistia ao ataque das conquistas sociais entretanto operadas, assim se explicando a forte repressão policial contra o operariado e os movimentos anarquistas e socialistas. Com este ambiente político, com pouca surpresa, a 14 de Dezembro de 1918, Sidónio tombou vítima de um assassino isolado em plena estação do Rossio, acontecimento que por si voltava a aparelhar Portugal na contemporaneidade europeia, acostumada a eventos com este grau de gravidade⁵¹.

⁵⁰ Sidónio obteria 900.000 votos, a eleição mais participada da história eleitoral portuguesa à data.

⁵¹ O assassinato de Sidónio «por irados esquerdistas» (Patterson, *America A Catholic Review of the Week*, Dezembro 1938) simbolizava a disseminação deste recurso e seu enquadramento nos padrões de combate político, tido como forma de desestabilizar o status quo institucional, provocar o caos político para depois aproveitar o subsequente vácuo para provocar uma desejada transformação institucional. Portugal e a Europa já haviam, aliás, assistido ao produto desta estratégia: Portugal aquando do regicídio de 1908 (assassinato do rei D. Carlos e do Príncipe herdeiro), e a Europa aquando do assassinato em Sarajevo do Arquiduque Francisco Fernando, herdeiro da coroa Austro-húngara (que despoletaria o início da I Guerra Mundial). Nos anos 20 e 30, a miríade de assassinatos (e tentativas) é surpreendente destacando-se não somente a tentativa à vida do próprio Salazar (em 1937) como os assassinatos do Rei Alexandre da Jugoslávia (em Marselha, 1934, onde também foi morto Jean Louis Barthou, antigo Presidente do Conselho e em 1934 Ministro dos Negócios Estrangeiros). Outros exemplos são os de Milorad Drašković (Ministro do Interior do Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos em 1921, às mãos de um comunista), Gabriel Narutowicz (Presidente polaco em 1922, morto por extremistas nacionalistas), Alois Rašín (Ministro das Finanças checoslovaco, morto em 1923 por um estudante comunista), Aleksandър Stamboliiski (Primeiro Ministro búlgaro, morto na sequência de um golpe de Estado em 1923), Stjepan Radić (líder do Partido Agrário Croata, morto a tiro no parlamento por um deputado montenegrino), Ion Duca (Primeiro Ministro romeno, morto pela Guarda de Ferro em 1933), Zela Codreanu (líder da Guarda de Ferro, assassinado em 1938), ou o Primeiro-Ministro espanhol Eduardo Dato, assassinado em 1921 por anarquistas catalães).

No seu ano de consulado, o «Presidente-Rei», como o reclamou Fernando Pessoa, conseguiu plantar as bases da nova atmosfera autoritária portuguesa, engajar nela uma nova geração de jovens radicais (muitos militares e veteranos de baixa patente da Flandres, os «Tenentes de Sidónio»), parte da classe média conservadora, da academia coimbrã, e da população não urbanizada e pouco educada que não se revia numa República secularizada. Nesta medida deve ser considerado uma importante referência para a direita portuguesa (e Ibérica) e numa das principais fontes de inspiração política para o futuro Estado Novo. Depois de Sidónio, retornou a hegemonia do Partido Democrático, agora com um novo conjunto de líderes (mas mesma atitude perante os problemas sociais e políticos do país) e com uma nova direita (re)organizada em torno da memória e experiência sidonista. Entre 1918 e 1926 a República retornou aos seus hábitos de inabilidade de gerar maiorias políticas estáveis que conseguissem proporcionar estabilidade governativa⁵², ao que se deve acrescentar a incapacidade de se controlar a rua e sustentar e/ou controlar as tentativas insurreccionais/revolucionárias provenientes quer da direita como da esquerda, situação que segundo o padre Lawrence Patterson «reduziram Portugal ao semi-caos» (Patterson, *America. A Catholic Review of the Week*, Dezembro 1937)⁵³. Os anos da República contribuíram ainda para a consolidação de uma reputação internacional de tal forma negativa para Portugal que em França se cunharia mesmo um verbo simbolizando a incapacidade de um país gerar estabilidade política e de se encontrar em permanente clima revolucionário (*Portugaliser*⁵⁴), popularizando-se ainda pelos *cabarets* da Cidade Luz uma satírica canção, apropriadamente intitulada *Encore un'autre Revolution au*

⁵² Por exemplo, em 1920 houveram sete Primeiros-ministros; seis em 1921, dois em 1922 e 1923, quatro em 1924 e cinco em 1925.

⁵³ Padre Lawrence Patterson. *America. A Catholic Review of the Week*, semanário católico Jesuíta fundado em 1909, e apoiante activo dos Católicos espanhóis durante a Guerra Civil Espanhola (e de Franco).

⁵⁴ Expressão, por exemplo, ainda utilizada em 1938, e ao que parece inventada, «ou pelo menos divulgada pelo sr. Vandervelde», como nos dá conta a correspondência da Embaixada portuguesa em Bruxelas nas referências à utilização de tal vocábulo numa carta de um senhor Herrera publicada na *La Nation Belge*. É ainda referido, neste contexto, que apesar dos «belgas não empregam a palavra *portugaliser* num sentido de ofensa para com o nosso país, a verdade é que com intensão ou não a empregam» (correspondência da Embaixada em Bruxelas para Lisboa, 28 de Outubro de 1938, cf. Arquivo do MNE).

*Portugal*⁵⁵. Com esta fama, não estranha que não se encontrem amiúde nas páginas dos media internacionais muitas palavras de louvor ao legado da República, nem mesmo quando escritas por autores menos apologéticos do Estado Novo, como Olof Hoijer, cujos textos críticos ao processo de constituição do Estado Novo analisaremos mais tarde neste trabalho.

Perante o exposto, não surpreende que muita da imprensa internacional, em especial a de matriz nacionalista e simpatizante com os fascismos, e a escrever nos anos 30, tenha sido bastante crítica na sua apreciação avaliativa da I República portuguesa. Começemos pelo panorama radical europeu, e pelo editorial do alemão *Frankfurter Zeitung* que resumia o primeiro quartel do século XX português: «Todas as formas de Estado, monarquia e República, ditadura, domínios dos partidos foram experimentadas em Portugal nas últimas décadas, desencadeando revoluções umas sobre as outras e, como diz Salazar, nada melhoraram antes pioraram os males porque destruíram a crença no Estado como dirigente e orientador das forças individuais» (*Frankfurter Zeitung*, 20.01.1935). A política perdera «o seu sentido e passou a ser um instrumento egoísta nas mãos dos dirigentes» (*Frankfurter Zeitung*, 20.01.1935). A mesma leitura determinista, desculpando o advento do Estado Novo na necessidade de romper com a anarquia e desgoverno da República, era também partilhada pelo professor Ivo Dane, um dos maiores divulgadores do salazarismo na Alemanha nazi. Sintetizava Dane: «A Guerra esgotara as energias medulares da nação portuguesa; ideologias marxistas e comunistas imbuíram e impregnaram toda a vida pública e semearam a anarquia na vida privada; as revoluções seguiam-se umas às outras, quais síncope de agonia prenunciadoras do desenlace fatal. Sete anos durou este caos. Até que surgiram dois Homens, no verdadeiro sentido deste termo: o General Carmona e o dr. Oliveira Salazar» (Dane, *Kölner Zeitung*, 8.12.1933). Portugal, como recordava o belga Georges Becquet no periódico radical *Rex*, «tinha costumes políticos detestáveis. As crises ministeriais eram o pão quotidiano da actualidade política. O poder executivo não representava alguma

⁵⁵ Neste tópico, Mircea Eliade recordaria anos mais tarde que esta popular *chanson* parisiense verdadeiramente simbólica do estado de alma portuguesa e símbolo da agitação política vivida durante a República, ou pelo menos da sua reputação internacional. Simultaneamente, também se tornou popular o uso do verbo *Portugaliser* para descrever um estado de caos generalizado e incapacidade de gerir decentemente a coisa pública.

autoridade real. Em senso estrito, não havia Chefe de Estado, pois o Presidente da República tinha apenas um poder decorativo. Na realidade era o Parlamento que concentrava a todos os poderes teoricamente repartidos pela Constituição, entre o legislativo e o executivo. A Câmara exercia sobre o país uma espécie de ditadura disfarçada», sendo «dominada por caciques, profissionais da política, verdadeiros chefes de banda com apetites insaciáveis, desejosos de satisfazer as suas clientelas em detrimento do colectivo» (Bequet, *Rex*, 1936).

Distante destes radicalismos, mesmo o equilibrado diplomata norueguês Olof Hoijer, na revista *Sciences Politiques*, assumia frontalmente que a República pouco mais fora que «uma construção artificial para resolver a disputa entre diferentes facções», sendo que «a sua vida política fez pouco mais que distribuir favores e influência pública e nomeações, levando à transformação de Portugal num país de revoluções irritantes, golpes de Estado insuficientes e pronunciamentos militares irrelevantes (Hoijer, 1937). E mesmo do outro lado do Atlântico a leitura propagada pelo Estado Novo sobre as insuficiências da I República encontraram eco, como nos comprova, alguns textos provenientes da direita católica norte-americana. «As coisas chegaram a uma situação que o debate e a argumentação de pouco valiam», escreveria o controverso padre Coughlin no *The Catholic World* dos Estados Unidos, acrescentando que os homens que suportavam a República «havam reduzido Portugal à pobreza, desrespeitavam qualquer ideia nova ou qualquer reforma séria e exigiam de cada reformista uma clara exposição do que o seu sistema poderia atingir em 5 ou 10 anos. Esqueceram que o seu próprio sistema não funcionava. Falharam entender que o seu próprio sistema esta a produzir uma revolução» (Coughlin, *The Catholic World*, Abril 1938)⁵⁶. «Provavelmente por falta de inteligência, visão ou ensino», acrescentaria, «o parlamentarismo português praticou o mesmo obstrucionismo que parlamentares praticam na América e noutros países democráticos» e «como resultado, uma revolução – pacífica em Portugal – foi a única solução para resolver o dilema», concluiria o clérigo norte-americano,

⁵⁶ Padre Charles Coughlin (1891 – 1979), baseado em Detroit, ficaria conhecido pelas suas intervenções na rádio no início dos anos 30, demonstrando inicial apoio pelo *New Deal* de Franklin Roosevelt. No final dos anos 30 declararia apoio às políticas de Hitler, advogando «uma variação da agenda Fascista aplicada à cultura (Norte) Americana».

convencido da necessidade de encontrar soluções de autoridade governamental fora do quadro do parlamentarismo demo-liberal (Coughlin, *The Catholic World*, Abril 1938). Ainda no mundo católico americano, no *The Christian Science* de Boston, Franz Borkenau reafirmava alguns dos pontos já expostos, aludindo que a República portuguesa «era presa das ambições de poucos cliques de inimigos políticos que contestavam o poder através de numerosas revoluções», diluindo o fervor da luta política portuguesa a «simples golpes de Estado», em nada parecidos «com a participação apaixonada e violenta das massas espanholas na luta dos partidos políticos»; mas em todo o caso uma «série de lutas armadas pelo poder que, em caso de sucesso, tratava, do Estado como uma vaca leiteira, trazendo Portugal à beira da ruína» (Borkenau, *The Christian Science*, 1938).

Contra o legado da I República portuguesa opinavam, como vimos, diversos intelectuais, jornalistas e publicistas espalhados pelo mundo das direitas. Leituras e análises que – no mesmo sentido que os ideólogos do Estado Novo – iriam justificar a intervenção militar do 28 de Maio e qualificá-la, como um mal necessário, como uma solução inevitável para uma situação caótica e anárquica (Bainville, 1937; Robles, 1938 entre outros), uma inevitabilidade espetável para acabar com a plutocracia (Sieburg, 1938; Schreiber, 1938), e «com a camarilha dos partidos e com as lutas partidárias» (Baldi-Papini, 1936). Um golpe, ou apenas «uma acção policial conduzida pelo Exército» para derrubar uma mal preparada República (Baldi-Papini, 1936), em perfeita sintonia com a narrativa propagada no discurso e acção da direita conservadora europeia do pós guerra, replicado em intervenções levadas a cabo por Mussolini, Primo de Rivera, Pilsudski, Ulmanis, Smetona ou Metaxas, nas justificações da necessidade de obter o poder para o seu campo político e prontamente dismantelar as instituições liberais que, devido a sua natureza e falta de capacidade, haviam contribuído para um estado geral de anarquia e ingovernabilidade, conflito social e apropriação dos recursos do Estado por cliques ou elites partidocráticas de cariz sectário, e assim anti-nacionais (nas suas opiniões). Complementarmente, importa realçar que a República portuguesa, mesmo sendo um produto político inovador à época da sua instauração, encarnou fielmente, em especial durante os anos 20, as dinâmicas do conflito político e social da nova Europa

política consagrada nos tratados do pós-guerra; uma Europa primeiro submergida nas vagas revolucionárias de 1918-1919 e contra-revolucionárias de 1919-1922 (muitas de cariz identitário, nomeadamente nos Estados sucessores), depois mergulhada na instabilidade permanente dos sistemas demo-liberais de inspiração wilsoniana e de construção institucional de modelo da III República francesa (de inutilização da Presidência da República), para finalmente – com o intuito de consagrar institucionalmente a contra revolução – se aventurar na exploração de sistemas políticos de ampla concentração de poderes em executivos de forte matriz autoritária, de forte controlo das oposições, devidamente enquadrados pelas experiências fascistas da Nova Ordem Europeia⁵⁷. Neste sentido, tanto o golpe de 28 de Maio, como ao seu precursor de 18 de Abril de 1925, devem ser inseridos no quadro do movimento contra-revolucionário europeu que, a partir do início dos anos 20, procurou retomar as rédeas do poder perdidas no imediato pós-Guerra, quando o clima de instabilidade política verificado após a formação dos novos regimes democráticos consagrados nos diferentes tratados de Paz colocou em causa a hegemonia da direita conservadora, levando ao poder governos de esquerda (como na Hungria) ou consagrando sistemas parlamentos demasiado fragmentados (como nos países Bálticos, ou na Polónia) facilmente corroídos pela corrupção devido à necessidade de negociação parlamentar frequente e falta de uma cultura política de construção de consensos políticos plurais. Basta aliás referir que o movimento contra-revolucionário europeu, do ponto de vista político, antes do golpe de Abril de 1925 já tinha alcançado o poder em Itália (1922), Hungria (1922) e Espanha (1923), e que o golpe de Maio terá, no mesmo ano de 1926, como *gémeo*, o movimento levado a cabo por Pilsduski na Polónia (também em Maio de 1926) e o subsequente golpe de 17 de Dezembro liderado por Antanas Smetona na Lituânia. Diferentes serão os casos das monarquias autoritárias dos Balcãs, por responderem a processos de personalização e concentração de poderes executivos na figura do Chefe de Estado entronado, e não movimentos de fora do sistema, e neste termo (contra) revolucionários, como os verificados em Portugal, Itália, Espanha ou no Báltico.

⁵⁷ Brevemente, porque trataremos adiante mais em pormenor destes casos, referimos que a situação vivida em Portugal durante a I República não difere muito do sucedido na Grécia, na Polónia, nos Países Bálticos, na Jugoslávia, Áustria, Bulgária, Roménia, ou mesmo na Hungria.

Em todo o caso, julgamos evidente que estes movimentos e/ou ciclos, que polvilham o continente europeu durante os anos 20 e 30, partilham uma importante dinâmica transnacional, simultaneamente unificadora e nacionalista, distinta do que seria o fascismo e nazismo. Unificadora no sentido em que as principais elites conservadoras partilhavam a leitura do seu papel como classes dirigentes, naturalmente responsáveis pela gestão dos assuntos do Estado; leituras muitas vezes assente em matrizes político-doutrinárias comuns, e que servirão de base a diversos projectos de regeneração etno-cultural colocados em prática nos anos 30 (como na Roménia, Hungria, Polónia, Báltico). E nacionalista no sentido da necessidade de consagração de um discurso apropriador das perceções características identitárias reunidas em torno desses mesmos projectos de regeneração etno-culturais, base aliás para a legitimação de muitos dos novos Estados nacionais emergentes no contexto de desmantelamento dos impérios intra-Europeus (alemão, austro-Húngaro e russo). Quase toda a totalidade dos regimes autoritários nos anos 30 seguirá, ou procurará seguir, caminhos nacionalistas relativamente afastados de influências externas (em especial a italiana, primeiro, e depois a alemã), apesar da notória atracção para alguns dos aspectos do fascismo (nomeadamente a sua construção institucional) de parte das suas elites conservadoras que, em todo o caso, e em muitos exemplos, manterão uma relação de elevada tensão com grupos fascistas radicais, grupos para os quais à direita tradicional conservadora faltava o vigor revolucionário e a vontade de romper com o status quo associado, pelo menos retoricamente, à dinâmica fascista (internacional).

Salazar e a República. Breves apontamentos

Durante os seus anos na Universidade, Salazar manterá uma presença regular na esfera pública, através de conferências e artigos de opinião, gradualmente ganhando o respeito junto da opinião publicada através do seu currículo académico e ideias políticas, nomeadamente no campo das economias e finanças. Em 1914 terminaria o curso em Direito, com uma média que impressionou a tradicional e exigente casta coimbrã: 19 valores, resultado que lhe valeu convite para integrar a docência na Universidade, primeiro para a cadeira de Direito Criminal, depois para

Ciências Financeiras e Económicas (Ribeiro Meneses, 2010). Em 1918 receberia o grau de Doutor, sem tese ou apresentação pública, feito depois do qual assumiu a regência do departamento de Ciências Económicas e Financeiras da Faculdade de Direito. Durante estes anos, a sua *persona* pública continuaria a se moldar através de artigos de opinião em jornais de índole católica (especialmente o *Novidades*), onde frequentemente opinava sobre assuntos económicos em geral, destacando-se os sobre as questões cerealíferas, a sustentabilidade do modelo económico português e as linhas gerais para a sua reestruturação (Nogueira, 1977, Ribeiro Meneses, 2010).

Em Coimbra Salazar iniciaria a sua actividade política activa, apresentando-se em 1919 como candidato a deputado pelo Centro Católico Português (CCP), partido político criado em 1915 com a ambição de conciliar as relações entre católicos e o novel regime republicano. Este partido em certa medida antecipava as indicações de Bento XV quando, já num cenário do pós-Guerra (11 de Dezembro de 1919), sugeriria que os Católicos deveriam obedecer e colaborar com os respectivos regimes políticos dos seus países, ressalvando que esta colaboração não deveria significar total aderência (Eliade, 1941)⁵⁸. Apesar de natural do Distrito de Viseu, Salazar apresentaria candidatura em Viana do Castelo, «não obtendo um único voto» (Ribeiro de Meneses, 2010). Em 1921 voltaria a preparar candidatura, desta feita em Guimarães, conseguindo ser eleito. No Parlamento seria votado para os Comités do Orçamento, Estatísticas e Ensino Superior, na única sessão dessa legislatura, pois a 21 de Outubro de 1921 os episódios da ‘Noite Sangrenta’ levariam à interrupção dos trabalhos parlamentares, e respectiva dissolução do governo⁵⁹. Terminava assim a (curta) carreira parlamentar de Salazar⁶⁰.

⁵⁸ O Centro Católico Português, corporizava o espírito do *ralliement*, assumindo-se como o braço político do conservadorismo católico durante os anos da República, apresentando-se, e elegendo, regularmente candidatos nas eleições gerais. Salazar será um dos seus mais predominantes membros.

⁵⁹ A 21 de Outubro de 1921 uma camionete fantasma percorreu as ruas de Lisboa reunindo diversos membros do governo e alguns dos Homens do 5 de Outubro, assassinando entre outros António Granjo, Presidente do Conselho em exercício, Machado dos Santos e Carlos da Maia, heróis da Rotunda, durante a revolução republicana de 1910.

⁶⁰ Este episódio será descrito mais tarde pela propaganda oficial do Estado Novo como o reflexo da aversão de Salazar aos procedimentos democráticos e à futilidade do trabalho parlamentar de matriz liberal. T. Widt por exemplo, em artigo já citado no *Tidens Tegn*, diria que Salazar «nunca se tinha interessado pela política que nunca exercera. Era uma folha completamente em branca quando começou a dirigir o ministério das finanças na Praça do Comércio». Presunção também seguida por Franz Borkenau no *The Christian Science* de Boston, que categoricamente afirmava que «uma vez

Apesar desta auto-proclamada experiência traumática, usada no futuro pela propaganda do Estado Novo para justificar o anti-parlamentarismo primário de Salazar, o futuro Presidente do Conselho não desistiria da política (partidária) activa, incrementando a colaboração com o Partido Católico ao ponto de ser considerado como um dos seus principais activos e potencial ministro das finanças em qualquer futuro governo (conservador) que contasse com apoio dos católicos (Ribeiro Meneses, 2010). E a prova é que em 1925 voltaria a apresentar candidatura como deputado, desta feita pelo círculo eleitoral de Arganil (Coimbra), sem efeitos práticos. Em meados dos anos 20 Salazar continuaria a promover a sua imagem de intelectual público engajado e proponente de soluções político- económicas para a República através de uma série de artigos publicados na imprensa e intervenções associadas ao seu trabalho partidário. Esta exposição permitiu lentamente a Salazar apresentar-se ao País letrado e às suas diversas elites, tranquilamente construindo a imagem de um Homem de forte carácter, origens humildes e profundos valores católicos e conservadores, e que - através do mérito do seu intelecto e brilhantismo académico – construía uma carreira universitária sólida e que agora, publicamente, acumulava apoios e apoiantes em torno das suas ideias políticas, nomeadamente no campo da economia política e finanças públicas. E muito em breve terá a oportunidade de, finalmente, participar activamente na vida política portuguesa, como veremos.

eleito deputado nunca tomou o seu lugar» (Borkenau, *The Christian Science*, Fevereiro 1938) ou por Catherine de Heuck que no *The Sign* referiria que Salazar «nunca esteve interessado em política, e nunca nela tomaria parte se fosse uma escolha pessoal», e que depois de eleito, deixaria o Parlamento «convencido da sua inactividade» (de Heuk, *The Sign*, 1938). Mais tarde Ploncard d'Assac também abordaria este tema na sua biografia sobre Salazar (publicada em 1967) afirmando que este teria resignado ao seu parlamentarismo após o episódio de 1921, afirmações em nada sustentadas, até porque como referimos, Salazar volta a apresentar-se a votos em 1925 (d'Assac, 1989 [1967]). Contrariando esta perspectiva encontramos os artigos de Laurence K. Patterson no *America*, reconhecendo que Salazar «era um membro activo do Centro Católico» (Patterson, *America A Catholic Review of the Week*, Dezembro 1938), e do holandês Van Kees, que na sua apresentação do ditador português referia que «era professor de economia política na Universidade de Coimbra que chamou a atenção como publicista interessado no Partido Católico, com o qual se sentara nas cortes, por um dia. Experiência suficiente para deixar a arena política, apanhar o próximo comboio e regressar aos livros e estudantes» (Van Hoek *Irish Independent*, Fevereiro 1939). Finalmente, voltamos a citar o estranho artigo de Francisco Vajta, correspondente do *Estu Ujsag* em Roma, que coloca Salazar a afirmar que «Em 1910 quando se proclamou a república ainda eu era um democrata e confesso-o francamente, alegrei-me com a mudança de regime», reconhecendo ainda que «ninguém me conhecia.. até que em 1921 fui eleito deputado pelo partido católico pelo distrito de Coimbra» (Vajta, *Esti Ujsag*, 16.07.1938).

A Revolução de Maio

Entretanto, a 28 de Maio de 1926 parte de Exército português conseguiu promover um Golpe de Estado definitivo contra a volátil República, instaurando uma Ditadura Militar assumidamente sanitária, no sentido de limpar a administração levado a cabo pelo partido democrático, e administrativa, na medida em que pretendia, sem plano pré-concebido, retirar imediatamente ao Partido Democrático a gestão dos assuntos do Estado. A direita conservadora europeia noticiaria o «golpe não diferente de tantos outros» (Baldi-Papini, 1936) como mais «uma revolução como outras naquele país de Sol» (T. Widt, *Tidens Tegn*, 1934), desta feita «saudada pela população com sinais de alívio» (Borkenau, *The Christian Science*, Fevereiro 1938) e genericamente aceite como um mal necessário para terminar com os abusos de uma República tida como maçónica e radicalmente liberal (Patterson, *America A Catholic Review of the Week*, Dezembro 1937; O'Byrne, 1938; Pastor, 1938, entre outros). «Recebida com um sorriso na Europa» (*The Times*, 1935) a diferença deste «pronunciamento para acabar com os pronunciamentos» (*The Times*, 1935), desta «lógica consequência do 13 de Setembro [1923] de Primo de Rivera» (Aguiar, 1934), «quando outras já foram esquecidas, é que pela primeira vez se pôs em evidência um nome que já se tornou histórico: Oliveira Salazar» (T. Widt, *Tidens Tegn*, 1934). Como vemos, uma linha narrativa bem de acordo com o que o regime português produziria sobre si próprio, e acerca das razões que justificaram a inevitabilidade de um movimento revolucionário contra a República.

O golpe de 28 Maio de 1926, organizado como em 1925 por Sinel de Cordes, teve início na cidade de Braga, aproveitando a concentração na cidade dos Arcebispos de parte importante da elite católica conservadora portuguesa (ali reunida em torno de umas Jornadas Marianas). De Braga, talvez procurando plagiar a Marcha para Roma de 1922 (Aguiar, 1934), a principal coluna insurrecta vagarosamente descerá à capital, onde Gomes da Costa entrará vitorioso apenas a 6 de Junho, mais de uma semana depois dos início da revolução⁶¹. Entretanto em

⁶¹ Sobre este episódio escreverá o reverendo E. J. Lyons no magazine canadiano (e católico) *Saint Joseph Lilies* que da «confusão das guerras de facção, bombismo e anarquia, veio o veterano da Costa

Lisboa, Mendes Cabeçadas (comandante das forças insurrecionistas na capital e «delegado das tropas revolucionárias do Norte») recebera do Presidente (deposto), Bernardino Machado, os respectivos poderes constitucionais, sendo assim formalmente indigitado como Presidente da República Interino. Presidiria Mendes Cabeçadas a um «ministério que só existia no seu pensamento» (Aguiar, 1934), pormenores institucionais que rapidamente se tornariam em *por maiores* políticos, como veremos. Salazar veria o seu nome imediatamente envolvido para a pasta das finanças do novo governo provisório, o que não constituiu surpresa, pois a sua reputação tornara-o já numa personagem politicamente incontornável, como ministeriável a recrutar do campo católico-conservador. Assim, a 4 de Junho, Salazar desembarca em Santa Apolónia para assumir posto no I governo provisório da recém-anunciada Junta Revolucionária, ficando míseros 14 dias na capital antes de regressar ao aconchego da cidade estudantil. Na sua leitura, a indefinida situação política impedia quaisquer possibilidades de enquadrar devidamente um conjunto de políticas públicas estáveis de alcance de medio-prazo⁶². Por «não ter obtido a mão livre que desejava» (Patterson, *America A Catholic Review of the Week*, Dezembro 1937), esperou por «céu limpo» no refogo cómodo das margens do Mondego (T. Widt, *Tidens Tegn*, 12.08.1934; Kasama, *The World and Girls*, 1935; Freire Antunes, 1978)⁶³.

Esta atitude, mais tarde enfatizada pela propaganda do Estado Novo, e amplamente citada na imprensa internacional da época como um exemplo da determinação de Salazar em não compactuar com a velha forma de fazer política⁶⁴, não foi mais do que, em nossa opinião, a primeira demonstração do apurado senso e

aliviar o governo das suas responsabilidades e restaurar temporariamente a ordem. Ele começou por limpar a casa com duas armas: um directório militar forte e um sincero desejo de salvar o seu país» (Lyons, *Saint Joseph Lilies*, Março 1938).

⁶² Isto porque a Junta Revolucionária ainda se encontrava preocupada essencialmente com a consolidação do poder e com a reorganização da relação de forças entre as diversas tendências dentro das forças insurrecionistas.

⁶³ Apesar das tentativas da Ditadura Militar em acalmar a atmosfera política, os anos que se seguiram à Revolução de Maio foram marcados por uma permanente instabilidade, assistindo o país a uma série de contra-revoluções promovidas por republicanos liberais, anarquistas e/ou sindicatos, o que ficou conhecido pelo movimento do *Revivalho*. Neste período, as insurreições e revoltas mais significativas ocorreram em 1927, 1928, 1931, 1932 e 1934 (Farinha, 1998).

Akio Kasama, diplomata japonês estacionado na Europa (e em Portugal) nos anos 30.

⁶⁴ Em especial em alguns artigos de fundo, escritos já nos finais dos anos 30, que veremos em mais detalhe na próxima parte desse trabalho.

faro político de Salazar e da sua habilidade de gerir excelentemente os *timings* da sua carreira política, aprimorando neste processo a capacidade de articular e manipular em torno de si um conjunto de apoios significativos (recrutados essencialmente em torno dos seus colegas universitários), trabalhando-os politicamente no sentido de servirem os seus propósitos, de satisfazerem o seu «vulcão de ambições». Neste sentido, aliás, articularia Salazar a saída do I Governo Provisório da Ditadura, levando consigo parte da *Tuna de Coimbra*, o seu correligionário académico Mendes dos Remédios⁶⁵, facto ocorrido a 17 de Junho, depois do ‘golpe dentro do golpe’ promovido pelo General Gomes da Costa ter afastado o ainda Capitão-de-Fragata Mendes Cabeçadas da Presidência (interina) da República, manobra meramente política com o propósito de *repor* a hierarquia natural dos Homens da Revolução de Maio⁶⁶ (Madureira, 2000). Com esta jogada, o professor de Coimbra entrara seriamente no jogo da macro-política nacional, e este *bluff* seria apenas uma manobra para recolher forças e melhor apurar o lado do vento para que soprariam os destinos da Ditadura militar, no Verão de 1928 ainda demasiado incertos e sem timoneiro definido. Salazar, «vira-se embrulhado de burocracia e impossibilitado de produzir alguma coisa nessas circunstâncias» (Van Hoek, *Irish Independent*, 1939), e pacientemente esperaria para entender como se arrumaria, politicamente, a Revolução de Maio, e perceber que espaço teria no novo regime (Rosas, 1994; Ramos, 2009).

Como vemos, os momentos imediatos ao derrube da República foram de caos, incerteza e indefinição política, pois o aparente consenso garantido (e demonstrado) na caminhada de Braga a Lisboa foi rapidamente substituído por uma luta intestina para tomar conta do processo revolucionário em curso (Rosas, 1994; Ramos, 2009). O principal foco de conflito verificava-se entre Mendes Cabeçadas, o comandante operacional das tropas de Lisboa – que, como vimos, formalmente recebera o poder constitucional das mãos de Bernardino Machado – e Gomes da

⁶⁵ No primeiro governo provisório da Ditadura, Salazar (Finanças), Mendes dos Remédios (Justiça) e Manuel Rodrigues (Educação) eram os únicos ministros não-militares, portanto civis. Esta grupo, prontamente intitulado de *Tuna de Coimbra*, alcunha referencial à universidade de proveniência, simbolizaria a abertura dos militares de Maio à experiência tecnocrata e académica proveniente dos bancos da prestigiosa Universidade.

⁶⁶ O plano original dos revoltosos não previra a abdicação formal de Bernardino Machado nem a subsequente entrega formal do Poder constitucional a Mendes Cabeçadas.

Costa, o veterano general da Flandres que dera início à revolução na cidade dos arcebispos. E o que poderia parecer apenas uma disputa intra-castrense, entre oficiais maiores de diferentes ramos das Forças Armadas, e respectivos egos, escondia duas visões bem distintas sobre que destinos dar ao golpe. Na mente de Gomes da Costa, o 28 de Maio deveria simbolizar uma ruptura completa com o legado republicano liberal, e suas instituições, contando para este efeito com o apoio da direita radical e integralista que esperava a inauguração de um novo Estado ao estilo fascista, naturalmente com o próprio Gomes da Costa à cabeça da nova situação⁶⁷. Já Mendes Cabeçadas, que reunia o apoio da direita conservadora e republicana (liderada por Cunha Leal), via no 28 de Maio uma oportunidade de purificar e libertar a República do domínio hegemónico do Partido Democrático, devendo assim, para estes ‘constitucionalistas’, promover-se apenas uma transformação político-administrativa dentro do quadro formal vigente, actuando interinamente como Presidente da República e Presidente do Conselho de Ministros, o próprio Mendes Cabeçadas (Nogueira, 1977; Freire, 1978; Madureira, 1997).

Perante estas circunstâncias, Gomes da Costa rapidamente promoveu uma «revolução complementar» (Oliveira, 1973), um ‘Golpe dentro do Golpe’ que substituiria Mendes Cabeçadas por ele próprio, ocorrência que, como vimos, levou à demissão Salazar. Mas, mesmo apesar do apoio alargado, e do elevado carisma pessoal de Gomes da Costa (recolhido pelo respeito acumulado como responsável pela chefia do Corpo Expedicionário Português nas trincheiras de França), o novo líder rapidamente se viu perante nova revolta interna, desta feita promovida pela pequena oficialidade (em especial jovens tenentes) reunidas em torno das principais guarnições da zona de Lisboa, que não viam no excessivamente temperamental General a necessária chama ou vitalidade que o apresentasse simbolicamente como o desejado líder revolucionário; impedindo a sua obtusa personalidade, ancorada no seu prestigioso currículo militar, de assim se entender⁶⁸. Esta jogada, perpetrada por

⁶⁷ Por seu lado, estas forças encontravam-se ainda divididas entre os integralistas – em torno de Nobre de Melo – e os radicais e monarcas apoiantes de Sinel de Cordes (Freire Antunes, 1978, Afonso, 2000).

⁶⁸ Gomes da Costa granjeou grande parte do seu prestígio militar em África e na Índia, tendo sido posteriormente convidado pelo governo de Afonso Costa para liderar o Corpo Expedicionário Português que lutaria no cenário europeu da I Guerra Mundial (na Flandres). Gomes da Costa tinha o

«soviets de tenentes» (Guyomard, 1927) próximos de Sinel de Cordes, pretendia remover Costa Gomes da Presidência do Conselho de Ministros, e remetê-lo para a exclusividade da Presidência da República (cargos que acumulava), diminuindo-lhe assim a influência directa e domínio institucional do processo revolucionário agora em curso⁶⁹. Este golpe palaciano promoverá, no entanto, um novo – e até certo ponto surpreendente – líder: o General Óscar Carmona, comandante das forças revoltosas de Évora⁷⁰. De personalidade contida, mas apuradas capacidades político-diplomáticas, Carmona granjeara prestígio e visibilidade pública como juiz militar em dois dos mais badalados julgamentos ocorridos durante a República, o primeiro respectivo à noite sangrenta de 1921, o segundo sobre o golpe de 18 de Abril de 1925, o preparatório do 28 de Maio de 1928⁷¹. Era assim essencialmente conhecido mais pelo seu papel de procurador do que como militar de trincheira ou africanista, características que lhe provariam bastante úteis no futuro balanço das diversas tendências e forças (conflitantes) que suportavam a revolução de Maio⁷². Estas ‘condições’ ultimamente justificariam a sua ascensão ao posto presidencial (em detrimento do pró-monárquico Sinel de Cordes), pois não ter definição a priori perante os diferentes campos em confronto tornara-se vantagem assinalável não só para conter os mais exaltados como para integrar os mais moderados. Carmona aceitou assim a dupla nomeação (Presidência da República e do Conselho) e, ainda

apoio de conhecidos integralistas como Manuel Múrias ou Trindade Coelho. Um sinal do seu temperamento imprevisível foi a sua acção precipitada de demitir 3 ministros (Óscar Carmona, António Claro e Gama Ochoa) poucos dias depois de ter assumido a Presidência, gesto que ultimamente lhe custará a sua posição presidencial (Nogueira, 1977; Madureira, 1997).

⁶⁹ É interessante verificar que estas movimentações revolucionárias operavam dentro do quadro constitucional e institucional definido em 1911. Neste, a alocação de poderes remetia para o Presidente do Conselho de Ministros a maioria dos poderes executivos, enquanto que o cargo de Presidente, apesar do seu prestígio e visibilidade pública, era meramente simbólico.

Georges Guyomard, jornalista francês, dos poucos jornalistas estrangeiros a escrever sobre a ditadura militar em cima dos acontecimentos.

⁷⁰ «Quando se dissipou a confusão em que se envolveu o triunvirato, aclamaram ditador o general Carmona, antes de o eleger Presidente a 15 de Abril de 1928», escreverá o *The Times* em editorial de Fevereiro de 1935.

⁷¹ Óscar Carmona era conhecido nos circuitos militares como o *General Virgem*, pela falta de currículo militar activo ou a experiência bélica de alguns dos seus colegas, muitos veteranos das Guerras em África e/ou da Flandres. Como referimos, destacara-se como procurador militar, em especial quando pediu a absolvição dos conspiradores da revolta de 18 de Abril de 1925, reconhecendo na leitura do Acórdão que as boas intenções dos revoltosos, e os seus esforços de salvarem uma «Pátria doente», da anarquia e decadência da República (d’Assac, 1989 [1967]; Rosas, 1994).

⁷² Chegou aliás Carmona a confidenciar a António Ferro que «eu não cheguei propriamente a colaborar no movimento 28 de Maio» (Ferro, 1934)

trabalhando sob os pressupostos constitucionais da República de 1911, nomeou – a 9 de Julho de 1928 – novo governo; o 4ª provisório desde o eclodir da revolta. Novamente Salazar foi convidado a assumir a pasta das Finanças, mas este manteve a recusa, e a desculpa em torno da instabilidade política. Reservava-se. A Sinel de Cordes caberia a tutela da importante pasta⁷³.

Rumo à Ditadura Financeira

Estas lutas internas e disputas pessoais, que marcaram as primeiras semanas e meses da nova situação, acrescentaram instabilidade a uma já solta coligação revolucionária, tornando impossível a persecução de qualquer projecto político sério, ou devidamente alicerçado, mesmo tomando o risco de considerar que alguma vez houvera um plano de acção política concreto para depois do assalto ao poder. Complementarmente, nos anos que se seguiram à “Revolução de Maio”, e apesar de todas as tentativas da Ditadura Militar em acalmar a atmosfera política, o clima de instabilidade manteve-se, assistindo o país a uma série de contra-revoluções promovidas por republicanos liberais, anarquistas e/ou sindicatos, num amplo movimento anti-golpista conhecido como *Revirvalho*⁷⁴. Este clima de permanente Guerra Civil vivido intensamente nos gabinetes do governo, nos quartéis e nas ruas de Lisboa, foi maioritariamente menosprezado pela maioria dos observadores estrangeiros, facto que os terá impedido de reconhecer a falta de controlo político real exercido pelos homens de Maio (pelo menos) até 1933/34, e entender as particularidades do longo e complexo caminho que Salazar iria galgar para ascender ao poder e as *nuances* subjacentes ao mito da sua viagem pacífica rumo a uma posição executiva autoritária totalmente indisputada. Poucos anos mais tarde, a propaganda do Estado Novo branquearia a transição para o autoritarismo vendendo uma imagem pacífica e ordeira dos eventos com o declarado intuito de

⁷³ Sinel de Cordes, reconhecido monárquico, foi um dos mais activos conspiradores contra a República, especialmente durante os anos 20. Foi o principal promotor da tentativa de golpe de 18 de Abril de 1925, e novamente um dos principais organizadores do 28 de Maio. O seu forte carácter e assumidas tendências monárquicas foram tidos como principais impedimentos para que substituísse Gomes da Costa (Freire Antunes, 1978; Madureira, 1997; Afonso, 2000).

⁷⁴ Neste período, as insurreições e revoltas mais significativas ocorreram em 1927, 1928, 1931, 1932 e 1934 (Farinha, 1998).

distinguir o modelo português de outras transições violentas; o que não sendo de todo verdade, encaixava perfeitamente na narrativa construída em torno da excepcionalidade lusa e da sua estratégia de separação de modelos extremistas, como o fascismo e o nazismo.

No entanto, se a apreciação da evolução política portuguesa foi em certa medida minimizada, os seus parâmetros ideológicos irão ser objecto de interesse por espectadores estrangeiros ligados aos regimes italianos e alemão (ou provenientes da direita radical), onde vários irão observar que ao golpe de Maio faltou corpo doutrinário pré-definido, uma vez que não «tinha resultado da fermentação de uma ideia, produto de um novo espírito, ou de uma maturada mística» (Baldi-Papini, 1936). Para estes críticos, partindo da experiência fascista, faltava a Portugal um «*Duce*, uma elite, uma doutrina, um fervor revolucionário que, nascido e cimentado na penumbra da batalha, poderia penetrar, desde o seu início, a alma do Povo» (Baldi Papini, 1936, e também Robles, 1938 e Eliade, 2011 [1942]). A unir os homens da Revolução de Maio encontrava-se, por um lado, o desprezo pelo Partido Democrático (e Afonso Costa), como reconheceria Gomes da Costa a Armando Aguiar: «o Movimento tinha-se feito somente para derrubar um governo que se estava tornando insuportável... nada mais» (Gomes da Costa, citado em Aguiar, 1934). Por outro lado, receava-se que a antecipada queda da República fosse antes desencadeada pela esquerda anarquista e sindicalista, nos moldes das vagas revolucionárias que no pós-Guerra assolaram a Europa assustando as elites conservadoras, forçando-as à contra-revolução activa ou preventiva. Neste sentido, muito acertadamente apontava Gil Robles que «a Revolução de Maio não fora um trabalho ideológico de um partido, mas invés o exclusivo trabalho dos militares que, até à entrada de Salazar no Governo, estavam mais interessados em destruir as instituições liberais que as substituir» (Robles, 1938).

Esta clique de militares que em 1926 tomara o poder em Portugal deve ser então entendida como uma coligação minimalista motivada pela tomada do poder, sem plano detalhado ou definido, sem ideia coerente sobre que caminho tomar: se promover a refundação da (existente) República ou patrocinar um regime de tipo novo, ao estilo das recentes experiências pós-democráticas autoritárias, como

apontaram diversos autores da direita europeia (Bainville 1935; Baldi-Papini, 1936; Manoilescu, 1937; Gil Robles, 1938; de Reynolds, 1938; Chesnelong, 1939; Eliade, 2011 [1942])⁷⁵. E, apesar da entronização de Carmona ter trazido alguma estabilidade política (junta com a perda de influência de alguns grupos, entre eles os integralistas), a ditadura necessitava ainda de um Chefe, de alguém que simbolizasse a nova ruptura política exigida pelo *espírito do tempo*, como elegantemente apontaram *post facto* personalidades conservadoras como Akio Kasama, Gil Robles, Chesnelong, Franz Borkenau ou Mircea Eliade (Kasama, *the World and Girls*, 1935, Robles, 1938; Borkenau, *The Christian Science Monitor*, Fevereiro 1938; Chesnelong, 1939; Eliade, 1942 [2011]).

Julgamos importante determo-nos na análise das *nuances* em torno da intensa luta política (e ideológica) ocorrida nos bastidores da Ditadura Militar porque elas contêm, grosso modo, não só a atmosfera de onde brotará Salazar como o desejado líder e «salvador da Pátria» (Monteiro, 1930), mas ainda as grandes linhas de debate sobre o futuro do País, e conseqüente definição jurídico-constitucional: os constitucionalistas e republicanos conservadores apoiavam a renovação de uma República liberal, enquanto integralistas e radicais advogavam a instauração de um novo regime político alinhado com os modelos autoritários contemporâneos, tendo como bases, na Península, o sidonismo e riverismo espanhol, e na Europa a Itália Fascista de Benito Mussolini. Aliás, semelhantes processos ocorriam um pouco por toda a Europa, mesmo antes da crise bolsista de 1929 colocar um prego final no sonho liberal-democrático do Presidente Wilson. Na Hungria construíra-se uma alargada coligação contra-revolucionária desenhada com apoio logístico e militar das

⁷⁵ Gil Robles (1898 – 1980), político católico espanhol. Como membro do Conselho Privado de Juan de Borbón e apoiante de uma solução monárquica no cenário pós-Guerra Civil, exilou-se em França, Portugal e Argentina.

Baldi-Papini, fascista italiano, chefe da terceira missão do CAUR a Portugal.

Jacques Bainville (1897-1936), escritor, historiador e jornalista francês, monárquico, próximo da *Action Francaise* de Charles Maurras.

Franz Borkenau (1900-1957), escritor e publicista austríaco, membro do Partido Comunista Alemão até 1929, crítico do Nazismo, biógrafo de Pareto e autor de uma das primeiras teorias marxistas do totalitarismo.

Henri Massis (1886 – 1970), crítico literário, historiador e ensaísta francês, próximo da Jacques Bainville (1897-1936), escritor, historiador e jornalista francês, monárquico, próximo da *Action Francaise* e colaborador do regime de Vichy.

Charles Chesnelong, poeta francês.

forças aliadas (nomeadamente a França) para derrubar a República Socialista de Béla Kun; movimento reaccionário que, depois de um período de *Terror Branco*, colocaria o Almirante Miklós Horthy formalmente como regente de um país sem rei até 1944. Na Polónia, Jozef Pilsudski, esgotado da permanente instabilidade parlamentar extraída da Constituição de 1918, e da constante incapacidade de se gerarem governos estáveis, provocou no mesmo mês de Maio de 1926 um Golpe de Estado dedicado a dar como finda a experiência liberal-parlamentar polaca, concentrando em torno da sua pessoa o poder, pouco intervindo constitucionalmente (pequena Constituição de 1926), deixando para o futuro a evolução constitucional do País (realidade colocada em prática apenas depois da sua morte, em 1935). O mesmo processo seria levado a cabo na Lituânia, onde Antanas Smetonas, directamente inspirado nos eventos de Varsóvia, iria liderar um golpe de Estado militar determinado a terminar com a curta vigência parlamentar no pequeno país báltico, nele instaurando uma ditadura que duraria até à invasão soviética de 1940. Em 1934 os restantes países bálticos, Letónia e Estónia, iniciariam os seus processos de ultrapassagem do liberalismo e, liderados por Ulmanis (Letónia) e Päts (Estónia), desenvolverem as suas vias em torno do autoritarismo. Fórmula distinta terão as ditaduras balcânicas, dominadas pelos respectivos monarcas, onde os processos de transição para o autoritarismo se desenvolverão em torno dos mesmos, muitas vezes em antagonismo com os movimentos fascistas autóctones (em especial na Roménia, mas também na Bulgária).

Em todo o caso, este ambiente proporciona ainda uma chave de leitura importante para entendermos a admiração generalizada pela candura e tranquilidade de Salazar, pois, como já referimos, será através da reinterpretação da postura e comportamento político e pessoal do Ditador português nestes anos decisivos (1926 – 1933) que se construirá grande parte da narrativa em torno da sua chegada providencial ao trono do poder⁷⁶. E mesmo que a maioria dos observadores estrangeiros não fosse totalmente informado do verdadeiro grau de violência

⁷⁶ O regime beneficiará das obras biográficas sobre Salazar de dois reputados jornalistas: Leopoldo Nunes publicará em 1930 *O Ditador das Finanças* e Luiz Teixeira o *Perfil de Salazar* em 1938. Ambas as referências serão utilizadas para propagandear uma visão benigna sobre a vida do Ditador português até aos anos decisivos da formação do Estado Novo, em especial a obra de Luiz Teixeira, galardoada e rapidamente traduzida pelos serviços do SPN.

política verificado em Portugal (recordando frequentemente para este efeito as jocosas palavras de Pilsudski, referindo que «feliz [é] o país que tem na Madeira a sua Sibéria»⁷⁷), é bem claro que a aparente ascensão pacífica de Salazar à Presidência do Conselho esconde uma intensa luta política (e armada) entre os quadros da Ditadura Militar, e escamoteia a permanente guerra civil aberta entre a situação e o Revirinho pelo menos até 1931. Apenas depois da Ditadura pacificar este(s) conflitos, e Salazar se fixar na Presidência do Conselho, se iniciará o processo de institucionalização de um novo Estado, primeiro desenhando uma nova Constituição (Março 1933), fascistizando-se depois o conjunto de instituições que constituirão o esqueleto orgânico do novo Estado, sequência iniciada com a introdução do sistema de censura prévia (11 de Abril de 1933), criação da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), a polícia política (29 Agosto 1933), a aprovação dos principais textos legislativos de matriz corporativa (23 Setembro 1933), a criação do Secretariado de Propaganda Nacional (25 Setembro 1933), e mais tarde a Legião e Mocidade Portuguesa (1936)⁷⁸. Todas estas instituições foram moldadas nas referências institucionais da Europa da Nova Ordem e sobreviverão à Era do Fascismo, nelas gravando-se-lhes novos rótulos, mantendo na essência a estrutura das velhas garrafas⁷⁹.

Entretanto Salazar, como vimos, tinha decidido tacticamente colocar-se à margem do processo revolucionário, mantendo uma certa equidistância em relação aos turbulentos assuntos militares, esperando por uma definitiva (ou clara) depuração da contenda no seio da hierarquia castrense. Mas mesmo sem quaisquer responsabilidades ministeriais (ou governamentais), iria colaborar activamente com o primeiro governo Carmona, concretamente com o seu ministério das Finanças, liderando uma comissão especial destinada a elaborar as bases da remodelação e revisão dos impostos e contribuições do Estado (com excepção das taxas aduaneiras), verificando as fontes e natureza das receitas fiscais do Estado

⁷⁷ Citado quer por Baldi-Papini como Emile Schreiber, (Baldi-Papini, 1936; Schreiber, 1938).

⁷⁸ A estes processo de enquadramento e controlo de diversas elites e sectores da sociedade devemos ainda acrescentar o conjunto de reformas militares findas em 1937 (Faria, 2000).

⁷⁹ um processo de cosmética iniciado em 1944 e que prepararia o Estado Novo para se adaptar ao novo pós-Guerra, deixando logo visível ser a arte de sobreviver uma das principais preocupações do regime.

(Nogueira, 1977; Rosas, 1994; Ribeiro de Menezes, 2010). Salazar veria nesta oportunidade não só uma genuína forma de auxiliar o governo com a sua perícia técnica, mas como um veículo privilegiado (e prestigiado) de entrada nos bastidores da política da capital, além de uma oportunidade para desenvolver (e consolidar) a sua rede de contactos. A versão final deste relatório seria apresentada em Julho de 1927. Na sua exaustiva análise, concluía que a máquina financeira do Estado encontrava-se excessivamente burocratizada e dispersa, o que a impedia de produzir quaisquer resultados satisfatórios, isto é, de recolher impostos eficaz e adequadamente. Complementarmente, criticou também o complexo sistema de duplas taxações, a excessiva panóplia de multas, a complexidade dos prazos para as liquidações, os processos de reclamação, e a falta de qualquer produção estatística fidedigna. Como resposta a este levantamento, Salazar propôs a Sinel de Cordes, ministro das Finanças, um conjunto de 10 propostas legislativas imbuídas de largo alcance reformista, devidamente preparadas para imediata publicação⁸⁰. O relatório deixava bem implícitas as evidentes preocupações de Salazar sobre a habilidade e eficiência do aparelho fiscal, inquietações que deixaria publicamente expressas em diversos artigos no *Diário de Notícias*, publicados pouco depois de se inteirar das intenções do ministro das finanças em diferir as suas conclusões e propostas (Ribeiro de Menezes, 2010). Tal publicação foi uma clara – e bem orquestrada – afronta às políticas financeiras levadas a cabo por Sinel de Cordes, e uma crítica à inabilidade em reverter o estado calamitoso das finanças públicas, para mais quando em cima da mesa se encontrava um volumoso pedido de empréstimo para devolver alguma solvência às finanças públicas portuguesas, como veremos. Dividindo ambos os políticos encontrava-se ainda a prioridade dada ao equilíbrio orçamental, essencial para Salazar, secundária para Sinel de Cortes (que preferia antes apostar num conjunto de políticas de investimento público).

⁸⁰ Em resumo, estas reformas focavam-se (a) nas contribuições sobre a propriedade rural, (b) contribuições sobre propriedades urbanas e a constituição de um fundo para a construção de habitações com rendas económicas, (c), transações industriais e contribuições impostos sobre (d) impostos profissionais, (impostos sobre investimentos de capitais, (f) impostos complementares, (g) registos de contribuições, (h) disposições gerais, (i) impostos municipais e taxas “Ad valorem”, e (j) contribuições e taxas de litígio.

Esta exposição pública, num momento da vida nacional dominado exactamente pelo estado da fazenda pública⁸¹, ajudou a cimentar a reputação de Salazar como um meta-especialista em finanças, transformando-o numa espécie de ministro-sombra, apresentando-o simultaneamente aos olhos da opinião pública como portador de um conjunto de soluções devidamente estudadas, sistematizadas e compiladas, diferentes das tradicionalmente seguidas pela política nacional. Como consequência deste confronto, Sinel de Cordes foi demitido, seguindo-se novo convite ao lente de Coimbra para assumir a gestão das finanças⁸². Salazar novamente recusou, mantendo-se Sinel de Cordes na tutela⁸³. Como justificação, assumia não ter algum tipo de ambição política pessoal ou desejo de sabotar a estabilidade governativa em tão delicado período, refugiando-se novamente numa narrativa de humildade. Este testemunho (novamente público) voltou a incrementar o seu prestígio, engrossando os traços da sua já consolidada reputação de severo e sólido académico politicamente altruísta, preocupado essencialmente com o bem da nação. Salazar naturalmente não teria vontade de ver tal reputação afectada por uma mais que esperada ruínosa colaboração com um governo caótico e desgovernado, ou em ser confundido com um mero político ordinário, tradicional, preocupado apenas na obtenção de cargos ou postos a qualquer custo. No futuro, muitos dos seus entusiastas e seguidores, re-interpretarão estes eventos como uma prova da abnegação de Salazar perante o Poder, da sua rectitude e postura de estadista, características que o colocariam no patamar dos Chefes místicos, como defendidos pelas vozes radicais da nova geração de admiradores das modernas formas políticas como o Fascismo e outras experiências autoritárias não-convencionais, como fora a ditadura de Primo de Rivera, em Espanha, ou a de Sidónio Pais, em Portugal (Carneiro, 1940; Eliade, 1942; Nogueira, 1977, entre outros).

⁸¹ Disto são exemplos os debates ocorrentes, por exemplo, na Áustria, Polónia, Letónia, países que à semelhança de Portugal pensaram (e alguns fizeram-no) empréstimos nas praças estrangeiras.

⁸² Convite que comprovava a sólida ascensão de Salazar aos olhos das elites nacionais.

⁸³ Esta novo convite ajudou a consolidar a reputação de Salazar aos olhos das suas principais elites e da opinião pública e publicada, em especial por ter sido proposto pelo General Passos e Sousa, oficial em grande ascendência no seio da 'Situação' em virtude de ter liderado as forças governamentais que derrotaram as revoltas republicanas de Fevereiro de 1927.

Ao mesmo tempo, a paciência e refinadas cautelas de Salazar intrigavam aficionados estrangeiros, habituados a líderes fardados, condottieris e *Duces* modernos liderarem movimentos e partidos de massas e a frequentemente utilizarem a violência na tomada das estruturas do poder, como o fizeram Mussolini, primeiro, depois Pilsudski, Smetonas, Ulnamis e Hitler e Franco (Robles, 1938; Eliade, 1942 [2011]). Em todo o caso, em 1927 era ainda cedo para que Salazar assumisse um papel mais activo nos assuntos públicos da Ditadura. Primeiro porque lhe faltava ainda notoriedade pública mais alargada e abrangente (bem como uma rede de apoio político devidamente consolidada); depois porque teria de desenvolver – e trabalhar – os necessários traços de personalidade que lhe permitissem ser apresentado como um líder carismático, devidamente sintonizado e em acordo com as expectativas da modernidade comunicativa política (o que fará apenas depois das conversas com António Ferro, e mais tarde com o auxílio da máquina do SPN). Não esqueçamos que Salazar era, por 1927, essencialmente conhecido apenas por uma curta elite, e dentro dos círculos católicos, necessitando ainda de ganhar a confiança e apoio não só das elites tradicionais, económicas e militares, mas em se transformar na voz de uma nova geração, sedenta de *novo*. Para mais, não dispunha (nem exhibia) os traços de personalidade que o definissem como um líder fogoso e/ou carismático, com discurso fácil e improvisado, como o eram Hitler ou Mussolini. Nem dispunha de especial atracção pela política de massas, ou para o uso de violência político-partidária, até porque nunca tivera a oportunidade de ser socializado num ambiente abertamente bélico, como muitos dos líderes nazis, fascistas, da *Falange* espanhola ou da *Seneja* polaca o foram, quer em contextos de guerra (nomeadamente durante a Primeira Guerra Mundial), como em cenários de guerra civil ou luta aberta (e violenta) contra diferentes forças políticas progressistas.

Sem currículo militar próprio, nem personalidade de caudilho ou reputação de ‘agitador de rua’, Salazar iria necessitar construir uma personagem pública que o apresentasse próximo do ideal-tipo de Homem-providencial, o esperado Chefe que pudesse resgatar a Nação e a liderar rumo ao seu destino providencial; ganhar a confiança das elites tradicionais e simultaneamente atrair para a sua órbita as facções radicais e (contra) revolucionárias, nomeadamente os integralistas e mais

tarde os nacionais sindicalistas (num complexo e gradual processo de co-optação que decorrerá durante a primeira metade dos anos 30)⁸⁴. Por outro lado, como referimos, a Ditadura Militar, mesmo depois da entronização de Carmona, encontrava-se ainda refém das suas lutas intestinais, situação que se juntara à necessidade de combater, violentamente, o movimento republicano revolucionário do *revirinho* (um processo onde Salazar terá pouca ou nenhuma intervenção operativa), condições que como temos vindo a referir impediam que qualquer projecto político pudesse se colocado em marcha⁸⁵.

Em todo o caso, à parte de alguns sinais de clara imaturidade política em finais dos anos 20, as principais elites portuguesas exibiam ainda uma relação amor-ódio para com o legado constitucional da República, refugiando-se no texto fundamental de 1911 de forma a acomodar legalmente as alterações no topo da hierarquia da Ditadura e se apresentarem como um parêntesis administrativo saneador. Tal indefinição provocou a emergência de um debate em torno de três possibilidades para a futura evolução da Ditadura: promoção de uma ruptura constitucional fora do quadro do liberalismo republicano, rever o texto constitucional de 1911 ou eleger uma assembleia constituinte que elaborasse novo texto fundamental. Salazar, consciente destas alternativas, decidira que o seu caminho para uma carreira política activa (e de responsabilidades governamentais) passava primeiro por validar as suas capacidades de intervir tecnicamente em assuntos económico-financeiros, em 1927 directamente relacionadas com o sucesso ou fracasso das políticas levadas a cabo por Sinel de Cordes. E assim esperou, pacientemente, aproveitando esta auto-imposta sabática política para ir, pela

⁸⁴ As relações de Salazar com a direita radical serão sempre tensas, especialmente com a primeira geração de integralistas (puristas como António Sardinha ou Pequito Rebelo) e mais tarde com os pró-fascistas nacional-sindicalistas de Rolão Preto. As principais razões eram a falta de carisma pessoal e espírito revolucionário de Salazar, por um lado, e o modelo constitucional híbrido construído em redor da Constituição de 33, como veremos. Em todo o caso, Salazar terá a habilidade de recrutar e atrair para o seu Estado Novo os menos puristas dos radicais, isolando e controlando os inconvenientes. Para mais na relação entre Salazar e a extrema-direita e os fascistas portugueses, ver Medina (1978), Rosas (1992, 2012) ou Pinto (1994).

⁸⁵ Em meados de 1927, a Ditadura Militar encontrava-se ainda numa posição bastante frágil. Tinha enfrentado, em Fevereiro, uma fortíssima revolta republicana em Lisboa e no Porto, e encontrava-se à procura da melhor solução para resolver a separação entre a Chefia do Estado e a chefia do Governo, agora que Carmona – já líder indisputado da Ditadura – fora nomeado Presidente da República interino.

primeira vez, ao estrangeiro, deslocando-se a Liège para frequentar um congresso católico⁸⁶. Neste périplo, junto com Manuel Cerejeira e Beleza dos Santos⁸⁷, Salazar aproveitou ainda para conhecer Paris e Bruxelas, e para se relacionar com os meios da política católica europeia (especialmente a sua corrente neo-Tomista), quando esta se encontrava envolvida num intenso debate entre o Vaticano e a *Action Francaise* de Charles Maurras. No congresso, organizado pela *Association Catholique de la Jeunesse*, fundada pelo abade Cardjin e cujos membros se consideravam como a vanguarda espiritual belga (Campinos, 1975), Salazar aproveitou para experienciar em primeira mão o renovado vigor da juventude católica europeia, apresentar-se a uma importante parte da sua elite e consolidar algumas redes. Aliás, Salazar já tinha sido, em certa medida, introduzido em tal clique, pois tinha já recebido a visita em Coimbra do padre Mateo Crawley-Doevey, confidente do Papa Pio XI, e reconhecido «caçador-de-talentos» do Vaticano, responsável por identificar e informar o papado de potenciais líderes católicos a emergir no panorama político europeu (Nogueira, 1977; Ribeiro de Meneses, 2010). E em meados dos anos 20, o seu perfil encaixava claramente no pretendido, pois era tido como uma jovem promessa político-académica, albergando um «vulcão de ambições» que devidamente suportado, certamente explodiria.

Entretanto, a situação financeira em Portugal não mostrava sinais de melhoras, decidindo o governo procurar por um volumoso empréstimo nas principais praças financeiras internacionais (uma prática aliás recorrente na política portuguesa pelo menos desde finais de 1890), acreditando que a solução para o desenvolvimento do País passava por uma injeção de capitais estrangeiros de forma a equilibrar as contas públicas, primeiro, e depois tratar dos restantes problemas nacionais⁸⁸. Esta tradição, junta com a reputação de gestão caótica dos assuntos do Estado e permanente instabilidade político-militar, levaria à recusa consecutiva por

⁸⁶ Salazar não era uma personagem muito viajada, com muito *mundo*, saindo pela segunda (e última vez) do país em 1942 para se encontrar em Sevilha com Franco, para a assinatura do Pacto Ibérico. Na sua viagem a Liège, e segundo Jorge Campinos, Salazar aproveitou ainda para visitar a terra de Teresa de Ávila (Campinos, 1975).

⁸⁷ Manuel Gonçalves Cerejeira, colega de Salazar em Coimbra, seria em 1929 nomeado Cardeal Patriarca de Lisboa e tornar-se-ia na face mais visível da Igreja portuguesa até 1977. Manuel Beleza dos Santos era também colega da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

⁸⁸ Do ponto de vista comparado, Europeu, países como a Áustria (1932/1933) ou a Polónia iriam também procurar colocar importantes empréstimos nas principais praças internacionais.

parte das principais casas financeiras internacionais do pedido do governo português. Em alternativa, Sinel de Cordes foi forçado a requerer aval para tal empréstimo à Sociedade das Nações (adiante SDN). Em causa, 12 milhões de Libras Esterlinas (Rosas, 1996). Depois de analisar a proposta, a SDN colocou duras condições para validar o empréstimo: o governo ficaria obrigado a equilibrar o Orçamento do Estado, permitir a sua verificação internacional e em consentir em Lisboa a presença de uma equipa técnica internacional que avaliasse a aplicação dos fundos. Salazar, beneficiando de acesso privilegiado à equipa que da parte do governo secretamente negociava o empréstimo (via Mário de Figueiredo)⁸⁹, rapidamente iniciou uma campanha pública contra o mesmo. É importante dedicarmos alguma atenção a estas particularidades técnicas uma vez que, do ponto de vista nacional e internacional, será esta uma das principais fontes de legitimidade de Salazar, e um dos primeiros ‘produtos’ a exportar pela propaganda do regime, mesmo ainda antes da criação do SPN.

Este episódio tornar-se-ia numa oportunidade de ouro para o professor de Coimbra ocupar decididamente o espaço político dos que, pela direita, se opunham às políticas financeiras de Sinel de Cordes, tidas como demasiado tradicionais, liberais e internacionalistas, e não condizentes com o conjunto de opções ao dispor dos defensores de políticas de autarcia económica em vigor na década de 20. Em contraponto a Sinel de Cordes, Salazar advogava uma forte retitude fiscal, autarcia económica e sacrifícios (austeridade) públicos com o propósito exclusivo de equilibrar prontamente o Orçamento de Estado (mesmo com sacrifícios públicos e necessidade de impor o domínio das finanças sobre a política) para, depois de gerado um esperado superavit, investir na economia e criar condições para a iniciativa privada. E, apesar de não se alongar nas consequências políticas de tais propostas (mais dedicadas a assuntos económico-financeiros), estas intervenções ajudaram a amplificar a sua visibilidade junto das *forças vivas* da Nação, servindo em simultâneo para acalmar algumas das elites económicas (que na leitura das soluções

⁸⁹ Salazar seguia este processo negocial através de uma intensa correspondência com Mário de Figueiredo, amigo próximo desde os tempos do Seminário de Viseu, e mais tarde Ministro durante o Estado Novo. Mário de Figueiredo acompanhou Sinel de Cordes na sua missão internacional com vista a obtenção do empréstimo (Nogueira, 1977).

apresentadas encontraram conforto na manutenção do seu *status quo*, vendo em Salazar alguém em quem pudessem confiar) e para o aproximar da juventude radical, até então expectante por quem no topo da hierarquia da Ditadura representasse os seus desejos e veia revolucionária, ou pelo menos por quem simbolizasse um corte profundo com o passado político liberal. Em todo o caso, nos finais dos anos 20 Salazar encontrava-se já bem consciente do seu poder comunicativo, se bem que ainda utilizando uma linguagem demasiado técnica e focada essencialmente no entendimento das elites. E rapidamente procurou ocupar o espaço mediático com a sua visão sobre a situação económico-financeira do país, insistindo que seria um erro prosseguir a política de empréstimos estrangeiros, propondo em alternativa o seu próprio conjunto de soluções, o que o fará através de uma intensa sequência de artigos no jornal católico *Novidades*⁹⁰. Nesta bem elaborada manobra de relações públicas, sempre devidamente apoiada por alguma imprensa, Salazar aproveitaria ainda para servir a frio a sua vingança contra Sinel de Cordes, apresentando (agora publicamente) muitas das medidas que constavam do relatório que o ministro das finanças havia chumbado meses antes, insistindo na necessidade do País embarcar numa nova Era e em promover uma revolução no seu carácter, condição imperativa para a desejada reforma das políticas públicas nacionais (naturalmente consigo como principal fonte de inspiração).

Entretanto, Vicente de Freitas (ministro interino das Finanças por doença de Sinel de Cordes), rejeitaria as condições da SDN, consideradas como uma intolerável afronta à soberania nacional. Anos mais tarde o jornalista holandês e diplomata conservador Kees Van Hoek escreveria no *Irish Independent* que por «ninguém conseguir equilibrar as finanças (...) a SDN foi abordada para conceder um empréstimo», e uma vez que as imposições foram «demasiado altas», o Estado Português recusou-o, procurando «outro tipo de soluções» (Van Hoek, *Irish Independent*, 1939), em volta de um novo nome, como recordaria Akio Kasama: pelo facto do «Ministro das finanças não ter conseguido retirar Portugal da agonia, a gente voltou a recordar o nome de Salazar» (Akio Kasama, *The World and Girls*,

⁹⁰ Entre os fins de Novembro de 1927 e Abril de 1928 Salazar escreveria 8 longos artigos sobre o estado das finanças portuguesas, ao que se deve acrescentar uma longa entrevista ao *Diário de Notícias* a 15 de Julho de 1927.

Março 1935). A recusa do empréstimo internacional iria ainda proporcionar a oportunidade ideal para Carmona refrescar a legitimidade e legalidade da Ditadura, primeiro promovendo eleições directas para a Presidência da República e, depois nomeando novo governo, mantendo-se o general Vicente de Freitas como Presidente do Conselho; uma solução que do ponto de vistas orgânico-constitucional finalmente separaria a Presidência da República da Presidência do Conselho⁹¹. A eleição presidencial, assente na bases das eleições de Sidónio de 1918, foi um importante momento na vida da Ditadura Militar, pois permitiu a renovação da sua legitimidade e o conseqüente distanciamento da simplicidade em torno da narrativa do «interregno administrativo». Para além disso, consolidaria e confirmaria Carmona como principal responsável político pelos destinos da Nação, fiador do processo constitucional em curso. E que como veremos irá procurar aproveitar esta oportunidade para tentar, através do projecto do Conselho Político Nacional, procurar introduzir na transição lusa uma solução *à italiana* assente no exemplo do Grande Conselho Fascista (Araújo, 2009).

Para o novo governo foi novamente convidado Salazar que, apesar de «difícil mover novamente», «regressou ao ministério, com a condição de ver reconhecido integralmente o seu plano de reforma anteriormente recusado», recordaria o embaixador Kasama (Akio Kasama, *The World and Girls*, Março 1935). Era finalmente o seu tempo. Na tomada de posse diria claramente: «sei muito bem o que quero e para onde vou, mas não me exijam que chegue num par de meses. No resto, o País pode estudar, protestar, discutir, mas obedecer quando altura for de mandar», uma declaração amplamente citada internacionalmente (Salazar, 1928a; Bainville, 1937; Coughlin, *The Catholic World*, Abril 1938; de Hueck, *The Sign*, 1938; Borkenau, *The Christian Science Monitor*, Fevereiro 1938; Chesnelong, 1939 entre outros)⁹². Esta

⁹¹ O General Vicente de Freitas representava a facção liberal moderada no seio da Ditadura Militar, patrona de uma solução de evolução de matriz liberal, defendendo a convocação de uma Assembleia Constituinte que trabalhasse dentro de um quadro parlamentar plural a substituição da Constituição de 1933, como vemos com mais atenção adiante.

⁹² Charles Edward Coughlin (1891-1979), padre canadiano católico baseado nos Estados Unidos, conhecido pelas suas palestras radiofónicas nos anos 30 (apoiando o New Deal de F. D. Roosevelt), e defesa de Mussolini e Hitler na segunda metade da década. Fundador do periódico *Social Justice*. Ekaterina de Hueck (ou Catherine Doherty) (1896-1985), de origem russa, iria se distinguir como trabalhadora social Católica Romana, estabelecendo-se, nos anos 20 e 30, no Canadá e Estados Unidos. *The Sign*, periódico católico norte-americano, declarado apoiante de Franco no contexto da

imediate demonstração de convicção e auto-confiança derivava da aceitação prévia do ultimato que colocara à Ditadura Militar para a aceitação do convite, exigindo que todas as despesas governamentais fossem estritamente controladas pelo seu ministério. Tal implicaria uma estrita colaboração de todos os departamentos governamentais com o ministério das finanças na procura da redução dos seus custos e aumento das suas receitas. No espírito desta colaboração, cada ministério seria autorizado a gastar apenas o orçamento estipulado, quaisquer despesas extras (da parte dos diversos ministérios) com potencial impacto no Orçamento do Estado teriam de ser validadas pelo Ministério das Finanças e finalmente, o Ministério das Finanças teria poder de veto sobre quaisquer despesas ministeriais adicionais (Salazar, 1928a). Estas condições, representando a visão *finance d'abord* do professor de Coimbra (Campinos, 1975), não eram novidade, pois haviam já sido apresentadas (e rejeitadas) em 1926, aquando da primeira passagem de Salazar pelo governo. Mas agora, a derrocada pública da política financeira de Sinel de Cordes, e a humilhação internacional às mãos da SDN, dava pouca margem de manobra a Carmona, e conseqüentemente à Ditadura Militar, para não aceitar as exigências ditatoriais do professor de Coimbra, desta forma lhe depositando parte substancial do seu futuro (Rosas, 1994). Simultaneamente, a aceitação de tal ultimato representava também uma importante ruptura nos meios da *situação*, uma vez que pela primeira vez confiavam nas mãos de um discreto civil, «sempre vestido de preto», sem farda visível desde a batina que colocara no seminário, um posto governamental de importância (Matos, 2003, Pais de Sousa, 2011).

No entanto, mesmo depois desta importante clarificação institucional, e da re-legitimação eleitoral da Chefia do Estado, mantinha-se à costa o problema do futuro desenho constitucional da Ditadura, tida ainda como um regime interino, para mais quando liderava o governo um conhecido republicano constitucionalista, Vicente de Freitas, ex-sidonista, que procurará até 1932 propor como solução institucional uma assembleia constituinte que consagrasse uma renovada República liberal. E se a entronização eleitoral de Carmona na Presidência trouxe alguma estabilidade política no que respeitava à chefia do Estado e sobre quem liderava o

Guerra Civil espanhola, contando, entre outros, com a colaboração de Gil Robles. *The Catholic World*, periódico católico norte-americano fundado em 1865.

processo político, faltava ainda de forma definitiva controlar as ruas, os quartéis e a feroz oposição do Revirvalho. E mesmo que Carmona, agora presidente eleito, tenha procurado através da sua eleição se tornar no chefe indisputável da Ditadura e no líder simbólico da Revolução de Maio (o que, em certa medida, conseguiu), a verdade é que lhe faltavam as características ideológicas e doutrinárias, pensamento político e experiência constitucional, para liderar eficazmente o processo de transição institucional que deveria transportar o interregno administrativo da Ditadura Militar para uma nova realidade político-constitucional, apesar da tentativa de uma transição à fascista através do CPN, o que será uma das principais linhas de batalha política que à entrada de 1930 preocupava as elites nacionais, e que veremos com mais detalhe na próxima parte.

O Ditador das Finanças

Em todo o caso, a decisão da Ditadura de depositar nas mãos de Salazar o futuro do regime, não ajudaria a revelar a existência de um claro caminho para resolver a desejada transição institucional. E, abandonado o debate teórico em torno de uma transição assente numa mera revisão constitucional, os modelos ao dispor seriam os seguintes: o liderado por Carmona procurará introduzir um sistema mais próximo do exemplo fascista italiano, procurando – até certo ponto – replicar o Grande Conselho Fascista como figura central da transição institucional portuguesa; o liderado pelo Presidente do Conselho José Vicente de Freitas que defenderá uma transição política através da repetição do modelo de definição institucional seguido pela República, ou seja, através da eleição de uma Assembleia Constituinte, segundo moldes liberais (e plurais)⁹³; e finalmente o modelo de ruptura assente num Estado Novo constitucionalizado em torno dos ideais defendido por Salazar (primeiro em conflito com o projecto de Grande Conselho, Carmona, mas depois devidamente articulado e negociado com o Chefe do Estado, como também vemos) (Araújo,

⁹³ O General Vicente de Freitas simbolizava a ala moderada republicana no seio da Ditadura Militar, dando voz aos que ainda esperavam por um desenvolvimento constitucional dentro de matrizes liberais. Freitas tinha apoiado o regime ditatorial de Sidónio Pais (1918-1919), tendo inclusivamente sido eleito deputado nas eleições de 1918. Entre 1926 e 1935 assumiu o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, e em 1927 Ministro do Interior (Barreto e Mónica, 1999).

2007). Entretanto, no comando das finanças, Salazar excederia imediatamente todas as expectativas nele depositadas, colocando em prática o conjunto das medidas apresentadas a Sinel de Cordes, agora enquadradas no controlo despótico e totalitário das contas governamentais, artifício que rapidamente conseguiu não só equilibrar o Orçamento do Estado (de 1928 – 1929) como produzir 1577 contos de superavit (Matos, 2003; Maltez, 2005). Este *milagre* iria rapidamente propagar a Salazar uma reputação de mago financeiro nos meios internacionais, consolidando a percepção que Portugal tinha encontrado o Homem certo para guiar a Ditadura da desordem generalizada para a ordem civilizada. A Ditadura Militar encontrara o seu ditador financeiro.

Na imprensa estrangeira, em especial na ligada aos meios católicos e na proveniente de países autoritários, os feitos financeiros de Salazar seriam amplamente noticiados um pouco por todo o mundo, em especial quando confrontados com os resultados da debacle do sistema financeiro global após a crise de 1929⁹⁴. Portugal causava a «inveja a nações maiores» (*New York Herald Tribune*, Fevereiro 1935)⁹⁵, por conseguir trazer «ordem ao caos» (de Hueck, *The Sign*, 1938), e ter sido «amplamente bem sucedido nessa esfera, pelo menos comprando com os padrões portugueses» (Borkenau, *The Christian Science Monitor*, Fevereiro 1938). Para muitos destes observadores, o País vivia finalmente «dentro dos seus recursos» (Sollohub, *Harvard Business Review*)⁹⁶, na condição de que «nenhum escudo fosse

⁹⁴ Os feitos financeiros de Salazar seriam repostados em artigos em jornais e revistas como o *Le Mois*, *Le Petit Dauphinois* ou *Photomonde* (França) o *Correio do Povo* no Brasil, o *The Times*, *Sunday Times*, *The Daily Telegraph* (Reino Unido), *The Financial Times* (EUA), o romeno *Lumea Nouă*, o *Algemeen Handelsblad* (Holanda), *Il Messagero* (Vaticano), *Newe Frei Press* (Áustria), o *L'Independence Belge*, *Nordisk Ugeblad for Katholke Kristne* (Dinamarca), *Volkisher Reobachter* (Alemanha), *Il Siglo Futuro* (Espanha), *Norges Handels og Sjoefarstidende* (Noruega), *La Presse Marocaine*, polaco *Kurger Polski* (Polónia), *The Evening News of India*, ou o Suíço *Gazette de Lausanne*, todos artigos publicados antes da nomeação de Salazar para a Presidência do Conselho. Nos anos subsequentes outros exemplo do impacto das políticas financeiras de Portugal seriam os artigos no *Luxemburger Wort* (Janeiro de 1933, Luxemburgo); *Algemeene Handelblad* (Junho 1933, Alemanha); *Het Zwart Goud e Vaderland* (1933, Holanda); *Illustrazione del Popolo*, (12.12.1936, Itália), *L'Europeen* (02.11.1934, França); *Adeverul* (24.11.1934, Roménia); *Finantial News*(, Novembro de 1934, Reino Unido); *Fuggetlenség* (16.05.1938, Hungria); *Financial Times* (Abril 1935) e *The Catholic World* (Abril 1938, EUA).

⁹⁵ *New York Herald Tribune*, criado em 1924 depois da aquisição do *New York Herald* por parte do *New Your Tribune*; «jornal de jornalistas», vencedores de diversos Pulitzers, republicano e protestante, competidor do *New York Times*.

⁹⁶ WA Sollohub, "The financial rehabilitation of Portugal", *Harvard Business Review*, Outono, 1938. *Harvard Business Review*, revista académica ligada à prestigiada Harvard Business School, fundada em 1922.

gasto sem autorização» (Borkenau, *The Christian Science Monitor*, Fevereiro 1938), vencendo assim Portugal «a crise financeira pelas suas própria força» (editorial no *Frankfurter Zeitung*, 20.01.1935)⁹⁷. Pela «primeira vez em 600 anos, as finanças portuguesas estão em sólidas condições. Com o princípio asceta de manter a bolsa apertada, a riqueza da Nação é gasta de acordo com o bem da Nação e não de uma clique partidária». (Lyons, *Saint Joseph Lilies*, Março 1938)⁹⁸, e «como consequência da sua nova política, Portugal que estava em agonia começou a se reestruturar» (Akio Kasama, *The World and Girls*, Março 1935). «No final do seu primeiro ano [Salazar] já havia equilibrado o orçamento, quando países com maior reputação financeira falhavam perante a depressão» (Bartlett *The Listener*, 07.07.1933)⁹⁹. Como «Ministro das finanças, o Dr. Salazar conseguiu que o Orçamento da República Portuguesa, anteriormente sempre deficitário, continue equilibrado desde há 3 anos» (Stan Nikolau, *Narodni Politika*, Dezembro 1934)¹⁰⁰, colocando as suas teorias «em tão boa prática que Portugal é provavelmente o único País não-britânico a ter uma série de orçamentos equilibrados» (editorial do *The Times*, 25.10.1934). Como resultado, «no seu primeiro ano, alcançou resultados positivos de 12 milhões de dólares» (O'Byrne, *Saint Joseph Lilies*, Junho 1938), pagando um «empréstimo estrangeiro (de 400 milhões de Yenes)» (Akio Kasama, *The World and Girls*, Março 1935).

Camilo Pastor, escrevendo num jornal católico norte-americano, resumiria a apreciação de tantos observadores estrangeiros, sintetizando que quando devido «ao mau estar das suas finanças, da ruína económica e confusão política, o nome de Portugal fazia rir o mundo (...), um professor de economia política e um genial cirurgião financeiro, diagnosticou a doença da nação e rapidamente ofereceu uma receita» (Camilo Pastor, *America. A Catholic Review of the Week*, 1938); uma

⁹⁷ *Frankfurter Zeitung*, fundado em 1845 e extinto em 1943. Tido como um jornal independente, democrático, plural e com atenção à política internacional, antes da compra em 1934 pela IG Farben. Entre os seus colaboradores encontram-se Theodor Adorno, Walter Benjamin, Thomas Mann ou Max Weber. Em 1935 é já um periódico controlado pelo aparelho Nazi.

⁹⁸ *Saint Joseph Lilies*, revista Católica literária quadrimensal associada ao St. Joseph's College da Universidade de Toronto

⁹⁹ *The Listener*, semanário da BBC existente entre 1929 e 1991. Vernon Bartlett (1894 – 1983), jornalista, escritor e político inglês (eleito deputado entre 1938 e 1950 como independente progressista associado à Frente Popular). Despedido da BBC em 1933 por não ser mais agressivo contra Hitler.

¹⁰⁰ *Narodni Politika* (República Nacional), semanário nacionalista checoslovaco baseado em Praga.

prescrição que produziria «surplus, algo inédito há mais de 100 anos. E isto não através de magia, cortes temporários ou roubando a Pedro para dar a Paulo, mas invés por uma honesta administração e planeamento (Van Hoek, *Irish Independent*, 1939). Salazar liderara «Portugal da bancarrota para uma evidente prosperidade. Pagou todas as dívidas externas. O país é agora auto-sustentado. (...)» (Lyons, *Saint Joseph Lilies*, Março 1938). «As finanças foram magistralmente saneadas e em quase todos os domínios da vida pública está sendo levada a cabo enérgica e sistematicamente a reconstrução nacional» (Ivo Dane, *Kölner Zeitung*, 08.12.1933). «Nunca Portugal vira um Ministro das finanças tão curioso, pois de repente acabou com o velho ramerrão e acabaram os orçamentos aventureiros com o deficit e os dispendiosos empréstimos estrangeiros sempre em aumento» (Widt, *Tidens Tegn*, 12.08.1938).

Não pretendendo retirar o mérito macro-estatístico patente nas citações agora apresentadas, nem colocar em causa as intenções destes autores, importa notar que grande parte do impacto das políticas financeiras nacionais derivava de uma actuação concertada por parte das autoridades portuguesas e do bom uso das máquinas de propaganda e de disseminação informativa ao nível internacional através da estrutura do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Secretariado de Propaganda Nacional, como veremos com mais atenção adiante. Neste sentido, pelo menos desde 1929 que eram produzidas traduções em francês dos resultados macro-financeiros nacionais, enviados depois para todas as representações estrangeiras sediadas em Lisboa e para as embaixadas e legações portuguesas sediadas no estrangeiro, ainda que sem a tutela e orientação do SPN¹⁰¹. E se apenas

¹⁰¹ Exemplo desta estratégia são a circular enviada a 29 Dezembro de 1932 pela Legação do Reino dos Países Baixos para a Direcção Geral de Negócios Políticos dos Ministério dos Negócios Estrangeiros, «agradecendo a nota de 23 de Dezembro (proc. 106, circular n. 20) acompanhada de dois exemplares da publicação intitulada *Les Comptes Publics de l'Anée Financière 1931-1932*, cujo conteúdo não deixará de interessar grandemente o governo holandês», e a nota de 23 Novembro de 1932 para o Chefe de Gabinete Presidente Ministério e Ministro Finanças a informar que «Tendo esta secretaria de Estado encarregado telegraficamente as embaixadas e legações de Portugal a notificarem ter sido publicadas por este Ministério o relatório sobre as contas públicas de 1931 -1932, tenho a honra de junto remeter os recortes de alguns jornais internacionais, até hoje recebidos, onde se fazem referência ao referido relatório: *Finantial Times*, 14.11.1932; *Finantial News*, 14.11.1932; *Daily Mail*, 15.11.1932; *Times*, 14.11.1932; *Morning Post*, 14.11.1932; *Evening News*, 15.11.1932; *Daily Independent*, 16.11.1932; *Mornng Post*, 14.11.1932; *Osservatore Romano*, 15.11.1932; *El Sol*, 13.11.1932; *Ahora*, 13.11.1932; *La Libertad*, 13.11.1932; *El Debate*, 13.11.1932; *La Nation*, 13.11.1932; *El Siglo Futuro*, 13.11.1932; *Informaciones*, 13.11.1932; *El Diário Universal*, 13.11.1932;

algumas das representações estrangeiras remetiam tal informação para os seus países de origem com intuito de ver tal relato estatístico ser objecto de artigos em jornais e/ou revistas, já da parte das representações portuguesas no estrangeiro era frequente a vontade de colocar artigos baseados na informação produzida pela propaganda do regime, sempre altamente elogiosos da acção governativa de Salazar¹⁰².

Exemplo desta estratégia, que como referimos analisaremos em mais detalhe nas restantes partes deste trabalho, são os relatórios das Embaixadas em Paris, Varsóvia ou Haia remetidos para Lisboa antes da saudação oficial republicana «Saúde e Fraternidade» ter sido substituída pelo «A Bem da Nação». Paris informava das intenções de colocar o artigo “Portugal equilibrou o seu Orçamento” em diversos jornais franceses (em Agosto de 1932), Varsóvia comunicava o sucesso do envio à agência telegráfica PAT do texto “A situação financeira em Portugal” para distribuição e publicação nos jornais locais; e Haia referiria em Novembro de 1932 que a «notícia traduzida em língua holandesa» havia sido entregue «junto das direcções dos jornais *Maasbode*, *Algemeene Handelsblad* e *Nieuwe Rotterdamsche Courant* (os principais órgãos de informação)» para publicação¹⁰³. Como vemos, um sistema montado para produzir efeitos imediatos com vista a boa propaganda de Portugal no exterior, e exemplos que analisaremos adiante aquando da apreciação do *Relatório Ochoa*.

La Epoca, 13.11.1932; *Maasbode*, 14.11.1932 (Holanda); *Algemeen Handelsblad*, 14.11.1932 (Holanda); *Nieuwe Rotterdamsche Courant*, 15.11.1932 (Holanda); *Soir*, 18.11.1932 (jornal de maior circulação belga); *Nation Belge*, 18.11.1932 (bélgica); *Temps*, 11.11.1932; *Journal des Debats*, 19.11.1932; *Aftenpost*, 12.11.1932; *Morgenbladet*, 12.11.1932; *Miscarea*, 15.11.1932 (Roménia); *Adeverul*, 15.11.1932 (Roménia); *Dimineata*, 15.11.1932 (Roménia); *Universal*, 15.11.1932 (Roménia); *Curentul*, 15.11.1932 (Roménia); *Neamul Romanesc*, 17.11.1932 (Roménia); *Agenzia d'Italia*, 14.11.1932; *Il Giornale d'Italia*, 19.11.1932; *Il Sole* (Milão), 19.11.1932; *La Provincia de Padova*, 19.11.1932; *L'Ambrosiano* (Milão), 19.11.1932; *La Stampa* (Torino), 19.11.1932; *L'Impero* (Roma), 19.11.1932; *Il Nuovo Cittadino* (Génova), 19.11.1932; *La Nazione* (Florença), 19.11.1932; *Gazzetta di Venezia*, 19.11.1932; *Il Nuovo Giornale* (Florença), 19.11.1932; *Corrieri di Napoli*, 19.11.1932; *Journal des Debats*, 19.11.1932, *Il Gazzettini* (Veneza), 19.11.1932.

¹⁰² exemplo complementar deste estratagema serão as publicações *Professor Oliveira Salazar's record – Portugal financial reconstruction* de Thomaz Fernandes que, sob patrocínio do SPN, apresentarão em inglês e francês, os resultados macro-económicos da acção governativa portuguesa (Fernandes, 1937, 1939). No mesmo sentido deve ser entendido o *Redressement financier au Portugal* de P. Gilles, escritor francês que contava também com apoio directo do SPN (Gilles, 1938). Ver Anexo 3.

¹⁰³ Ver Arquivo MNE.

Deste modo, em meados dos anos 30, os sucessos financeiros de Salazar frequentemente impressionavam observadores internacionais, essencialmente colocados no campo da direita política, que regularmente exibiam um certo grau de inveja pela fortuna de tão insignificante país, como Portugal, ter descoberto um «Mago financeiro» como Salazar, em momento de tamanho descontrolo na fazenda pública, como se «um professor de Oxford tivesse sido puxado da Universidade para governar a Inglaterra», sintetizou Ian Colin no *The Morning Post* (Ian Colin, *The Morning Post*, 14.11.1936)¹⁰⁴, linha também seguida por Richard Lewinsohn no *Current History* ao referir que «Salazar é um professor. E na sua qualidade de professor impõe a sua autoridade moral e posição política» (Richard Lewinsohn, *Current History* [Nova Iorque], 1935)¹⁰⁵. No mesmo sentido, Pierre Lyautey escreveria no *Le Journal* que «A França tem muito a aprender com Salazar e Portugal» (Pierre Lyautey, *Le Journal*, 1935)¹⁰⁶, e Lawrence K. Patterson no *America*: «Muito pode ser aprendido pelo trabalho de António de Oliveira Salazar» (Lawrence K. Patterson, *America*, 1937). A exaltação da personalidade e carácter excepcional do português, frequentemente retratado como um ditador benigno, académico de excepção, Homem simples, professor dedicado e Chefe providencial, auxiliava a apresentação do português como um ditador diferente dos seus colegas, como um líder moderno, alguém com «uma concepção de política moderna no puro sentido da palavra, conseqüentemente fascista» (Biaggi, 1939) ou um «escolar, bem educado professor de economia, (...) [que] domina as rédeas do poder e ergueu uma espécie de Estado totalitário» (Hanighen, *Current History*, 1937). Subjacente a este conceito de Chefe encontrava-se a ideia de que de alguma forma este líder místico,

¹⁰⁴ *The Morning Post*, fundado em 1795 e comprado em 1937 pelo *Daily Telegraph*. Conhecido pelas suas posições anti-semitas nos finais dos anos 20 (especialmente depois da publicação dos *Protocolos dos Sábios de Sião* em *The Cause of World Unrest* em 1920).

¹⁰⁵ *Current History*, fundado em 1914 com ligações ao *The New York Times* e com o intuito de cobrir a I Guerra Mundial (na Europa) para o público Norte-Americano. Dedicado ao trato de temas de política internacional. De entre os seus diversos colaboradores, destacam-se George Bernard Shaw ou Winston Churchill. Richard Lewinsohn (1894 – 1968), jornalista económico alemão, publicando também com o pseudónimo Morus (no britânico *The World Stage*, entre 1921 e 1931). Depois da tomada de poder pelos Nazis, em 1933, refugia-se em Paris (escrevendo com o pseudónimo Campanella e colaborando, entre outros, com o *Das Tage-Buch*, *Paris-Midi* e o português *República*, como correspondente). Em 1940 exilia-se no Brasil.

¹⁰⁶ Pierre Lyautey (1893 – 1976), alto funcionário, escritor e jornalista francês, formado na *École des Roches* (1905-1910). *Le Journal*, quotidiano francês existente entre 1892 e 1944, seguidor, a partir dos anos 30, de uma linha claramente nacionalista, fascista e anti-comunista.

depois de devidamente conectado com a Nação, desenvolvera uma relação metafísica com o seu Povo ¹⁰⁷: Portugal tinha um líder «Não fanático», impressionado com os «seus discursos, calmos e razoáveis» (Sousa Pernes jr, *Ave Maria*, 1938), «um Chefe» (A. Lallemand, *The New Review*, 1936), «por qual esperava, como o eminente escritor belga Maeterlinck disse» (Paul Colomb, *Franc - Montagnard* [Leigmalegier], 1937) ¹⁰⁸. Alguém com uma «alma exemplar para seguir e amar» (Jean Lefranc, *Le Temps*, 1937) ¹⁰⁹, pois «é uma grande figura, e não pretende mais que equilíbrio e tranquilidade para a sua Pátria» (A. T'Serstevens, *Le Journal*, 1936) ¹¹⁰. «Mais um diplomático que um *condottiere*, mais sábio que forte» Salazar «possui um excepcional individualismo definido pelo seu estilo e sabedoria, que transporta à difícil arte de governar um sentido de profundo realismo unido com um vívido sentido estético», escreveria o fascista Baldi-Papini (Baldi-Papini, 1936). Como no caso referido em relação à apreciação dos resultados financeiros portugueses, também a disseminação da dimensão humanista e estadista de Salazar beneficiaria de publicações originárias de Portugal, ou autores portugueses, especialmente dedicadas a fixar as características excepcionais de Salazar, como foram exemplo os livros de deputado Artur Ribeiro Lopes, *Politics: A Portuguese*

¹⁰⁷ Alguns exemplos de peças escritas sobre o carácter de Salazar podem ser encontrados nos editoriais do *El Debate* [(Madrid), 1936]; *Le Jour* [(Paris), 1936] ou *London-Paris Agency* [1937]; ou nos artigos de Jose Simon Valdivielse (*El Odriel* de Huelva, 1936), Wladimir d'Ormesson (*Le Figaro*, 1935), Frédéric Lefèvre (*Les Nouvelles Littéraires*, 1935), Stephan Aubac (*Journal des Debats*, 1936), Fernand Demeure (*Tribune des Nations*, 1936), Maurice Lewandowski (*Revue des deux mondes*, 1934), Maurice Burdet (*Le petit Parisien*, 1935), Alexandre Gauthier (*Gringoire*, 1935), depois publicado pela, *Actions Française* como *Oliveira Salazar, o Duce português* (Gauthier, 1935), Alessandro Pavolini (*Corriere della Sera*, 1936), Roman Fajans (*Treza* [Varsóvia], 1937), A. Lallemand (*The New Review* de Calcuta, 1936); Dr. Walter Starkie (*Irish Independent*, 1938), Conde Keyserling (*Der Weg Zur Vollendung*, , 1936), George T. Eberle (*The Pilot* de Boston, 1936), Hillaire Belloc (*Croix des Hautes Alpes* de Grenoble, 1937), Marquis de Bernage (*Revue Belge*, 1937), Wladimir d'Ormesson (*Le Figaro*), Jean Lefranc (*Le Temps*, 1937), Christian de Caters (*Le Jouri*, 1936), Carlos Lara (*Revista Javeriaba* de Bogotá, 1937), Richard Lewinsohn (*Current History*, 1935), Roberto E. Meeks (*La Nación*, de Santiago de Chile, 1936).

Outros exemplo podem ser encontrados nos volumes exclusivamente dedicados a Portugal, e a Salazar, dados à estampa pelo escritor Maurice Martin du Gard em 1934 (*Lettres Portugaises*) e pelo medievalista Paul Deschamps em 1935 (*Le Portugal, La vie sociale actuelle*, Libreria de Paris), com a particularidade de ambos os franceses terem desenvolvido uma relação privilegiada com o SPN (Martin du Gard, 1934; Deschamps, 1935). Ver ainda Anexo 3.

¹⁰⁸ Maeterlinck, recordemos, seria o autor do prefácio de *Une Revolution dans la Paix*.

¹⁰⁹ *Le Temps*, quotidiano francês existente entre 1861 e 1942, ligado, nos anos 30, ao “Comité des Forges”, organização patronal da Siderurgia francesa.

¹¹⁰ Albert t'Serstevens (1885-1874), escritor francês de origem belga.

Statesmen Un Homme d'État dans l'Histoire d'un people, este publicado pelo Instituto Cultural Português de Bruxelas (Ribeiro Lopes, 1938, 1939)¹¹¹.

Como vemos, no cenário da crise de 29 impressionava a perceptível estabilidade financeira, social e política portuguesa, associada à boa governança do seu ditador. E novamente os elogios à direita são evidentes. «Felizes são os Povos que nestes tempos difíceis encontrar, um líder como Salazar», sintetizava em 1937 um editorial de um jornal valenciano¹¹². Portugal era visto como «o único país na Europa onde a crise não se sente» (Philippe de las Casas, *Croix du Nord*, 1936)¹¹³, um Estado onde, «depois de Salazar ter conseguido controlar as finanças» era «hoje a única Nação onde as receitas ultrapassam as despesas» (J. Tharaud, *Echo du Nord*, 10.11.1936), um país onde «finanças foram magistralmente saneadas e em quasi todos os domínios da vida pública está sendo levada a cabo enérgica e sistematicamente a reconstrução nacional, de modo que o cancro do desemprego quasi não existe» (Ivo Dane, *Kölner Zeitung*, 8.12.1933) e que colocara em prática uma revolução financeira «sem paralelo no movimento corporativo europeu» (Paul Crockaert, 1935). No contexto do corporativismo, era reconhecido que Salazar criara «em Portugal um Estado forte, um Estado unitário temperado com corporativismo» (J. Schyrgens, *Vingthième Siècle*, 5.12.1935)¹¹⁴, sendo o sistema português considerado «um dos mais perfeitos, pois atende às necessidades do momento» (Paul Crockaert, 1935)¹¹⁵, síntese longamente apresentada por Léon Poncet na *La République du Sud-Est*, em 1937: «Corporativismo pode facilmente ter outros aspectos para além de estatismo. A liberdade de profissões organizadas

¹¹¹ De entre outros exemplos estrangeiros, de obras com o mesmo intuito das de Artur Lopes Ribeiro, encontramos na Holanda o *Salazar: Een groot modern staatsman*, de Vandeyngaerden Zijn fr. Werk (Werk, 1940), na Dinamarca o *Salazar, Reformer i Portugal* de Ejnar Johs (Johs, 1941) e finalmente da Irlanda o *Salazar and the New State* de Thomas J O'Donnel (O'Donnel, 1936). O'Donnel receberia do SPN material e informação para desenvolver a sua obra. Ver Anexo 3.

¹¹² Um tom também utilizado, por exemplo, por Pierre Lyautey em *Le Journal* («a França tem muito a aprender com Salazar e Portugal», 1935), ou por Lawrence K. Patterson em *America* (18.12.1937) («muito se pode aprender com o trabalho de António Oliveira Salazar»).

¹¹³ *La Croix du Nord*, quotidiano católico fundado em 1889 em Lille.

¹¹⁴ *Vingthième Siècle*, jornal belga publicado entre 1895 e 1940, também conhecido por ter publicado, no seu suplemento *Le Petit Vingtième*, as Aventuras de Tintin (em 1929). Dedicou o seu primeiro número (6 Junho 1895) à Encíclica *Rerum Novarum* e ficaria ligado ao catolicismo social. J. Schyrgens, abade, autor de *M. Maritain en Louvain* (1922) *Les fêtes de saint Thomas à Louvain* (1924), *iu Berlaymont. Le cloître de la Reyne de tous Saints, Bruxelles* (1928)

¹¹⁵ Paul Crockaert (1875 – 1955), político católico belga, Ministro das Colónias de 1930 a 1931, depois da defesa (1932). Doutorado em Direito.

reconciliadas com a autoridade do Estado. Portugal prova isso mesmo, onde a génio construtivo de Salazar, suportado no pensamento social do catolicismo, sob as lições de Leão XIII e Pio XI, luta para criar uma organização corporativa que, associado à vida do Estado com as pessoas humanas e grupos naturais e históricos, eventualmente libertará o país do individualismo liberal e da tirania dos partidos políticos» (Léon Poncet, *La République du Sud-Est*, 1937)¹¹⁶.

Outra característica apontada por observadores internacionais conotados com a direita era a ligação entre a inteligência de Salazar, a sua ascensão pacífica ao poder e a ausência de violência política em Portugal. Henri Massis no *Je Suis Partout* chamaria mesmo “Uma Ditadura com inteligência” ao modelo português, resumindo que «para fazer Portugal viver habitualmente é governar sem violência (...), é reconstruir o país normalmente sem pretender o impossível, sem alterar a natureza das coisas e do Homem» (Henri Massis, *Je Suis Partout*, Abril 1938), ideia replicada por Wladimir d'Ormesson quando no *Le Temps*, diria que «de todos os regimes autoritários existindo na Europa, o liderado por Salazar é o que foi fundado essencialmente na moral» (Wladimir d'Ormesson no *Le Temps*, 1937)¹¹⁷. Esta noção da moral aplicada à política como factor distintivo do salazarismo seria também enfatizada por Christian de Caters no *Le Jour*, referindo o francês que «Salazar impôs-se não pela força mas pelo [seu] prestígio e sucesso» (Christian de Caters, *Le Jour*, 1936) ou por Carlos Lara ao referir, de Bogotá, que «Salazar foi capaz de controlar o seu Povo não pela força mas pelo poder da sua inteligência, honra e desinteresse pessoal cristão» (Carlos Lara, *Revista Javeriaba* 1937)¹¹⁸. Um controlo pessoal e desafectado de partidos ou grupos, preocupado com adaptar ao seu contexto nacional as premissas autoritárias da Nova Ordem, «sem seguir ninguém, [Salazar] está a adoptar uma ideologia política moderna adaptada ao espírito

¹¹⁶ *La République du Sud-Est*, fundada em 1901 e dirigida por Léon de Poncet entre 1905 e 1941. Órgão de comunicação social francês, porta-voz da maioria dos católicos em matéria política.

¹¹⁷ *Je Suis Partout*, periódico francês fundado em 1930, próximo da *Action Française*, Mussolini, Guarda de Ferro romena, Oswald Mosley, o Rexismo belga e, a partir de 1941, o principal jornal anti-semita e colaboracionista sob ocupação Nazi. Wladimir d'Ormesson (1888 – 1973), escritor membro da Academia francesa), jornalista e diplomata a partir de 1940 (Vaticano, Argentina e Chile) francês. Entendido por alguns como vendido ao nazismo e fascismo, por outro como porta-voz do Quai d'Orsay.

¹¹⁸ Christian de Caters (1900-1981), escritor de viagens e policiais francês. Colaborador do SPN. *Le Jour*, jornal francês dos anos 30 opositor à Frente Popular. *Revista Javeriaba*, revista da Pontífica Universidad Javeriana, Colômbia.

português», diria Manuel Bueno no espanhol *ABC* (Manuel Bueno, *ABC*, 1937), «e é realmente um novo estado a sua criação. Um disciplinado e hierarquizado Estado» (Pierre Taittinger, *Journal du Loiret*, 1936), onde se concretiza «a realização política de um Estado de sensibilidade nacional» (*Action Catholique* do Quebec, 1937)¹¹⁹. Em suma, «o espírito de Salazar é um de Ordem» (George T. Eberle, *The Pilot* de Boston, 1936), consolidando-se a ideia de que Portugal encontrava-se a construir, pacificamente, um modelo se não de tipo novo, pelo menos distintivo de outras experiências autoritárias suas contemporâneas, criando «uma ideologia que está a germinar nas novas gerações e respectivas populações» (Hartmann Lauterbacher, *O Século*, 7.3.1937)¹²⁰, muito assente na personalidade do seu ditador, como anotado pelo madrileno *El Debate* reconhecendo que depois de exibido «o seu conceito de autoridade, Salazar expõe todo o segredo para o extenso sucesso do novo regime português» (*El Debate*, 1936)¹²¹.

Nos países sul-americanos eram ainda com frequência exaltadas as origens latinas de Salazar, sendo apresentada a sua influência e prestígio como exemplo dos bons contributos desta *raça* para a política internacional do pós-Guerra, latinidade frequentemente destacada em artigos no Chile e no Brasil, como o comprovam os textos de Leão do Norte n' *O Diário* (de Santos, Brasil), referindo que «Salazar é o primeiro *inter pares* na arena internacional» (Leão do Norte, *O Diário*, 20.11.1937), de D. O. C no *El Imperial* de Santiago de Chile, reconhecendo que «Salazar é um dos mais balanceados estadistas de hoje» (D. O. C, *El Imperial*, 9.12.1936), ou de Roberto E. Meeks, que escrevendo no *La Nación* (de Santiago de Chile) identificava claramente que «é material de orgulho da Latinidade testemunhar que no pós

¹¹⁹ Manuel Bueno (1874-1936), escritor e jornalista espanhol, pertencente à *Generación de 98*. Apoiante de Primo de Rivera, seria assassinado por milicianos em Montjuich. *ABC*, diário conservador, monárquico e católico espanhol fundado em Madrid em 1903. Apoiante de Primo de Rivera e um dos principais periódicos durante o franquismo. Pierre Taittinger (1887-1965), político francês, líder das Juventudes Patrióticas, defensor a partir de 1933 de uma ditadura para França., *Journal du Loiret*, jornal regional francês. *Action Catholique*, órgão da Action Sociale Catholique, editado no Québec entre 1915 e 1962.

¹²⁰ *The Pilot*, periódico da Arquidiocese de Boston fundado em 1929. Hartmann Lauterbacher (1909-1988), alto responsável da Juventude Hitleriana, que visita Portugal em 1937 e em entrevista a *O Século*, diria que «Salazar e Hitler não criaram apenas um movimento, eles criaram também uma ideologia que está a germinar nas novas gerações e respectivas populações» (Hartmann Lauterbacher, *O Século*, 7.3.1937).

¹²¹ *El Debate*, periódico espanhol existente entre 1910 e 1936 de índole católica e conservadora. Ligada à CEDA.

Guerra a maioria dos [grandes] Estadistas são latinos. Salazar, definido por Bauer como um místico consagrado a Deus e aos números, também se dedica a encontrar a fórmula exata de governo não extremista, tão adequada aos nossos tempos» (Roberto E. Meeks, *La Nación*, 1936)¹²².

Alguns elogios eram tão exagerados que comparavam Salazar a míticas figuras históricas como Sólon ou Platão (Gabriel Boissy em *La Tribune des Nations*, 30.4.1936), a um patriarca da República romana dedicado – com amor – ao seu trabalho, detestando honras públicas (A. T'Sertevens em *Presse Indochinoise*, 30.5.1936) ou mesmo a Oliver Cromwell ou Napoleão Bonaparte (Sieburg, 1937). Apesar destas excessivas apreciações, a verdade é que Salazar era regularmente percebido e percebido como um estadista diferente da mediania dos políticos europeus, como alguém com uma enorme aversão a assuntos mundanos, honras públicas, culto das massas ou uso da violência; como alguém que o mundo podia (e devia) aprender com. Alguém que poderia inspirar o primeiro-ministro francês Paul Reynaud a anunciar vivamente nas bancadas do Parlamento Francês que «voilà que os franceses finalmente descobriram um ditador que não lhes perturba a comodidade...» (citado em Sieburg, 1938); argumentos fortalecidos pelas suas origens humildes e modestas, humildade e ética católica, como comentou o rei espanhol Alfonso XIII em artigo no *Le Soir*: Salazar era «um homem aparentemente obscuro» com um «carácter verdadeiramente modesto», realizando «sem vaidade» (Alfonso XIII, *Le Soir*, 1.6.1936). Estes traços, fortemente revigorados pela narrativa oficial do Secretariado de Propaganda Nacional, eram altamente refrescantes para os meios internacionais, como observou o britânico *The Times*: «é impossível negar o

¹²² Outros artigos que exaltam as características Latinas de Salazar podem ser encontrados nas peças de Paul Dartel, no chileno *El Mercurio* de Santiago de Chile (1.1.1934), de Heitor Moniz no *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro (14.9.1937), de Miguel Couto no *Diário da Manhã* do Rio de Janeiro (1937), de António Ruas no *Diário de São Paulo* (1936); de Rafael Meluenda no *El Mercurio* de Santiago de Chile (11.10.1936) ou nos de Jose Simon Valdivielso no *El Odiel* de Huelva (17.9.1936), Manuel Bueno, escritor Geração de 98, no *ABC* (5.9.1934) ou o A. Salazar, *El Portugal de hoy y su gobierno: un ditador "malgré lui"* de Omer Emeth (pseudónimo do padre e crítico literário chileno de origem francesa Emilio Väisse) (Emeth, 1934).

Ainda sobre o prestígio internacional de Salazar, ver Henry Mitchell, *La Presse Marocaine*, 1937; Conde Keyserling, *Der Weg Zur Vollendung* (darmstadt), 1936; Gian Luizi Regazzoni, *Libro e Moschetto*, 1937; editorial do *L'Osservatore Romano*, 1934; António Ruas, *Diário de São Paulo*, 1936 ou Heitor Moniz, *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro), 1937; e sobre a política colonial do Estado Novo, Paul Laget, *Boletín de la Societé de Géographie et des Études Coloniaux de Marseille*, 1936; e Prof. Dr. Miguel Couto, *Diário da Manhã* (Rio de Janeiro), 1937.

ressurgimento económico de Portugal (...). Não só não tem paralelo noutra parte do mundo, como é um evento com poucos precedentes históricos» (*The Times*, 1935); revista que em novo artigo resumia que «a essência do Estado corporativo que o Dr. Salazar está comprometido em construir é a participação de todos os cidadãos num plano de reforma nacional e a subjeção dos interesses individuais aos colectivos» (*The Times*, 28.5.1936). Na mesma linha, Charles Maurras escrevia que Salazar «já tinha dado todas as provas de competência e espírito político, não tinha feito mais que validar um velho provérbio francês (da Lorena creio): se cada um limpar o chão da sua porta, a aldeia ficará limpa» (Charles Maurras, *Action Française*, 6.4.1938), ou André Frantzen, que dizia que em Salazar «podemos encontrar o modelo competente de governança, ele é o estadista ideal» (André Frantzen, *L'Ordre Corporatif*, Abril 1938).

Em todo o caso, e mesmo se o conjunto de referências apresentados reflectam opiniões de órgãos de comunicação social essencialmente conservadores, radicais e católicos recolhidos pelos serviços do regime português, do que identificámos, poucos foram os que não ficaram impressionados com a política financeira de Salazar, o que em certa medida condicionou a nossa apreciação. Em todo o caso, nem todos os articulistas seguiriam a bitola apreciativa agora descrita, como por exemplo o diplomata e jurista norueguês Olof Høijer que escreveria um interessante, claro e objectivo artigo na revista francesa *Sciences Politiques* (em Agosto de 1937). Nele, Høijer criticava o plano económico e financeiro de Salazar, denominando-o de simplista e pouco inovador, pois apenas conseguira encontrar um equilíbrio através do corte nas despesas do Estado e aumento dos impostos, políticas possíveis, parcialmente, devido ao carácter autoritário do governo, à pequena dimensão das elites portuguesas e à falta de dimensão internacional [do país], não conseguindo «construir nenhuma nova fonte de riqueza, ou dotar Portugal com novas receitas» (Olof Høijer, *Sciences Politiques*, Agosto 1937). No mesmo sentido escreveria Leif Borthen, também cidadão norueguês, no *Dagbladet* «Infelizmente não posso ter opinião sobre se Salazar é ou não um génio financeiro. Mas os inimigos dele dizem que os sistemas que ele emprega são ridiculamente antigos e que foram recebidos com sarcasmo uma vez que um senhor sábio

discursou sobre eles perante um auditório de especialistas em Génève» (Leif Borthen, *Dagbladet*, Agosto 1938). Estas referências, identificam que nem toda a opinião publicada internacionalmente seguia a linha propagandística do regime, nem por ela era sempre influenciada. Importa ainda ressaltar que a independência dos *media* variava de país para país, sendo mais facilmente encontrada em periódicos publicados na Europa Ocidental e do Norte, em Estados com democracias plurais consolidadas e liberdade de imprensa não condicionada.

Regressando à narrativa do processo de construção do Estado Novo, após ter assumido as funções de ministro, Salazar iria refrear a cadência das suas aparições na esfera pública, interessando-se mais em construir a imagem de um discreto académico forçado a aceitar um importante (en)cargo na governação do seu País, servindo assim a Nação, sempre temporariamente, sempre que dele necessitassem. Nas suas próprias palavras, apresentava-se como um «humilde professor de Coimbra», nem um dos seus melhores, como alguém que procurara sempre se afastar da política (apesar de já ter sido deputado e ministro), e que agora assumia um cargo de importância governamental por saber como servir, se chamado a servir (Salazar, *A Voz*, 29.05.1928)¹²³. Neste sentido, e procurando desassociar-se das características dos políticos tradicionais, Salazar arrogava-se representar a «política de verdade e honestidade, opondo-se à política da mentira e dos segredos, prometendo trabalhar sem descanso, apesar da sua saúde precária, justificando o milagre financeiro em curso nas rezas das boas almas portuguesas, pedindo para que ele, Salazar, se mantivesse no posto das Finanças (Salazar, 1928b). Estas primeiras declarações como titular da pasta das finanças, absolutamente planeadas, demonstram como tinha Salazar pleno entendimento do poder de comunicação dos *media*, da importância da comunicação política, e da necessidade de ter boa imprensa. Daí procurar apresentar-se como um político fora da casta partidária, alguém dispendo de uma personalidade bem diferenciada da tradicional elite partidária republicana, tecnicamente preparado para assumir responsabilidades

¹²³ Discurso de Salazar de 28 de Maio de 1928, reportado n' *A Voz* de 29 Maio de 1928. Este discurso não se encontra na seleção das intervenções reunidas no volume I dos *Discursos*.

governamentais fruto não da sua acção em partidos ou por favor de um qualquer cacique mas antes pela sua preparação académica e intelectual, como um potente antídoto para a anarquia (ainda) vigente. Salazar sabia bem que uma das chaves para o seu futuro sucesso (político) encontrava-se na forma como o seu carácter seria percebido pela opinião pública e publicada, razão que justifica as suas intervenções nos campos técnicos da sua especialidade (economia e finanças), devidamente complementadas com as referências aos traços essenciais da sua personalidade (pública) que constantemente reforçavam a narrativa do contra-ponto em relação aos políticos tradicionais¹²⁴. Neste sentido, é importante realçar que será somente depois de ver reconhecida a sua reputação técnica, e consolidada a sua versão de político de tipo-novo, que Salazar se aventurará em terrenos fora da sua especialidade académica, intervindo directamente, através de um conjunto de discursos, na principal questão política da ditadura: a questão da transição de regime.

Na primeira destas intervenções, no discurso *Condições da reforma financeira* (de 27 Abril 1928), Salazar reclamará ser imperativo provocar uma revolução nos costumes políticos portugueses, identificando quatro problemas fundamentais a resolver, apresentados «não em ordem arbitrária (..) uma vez que eles simbolizam a ordem para resolver a situação do país», e que na sua opinião, passava por primeiro tratar das questões financeiras e económicas, para depois abordar as dimensões sociais e políticas (Salazar, 1928b). Esta intervenção recolheu opiniões bem positivas, apresentando Salazar como um político de qualidades intelectuais excepcionais e como uma personalidade em alta no seio da hierarquia da Ditadura, ofuscando não só colegas ministros como o próprio Chefe do Governo¹²⁵. Salazar era tido «não como um poeta, ou político de carreira», mas como «metade apóstolo, metade Homem de Acção» (*Diário de Notícias*,

¹²⁴ Ainda nesta nota, é interessante apreciar os comentários de Salazar a (mais) uma revolta em Lisboa (ocorrida a 22 de Junho de 1928), preocupado com os custos financeiros e não humanos de tal evento: «Interessa-me saber quanto custará ao país e ao tesouro tal incidente» (*Diário de Notícias*, 23 de Junho de 1928).

¹²⁵ Alguns sinais das preocupações de Vicente de Freitas com a ascensão meteórica de Salazar (e a inveja que o Presidente do Conselho tinha do seu Ministro das Finanças) foram as instruções que o chefe do governo terá dado à polícia política para construir um ficheiro sobre Salazar e aos serviços da censura para cortar parte da cobertura mediática de Salazar (Matos, 2003).

02.08.1928), elogios claramente exagerados, mas muito em voga na imprensa emotiva e altamente vocabulizada da época, e amplamente replicados nos media internacionais. Em todo o caso, era bem evidente o enamoramento entre parte da opinião pública e o austero professor de Coimbra (Matos, 2003), assim lentamente propagado para os altos escalões da política da Ditadura, onde rapidamente assumiria a liderança da facção anti-liberal. Salazar saberia tirar proveito da boa imprensa (que sempre teve) para maturar o seu estatuto político e fixar o seu terreno ideológico. Recordemos que, em 1928, a Ditadura Militar encontrava-se ainda dominada pela corrente liberal-conservadora (partilhada por muitos dos seus militares), e preocupada com a falta de consenso político em torno do processo de institucionalização desejado. Vicente de Freitas, como referimos, liderava do topo governamental a facção liberal (com ambições constituintes), Carmona, como veremos, irá procurar liderar um processo autónomo de transição, restando a Salazar, por enquanto, manter e desenvolver o apoio de alguma da sua *malta* de Coimbra.

Em nossa opinião, Salazar nunca soubera (ou quisera) tornar-se numa primeira escolha para a elite republicana e conservadora (em certa medida herdeiras de uma visão reformista da República, à qual se opunha vivamente). E tampouco fora uma primeira escolha para as franjas radicais e integralistas, com quem não partilhava o excessivo radicalismo nem reunia as características energéticas do líder carismático que estas ambicionavam. Assim, sem claros apoios apriorísticos, entre 1928 e 1929, Salazar teve a necessidade de construir a sua própria rede de suporte e apoio, de inventar o salazarismo (Rosas, 2013). E fá-lo-á de forma politicamente cínica e metódica. Primeiro sabotando o governo de Vicente de Freitas através do episódio da *Portaria dos Sinos*, que levará à sua substituição por Ivens Ferraz, em Julho de 1929¹²⁶ (Almeida de Carvalho e Araújo, 2006; Araújo, 2009); depois

¹²⁶ A demissão de Vicente de Freitas do governo ocorreria em Julho de 1929. A causa directa encontra-se no decreto legislativo emanado do Ministério da Justiça (liderado por Mário de Figueiredo, próximo de Salazar) que permitia às Igrejas retomarem a prática de promoverem procissões. A *Portaria dos Sinos* (como ficou conhecido o decreto) originou imediatamente fortes reacções da parte da facção liberal e anti-clerical (maçónica) dentro do Governo, facção que não nutria de simpatias pelas ambições da Igreja (Católica) em reassumir o activo papel que desempenhava na sociedade portuguesa pré-república (Matos, 2003; Maltez, 2005). Como consequência, Mário de Figueiredo foi demitido do seu posto, tendo Salazar apresentado, em

assistindo da cama do hospital à ascensão e queda do principal concorrente provindo das franjas radicais, Henrique Trindade Coelho, antigo embaixador em Roma e Ministro dos Negócios Estrangeiros entre Julho e Setembro de 1929¹²⁷. Somente depois destes episódios, verdadeiros braços de ferro no seio da hierarquia política e militar da Ditadura, Salazar se sentirá liberto para começar a intervir assertivamente nas questões ideológicas e doutrinárias subjacentes ao processo de institucionalização em curso, assumindo a partir de 1930, e de forma definitiva, a tutoria da Nação (Matos, 2003).

Na Presidência do Conselho

Ainda e apenas aos comandos da pasta das finanças, Salazar manterá a atitude cínica e exigente, agora direcionando a sua crítica ao novel governo de Ivens Ferraz (que disso nos dá conta nas suas memórias¹²⁸), saindo da sua zona de

solidariedade, demissão, situação que rapidamente se tornou num braço-de-ferro entre o Chefe do Governo e o Ditador das Finanças. Perante o dilema de perder Salazar, Carmona optou antes por remover Vicente de Freitas da Presidência do Conselho, nomeando a 8 de Julho de 1929 o republicano conservador General Ivens Ferraz, antigo ministro do Comércio e Comunicações (1927) e das Colónias (1927). Nesta profunda remodelação governamental, Salazar seria o único ministro a transitar de governo.

¹²⁷ Ivens Ferraz nomeou para a pasta dos Negócios Estrangeiros Henrique Trindade Coelho a 27 de Julho de 1929 (data até à qual o Presidente do Conselho acumulara a pasta). Antes de ter sido convidado para o governo, Trindade Coelho, fora embaixador de Portugal na Itália fascista, facto que enaltecia o seu já existente carisma e forte personalidade. Como tal, a sua nomeação para posto governamental da importância da pasta dos assuntos exteriores despertou enormes expectativas nos integralistas radicais, que viam nele (como anteriormente viram em Gomes da Costa) alguém que poderia directamente representar os seus interesses (Matos, 2003). Apesar de Trindade Coelho ter entrado em Portugal como um cometa radiante (tendo sido recebido apoteoticamente na estação do Rossio), a sua postura diletante e pretensiosa, menosprezo pelos seus colegas governamentais, e evidentes erros políticos (no cálculo dos seus apoios e das sensibilidades e nuances da elite da Capital) transformariam Trindade Coelho numa personagem feliniana na autêntica *Opera Buffa* em que a Ditadura Militar portuguesa se tornara nos finais dos anos 20. Assim, como todos os cometas, Trindade Coelho rapidamente se extinguiu, tendo sido demitido do posto a 11 de Setembro, escassas 6 semanas depois da sua nomeação. Salazar observou todo este *affair* com calculado e distante interesse (até porque um problema de saúde o colocara no hospital por diversas semanas), até porque se encontrava consciente de que, com Trindade Coelho fora da fotografia política da Ditadura, os integralistas e radicais perdiam um dos seus principais delfins, e Salazar um dos seus principais concorrentes, o que simultaneamente transformaria o campo da direita radical em amplo território fértil para Salazar plantar as suas sementes de revolucionário (que fará nos seus discursos de 1930). A saída de Trindade Coelho significou ainda que o Ministro das Finanças assumiria o principal papel na batalha contra o republicanismo liberal, liderando os que pretendiam conduzir a Ditadura na direcção de uma nova ordem constitucional sem rastros de liberalismo.

¹²⁸ Um interessante testemunho deste agitado período de seis meses são as memórias de Ivens Ferraz (*Resenha política de seis meses de Governo*), escritas em Maio de 1930 mas publicadas apenas em 1988 com prefácio e notas de César Oliveira (Oliveira, 1988, Ferraz, 1988 [1930]).

conforto e introduzindo-se ruidosamente nos terrenos da política pura da ditadura, agora que cimentara uma reputação de competente ministro e vira diminuir substancialmente a influência de dois dos seus principais adversários, à esquerda Vicente de Freitas (entretanto deslocado para a Câmara Municipal de Lisboa) e à direita, o fugaz Trindade Coelho, que passara pela política nacional como cometa de pouco gás. Durante seis meses, Salazar afrontaria o governo de Ivens Ferraz, aproveitando a constante boa imprensa e crescente idolatria pela sua persona. Exemplo desta atitude foi o discurso de 21 de Outubro de 1929, por ocasião de uma manifestação ‘espontânea’ organizada pelos diferentes corpos administrativos do Estado, que visitaram o ministro das finanças para lhe reconhecerem publicamente o alcance da sua obra. Detalhe importante a reter é a ausência do Presidente do Ministério do País, encontrando-se em visita oficial a Espanha. Neste segundo discurso, intitulado *Política de Verdade, Política de Sacrifício, Política Nacional*, Salazar reforçaria a ideia de que a sua metodologia política, baseada na *verdade* na acção governativa e no *sacrifício* partilhado entre governantes e governados na persecução do interesse nacional, deveria servir de bitola para a boa gestão do Estado, apresentando-se como seu pêndulo e base moral. Neste sentido, identificava – por contraste à sua *Política de Verdade* – o conjunto de *mentiras* que impediam a boa administração pública: mentiras na selecção de quadros, na fiscalização dos impostos, nos prazos, previsões e na orçamentação pública (Salazar, 1929).

No que foi um claro ataque político à administração do aparelho estatal, surrava simultaneamente na República e na Ditadura. Na República por ter desenvolvido tão nefasto sistema, e na Ditadura por não o ter conseguido alterar. Como contraponto, Salazar apresentaria os princípios introduzidos no seu Ministério como evangelho a pregar, sugerindo que todo o governo deveria seguir as mudanças radicais que conseguira introduzir na Fazenda, separando assim as límpidas águas da sua gestão da turva governação de Ivens Ferraz. Salazar aproveitaria ainda para reclamar por uma rápida e imperativa solução constitucional, urgindo que a Ditadura providenciasse ao País um novo estatuto fundamental que «representasse uma nova ordem política», sincronizada com o «espírito dos nossos tempos» e que, em face da ruína moral e material acumulada pelo individualismo revolucionário,

tomasse em conta «os superiores interesses da Pátria portuguesa para colocar em prática uma reorganização constitucional de sólido e prudente nacionalismo que assegurasse a coexistência de todos os elementos da sociedade, identificados como a Família, as Corporações Económicas e Morais, as Freguesias e os Municípios», elementos que deveriam balancear-se ordeiramente em conjunto de forma a assegurar uma afinada «co-existência de todos os elementos naturais, tradicionais e progressivos da sociedade (Salazar, 1929).

Interferindo directamente no debate constitucional, Salazar forçava o conflito com a elite liberal (ainda) dominante, recordando que a desejada reforma administrativa e transformação institucional, apesar de amplas vezes prometida, nunca fora apresentada. E aproveitaria este hiato para se colocar como referência futura e protagonista único de uma mudança que pudesse introduzir uma nova mentalidade e novo espírito que reflectisse e disseminasse a matriz da *Política de Verdade* às esferas políticas e sociais. Falando um par de dias após os incidentes na Bolsa de Nova Iorque (que transportariam o mundo ocidentalizado para uma depressão mundial de forte impacto económico, político e social), Salazar terminaria recordando, novamente, ser apenas um humilde servente, um «obreiro que trabalha com o espírito de bem servir, na campanha do levantamento de Portugal», sob a supervisão moral e espiritual do Chefe do Estado, o General Carmona (Salazar, 1929)¹²⁹. Evidentemente que esta intervenção, para mais proferida nas costas do Chefe do Governo (em Espanha), foi considerada como uma inaceitável provocação por parte de Ivens Ferraz, que imediatamente solicitou ao Presidente da República a substituição do seu Ministro das Finanças, com base nesta clara afronta pública e falta de solidariedade institucional. Mas Carmona, à semelhança do ocorrido aquando do confronto entre Salazar e Vicente de Freitas, irá novamente manter o professor de Coimbra em detrimento do seu líder do governo. Consequentemente, destituirá Ivens Ferraz, nomeando o General Domingues de Oliveira como novo Presidente do Conselho¹³⁰. No espaço de 6 meses Salazar conseguira exonerar dois

¹²⁹ Nas suas palavras finais, Salazar ironicamente iria dedicar ao chefe do Governo a procissão / visita organizada pelos responsáveis administrativos.

¹³⁰ O General Domingues de Oliveira era em 1930 governador da guarnição militar de Lisboa. Sem experiência política antes de assumir a liderança do Governo, Domingues Oliveira tinha defendido a

Presidentes do Conselho, aproximando-se do Santo Gral do Poder, sabendo no entanto que não era ainda a hora de o assumir totalmente¹³¹. Era ainda cedo para que um civil assumisse a chefia governamental, e Carmona aproveitará esta oportunidade para tomar a liderança e testar o *seu* modelo de transição, inspirado na construção institucional do Fascismo Italiano, procurando promover um Grande Conselho Fascista, à portuguesa, com poderes constitucionais, projecto que como veremos será superiormente sabotado por Salazar (Araújo, 2007).

Em todo o caso, ainda antes de minar as ambições de Carmona, e já sob tutela de Domingues de Oliveira, Salazar procurará marcar o ritmo do processo de transição através de mais um conjunto de intervenções públicas dedicadas a desembrulhar o problema constitucional. A 28 de Maio de 1930 faria a sua primeira intervenção pública onde claramente demonstraria as suas ambições governativas (Rosas, 2013), apresentando mais um dos seus *discursos fundadores*, desta feita deambulando sobre a *Ditadura Administrativa e Revolução Pacífica*¹³². Nesta intervenção solene de aniversário da revolução de Maio, e na companhia do Presidente do Conselho (que anunciaria o início dos trabalhos constitucionais), Salazar defenderia que «não existem Estados fortes sem Executivos fortes», reclamando pela concentração institucional de um alargado conjunto de poderes legislativos, no Governo, num quadro de um sistema claramente anti-parlamentar de matriz autoritária (Salazar, 1930a)¹³³. Reiterava depois a ideia da necessidade de promover uma revolução política, consubstanciada no imperativo de implementar um Novo Estado. Neste sentido, na sua «batalha pela Ordem», a Junta Militar

Monarquia contra a revolução republicana de 5 de Outubro de 1910, apoiado a Ditadura de Pimenta de Castro (em 1915) e entusiasticamente o 28 de Maio.

¹³¹ Ainda que manifestamente mal informado, o *The Times* relataria este episódio em editorial de Fevereiro de 1935, dizendo que «Depois de flutuar sem objectivos, durante 4 anos, caiu o gabinete Ivens Ferraz em Fevereiro de 1931. Seguiram-se pouco depois as dispendiosas insurreições no Funchal e na Guiné. Decidiu-se então caminhar para um regime corporativo, sistema este que agradava ao espírito ordenado do prof. Oliveira Salazar, cuja influência aumentava de ano para ano, à medida que se acentuavam os benefícios da sua administração financeira» (*The Times*, Fevereiro 1935).

¹³² É interessante verificar a importância que a imprensa dará ao discurso de Salazar, proferido na *Sala do Risco* em Lisboa quando em simultâneo discursou também o Presidente do Conselho, anunciando para breve o início dos trabalhos constitucionais.

¹³³ Na mente de Salazar, executivos fracos eram a característica geral de regimes políticos dominados pelo liberalismo individualista, facilmente tomados pelas divisões entre partidos e pela excessiva desordem parlamentar (Salazar, 1930b).

deveria afastar-se de quaisquer formulações políticas exóticas e/ou importadas e dedicar a sua atenção a construir uma «nova mentalidade», indispensável para a «regeneração dos nossos costumes políticos e administrativos, justiça social e jurídica, paz pública e a prosperidade da Nação» (Salazar, 1930a). Uma ambição que, aplicando os princípios de transformação social de Demolins, deveria procurar modificar «as principais falhas da nossa formação» e, sob controlo do sistema pedagógico e educativo estatal, «integrar a Nação, toda a Nação, no Estado» (Salazar, 1930a).

Semanas mais tarde, Salazar afinaria estes princípios gerais, acrescentando mais peças ao seu prometido Estado Novo, destapando a ideia de um regime corporativo autoritário. Num discurso intitulado *Princípios Fundamentais da Revolução Política*, largamente citado em *El Partido Unico* de Manoilescu, e tido por Emile Schreiber como o início «da sua ditadura pessoal» (Schreiber, 1938; Manoilescu, 1938), Salazar reconhecia a necessidade de uma «nova doutrina político-económica», uma «nova filosofia» para sustentar uma «nova ordem de coisas» (Salazar, 1930b)¹³⁴. Nesta longa intervenção, Salazar partiria do conceito de decadência moral do *Espírito Europeu* e consequente crise espiritual contemporânea (como apontado por Paul Valéry) para concordar com Manoilescu de que as máquinas políticas liberais encontravam-se totalmente desconectadas da vida pública moderna. Ainda em linha com o intelectual romeno, Salazar enfatizaria que a desordem social provocada pelo individualismo, socialismo e parlamentarismo estavam a incutir na Europa uma instintiva reacção conservadora embebida de características nacionais e anti-individuais (Salazar, 1930b). Num discurso muito em tom com o debate constitucionalista Europeu dos anos 30, e facilmente replicável em diversas partes da Europa (da Polónia a França, do Báltico às monarquias balcânicas), Salazar juntava-se ao coro dos que decretavam a morte dos sistemas liberais de representação proporcional e incidência parlamentar, reclamando por uma concentração de poderes em executivos fortes, única forma de permitir a

¹³⁴ Este discurso fundador foi proferido a 30 de Julho de 1930 durante a apresentação pública da *União Nacional*, projecto elitista de partido-único promovido por Salazar com a intenção de registar e controlar os seus apoiantes sob um movimento político comum. Para mais na *União Nacional* ver Manoilescu (1938) e Braga da Cruz (1988).

execução de políticas públicas que, com as necessidades da Nação em mente, desenvolvessem nos seus países modelos políticos nacionalistas, devidamente conectados com as especificidades das respectivas comunidades, e desta forma afastados de quaisquer importações sistémicas.

Seguindo esta narrativa, Salazar sugeriria tomar «em nossas mãos as úteis tradições do passado, as realidades do presente, a previsão do futuro, as justas aspirações do Povo, o cravo autoritário e a disciplina que conduz as gerações do nosso tempo» para construir a ordem desejada (Salazar, 1930b). Dentro deste quadro claramente integralista, esta «nova ordem de coisas» deveria entronizar a Nação e «todos os indivíduos singulares e colectivos» como os seus elementos constituintes orgânicos, e construir um Estado corporativo e social assente nesta construção natural da sociedade, um Estado moderno sem identificação com partidos ou facções políticas (Salazar, 1930b). Um Estado moderno que deveria «estender a sua unidade, coordenação, espírito e força a todas as instituições e organismos políticos», ser forte ao ponto de não necessitar de usar a violência e «limitado pela moral, estado de Direito e garantias individuais» (Salazar, 1930b), características que ultimamente – na opinião de Salazar – separariam o seu Estado Novo dos totalitarismos ou outras experiências (políticas) extremas, justificando a adaptação do slogan fascista *Tutto nello Stato, niente al di fuori dello Stato, nulla contro lo Stato* para o lusitano *Tudo pela Nação. Nada contra a Nação*¹³⁵. Estes discursos granjeariam a Salazar uma reputação de revolucionário no seio de alguns círculos intelectuais da direita europeia do entre-guerras, pois prometia uma revolução conservadora embebida de valores corporativos integralistas (e não só), tocando muitos dos pontos dos manuais do radicalismo político embutido nos vários projectos de regeneração etno-culturais em curso no panorama (autoritário) europeu. A tal *Revolução de Amor*, como lhe chamou Mircea Eliade (Eliade, 2011 [1942]), e uma narrativa bem próxima do Corporativismo Integral promovido por Manoilescu. No entanto, quando depois confrontados com a futura desconexão entre as promessas deste discurso e o corpo constitucional do Estado Novo (que validaria um modelo híbrido liberal-corporativo, como veremos), muitos radicais

¹³⁵ Tradução: *Tudo no Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado.*

informados, nacionais e estrangeiros, teceriam vorazes críticas à falta de consistência de Salazar e à distância entre os seus discursos e a sua prática política.

Entretanto, Salazar seria finalmente nomeado Presidente do Conselho em Junho de 1932, e imediatamente as suas preocupações iriam divergir de quaisquer pressupostos teóricos ou ideológicos em prol de uma atitude assumidamente pragmática e política, uma vez que teria de refrear o seu ímpeto e promessas revolucionárias e, como primeiro civil a liderar um governo no pós-28 de Maio, cooptar os liberais e os militares conservadores que gravitavam ainda no topo da hierarquia da Ditadura, em especial em torno do General Carmona. Depois teria de saber encontrar a fórmula ideal e construir o equilíbrio adequado que lhe permitisse compor um estável compromisso institucional entre as diferentes forças civis e militares. Uma união nacional que, sob sua batuta, conseguisse re-sintonizar a disfuncional e desafinada sinfonia de direitas, unindo quem ambicionasse suplantam o liberalismo numa única força (partido) capacitada para tomar e preservar o poder (Rosas, 2013). Esta importante alteração comportamental, de autêntico «vira-casacas ideológico» como alguns contemporâneos radicais o acusaram (Baldi-Papini, 1936; Sieburg, 1938)¹³⁶, confirma a abordagem cínica e dogmática de Salazar em relação à macro-política e produz testemunho da elevada turbulência sentida no seu voo solitário para alcançar o poder, de nada em acordo com a simplicidade providencial mais tarde publicitada pela propaganda oficial do regime. Actuando mais como um político banal do que como um ideólogo ou intelectual público, Salazar entendeu que a chave para um sustentável Estado Novo encontrava-se na descoberta do momento e sequência correcta para integrar pacificamente as dispersas forças políticas na nova situação. Neste processo, refreou as suas promessas revolucionárias enfatizando antes a necessidade de pacificação social e agregação política dentro do quadro da revolução nacional, complementarmente fixando as fronteiras (políticas) do seu Novo Estado e desenhando, em tons delicados, os limites aceitáveis da participação política activa (Rosas, 2013).

¹³⁶ Para Baldo-Papini, depois de ter assumido formalmente as rédeas governamentais, Salazar tornara-se o seu Capo, o Novo Homem de Portugal (Baldi-Papini, 1936).

Mas ainda antes de alcançar as águas calmas do controlo político ilimitado, depois de ter conseguido se transformar de insonso mago das finanças num saboroso líder contra-revolucionário (o que como vimos procurou fazer nos principais discursos de 1928 – 1930 e fará nas entrevistas com Ferro em 1932), e ter removido algumas das personagens mais inconvenientes (como Sinel de Cordes, Vicente de Freitas, Trindade Coelho e Ivens Ferraz), Salazar teria ainda que findar o intenso processo de negociação com o topo da Ditadura com vista a transição institucional e constitucionalização do regime, que veremos de seguida. Somente depois de concluído este processo, ocorrido em simultâneo com o triunfo final contra o Revirvalho e o desmantelamento do movimento operário (que acontecerá entre 1931 e 1934), Salazar se preocupará com a integração das diferentes forças políticas no Estado Novo, dirigindo-se primeiro ao Exército (Salazar, 1932a), depois aos monárquicos, católicos, velhos republicanos, trabalhadores e sindicatos (Salazar, 1932b), e finalmente aos Radicais e Fascistas (1933a), explicando a todos o processo de integração pacífica no novo paradigma político português¹³⁷. Neste longo conflito interno entre as facções liberais e radicais da Ditadura, Salazar conspiraria e negociaria com ambos os flancos, ultrapassando a tradicional dicotomia esquerda-direita através do patrocínio de uma ampla fronda nacionalista capaz de suportar a sua extensa plataforma política (d'Assac, 1967); um acordo aliás bastante visível nos traços liberais da Constituição de 1933 e nos procedimentos eleitorais do Estado Novo. Nesta sua quimera para o poder, Salazar irá dispor da sabedoria para entender que precisava de ultrapassar a degeneração política e moral da plutocracia republicana através de um compromisso ultra-partidário assente numa base doutrinária definida e de utilizar todas as suas qualidades, currículo ministerial e dinâmicas pessoais para atrair para as suas fileiras aqueles que sabia poderem ser essenciais para promover as suas ambições políticas, seja individualmente seja em torno do partido criado em 1930 (a União Nacional). Um processo que transformaria Salazar de um auto-proclamado ingénuo académico num cínico especialista de bastidores, em alguém capaz de construir uma complexa, articulada e funcional rede

¹³⁷ Sobre este lento processo de co-optação, escreverá Mircea Elade que Salazar frequentemente aceitava e encorajava a colaboração de membros de diferentes grupos, mas nunca aceitava o grupo em si, pois «não aceitava o passado colectivo de nenhum grupo político» (Eliade, 2011 [1942]).

de interesses separados que, em última análise, implementariam um regime autoritário conservador de direita em Portugal que se manteria no poder até Abril de 1974.

O processo constitucional do Estado Novo em perspectiva comparada (1931 – 1933)

O início do processo constitucional

Como vimos, por alturas do IV aniversário do golpe de 28 de Maio (1930), um novo governo fora empossado, liderado pelo General Domingos de Oliveira, e entre as suas principais responsabilidades encontrava-se a necessidade de dar início ao processo de transição constitucional, encarregando o Presidente do Conselho de liderar tal processo o seu ministro das Finanças. A escolha de Salazar, um civil, significava não só o falhanço das soluções liberais pretendidas por Vicente de Freitas – que não desistirá dos seus propósitos –, das ambições de Sinel de Cordes, mas também a constatação da impossibilidade das forças castrenses liderarem o processo de transição constitucional de forma autónoma, sem apoio civil, facto que abrirá a porta das cúpulas hierárquicas à presença de uma nova geração de políticos de cariz não-militar. Não é totalmente claro quando formalmente se tenham iniciado os trabalhos constitucionais, mas fontes apontam para que Salazar tenha começado neles a laborar em meados de 1930, por alturas da apresentação da União Nacional, ou pouco depois (Caetano, 1977; Araújo, 2007). Esta versão é corroborada pelos discursos de Domingos de Oliveira e de Oliveira Salazar aquando das celebrações do 28 de Maio de 1930, onde foram apresentadas bem explicitamente as intenções governamentais em concluir o interregno constitucional e introduzir as necessárias mudanças para institucionalizar a Ditadura Militar (Salazar, 1930a)¹³⁸. Nesse Verão de 1930, Salazar reunirá intensamente com o seu selecto grupo de confidentes e consultores, recolhendo conselhos políticos e jurídicos num projecto político-académico em certa medida plural. Deste grupo informal, a maioria colegas de Coimbra, sobressaiam as presenças (e influências) de Quirino de Jesus¹³⁹ e Domingos

¹³⁸ Discurso proferido na *Sala do Risco*, em Lisboa em simultâneo com *Ditadura Administrativa e Revolução Política* de Salazar, que referimos na secção anterior.

¹³⁹ Cerca de 20 anos mais velho, Quirino de Jesus (1865 – 1935) desempenhou um papel importante na ascensão e maturidade política de Salazar, em particular nos seus primeiros anos em Lisboa

Fezas Vital¹⁴⁰, o primeiro como principal conselheiro jurídico-constitucional, o segundo desempenhando um papel eminentemente político. Complementarmente, Salazar receberia ainda importantes contributos da parte de Mário de Figueiredo, José Alberto dos Reis, Manuel Rodrigues (parte da *Tuna Coimbrã*) e de um então jovem promissor professor de Direito, Marcelo Caetano. Em todo o caso, apesar do processo ter sido partilhado a várias mãos, o desenho constitucional apresentado a plebiscito em Março de 1933 terá assinatura final de Salazar (Araújo, 2007).

Apesar destes intentos, entre meados de 1930 e finais de 1931 o processo constitucional pouco avançou, até porque o foco das preocupações governamentais deslocara-se de intentos constitucionais para o combate (político e militar) à recente vaga do Revirvalho¹⁴¹. Nos finais de 1931, no entanto, o processo constitucional acelerou, vertiginosamente. Domado o Revirvalho, Carmona decidiu tomar pulso à questão constitucional, decretando a instituição do Conselho Político Nacional (adiante CPN), órgão formal de apoio político e jurídico-constitucional à Presidência¹⁴² (Araújo, 2007). Expressamente, o Decreto-Lei 20 643, datado de 22 de Dezembro de 1931, estipulava que:

«O Conselho Político Nacional será ouvido em todos os assuntos de política e administração que sejam de superior interesse público no plano

quando funcionaria como uma espécie de mentor do (então) jovem ministro das Finanças, inserindo-o nos intrincados meios políticos da elite da capital (situação que levaria mesmo aos boatos de ser Salazar uma marioneta-discípulo de Quirino). Por 1930 Quirino de Jesus perdera alguma influência o que não impediu que tivesse sido o velho mestre o principal autor do rascunho do discurso de Salazar a anunciar os propósitos constitucionais (a 28 de Maio de 1932) e de uma primeira versão da Constituição.

¹⁴⁰ Domingos de Fezas Vital (1888 – 1953) fora colega de Salazar em Coimbra e, em 1930, Reitor da Universidade. De matriz católica, conservadora e monárquica, Fezas Vital será, durante o consulado de Salazar um amigo e confidente próximo, mesmo depois de assumir o posto de Lugar-Tenente da casa de Bragança.

¹⁴¹ O ano de 1931 foi considerado o ano de todas as revoluções (contra a Ditadura). A 4 de Abril houve uma tentativa de golpe liderada pelo General Sousa Dias, na Madeira, em Maio-Abril diversas tentativas revolucionárias em S. Miguel e na Terceira (nos Açores), S. Tomé e Guiné; e em 26 de Agosto novo golpe, desta feita em Lisboa. Algumas destas acções deveriam ter sido coordenadas, mas a falta de apoios logísticos e de comunicação organizacional da parte de alguns dos líderes destas oposições levaram à falta de sincronismo. O ano de 1931 assistiu ainda ao fim das insurreições organizadas pelos movimentos de oposição pro-republicanas, mas não ao término do período de insurreições contra a Ditadura Militar / Estado Novo, pois tal somente acontecerá em 1934, depois de oprimida a revolta em torno da Greve Geral promovida a 18 de Janeiro pelos anarco-sindicalistas, comunistas e sindicatos independentes próximos do PS (SPIO) (Farinha, 1998).

¹⁴² Decreto-Lei 20.643, 22 Dezembro 1931.

de reorganização do Estado em harmonia com os fins do movimento de 28 de Maio de 1926, e especialmente sobre os seguintes:

1º. Projectos de Constituição Política e dos Códigos Administrativos e Eleitoral,

2º. Organização do regime corporativo do Estado

§ Sem a prévia consulta do Conselho Político Nacional não podem ter seguimento os projectos do Governo referidos no nº 1º deste artigo».

(Decreto-Lei 20 643)

A criação desta estrutura, considerada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico como bastante similar ao Grande Conselho Fascista italiano, era a jogada de Carmona para condicionar o processo transitório, promovendo uma espécie de Conselho constituinte cujo propósito evidente era o de construir os alicerces institucionais de um regime autoritário, com a Presidência da República assumindo um papel central no novo sistema. Afinal, em 1931 era ainda Carmona (e não Salazar) o símbolo-vivo da Revolução de Maio, e seu Chefe eleitoralmente legitimado. Mas Salazar, que como vimos depois do equilíbrio orçamental de 1930 tornara-se aos olhos do mundo numa espécie de *mago financeiro*, e assim indispensável para qualquer futuro da Ditadura, tinha pouca disponibilidade para assistir da bancada a esta tentativa de fascização do processo transitório, especialmente liderada por Belém. Assim, imediatamente reagiu aos intuitos de Carmona, retomando os seus trabalhos constitucionais enquanto procurava – politicamente – boicotar as intensões presidenciais.

Este posicionamento estratégico foi bem visível na atitude depreciativa que Salazar procurou colocar no projecto presidencial desde a sua génese, reescrevendo a proposta inicial de Carmona (depois de consultado por este) com o intuito de reduzir substancialmente o alcance político do CPN e, posteriormente, procurando condicionar os nomes a indicar para tal órgão, de forma a que a *sua* «facção» nunca perdesse o domínio dos acontecimentos ou de quaisquer votações formais. Complementarmente, e bastante demonstrativo das suas intensões em liderar a

transição, Salazar retomaria imediatamente os seus trabalhos constitucionais – à margem do CPN –, decidindo anunciá-los em Fevereiro de 1932, escassos dois meses após a sua apresentação, com a clara intenção de o marginalizar, torná-lo irrelevante ou inconsequente (Araújo, 2007)¹⁴³. Subjacente a tal jogada encontrava-se a luta pela liderança efectiva do novo regime, uma luta política e geracional¹⁴⁴: Carmona representava a velha tradição militar liberal-conservadora, republicana e maçónica, enquanto Salazar se apresentava como um político de tipo novo, civil, católico-conservador, qualificado não pela força das armas mas antes pelo valor do seu intelecto e pensamento político-ideológico definido. Um confronto, não só entre militares e civis, entre liberais e corporativistas, mas entre *velhos* e *novos*.

Como referimos, Salazar, reagindo à iniciativa do CPN de Carmona, reiniciou os seus trabalhos constitucionais em finais de Dezembro de 1931, imediatamente após Carmona o consultar sobre o projecto de Lei que visava a constituição do Conselho Político Nacional. E sabemos-lo porque o Arquivo Nacional da Torre do Tombo guarda um conjunto de notas organizadas e manuscritas pelo punho de Salazar intituladas *Notas Constitucionais*. O acesso a estes documentos pré-constitucionais permite-nos não só seguir de perto a metodologia de trabalho de Salazar, o seu método intelectual e académico, estado mental e leituras cruzadas, como entender as principais preocupações políticas e ideológicas do (então) ministro das Finanças, e do seu grupo, permitindo-nos detectar ainda as principais influências constitucionais do futuro desenho jurídico do Estado Novo¹⁴⁵. A primeira referência cronológica das *Notas Constitucionais* data de 29 de Dezembro de 1931, uma semana após a apresentação do CPN, confirmando a urgência da reacção de Salazar aos planos de Carmona (Araújo, 2007)¹⁴⁶. Nestes primeiros apontamentos, Salazar apreciou, longamente, e de forma comparada, a história do constitucionalismo português (e não só) tecendo as primeiras considerações jurídicas a serem tomadas em conta no

¹⁴³ O Conselho Político Nacional reunirá somente 4 vezes, duas antes da publicação do projecto constitucional apresentado pelo governo, duas já depois do Plebiscito de 1933, em reuniões formais desprovidas de algum significado político.

¹⁴⁴ Nos finais de 1931 Salazar tinha 43 anos, Carmona 66.

¹⁴⁵ De que tenhamos conhecimento, este acesso privilegiado a fontes primárias tão precisas e reveladoras, não é estendido comparativamente; isto é, não encontramos durante a nossa investigação nenhum estudo de caso como o desenvolvido por António Araújo para o caso português (Araújo, 2007).

¹⁴⁶ IANTT/AOS/CO/PC – 1, pasta 1 e Araújo, 2007, pp. 121 – 128.

novo texto. Paralelamente, apreciou os princípios jurídicos da Constituição de 1911 e as características essenciais dos principais textos fundamentais europeus, especialmente os produto das recentes transformações institucionais ocorridas no cenário pós I Guerra Mundial.

As principais críticas à Constituição de 1911 centravam-se com o seu carácter *velho*, datado, no sentido em que consagrava «um texto do século XIX, e não do século XX». Paralelamente entendia que existia uma evidente desproporcionalidade entre os direitos e deveres individuais, e uma intolerável desconsideração jurídica da Família, Corporações, Opinião Pública e Educação. Para mais, a consagração na Constituição de 1911 de um sistema excessivamente parlamentar (que concentrava no Parlamento demasiados poderes como, por exemplo, o de demitir Ministros, aprovar legislação essencial ao funcionamento do Estado e, juntamente com o Senado, eleger o Presidente da República), enviesava a relação hierárquica entre os poderes executivos e legislativos, claramente dominada pelo Parlamento, o que inevitavelmente enfraquecia e condicionava a actividade executiva do Governo. Salazar, denotando atenção à perspectiva internacional, acrescentava que estas referências poderiam facilmente ser identificadas nos debates constitucionais ocorridos na maioria das Repúblicas europeias, enquanto nas monarquias constitucionais o debate concentrava-se no papel do monarca. Em suma, considerava Salazar a Constituição de 1911 como demasiado liberal, revestida de um positivismo racionalista agressivo que procurava consagrar um regime democrático individualista de excessivo domínio institucional parlamentar em detrimento de um poder executivo (e governamental), assim depauperado e inconsequente¹⁴⁷.

Na análise comparada sobre os processos constitucionais seus contemporâneos, para além de reconhecer neles o predomínio das formas republicanas de governo e a consagração constitucional de avançadas disposições sociais e políticas (tidas como resultantes da influência socialista e reacção contra o bolchevismo, ou seja, produto da vaga contra-revolucionária que temos feito alusão)¹⁴⁸, Salazar destacava a prática corrente de estreita colaboração entre

¹⁴⁷ AOS/CO/PC – 1, pasta 1.

¹⁴⁸ Com algumas exceções, como a Roménia, Servia ou Bulgária.

políticos e juristas, o que, como nos casos apontadas da Áustria e Alemanha (de Weimar), permitiam uma melhor racionalização entre as necessidades políticas e uma construção jurídica racional e devidamente argumentada; método que procurava replicar em Portugal. Como críticas, apontava novamente o excessivo poder consagrado aos Parlamentos, a conseqüente subordinação dos poderes executivos aos legislativos, a consagração de sistemas pluri-partidários, a insignificância constitucional da maioria dos Chefes de Estado e a debilidade (e dependência) dos órgãos executivos/governamentais perante os órgãos parlamentares/legislativos. Salazar considerava ainda terem estas características constitucionais estado na origem do clima de instabilidade política e institucional vivido no espaço Europeu dos anos 20, e como soluções proponha que se ‘governamentalizassem’ as constituições, se dotassem de mais poderes executivos os Governos e/ou Chefias do Estado, que se consagrassem juridicamente os direitos das corporações (como no caso austríaco), que se promovessem governos de autoritarismo parlamentar (como nos casos da Polónia, Jugoslávia ou Alemanha), ou mesmo que se apoiassem revoluções fascistas¹⁴⁹. Em todo o caso, não deixaria de assinalar que o principal conflito político (e ideológico) no debate constitucional europeu no início dos anos 30 decorria entre o liberalismo individual, o socialismo e o bolchevismo por um lado, e as tradições de Ordem, autoridade e propriedade, por outro. E neste sentido, o processo constitucional português, se bem que inserido neste alargado debate, não deveria servir-se da dinâmica constitucional europeia como exemplo ou modelo, constatação diversas vezes referida publicamente quando apontava para a necessidade de criar um modelo político de características exclusivamente nacionais, afastando a ideia ou necessidade de importar construções jurídicas externas. Esta apropriação nacionalista - replicada em muitos discursos na Europa dos anos 30 – seria um dos vectores que despertará maior interesse pelo processo constitucional português da parte de quem se preocupava em explorar modelos independentes de transição para o autoritarismo que atendessem a questões de identidade e mantivessem uma equilibrada equidistância para com os principais centros de difusão ideológica. Neste sentido, o exemplo português

¹⁴⁹ AOS/CO/PC – 1, pasta 1.

interessaria sobremaneira às periferias autoritárias europeias na medida em que demonstraria que era possível a manutenção de processos autónomos fora de quaisquer enquadramentos internacionalistas, se bem que acrescenta à capacidade portuguesa de se ausentar das áreas de influência dos fascismos internacionais a sua posição geográfica, o seu império ultramarino e a sua secular definição institucional, isto é, como Estado independente, fronteiras definidas aceites na comunidade internacional, de todo o caso em muitos dos novos países do mapa europeu.

Ainda nestas notas, Salazar deixaria bem claro que a nova Constituição pretendia substituir a experiência liberal do século XIX, a sua democracia individual e autonómica, base para a demo-plutocracia que tinha impedido a consagração e existência de executivos fortes durante a I República, e consequente implementação de um conjunto articulado e coerente de políticas públicas que transportassem o País para os níveis de desenvolvimento desejados. Aliás, na sua breve análise à história do constitucionalismo português, Salazar havia identificado uma excessiva influência doutrinal por parte do liberalismo económico, traços que não só permaneceram imutáveis com o advento da República mas que foram exacerbados pelo espírito anti-clerical do texto de 1911. Em sentido contrário, defendia que o novo texto constitucional deveria consagrar a Nação como seu princípio fundamental, pois esta representava a sociedade política e social, a sua alma e espírito, os seus indivíduos e grupos. E se nos seus assuntos internacionais, as nações deveriam advogar uma forte autonomia, independência e respeito pela paz e pela colaboração internacional, nos seus preceitos internos deveriam procurar um equilíbrio entre um exagerado nacionalismo e um perigoso internacionalismo¹⁵⁰. Desta base, Salazar concluía que a futura Constituição deveria ser nacionalista, reconhecendo a Nação como realidade jurídica (e não apenas o indivíduo, como definido pelo liberalismo), de forma a tirar vantagem da sua tradição histórica (num histórico continuum com a Pátria), e incorporando todos os seus elementos vitais na sua definição («a Nação como um todo»)¹⁵¹. A nova Constituição deveria ainda saber gerir equilibradamente a relação entre o indivíduo e o Estado (relação que excessivamente pendente para o lado do indivíduo poderia degenerar num excesso

¹⁵⁰ AOS/CO/PC – 1, pasta 1.

¹⁵¹ AOS/CO/PC – 1, pasta 1.

de individualismo) e entre o Estado e o Indivíduo (que poderia degenerar em estatismo, bolchevismo ou socialismo), procurando assim uma solução intermédia e balanceada, que – na opinião de Salazar – aproveitasse do individualismo e liberalismo os seus direitos essenciais e que do contra-individualismo consagrasse os fundamentais interesses da Nação e dos seus grupos vitais. Com isto em consideração, Salazar apontou que o novo sistema jurídico-constitucional deveria oferecer um corpo de texto profundamente realista, questionando-se se o mesmo deveria estar embebido de um espírito «conservativo e retrógrado? [ou] Revolucionário?»¹⁵².

Finalmente, Salazar reconheceria que retirara da Constituição de Weimar as suas principais referências jurídicas e académicas, não tanto no que respeita ao conteúdo (democrático e liberal) mas na sua forma e modelo de organização¹⁵³. Denunciava ainda que a primeira parte da futura constituição deveria dedicar-se à consagração das garantias fundamentais, a segunda à organização política do novo regime, e finalmente uma terceira dedicada a disposições complementares¹⁵⁴. Estas notas serviriam de base para a primeira proposta pública emanada do ministério das finanças, proposta que procuraria essencialmente preencher o espaço político momentaneamente ocupado pelo Conselho Político Nacional promovido por Carmona, e tomar a liderança do debate constitucional. Como veremos era ainda uma proposta imberbe, que sofrerá significativas alterações até à sua aprovação plebiscitária, em Março de 1933. Mas, em todo o caso, é significativo apreciar já o extenso e detalhado trabalho desenvolvido e sistematizado por Salazar (e pela sua circunscrita entourage), e entender, através da leitura dos seus apontamentos constitucionais, e em especial da sua perspectiva comparada, as principais

¹⁵² AOS/CO/PC – 1, pasta 1 e Araújo (2007).

¹⁵³ A Constituição de Weimar foi uma importante influência jurídica para o texto de 1933, na sua forma clara e balanceada de organização jurídica, bastante apreciada por Salazar.

¹⁵⁴ Em concreto, a primeira parte deveria consagrar a Nação Portuguesa, os seus cidadãos (como indivíduos), a Família, os Órgãos Administrativos do Estado, as Corporações Económicas, Morais e Culturais, a Opinião Pública, a Ordem Administrativa, Civil, Económica e Social, a Educação e a Religião, a propriedade do Estado, a Defesa Nacional e as Finanças públicas. Os Órgãos de Soberania, descritos na Parte II, deveriam ser a Presidência da República (que assumia a chefia do Estado), o Congresso, o Governo, os Tribunais e outros órgãos administrativos locais. Finalmente, as disposições complementares deveriam tratar de certos assuntos técnicos, como a mecânica relativa aos processos de revisão constitucional, a hierarquia das Leis ou certas particularidades em torno do mandato presidencial.

influências genéticas do futuro texto fundamental, destacando a consulta de *Les Constitutions de l'Europe Nouvelle* de Boris Mirkin-Guetzevitch (1928), onde o russo exilado em Paris prepararia um consistente apanhado sobre a maioria das Constituições emanadas da Europa do pós-Guerra¹⁵⁵. Em suma, e neste ponto julgamos ser bastante claro que, posicionando-se no debate sobre a edificação de novos regimes políticos, Salazar advogava a defesa de uma Nação forte (do ponto de vista jurídico), consagrada num regime anti-liberal, corporativo e autoritário, de forte predominância do executivo (Governo) sobre o legislativo (Parlamento), retirando o domínio parlamentar do sistema, fazendo depender o Governo do Presidente, e não das assembleias.

A construção da Constituição de 1933

Produto das notas que acabámos de analisar, uma primeira proposta de Constituição patrocinada pelo Ministro das Finanças será apresentada publicamente em Janeiro de 1932. Esta previa a existência de um sistema bi-cameral, com uma assembleia parlamentar e um Senado eleito 50% directamente pelos Chefes de Família¹⁵⁶, cabendo a Chefia do Estado ao Presidente da República, eleito para um mandato único através do voto orgânico de diversas administrações locais, municipais e provinciais, de diversas corporações económicas e morais, e de corporações coloniais (Araújo, 2007). A proposta expressava que «o Estado é Liberal, Social e Corporativo» e materializava a preocupação de apresentar uma solução constitucional que conseguisse agradar às diferentes famílias políticas interessadas em manterem-se politicamente activas dentro do novo quadro legal da *situação*, o que simultaneamente significou construir uma solução de compromisso implícito (e contraditório) entre um modelo corporativo (verificado, por exemplo, na eleição orgânica da presidência) e liberal (no sentido em que se mantinha a estrutura parlamentar herdada da República) (Araújo, 2007).

¹⁵⁵ Disto nos dá conta António Araújo, referindo ser este o volume que Quirino de Jesus teria pedido de volta a Salazar em carta de 8 de Novembro de 1932 (Araújo, 2007).

¹⁵⁶ Conjunto designado, na linha da Constituição de 1911, como «Congresso».

Não estranha assim que devido à evidente influência da Constituição de 1911 e à incapacidade de se apresentar a prometida ruptura ideológica, esta proposta tenha sido prontamente criticada por todos os quadrantes políticos da Ditadura. Assim, por exemplo, se por um lado o modelo eleitoral para a Presidência poderia agradar aos corporativistas, por outro em nada satisfazia Carmona e os seus apoiantes, que gozavam da legitimidade sidonista consagrada na eleição directa do Presidente. Para mais, a proposta de fixar mandatos únicos na Chefia do Estado teria sempre se ser entendida como uma manobra – da parte de Salazar – para menosprezar os resultados obtidos por Carmona em 1928 e de condicionar quer o futuro político como o lugar simbólico do Presidente na nova arquitetura constitucional, obrigando a que Carmona, no processo negocial que se antevia, se concentrasse mais na definição do papel da Presidência que em outras definições institucionais, deixando estas a serem tratadas e/ou negociadas com Salazar (Araújo, 2007)¹⁵⁷. Por outras palavras, julgamos que Salazar, consciente de que teria de condicionar Carmona de forma a este abdicar da liderança do processo constitucional (que tinha procurado obter através do CPN), construiu os parâmetros em torno da figura institucional da Presidência de forma a obrigar Carmona à negociação, pretendendo que o Presidente abdicasse de quaisquer pretensões institucionais aparte das meramente simbólicas, no caminho deixando a liderança do processo transitório entregue, sem competição, ao ministro das Finanças¹⁵⁸. Ficava assim evidente que Portugal não teria um modelo constitucional presidencialista ou *cesarista* de influência sidonista, nem seguiria a linha por exemplo levada em conta no modelo de transição polaco, que em torno da figura referencial de Pilsudski construiriam um «sistema de governo presidencial não porem à maneira americana, pois o Presidente da Polónia ficará com poderes mais amplos do que o Presidente dos Estados Unidos», modelo designado pelo professor Peretjatkowics de «Cesarismo democrático»¹⁵⁹.

¹⁵⁷ Ver ainda AOS/CO/PC – 1, pasta 1.

¹⁵⁸ Em disputa o modelo eleitoral para a Presidência e a possibilidade de Carmona poder apresentar novamente candidatura ao posto (em 1935), pois a lei eleitoral de 1928 fixava num mandato apenas a permanência na presidência (Decreto-Lei nº 15 063, 25 Fevereiro 1928,).

¹⁵⁹ Circular da Legação de Varsóvia de 12 Janeiro de 1935 para o MNE. Cf. Arquivo MNE.

Em todo o caso, julgamos clara a estratégia de Salazar em utilizar a questão presidencial como forma de condicionar Carmona; opinião aliás sintetizada por António Araújo quando reconhece que a manutenção de um sistema de sufrágio directo para a Presidência da República tem de ser entendida como mais «uma concessão de Salazar a Carmona e aos sectores civis e militares dele perto» (Araújo, 2007).

Estas necessidades de ajuste da legitimidade sistémica do Presidente, se bem que importantes na definição constitucional do novo Estado, devem ser entendidas à luz do equilíbrio político entre diferentes actores no seio da Ditadura. Já as críticas que provieram dos sectores da direita radical (e corporativista), que pretendiam uma ruptura total com o liberalismo da I República, pressupunham contornos ideológicos mais salientes e acutilantes, especialmente se se tomar em consideração as promessas subjacentes aos discursos mais radicais proferidos por Salazar entre 1928 e 1930, já referidos¹⁶⁰. Neste sentido, não é surpreendente que a proposta híbrida colocada a apreciação pública levantasse um agressivo coro de críticas da parte da direita radical, especialmente porque o prometido regime constitucional, corporativo e autoritário que inserisse o espírito da «Revolução Nacional» na contemporaneidade dos fascismos ficara, afinal, perdido na vacuidade discursiva de Salazar, lapso repetidamente criticado por puristas da Nova Ordem, nacionais primeiro, depois estrangeiros¹⁶¹. Em Portugal, talvez o principal interveniente contra esta proposta tenha sido José Pequito Rebelo, influente integralista de profundas convicções monárquicas, que, em carta pessoal a Salazar, criticava o carácter «excessivamente democrático» dos sistemas eleitorais previstos, visíveis não só na consagração eleitoral dos Chefes de Família como na eleição indirecta de alguns dos corpos administrativos (Pequito Rebelo, 1949). Complementarmente, Pequito Rebelo criticava ainda a «insuficiente e indeterminada» dimensão corporativista da

¹⁶⁰ Em concreto referimo-nos aos discursos de 27 de Abril, 1928 (“Condições da reforma financeira”, Salazar, 1928), de 21 de Outubro de 1929 (“Política de Verdade. Política de Sacrifício. Política Nacional”, Salazar, 1929), de 28 Maio de 1930 (“*Ditadura Administrativa e Revolução Política*”, Salazar, 1930a), e finalmente o discurso de 30 de Julho de 1930 (“Princípios Fundamentais da Revolução Política”, Salazar, 1930b)

¹⁶¹ Referimo-nos ao discurso da Sala do Risco de 28 de Maio de 1930, intitulado *Ditadura Administrativa e Revolução política* e ao da *Sala do Conselho de Estado*, proferido a 30 de Julho de 1930, intitulado *Princípios fundamentais da revolução política* (Salazar, 1930a, 1930b).

proposta de Constituição, o que na sua opinião poderia significar o restabelecimento de um regime pluri-partidário, que inevitavelmente significaria o «suicídio político e a negação dos princípios de 30 de Julho», apontamento também identificado pelo jornalista alemão Friedrich Sieburg na sua apreciação ao modelo salazarista (Sieburg, 1938)¹⁶². Na mesma linha insurgia-se Afonso Lucas, outro integralista, que – novamente em carta a Salazar – confessava não saber que conclusões retirar «do teu último discurso», como «concilia-lo com os 50% de sufrágio directo»¹⁶³ ou com o papel designado ao Parlamento, pois – questionava Lucas - «se os Partidos – ou facções da opinião pública – não têm lugar no Estado Novo, porquê então um lugar para eles na Assembleia Nacional?» (citado em Araújo, 2007)¹⁶⁴.

Estas críticas, provenientes de sectores informados, não podem ser consideradas surpreendentes, pois era bem evidente a distância entre os discursos públicos de Salazar e a proposta agora dada a consulta pública. Salazar havia prometido uma revolução nacional-constitucional que rompesse com o legado liberal e edificasse, inequivocamente, um Novo Estado Corporativo. E a proposta agora em debate não só representava um claro corte com estes enunciados como apresentava uma gritante falta de coerência ideológica com o passado público recente do (ainda) Ministro das Finanças. Sob estes pressupostos, eram mais evidentes as linhas de continuidade com a *Velha Ordem* que os traços da prometida *revolução administrativa*, pois se Salazar tivera verdadeiras intenções de edificar constitucionalmente os pressupostos teóricos elencados nos seus discursos de 1929-1930, como entendidos pelos corporativistas e integralistas, nunca deveria ter colocado à consideração instituições de matriz liberal como o Parlamento, ou considerado a manutenção de modelos de sufrágio directo e individual (embora restricto); ambas concessões necessárias para convencer os militares (republicanos) a lhe entregarem o poder. Para mais, a forma pouco consistente ou mesmo

¹⁶² Novamente a referência ao discurso da *Sala do Risco* de Salazar de 30 de Julho de 1930. Anos mais tarde, Pequito Rebelo diria durante a campanha eleitoral de 1949 (onde apresentaria candidatura oposicionista pelo distrito de Portalegre) que «a Constituição de 1933 simbolizava o descrédito dos princípios políticos devido à sua submissão aos princípios democráticos» (Pequito Rebelo, 1949).

¹⁶³ António Araújo identifica este discurso como sendo o que Salazar profere a 23 de Novembro de 1932, novamente na *Sala do Conselho de Estado*, aquando da primeira tomada de posse dos líderes da União Nacional, intitulado *As diferentes forças políticas em face da revolução nacional* (Salazar, 1932b; Araújo, 2007)

¹⁶⁴ Ver ainda AOS/CO/PC-5, pasta 1, folhas 38-39.

despreocupada como o ministro das finanças tratava nesta proposta alguns conceitos teóricos fundamentais (como a dicotomia cidadão eleitor / chefe de família para o acesso à plenitude política), quando – repetimos – havia demonstrado com tanto verbo e insistência a sua oposição à manutenção de quaisquer preceitos de matriz abstracionista liberal (defendendo alternativamente fórmulas de representação orgânicas), demonstravam claramente que não só não existia um modelo político completo, pré-definido e preparado para ser imediatamente aplicado uma vez no poder (Baldi-Papini, Robles, Biagi, entre outros), como expõem as deficiências metodológicas do solitário voo salazarista, demasiado elásticas quando comparadas com os formatos de obtenção do poder verificados em alguns países europeus. Demonstrava ainda não só as características políticas do consenso salazarista, como a distância entre as suas intenções e práticas legais e constitucionais. Aliás, como bem sintetizou Manuel de Lucena, a Constituição de 1933, do ponto de vista textual, poderia facilmente ser também utilizada em sistemas democráticos, bastando para tal que um decreto libertasse a oposição para livremente participar no processo político, o que prova a sua elasticidade e capacidade de adaptação *a fortiori* (Lucena, 1976a, 1976b).

As duras críticas provindas da direita corporativa e integralista, de certa maneira expectáveis, não se encontravam isoladas, pois a direita liberal criticará, também bastante, a proposta de Salazar. E inclusive a Igreja portuguesa manifestará o seu constrangimento com esta primeira proposta, por esta não colocar em lugar de destaque a tradição católica, como aliás deixou bem expresso o Cardeal Cerejeira em carta pessoal endereçada ao general Carmona¹⁶⁵. Das interpretações que a Igreja Católica fará do processo constitucional português nos dá conta a excelente tese da

¹⁶⁵ As relações de Salazar com a Igreja (Católica) não serão fáceis, mesmo apesar das características pessoais do professor de Coimbra. Somente em 1940, quando nova concordata é assinada entre o Vaticano e Portugal estas relações institucionais são regularizadas.

Na carta entregue por Cerejeira a Carmona, datada de 27 de Fevereiro de 1933, constarão as seguintes críticas: (1) ausência da referência divina no projecto constitucional, o que até outras repúblicas das mais democráticas e modernas fizeram; (2) falta de reconhecimento da liberdade e da independência da Igreja Católica «na sua esfera própria, de doutrinação e organização religiosa e moral e dos direitos de consciência católica, de expressão de pensamento, de culto, de ensino, de associação; (3) o não assumir que são «as ideias morais de origem católica» que constituem a «raiz das instituições fundacionais da nossa civilização europeia»; que a imposição a todos os cidadãos de um ensino «independente de qualquer culto religioso», como se houvesse «verdadeira educação moral sem qualquer noção religiosa». Cf. IANTT/AOS/CO/PC – 5 A e Almeida Carvalho, 2013.

Rita Almeida de Carvalho sobre a *Concordata de Salazar* (Almeida de Carvalho, 2013), impressionando no relato a capacidade de leitura política e estratégica do prelado português, sempre devidamente articulado com o Vaticano. Neste sentido, como aponta Almeida de Carvalho, apesar do Vaticano ter recebido positivamente a primeira versão da Constituição, em especial por esta eliminar «todas as disposições proibitivas e draconianas contra as ordens religiosas contidas na Constituição precedente» (Almeida de Carvalho, 2013), e dela ter destacado o seu «carácter anti-parlamentar, anti-liberal e [a] inspiração no sistema presidencial norte-americano» (como referido pelo Cardeal Secretário de Estado, Eugenio Pacelli, a 29 Maio 1932), Beda Cardinale informa a Santa Sé que a Constituição mantém a separação entre o Estado e a Igreja, colocando a religião católica ao mesmo nível das outras confissões religiosas, defendendo que se deveria tentar, junto do Governo português, que se retire «aquele carácter laico que ofende uma Nação na sua quase totalidade católica» (Almeida de Carvalho, 2013)¹⁶⁶. No seguimento desta recomendação, Beda Cardinale sugeriria ainda que «os Bispos portugueses façam chegar ao Governo as suas observações, o que terá sido feito, pois a 7 de Junho 1932 o Cardeal Secretário de Estado informava o Núncio em Lisboa que o Papa se mostrou muito satisfeito com a «melhoria significativa» do projecto de Constituição, acolhendo o Governo português as sábias sugestões apresentadas¹⁶⁷.

Sobre o processo constitucional português, e demonstrando apurado faro político, e capacidade de se posicionar estrategicamente, a Santa Sé reconhecia que Portugal tinha um Presidente da República designado na prática pelos militares, «na sua maioria maçónicos», um Governo «sustentado por monárquicos», e um Presidente do Conselho católico («quando era professor em Coimbra, colega e comensal do agora Cardeal Cerejeira, dizia-se que não se sabia qual dos dois era mais devoto») que, tendo ganho fama com a sua política financeira, mandava «quase tanto como Carmona», de tal modo que os «militares maçónicos, para apoiarem o Presidente, têm de apoiar o ministro Católico»¹⁶⁸. Neste sentido, e com

¹⁶⁶ ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 368, P.O., fasc. 11, fls. 36-70. Cf. Almeida Carvalho, 2013.

¹⁶⁷ ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 368, P.O., fasc. 11, fls. 36-70. Cf. Almeida Carvalho, 2013.

¹⁶⁸ *Apontamento sobre uma Possível Concordata e sobre a Situação das Dioceses em Portugal e nas Colónias*, ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 368, P.O., fasc. 11, fls. 36-70. Cf. Almeida de Carvalho, 2013.

tamanhas condicionantes, o Governo português não poderia ter ido mais longe no que dizia respeito ao estatuto da Igreja em Portugal porque havia que evitar a oposição dos anti-clericais e dos maçónicos que apoiavam Carmona (Almeida de Carvalho, 2013)¹⁶⁹. Assim, no entendimento da Igreja Católica, a «autoridade governativa» portuguesa, «insegura de si pela obstinada oposição dos integralistas e de todos os partidos de esquerda, não ousou propor ao País uma Constituição decididamente católica»¹⁷⁰; constatações que no entanto não terão impedido críticas aquando da publicação do projecto de Constituição em Fevereiro de 1933, por intermédio de Cerejeira e pela mão do nuncio Beda Cardinale, este apontando a falta de destaque do papel da Igreja Católica, a manutenção da laicidade do Estado, e a falta do nome de Deus no juramento do Presidente, tido como «falta de coragem, que não honra a actual Constituição e quem a fez» (Almeida de Carvalho, 2013)¹⁷¹.

Do campo republicano-liberal, um dos ataques mais ferozes à proposta constitucional proveio de Cunha Leal, que, depois de inicialmente ter apoiado os intuitos dos *Homens de Maio*, se foi afastando do terreno da Ditadura na medida em que Salazar se acostumava aos corredores do Poder. Do seu exílio em Espanha, e sem grande impacto, Cunha Leal anunciaria a sua solução para o trânsito constitucional em curso, publicando no Verão de 1931 as suas sugestões num pequeno livro intitulado *Ditadura, Democracia ou Comunismo. O problema português* (Cunha Leal, 1931). Neste conciso texto, Cunha Leal propunha que o novo sistema político português deveria consagrar uma evolução dentro do enquadramento jurídico republicano consagrado nas constituintes de 1911, prevendo a manutenção da eleição directa de uma câmara legislativa (por sufrágio directo e com representação proporcional) e um semi-eleito Senado (com um quarto dos seus representantes provenientes de representações de classe e profissão). Mantinha ainda Cunha Leal a forte predominância parlamentar, onde, à semelhança

¹⁶⁹ Apontamento de Antonio Colonna, «importante Monsenhor da Secretaria de Estado do Vaticano», de conversa com o reitor do Colégio Português de Roma, Monsenhor Porfírio da Silva Mendes Cordeiro. Cf. Almeida de Carvalho, 2013.

¹⁷⁰ ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 384, P.O., fasc. 11, fls. 63-64. Cf. Almeida Carvalho, 2013.

¹⁷¹ ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 368, P.O., fasc. 146, fls. 2-115. Cf. Almeida Carvalho, 2013.

da I República, o Governo ficaria dependente da Assembleia, podendo esta não só demitir ministros como todo o Governo.

Um outro impacto desta primeira proposta seria o artigo que Paulo Osório, adido de imprensa da Legação de Paris, publicará em Setembro de 1932 nos *Cahiers de L'Union Européene*, um dos primeiros sobre o processo constitucional português na imprensa internacional, neste caso especializada (e baseado na proposta de Constituição que acabámos de apreciar). Em nossa opinião este artigo terá algum impacto pois será apresentado como fonte por muitos articulistas estrangeiros, invés da versão do sistema político português colocada em vigor em 1933, como veremos. Escrevendo sobre o debate, Paulo Osório referiria que a eleição do Chefe do Estado seria efectuada directamente por sufrágio directo pelos chefes de família, e que «a Assembleia Nacional terá uma constituição o mais conforme possível à da Nação organizada», com «origens essencialmente municipalistas e populares», o que não seria verdade (Osório, 1932)¹⁷². Sobre os processos eleitorais, afirmava ainda que «o Presidente da República será eleito por um período de sete anos, não reelegível» e que a Assembleia Nacional seria «composta de 90 deputados eleitos por quatro anos, metade por sufrágio directo, outra metade pelos corpos administrativos e os colégios corporativos coloniais» (Osório, 1932), ambas disposições que não encontrarão impressão no texto constitucional de 1933. Apesar de ter sido este um texto em certa medida introdutório, ou pelo menos provisional no sentido em que pretendeu expor o debate a acorrer em Portugal, não encontrámos nem do autor nem no periódico algum texto que actualizasse o que aqui apreciamos ou que apresentasse a versão final de Março de 1933. Tal, julgamos, justificará algumas apreciações manifestamente mal informadas no que respeitasse à Constituição portuguesa de 1933, sendo frequentes as interpretações baseadas neste artigo de Paulo Osório.

¹⁷² Ainda sobre a Assembleia Nacional diria que esta teria essencialmente «funções deliberativas» pois fora criada «uma Câmara Corporativa composta pelos representantes dos interesses sociais em todos os seus aspectos de ordem administrativa, moral, cultural e económica, que se destina a estudar as propostas e projectos de lei antes da sua discussão na Assembleia Nacional» (Osório, 1932).

Em todo o caso, estas críticas e contra-propostas produziram efeitos imediatos, e logo em 22 Fevereiro de 1932, durante reunião do Conselho de Ministros, a proposta constitucional foi revista, especialmente no que respeitava os seus processos eleitorais. Desta revisão aceitaram-se essencialmente as pretensões presidenciais respeitantes às condições técnicas da eleição do Presidente da República (agora eleito directamente), assim como as respeitantes à definição do corpo eleitoral para as eleições presidenciais e parlamentares, deixando Salazar cair a proposta de consagrar um sistema corporativo dominado pelos chefes de família, agora substituídos pelo conceito liberal de cidadãos-eleitores¹⁷³. Também a arquitectura institucional de cariz representativo sofreu importantes alterações, desaparecendo o Senado (substituído por uma câmara profissional auxiliar, a Câmara dos Representantes), e deixada cair a ideia de «Congresso»¹⁷⁴. De acordo com António Araújo, «após se haver decidido abandonar o sistema bicameral provindo da I República, na sequência da reunião do Conselho de Ministros, a estruturação do Parlamento foi um dos problemas mais complexos que se colocaram na génese do sistema de governo da Constituição do Estado Novo» (Araújo, 2007), defendendo Salazar a manutenção de uma estrutura parlamentar, entendendo que esta deveria «traduzir a mesma preocupação de unidade no plano nacional», e neste sentido composta «por um grupo de pessoas, já não preparadas para deliberar separadamente, como na Câmara Corporativa, mas para realizar obra de conjunto, em todos os momentos de acção política» (Ferro, 1933; Araújo, 2007). Salazar acrescentaria a estas notas, nas entrevistas com Ferro, que a Assembleia Nacional, com as suas características liberais, havia sido uma concessão necessária, se bem que considerada como uma experiência temporária, pois esperaria que rapidamente as condições culturais do País possibilitassem a instauração de um Estado Corporativo (puro) (Ferro, 1933), intenções ainda mantidas depois da segunda Guerra Mundial (Almeida de Carvalho, 2004).

¹⁷³ De acordo com António Araújo, estas mudanças foram introduzidas por Salazar na reunião do Conselho de Ministros (marcada para debater os assuntos pré-constitucionais) de 22 de Fevereiro de 1932 (Araújo, 2007).

¹⁷⁴ AOS/CO/PC-5, pasta 1, folhas 73-97 e AOS/CO/PC-5, pasta 2, folhas 289-343.

Esta segunda proposta, apesar de abandonar alguns dos traços liberais do projecto inicial, e de afastar a dinâmica revisionista em relação ao texto de 1911, mantinha todavia ainda fortes preceitos liberais, nomeadamente na reafirmação do conceito de cidadão-eleitor em detrimento do chefe de família *corporativo* na definição do acesso à capacidade política electiva (e passiva)¹⁷⁵. Neste sentido, julgamos evidentes as preocupações de Salazar em encontrar uma fórmula adequada que conseguisse congregiar em torno do seu proposto modelo as diferentes *direitas e forças vivas* da Ditadura e sociedade conservadora portuguesa, sabendo que deveria colocar sempre em primeiro lugar as ambições pessoais de Carmona. Neste contexto, agindo mais como um político veterano do que como um ideólogo purista, Salazar tinha plena consciência que poderia antagonizar mais facilmente a direita radical que a ala liberal. Neste prisma, não estranha que imediatamente após ter sido nomeado Presidente do Conselho, em Junho de 1932, a principal preocupação dos seus discursos tenha sido não no imperativo de romper com a tradição constitucional lusa, ou de a substituir por um Estado autoritário-fascista moderno, mas antes na necessidade de pacificar e integrar politicamente as principais forças políticas da Ditadura no novo cenário institucional em vias de institucionalização¹⁷⁶. Simultaneamente, esta visível adaptação discursiva, comprova que na génese do Estado Novo, a capacidade de Salazar em conseguir aliar a sua dinâmica pessoal às suas qualidades negociadoras foram determinantes na construção de uma proposta equilibradora que permitisse o enquadramento das diversas direitas dentro do *seu* Estado Novo, o que testemunha a cristalização do processo de transformação de um auto-intitulado técnico apolítico e naïf num cínico e maduro mestre nas artes da Política, alguém capaz de simultaneamente jogar em diferentes xadrezes políticos, da Presidência aos integralistas, dos militares aos civis, dos monárquicos aos liberais, articulando com mestria esta complexa rede de interesses diversos, sabendo todos canalizar no serviço das suas ambições.

¹⁷⁵ A manutenção destes pressupostos é parcialmente explicada devido ao forte predomínio da ala liberal-conservadora no topo da hierarquia da Ditadura Militar, em especial em torno de Carmona.

¹⁷⁶ Como já referimos, em 1932 Salazar endereça os Militares e as diferentes famílias políticas em dois momentos diferentes, discursos que demonstram bem esta adaptação.

Esta versão revista e adaptada às pretensões da direita conservadora, publicada por altura do sexto aniversário da Revolução de Maio mesmo contra a jactância dos principais directores de jornais nacionais¹⁷⁷, não contemplava ainda a possibilidade de reeleição do titular da Presidência, carta colocada ainda fora do baralho e habilmente utilizado por Salazar para consolidar a sua ascensão ao trono do poder político. Ou seja, mantinha-se acesa a dinâmica valsa constitucional entre Salazar e Carmona, dança interrompida nos seus últimos compassos pela abrupta intromissão de Vicente de Freitas, que da presidência da Câmara Municipal de Lisboa (posto de recobro depois do seu afastamento da Presidência do Conselho) procurará liderar a derradeira investida liberal contra os propósitos de Salazar, como veremos. Entretanto, pouco depois do sexto aniversário da revolução, a 28 de Junho de 1932, Salazar é finalmente convidado a chefiar o Governo, substituindo o general Domingues Oliveira, significando não só que a Ditadura esgotara as suas soluções castrenses, como finalmente era possibilitado ao ‘civil Salazar’ arrogar-se das rédeas do poder¹⁷⁸. Complementarmente, numa coincidência histórica de impacto significativo, a 2 de Julho falece sem descendência, no seu exílio britânico, D. Manuel II, anulando quaisquer pretensões de restauração monárquica, pelo menos uma ligada à descendência directa do Rei deposto em 1910¹⁷⁹; acontecimento que não só libertaria parte da elite monárquica para apoiar definitivamente a *situação* como indirectamente colocaria (ainda) mais pressão no topo da Ditadura para finalmente resolver o interlúdio constitucional vivido desde 1926.

A publicação da segunda proposta inaugura o último acto do drama constitucional em curso, provocando uma (última) reacção liberal, agora pela pena

¹⁷⁷ Somente depois de Salazar os ter pessoalmente convidado para uma reunião privada, acordaram os directores dos jornais em publicar a proposta do governo.

¹⁷⁸ O convite para Salazar assumir a Presidência do Conselho de Ministros, aparte de o consolidar como um dos principais actores políticos nacionais, foi também um momento histórico na história da Ditadura Militar, pois permitiu, pela primeira vez, que um civil assumisse as rédeas governamentais; e, de acordo com o diário de Leal Marques – Chefe de Gabinete de Salazar entre 1928 e 1940 -, um momento politicamente muito intenso, pois Salazar ainda contava com fortes adversários no seio da situação, nomeadamente na figura do antigo Presidente do Conselho, em 1932 Edil da Capital, e responsável pelo convite a Salazar (em 1928), José Vicente de Freitas. Sobre a formação do primeiro governo de Salazar ver Fátima Patriarca (Patriarca, 2006)

¹⁷⁹ D. Manuel II encontrava-se no exílio (no Reino Unido) desde 1910. O corpo do último Rei de Portugal chegará a Lisboa a 2 de Agosto de 1932, tendo sido promovida uma homenagem de Estado e um funeral público, com toda a pompa e circunstância protocolar. D. Manuel II será enterrado no Panteão Nacional.

de Vicente de Freitas, que irá procurar intervir junto a Carmona expondo-lhe os seus desideratos e proposta alternativa. O Presidente, bem consciente do significado de tal solicitação, e alegando motivos de saúde, recusará a visita, deixando ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa poucas alternativas institucionais. Assim manietado, o edil lisboeta decidiu procurar apoio em alguma da imprensa liberal para intervir publicamente no delicado tema, encontrando refúgio no diário *O Século*, que na sua edição de 12 de Fevereiro de 1933 estamparia um longo texto de sua autoria. A publicação no diário lisboeta, que indirectamente contara com o apoio tácito e anuência da parte de Carmona, serviu naturalmente para colocar pressão sobre Salazar (também informado sobre a solicitação de visita da parte de Vicente de Freitas a Carmona), que ainda não revira na sua proposta constitucional os preceitos relativos à reeleição presidencial. Neste longo artigo directamente endereçado a Salazar, o ainda Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, partilhando da opinião de que o País não se encontrava pronto para um novo regime constitucional¹⁸⁰, acusava o Presidente do Conselho de procurar apressar o processo de institucionalização da Ditadura militar.

Em alternativa proponha a eleição de uma Assembleia com poderes constituintes, com espaço alargado para a participação de diversas facções políticas, proposta que, entre outras dimensões, procurava contestar o previsto monopólio da participação política em torno da União Nacional, projecto de Partido Único apresentado em 1930¹⁸¹. Adicionalmente, a proposta de Freitas propunha um sistema presidencialista com duas câmaras eleitas directamente, um Parlamento assumidamente de matriz liberal e uma Câmara Corporativa de características profissionais. Na senda da Constituição de 1911, cabia ao Parlamento grande parte dos poderes legislativos, e não ao governo, como Salazar propunha, poderes que a Assembleia acumulava com a capacidade de validar a actividade governamental

¹⁸⁰ Esta não era somente a opinião de Vicente de Freitas. Outros partilhavam a ideia de que o povo português não se encontrava ainda preparado para aceitar o novo regime, bem como as suas novas instituições e procedimentos constitucionais. Fezas Vital foi um dos que partilhou esta ideia, como afirmou em entrevista ao *Diário de Notícias* a 1 de Julho de 1932.

¹⁸¹ Na opinião de Vicente de Freitas, a União Nacional, por ser uma experiência demasiado personalizada na figura de Salazar, e uma criação administrativa de topo, rapidamente se tornaria num partido de oligarcas e de redes clientelares, afastando-se do propósito desejado de se construir um partido verdadeiramente nacionalista, unânime na persecução do interesse nacional.

através de audiências parlamentares, ao governo como um todo, ou a ministros em concreto. A Câmara Corporativa era também dotada de alguns poderes de iniciativa legislativa, proposta que se diferenciava também da de Salazar, que contemplava apenas poderes técnico-consultivos à sua câmara profissional. A reacção de Salazar à afronta pública (e política) de Vicente de Freitas foi imediata, tendo o Presidente do Conselho visitado o Chefe do Estado em Cascais no dia seguinte¹⁸². Depois da reunião, reuniu com o Conselho de Ministros, com quem trabalhou nova solução para a questão presidencial, onde a insistência na manutenção do detalhe acerca da impossibilidade da reeleição do Presidente foi prontamente abandonada, conquistando definitivamente o bom lado de Carmona, colando-o ao processo constitucional. Vicente de Freitas seria demitido da presidência da Câmara Municipal de Lisboa. Finalmente a nova Constituição encontrara o desejado equilíbrio entre o republicanismo conservador de Carmona e o autoritarismo corporativo de Salazar. Faltava apenas legitimar o novo texto, tendo o governo decidido seguir a fórmula plebiscitária levada a cabo na eleição presidencial de Carmona de 1928 (que por sua vez seguira o modelo sidonista)¹⁸³.

O texto, colocado à aprovação pública através de um «referendo restrito aos cidadãos que soubessem ler e escrever, o que excluiu do voto mais de metade de população» (*The Times*, Fevereiro 1935), confirmava o processo de negociação constitucional: eleição directa por voto de cidadãos-eleitores para a Presidência da República e para a Assembleia Nacional; voto indirecto e orgânico para os órgãos administrativos (Poder Local) e Câmara Corporativa. Os códigos eleitorais não se encontravam constitucionalizados, mas antes objecto de legislação futura¹⁸⁴. A apreciação do Plebiscito, método bastante frequente à época (Grécia, Roménia), seria reportada um pouco por todo o mundo, como nos indica novamente António

¹⁸² Em nossa opinião, é bem possível que Salazar e Carmona tenham acertado os detalhes sobre a questão presidencial nesta reunião.

¹⁸³ O modelo eleitoral plebiscitário, bastante apreciado na Era dos Fascismos, procurava resolver através da consulta directa com a população (eleitora) a dependência dos partidos nos processos de legitimação eleitoral, assim conectando a Nação directamente com as instituições políticas; processo, aliás, seguido um pouco por toda a Europa, em especial depois da reforma parlamentar italiana de 1928 ter consolidado como modelo de legitimação popular e institucional o plebiscito. Em Itália, o modelo plebiscitário seria utilizado nas eleições de 1929 e 1935.

¹⁸⁴ O Código Eleitoral foi publicado no Decreto-Lei 24 631 de 6 de Novembro de 1934, para as primeiras eleições parlamentares do *Estado Novo*.

Araújo através dos recortes e informes da diplomacia portuguesa, com destaque para a imprensa espanhola, belga, sueca, romena, suíça, norueguesa, polaca, holandesa, brasileira, italiana francesa, cubana, chinesa (Araújo, 2007). Em 1933, como justamente referimos, a Constituição seria aprovada por Plebiscito nacional, em 1934 realizadas as primeiras eleições gerais para a Assembleia Nacional, e em 1935 (re)eleito Carmona para a Presidência da República, concluindo assim o círculo de legitimação das novas instituições de cariz representativo do Estado Novo. Em 1936 o modelo português era já amplamente admirado pela Europa conservadora e autoritária, como veremos. E em 1937, respondendo a um desafio de uma editora francesa, um pequeno livro intitulado *Comment on relève un État* procuraria apresentar o processo constitucional português como um exemplo de transição para modelos autoritários-nacionalistas complementar ao fascismo e nazismo, tema que abordaremos adiante neste trabalho.

Uma curta radiografia político-constitucional da Europa de 1935.

Não existem estudos comparados que nos permitem apreciar as dinâmicas de construção constitucional com o detalhe com que apreciamos o caso português, apesar de recentemente a tese de Pedro Velez abordar o tema do constitucionalismo comparado nos regimes nacionalistas do entre-guerras (Velez, 2016). Em todo o caso, uma breve apreciação comparativa permite, novamente, inserir o caso português dentro da sua contemporaneidade, pois entre 1931 (data do início dos trabalhos constitucionais) e 1935 (eleição de Carmona) foram diversos os países europeus que desencadearam debates constitucionais, procurando, através da revisão das suas arquitecturas institucionais, no início dos anos 30, construir respostas eficazes ao desarranjo económico-social desencadeado pela crise de 29, e que requeria, entre outras medidas, uma mais eficaz intervenção dos Estados (e governos) na vida política e económica. É este o teor do debate em França (1934) ou na Checoslováquia (1932-34), países que se manteriam como democracias liberais. Espanha entrará em guerra civil a partir de Julho de 1936; a Itália havia já consolidado o desmantelamento do Estado liberal e instaurado (e conceptualizado) um Estado Fascista, caminho também seguido pela Alemanha sob o manto nazi

(1933). Entre 1932 e 1934 a Áustria, país muito afectado pela crise de 29 (e que, ao contrário de Portugal, colocara avolumado empréstimo nas principais praças internacionais), e a braços com forte crise política, instauraria um Estado corporativo e autoritário, consagrado na Constituição de 1934, ano em que na Bulgária um golpe Estado levaria à instauração de uma monarquia autoritária, liderada primeiro por Kimon Georviev, depois assumida pessoalmente pelo rei Boris. Esta seria uma situação bastante similar à romena sob tutela de Carol II que, fruto da forte instabilidade interna nos anos 30, assumiria constitucionalmente as rédeas do poder quando a Constituição autoritária de 1938 substituiu a liberal de 1923. A outra monarquia balcânica (aparte da Grécia, que já veremos), a Jugoslávia, definiria o seu desenho institucional do entre-guerras em 1931, depois da constituição liberal de 1921 (aprovada em Constituinte) ter sido suspensa pelo rei Alexandre em Janeiro de 1929, altura em que proclamou uma ditadura pessoal, consagrada constitucionalmente em 1931, como referimos. Alexandre seria assassinado em Marselha em 1934, sendo sucedido no trono pelo seu filho (menor) Pedro II, cabendo a regência ao primo de Alexandre, o Príncipe Paulo, que governaria sem mais alterações constitucionais até à invasão alemã em 1941. O ano de 1934 assistiria ainda aos golpes de Estado na Estónia e Lituânia. Na Estónia Constantin Päts, aprovaria nova Constituição, de índole corporativa, em 1936; processo seguido por Kārlis Ulmanis na Letónia, apesar de neste caso a Constituição (de 1922) ter apenas sido suspensa sem que novo corpo legal a substituísse. Em situação semelhante encontrava-se a Hungria, que regida de forma autoritária pelo Almirante Miklós Horthy desde 1920, nunca validou uma nova Constituição durante o período do entre-guerras, emitindo antes um conjunto de ‘decretos constitucionais’¹⁸⁵. Como nos casos da Estónia e Letónia, também os desenvolvimentos político-constitucionais da Polónia e da Lituânia, os *gémeos de 26*, se cruzaram, pois não só ambos os países foram objectos de golpes de estado no mesmo ano (1926, primeiro o polaco), como seguiram o mesmo lento processo de constitucionalização, primeiro abolindo os textos liberais e colocando em vigor articulados provisórios (Polónia ainda em 1926, Lituânia em 1928), e somente depois de largos anos de interregno

¹⁸⁵ Também a Hungria oscilava entre a direita conservadora e a radical, sendo disto bons exemplos os governos de Gyula Gömbös (até 1936) e de Imrédy Béla de 1938, como veremos mais tarde.

(como em Portugal) aprovaram novas Constituições, devidamente enquadradas na matriz autoritária dos anos 30 (a Polónia em 1935, a Lituânia em 1938). Finalmente, a Grécia, alternaria entre monarquia e república, até à tomada do poder pelo General Metaxas a 4 de Agosto de 1936. As monarquias não balcânicas, ou seja, Inglaterra, Bélgica, Holanda, Suécia, Noruega e Dinamarca, apesar de embrulhadas no debate constitucional entre liberalismo e autoritarismo (em especial a Bélgica), conseguirão prevenir que os braços do fascismo as atingissem¹⁸⁶.

Esta mesma apreciação de teor político-constitucional, em jeito de radiografia, foi produzida por Karl Loewestein, filósofo e cientista político de origem alemã, exilado a partir de 1933 nos Estados Unidos da América e que, em Agosto e Outubro de 1935 publicaria na *The American Political Science Review* dois longos artigos de análise ao conflito entre a autocracia e a democracia na Europa (Loewestein, 1935a, 1935b). No seu primeiro texto Loewestein identificava claramente dois campos antagonistas, no que se referia à corrente prática institucional e ideais políticos subjacentes às práticas governativas: o democrático e liberal, ainda verificável no Reino Unido, Irlanda, França, Bélgica, Holanda, Noruega, Dinamarca, Suécia e Finlândia, a Suíça e a Checoslováquia; e o autocrático, no poder na Rússia, Turquia, Alemanha, Itália, Áustria, Polónia, Jugoslávia, Bulgária, Roménia, Hungria, Portugal, a Estónia e Letónia, bem como a Espanha e a Grécia, apesar destas ainda nominalmente manterem em preceitos constitucionais liberais (Loewestein, 1935a). Sobre a contemporaneidade deste confronto, diria que se «há duas décadas, o debate era elevado sobre o valor das monarquias, e as democracias parlamentares pareciam ser uma solução inescapável. No presente, a democracia encontra-se em todo o lado na defensiva e a vitória da autocracia parece tão inevitável como antes a aceitação universal da democracia», identificando que a «reação contra a democracia do pós-guerra foi violento e quase universal», como provara aliás «a cronologia do progresso das ditaduras: Rússia (1918), Hungria

¹⁸⁶ Sobre este ponto ver os excelentes artigos de Karl Loewestein sobre estratégias de combate ao fascismo também no *The American Political Science Review*, com o título “Militant Democracy and Fundamental Rights I e II” (Loewestein, 1937 a, 1937b). Para uma análise jurídica contemporânea das alterações constitucionais no período entre-guerras, como foco na Europa Central e de Leste, ver de Pedro Velez *Das Constituições dos Regimes Nacionalistas do Entre Guerras* (Velez, 2016).

(1919), Turquia (1920), Itália (1922), Portugal (1925 sic), Polónia (1926), Jugoslávia (1929), Alemanha (1933), Áustria, Estónia e Bulgária (1934)» (Loewestein, 1935a).

Para mais, o cenário pós crise de 1929 havia tornado a «Autarcia económica nacional» a palavra favorita para muitos governos, implicando tal premissa «promover formas de planeamento económico centralizado» (Loewestein, 1935a). Esta questão, sobre a capacidade interventiva dos Estados / Executivos no plano económico era, para Loewestein, decisiva para se entender não só a atracção dos modelos fascistas / corporativos / autoritários / autocráticos, como para contextualizar a transversalidade do debate constitucional nos anos 30, até porque a «intervenção governamental é considerada em todo o lado como indispensável, mesmo se a mesma assuma a forma de um *New Deal*, ou apenas um planeamento económico que ofereça pouco mais que os prospectos psicológicos de restauração da confiança», ângulo de análise onde, para o autor, «as diferenças entre o *New Deal* e o corporativismo italiano são secundárias» (Loewestein, 1935a). Considerando apenas como significativos os eventos pós 29, assim desconsiderando o impacto do movimento contra-revolucionário dos anos 20, o alemão adicionava a leitura de que «toda a intervenção de actividade governamental sobre um largo território necessita uma maquinaria burocrática centralizada expurgada de influência da esfera privada» que substitua o «auto-governo económico por regulação estatal e regulamentação». Assim Loewestein concluiria que qualquer «autoridade eficaz desenhada para propósitos económicos é inconsistente com a existência de controlo democrático de governos», uma vez que «a democracia é nada menos que o compromisso entre diversos interesses da opinião pública racionalizados nas formas do sistema de trocas entre partidos políticos, num contexto parlamentar», facto que auxilia a explicação da expansão do «tipo moderno de cesarismo pseudo-plebiscitário» (Loewestein, 1935a). Neste sentido, considerava ainda que a «ideia de uma ordem corporativa do Estado», sendo «pioneira para a transformação das instituições liberais e democráticas em novas formas de governo autocrático», implicava como «o primeiro passo no estabelecimento da nova ordem» a «supressão dos parlamentos e do debate democrático», bem como o «extermínio dos partidos políticos e da livre expressão

da opinião pública e política (inevitável condição para a efectivação de planeamento económico), assim «muitíssimo facilitada pela eliminação de resistência política da opinião pública, organizada em partidos políticos)» (Loewestein, 1935a).

No restante artigo, Loewestein discorreria sobre as técnicas fascistas de tomada do poder (via legal, violência política, líderes carismáticos e uso de propaganda de massas, antagonismo e rápida supressão dos adversários políticos), criticando por um lado o elevado grau de pacifismo da maioria dos sistemas democráticos, pouco ou nada preparados para liderem e/ou controlarem estas ameaças¹⁸⁷, enquanto por outro lado colocaria em relevo a falta de cultura política, ausência de historial democrático e o nível geral de educação da população em muitos dos (novos) países. Em concreto diria que na Jugoslávia, o Rei Alexandre tinha introduzido um regime ditatorial, pois tivera a «impressão de que somente com o extermínio do sistema parlamentar» se conseguiria controlar a animosidade entre sérvios e croatas, sendo que o estabelecimento de uma ordem ditatorial serviria os «propósitos da integração nacional», sentimento similar seguido por Pilsudski, na sua procura de criação de uma nova comunidade através da concentração de «poder nas mãos de uma autarcia apoiada pelo exército» (Loewestein, 1935a). Questões relacionadas com o posicionamento geopolítico (proximidade da URSS) tinham levado a que a Bulgária, Letónia e Estónia também tivessem transacionado para modelos autocráticos, acrescentando no caso Búlgaro os factores de se encontrar na (instável) zona do Danúbio, e ter pertencido ao lado que perdera a guerra de 1914-18 (Loewestein, 1935a), ao que acrescentaríamos as questões ligadas à necessidade de construir novas comunidades e identidades nacionais. No seu segundo artigo, Loewestein iria apreciar, caso a caso, as transformações constitucionais (e respectivos debates) em cada um dos países europeus (e não só), que por já a termos apreciado não repetiremos. Terminando a sua profunda análise, diria, como conclusão, que a falência de uma das principais ditaduras no espaço europeu deveria ser fatal para todas as outras, porque «a

¹⁸⁷ Sobre este tema, aliás, Loewestein escreveria novo duplo artigo, em Junho e Agosto de 1937, onde exploraria as dimensões da *Democracia militante e direitos fundamentais*, apresentando uma análise, e mapa comportamental, para que regimes democráticos consigam travar a ascensão de movimentos/partidos fascistas, providenciando vários exemplos (como os seguidos pelos países nórdicos, a Holanda, Bélgica, Suíça ou a Checoslováquia) (Loewestein, 1937a; 1937b).

aparente estabilidade das ditaduras descansa na assunção de que a autarcia se entrincheirou a ela mesma como forma definitiva de governo» (Loewestein, 1935b). Assim se um destes regimes fosse «desmantelado, por rebelião interna (o mais provável), ou por falhanço na sua política externa (que levaria a uma revolução interna)», a autocracia sofreria uma provável perda de prestígio que a médio prazo seria inevitável a substituição por formas de governos mais liberais e democráticas em todos os outros Estados ditatoriais» (Loewestein, 1935b). Uma previsão nunca concretizada, pois somente a II Guerra Mundial poria termo a (algumas) das ditaduras do espaço europeu, em alguns casos substituindo-as por outras, de sinal ideológico contrário.

Em todo o caso, para terminar este capítulo, e como tivemos oportunidade de ir observando, o processo de negociação constitucional do Estado Novo foi extenso e duro, reflectindo as dificuldades que Carmona e Salazar, os principais artífices políticos da transição portuguesa, tiveram de ultrapassar para conseguirem construir um modelo político que conseguisse, pelo menos, o apoio mínimo das diversas forças políticas que ondulavam no seio da Ditadura Militar. Vimos ainda como nas diferentes versões da Constituição portuguesa de 1933 foram testados vários modelos políticos, uns mais próximos da experiência liberal da I República, outros com características corporativas mais vincadas. Neste sentido, Salazar nunca apresentou um modelo que pudesse consagrar a arquitectura constitucional prometida nos seus discursos de 1930, e o facto das suas notas constitucionais deixarem (muito) em aberto os caminhos para a constitucionalização do Estado Novo somente confirma que o Ditador português nunca teve um modelo totalmente definido (ou dele estava disposto a abdicar para se manter no poder), mas apenas um conjunto de linhas gerais que calmamente gerissem o processo de decantação do 28 de Maio (Lucena, 1976), afinando-as de acordo com as circunstâncias políticas da ocasião (nomeadamente as decorrentes do seu «confronto» com Carmona e com a sua visão da legitimidade liberal). Assim, quando Salazar refere a António Ferro, nas entrevistas de finais de 1932, que «legislasse eu em Inglaterra e o meu trabalho seria completamente diferente», referia-se à falta de cultura política e educação

cívica da generalidade do povo português, incapaz deste modo de operar num modelo parlamentar de matriz liberal e democrática, que – na opinião de Salazar – quando transportado para o caso português (como durante a I República) apenas privilegiaria a vontade dos Partidos Políticos, em detrimento da Nação.

A Constituição de 1933 ecoa ainda os resultados finais da disputa entre a facção de Salazar e Carmona pelo controlo político dos destinos do Estado Novo, uma disputa que terminaria num empate técnico, uma vez que ambos os actores entenderam que necessitavam um do outro para operar uma transição constitucional tranquila que instaurasse um regime duradouro assente, pelo menos durante os seus anos formativos, na liderança dual de dois líderes carismáticos: Carmona e Salazar. Finalmente, a Constituição de 1933 espelha ainda um conjunto de características híbridas que reflectem o equilíbrio acordado entre as diferentes forças políticas dentro da Ditadura Militar, nomeadamente os republicanos liberais e o integralistas corporativistas, numa perspectiva totalmente pragmática (e pouco programática) que tinha a vantagem de simultaneamente não desagradar ou totalmente agradar as principais forças políticas: a direita liberal poderia encontrar satisfação na eleição directa do Parlamento e do Presidente da República pelo voto de cidadãos-eleitores, e os corporativistas com a institucionalização de uma Câmara Corporativa, eleita por voto orgânico, e com o modelo eleitoral para os órgãos administrativos. No campo da “Situação” apenas os puristas e fanáticos anunciaram o seu descontentamento. Os restantes iriam se acomodar. Com este texto legal definido, o regime abastecia-se de um dos seus principais pilares de propaganda (internacional), a adicionar às características do ditador e das suas realizações financeiras. Bases que procuraria depois apresentar com cuidada estratégia a uma audiência seleccionada. É o que veremos na próxima parte.

Parte 2: Mecanismos de propaganda e estratégias de difusão da narrativa do Estado Novo.

Como tivemos oportunidade de verificar na Primeira Parte deste trabalho, quando Salazar assumiu formalmente a liderança do governo português, em Junho de 1932, as suas intervenções nas finanças públicas haviam-lhe granjeado algum reconhecimento internacional, em especial no campo das direitas conservadoras e autoritárias, impressionando uma audiência devastada com as consequências financeiras, económicas e sociais do *crash* de 1929. Com nome consolidado e créditos públicos validados, Salazar procuraria por uma maior visibilidade intelectual e um papel mais activo na política europeia, especialmente porque se via como um doutrinador, como um professor que tivera a oportunidade de promover uma regeneração espiritual da alma portuguesa e colocar em movimento uma revolução conservadora (nacionalista) em Portugal. E agora ambicionava ensinar a Europa, providenciado um mapa detalhado para substituir as instituições liberais por um autoritarismo corporativista filosoficamente alicerçado na doutrina em torno das Encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*. Para estes propósitos, perfeitamente consciente da importância e carácter transformativo da comunicação política, e apesar de ter uma atitude mais conservadora que Ferro relativamente ao papel da propaganda, Salazar criaria em 1933 o SPN¹⁸⁸, escolhendo António Ferro para o liderar, com a expectativa de poder beneficiar das suas extensas ligações

¹⁸⁸ Criado em 1933, o SPN encontrava-se na directa dependência da Presidência do Conselho de Ministros (i.e. Salazar) e, como os seus congéneres alemães e italianos tinha a missão de disseminar a estética cultural e intelectual do Estado Novo, bem como os seus princípios ideológicos, em Portugal e no estrangeiro. O *Reichsministerium für Volksaufklärung und Propaganda* (RMVP, Ministério para o Esclarecimento Popular e Propaganda) foi criado logo após a nomeação de Hitler para Chanceler (13 Março 1933) e correspondeu ao corolário institucionalizador da percepção que a Propaganda teria no regime, pois correspondeu à transposição para o Estado (com as devidas adaptações e incremento de recursos e responsabilidades) do aparelho de propaganda do Partido Nacional-Socialista liderado por Joseph Goebbels desde 1928. Em Itália, o processo foi ligeiramente diferente do ocorrido em Portugal e na Alemanha. Entre 1932 e 1934, a Propaganda era administrada pelo Gabinete de Imprensa da Presidência do Conselho de Ministros (Adinolfi, 2007, 2012), só mais tarde consolidado numa sub-secretaria de Estado, e depois em Ministério (Ministério de Imprensa e Propaganda, em 1935) e finalmente Ministério da Cultura Popular (*Minculpop*, 1937).

internacionais para propagar a uma interessada audiência europeia o Estado Novo como um caso-estudo de sucesso¹⁸⁹.

Ferro concebia a propaganda como um conceito totalitário, desenhado para intervir em todos os aspectos da vida pública e privada e para transmitir as novas matrizes estéticas do governo ao Povo português. Casado com os valores conservadores do regime, e equipado com recursos substanciais (Ramos do Ó, 1999), na sua declarada missão internacional, o SPN procuraria essencialmente promover «conferências mundiais por personalidades portuguesas e estrangeiras, reforçar o intercâmbio com jornalistas e escritores de renome [e] elucidar a opinião internacional das nossas acções civilizacionais, especialmente as exercidas na Colónias, e o progresso do nosso Império Colonial, promover a expansão em grandes centros de todas as manifestações de arte nacional e literatura» (Decreto-Lei 23.505, art. 5, de 25 de Setembro de 1933). Para este efeito, deveria o SPN «colaborar com todos os organismos portugueses de propaganda existentes no estrangeiro» e «superintender em todos os serviços oficiais de imprensa que actuem fora do país» (Decreto-Lei 23.505, art. 5, de 25 de Setembro de 1933), algo que fará de forma muito activa, como veremos. Para apadrinhar esta estratégia, o SPN iria ainda investir em traduções de discursos de Salazar e em material estatístico diverso produzido pela máquina de propaganda do regime, depois difundido no espaço mediático europeu livremente e/ou através da diplomacia activa do Estado e com a ajuda de intelectuais, jornalistas e políticos engajados, muitas vezes pagos ou convencidos para prefaciarem estas obras de puro marketing político, como veremos também.

Moldado sob visíveis influências do fascismo italiano e nazismo alemão, o SPN serviria como peça central no gigantesco aparato propagandístico do regime, uma vasta e complexa máquina político-burocrática designada a difundir e inculcar a

¹⁸⁹ António Ferro era um jornalista de renome, escritor modernista, poeta e editor da *Orpheu* (revista modernista literária, onde Fernando Pessoa, entre outros, colaborou). Bem conhecido nos círculos intelectuais e culturais lisboetas e parisenses, Ferro granjeou acumulou reputação internacional através de um conjunto de entrevistas a personalidades de grande destaque e visibilidade na Europa do pós-Guerra, como d'Annunzio, Clémenceau, Mussolini, Primo de Rivera, Atatürk Kemal, Petain or Ortega Y Gasset (Ferro, 1927). Ferro era ainda um forte defensor do papel do líder carismático na política moderna, e procurou transformar o rural ditador português num influente e energético actor no panorama político da Europa dos anos 30 (Castro Leal, 1994, Ramos do Ó, 1999)

ideologia autoritária do Estado Novo com um alcance e ambições totalitárias, intervindo em todos os aspectos das vidas públicas e privadas. Ideologicamente, o SPN irá procurar modelar o *carácter* e *gosto* da Nação, intervindo na educação, na cultura e nas artes, no lazer e nas rotinas das famílias, nas escolas, vilas e aldeias, empresas públicas e privadas e nos locais de trabalho (Rosas, 2003). Seguindo a convicção de que «as revoluções são completas quando a mentalidade do Povo, pacificamente educada, é *de facto* transformada» (Salazar, 1933), o SPN irá procurar avocar as elites sindicais, corporativas e artísticas, activamente procurando modelar estas massas, conformá-las e educando-as, moral e espiritualmente, nos novos valores nacionais-ruralistas, corporativos, da (nova) Cultura Popular portuguesa, propriamente conectada com as principais linhas ideológicas do Estado Novo (Rosas, 2003)¹⁹⁰.

Nesta parte, depois de termos apreciado os principais traços político-ideológicos de Salazar e seguido os principais passos no processo constitutivo do Estado Novo, dedicaremos a nossa atenção à apreciação do mecanismo colocado em acção pela máquina do SPN na divulgação, promoção, difusão e controlo da imagem do Estado Novo no estrangeiro e que se encontrava, recordamos, do ponto de vista da sua organicidade institucional colocado na directa dependência da Presidência do Conselho de Ministros (i.e. de Salazar), tendo ainda o seu director formalmente assento garantido (como vogal) na comissão de propaganda da União Nacional (Pais de Sousa, 2011). Obedecia esta estratégia a linhas discursivas muito concretas e apresentadas em sintonia com a narrativa transmitida ao povo português. Como veremos, serão essencialmente enfatizados os resultados macro-estatísticos alcançados nas finanças públicas, frequentemente utilizados como contraponto às

¹⁹⁰ Ainda dentro do desenho totalitário do Estado Novo de Salazar, paralelo e complementar ao SPN, encontramos a *Federação Nacional para a Alegria do Trabalho / FNAT*, criada em 1935 para enquadrar os tempos de lazer da classe operária, uma vez mais seguindo o exemplo das suas congéneres alemãs (*Kraft durch Freude*) e italianas (*Doppolavoro*), com elas estabelecendo estreitas relações de cooperação (eram frequentes os navios da *Kraft durch Freude* em Portugal), o Ministério da Educação, reformado em 1936 pelo germanófilo Carneiro Pacheco; a *Legião Portuguesa* (1936), que providenciava o enquadramento para-militar do regime; a *Mocidade Portuguesa* (ou anteriormente a *Acção Escolar Vanguarda*), como organização da juventude; a *Organização das Mães para a Educação Nacional / OMEN*, organização das mulheres (e suas famílias), bem como o resto da estrutura corporativa (Sindicatos Nacionais, Casas do Povo, Casas dos Pescadores, etc.) que ajudavam a estender a presença activa do regime, e o alcance do Estado, a todos os sectores e actividades da sociedade (Rosas, 2003; Costa Pinto e Ribeiro, 1982).

consequências financeiras da crise de 1929 e à insolvência da I República portuguesa, a figura do Ditador, António de Oliveira Salazar, apresentado sob intensos holofotes como um exemplo de um estadista devidamente sincronizado com a modernidade política dos anos 30; e depois exibido o modelo institucional do Estado Novo, e as características do *corporativismo à portuguesa*, elencado como caso de sucesso e de referência para os processos de transição e/ou consolidação de sistemas autoritários na Europa da Nova Ordem.

Para estes propósitos, o SPN irá produzir informação propagandística com claros intentos exportadores (artigos, estatísticas, intervenções do Presidente do Conselho, etc). Esta informação seria depois enviada para as Embaixadas e Legações estrangeiras sediadas em Portugal, para as Embaixadas e Legações de Portugal no estrangeiro e para um conjunto selecto de intelectuais engajados na defesa externa do Estado Novo. Depois, o impacto desta estratégia seria recolhido através de um seleccionado serviço de clipping e assinaturas dos principais meios de comunicação internacionais, auxiliado e complementado por intermédio de relatórios e informes da máquina diplomática portuguesa, ou ainda, em alguns casos, directamente através dos autores dos textos. Muita desta informação, se positiva para o Estado Novo, seria depois republicada na imprensa portuguesa (e em livros) com o intuito de demonstrar, internamente, a apreciação e impacto internacional do regime, e do seu líder. Quando não totalmente de acordo com a propaganda oficial, ou quando verificadas críticas ao Estado Novo, a máquina diplomática portuguesa intervirá na procura da supressão de tal informação ou em publicamente a rebater, como veremos com alguns exemplos concretos. Em complemento, o SPN irá ainda procurar edificar e consolidar uma alargada rede de apoios internacionais, seleccionando um conjunto de jornalistas e intelectuais e convidando-os a visitar Portugal, bem como patrocinar acções directas de propaganda em países estrangeiros, geralmente conferências e/ou mostra de filmes de produção nacional.

A máquina do SPN

Como já referimos, na sua dimensão internacional, o SPN irá montar um complexo e bem oleado aparelho de propaganda política, colaborando, do ponto de

vista institucional, e seguindo o enunciado pelo Decreto-Lei 23.505, com «todos os organismos portugueses de propaganda existentes no estrangeiro», com eles monitorizando «os serviços oficiais de imprensa que actuem fora do país», e contando para este efeito com um selecto e alimentado grupo de intelectuais e jornalistas interessados em reportarem sobre o processo português. Do ponto de vista formal e institucional, o comportamento das instituições representando o Estado português no estrangeiro na recolha e colocação de material noticioso relativo a Portugal, e na apreciação do estado da imprensa em cada país, não sendo uma novidade implementada pelo SPN¹⁹¹, será considerada como prioritária na estratégia de exportação ideológica do regime, em especial na segunda metade da década de 30.

Destas intenção nos dá conta o relatório, bem detalhado, datado de 1932, onde o representante diplomático em Paris, Armando Gama Ochoa, declara ao Ministério dos Negócios Estrangeiros a sua «intenção de desenvolver e reorganizar os serviços de informação e de imprensa dependentes desse ministério especialmente na parte referente à propaganda e defesa dos interesses portugueses no estrangeiro»¹⁹². Datado de 29 de Agosto de 1932, portanto já depois da nomeação de Salazar para a Presidência do Conselho, mas antes ainda da formalização do SPN, recordava a Legação de Paris ao MNE «a importância desses serviços», e «a atenção que lhes consagram cada vez mais todos os governos». «Várias vezes, desde que ocupo o posto em França (...) tenho tido o ensejo de nos meus ofícios me referir a este assunto» diria Ochoa, acrescentando que «muitas nações, e não sempre as mais ricas, gastam, sobretudo depois da Guerra, quantias importantes com a sua propaganda pela imprensa no estrangeiro, sobretudo em França», um comportamento que «nas circunstâncias presentes parece-me sobretudo interessante» desde que o mesmo não agrave «duma maneira sensível os encargos financeiros do Estado»¹⁹³. Recordava ainda que o MNE francês «tem os

¹⁹¹ Já o sidonismo, através da *Direcção dos Serviços de Informação e Propaganda da República Portuguesa nos Países Amigos e Aliados*, tinha desenvolvido serviço semelhante, liderado por Homem Cristo Filho, sem a dimensão articulada e estrategicamente definida como política de Estado que Salazar mais tarde lhe daria (Pais de Sousa, 2011).

¹⁹² Circular Legação de Paris para o MNE de 29 Agosto 1932, cf. Arquivo MNE.

¹⁹³ Circular Legação de Paris para o MNE de 29 Agosto 1932, cf. Arquivo MNE.

seus serviços de imprensa e propaganda assaz bem organizados e dotados amplamente de recursos financeiros e de meios práticos de acção», um «serviço especial nos poderia até certo ponto servir de exemplo»¹⁹⁴.

Desta rápida análise, Gama Ochoa sugeriria que «este ministério [o MNE português] poderia fornecer também aos jornalistas estrangeiros, quer directamente em Lisboa quer no estrangeiro por intermédio das Embaixadas e Legações, alguns elementos de informação da mesma natureza», apresentando o seguinte exemplo: «Assim, se V. Exma me enviasse um certo número de artigos e informações redigidos em francês, tirados em policópia e algumas dezenas de exemplares, eu poderia procurar colocá-los na imprensa francesa e mesmo (talvez com maior facilidade ainda) na imprensa de outros países, por intermédio de correspondentes dos grandes jornais em Paris. A colocação de tais artigos nos grandes jornais de Paris seria certamente uma excepção. Mas a imprensa francesa tem leitores e influência não apenas em Paris e se, de cada dos artigos que distribuíssemos, um ou dois fossem utilizados já isso representaria uma propaganda tão interessante quanto pouco dispendiosa»¹⁹⁵. Veremos como a estratégia seguida pelo SPN será muito próxima da sugerida pela Legação de Paris. A finalizar o relatório, Ochoa exemplificaria como tal serviço de propaganda poderia funcionar, que temas desenvolver, e como procurar tirar proveito de uma boa estratégia de comunicação: «para que esses artigos possam ser bem acolhidos devem oferecer um interesse jornalístico, não só pelas suas informações em si mesmas mas pelo carácter da actualidade. Por exemplo, um artigo intitulado “as finanças portuguesas” não teria grande probabilidade de ser acolhido com favor pelos secretários de redacção. É o tipo de artigo de encomenda, do artigo pago. Mas um artigo sobre o mesmo assunto, a propósito das dificuldades com que lutam hoje as diversas nações para equilibrar os seus orçamentos e intitulado “como Portugal equilibrou o seu

¹⁹⁴ Descrevendo-o de seguida: «o MNE [francês] fornece aos jornalistas franceses e estrangeiros que a reclamam uma documentação completa sobre os assuntos que especialmente os interessam. Documentação completa mas sobretudo actual. Assim o MNE tem sempre à disposição dos jornalistas uma série de artigos sobre os mais variados assuntos (política, economia, finanças, colónias, expressão literária e artística, etc), artigos que esses jornalistas podem utilizar livremente, no todo ou em parte, nos seus jornais respectivos». Circular Legação de Paris para o MNE de 29 Agosto 1932, cf. Arquivo MNE.

¹⁹⁵ Circular Legação de Paris para o MNE de 29 Agosto 1932, cf. Arquivo MNE.

Orçamento” já mereceria outro interesse daquele e que tem por missão essencial atrair e satisfazer a curiosidade dos leitores». Nas suas preocupações qualitativas e estratégicas, o diplomata português identificava o interesse pela actualidade e comparabilidade dos textos a publicar (ou seja, ligação com a situação política, económica e social do país em causa), demonstrando a consciência do valor do impacto diferencial que um artigo de qualidade ‘descomprometida’ teria em detrimento da colocação de uma simples tradução de um artigo já publicado, ou de uma «peça de enciclopédia»¹⁹⁶.

Sem termos conseguido apurar sobre que seguimento formal terá sido dado a este relatório, ou quando, a verdade é que a relação que o SPN estabeleceria no futuro com os serviços diplomáticos portugueses, bem como a atenção dedicada à apreciação crítica da imprensa internacional, indicia que tenham sido seguidas as recomendações de Gama Ochoa, como nos dão conta um par de primeiros exemplos provindos da Holanda ou da Polónia, ambos dos finais de 1932 ¹⁹⁷. Em 1938, a Embaixada em Londres dá-nos conta de nova fase de sofisticação e entrosamento entre a vontade propagandística do regime e o entendimento dos recursos a utilizar

¹⁹⁶ Ainda no tema da estratégia de comunicação a utilizar, ou pelo menos em relação à dimensão qualitativa do produto informativo a propagandear, Ochoa apontaria como contra-exemplo: «há anos recebi desse ministério uma série de artigos de personalidades eminentes sobre colónias, literatura, arte e ciências portuguesa. A maior parte eram redigidos em português, o que implica já uma série de dificuldades. E depois eram sobretudo artigos de revista ou enciclopédia, de actualidade permanente (o que é o mesmo que não ter nenhuma), e por isso mesmo de muito difícil colocação. Alguns desses artigos apareceram, mas com dificuldade». Circular Legação de Paris para o MNE de 29 Agosto 1932, cf. Arquivo MNE.

¹⁹⁷ Apesar de anos mais tarde alguns serviços diplomáticos ainda não se encontrarem a funcionar dentro do previsto por esta estratégia, como depreendemos do relatório para Portugal enviado pela Legação em Bruxelas a solicitar a criação de um serviço de imprensa em 28 de Dezembro de 1937. Neste relatório, assinado por Augusto Corte-Real, depois de referir que o impacto positivo do regime português em terras belgas é «bastante mais extenso que o do Nazismo e Fascismo», era recordado ser conveniente «não desprezar elementos tão valiosos de penetração nacional num país colocado, como a Bélgica, num dos cruzamentos geográficos e políticos da Europa e nos aconselha, pelo contrário, a cultivá-los». Para o Embaixador em Bruxelas, era incontestável «a facilidade de acesso que está obtendo nos meios belgas a propaganda turística portuguesa – a visão do país, com o desejo do conhecimento da renovação económica e histórica portuguesa, a curiosidade por tudo quanto, paisagem, homens e ideias, é nosso. A este respeito o êxito do espetáculo cinematográfico dado recentemente nesta cidade, sob o patrocínio e organização desta legação pelo SPN é singularmente sintomático». Assim, «só a criação de um serviço, paralelo, à legação, a ela subordinado, e adstrito à propaganda nacional, mas sem carácter publicamente oficial, poderá revestir as condições de continuidade e de proficuidade indicadas neste momento para a acção da publicidade portuguesa neste País. A criação de um serviço de imprensa parece-me, assim, naturalmente indicada» (sublinhado no original), propondo para a posição o jornalista Victor Falcão. Circular da Legação Bruxelas para o MNE, 28 Dezembro 1937. Cf. Arquivo MNE.

na prossecução destes desideratos, apresentando para aprovação superior um sofisticado plano de comunicação política a ser colocado em prática em terras britânicas. Em concreto era apresentado um «esboço geral do plano de um possível serviço de propaganda pela imprensa neste país, organizado pelo especialista Mr. E. M. Wright», que tinha a seu cargo «a propaganda de varias grandes empresas (como por exemplo as que dependem de Lord Nuffield¹⁹⁸) e de alguns países»¹⁹⁹. Neste detalhado relatório foram apresentadas «três ordens de considerações» para justificar a necessidade de desenvolver o serviço de imprensa na capital inglesa: «o desconhecimento das coisas portuguesas que neste país existe, a má imprensa que Portugal tem aqui em matéria colonial, e falta de reacção por parte do governo de Lisboa», entendendo «o sr. Wright que a conjugação destes elementos cria ao nosso país uma posição falsa e perigosa perante a opinião pública inglesa e que, se a coisas continuarem nos seus termos presentes, em face de uma situação delicada as nossas possibilidades de reacção seriam mínimas». Perante esta análise, Armindo Monteiro recordava que entre «as atitudes que o Governo inglês assume para com um país que tem aqui boa imprensa e as que assume para um país mal tratado pelos jornais ou ignorado por estes há um verdadeiro abismo. É evidente que o máximo possível de cordialidades é reservado para o primeiro», razões suficientes para o Embaixador validar e apoiar sem reservas o «plano Wright»²⁰⁰.

Também neste caso não estamos em condições de apurar se tal plano foi ou não colocado em acção, ou em que consistiu, mas parece-nos evidente que nos finais dos anos 30 as questões ligadas à propaganda internacional tinham já atingido um patamar bem mais sofisticado que o da mera divulgação e difusão de propaganda estatística e ideológica, avulsa, assumindo estas questões uma importância estratégica no manejo das relações internacionais do regime, especialmente no complexo contexto da equidistância da diplomacia portuguesa em

¹⁹⁸ Entre estas encontrava-se a Morris, principal empresa de manufactura de automóveis no Reino Unido.

¹⁹⁹ «A embaixada entrou em contacto com o Sr. Wright por intermédio do Major-General C. J. B. Hay. O sr. Wright mantém-se na sombra, nunca deixando que o seu nome apareça ligado a questões de imprensa ou de propaganda», afirmando o «O major-general Hay (...) que os seus serviços atingem grande eficácia e que a sua seriedade é notável». Circular da Embaixada de Londres para o MNE de 14 Novembro 1938, Arquivo MNE.

²⁰⁰ Ofício da Embaixada de Londres para o MNE de 14 Novembro 1938, Arquivo MNE.

finais dos anos 30. Neste sentido, parece-nos evidente que, se num primeiro momento as intenções propagandísticas se concentravam na necessidade de afirmar e legitimar o novo regime, e exportar as principais matrizes dos seus ideais e projecto político, num segundo momento, e em especial depois do início da Guerra Civil espanhola, terá adquirido importância a boa imprensa de Portugal em Países-chave da sua política externa (destacando neste caso, isoladamente, o Reino Unido), daí a preocupação urgente de Armindo Monteiro para que se intervenha de forma a construir uma imagem positiva de Portugal junto da opinião pública inglesa²⁰¹.

Produção, colocação, recolha e apreciação de informação sobre Portugal no estrangeiro e o *Bulletin de Renseignements Politiques, Economiques et Littéraires*

Em todo o caso, para os nossos intuitos interessa-nos explorar a forma como a máquina de propaganda do regime actuava na elucidação da opinião pública internacional, e o impacto desta intervenção. Por outros já terem apreciado em algum detalhe a natureza das publicações emanadas do SPN (Ramos do Ó, 1999), interessa-nos antes entender, através da periodicidade, tiragem e origem linguística destas publicações, e da apreciação do tipo de material produzido e traduzido em exclusivo para uma audiência internacional, e seu conteúdo, que estratégia era alimentada e que impacto era pretendido. E na essência, o regime preocupava-se sobretudo em (1) produzir, colocar, recolher e apreciar a informação sobre Portugal publicada no estrangeiro (2) engajar um conjunto, selecionado, de intelectuais na defesa internacional do projecto do Estado Novo; e (3) responder a solicitações de curiosos sobre o modelo português, com produções variando entre a mera informação turística e a propaganda assumidamente ideológica.

Cronologicamente, importa referir que pelo menos desde 1932 que o resultado das contas públicas portuguesas eram publicados em francês, sendo posteriormente distribuídos pelas Embaixadas e Legações estrangeiras sediadas em Lisboa e representações diplomáticas portuguesas no estrangeiro, chegando depois

²⁰¹ Recordemos, sobre Armindo Monteiro, que o mesmo já havia estado envolvido estratégia de propaganda colonial associada à Agência Geral das Colónias (quando assumiu este ministério, entre 1931 e 1935). Ver ainda Nuno André Silva Costa, *Cartografia, Cultura e Propaganda Coloniais em Portugal*, Tese de Mestrado em História Cultural e Política, UNL-FCSH, 2007.

a jornais e órgãos de comunicação internacionais. A partir de 1934, o SPN iniciaria a publicação de um conjunto de materiais (de diverso formato e conteúdo) exclusivamente dedicado à propaganda no estrangeiro, editando-se nesse ano, ainda exclusivamente em francês, um programa (800 cópias), 4 flyers (36.000 cópias) e um mapa (500 cópias), alargando-se o âmbito linguístico destes materiais nos anos subsequentes. Esta exclusividade inicial de publicações em francês, não impediria o regime de as divulgar para fora deste espaço linguístico, mesmo que por vezes sejam recebidas com algum humor, como nos confirma a Circular do *Portuguese Bureau of Information* para Francisco A. Correia da Direcção-Geral dos Negócios Comerciais do MNE (datada de 29 Novembro 1933) a agradecer os «50 exemplares de propaganda», notando a «pena que os folhetos estejam em francês...»²⁰². Nos anos seguintes, a estratégia linguística alargar-se-ia ao inglês, espanhol, alemão e italiano. Sobre o conteúdo destas publicações, a informação referente aos anos de 1938 e 1939 revela-nos que pelo menos uma boa parte continha um intuito eminentemente político²⁰³, a maioria traduções de peças de propaganda já publicadas em Portugal. Destas, destaca-se pela sua transversalidade linguística, o *Decálogo do Estado Novo*, publicado em francês, inglês, espanhol e italiano, a Constituição de 1933 (em francês, inglês e espanhol), e o mapa *Portugal não é pequeno* (em francês e inglês). Outro conjunto importante de publicações versava sobre as realizações do Estado Novo, sobre Salazar, e a presença de Portugal nas grandes feiras e certames internacionais da época²⁰⁴. Alguma atenção especial era ainda dedicada a certos países-receptores, publicando-se por exemplo em França as *Fêtes de Lisbonne*, um pequeno livro sobre a visita dos intelectuais franceses a Lisboa em 1935, modelo replicado em Inglaterra com *The Intellectual relations between Portugal and Great Britain* (sobre as relações intelectuais entre Portugal e a Grã-Bretanha), na Alemanha com *Portugal und Deutschland* (sobre as relações entre os dois países), e em Espanha com *Portugal ante la Guerra Civil de España*. Por fim, destacamos ainda a publicação do *Statut du Travail National de la Republique Portugaise* em França.

²⁰² Ofício do Portuguese Bureau of Information datada de 29 Novembro 1933 para Francisco A. Correia, Direcção Geral dos Negócios Comerciais do MNE. Cf. Arquivo MNE.

²⁰³ Ver Anexo 1.

²⁰⁴ Em especial as Exposições de Paris (1937) e Nova Iorque (1939), publicadas como *Paris World Exposition* e *New York World Exposition*.

A partir de 31 Janeiro de 1935 o SPN irá iniciar a publicação de um boletim noticioso, o *Bulletin de Renseignements Politiques, Économiques et Littéraires*, com o intuito de apresentar intencionalmente um conjunto de sínteses informativas, de leitura fácil e ordenamento preciso, tocando os principais temas das actividades políticas, económicas e literárias nacionais; um modelo comunicativo bastante popular na Europa dos finais dos anos 30 e apoiado por vários governos. No caso português, este boletim, primeiro produzido apenas em francês, seria distribuído regularmente pelas embaixadas e legações estrangeiras em Portugal e pelos diferentes postos diplomáticos nacionais no estrangeiro. Uma apreciação dos conteúdos e recheio do seu primeiro número permite-nos novamente concluir estarmos perante uma peça de propaganda político-ideológica, com a esmagadora maioria das suas peças a focar temas essencialmente políticos e institucionais (eleições, produção legislativa), com destaque para intervenções dos principais actores do Estado Novo, Carmona e Salazar. Nesta primeira edição encontramos artigos dedicados às primeiras eleições gerais do Estado Novo (realizadas em Dezembro de 1934)²⁰⁵, acções de propaganda levadas a cabo pela União Nacional, sobre a Câmara Corporativa, os últimos decretos governamentais e uma mensagem do Chefe de Estado. O estado da economia e das finanças era também referido, assim como dedicado espaço à Caixa Geral de Depósitos, ao Banco de Portugal, e a novidades diversas (entre as quais acordo o franco-lusitano). Interessantemente o boletim continha ainda uma secção onde republicava, para *francês ver*, o impacto do Estado Novo no estrangeiro, seleccionando as principais publicações ou eventos que fora do território nacional tratavam assuntos relativos a Portugal²⁰⁶. Publicado primeiro em exclusivo para o mercado francófono, o boletim seria depois

²⁰⁵ Artigos sobre a nova lei eleitoral, sobre o discurso de propaganda eleitoral de Salazar, sobre a inauguração da Assembleia Nacional.

²⁰⁶ Neste primeiro número seria referido um artigo no *Temps* sobre a política de Salazar, um conjunto de conferências no círculo *Jacques Bainville* (em França) e a inauguração da Casa de Portugal em Anvers / Antuérpia *Bulletin de Renseignements Politiques, Economiques et Littéraires*, Janeiro 1935.

introduzido no mundo anglo-saxónico (1937), em 1942 na Alemanha²⁰⁷, e finalmente, em 1948, em Espanha²⁰⁸.

No entanto, o SPN não era a única fonte responsável pela produção de material propagandístico, também a União Nacional, embora mais esporadicamente, produzia propaganda com intuitos exportadores, como nos comprova a circular da Legação argentina de 14 Outubro de 1935 a apresentar as melhores saudações ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e agradecendo «vivamente a obra *Congresso União Nacional*», que teve a honra de receber no dia 30 de Setembro último, documento também enviado para as Embaixadas do Brasil, Espanha e Inglaterra e para as Legações da Alemanha, Argentina, Bélgica, Chile, China, Cuba, Estados Unidos da América, França, Itália, Japão, México, Noruega, Países Baixos, Polónia, Roménia, Checoslováquia, União Sul Africana, Dinamarca, Suíça, Suécia (e Vaticano)²⁰⁹.

Colocação de artigos na imprensa estrangeira

Depois de entendermos que a produção de material de propaganda se sistematiza e diversifica a partir de 1935, sob tutela, se bem que não exclusiva, do SPN, importa referir que a colocação deste material na imprensa internacional terá proveniências diversas. Nesta secção iremos destacar o carácter interventivo dos serviços diplomáticos portugueses, bastante envolvidos no processo de disseminação da (boa) imagem de Portugal no estrangeiro, assim intercedendo na colocação, apreciação, recolha e, quando caso, correcção da informação levada á estampa sobre o Estado Novo. Devemos ainda ressaltar, como apontado na introdução, que as fontes por nós consultadas são essencialmente de proveniência

²⁰⁷ *Portugal: Nachrichtenblatt für politische, wirtschaftliche und kulturelle Angelegenheiten*, publicado entre 1942 e 1945.

²⁰⁸ E a entender pela solicitação da Legação de Portugal no Egipto, requerendo a «brochura nº 38 (*Boletim Portugal*) editada pelo SPN», o alcance da disseminação de tal material propagandístico em finais dos anos 30 era considerável. Ofício do SPN para a Direcção Geral dos Negócios Políticos do MNE datado de 28 setembro de 1938. Cf. Arquivo MNE.

²⁰⁹ Ver ainda circular de 14 Setembro 1935 da Comissão Central da União Nacional a ordenar que por intermedio desse Ministério sejam distribuídas à Nunciatura, Embaixadas e Legações em Portugal os 25 exemplares da obra *I Congresso da União Nacional*.

institucional, em concreto do MNE, e assim enviesadas e privadas de crítica complementar.

Tomemos como primeiro exemplo a circular da Legação em Haia para o MNE de 15 de Novembro de 1932, antes ainda de se formalizar o SPN, e no seguimento do *relatório Ochoa*, já apreciado. Nesta comunicação o Cônsul Joseph Wapp descreve as diligências por si empregues «junto das direcções dos jornais *Maasbode*, *Algemeene Handelsblad* e *Nieuwe Rotterdamsche Courant* (os principais órgãos de informação holandeses)» para que uma «notícia [sobre a situação financeira portuguesa] fosse publicada»²¹⁰. Segundo nos informa o Cônsul, terá conseguido inseri-la «no *Maasbode* na íntegra e no *Algemeene Handelsblad* sem reproduzir a parte relativa à possibilidade de aplicação do saldo de 600 mil contos (...)», não sabendo se o *Nieuwe Rotterdamsche Courant* «a publicará ou não»²¹¹. Esta operação terá sido considerada um sucesso, pois «mais talvez do que em qualquer outro país, a imprensa [holandesa] oferece dificuldades quase invencíveis para levá-la a inserir graciosamente uma notícia, por curta que seja, logo que envolva, ainda que com cautelosa descrição, intuítos de propaganda»²¹². O mesmo artigo aliás, e em bom «cumprimento das instruções» recebidas, terá sido cedido pela Legação de Varsóvia «à agência telegráfica PAT» e solicitada a «sua distribuição e publicação nos jornais polacos», operação verificada com sucesso pela inserção do texto «na primeira página do *L’Echo de Varsovie*» e em «página do Boletim Oficial da agência»²¹³. O facto de ambos os exemplos se referirem à disseminação de artigos

²¹⁰ Ofício da Legação de Haia para o MNE de 15 Novembro 1932. Cf. Arquivo MNE.

²¹¹ Ofício da Legação de Haia para o MNE de 15 Novembro 1932. Cf. Arquivo MNE.

²¹² Diria sobre o tema o Cônsul da Legação de Haia que «O procedimento no caso de que se trata do *Algemeene Handelsblad*, aproveitando apenas os simples dados informativos é característica da desconfiança e da inacessibilidade aqui existentes, se bem que com a publicação daqueles dados, o comentário sobre a nossa tranquilizadora situação financeira ressalte nítido, como se pretendia». Circular da Legação de Haia para o MNE de 15 Novembro 1932. Cf. Arquivo MNE. No mesmo sentido, a Circular da Legação de Haia de 6 Novembro 1934 para o MNE referia nova intervenção nos media holandeses, citando os artigos no *Maasbode* (“Portugal e a nova Constituição”) e no *Ressidentiebode* (sobre o caminho de um Estado Corporativo). Cf Circular da Legação de Haia de 6 Novembro 1934 para o MNE, Arquivo MNE.

²¹³ A notícia “A Situação financeira de Portugal” tinha o seguinte conteúdo: «Por estes tempos de crise geral económica a situação financeira de Portugal apresenta-se mais favorável do que em varias outras nações. As receitas orçamentais tem sido tão elevadas que Portugal pode destina-las em parte às necessidades gerais do Estado. O Orçamento para 1931 – 1932 acusou um total de receitas no valor de 808 milhões de zlots polacos, tendo sido as despesas de 748 milhões. Houve por

relativos ao estado das finanças públicas nacionais, objectos de publicação oficial em francês desde 1930, e de seguirem à linha os propósitos e estratégia do relatório Ochoa, deixam boas indicações que as suas intenções foram prontamente seguidas.

Já depois dos serviços do SPN se encontrarem plenamente funcionais, os casos de colocação de artigos na imprensa internacional multiplicam-se. Um bom exemplo é-nos fornecido pelos esforços da Legação de Paris em disseminar o discurso *Independência da Política Nacional* (proferido por Salazar na Assembleia Nacional a 21 de Fevereiro de 1936), sobre as recentes mudanças verificadas em Espanha e a evolução da Sociedade das Nações sobre questões coloniais. Neste exemplo, Circular da Legação da capital francesa para o MNE (datada de 29 de Fevereiro de 1936) dá-nos conta que «os serviços de imprensa desta legação» distribuíram «uma tradução fiel e completa do discurso a um certo número de jornais e jornalistas de Paris e de Bruxelas susceptíveis de a utilizar», estratégia considerada como bem sucedido, a julgar pelo número e significância dos «jornais que publicaram extractos ou resumos do «notável discurso de Salazar na Assembleia Nacional»²¹⁴, bem como o tempo a ele dedicado pelo «posto radiofónico do Estado Francês, Rádio-Paris» que «citou o discurso na sua revista política» e «igualmente se lhe referiu o sr. Charles Oulmont na sua causerie hebdomadária do Posto Colonial»²¹⁵. Ecos deste discurso foram ainda reportados no artigo de fundo publicado em Março de 1936 no *Le Jour*, fruto dos «serviços de imprensa desta legação [terem] fornecido ao sr. Léon Bailby, director do *Le Jour*, a tradução integral do discurso»; um testemunho que nos permite voltar a confirmar a (boa) organização do serviço de imprensa em Paris, e seu alargado alcance e, neste caso, observar ainda como do ponto de vista ideológico eram por vezes apreciados criticamente os textos publicados no estrangeiro. Ainda sobre o artigo, diria que «é compreensível dado o carácter combativo daquele jornal e também da sua atitude incondicionalmente italianófila» que o Sr. Bailby se tenha absterido de «reproduzir algumas passagens do texto que lhe fora comunicado, pondo ao contrário em favor

consequência um saldo positivo nas receitas orçamentais de 60 milhões de zlotys polacos». Ofício da Legação Varsóvia para o MNE datado de 19 de Novembro de 1932. Cf. Arquivo MNE.

²¹⁴ Tendo sido identificados o *Le Temps*, *Le Journal des Debats*, *L'Echo de Paris*, *L'Action Francaise*, *La Croix*, *Le Soir* (Bruxelas), *Le Journal des Nations* (Genebra) e *Le Petit Bleu*.

²¹⁵ Circular da Legação de Paris para o MNE datada de 29 de Fevereiro de 1936

as suas próprias opiniões», sem que isso tenha diminuído «porém a importância da homenagem prestada por esse grande jornal parisiense ao Chefe do Governo Português»²¹⁶. Ainda de Paris, Legação onde recordamos Paulo Osório liderava os serviços de imprensa, é assinalada a «publicação integral da tradução do prefácio ao livro *Discursos e Notas Políticas*» na revista *Le Front Latin*, tendo «os textos respectivos» sido «fornecidos pelos serviços de imprensa desta legação», com o reparo da «sua publicação, feita espontaneamente por aquele jornal e revista» não ter comportado «nenhum encargo para nós»²¹⁷.

Outro exemplo pode ser detectado nas menções relatadas para Lisboa por Amadeu Carvalho, da Legação de Oslo, aquando do «aparecimento do livro de Ferro em Paris». Neste caso, em virtude de «não o ter recebido do SPN, encomendei uma porção que distribuí aos Presidentes do Ministério e do *Storting* [Parlamento norueguês] e aos directores dos principais jornais»²¹⁸, emprestando «todo este material ao redator do *Tidens Tegn*, sr. T. Widt», personagem já identificada diversas vezes neste trabalho, conseguindo o diplomata «a publicação do artigo que traduzi». Complementarmente, referiria ainda Amadeu Carvalho não ser «tarefa fácil conseguir esta propaganda neste país que vive no seu isolamento, dando muito pouca importância, pelo menos na imprensa, ao que se passa no estrangeiro»²¹⁹. (outra) vitória da diplomacia portuguesa, no entender do Cônsul de Oslo. Outros exemplos da circulação de material informativo, livros e/ou peças de propaganda

²¹⁶ Ressonâncias desta importante intervenção de Salazar foram ainda recolhidos de Bruxelas, identificando a Legação de Paris «diversos recortes no *L'Essor Colonial et Maritime de Bruxelles*» contendo «referências numerosas e eloquentes do mesmo discurso, sobre a política colonial portuguesa. «Portugal dá-nos o exemplo», diria o autor do artigo belga, que realçaria ainda «a força pública, a organização e reorganização» lusitana, solicitando que se escute a voz do seu Presidente, e a sua boa e sólida réplica», quando comparado com a «pobre resposta do Sr. Zeeland [Primeiro-ministro belga]», acusado de não ter «a ironia cortante nem do Sr. Salazar nem do Sr. Colyn» na objeção «às sugestões do sr. Lloyd George». Circular da Legação de Paris para o MNE datada de 3 de março de 1936. Cf. Arquivo MNE. E finalmente, acrescentariam ainda, «sob o título “Une Declaration de M. Salazar sur le probleme colonial”, *L'Essor* resume as passagens capitais do discurso português». Julgamos que o sr. Colyn identificado será Godfrey Collins, político escocês, membro do Governo de Lloyd George como Secretário de Estado para a Escócia (1932-1936). Na Bélgica encontramos ainda a referência aos «recortes da *Presse Coloniale*», onde era transcrito «parte do discurso pronunciado na Assembleia Nacional referente à política colonial». Circular da Legação de Paris para o MNE datada de 9 de Junho de 1938. Cf. Arquivo MNE.

²¹⁷ Circular da Legação de Paris para o MNE datada de 9 de Junho de 1938

²¹⁸ Circular da Legação de Oslo para o MNE datada de 12 de Agosto de 1934. Cf. Arquivo MNE.

²¹⁹ Circular da Legação de Oslo para o MNE datada de 12 de Agosto de 1934. Cf. Arquivo MNE. Sobre os custos diria que «Esta publicação, para que emprestei o recente retracto do pintor Malta, não custou importância alguma».

que transitavam entre intelectuais, jornalistas ou personalidades de destaque com acesso a órgãos de comunicação social nos seus países, podem ser encontrados no artigo no «*Glaner Nachrichten*, do professor da Universidade de Genebra, Dr. Liebeskind, a quem eu oferecera o livro *Salazar de Ferro*»²²⁰, ou nas remessas para a Embaixadas em Washington de 10 exemplares de *The Portugal of Salazar* e de *Portugal* de Reynolds²²¹, e de «exemplares do livro Livro *Economic Planing in Corporative Portugal*» para a capital irlandesa²²².

Demonstrativo ainda das intenções do SPN em manter convenientemente informadas e apetrechadas as missões diplomáticas portuguesas, e do intuito assumido de levar o (bom) nome de Portugal às páginas tipografadas da imprensa internacional, é a comunicação oficial do SPN de Agosto de 1938 para todas as Embaixadas e Legações de Portugal contendo «uma relação das obras de autoria de S. Ex^o. O Presidente do Conselho», e, «por se afigurar igualmente de utilidade para os fins em vista, uma lista das principais obras sobre Portugal editadas no estrangeiro»²²³. Como vemos, depois de identificada a área das finanças como prioritária numa primeira fase da estratégia de difusão internacional, sobressaem nestes últimos exemplos as traduções de livros de e sobre Salazar, como a versão francesa das entrevistas com Ferro (que analisaremos adiante), e alguns dos seus *Discursos*, material devidamente difundido para chegar às mãos de determinados jornalistas, deles para as páginas dos seus jornais, e daí para a opinião pública.

²²⁰ Circular da Legação de Genebra para o MNE datada de 4 de Abril de 1935. Cf. Arquivo MNE.

²²¹ Ofício da Legação Washington para o MNE datado de 26 de Maio de 1938. Cf. Arquivo MNE. Ao que responderia o MNE enviando «3 exemplares de *Portugal* de Gonzague de Reynold, 3 exemplares de *Portugal Económico e Financeiro*, de Araújo Correia, 10 exemplares de *The Portugal of Salazar*, de Michael Derrick». Ofício do MNE para a Legação em Washington datado de 14 de Outubro de 1938. Cf. Arquivo MNE.

²²² Ofício do MNE de 4 Março 1938 para o Director SPN. Cf. Arquivo MNE. Na resposta, o SPN, acusando a «recepção dos recortes dos jornais *Irish Independent* ao qual a imprensa portuguesa vai dedicar, por intermédio deste organismo, as devidas referências», informava que «já dei ordens para que fossem enviados ao Cônsul de Dublin alguns exemplares do livro Livro *Economic Planing in Corporative Portugal*». Ofício do SPN de 8 Março 1938 para o MNE. Cf. Arquivo MNE.

²²³ Circular do SPN às diversas legações de Portugal no estrangeiro, datada de 4 de Agosto de 1938. Cf. Arquivo MNE Piso 3, Maço 711-712-713, Armário 1.

Controlo preventivo

Paralela a esta dinâmica interventiva dos serviços diplomáticos portugueses, interessados em controlar a informação publicada sobre o Estado Novo, encontramos as inquietações persecutórias, de âmbito preventivo, em torno de personalidades que, interessadas em reportar sobre Portugal, não tinham sido ainda devidamente identificadas e enquadradas do ponto de vista político-ideológico. Dois exemplos: um em torno do novo correspondente do *L'Avvenire D'Italia*, que em Março de 1934 começara a publicar anonimamente artigos sobre Portugal sob o pseudónimo “Lusitano”, e um segundo, também com origem em Roma, que provocará uma intrincada investigação de cariz ideológica a Carlos Miró, jornalista peruano. Vejamos ambos os casos.

Como referimos, em Março de 1934 novo correspondente do *L'Avvenire D'Italia* começara a publicar anonimamente de Lisboa sob o pseudónimo “Lusitano”, tratando no seu primeiro artigo «principalmente, a nova orientação político-religiosa do *Diário de Notícias* e d'*O Século*»²²⁴. Esta anonimidade não terá caído bem aos serviços diplomáticos portugueses, que, reconhecendo ignorar «quem seja o correspondente “Lusitano”», aludiam a que o mesmo «talvez se encontre na entourage comum da Nunciatura e do Patriarcado», pois «consta, da melhor fonte que o inspirador e director do *Avvenire d'Italia* é o comendador Augusto Ciriaci, irmão do novo Núncio Apostólico em Portugal» (sublinhado no original). Assim, «como as correspondências do Lusitano são recentes é possível que elas sejam o que se poderá chamar de ‘tiro de preparação’ da missão Ciriaci em Lisboa, embora dado algum positivo eu possua para poder afirma-lo»²²⁵. Em todo o caso, sossega a circular, «as correspondências têm sido sempre justas e elogiosas para com a actual situação política portuguesa, e de novo me permito acentuar que o *Avvenire d'Italia* é uma espécie de órgão complementar do *Osservatore Romano*, embora sem as responsabilidades oficiais deste, por uma questão de prudente tactica política». Este testemunho elogioso não terá impedido no entanto que, quando novo artigo de “Lusitano” foi estampado no *L'Avvenire D'Italia* (no caso “Il Portogallo sulle vie della

²²⁴ Circular da Legação de Roma para MNE datada de 17 de Março de 1934. Cf. Arquivo MNE.

²²⁵ Circular da Legação de Roma para MNE datada de 17 de Março de 1934. Cf. Arquivo MNE.

rinascita”) tenha sido solicitado a Lisboa «para que se informem se possível, nome e situação social do mencionado correspondente»²²⁶.

Esta situação de controlo e intervenção preventiva não terá sido caso isolado, como nos confirma o *affair* Carlos Miró, jornalista peruano que em Roma contactará os serviços diplomáticos portugueses no sentido de procurar apoio para as suas intenções de escrever sobre Portugal (e Salazar). Tal iniciativa motivará uma reacção de desconfiança da parte dos diplomatas portugueses, que prontamente irão solicitar um conjunto apertado de informações sobre o citado jornalista, procurando validar as suas credenciais (ideológicas) e estatuto social. O peruano contactara em Roma os serviços diplomáticos portugueses na Santa Sé a informar das suas intenções em escrever um livro sobre as suas experiências de viajante no velho continente (*Lo que he visto en Europa*), acrescentando «o grande interesse em incluir nessa obra um capítulo acerca de Salazar e o Estado Novo», assim desejando conhecer e entrevistar o Presidente do Conselho. Apresentando as suas intenções, Miró entregou um detalhado memorando referindo que como «membro do directório do *El Comercio* de Lima, [e] seu director durante 2 anos» e escrevendo «quase todos os dias para o *El Comercio*» e «outros diários de Buenos Aires, Gyaquil e outros países da América latina», durante 8 meses tinha estado na Europa, sendo recebido por e entrevistado «S.S. Pio XI, Mussolini, Conde Ciano, Afieri e Botai; os Príncipes Colonna e Borghese (governador de Roma e Presidente da Província da Lazio), o Chanceler Austríaco, alguns membros do Gabinete de Viena, o ex-Rei Afonso XIII, o Duque de Alba e varias personalidades do nacionalismo espanhol»²²⁷. E agora procurava recolher informações sobre Portugal e entrevistar o seu ditador para capítulo no citado livro.

A reacção da Legação portuguesa na Santa Sé, «apesar de ter as melhores referências do interessado, que lhe pareceu ser inteligente e pessoa de bem, e de saber que vive em Roma com a família, num óptimo meio», passou por pedir informações à Embaixada do Peru (junto à Santa Sé), informação compilada e

²²⁶ Circular da Legação de Roma para SPN datada de 22 de Março de 1934. Cf. Arquivo MNE.

²²⁷ Dentro dos diversos artigos que o «sr. Miró publicou encontrava-se uma recensão do livro do sr, António Ferro, para quem pede uma carta minha de apresentação». Ofício da Legação na Santa Sé de 3 Janeiro 1938 para MNE, Arquivo MNE.

submetida a apreciação do MNE, que posteriormente a transmitiria à Presidência do Conselho. Ultimamente seria validada a «maior categoria moral, intelectual e social» do sr. Carlos Miró, que «tem uma posição enorme na imprensa no seu país e que é casado com uma senhora que disfruta da maior situação em Lima», tratando-se de um «jornalista de categoria»²²⁸. Informaria ainda o Director Geral do MNE que «o jornalista de Lima, Carlos Miró Quesada, procurou o Ministro de Portugal junto da Santa Sé para lhe anunciar o seu desejo de fazer uma visita a Portugal com o intuito de estudar a política portuguesa e de eventualmente ter a honra de ser recebido pelo Presidente do Conselho», visita nunca registada nas agendas de Salazar. A estes episódios, de claro carácter inquisitório, demonstravam claramente o cuidado com que os serviços diplomáticos portugueses tratavam quem escrevia sobre Portugal, mesmo quando confrontados com articulistas bastante simpáticos para com o regime. Adiante neste trabalho daremos conta de outras situações onde – devido ao conteúdo dos textos não se encaixar nas linhas narrativas permitidas – a diplomacia nacional irá intervir de forma mais activa.

Recolha e tratamento de artigos de imprensa: o serviço de *clipping* do SPN

Sinónimo complementar do elevado interesse do regime na visibilidade de Salazar e do Estado Novo no estrangeiro é demonstrado pelo serviço de recortes de imprensa que de forma sistemática o Secretariado de Propaganda Nacional efectuava, pelo menos desde 1934. Para este efeito, contava o SPN com diversas fontes recolhidas das assinaturas regulares de um conjunto alargado de periódicos (tidos como os mais significativos de cada um dos respectivos países), e respectiva informação sobre o que se publicava sobre Portugal²²⁹, material a que se juntava o

²²⁸ Carta do Director Geral do MNE de 18 Fevereiro 1939 para o Chefe de Gabinete do Presidente do Conselho

²²⁹ Estes *clippings* encontram-se depositados no Arquivos Nacionais da Torre do Tombo. Alguns exemplos são, de origem francófona o *Le Temps*, *Le Figaro*, *L'Action Francaise*, *L'Echo de Paris*, *L'Europe Nouvelle*, *L'Informacion*, *Le Matin*, *Journal des Debats*, *Essor Colonial et Maritime*, *Le Mois*, *Je Suis Partout*, *Journal des Nations*, *L'Independece Belge*, *La Quinzaine Coloniale*, *Gazette de Lausanne*, *Journal de Genève*, *Revue Aeronautique internationale*, *Dépêche Colonial*; italiana o *Osservatore Romano*, *Corriere della Sera*, *Popolo d'Italia*; anglo-saxónia o *The Times*, *Morning Post*, *Daily Herald*, *Cutting Press*, *Sout Africa*, *Foreign Affairs*; espanhola o *Ahora*, *La Epoca*, *ABC*, *El Sol*, *El Debate*, *El Imparcial*, *El Liberal*, *Heraldo de Madrid*, *La Voz*, *La Libertad*; e finalmente brasileira o *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro).

que os serviços de imprensa das legações e embaixadas no estrangeiro recolhiam e organizavam²³⁰. Depois de agregada esta informação, era produzido um boletim interno contendo um resumo geral da análise de imprensa e selecionado um conjunto de citações para publicação posterior, quer nas páginas dos jornais nacionais (geralmente no *Diário da Manhã* e/ou *Diário de Notícias*)²³¹, no Boletim do SPN (como já referimos) ou ainda em livros²³², proporcionando assim aos leitores nacionais nova oportunidade de apreciarem o alcance da visibilidade do Estado Novo e o prestígio internacional adquirido no estrangeiro pelo Ditador português.

Uma primeira análise a este complexo serviço de imprensa, indica-nos que o SPN preocupava-se essencialmente com a identificação e recolha de notícias positivas, elogiosas, pois não se encontram nas pastas que consultámos textos críticos ou dissonantes com a narrativa oficial, o que nos leva a concluir que nos deparámos com um conjunto informativo já tratado, e em certa medida trabalhado para a divulgação. Em termos de alcance geográfico, o regime abrangia praticamente todas as zonas do globo de importância estratégica, com excepção da União Soviética, com destaque para a presença forte nos países mais próximos de Portugal, histórica e culturalmente. Assim, com pouco surpresa, verificamos que a maioria dos textos recolhidos provinha de França, Brasil e Espanha, depois Itália (incluindo o Vaticano), Roménia, Alemanha, Bélgica, América Latina (em especial o Chile e Argentina) e os Estados Unidos e Cuba²³³, depois as Ilhas Britânicas (Irlanda e Reino Unido). Fruto da extensão das redes internacionais e da máquina de

²³⁰ Veremos com mais atenção na parte 3 deste trabalho, exemplos de como as legações e Embaixadas de Portugal no estrangeiro eram solicitadas a recolher e colocar notícias sobre Portugal e Salazar nos órgãos de comunicação social dos respectivos países.

²³¹ Não temos informação concreta, nem desenvolvemos investigação específica que nos permita afirmar como estes recortes de imprensa seriam depois entregues a periódicos e/ou jornalistas específicos, apesar serem bastante frequentes nos jornais portugueses dos anos 30 as notícias sobre a presença de Salazar e/ou do Estado Novo no panorama mediático internacional (ver, por exemplo, as referências que Helena Matos recolhe nos seus dois volumes sobre a construção do mito de Salazar, Matos 2003, 2004).

²³² Como são exemplo: Armando Ávila (1942), *Salazar perante o Mundo – o que pensam e escrevem do Chefe do Governo português alguns estrangeiros e nacionais*, Grafitécnica, Lisboa ou Normand de Sá (1944), *Salazar perante o Mundo*, s.e., Lisboa.

²³³ Recordamos que Cuba foi alvo de um golpe militar em 1933 (a *Revolta dos Sargentos*, liderada por Fulgêncio Baptista) que instituiu um regime autoritário na ilha do Caribe. Inicialmente o país seria governado por uma pentarquia rotativa (a *Pentarquia de 1933*) entre os principais líderes das facções Anti-Gerardo Machado (líder destituído), situação que se manteria até 1940 quando, sob auspícios da nova Constituição, Fulgêncio Baptista é eleito Presidente.

propaganda do regime, já devidamente oleada em 1937/1938, encontramos diversas referências a um conjunto de países da Europa periférica, em especial os que, como Portugal, haviam enveredado por processos de desmantelamento dos propósitos wilsonianos de democracia liberal, substituindo-os por modelos de cariz autoritário, como o eram a Hungria, a Polónia e a Roménia (postos com forte presença diplomática, como veremos)²³⁴. Com menos expressão encontramos os Países Bálticos e Nórdicos, a Grécia, a Holanda, a Jugoslávia, o Canadá, a Colômbia, a China e Japão e a Checoslováquia. Finalmente, encontramos referências a alguma imprensa colonial, em concreto no Marrocos francês e na Índia britânica.

Um exemplo concreto da forma de funcionar deste serviço é o resumo da Imprensa estrangeira contido no *Boletim de 18 Fevereiro 1935 do SPN*, informe interno onde de forma geográfica eram identificadas, e sumariamente apreciadas, as notícias publicadas sobre Portugal durante um período cronológico específico, como podemos observar no anexo 2. Para a confecção do serviço de *clipping* trabalhavam as diversas legações e embaixadas de Portugal, que no estrangeiro recolhiam notícias nos órgãos de comunicação social, efectuando destas breves apreciações. Vejamos alguns exemplos.

Em Fevereiro de 1935 a Legação de Varsóvia, em circular ao MNE, enviava um conjunto de «vários artigos publicados na Polónia sobre a acção colonial portuguesa», onde, com «manifesta ignorância e má vontade», alguma imprensa polaca comparava «Portugal a uma “Velha paralítica que esconde na enxerga tesouros de que não pode já utilizar”» (*Nowa Prawda*)²³⁵. No mesmo sentido, o *Ilustrowany Kurjer Codsienny* de Cracóvia, jornal conservador, condenava a política de «colonização da Dinamarca, Holanda, Bélgica e Portugal», linha também seguida pelo *Gzos Gospodarczy*. Complementarmente, destacava ainda a Legação na capital polaca um texto exposto no *Ilustrowany Kurjer Codsienny*, «não só por ser este um jornal de grande tiragem e reconhecimento, [mas] por ter sido o artigo escrito por Wacław Gasierowski, homem de letras muito considerado», razão que terá levado o

²³⁴ Portugal não dispunha de presença diplomática em todas as capitais da *Nova Europa*, como veremos com mais atenção na parte 3 deste trabalho, sendo que algumas embaixadas e legações acumulavam áreas de intervenção, reportando não somente do país-base mas também de alguns dos países limítrofes.

²³⁵ Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 22 de Fevereiro de 1935. Cf. Arquivo MNE.

representante português a dirigir «ao director palavras de veemente protesto e a pedir a intervenção do governo para que de futuro não sejam consentidas na imprensa do país frases ofensivas da nossa dignidade, que não podem ter outro efeito senão o de comprometer as boas relações que tem existido entre os dois países». No seguimento deste caso, César de Sousa Mendes terá ainda falado «com o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, que lhe referiu não ter o governo polaco alguma responsabilidade no caso, e que o governo polaco desejava apenas que seja «aceite o estabelecimento de polacos nas colónias, em especial em Angola (os que já lá estão tem encontrado o melhor acolhimento)»²³⁶. A finalizar o seu detalhado relatório, César de Sousa Mendes partilharia as suas impressões sobre a origem de tais ataques, mencionando que «fonte ligada a elementos oficiais (...) refere que os recentes ataques na imprensa a certos países coloniais tem a ver com a pouco prometedora solução de Madagáscar (onde [os polacos] queriam colocar os judeus)»²³⁷.

Se muitas vezes estes relatórios eram sucintos, apresentando apenas a referência ao periódico em causa, título e autoria do artigo, e um par de linhas sobre o seu contexto, em outras ocasiões tais exposições eram bem mais substanciais, contendo informações detalhadas não só sobre o órgão de comunicação social mas também sobre o autor e o conteúdo do texto. Vejamos mais exemplos, selecionados de forma a fornecerem um alcance geográfico alargado. Assim, anteriores à institucionalização do SPN, mas depois do *Relatório Ochoa*, encontramos referências da Roménia, Luxemburgo, Estados Unidos e Espanha. De Bucareste relatava-se «que

²³⁶ Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 22 de Fevereiro de 1935. Cf. Arquivo MNE.

²³⁷ Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 22 de Fevereiro de 1935. Cf. Arquivo MNE. No mesmo sentido, a 11 de Agosto de 1935, telegrama da Legação de Varsóvia informava que «Jornal polaco publica telegrama de Berlim dizendo considerar-se sugestão anglo-francesa divisão das colónias portuguesas entre Alemanha e Itália a fim de orientar desmentido rogo V. Exma o favor de informar se tem algum fundamento notícia tal sugestão.

Esta questão em torno das colónias (não só portuguesas), ligada a projectos de deslocar a população judaica de alguns países europeus para um Estado judaico em África foi tema que entre meados de 1934 e durante 1935 foi apanhado por diversos serviços de imprensa portugueses. Telegrama da Legação de Praga para o MNE, de Maio de 1934, reportava que «jornais publicam notícias Londres Paris sobre colonização judaica Angola dizendo tratados políticos fundar Angola Estado Judeu autónomo sob protecção SDN. Noticias Londres dizem governo português não aceita intervenção SDN. Plano projectado para estabelecimento de cinco milhões judeus, iniciado por 60.000 judeus emigrados Alemanha. Anunciam Lisboa embaixador Portugal em Londres a tratar do assunto» (Telegrama da Legação de Praga para o MNE datado de 5 de Maio de 1934). Não temos informação sobre que tipo de reacção terá tido o Estado português.

os periódicos *Universul*, *Dimineatza*, *Cuvantul* e *Mescarea* publicaram hoje manhã todos tópicos trimestre corrente com grande elogio ao Doutor Oliveira Salazar», mais exemplos de publicação no exterior de material produzido e distribuído para esse efeito, no caso os relatórios de contas do Estado português²³⁸. Do Luxemburgo e EUA, informe endereçado a Leal Marques (Chefe de Gabinete do Presidente do Ministério e do Ministro das Finanças) identificava «dois artigos em Janeiro de 1933, um no *Luxemburger Wort*, jornal do Grão-Ducado [Luxemburgo] e outro do *Novidades*, diário de Fall River [EUA], ambos apresentando com muita simpatia a política e administração portuguesa e especialmente a obra financeira do Presidente do Conselho»²³⁹; enquanto que de Sevilha, o cônsul local relatava que o «diário *La Union* de 3 de Março 1933» publicara «uma entrevista onde me foi dado falar, dentro das restrições e conveniências do meu cargo, da grande figura de português que é o Dr. Oliveira Salazar e da sua Obra Política»²⁴⁰. Estes exemplos, geralmente acompanhados com cópia, e por vezes tradução dos artigos, irão se multiplicar nos anos subsequentes.

Estes relatórios, mesmo que singelos, permitem-nos apreciar de forma mais extensa os efeitos da propaganda internacional de Portugal na imprensa internacional. Assim, por exemplo, são diversas as referências a discursos proferidos por Salazar, quer no âmbito parlamentar como perante a União Nacional, devidamente distribuídos pelas Legações e Embaixadas portuguesas, como nos recordam os apontamentos sobre o jornal cubano *El Mundo*, com um artigo sobre discurso de 21 Fevereiro de 1936 na Assembleia Nacional²⁴¹, os recortes imprensa francesa e belga sobre discurso de Março de 1936²⁴², ou o recorte do *Le Temps* contendo as «passagens principais discurso Salazar na sessão inaugural da reunião plenária das comissões nacionais distritais da UN» nos finais de 1938²⁴³.

²³⁸ Telegrama de Bucareste para o MNE, de 14 Novembro 1932 para o MNE. Cf. Arquivo MNE.

²³⁹ Circular do MNE para o Chefe de Gabinete Presidente Ministério e Ministro Finanças datada de Janeiro 1933. Cf. Arquivo MNE.

²⁴⁰ Circular do Consulado de Sevilha para o MNE datada de 4 de Março de 1933

²⁴¹ Circular da Legação em Havana para o MNE datada de 23 Junho de 1936. Cf. Arquivo MNE.

²⁴² Circular da Legação em Paris para o MNE datada de 11 de Março de 1936-. Cf. Arquivo MNE

²⁴³ Circular da Legação de Paris para o MNE datada de 9 de dezembro de 1938. Cf. Arquivo MNE. Sobre este artigo era ainda referido que «Esta publicação constituiu uma *mise au point* eminentemente autorizada e de todo o ponto oportuna a seguir às atoardas que há pouco circularam em certa imprensa sobre a questão do regime em Portugal».

Naturalmente que, como temos vindo a referir, quer o carácter pessoal de Salazar, como as demonstrações estatísticas da sua intervenção como Ministro das Finanças importavam como tema jornalístico a um conjunto de intelectuais e políticos interessados em seguir o caso português na segunda metade da década de 30. Demonstrativo das intenções do regime em apreciar qualitativamente o valor e impacto dos seus colaboradores estrangeiros, vejamos como Maurice Van Vollenhoven, «antigo e culto diplomata e distinto economista», cronista domingueiro no *ABC* de Madrid com «crónicas financeiras na secção subordinada às ‘cuestiones económicas y financeiras’» foi tratado pela Legação portuguesa de Madrid aquando demonstradas as suas intenções em escrever sobre Portugal²⁴⁴. Como testemunho do grau de intimidade entre o corpo diplomático português sediado em Madrid e o economista, «o sr. Van Vollenhoven pediu-me agora elementos que o habilitasse, a escrever na imprensa inglesa um longo e bem documentado artigo para ser publicado na importante revista financeira de Londres *The Financial Review of Reviews* sob a epígrafe “The financial and economic situation in Portugal”, o qual tenho a honra de enviar copia, bem como da sua primorosa crónica de domingo passado e as cartas que sobre o assunto me dirigiu [a 20 junho 1935]»²⁴⁵. Apreciando dito artigo, o diplomata português diria que «avalizado crítico financeiro e meu antigo colega, não deixa de expor com toda a justiça e verdade o estado felizmente tão próspero das finanças portuguesas», razão pela qual se solicitava «autorização para manifestar ao senhor Vollenhoven o reconhecimento do governo português pela sua tão inteligente como eficaz acção em favor do nosso país»²⁴⁶. Em todo o caso, mesmo apesar das elevadas referências ao autor e à publicação em causa, o assunto levaria algum tempo a ser resolvido, pois somente a 6 de Janeiro do ano seguinte informou Madrid que «com grande atraso», foram «recebidas nesta embaixada e transmitidas oportunamente àquele diplomata holandês e eminente publicista» as publicações sobre a «natureza financeira portuguesa a fim de servirem de base para um estudo que o sr. Maurice

²⁴⁴ Circular da Embaixada em Madrid de 20 junho 1935 para MNE, Arquivo MNE.

²⁴⁵ Circular da Embaixada em Madrid de 20 junho 1935 para MNE, Arquivo MNE.

²⁴⁶ Ao que acrescentaria o diplomata que da «minha parte tenho demonstrado a este aristocrata holandês, pessoa com quem convivo, toda a minha gratidão pelas manifestações de apreço que dirige a Portugal». Circular Legação Madrid para MNE datada de 12 de Julho de 1935 Cf. Arquivo MNE.

Van Volenhoven deseja perpetrar em revistas de especialidade financeira internacional»²⁴⁷.

Deixemos ainda outro selecto conjunto de referências recolhidas nos Arquivos do MNE, importantes por identificarem a importância de determinado órgão de comunicação social, assim demonstrando o interesse dos serviços portugueses em qualificarem os espaços de publicação. Começamos em França, pelo «longo e interessantíssimo artigo de Henri Massis no *Je Suis Partout*» intitulado «“Une dictature de L’Intelligence – Entretien avec M. Oliveira Salazar”»²⁴⁸, artigo apreciado pouco depois no *Action Francaise* sob o título “Une Allocation de Jérôme Tharaud sur Oliveira Salazar et Henri Massis”²⁴⁹. Ou o «importante artigo no *Candide* de Jacques de Lacretelle “Quinze jours au Portugal – chez le dictateur qu’on ne voit pas – choses vues”»²⁵⁰. Ainda no mundo francófono, o «*Le Soir* de Bruxelas publicaria longo artigo em que apresenta Portugal «e a obra financeira realizada por V Exma. como exemplo a seguir», peça assinada pelo político católico flamenco Paul Crokaert²⁵¹. Da Santa Sé, é-nos dado a conhecer o «Folheto *Oliveira Salazar (do Seminário à Ditadura)*»²⁵², da autoria do sacerdote Angelo Marini (do Seminário Episcopal de Verona) a quem «em tempos enviei a obra de Ferro, *Salazar*»²⁵³. Ainda no Vaticano, e pelo facto de «o *Osservatore Romano* poucas vezes inserir correspondência de Portugal»²⁵⁴, são referidas duas peças: uma de Tomaso Cortis (Agosto de 1934), pondo «em relevo a alta figura política e moral do Chefe do Governo e transcreve algumas passagens do livro de Ferro, focando principalmente no prefácio de Salazar e nas referências às classes trabalhadoras e desenvolvimento do corporativismo»²⁵⁵. A segunda sem «nenhum interesse de maior» relatava

²⁴⁷ Circular da Embaixada em Madrid de 6 Janeiro 1936 para o MNE, Arquivo MNE.

²⁴⁸ Circular da Legação de Paris para MNE datada de 11 de Abril de 1938. Cf. Arquivo MNE.

²⁴⁹ Circular da Legação de Paris para MNE datada de 4 de Julho de 1938. Cf. Arquivo MNE.

²⁵⁰ Circular da Legação de Paris para MNE datada de 16 de Junho de 1938. Cf. Arquivo MNE.

²⁵¹ O texto tem por título “Deficit”. Circular da Legação de Bruxelas para MNE datada de 18 de Abril de 1938. Cf. Arquivo MNE e Circular da Legação de Bruxelas para MNE datada de 25 de Março de 1938. Cf. Arquivo MNE.

²⁵² Circular do SPN para MNE datada de 25 de Agosto de 1938. Cf. Arquivo MNE.

²⁵³ Circular da Legação de Da. Santa Sé para MNE datada de 29 de Julho de 1938. Cf. Arquivo MNE. Ver ainda anexo 3 para confirmação de Angelo Marini como um dos receptores da propaganda internacional do SPN. Com estas informações, Marini publicaria em 1938, *Oliveira Salazar, dal seminário alla Ditadura* (Marini, 1938).

²⁵⁴ Circular da Legação de Roma para MNE datada de 24 de Março de 1938. Cf. Arquivo MNE.

²⁵⁵ Circular da Legação de Roma para MNE datada de 24 de Agosto de 1934. Cf. Arquivo MNE.

correspondência de Portugal «sobre a bênção da bandeira dos estudantes católicos [em Lisboa], sobre a peregrinação ao Congresso Eucarístico de Budapeste e acerca do monumento do Cristo Rei»²⁵⁶.

Continuando a nossa viagem pelo espaço europeu, da Polónia, chama a atenção o artigo de autoria do Jornalista Jerzy Daniecki no jornal de Varsóvia *Kurjer Poranny* por ter sido explicitamente identificado como o *Diário da Manhã* local²⁵⁷. De Berlim os «recortes, artigos e reportagens fotográficas publicadas acerca de Portugal, e em especial de Lisboa», produto «da viagens ou estadias dos respectivos autores no nosso país», com descrições «de um modo geral, simpáticas e deixam uma impressão de sinceridade»²⁵⁸. De Espanha um texto no «ABC exaltando a obra de Salazar» de autoria de José Simón Valdivielso, «actualmente em Lisboa, jornalista ilustre que foi apresentado e recomendado ao SPN precisamente para fazer inquérito a que esta procedendo em Portugal, com êxito e vantagem». E finalmente, por provenientes da Legação de Pretória, e nos apresentarem duas leituras bem diferentes sobre Portugal, uma nota sobre o artigo no *Sunday Express* de Johannesburgo, cujo título “we must watch our neighbours” deixava implícito uma certa suspeita em relação às intenções portuguesas na África Austral, desconfiança abandonada no texto recolhido do *Cape Times*, que apreciava «a situação portuguesa e as directrizes políticas de Salazar», sendo referido a gratidão pelo facto «da imprensa deste país, tão adversa aos sistemas políticos dos Estados totalitários, começar a fazer justiça à organização do Estado Novo português e à orientação do seu Chefe»²⁵⁹.

Um último exemplo da dedicação e atenção à recolha informativa sobre o Estado Novo por parte da diplomacia nacional pode ainda ser apreciado no esforço da Legação de Budapeste que no final do Verão de 1938, em resposta a solicitação do SPN, enviava com «verdadeira satisfação» uma «pequena estatística, assinalando que as «referências a Portugal na imprensa húngara é inteiramente espontânea e, por consequência, muito mais significativa do que esta legação a tivesse provocado».

²⁵⁶ Circular da Legação de Roma para MNE datada de 24 de Março de 1938. Cf. Arquivo MNE.

²⁵⁷ Circular da Legação de Varsóvia para MNE datada de 18 de Março de 1938. Cf. Arquivo MNE.

²⁵⁸ Circular da Legação de Berlim para MNE datada de 20 de Abril de 1938. Cf. Arquivo MNE.

²⁵⁹ Circular da Legação de Pretória para MNE datada de 6 de Junho de 1938. Cf. Arquivo MNE.

Por esta razão «esta legação limitou-se, por enquanto, a fazer a mais larga distribuição possível dos boletins do SPN e do relatório que procedia a aprovação do Orçamento de 1938», chamando ainda «a esclarecida atenção de V Exma para a diversidade de jornais em que as informações sobre Portugal tem sido publicadas» e a «utilidade em recordar as referências tão repetidas desta imprensa à obra de reorganização portuguesa», bem como a «assiduidade destas informações sobre Portugal na imprensa de um pequeno país e de uma pequena capital»²⁶⁰.

Complementares a estas dinâmicas de dinamização encontrámos também diversas considerações apreciativas sobre os autores e os órgãos de comunicação onde tais notícias eram publicadas, o que nos permite apreciar como o regime (ou a sua máquina diplomática) decifrava e qualificava o impacto quer dos autores como dos periódicos em causa. Novamente apenas um par de exemplos, o primeiro anterior à formalização do SPN proveniente da Holanda, de onde se reporta que o «distinto jornalista Van Balen, a quem se deve uma incessante propaganda de Portugal na Holanda, escreveu recentemente além do artigo publicado no *Algemeene Handelblad* sobre a personalidade de Salazar, mais três outros: “Os Países Baixos e a Madeira”, incerto no mesmo jornal; “Quatro partes do mundo em 3 semanas” na revista ilustrada *Het Zwart Goud*, e ainda outro no *Vaderland* acentuando a situação financeira, brilhante, em que o nosso país se encontra, a Madeira, e pitoresco do país»²⁶¹, mais exemplos das premissas do *relatório Ochoa*, e

²⁶⁰ Em concreto eram identificados, e sucintamente apreciados cronologicamente, os seguintes artigos: 15 de Maio 1938, *Pester Lloyd*, «que é jornal de mais influencia e mais tiragem aqui publicado em língua alemã, um notável artigo intitulado “Salazar”»; 18 Maio 1938, *Guggetlenseg*, «referência à semelhança entre a obra a empreender pelo actual presidente do conselho húngaro e a realizada em Portugal»; 22 Maio 1938, *Ujsag*, «extenso artigo de 6 colunas com retrato de AOS, também intitulado “Salazar”»; 15 Junho 1938, semanário *Ost-Kurier*, «extenso artigo “Portugal ha 800 anos”»; 26 Junho, «jornal conservador *Uj Magyarasag*, artigo de 4 intitulado “No país do mais original dos ditadores”» (2 julho – 2 artigo da série, 5 Julho – 3 artigo da série e 8 Julho – 4 e ultimo artigo da série); 14 Julho, *Pester Lloyd*, «rubrica de política externa que contem referências à crise checoslovaca, o artigo “O presidente da Republica Portuguesa nas Colónias”»; e finalmente, a 16 Julho, *Esti Ujsag*, «artigo de 2 colunas com largos títulos e sub-títulos, contendo extractos de biografia de AOS, vindas do correspondente em Roma». Finalmente, uma referência proveniente da Jugoslávia, via Bucareste, a referir a publicação do volume «Uns constroem, outros destorem. A Paz no Mundo», pelo professor Perinieci contendo «capítulo dedicado a S.E. o Dr. O. Salazar sobre o Estado Novo (enviado pelo Consulado de Zagreb à Legação em Bucareste)». Acompanha este livro «publicado pela Sociedade de S. Jerónimo de Zagreb» a tradução «em francês do capitulo dedicado a Salazar». O autor «também me remeteu o artigo “Renascença do Estado Português”» publicado na revista *Obitelj*. Ofício da Legação de Bucareste para MNE datada de 17 de Novembro de 1938. Cf. Arquivo MNE.

²⁶¹ Circular da Legação de Haia para MNE datado de 31 de Julho de 1933. Cf. Arquivo MNE.

do enfoque estratégico nos assuntos da fazenda nacional. No mesmo sentido, reportava-se de Itália o artigo “Il Portogalo Corporativo” no *Il Messaggero*, identificado como «o mais importante jornal de Roma, e um dos de maior circulação em toda a Itália», sendo o «actual director do jornal meu amigo, sr, Francesco Malgeri»²⁶². Ainda em solo italiano, interessante a apreciação em torno do artigo no *Osservatore Romano*, “Oliveira Salazar”, do Conde della Torre, «considerado o maior jornalista católico italiano, que raras vezes dedica a sua pena ao elogio de personalidades. O jornal que dirige tem hoje uma larga tiragem e é espalhado e traduzido, em missões católicas em todo o mundo»²⁶³. O Conde della Torre, recordava-se, «reserva-se para os grandes artigos, inspirado pela Secretaria de Estado Pontifícia, em que a política do Vaticano transparece através duma prosa por vezes sibilina. Apresenta pois uma excepção o elogio do Senhor Doutor Oliveira Salazar, excepção que tem uma grande importância não só pela forma como é feita como também pela larga divulgação que às afirmações do Conde della Torre dará ai seu jornal». No texto, della Torre «traça perfil político e espiritual de Salazar, e descreve a sua intervenção na vida pública portuguesa e a sua acção como ministro e chefe de governo»²⁶⁴.

Mais alguns exemplos que confirmam o delicado teor apreciativo, e qualitativo, da recolha de imprensa dos serviços diplomáticos nacionais. Começando nos países nórdicos, na Noruega destacou-se o artigo de «Sr. Johan Bejer, presidente da associação dos escritores noruegueses», no *Aftenposten*²⁶⁵. Na Dinamarca apreciava-se a série de 6 artigos de Jørgen Bast no *Berlingske Tidende* tidos como constituírem «a mais desenvolvida reportagem sobre a situação geral portuguesa que até hoje tem aparecido na imprensa dinamarquesa, e a sua publicação num jornal da categoria do *Berlingske Tidende* despertou o maior interesse nos meios dinamarqueses»²⁶⁶. Sobre o *Berlingske Tidende* dirá que «se bem que não seja o de

²⁶² Circular da Legação de Roma para o MNE datada de 26 de Abril de 1934. Cf. Arquivo MNE.

²⁶⁴ Circular da Legação de Roma para Chefe Gabinete Presidente do Conselho datada de 2 de Setembro de 1934. Cf. Arquivo MNE.

²⁶⁵ Circular da Legação de Oslo para MNE datada de 16 de Novembro de 1934. Cf. Arquivo MNE.

²⁶⁶ Circular da Legação de Copenhaga para o MNE datada de 22 de Junho de 1938. Cf. Arquivo MNE. Os artigos em questão eram: “Portugal Novo”, “Quem é Salazar?”, “Portugal e os portugueses”, “A salvação da bancarrota”, “O que é o Estado Novo”, e “Dr. Salazar e a Europa”.

maior expansão, é o órgão de imprensa mais considerado na Dinamarca, podendo situar-se, em relação à restante imprensa diária, como o *Times* dinamarquês, portavoz da opinião do centro e das classes conservadoras, sem filiação política declarada», sendo o «sr. Jørgen Bast o mais conceituado dos seus cronistas do estrangeiro, gozando as suas reportagens de grande popularidade»²⁶⁷. Na vizinha Suécia, eram reportados «2 artigos no *Svenaka Dagladet* de autoria de Helmar Key, director do jornal (“Revolução de 1926 em Portugal” a 10 de Outubro 1934 e “Salazar, Ditador de Portugal” a 12 de Outubro 1934). Sobre os mesmos, anotava-se que «foram muito comentados pela representação diplomática aqui acreditada e pelos homens políticos deste país, que viram nas palavras do Dr. Key insinuação à política do actual governo social-democrata e porventura um incentivo à corrente nacionalista que neste últimos tempos se tem desenvolvido na Suécia»²⁶⁸. «Sem conhecer as intenções do articulista» adiantava-se ainda, «que é considerado em toda a Escandinávia como um escritor e jornalista de grande mérito, suponho que os motivos determinantes do elogio que faz à obra do Dr. Oliveira Salazar foram exclusivamente de admiração pelo estadista que ele considera como um génio criador com uma fantasia construtiva, como raras vezes aparece na história dos Povos»²⁶⁹. Vemos assim que a capacidade de intervenção da diplomacia lusa estendia-se ao conjunto de países que mantinham os seus preceitos democráticos (e liberais) funcionais, o que em certa medida não deve surpreender tendo em consideração o estado do *Espírito Europeu* da época e o interesse de um alargado campo político pelo processo político luso.

Da Escandinávia passemos agora os olhos pela Europa Central, espaço político assumidamente autoritário. Começamos na Hungria se anunciava uma série de artigos sobre Portugal no *Uj Magyarsag*, «órgão conservador» que publicara «impressões de viagem a Lisboa de um dos seus colaboradores, Jorge Olah». Sobre as

²⁶⁷ «De maneira geral» diria ainda Manuel Rocheta, «todos os artigos são escritos com grande espírito de simpatia e de compreensão, fazendo inteira justiça ao esforço de reconstrução nacional desenvolvido em Portugal nos últimos anos», abstendo-se no entanto «de os traduzir, pela sua extensão e dificuldade deste consulado em traduzir (para mais a legação em Oslo já iniciou o trabalho)». Circular da Legação de Copenhaga para o MNE datada de 22 de Junho de 1938. Cf. Arquivo MNE.

²⁶⁸ Circular da Legação de Estocolmo para MNE datada de 20 de Outubro de 1934. Cf. Arquivo MNE.

²⁶⁹ Circular da Legação de Estocolmo para MNE datada de 20 de Outubro de 1934. Cf. Arquivo MNE.

peças, acrescentava a Legação de Budapeste «que pouco ou nada contêm de novo ou interessante. Nem pela forma nem pelo fundo saem estes artigos da mais trivial banalidade. Duma rápida passagem por Lisboa trouxe o autor varias impressões, informações superficiais e alguma noções erradas. Não merecem a pena traduzidas, no entanto, esta nova publicação de informações sobre Portugal [que] acentua o interesse dos meios intelectuais e do público pelo nosso país»²⁷⁰. No mesmo sentido depreciativo, e «pretendendo apenas mostrar que a nova ordem política portuguesa continua a ser aqui acompanhada com interesse», eram apreciadas as palavras do artigo “O exemplo de Portugal” no *Gazeta Warszawska*, da capital polaca, «nada mais contendo que algumas ligeiras notas extraídas do livro de Ferro, Salazar, a propósito da reeleição do General Carmona», artigo que «julgo [de] inútil tradução»²⁷¹. Finalmente, de Berlin era bem prezado, pela «calorosa apologia da obra Salazar», o artigo «“Salazar, ein Fuher” da autoria do sr. Peter Ernst Eiffe publicado no *Hamburger Tageblatt*». Sobre o autor acrescentava-se que era «o representante do governo de Hamburgo junto do governo central do Reich», tendo «actividade bastante ligada a Portugal» como «representante da Companhia Carregadores Açorianos em Hamburgo», além de ser «filho de uma senhora portuguesa, irmã do Almirante e falecido General Ivens Ferraz»²⁷².

O contexto da Guerra Civil espanhola iria fornecer novas oportunidades para a colocação de artigos, como aliás já aferimos aquando da relevância da disseminação do discurso de Salazar de Março de 1936. A título de exemplo, a Circular da Legação de Berlim para o MNE, datada de 24 de Agosto de 1936, referia que «muitos jornais se tem ocupado da situação ordeira e estável em Portugal, pondo em destaque a acção de S. Exma. o Presidente do Ministério, como seu orientador e executor»²⁷³, aferindo complementarmente «um artigo consagrado ao povo português e à obra do Estado Novo, enaltecendo-a com documentadas palavras de louvor». Nove jornais publicaram o artigo colocado pelos serviços do

²⁷⁰ José Costa Carneiro destacaria ainda, «desta série de artigos» a peça «“no País do mais original dos ditadores”», que versava sobre a «felicidade da Revolução de Maio ir buscar Salazar, que rapidamente equilibrou o orçamento». Circular da Legação de Budapeste para MNE datada de 9 de Julho de 1938. Cf. Arquivo MNE.

²⁷¹ Circular da Legação de Varsóvia para MNE datada de 5 de Março de 1935. Cf. Arquivo MNE.

²⁷² Circular da Legação de Berlin para o MNE datada de 20 de Abril de 1938. Cf. Arquivo MNE

²⁷³ Circular da Legação de Berlim para o MNE, datada de 24 de Agosto de 1936

Estado português: *Magdenburgische Zeitung* (14.08.1936), *Spandauer Zeitung* (14.08.1936), *Freiburger Zeitung* (13.08.1936), *Stuttgart N. S. Kurrier* (14.08.1936), *Potsdamer Togezeitung* (14.08.1936)²⁷⁴. Interesse similar é reportado de Bruxelas, de onde se assinala artigo no periódico radical *Rex* «contendo referências aos acontecimentos políticos em Espanha e às eventuais repercussões em Portugal que vão, no prognóstico do articulista, até à hipótese duma invasão do território português»²⁷⁵, legação que pouco antes havia reportado novo artigo no mesmo jornal (24.03.1936) sobre «Império e Colónias (acto colonial) e a nova era desencadeada pelo Estado Novo», este de autoria de Georges Becquet²⁷⁶. Também o 10º aniversário do Estado Novo não terá passado despercebido a alguma imprensa internacional, como comprova Circular da Legação de Buenos Aires para o MNE datada de 4 de Junho de 1936, relatando as notícias sobre o tema publicadas no jornais *El Mundo*, *La Nacion*, *La Prensa*²⁷⁷, efemeridade também assinalada na Bélgica pelo menos no «*Journal du Matin*, de Bruxelas, no *Midi Journal* e na primeira página do *Nation Belge*»²⁷⁸. Interessante ainda é verificar que o *Tablet*, de Boston, reportou «sobre última tentativa de alteração da ordem pública em Portugal (atentado) e dos propósitos dos organizadores desse movimento», ou seja, sobre o atentado a Salazar levado a cabo a 4 de Julho de 1937²⁷⁹, notícia também reportada em Praga.

Em suma, a extensão geográfica e temporal agora retractada da presença portuguesa na imprensa internacional demonstra como o regime português, sob liderança do SPN e articulado com os serviços diplomáticos do Estado, mesmo com recursos assumidamente parcos (e são várias as referências às questões económico-financeiras associadas à difusão da propaganda no estrangeiro), conseguiu tirar bons proveitos e fazer bom uso dos instrumentos de difusão institucionais colocados ao dispor, tirando natural proveito da atmosfera política da Nova Ordem para, com mais ou menos facilidade, expandir a narrativa oficialista construída em torno do

²⁷⁴ Circular da Legação de Berlin para o MNE datada de 21 de Agosto de 1936

²⁷⁵ Circular da Legação de Bruxelas para MNE datada de 21 de Maio de 1936

²⁷⁶ Circular da Legação de Bruxelas para MNE datada de 15 de Abril de 1936. Cf. Arquivo MNE.

²⁷⁷ Circular da Legação de Buenos Aires para o MNE datada de 4 de Junho de 1936

²⁷⁸ Circular da Legação de Bruxelas para MNE datada de 2 de Junho de 1936. Cf. Arquivo MNE.

²⁷⁹ Circular da Legação de Boston para SPN datada de 16 de Janeiro de 1934. Cf. Arquivo MNE.

modelo do Estado Novo, suas práticas políticas, e do seu Ditador. Naturalmente que ajuda a compreender o sucesso da diplomacia portuguesa a atenção dedicada à maioria dos receptores de tais notícias e informes, como nos comprovam os diversos relatórios informativos sobre determinados autores e/ou meios de comunicação social, por um lado, enquanto por outro, as *démarches* inquisitórias acerca de autores não identificados ideologicamente nos confirmam o cuidado com que o tema da propaganda internacional era genericamente considerado; até porque quando confrontados com publicações não de acordo com a linha narrativa oficial, a diplomacia portuguesa decidirá (pelo menos em alguns casos) intervir directamente, ou procurando censurar tais textos (e respectivos autores), ou em rebatê-los publicamente, como veremos na próxima secção.

Identificação e tratamento de críticas ao regime

Junto do conjunto de intervenções de carácter positivo para o Estado Novo que agora apreciámos, se bem que condicionadas pela natureza das fontes que consultámos, encontramos diversos exemplos de ingerência directa por parte das estruturas diplomáticas do regime na imprensa estrangeira aquando da publicação de notícias ou artigos críticos ou pouco condizentes com a imagem idílica desejada a propagar. Assim, os mesmos Arquivos do MNE que tratavam da recolha e divulgação de notícias elogiosas, permitem também identificar que aquando das publicações de críticas, a diplomacia portuguesa procurava intervir decididamente no sentido de controlar ou conter quaisquer impactos negativos, intrometendo-se nos assuntos internos do periódico em causa. Exemplo desta estratégia pode ser encontrado em torno dos artigos de João Camoesas no *Diário de Notícias* de New Bedford que motivariam a ingerência directa do cônsul em Boston (Euclides Goulart da Costa), e a demissão do seu director, António V. de Freitas; ambos casos envolvendo personalidades da oposição portuguesa no exílio.

Os artigos críticos da autoria de Camoesas, motivariam o diplomata português em Boston a ter «uma conversa com o proprietário do referido diário», que «parece-me disposto a suspender a colaboração do dito político, activo

instrumento da discórdia que lavra nesta colónia»²⁸⁰. Como consequência desta interferência, o director do *Diário de Notícias* apresentaria a sua demissão, deixando claro, em Agosto de 1938, que «por imposições que obrigam o *Diário de Notícias* a seguir uma conduta diferente daquela que seguiu durante todo o período em que estive à sua frente, passando a não permitir que nas suas colunas a inserção de artigos em que se discutam, livremente doutrinas políticas, quer estas digam respeito a este país, quer a Portugal ou ainda a qualquer outra Nação, venho declarar que deixei a direcção deste diário, nada tendo que ver com a direcção de subserviência a qualquer regime político que o *Diário de Notícias* venha a adoptar». Na opinião do Cônsul, com a «declaração de não permitir que nas suas colunas se discutam doutrinas políticas», o proprietário do referido jornal rectificara «a promessa que comuniquei a V Exma», deixando em complemento o aviso de que o «futuro dirá da sua preservação na atitude tomada (...)»²⁸¹.

No artigo em causa, “Escusas do Salazarismo. A Balela da Ordem”, Camoesas, de facto, carregava fortemente no regime de Salazar, afirmando perentoriamente que fruto da intervenção política do ditador, «o povo passou de soberano a escravo. Se exprime o seu descontentamento é encerrado. Se não paga o tributo esmagador, fica sem os magros haveres. Se não comparece às exhibições dos senhores, é espiado. Em suma. Não pode falar, não pode reunir, só pode manifestar-se a favor dos que se arvoraram em donos de tudo»²⁸². Assim, continuava, «não existe, portanto, na sociedade portuguesa aquela harmonia espontânea das actividades, aquele equilíbrio natural dos interesses que caracterizam a saúde social e constituem a verdadeira ordem. O que lá reina, e ninguém poderá provar o contrário sem mentir, é conformação forçada. O povo, ou se sujeita a um sistema que não elaborou, nem desejou, ou vai parar à cadeia, ao degredo, ao exílio!». Fortes palavras evidentemente desligadas das linhas maestras da propaganda nacionalista. Seguiu o autor referindo que a conformidade «imposta pela violência, que o salazarismo pretende confundir com ordem», representava «o pior tipo de desordem, sendo o atropelo das qualidades naturais da espécie humana. Erigida para gerar conversões,

²⁸⁰ Ofício do Consulado de Boston de 9 Agosto 1938 para o MNE, Arquivo MNE.

²⁸¹ Ofício do Consulado Boston de 29 Agosto 1938 para o MNE, Arquivo MNE.

²⁸² Ofício do Consulado Boston de 29 Agosto 1938 para o MNE, Arquivo MNE.

somente consegue fomentar a hipocrisia. Implantada para esmagar a democracia, apenas se aguenta degradando-se e aviltando» (sublinhado no original). E concluiria: «É preciso ser cego ou louco para após uma experiência de tamanha duração e tão flagrantes resultados, chamar ordem a este rodopio de fanatismos e apetites» [sublinhado no original]»²⁸³. Não encontramos mais informação sobre este processo, mas detectámos ainda a referência a outro periódico crítico do regime proveniente da mesma comunidade de New Bedford, no jornal *O Independente*, que em Janeiro de 1938 foi identificado como «contendo matéria de ataque ao governo português», sem que mais apreciação fosse disponibilizada nos arquivos do MNE²⁸⁴. Em todo o caso, e por não estarmos perante um caso isolado, julgamos evidente o empenho interventivo por parte da diplomacia portuguesa no controlo opinativo da comunidade lusa em terras norte-americanas.

Intervenção semelhante, agora distante da diáspora lusitana, teria o Embaixador na Noruega em Agosto de 1938, Amadeu de Almeida Carvalho, devido a um artigo no «maior jornal da tarde desta capital [o *Dagbladet*], muito lido, moderno e bem escrito, mas socialista, impondo-se pela sensação e títulos gritantes». E que «recebeu e publicou dum correspondente eventual, um jovem radical que esteve em Portugal, um longo artigo onde se encontram muitas coisas boas, mas também algumas verdades desagradáveis, outras muito exageradas», e assim «evidente que não podia ficar sem resposta» (sublinhado no original)²⁸⁵. O artigo, “Portugal é um paraíso, desde que não se veja a miséria”, assinado pelo jornalista Leif Borthen, exprimia as impressões de uma longa viagem a Portugal deixadas pelo «jovem radical» e, apesar de reconhecer muitos aspectos positivos nas políticas do Estado Novo, Borthen (o autor) não deixava de apontar alguns defeitos, em especial quando relacionados com as condições de vida da maioria da população e dos habitantes marginalizados das grandes cidades. Perante tal descrição, novamente não condizente com os propósitos do regime, o diplomata português decidirá intervir; uma atitude de força que demonstra não só o alcance da máquina de propaganda do regime (neste caso intervindo na imprensa de um país

²⁸³ Ofício do Consulado Boston de 29 Agosto 1938 para o MNE, Arquivo MNE.

²⁸⁴ Circular da Legação de Washington para o MNE datada de 29 de Janeiro de 1938. Cf. Arquivo MNE.

²⁸⁵ Ofício da Legação de Oslo de 2 Setembro 1938 para o MNE, Arquivo MNE.

democrático) como o desejo de fixar uma indisputável narrativa oficial do Estado Novo, intervindo quer num ponto de vista ‘positivo’ (colocando artigos e estabelecendo redes privilegiadas com jornalistas e directores de jornais) como procurando descredibilizar ou censurar críticas, como vimos no caso de Camoesas e veremos agora no de Borthen.

Neste episódio, os serviços diplomáticos portugueses procurarão descredibilizar o conteúdo do artigo e, mais grave, aproveitar esta situação para lançar uma caça às bruxas em torno de possíveis informadores com quem Borthen se possa ter encontrado em Portugal, e que o tenham «mal informado». Apreciemos alguns detalhes. No seu primeiro ofício para Lisboa, o Embaixador começa por referir que «É evidente que [o artigo] não podia ficar sem resposta», apesar desta poder ser «delicada pois conta o artigo pontos sobre que não convinha abrir discussão, e antes era melhor deixar esquecer» (sublinhado no original). Para mais, «os jornais daqui, inteiramente livres e desbragados, não aceitam desmentidos», um problema que seria ultrapassado pela «publicação dos meus comunicados, que causaram óptima impressão», uma «vitória (como lhe chamam os meus colegas)», tendo «o segundo [artigo] liquidado o assunto pois o articulista só respondeu ao primeiro». Tanta polémica, acrescenta, despertara «a curiosidade da redação, que como rica que é, mandou a Lisboa expressamente por avião um dos seus membros fixos, o sr. Hana Geelmuyden»²⁸⁶. Em todo o caso, depois de referir que certamente o «articulista foi ali [no Porto] mal influenciado», Amadeu de Almeida Carvalho situa os «bastidores deste caso» nos «ataques à Igreja e à religião, aos jesuítas e à revolução», e nas promessas do autor para uma nova revolução» (sublinhados no original), anotando que «o homem bate ora no cravo ora na ferradura para dar a impressão de imparcialidade».

Os detalhes do episódio deixam a impressão de estarmos perante um caso de recrutamento mal sucedido, pois o Embaixador assume que «este redator, jovem, inteligente, falando muitas línguas, veio procurar-me». E que, depois de lhe ter oferecido «o livro de Gonzague de Reynolds, e todas as brochuras de que disponho em línguas estrangeiras (...) apresentei-o especialmente por carta ao SPN, e enviei

²⁸⁶ Ofício da Legação de Oslo de 2 Setembro 1938 para o MNE, Arquivo MNE.

por avião a este os artigos juntos, chamando a atenção para a delicadeza e urgência do assunto». Assim, com tantos cuidados, interrogava-se o embaixador «como é possível que este jornalista vá recomendado aos informadores em Lisboa» e de lá viesse tão mal informado; terminando sugerindo sinistramente que «talvez por uma discreta observação, pudessem vir a saber quem são esses propagadores de boatos e notícias desagradáveis para a imprensa estrangeira, por lhes ser dado o competente agradecimento»²⁸⁷. Ou seja, depois de ter procurado recrutar o jornalista norueguês, de lhe ter entregue em mão todas as peças de propaganda ao seu dispor, de o ter recomendado a um conjunto de selecionadas pessoas em Portugal, e mesmo quando a prosa entregue ter sido considerada como contendo «coisas muito boas», somente pelo facto de o artigo não ter correspondido às expectativas criadas, e plasmar acriticamente elogiosos para a causa portuguesa, o Embaixador português em Oslo decidiu não só intervir publicamente no sentido de procurar descreditar o seu (quasi) protegido como recomendar a Lisboa que rastreie os seus passos e encontre potenciais bufos que o tenham “mal informado”. Não sabemos se esta informação foi transmitida aos serviços da PIDE, ou se existiram mais consequências criminais deste caso, mas não deixa de impressionar a complexidade da vontade e alcance interventivo do diplomata em causa, a sua prepotência, bem como a maquinaria preparada para a boa acomodação do citado jornalista norueguês, recordamos que enviado a Lisboa para ser especificamente recebido por selecionados informadores

Em concreto, a polémica decorrida nas páginas do *Dagbladet* nesse Verão de 1938, Borthen de facto dava uma «no cravo e outra na ferradura», elogiando por um lado a obra do Estado Novo, reconhecendo que «se se fala com pessoas que são pelo governo, não há limites para exprimir o entusiasmo por este e as boas condições do país, mas se se encontra um descontente, é extraordinária a fantasia que desenvolve para pintar as coisas negras» (Borthen, *Dagbladet*, Agosto 1938). «Mas isso é», advertia, «desde que se consiga falar com alguém. Porque não é menos perigoso falar de política em Portugal que nos outros países ditatoriais», aliás, e «como acontece em todos os países da ditadura, não há quem ouse abertamente

²⁸⁷ Ofício da Legação de Oslo de 2 Setembro 1938 para o MNE, Arquivo MNE.

manifestar descontentamento. Mas a dois, e em segredo, fala-se» (Borthen, *Dagbladet*, Agosto 1938). «Mas disseram-me que em Portugal não era assim», que a «ditadura era diferente das outras, e não se deve comparar o ditador com outros ditadores que por aí existem», pois Salazar «é em geral o exemplo que as pessoa que gostam de ditaduras apresentam como modelo quando querem demonstrar como deve ser um governo absolutista», até porque o «homem paga a dívida de Estado em dia e vai à Igreja todos os dias!» (Borthen, *Dagbladet*, Agosto 1938)²⁸⁸. Num longo, bem informado e entusiasticamente descritivo artigo, Borthen tomaria a posição de um «escandinavo quase nativo do Porto», resumindo Portugal a «um pequeno paraíso, quando nos habituarmos a não ver a miséria» (sublinhado no original), questionando se as «haverá alguém que conscientemente possa deixar de ver a miséria no Porto?», tema evidentemente fora da imagem propagada pelo regime português.

De facto, na opinião observada do norueguês, «os pobres, na província ou nas cidades, não passam bem em Portugal», sentindo que «não virão a viver em melhores condições sob o regime actual. É como se Salazar não pudesse imaginar que esta gente também deve viver uma vida humana». Com esta imagem em mente, «não adianta muito, o que disse o companheiro, quando no Porto vimos como as crianças esfarrapadas e esfomeadas numa das pequenas ruas fedorentas se lançaram sobre um pedalo de pão bolorento, como se fosse bolo fino. É verdade que

²⁸⁸ Ainda sobre Salazar, para quem os «números parecem interessar do que as pessoas». Borthen referiria era «realmente diferente dos outros ditadores na Europa. Ele é de facto um homem culto, um académico, educado num colégio de jesuítas e foi, até ser ditador, professor de matemática na universidade de Coimbra. Como tantos outros jesuítas intelectuais, ele é um asceta que não gosta de ovações, e não tem gosto, como em geral tem os ditadores, pelos uniformes, pela magnificência e luxo e vivas à pátria. Ele é o génio financeiro, dizem uns. Um mistificador, dizem outros» (sublinhado no original). Mas apesar de tantos elogios e boa política, acrescentaria, «a sua admiração não consegue contagiar. Compreendo bem que antigamente tudo era horrível, e que o ditador fez uma obra gigantesca. Não se reconhece o país dos tempos passados. Construíram estradas excelentes, estabeleceram escolas e hospitais. Fala-se disto nos jornais quase todos os dias. Porque se queixam então?» (sublinhado no original). E responderia: «Pode ser que seja porque todos estes bens só se destinam à gente que tem bastante dinheiro para pagar? Um simples pobre português não pode deixar um filho forte gastar tempo nas escolas. É verdade que a escola é gratuita onde existe, mas não há escola obrigatória. E a uma pessoa que ganhe talvez 4 e 5 escudos por dia para mulher e filhos, não sobre dinheiro para médicos e hospitais. Quando alguém adoecer tem que ficar deitado lutando com a morte, até que a doença ou a fome lhe dê o golpe de misericórdia. Não existe proteção dos pobres, nem caixa de seguros de doença que tomem conta deles. Para esta gente não adianta muito que Portugal tenha excelentes médicos e que seja considerado uma das nações mais avançadas nos domínios do estudo do cancro» (sublinhado no original) (Borthen, *Dagbladet*, Agosto 1938) .

há muita miséria e pobreza aqui: mas esta gente não tem muitas exigências, e tem sol...» (sublinhado no original) (Borthen, *Dagbladet*, Agosto 1938). Já os «comerciantes não passam mal em Portugal e os industriais tem boas possibilidades», pois «a mão-de-obra quase não custa nada e não há perigo de haver greves. Mas, meu Deus, como a gente do povo passa mal. Não deve haver nenhum país na Europa onde os operários, os trabalhadores do campo e os pescadores estejam tão oprimidos e passem tão mal como em Portugal» (sublinhado no original) ²⁸⁹. «Para essa gente pouco importa que Portugal tenha bancos excelentemente bem organizados, que tenha um exército e uma marinha moderna, que procurou para si uma posição forte na política estrangeira e que seja membro do Conselho da SDN. Não se pode esperar que demonstrem grande entusiasmo por Salazar e pela sua obra. De facto pensam que andavam muito melhor nos tempos da corrupção e do caos». E continuava, o norueguês, comparando de forma interessante os dois países, apontando que, apesar de Portugal ser um país «fantasticamente fértil», de nele morarem «7 milhões de pessoas», isto é, «quase 3 vezes a população da Noruega (...), as receitas do Estado não maiores. Diz-se que dois terços são destinados ao exército e à marinha – uma força de guerra que tem um único fim: assegurar a situação dos governantes». E «Salazar nem sequer tenta ocultar isto». Portugal é extremamente pobre no meio de toda a abundancia! (sublinhado no original), razões que terão levado Borthen a admitir uma possível revolução, prognosticando que «Ela virá. Mas Deus sabe a que é que ela conduzirá» (sublinhado no original) (Borthen, *Dagbladet*, Agosto 1938).

²⁸⁹ Ainda nesta material, tocando nas questões da iniquidade social, diria Borthen que «o grande comerciante, bem colocado em Portugal, é claro deve estar contente e entusiasmado com o governo. Mas um operário, que muitas vezes não se pode permitir o duplo luxo de comer pão e fumar, e muitos desistem do pão, não estão dispostos a ver a situação tão cor-de-rosa. Pois, ele vê como os seus filhos são atacados por doenças que veem na má alimentação, como morrem de tuberculose ou como se tornam idiotas por causa da fome ou mau tratamento, Conhecem o destino que os espera ao envelhecer, quando não se pode mais trabalhar: a morte pela fome ou um pequeno adiamento desta, sempre que possa manter a vida com um pouco de mendicidade e esmolas de caridade pelo lado misericordioso... ». E «não se trata de gente ociosa», diria, «que não queira trabalhar, como muitas vezes ouvimos dizer na Noruega, quando se trata dos povos do Sul. Não, são incrivelmente laboriosos e gente escrupulosa – talvez os melhores operários do mundo – que trabalha durante dozo o dia a vida inteira, sem murmurar, sempre que possa levantar uma ferramenta» (Borthen, *Dagbladet*, Agosto 1938).

A finalizar o artigo, Borthen faria ainda referência aos «transportes de prisioneiros com ‘criminosos’ políticos para as diferentes ilhas do diabo», à presença rotineira da Legião Portuguesa²⁹⁰, e à ignorância do Povo, afirmando que, apesar das novas escolas «a instrução não é muito mais que a propaganda pela igreja, o exército e o Estado». Sobre a imprensa diria que os «jornais estão debaixo de uma rigorosa censura, [a] literatura livre não é permitida, e os que pensam diferente são enviados para as colónias dos condenados» (Borthen, *Dagbladet*, Agosto 1938). Terminaria, dizendo que o «grande sol abençoado que nos dá vida e que aparece todos os dias num céu brilhante, dando bem estar à terra» era «magra consolação para um povo que o considera antes como um inimigo, trabalhando duramente dia a dia sob os seus raios impiedosos»; pois em Portugal «somente os que podem pagar chegam ao paraíso. E os que tem dinheiro para se dirigirem às praias douradas de Portugal, gozando ali da vida, ociosamente, esses vão verdadeiramente para o paraíso» (Borthen, *Dagbladet*, Agosto 1938).

Não estranha, pela gráfica e informada narração sobre o estado do Estado Novo, absolutamente dissonante da linha discursiva do regime, que o Embaixador de Portugal se tenha sentido na obrigação de replicar o texto de Borthen, o que fará em artigo intitulado “Nenhum outro país trata a Noruega tão gentilmente”. Neste discorreria em rasgados elogios à obra do Estado Novo diluindo o retrato da «miséria num bairro da velha cidade do Porto» nos exemplos facilmente encontrados «nos *slums* das mais ricas cidades do mundo»²⁹¹, não tocando noutros pontos, tidos como «mais sensíveis». Na resposta (23.08.1938), Borthen

²⁹⁰ «A legião Portuguesa, dizem-me. Modelo Mussolini. É uma boa arma que Salazar tem ao lado da polícia secreta. Estes *leaders* católicos revolucionários rapidamente imitam os métodos de terror fascista, tão efectivos para dominar as populações desobedientes. Mas o bom nas ideias fascistas, nas reformas sociais, por exemplo, não lhes interessam tanto. Em vez disso empregam a reacção mais negra, obtendo a bênção da própria mão do Papa. E não falar de auxílio pecuniário. Assim fez Dulfuss, assim faz Franco, e Salazar». Ainda sobre os legionários diria que «estes jovens, de 12 anos para cima, de facto tem a autoridade de pedir a prisão de qualquer pessoa que consideram inimigo do Estado. Pertencem a boas famílias conservadoras, trata-se de gente que quer fazer carreira no país, e que por isso tem todo o interesse na manutenção do estado actual. Naqueles rapazes Salazar tem um exército inteiro de espias gratuitos, espalhados por todo o país. Praticamente dito casa casa aqui em Lisboa, tem pelo menos um espia destes».

²⁹¹ Afirmando, entre outras considerações que «nunca a situação dos operários e pescadores foi tão boa», a «vida [é] barata» e existe «abundância de frutas, hortaliças e vinhos. «Todos os hospitais são gratuitos» e enormes «reformas sociais em salários, seguros de vida e invalidez» foram desenvolvidas. Ofício da Legação de Oslo de 2 Setembro 1938 para o MNE, Arquivo MNE.

simplesmente apontaria que «infelizmente a miséria em Portugal não se deixa ocultar sob todos os comunicados deste mundo que venham da Legação de Portugal. Apesar do País ser tão fértil e tão rico como informa a Legação, a pobreza é tão evidente e tão bem distribuída igualmente por todo o país, que um turista não poderá deixar de a ver, ainda que não quisesse». Mais referia que já vira «os bairros pobres de Londres, Dublin, Antuérpia, Hamburgo, Madrid, e é verdade que as condições, especialmente em algumas cidades grandes de Inglaterra são desoladoras. Mas desgraças como viu em Portugal, não viu em mais parte nenhuma». Terminava jocosamente a sua réplica referindo que os «tais seguros e Montepios do Estado devem ser um grande segredo para o povo, pelo menos nos sítios em Portugal onde o abaixo-assinado esteve. Ali nunca ninguém tinha ouvido falar do assunto. Nem sequer o médico do sítio». Mesmo depois de se ter exposto a tamanha “vitória” ainda teve o diplomata português a necessidade de treplicar (a 26.08.1938) atacando *ad hominem* Borthen, descrito como «um grande inimigo do país que é o melhor cliente de bacalhau da Noruega» e como alguém que «não vê com os mesmos olhos os outros países onde ele diz que viu as mesmas imperfeições». Esta tréplica terá ficado sem resposta, o que não nos impediu de apreciar a vontade interventiva do diplomata português nem o seu perceptivo sucesso, demonstrando uma vez mais como era importante – para a diplomacia portuguesa – fixar a narrativa de como o Estado Novo era apreciado no estrangeiro.

Complementarmente, podem ainda ser encontrados nos Arquivos do MNE diversos jornais e publicações de matriz militante contendo posições críticas em relação ao Estado Novo. Nestes casos, por se tratar de publicações fora do alcance interventivo dos serviços do Estado português, o MNE apenas procedeu à recolha destas peças informativas. Deixemos alguns exemplos, começando pelo «jornal comunista *Unir*». Publicado em «Paris pela Frente Popular Portuguesa», dirigido por José Domingues dos Santos e distribuído pelo menos em Bruxelas²⁹² e Dakar²⁹³, o

²⁹² «Remeto exemplares jornal comunista *Unir*, publicados em Paris pela Frente Popular Portuguesa, que foram enviados para esta chancelaria (sublinhado, com interrogações)»; Ofício da Legação Bruxelas de 8 Agosto 1938 para o MNE, Arquivo MNE

periódico sintetizava, no seu número de Maio de 1938, que «tudo quanto resta de doze anos de governo ditatorial» era «miséria, devastação, ruína» (...)²⁹⁴. Já no contexto da Guerra Civil espanhola, o «mensário *A Plebe*, publicado em Newark, New Jersey», denunciava em Junho 1938 a «Inegável cumplicidade de Salazar em Espanha»²⁹⁵, associando o Estado português à barbárie do fascismo internacional. Também o Jornal *Liberdade*, «porta-voz dos antifascistas portugueses», detectado em Paris e Antuérpia, denunciava no seu número de 9 de Abril 1938 serem «os fascistas portugueses, inimigos da França»²⁹⁶. De produção não nacional, encontramos ainda a referência ao folheto *The Dictatorship in Portugal. A story of political persecution little known*, publicado em Nova Iorque e recolhido pela Delegação de Portugal junto da Sociedade das Nações, em Genebra²⁹⁷, informação posteriormente transmitida aos serviços do SPN²⁹⁸.

Estes poucos exemplos, certamente bem mais extenso que os serviços de recolha informativa colectaram, permitem-nos alargar o âmbito da apreciação do carácter benigno do Estado Novo, e de Salazar, deixando a indicação que, no contexto bipolarizado do período entre-guerras, à esquerda, Portugal era sucessivamente associado como um (mais) um produto político derivado do fascismo (internacional), devidamente inserido no momento contra-revolucionário autoritário que dominava as relações internacionais à época. Não nos interessa aqui explorar esta dimensão (seria outra tese), uma vez que os nossos propósitos revolvem na forma como o Estado Novo pretendeu exportar para uma audiência internacional os artigos mercantilizáveis da sua construção doutrinária, previamente

²⁹³ «remetidos para Casablanca para determinados indivíduos de nacionalidade portuguesa residentes nesta cidade», Ofício do Consulado de Dakar 6 de Julho 1938 para o MNE, Arquivo MNE.

²⁹⁴ Ofício do Consulado de Dakar 6 de Julho 1938 para o MNE, Arquivo MNE.

²⁹⁵ Ofício do Consulado de Nova Iorque de 30 Junho 1938 para o MNE, Arquivo MNE

²⁹⁶ Ofício do Consulado de Antuérpia de 13 Abril 1938 para o MNE, , Arquivo MNE

²⁹⁷ Ofício da Delegação de Portugal junto da Sociedade das Nações de 30 Março 1936 para o MNE, Arquivo MNE.

²⁹⁸ Não dispomos de informação adicional em relação a tal publicação, nem os arquivos do MNE dispõem de cópia do referido texto. Ofício da Direção dos Assuntos Políticos do MNE de 30 de Março de 1936 para o Director do SPN, Arquivo MNE. Outra importante fonte de material crítico pode ser encontrada em publicações ideologicamente militantes, como o caso do *Daily Worker* (que em Janeiro de 1934 faz referências ao regime prisional português e a maus tratos que diz respeito terem sido aplicados a 200 presos políticos). Ofício do SPN de 16 Janeiro de 1934 para o MNE, Arquivo MNE. Também o francês *Front Populaire* frequentemente identificava, no contexto da Guerra Civil espanhola, o Estado Novo como um regime fascista totalmente alinhado com a Alemanha e a Itália e cúmplice sangrento do General Franco.

adequada à boa recepção de uma Europa imersa num clima de intensa polaridade ideológica, e onde as soluções de matriz autoritária demonstravam ser uma alternativa de operacionalidade conveniente para as elites e oligarquias conservadoras, que não só procuravam manter o seu *statu quo* e conter a revolta social, manter as suas oposições longe do poder (e em certos casos da participação política) e potenciar (e dirigir) projectos de regeneração nacionais a partir de estruturas de poder com forte concentração de capacidade executiva, como enveredar doutrinariamente por uma alternativa simultaneamente concorrente à ameaça bolchevista vermelha, classista e ateu (na sua retórica), e o gasto, velho e inoperante demo-liberalismo de matriz capitalista sem empoderamento estatal ou governo centralizado de forma a permitir e capacitar formas de intervenção política totalizantes. Na conjuntura da crise económica e da retórica ameaça da revolução social, estas elites e oligarquias europeias vão conhecendo, ao longo das décadas de 20 e 30, um progressivo processo de aproximação aos ideais nacionalistas, corporativos e autoritários, tomando – muitas vezes *à la carte* – peças de diversos modelos para, depois de devidamente adaptados para consumo nacional, as transportar para os seus desenhos institucionais. Um processo de enxerto ideológico que replicará, sem muita discussão, o modelo fascista italiano, e seus sucedâneos, como o português.

Complementaridade ilustrativa

Para além da informação estatística e/ou político-doutrinária, o SPN era também contactado para facilitar material específico, de índole iconográfico e visual, para ilustrar obras produzidas e publicadas no estrangeiro. Excelente exemplo, pela sua especificidade, é o que pudemos encontrar em torno do livro de Vid Mihelic, publicado pela Societé Franklin de Budapeste em 1938. Mihelic, «doutor de letras, professor agregado da Universidade de Budapeste, redactor em chefe da revista *Katolikus Szemle* / Revista católica», «esteve em Lisboa a estudar as grandes reformas do vosso país», sob patrocínio de Béla Imrédy, para apreciar *in loco* o

corporativismo português²⁹⁹. E agora tinha a intenção de transportar as suas impressões para um conjunto de artigos e um livro, *Az új Portugália (O Novo Portugal)*, necessitando de um conjunto de materiais visuais, razão pela qual os editores contactariam o SPN a solicitar fotografias para ilustrar o livro³⁰⁰. Na resposta, os Serviços de informação e Imprensa do SPN irão contactar o MNE informando da decisão de «decididamente aceitar o pedido» do director da casa editora Sociedade Franklin de Budapest pedindo fotografias de Portugal destinadas a ilustrar livro do dr. Mihelics»³⁰¹, até porque «o Professor que aqui se tem ocupado muito de assuntos referentes a Portugal e à obra de reorganização portuguesa, tem escrito e pronto a entrar no prelo um livro sobre esses assuntos, para o geral do publico, de que resultaria uma maior eficiência de propaganda³⁰². No pedido, Franklin Térsulat referia que por ser este «o primeiro livro em húngaro sobre Portugal» desejava «que fosse devidamente ilustrado, pois tal poderia aumentar o interesse pelo turismo»³⁰³, ambição comprovada pelo largo volume de fotografias solicitado; e que, como podemos confirmar através da nota 304, nos apresentam um livro com um alcance bem mais alargado que a promoção turística de Portugal³⁰⁴. Semelhante caso pode ser encontrado no «Pedido de informações e fotografias

²⁹⁹ Béla Imrédy era na altura governador do Banco Nacional Húngaro, e seria no futuro Primeiro-Ministro.

³⁰⁰ Ofício dos Serviços informação e Imprensa SPN para o MNE datado de 15 Setembro

³⁰¹ Ofício dos Serviços informação e Imprensa SPN para o MNE datado de 15 Setembro

³⁰² Ofício legação Budapeste 2 Setembro 1938 para MNE

³⁰³ Ofício Legação de Budapeste de 26 Agosto 1938 para António Ferro, Director do SPN

³⁰⁴ Em concreto, e a ilustrar cada um dos capítulos do volume, foram requeridas as seguintes imagens: (1) O sonho de uma Nação: tabelas com grandes acontecimentos do passado do país. O General Gomes da Costa, o presidente carmona, o primeiro governo e o governo actual, varias fotos do exército e da armada; (2) A Ordem: fotografias de Lisboa, e de partes pitorescas na região. As novas estradas, o INE, os estabelecimentos de Salazar de Lisboa ao Porto; (3) A construção económica: O Ministro Pereira, o secretário de Estado Andrade. Fotos dos laboratórios dos órgãos pre-corporativos, cena da cultura da vinha, a pesca, a indústria de conserva, da carne. (4) O Estado e a Saúde Pública: o Parlamento, o Palácio de São Bento, a carta política do país, o hemiciclo, os conselhos da Câmara Corporativa e União Nacional, os chefes do SPN, exercícios da Legião e da Mocidade Portuguesa. (5) A entrega do proletariado: casas sindicais, postos médicos das casas sindicais, organizações, escolas da FNAT, Casas dos órgãos das Casas do Povo, casa dos Pescadores, camponeses e operários portugueses. (6) Salazar: Fotografias deste Homem de Estado, o seu busto da exposição de Paris. Cenas onde Salazar e Carmona estejam juntos, a marcha de Braga, gabinete de trabalho de Salazar, e se possível com a imagem da Virgem. Festas memorialistas da revolução de Maio (7) A Igreja e o Estado: O cardeal Cerejeira. Batalha, as mais belas igrejas e claustros de Portugal, A tumba de Vasco da Gama e Camões, a abadia de Belém. (8) A Grande Experiência: costumes nacionais, festas taurinas, Sintra, Estoril, etc. Cf. Ofício Legação de Budapeste de 26 Agosto 1938 para António Ferro, Director do SPN, Arquivo MNE.

destinadas a um artigo sobre Lisboa e Coimbra a publicar pelo Sr. Dr. P. R. Vajda (Budapeste)»³⁰⁵.

Um outro excelente exemplo desta circulação informativa, sempre devidamente acompanhada (a apreciada) pelos serviços do Estado, é o pedido do professor Lutoslawski à Legação em Varsóvia da «Fotografia e biografia de sua Exma o dr. Oliveira Salazar», pois, na sequência da publicação do livro de Ferro, pretendia o professor saber «mais detalhes sobre a sua vida que o livro de António Ferro», em concreto «se alguns escritores de verdadeiro talento surgiram em Portugal após 1926?» ou se «é o professor isolado ou tem um grupo de talentos?». Mais acrescentava Lutoslawski que escrevera diversos artigos no *Merkuryusz Polski* e no quotidiano *Dziennik Poznanski* (01.05.1938) sendo que «na conclusão destes desafiei os editores polacos a publicarem uma edição polaca dos Discursos, mas pedi ao professor Salazar uma autorização de fazer uma escolha e de os traduzir do português» (sublinhado no original). «Não obtive alguma resposta», acrescentaria, mas «suponho que tenha esse direito de dar autorização, tratando-se de um volume de propaganda», mesmo que pretendesse «uma escolha mais completa que a encontrada na edição francesa de *Une Révolution dans la Paix*». Acompanhando esta carta, recomendava a Legação em Varsóvia «o favor de atender ao que ele expõe e providenciar para que o SNP me habilite a dar ao professor Lutoslawski com possível urgência os esclarecimentos que precisa», pois reconheciam o polaco como «um filósofo eminente e de fama mundial, velho amigo de Portugal, que visitou muitas vezes, e grande admirador de V Exma, cuja obra acompanha com o maior interesse»³⁰⁶.

Como exemplos finais deste tipo de relações entre o SPN e intelectuais e jornalistas estrangeiros, seleccionámos mais alguns pedidos concretos, entre eles a

³⁰⁵ Em carta pessoal endereçada à comissão de propaganda de Portugal no Estrangeiro 8 abril 1938, escrita em inglês, o autor reconhecia que “um dos editores locais requereu-me que escrevesse um artigo sobre Lisboa e a Universidade de Coimbra com fotografias ilustradas. Ficaria muito agradecido que me enviasse informações e fotografias destes dois lugares. Aparte disto, gostaria de escrever sobre o antigo e moderno Portugal nos jornais locais e talvez me pudessem enviar informação sobre Portugal de onde possa escolher as datas necessárias. Depois das publicações dos artigos enviarei copias complementares». Carta de P. R. Vajda de 8 abril 1938 para a Comissão de propaganda de Portugal no Estrangeiro 8 abril 1938, Arquivo MNE.

³⁰⁶ Ofício da Legação de Varsóvia de 9 Junho 1938 para o MNE

carta da *Australian Press* de Melbourne solicitando «fotografias, e publicações descritivas dos usos e costumes de Portugal com o fim de tornar o país mais conhecido na Austrália», o pedido de subsídio ao SPN da parte da Revista *Mundo Portugues* de Buenos Aires³⁰⁷, o «Pedido do sr. Becquet, advogado e jornalista, que no semanário *Rex* tem publicado uma interessante série de artigos sobre a personalidade do Presidente do Conselho», e agora desejava «um exemplar da edição francesa dos *Discursos* do sr. Doutor Salazar»³⁰⁸ e finalmente a solicitação de José Domingos Arias Bernal, «dr. em jurisprudência, direito, ciências sociais e políticas» entregue ao MNE pela legação de Chinququirá (Colombia), onde o citado afirmava «ser um dever fazer conhecer os interessantes aspectos da República latina e gestora dos destinos da humanidade», tendo para este efeito escrito «um artigo intitulado “Los Mendigas, Baianos e Baiotos”, o qual dediquei com todo o respeito a S Exma». Neste sentido, «como devo seguir escrevendo sobre tópicos como os anunciados, rogo que envie livros de propaganda portuguesa, história, geografia, versos e cultura em geral»³⁰⁹.

Junto da fotografia, também a rádio e o cinema faziam parte dos instrumentos de divulgação e difusão propagandística da obra do Estado Novo. No decurso da nossa investigação encontrámos vários acordos e/ou intercâmbios entre a Emissora Nacional de Radiodifusão e algumas emissoras congêneres³¹⁰, bem como a referência a um conjunto alargado, e uma vez mais disseminado no tempo e no espaço, de conferências e/ou palestras radiofónicas sobre Portugal e o Estado Novo,

³⁰⁷ Circular da Legação de Buenos Aires para o MNE de 29 de Fevereiro de 1936. Cf., Arquivo MNE.

³⁰⁸ circular da Legação de Bruxelas de 2 Março 1936 para MNE

³⁰⁹ Diria ainda que «Em separado envio a revista *El Gráfico*, uma das melhor editadas na Colômbia, na qual viu a luz o artigo de referencia, que vai dirigido ao seu governo. Iguamente escrevi o curto “elogio a Portugal”». Circular da Legação em Chinququirá (Colombia) para o MNE datada de 19 de Março de 1938.

³¹⁰ Vejamos dois, que a nossa investigação conseguiu apurar. Um relativo ao «intercâmbio de transmissões radiotelefónicas entre Portugal e Argentina, radiodifusão de noticiários de Portugal nas emissoras portuguesas da Califórnia», datados de 1938; e um segundo, anterior, relatando um projecto de transmissão de um programa caracteristicamente português para as estações norte-americanas no próximo dia 1 de Dezembro», dando Henrique Galvão seguimento ao pedido enviando «à Embaixada de Londres a notificação da nossa aceitação da proposta da *Columbia Broadcasting System Inc* e o programa de transmissão já definitivamente elaborado», cf. Ofício da Emissora Nacional de Radiodifusão de 2 Outubro 1935 para o Director da Secretaria do Conselho Técnico de Expansão Económica do MNE, Arquivo MNE.

ambos temas que necessitariam de investigação mais apurada³¹¹. Entre outros destacamos a palestra radiofónica levado a cabo por Vernon Bartlett (publicada depois no semanário *The Listener*), por esta sido proferida pouco antes da nomeação de Salazar para a Presidência do Conselho, e pela conseqüente troca de correspondência entre o autor e os serviços diplomáticos nacionais. Nesta Bartlett assumiria uma posição semi-critica não muito diferente da declarada por Austen Chamberlain (no prefácio à tradução inglesa das entrevistas de Ferro a Salazar, que veremos adiante), justificando o «criticismo suave» utilizado na sua primeira prosa sobre os “Homens fortes da Europa” (*The Strong Men in Europe*), dedicada a Salazar, por «ser impossível de interessar o público britânico num país onde tudo é perfeito». «Naturalmente que a palestra não agradaria totalmente uma audiência portuguesa», adiantaria o inglês, «mas estou convencido de que agora todos os ouvintes ingleses têm uma apreciação bem mais amigável dos assuntos portugueses que anteriormente. Ou pelo menos era essa a minha esperança»³¹². Ainda no espaço radiofónico, uma alusão à «tournée de quatro conferências [em Dezembro de 1937] em prol do bom nome de Portugal, três das quais em plena Côte d’Azur que é, neste momento, o rendez-vous das melhores notabilidades políticas e intelectuais da Europa», e «sem ónus algum para o Estado», realizadas pelo Professor Mignon, director do *Centre Universitaire Mediterranién*, utilizando «filmes que a Casa de Portugal lhe forneceu». Destacamos esta iniciativa não somente pelo seu carácter multimédia e visual, mas também por ter sido objecto de uma radiodifusão de «30 minutos na PTT, coisa excepcional», na opinião de José Augusto de Magalhães, Cônsul em Marselha³¹³.

³¹¹ Exemplos destes serviços foram a «Hora Portuguesa, com músicas portuguesas e uma dissertação sobre História de Portugal no Chile (1938)», a «Conferência sobre Portugal pelo senhor Robert Vallery-Radot radiodifundida pelo posto *Radio Normandie* (1938)».

³¹² Ofício da Legação de Londres de 17 Junho 1933 ao ministério das finanças, Arquivo MNE.

³¹³ Ofício do Consulado em Marselha de 10 janeiro 1938 para o MNE. Outro par de exemplos, estes já depois do início da guerra, são os recebidos pela Legação de Budapeste, um relatando que no dia «6 de Setembro [de 1940] a Emissora nacional HU irradiará às 20 horas 25 minutos a sua 4ª conferencia sobre Portugal» (Telegrama da Legação de Budapeste para o MNE recebido a 4 de Setembro de 1940. Cf. Arquivo MNE), o outro informando que no dia 23 [Janeiro 1941] a Emissora húngara irradiará outra conferência [por parte do] jornalista Pajzs acerca de Portugal», seguida no dia 31 por exposição do «doutor Kuthy do instituto Cobden» (Telegrama da Embaixada de Budapeste para o MNE, recebido em Lisboa a 21 Janeiro de 1941. Cf. Arquivo MNE).

Outro interessante exemplo do uso da propaganda no estrangeiro, esta utilizando o cinema de propaganda produzido em Portugal, pode ser encontrado em torno da intenção do Reverendo Henri Roy, director da *Organisation des Loisirs* (Província do Québec) em exhibir «em todo o seu território» o filme *Revolução de Maio*³¹⁴. No seu contacto com o Consulado de Montreal, a 7 Março 1938, o padre Roy requeria o filme para ser «utilizado em representações gratuitas, organizadas para a distração do operariado pela instituição a que preside», salientando «o carácter desinteressado» da *Organisations des Loisirs*, e da *Jeunesse Ouvrière Catholique*, que «conta com apoio dos governos federal e provincial»³¹⁵. Na opinião do clérigo canadiano «a Revolução de Maio [era] uma película de inteligente propaganda anti-comunista em que se mostra aos trabalhadores, discretamente e por uma forma agradável que podem obter mais e melhor por meios ordeiros do que lhes seria possível alcançar por processos violentos». Na apreciação da proposta, o Cônsul de 3ª classe Rui Teixeira Guerra, manifestaria o seu «pesar quando tenho que responder negativamente a pedidos de filmes educativos de assuntos portugueses, similares aos que outros países aqui mandam, ou quando constato a extrema raridade de referências a Portugal nas actualidades cinematográficas americanas e europeias». Posto isto, afirmava que «a vinda de um filme português ao Canadá poderá ter grande utilidade, acrescentando que apesar de «actualmente o nosso país desfrutar neste Domínio de um ambiente de simpatia (...), afigura-se-me conveniente informar de que a atmosfera política deste Domínio, principalmente na Província do Quebec, se encontra ultimamente bastante agitada, sendo possível que a exibição de um filme estrangeiro, alugado por uma entidade oficial do país em que foi feito, venha a provocar comentários desagradáveis se alguém se lembrar de interpretar as imagens da película como propaganda de determinada organização social»³¹⁶.

³¹⁴ Ofício do SPN de 2 Abril 1938 para o MNE, Arquivo MNE.

³¹⁵ Segundo informação de José Alvellos, Chefe dos Serviços do SPN, ao MNE o reverendo Henri Roy fora «posto em comunicação com este organismo por intermédio do Rev. António Almeida Maia». Ofício do SPN de 2 Abril 1938 para o MNE, Arquivo MNE.

³¹⁶ «Atestam essa boa disposição as expressões de apreço por Portugal e de admiração por V. Exma que frequentemente ouço a representantes de diversas doutrinas políticas, não sendo rara a publicação de artigos extremamente elogiosos nos mais importantes jornais – os mesmos que

Neste sentido, «é minha convicção que nas presentes circunstâncias um pequeno incidente poderia transformar em hostilidade a atitude amistosa desses jornais, tanto mais que a compreensiva apreciação de que hoje beneficiamos é de recente data, não indo longe o tempo em que o comentário dos negócios portugueses era habitualmente feito em termos bem desagradáveis». Assim, e pelos «factos muito sumariamente expostos resulta o meu receio de que algumas imagens do filme *Revolução de Maio* possam dar pretexto, embora injustificadamente, a reparos desfavoráveis, parecendo-me dever acentual que tais comentários seriam susceptíveis de repercussão em Inglaterra, onde como V. Exma. melhor do que eu sabe são seguidos com particular atenção os acontecimentos deste Domínio» (sublinhado no original)³¹⁷. Depois desta longa exposição, interessante de apreciar sob diversos aspectos³¹⁸, a recomendação de José Alvellos (Chefe dos Serviços do SPN) ao MNE seria afirmativa, solicitando «o SPN a entregar uma cópia de nova película a qual custa 100 libras». Em relação aos receios do Cônsul de Portugal «de que possa haver alguma demonstração política» diria que «devo informar que o filme já foi exibido com o maior êxito nos Estados Unidos da América e no Brasil e em algumas galas em Paris e Bruxelas, e que é ansiosamente esperado em Espanha»³¹⁹.

Intelectuais na defesa (internacional) do projecto do Estado Novo

Visitas a Portugal e de estudo

Paralelo ao esforço de colocação (e recolha) de notícias sobre Portugal no estrangeiro, e também demonstrativo das intenções do regime em aproveitar (e criar) todas as oportunidades de propaganda internacional, encontramos as visitas a

diariamente se referem com feroz acrimónia, por exemplo, aos chefes dos governos italianos e alemão». Ofício do Consulado Montreal de 7 Março 1938 para o MNE, Arquivo MNE.

³¹⁷ Acrescentaria ainda o diplomata que «Há realmente a grande possibilidade de que o contexto do citado filme, limitando-se a opor aos males da desordem os benefícios da ordem tire todo o fundamento aos receios que acima manifesto», mas, concluiria «também pode acontecer que eu esteja erroneamente atribuindo uma excessiva importância a eventuais comentários de imprensa deste país»; Ofício do Consulado Montreal de 7 Março 1938 para o MNE, Arquivo MNE.

³¹⁸ Entre os quais destacaríamos a rede de contatos utilizado pelos católicos Norte-Americanos (no seu sentido lato) e como em sua opinião poderia ajudar a alterar a percepção da opinião pública canadiana em relação a Portugal, ao mesmo tempo que se forneceria elementos importantes para a distinção e posicionamento alternativo do Estado Novo em relação ao Nazismo e Fascismo.

³¹⁹ Ofício do SPN de 2 Abril 1938 para o MNE, Arquivo MNE.

Portugal de personalidades relevantes que, sem ser um fenómeno particular de regime, foi devidamente aproveitado para realçar o interesse que tais individualidades manifestavam pelos acontecimentos em Portugal, amplificando-se as mesmas, planeadas e/ou espontâneas, com evidentes intuítos de demonstrar a ampla validação do regime e o seu grau de aprovação internacional. Complementarmente, o SPN organizará ainda a visitas de intelectuais a Portugal, em grupo e/ou individualmente, com o duplo objectivo de atrair as boas graças de tais personalidades, esperando depois agradável retorno em textos futuramente publicados.

Com base na pesquisa levada a cabo nos arquivos do MNE, assim condicionada à apreciação produzida pelo regime, a primeira personalidade de relevo a visitar Portugal nos anos 30 é o Marechal Pilsudski, que passa o Natal de 1930 na Madeira, «na villa do súbdito sueco de Koenig, no Funchal», procurando aproveitar os ares da pérola do Atlântico para melhorar as suas condições de saúde. Chegando a «Lisboa no dia 20 Dezembro» manifestara o desejo de «ser recebido pelo Presidente da República», tratando com o corpo diplomático português as questões de protocolo³²⁰. Nos anos subsequentes, outras personalidades são identificadas pelos serviços do MNE, como o General italiano Italo Balbo, fascista de primeira hora e um dos organizadores da Marcha de Roma (visita a 12 janeiro 1932), o Vice Presidente da Argentina, Dr. Julio Roca (29 de Janeiro 1933), o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros dos EUA, Henry L. Stimson (12 Maio 1932), o Ministro e ex-ministro das Colónias da Bélgica, Paul Tschoffeu e Crockaert respectivamente³²¹, o Príncipe de Gales, em visita ao Porto por ocasião da Exposição Colonial (Setembro de 1934), o Subsecretário de Estado das Finanças dos EUA, Henry Morgenthau (Setembro 1935), ou a visita do Conselheiro Federal Schultourem, e antigo Presidente da Confederação Suíça, tendo este manifestado desejo de obter audiência com Presidente Conselho³²².

³²⁰ «pede com a maior insistência que não haja, recepção, convites etc. Somente se o governo português assim o intender poderá mandar guarda de honra ao cais de embarque».

³²¹ Já referido neste trabalho, Crockaert escreverá diversos artigos elogiosos do Estado Novo.

³²² Audiência não detectada na agenda de Salazar. Ofício da Legação Berna de 27 Abril 1935 para o MNE, Arquivo MNE.

Com um carácter ligeiramente diferente, por não se referirem a personalidades com ligação directa à política, encontramos quem visitava Portugal por motivos de estudo e recolha de material informativo sobre o Estado Novo. É o caso, ainda antes da constitucionalização formal do regime, da visita «a Portugal de Sua Alteza Bapusaheb, chefe do Estado de Tchalkaranji, distrito Sul de Marata»³²³, ou da jornalista francesa Jacqueline Ponvosin que «veio a Portugal numa viagem de propaganda (...) [para] para colher elementos a fim de poder fazer em Paris, Nice, Bordéus e outras cidades francesas conferências sobre o que viu no nosso país»³²⁴. Já sob os auspícios do Estado Novo os exemplos multiplicam-se. O «Reverendo Padre Oscar del Vilar Fernandez vem estudar a legislação e orgânica do Estado Novo»³²⁵, contando para tal «fixar residência em Coimbra, por uma larga temporada, onde seguirá os cursos de Direito na sua velha e afamada Universidade»³²⁶, intenção também pretendida pela «historiadora Elisabeth Feist (com bolsa de estudo da quase inacessível Yale), referenciada como indesejável pelo governo alemão devido às suas «ligações israelitas»³²⁷, e pelo «deputado conservador por Paris, sr. Louis Rollin, ex-ministro do Comércio no gabinete Laval e um dos vice-presidentes da actual Câmara dos Deputados, e grande admirador [de Salazar], cujas obras bem conhece», que «partirá para Portugal dia 15 Agosto, e desejaria que a sua visita ao

³²³ Ofício do Consulado na Índia Britânica em Bombaim de 27 Junho 1932 para o MNE, Arquivo MNE.

³²⁴ Sobre a Madame Jacqueline Ponvosin escreveria a Director Geral dos Negócios Comerciais para o Presidente da Comissão de Iniciativa de Leiria (a 20 Setembro 1933) ser a mesma «recomendada pela Casa de Portugal em Paris e muito grato ficaria se V Exma se lhe desse todas as facilidades que lhe permitissem o bom desempenho da sua missão». Ofício da Direcção geral dos Negócios Comerciais (Director geral) de 20 Setembro 1933 para o Presidente da Comissão de Iniciativa de Leiria, Arquivo MNE.

³²⁵ Ofício do Director Geral, A Lopo Simeão de 15 Dezembro 1938 para o Secretário do Instituto para a Alta Cultura, Arquivo MNE.

³²⁶ A Legação em Santiago do Chile acrescentaria que o Padre Oscar del Vilar Fernandez «Propõe-se além disso fazer conferências literárias sobre o Chile e enviar crónicas sobre o nosso país para os dois mais importantes jornais conservadores de Santiago, o *El Mercurio* e *El Diario Ilustrado*, assim como para a imprensa de Buenos Aires. Não é o Sr. Padre del Villar inteiramente desconhecido de Portugal e, por outro lado, muitas das actividades portuguesas lhe são familiares, por intermédio do SPN que lhe tem fornecido material para artigos de imprensa, conferencias pela Rádio e nos meios culturais do Sul do País». Ofício da Legação de Portugal em Santiago do Chile de 27 Outubro 1938 para a Presidência do Conselho e MNE, Arquivo MNE.

³²⁷ Ofício da Legação em Berlim de 14 janeiro 1938 para MNE, Arquivo MNE.

nosso país fosse uma viagem de estudo, semelhantes às que fez na Itália, Alemanha e antiga Áustria, onde foi recebido pelas mais altas personalidades³²⁸.

Jornalistas

Paralelas a estas visitas, em certa medida originárias nas vontades dos visitantes, encontramos referência da passagem por Portugal de diversos jornalistas e/ou directores de jornais, identificados de forma muito específica quer em relação ao estado de simpatia que nutriam pelo Estado Novo como em relação à importância e potencial impacto dos seus órgãos de comunicação social nos respectivos países, sendo por isso seduzidos a passarem por Portugal para, devidamente acompanhados, terem a oportunidade de assistir à boa governança nacionalista e a serem *correctamente* informados sobre a mesma. Sigamos alguns exemplos. Em Março de 1935, a Legação de Londres reporta ao MNE as intenções «do jornalista Edward Walden, redactor do *Daily Telegraph*» visitar Portugal e de ter uma entrevista com Salazar, intenção prontamente apoiada porque, se «transmitida por esse grande órgão», terão «a maior importância para a opinião pública inglesa»³²⁹. Salazar trataria com António Eça de Queiroz este assunto a 19 de Março de 1936, tendo recebido Walden no dia seguinte³³⁰. Um par de meses mais tarde, a mesma Legação recordava que o citado jornalista pretende novamente «ir a Portugal em fins de Setembro ou Outubro para organizar a publicação de um número especial consagrado ao nosso país como um dos componentes do bloco esterlino», recordando a «importância do *Daily Telegraph*, que tem hoje a tiragem de mais de 400.000 exemplares e que, talvez mesmo melhor que o *Times*, reflete sempre a opinião dos meios oficiais ingleses». A sua «parca e escolhida publicidade dá pois indiscutível importância ao estudo que consagre ao nosso país» e apesar de não ter sido solicitado «algum auxílio material ou subsidio especial do Governo», é de «presumir que o venha a solicitar em Lisboa. Por ora só me pediu a cartas de

³²⁸ Ofício da Legação Paris de 27 Julho 1938 para MNE, Arquivo MNE. As agendas de Salazar não apontam algum encontro com Louis Rollin.

³²⁹ Ofício da Legação de Londres de 6 Março 1936 para o MNE, Arquivo MNE.

³³⁰ As agendas de Salazar anotam, entre 1936 e 1939 diversas entradas relativas a assuntos sobre o *Daily Telegraph* (artigos, entrevistas, e o estado das boas relações com o jornal inglês) demonstrando o bom teor das relações entre o regime português e o citado periódico.

apresentação para as entidades mais em destaque, que entendi não lhe dever recusar» (sublinhado no original)³³¹.

Ainda de Inglaterra, a Legação de Londres reportaria ainda mais dois casos de destacados jornalistas que, demonstrando interesse em Portugal, eram altamente recomendados a serem bem hospedados pelas autoridades portuguesas. O primeiro exemplo envolve o «sr. E. Sidney Smith, representante do jornal conservador inglês *Daily Express*» que exprimira vontade de «publicar um artigo sobre as nuances das relações anglo-portuguesas», neste sentido desejando «ter a honra de entrevistar algumas personagens que lhe possam expor o ponto de vista português». Na análise complementar, era adicionado que o «*Daily Express* é um dos jornais dominados pelo Lord Beaverbrook, e tem uma forte tiragem»³³². O segundo refere a «visita a Portugal do redactor do *Times*, Geoffrey Dawson, maior autoridade do jornalismo inglês» que tenciona visitar Coimbra e a Batalha. Devido à importância do periódico em causa, e da capacidade de formar opinião do seu director, Armindo Monteiro não perderia a oportunidade de deixar bem claro que entendia «necessário [que] este homem volte nosso amigo»³³³.

Neste mesmo sentido devem ser apreciadas as visitas de Etienne de Kleczkowski, «o primeiro jornalista polaco a referir-se à celebração do duplo centenário e da Restauração de Portugal», e correspondente do *Daily Mail* em Londres, e do Conde la Tour du Pin. Sobre Kleczkowski, a Legação portuguesa em Varsóvia solicitava, via MNE, que o SPN forneça «os elementos de que possa apresentar-se munido o sr. Kleczkowski, que pretende ausentar-se no dia 15». Recordava ainda César Sousa Mendes ser «o *Kurjer Warszawski*, cuja secção de política internacional está a cargo o sr. Etienne de Kleczkowski, um dos jornais mais considerados deste País e nele se tem ocupado algumas vezes o sr. Kleczkowski de Portugal, sempre em termos simpáticos para nós». Assim, continuava o diplomata português, «julgo de vantagem que se preste ao jornalista Kleczkowski a possível atenção, não pelo que já tem feito por Portugal, mas pelo apoio que poderemos encontrar nele, tanto mais que nem sempre temos sido aqui apreciados com

³³¹ Ofício da Legação de Londres de 26 Julho 1935 para o MNE, Arquivo MNE.

³³² 21 Setembro 1936

³³³ Telegrama recebido a 5 Outubro 1938 do Embaixador de Portugal em Londres, Arquivo MNE.

justiça»³³⁴. Já a visita de La Tour du Pin fora recomendada ao Embaixador em Berna pelo «director do jornal *La Garonne*, de tendências muito favoráveis ao seu país», e que em conversa pessoal lhe confidenciara as «intenções de enviar a Portugal em Agosto próximo [1938] o autor de *L'Ordre Social Chrétien*, doutrina corporativa bem conhecida, e marido da Princesa Maximilien de Crouy», para fazer «um inquérito aprofundado sobre a vida política portuguesa e o funcionamento do regime corporativo». Para tal, como nos outros casos assinalados, desejava «todas as facilidades nesta matéria e conversar com as principais autoridades especializadas na matéria, e com V. Exma, se conceder o favor»³³⁵.

Outros exemplos que merecem referência envolvem Paul Neuray, «director do jornal *La Nation Belge* (jornal nosso amigo), e hóspede do SPN»³³⁶ e Robert Moore, da *National Geography Society*. Neuray, «que sempre tem feito e continua a fazer propaganda por Portugal e a defesa e elogio do regime português», tencionava «visitar o nosso país em meados do próximo mês de Maio», passando primeiro por Espanha, «convidado, segundo julga o sr. Augusto de Castro, pelo governo nacionalista que organiza a sua viagem em território espanhol», viagem que deveria ser plenamente apoiada³³⁷. Já o caso em torno do «jornalista Sr. W. Robert Moore» realça bem as cautelas tomadas em torno de potenciais ganhos propagandísticos a favor do regime, se bem retractado na imprensa estrangeira, tendo sido dadas instruções claras para que este repórter de uma revista sem clara dimensão político-ideológica (antes dedicada à vida selvagem), fosse «esperado a bordo por um funcionário deste ministério», devendo este dispensar «todas as facilidades possíveis para o cabal desempenho da missão útil que o traz ao nosso país»³³⁸.

³³⁴ Um dos artigos de Kleczkowski escritos no *Kurjer Warszawski* foi traduzido e publicado no n. 34 do boletim do SPN. Ofício da Legação Varsóvia de 4 Julho 1938 para MNE, Arquivo MNE.

³³⁵ Ofício do Consulado de Portugal em Toulouse de 5 Julho 1938 para MNE, Arquivo MNE. Não se encontram registadas nas agendas de Salazar quaisquer conversas com La Tour du Pin.

³³⁶ Ofício do SPN de 21 Abril 1938 para MNE, Arquivo MNE.

³³⁷ Ofício do SPN de 21 Abril 1938 para MNE, Arquivo MNE.

³³⁸ Ofício do SPN de 22 Outubro 1936 para o MNE. Complementarmente, informaria o SPN o Director Geral das Alfandegas para o transporte de «3 aparelhos fotográficos e 87 dúzias de filmes», pedindo que «Se digne a mandar conceder ao mencionado Sr. Moore todas as facilidades possíveis para a entrada da sua aparelhagem e bem assim do seu automóvel, pois se trata da representação duma sociedade de alta importância científica e de propaganda».

Finalmente, o caso de A. Hermans, que fora «especialmente recomendado por um redactor do *De Tijd*», de Amsterdão, periódico considerado como «um dos principais órgãos católicos que se publica nos Países Baixos. Sem ter a categoria e a extração do *De Maasbode* (de Roterdão) que é o mais divulgado de todos, o *De Tijd* tem no entanto também forte expansão (duas edições diárias) e é tido por muitos como melhor que o *Residentiebode* (de Haia) e restantes gazetas que defendem a mesma política conservadora e católica». Deste jornal havia sido referido pelo cônsul geral de Portugal «um dos seus colaboradores e redactor da secção parlamentar, o sr. A. Hermans», que «juvenil ainda, inteligente e culto, e tem-se mostrado simpaticamente atraído para a acção reformadora que se está operando na terra portuguesa» e prestado «desinteressados, repetidos serviços a Portugal, pondo em relevo, em vários artigos, a nossa organização corporativa, a situação política e financeira, etc» contando para tal dos elementos úteis por vezes fornecido «para a publicação de notícias e crónicas relativas ao nosso país» (sublinhado no original). «Pelos motivos expostos», José de Lima Santos, Cônsul em Amsterdão, dizia-se «convencido que se um convite para visitar Portugal lhe fosse dirigido ele aceitá-lo-ia gostosamente e escreveria interessantes artigos de reportagem não só no jornal onde trabalha, como também noutros 6 ou 7 pertencentes do Consortium da imprensa católico» (sublinhados no original)³³⁹. O estratagema, bastante próximo do que encontramos na Noruega, cuidadosamente pensado pelo diplomata português devido a «informações que discretamente recolhi», apontava que «o referido convite deverá ser feito por intermédio da direcção do jornal *De Tijd* para ser acolhido e que o sr. Hermans só poderá realizar esta visita durante 15 dias, nas férias do próximo natal»³⁴⁰; terminando o cônsul a apresentação da sua estratégia solicitando a «V Exma [que] se digne a elucidar-me sobre a idoneidade daquele jornal, ou a fazer a indicação de qualquer outro que melhor possa servir o interesse do nosso país». Não conseguimos confirmar se esta visita terá tido lugar ou não, mas as agendas de Salazar não anotam nenhuma entrevista com o referido jornalista.

Uma última dimensão a reter, nesta placa giratória informativa entre jornalistas forasteiros e o Estado Novo, com a qual nos deparámos no decurso da

³³⁹ Ofício legação em Haia de 26 Setembro 1938 para MNE

³⁴⁰ Ofício legação em Haia de 26 Setembro 1938 para MNE

nossa investigação, tem a ver com a apresentação de serviços da parte de jornalistas *freelancers* ao Estado português. Pelo menos numa circunstância tal comportamento foi detectado, no caso Pal Balazs, jornalista húngaro correspondente do *Az Est* em Amsterdão, que em carta directamente endereçada ao SPN, em Maio de 1938, sugeria ser capaz de colocar artigos de interesse a Portugal na imprensa holandesa³⁴¹. Na citada missiva, referia o magiar «que na Holanda se ignora demasiado o vosso país», sugerindo «captar a atenção do público holandês sobre todas a curiosidades, todas as belezas desconhecidas de Portugal; coisa que, como correspondente na Holanda do *Az Est* de Budapeste, e graças às excelentes relações com a imprensa holandesa, me será fácil de fazer». Para estes intuitos, solicitava «que me enviem fotos interessantes e diversas, fotos actuais acompanhadas de artigos sobre o folclore, os costumes, as novidades, ensaios, produtos literários, entrevistas, etc, em francês, alemão ou inglês», estando «em troca disposto a vos oferecer 50% dos honorários que receba»³⁴². Neste caso, como aliás no de Hermans, não conseguimos apurar os seus desenvolvimentos, apenas referindo que não nos deparámos, nas diversas consultas a artigos recolhidos, a algum texto da autoria de Pal Balazs, nem com este autor o SPN terá estabelecido uma relação privilegiada³⁴³.

A caravana de intelectuais de 1935

Talvez o melhor caso da vontade de captar a atenção e o imaginário de intelectuais para a defesa pública do Estado Novo tenha sido a organização da visita de um alargado conjunto de personalidades literárias a Portugal em Junho de 1935, mais um excelente exemplo do carácter interventivo da máquina de propaganda do regime. Elaborado directamente por António Ferro, este alargado leque de personalidades da vida literária e artística europeia percorreria, durante um par de semanas, e em caravana, o País-postal devidamente preparado e desenhado para *francês ver*. Em Lisboa o grupo teria a oportunidade participar num extenso conjunto

³⁴¹ Ofício do SPN de 5 Maio 1938 para a Secretaria-Geral do MNE acusando a recepção do ofício e carta do sr. Pal Balazs de Amsterdão. Cf. Arquivo MNE.

³⁴² Ofício do SPN de 5 Maio 1938 para a Secretaria-Geral do MNE, acusando a recepção do ofício e carta do sr. Pal Balazs de Amsterdão. Cf. Arquivo MNE.

³⁴³ Ver Anexo 3.

de actividades lúdico-ideológicas devidamente preparadas, e encenadas, para deixar uma marca bem positiva. Assim, estes convidados iriam passar revista aos principais ex-libris arquitectónicos do regime³⁴⁴, observar in loco o alargado programa associado às festas da cidade, destacando-se, mas não só, as Marchas realizadas a 10 de Junho (com a presença de Salazar)³⁴⁵. Fora da capital o grupo visitaria o Buçaco, a Nazaré, Alcobaça e a Batalha, numa declarada missão de exposição e divulgação de portugalidade com vista à sua imediata disseminação pelo espaço mediático europeu³⁴⁶. Entre outros, foram pessoalmente convidados por Ferro os espanhóis Wenceslau Fernández Flóres, Marquês de Quintanar, Ramiro de Maeztu, Miguel de Unamuno; os francófonos Georges Duhamel, François Mauriac, Maurice Maeterlink, Jacques Maritain, Pierre Daye³⁴⁷, Jérôme Tharaud, Jules Romains, Alfred Agache³⁴⁸, Wladimir d'Ormesson; o alemão Hans-Friedrich Blunck; e os latino-americanos Gabriela Mistral e Ribeiro Couto³⁴⁹. Um elenco de luxo, maioritariamente recrutado

³⁴⁴ Destacando-se a visita ao Instituto Nacional de Estatística e o recém-concluído Instituto Superior Técnico.

³⁴⁵ E agora em ambiciosa versão no espaço público, saindo assim do Parque Mayer. Recordemos que as Marchas da Cidade de 1935 foram as primeiras a desfilar pelas artérias da cidade (entre 1932 e 1934 realizaram-se no Parque Mayer) e as únicas a percorrerem Lisboa entre a Praça do Comércio e o Marquês de Pombal. Em 1935 a Marcha de Benfica, apadrinhada por Beatriz Costa, foi a vencedora, com música de Raúl Ferrão e letra de Norberto de Araújo. Em Lisboa, nesse mesmo mês de Junho de 1935 seriam ainda organizadas as Grandes Festas Militares (decorrente entre 18 a 28 de Maio, organizadas pela revista Defesa Nacional com a presença do Exército, GNR, Guarda Fiscal e Polícia), a I Exposição Filatélica, a Exposição Antoniana e a Feira do Livro (todas inauguradas a 1 de Junho), o II Circuito Automobilista (no Parque Eduardo VII), I Exposição Internacional de Aeronáutica (no Pavilhão de Exposições do Parque Eduardo VII), o Torneio mediável (organizado nos claustros do Mosteiro dos Jerónimos), e finalmente o cortejo medieval (dirigido por Leitão de Barros).

³⁴⁶ Um outro exemplo Portugal de como Portugal, em meados dos anos 30, era objecto de interesse, nesta caso académico, foi a constatação de verificar que Coimbra se encontrara no roteiro preparado pelos *Summer Courses Abroad* para o verão de 1936 desenhado para estudantes e professores norte-americanos, que passaria por Coimbra entre 20 de Julho a 30 Agosto, oferecendo-se cursos em Língua e Literatura portuguesa; História e Geografia de Portugal; Língua e Literatura francesas, inglesa, alemã, espanhola e italiana. História da Arte portuguesa. Literatura brasileira.

³⁴⁷ Jornalista e escritor belga associado ao *Rexismo*, movimento de extrema-direita nacionalista e anti-bolchevique belga, próximo da Falange espanhola e da Guarda de Ferro de Corneliu Zelea Codreanu, e depois do nazismo. Com base na Revista Rex, esta vertente fascista belga terá algum sucesso eleitoral nas eleições de 1936

³⁴⁸ Urbanista francês e colaborador com o Estado Novo de Getúlio Vargas, responsável por diversas intervenções urbanísticas no Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Curitiba.

³⁴⁹ Entre outros, foram pessoalmente convidados por Ferro os espanhóis Wenceslau Fernández Flóres (escritor, humorista e jornalista galego), Marquês de Quintanar (da Geração de 98), Ramiro de Maeztu (jornalista e ensaísta católico conservador), Miguel de Unamuno (escritor e ensaísta espanhol, membro da Geração de 98); os francófonos Georges Duhamel (escritor e membro da academia francesa), François Mauriac (membro academia francesa, escritor, futuro Nobel da literatura 1952), Maurice Maeterlink (belga, Nobel da Literatura em 1911), Jacques Maritain (filósofo católico francês), Jérôme Tharaud (escritor e futuro membro da Academia francesas em 1938), Jules

no campo da direita nacionalista, contendo um conjunto de personalidades de relevo amplamente consagradas internacionalmente e com excelente visibilidade, e das quais Ferro esperaria bom retorno para tamanho investimento, tratando a oportunidade como um verdadeiro assunto de Estado, garantindo que nada faltasse aos convivas, nem eventos, entrevistas com jornais nacionais, ou acesso directo a Salazar, como o comprova a autêntica romaria que se assiste em São Bento entre os dias 10 e 13 de Junho, altura em que o Presidente do Conselho receberá, consecutivamente, P. Crochant, Jules Roman e Makter (10 Junho), J. Tharaud e Pierre Daye (11 de Junho), W. D’Ormesson, Blunck, J. Maritain (12 Junho) e Alfred Agache, Maeterlink, F. Mauriac, Duhamel, W. Flores, Marques Quintanar (13 Junho).

Para enfatizar a visibilidade deste evento, Ferro articularia um conjunto de entrevistas entre jornalistas portugueses e algumas destas personalidades, destas com Salazar (como acabámos de ver), procurando imediatamente seguir o que se publicara no estrangeiro³⁵⁰. Das entrevistas conduzidas em Portugal, e para citar apenas algumas, o Marquês de Quintanar, autor do prólogo da 2ª edição da Aliança Peninsular de António Sardinha, admirador confesso de Maurras e apoiante de Primo de Rivera, frequente visitante de Portugal³⁵¹, considerou a sua visita em 1935 como a melhor que havia feito; François Mauriac, entrevistado pelo *Diário de Notícias* (23.06.1935), referiria que a juventude portuguesa estava tão próxima de si como os seus amigos parisienses, enquanto Maurice Maeterlink, que mais tarde escreveria o prefácio a *Une Révolution dans la Paix*, faria notar - também em entrevista ao *Diário de Notícias* (8.06.1935) -, que as impressões da sua estada em Portugal tinham sido bastante similares às que tinha recebido de Itália. Nesta sua circulação pela Europa fascista, o belga acrescentava sobre Salazar que «este grande Homem que os lidera não é somente um notável político [como produz] interessantes escritos. Só posso congratular Portugal por ter encontrado um Chefe

Romains (escritor e poeta francês), Wladimir d’Ormesson (jornalista e diplomata francês no Vaticano, membro da academia francesa); o alemão Hans-Friedrich Blunck (academia Alemã, jurista, ocupará diversos postos de índole cultural e institucional na Alemanha nazi); e os latino-americanos Gabriela Mistral (poetisa chilena) e Ribeiro Couto (jornalista, magistrado, poeta brasileiro, academia brasileira de letras).

³⁵⁰ O SPN editaria ainda, como já fizemos referência, em 1939 uma publicação exclusivamente dedicada à presença dos intelectuais franceses na Capital portuguesa, as *Fêtes de Lisbonne*.

³⁵¹ Entre 1930 e 1937, Quintanar visitou o país diversas vezes, geralmente acompanhado por Manuel Bueno, Maetzu ou José Maria Pemán

merecedor do seu passado e civilização». Já Ramiro de Maetzu³⁵², que publicará no *ABC* as suas impressões, em entrevista com o *Diário de Notícias* (6.06.1935) notava que em Espanha «progredia um espírito tradicionalista na juventude, muito na linha do integralismo português, quando Sardinha o dirigia». Miguel de Unamuno será o único a desafinar a partitura alegre de Ferro, mostrando-se desconfiado da ditadura escolástica e beligerante do Estado Novo. Diria, contrariando as impressões de Maetzu, que a «juventude portuguesa estava perdida, pois via-os todos como direitistas», reclamando o Estado Novo como um «fascismo académico - quer em sentido pedagógico como doutrinário», sendo a «ditadura nucleica que Oliveira Salazar representa uma ditadura académica e militar, ou, se quiserem, uma escolástica de tipo-Guerra»³⁵³.

Curiosos e aficionados

Outras das funções internacionais da máquina de propaganda do SPN era a de responder a solicitações sobre as concretizações políticas do Estado Novo, sendo frequentes, e de origem distinta, os pedidos de solicitação provenientes do estrangeiro. Estes na generalidade requeriam apoio informativo para a preparação de conferências, artigos, ou livros de temática variada, da história à política, e informações de carácter legal referentes ao desenho constitucional e à organização corporativa portuguesa. De vários exemplos, destacaríamos, pela dimensão comparativa, o pedido do Secretário-geral do *Comitée d'Entente Nationale*, N. Nicolae, que, em pleno debate constitucional em França, e pretendendo aí «introduzir o regime corporativo», dirigiu-se «à Legação de Portugal em Paris solicitando a legislação que regula esta matéria no nosso país, assim como qualquer comentários que as estações competentes julguem acrescentar»³⁵⁴. No mesmo

³⁵² Ramiro de Maetzu apoiante de Primo de Rivera, membro da geração de 98, paulatinamente se encaminhará em torno de um pensamento mais católico, tradicionalista e nacionalista, sendo assassinado numa prisão em Madrid, aquando do assalto das tropas de Franco à Capital espanhola. Será ainda o autor do prólogo da primeira edição espanhola d'*A Aliança Peninsular* de António Sardinha.

³⁵³ Sobre esta visita de 1935, e o seu impacto na imprensa espanhola, ver anexo 4.

³⁵⁴ Ofício da Legação de Paris de 18 de Maio 1934 para o MNE, Arquivo MNE. Na resposta ao pedido, Luís de Sampayo rogava que se dignem a «satisfazer o pedido expresso, ordenando que sejam

sentido, com menor impacto institucional, encontramos a solicitação do jornalista Rey Alvarez da revista *La Cité Chrétienne*, «que pretende organizar um estudo sobre o movimento corporativo em Portugal e publicar no boletim do Banco de Bruxelas um artigo sobre a renovação económica e financeira realizada por sua Exma o Presidente do Conselho», solicitando para o efeito um conjunto de publicações específicas devidamente elencadas. Na impossibilidade da Legação em Bruxelas as fornecer, solicitou esta representação diplomática ao MNE que lhes fornecesse os elementos solicitados³⁵⁵.

Interessante é ainda observar o interesse de alguns estudantes, como o caso de Raymond Masse, de Lévis, Província do Quebec (Canadá), aluno na escola de ciências sociais, económicas e políticas da universidade de Montreal, «humilde estudante e também jornalista iniciante», que se veria muito «reconhecido se enviassem publicações documentais sobre Portugal», pois «o vosso país tem muito interesse mas pouca documentação disponível»³⁵⁶, ou o australiano N. J. De la Colina, «estudante que ouvi muito falar do revivalismo português sob o sistema corporativo, construído sob a Encíclica papal *Quadragesimo Anno*» e que, perante a dificuldade em «encontrar literatura sobre o sistema corporativo e, sendo católico, gostaria de me tornar mais embebido com o que, estou certo, seja este sistema maravilhoso. Ficaria muito grato se me pudessem fazer o favor de enviar a literatura relativa à sua doutrina, suas instituições e especialmente economia», terminando referindo que «como não entendo português, agradecia que me enviassem literatura em inglês ou espanhol»³⁵⁷. Não nos foi possível saber se o pedido vindo do Canadá foi satisfeito. Nem se o jornalista letão Janis Kalnins, que queria «escrever sobre Portugal e a sua linda metrópole Lisboa, mas lamentavelmente não tenho materiais disponíveis» tenha recebido o seu pedido de «propaganda oficial do

enviadas a este ministério as traduções francesas, se as houver, das publicações solicitadas». Ofício do Subsecretário de Estado das Corporações e Providencia Social de 8 de maio 1934 para o MNE.

³⁵⁵ Lisboa, 21 Janeiro 1936 para MNE. Em concreto eram solicitados as seguintes obras: H. Cabrita, *La Verité sur Salazar*, Editorial Império, Lisboa, 1934; F. E. Da Silva, *Les fiannces portugaises d'après Guerra*, M. Giard, Paris, 1934; Da Costa, *La Nation Corporative. Textes légaux et commentaires*, Imprimerie Nationale, Lisboa, 1934; A. Oliveira Salazar, *Les concepts économiques et sociaux de la Nouvelle Constitution*, Tiré à part des "Cahiers Corporatifs", Lisboa, 1933; R. De Lordello, *Le Chômage et l'emploi dans le regime corporatif*, Ed. Império, Lisboa, 1935; A. Da Costa, *Faits et principes corporatifs*, L. J. Rodrigues & Ca, Lisboa, 1934».

³⁵⁶ 11 de Maio 1938.

³⁵⁷ Ofício Legação de Melbourne de 12 Janeiro 1938 para MNE

governo ou sobre a constituição política, economia, turismo, cultura, etc»³⁵⁸. Mas sabemos que a Legação em Melbourne conseguiu satisfazer o pedido de Colina³⁵⁹. Estes exemplos soltos permitem apreciar que o interesse pelo Estado Novo alcançava os quatro cantos do mundo, apesar de condicionado novamente pela origem ideológico-geográfica dos requerentes e/ou religiosa (como no caso dos estudantes católicos)³⁶⁰.

Palavras em defesa do Estado Novo: Conferências e conferencistas.

Para finalizar a nossa análise à máquina de propaganda do SPN falta-nos apreciar uma amostra do conjunto de conferências que, no estrangeiro, e sob patrocínio do Estado Novo, transportariam as boas novas do regime em períplos propagandísticos pelo território europeu, tema que, novamente, por si só merecia a atenção de uma tese. Começamos por dar relevância à «missão de propaganda a França» durante a passagem de ano de 1931 para 1932 levada a cabo por António Ferro, antes ainda de receber formalmente a nomeação para dirigir o Secretariado de Propaganda Nacional, e de conduzir as amplamente divulgadas entrevistas a Salazar (de Dezembro de 1932). Sabendo de tal périplo, a Legação de Portugal em Bruxelas recordava a «conveniência de que esta missão seja estendida à Bélgica, onde aquele senhor poderia, com pequeno dispêndio de tempo, realizar algumas conferências extremamente úteis e oportunas»; iniciativa «desde já assegurada de maior êxito» pela diplomacia portuguesa em Bruxelas³⁶¹. Infelizmente, responderia o MNE que, apesar da «conveniência de que o jornalista António Ferro realize algumas conferências nas três ou quatro principais cidades desse país», os «limites de tempo e do orçamento não permitem porém que seja estendida à Bélgica a

³⁵⁸ Circular da Legação de Riga de 21 Abril 1938 para o MNE a informar o contacto do jornalista Janis Kalnins, Arquivo MNE.

³⁵⁹ « Já foram enviadas as publicações em inglês e espanhol editadas por este organismo (sobre sistema corporativo existente em Portugal pedido pelo sr. N. J. De la Colina (Melbourne, Austrália)», Ofício do SPN de 19 Fevereiro 1938 para MNE, Arquivo MNE.

³⁶⁰ Recordamos que a Letónia depois do Golpe de Estado de Ulnamis (1934) era um Estado autoritário.

³⁶¹ Ofício da Legação de Portugal em Bruxelas de 2 Janeiro 1932 para o MNE, Arquivo MNE.

missão de propaganda de que foi encarregado»³⁶², bloqueando-se assim as intenções de Alberto de Oliveira, Ministro de Portugal em Bruxelas (futuro diplomata em Roma).

Já devidamente enquadrados e sob patrocínio directo do Estado Novo encontrámos os périplos de Fernando Emydio da Silva e do jornalista d'A Voz, Pedro Correia Marques. O «Doutor Fernando Emydio da Silva, como subsidio de uma viagem ao estrangeiro em propaganda do interesse nacional» receberia «pela verba n. 1 do art. 30º do capítulo 4º do orçamento em vigor (...) 10.000\$00 (dez mil escudos)», com a qual (pelo menos) faria conferências em Paris, Bruxelas e Varsóvia³⁶³. Em Paris, a sessão «no salão nobre da Faculdade de Direito, a 8 do corrente [1938], sobre Reforma do Orçamento em Portugal, foi muito brilhante e escutada com o maior interesse por um público numeroso composto em grande parte por professores da Universidade e de personalidades em evidência nos meios financeiros deste país», conferência que seria notícia pelo menos no jornal *Excelsior*³⁶⁴. O êxito seria repetido na capital belga³⁶⁵, e em Varsóvia, onde a palestra – também sobre a restauração financeira de Portugal – seria publicada nos n. 5 e 6 (193-194) da revista literária *Przegląd Wapolezeany*, depois de traduzidos pelo dr. Estanislau Wodkiewics, decano da faculdade de letras da universidade Joseph Pilsidski³⁶⁶. Em Varsóvia encontrava-se também, em Julho de 1938, «o jornalista Pedro Correia Marques, chefe de redação de *A Voz*, o qual, a convite do Ministro da Polónia em Lisboa, veio aqui com o fim de publicar uma série de artigos sobre a Polónia», e expor «as circunstâncias em que, graças ao Governo presidido por V. Exma, hoje se encontra o nosso país»³⁶⁷. Uma vez mais demonstrativo da efectividade do aparelho de propaganda e das redes entretanto construídas entre o corpo diplomático português e personalidades de relevo nos respectivos países, César de Sousa Mendes, «para facilitar a missão do jornalista», relacionou-o com «o

³⁶² Carta de Fernando Branco para Alberto de Oliveira, Ministro de Portugal em Bruxelas, de 15 Janeiro 1932, Arquivo MNE.

³⁶³ Ofício da Legação de Paris de 15 fevereiro 1938 para o MNE, Arquivo MNE.

³⁶⁴ Ofício da Legação de Paris de 15 fevereiro 1938 para o MNE, Arquivo MNE.

³⁶⁵ Ofício da legação em Bruxelas de 26 Abril 1938 para o MNE, Arquivo MNE.

³⁶⁶ Ofício da Legação em Varsóvia de 11 Julho 1938 para o MNE, Arquivo MNE.

³⁶⁷ Ofício da Legação em Varsóvia de 7 de Julho 1938 para o MNE, Arquivo MNE.

jornalista polaco Etienne de Kleczkowski, do *Kurjer Warszawsk*, amigo de Portugal, que aproveitou a ocasião para o entrevistar»³⁶⁸.

Também com relevo destacaríamos as conferências proferidas por Marcello Caetano na aula magna da Universidade Gregoriana, com referências no *Osservatore Romano* através de crónicas «do jurista professor De Sanctis e ainda do Conde Della Torre»³⁶⁹; e a do professor Cabral Moncada na Universidade de Hamburgo sob o título “Portugal visto política e culturalmente”, onde o «orador fez elogiosas referências à obra nacional-socialista e ao Führer, recebendo fartos aplausos, que chegaram por vezes a interromper a palestra, caso raro em Hamburgo»³⁷⁰. Em «iniciativa do centro de cultura portuguesa e brasileira» da citada universidade, os seus ecos espalharam-se nos «jornais *Hamburger Fremdenblatt*, *Hamburger Tageblatt*, *Hamburger Nachrichten* e *Amburger Anzeiger*»³⁷¹. Ainda em Hamburgo destacamos outras duas conferências. A primeira realizada em 1936 e apresentada sob o título “Estado e Imprensa em Espanha e Portugal”, seria realizada pelo Dr. F. H. Kluge, docente para assuntos de imprensa na Universidade Hanseática de Hamburgo, que, colocando em relevo o Presidente do Conselho³⁷², proferiu diversas referências de «entusiástica simpatia pelo nosso País e confiança no seu futuro e nas qualidades e energia, preservação e civismo largamente demonstradas, disse, por muitos portugueses³⁷³. A segunda palestra proferida pelo professor auxiliar de filologia românica Henri Meier na Universidade de Rostock (em Dezembro de 1938), «perante público bastante numeroso (...) discorreu sobre a história de Portugal, e ainda sobre o actual momento de reconstituição nacional». De um modo geral, «e sem embargo de vários erros provenientes de deficiente informação, pode considerar-se francamente agradável» a «iniciativa do instituto Ibero-Americano nesta cidade (Hamburgo) e do seu Museu Etnográfico», que seria posteriormente noticiada no *Hamburger Fremdenblatt* e no *Hamburger Anzeiger* ³⁷⁴. Na recta final

³⁶⁸ Ofício da Legação em Varsóvia de 7 de Julho 1938 para o MNE, Arquivo MNE.

³⁶⁹ Ofício da Legação na Santa Sé de 21 Abril 1938 para MNE, Arquivo MNE.

³⁷⁰ Ofício do Consulado Portugal Hamburgo de 27 Maio 1939 para o MNE, Arquivo MNE.

³⁷¹ Ofício do Consulado Portugal Hamburgo de 27 Maio 1939 para o MNE, Arquivo MNE.

³⁷² Ofício do MNE de 19 Fevereiro 1936 para o Ministro Alberto Veiga Simão, na Legação de Berlin , Arquivo MNE.

³⁷³ Ofício de 19 Fevereiro 1936 para o Chefe de Gabinete Ministro das Colónias, Arquivo MNE.

³⁷⁴ Ofício da Legação em Berlim de 2 de Dezembro 1938 para MNE, Arquivo MNE.

da década de 30 multiplicar-se-iam o número de palestras e colóquios sobre o Estado Novo realizados no estrangeiro, exemplos possíveis de consultar no anexo 6.

Como vemos, e havíamos identificado na introdução deste trabalho, a circulação de intelectuais e de ideias no espaço político das direitas durante o período entre-guerras era bastante intenso, moderno na sua forma de comunicação e articulado de maneira a retirar o máximo rendimento dos recursos disponíveis. Esta secção demonstra ainda a intensidade e diversidade dos pontos de contacto de intelectuais portugueses com o resto da Europa, e não necessariamente a dominada politicamente pelo autoritarismo, como nos demonstra o périplo de António Ferro a França. Aliás, se surpreende é a presença lusitana em espaços culturais bem distintos das tradicionalmente utilizadas por intelectuais portugueses, bastante à vontade com o mundo francófono, mas com evidentes distâncias do resto. Assim, e ainda que a maioria dos exemplos provenham de espaços com ligações históricas a Portugal (França, Espanha, Itália), vemos jornalistas e conferencistas portugueses na Polónia, por exemplo, espelha bem o alcance e interesse (cruzado) da rede construída entre regimes autoritários, que se apoiam reciprocamente, o que confirma a circulação, oportunsdes de contágio e difusão entre intelectuais a operarem no campo das direitas na Europa do entre-guerras.

Quem escrevia sobre Portugal (e algumas ausências de vulto)

Como acabámos de observar, era bem extensa e diversa a quantidade de periódicos e jornalistas que cobriam, com alguma frequência, os assuntos políticos portugueses, a maioria devidamente informados e acompanhados pelos serviços do Estado luso. Da selecção que neste trabalho demos conta, decerto não completa e imperfeita, e como temos enfatizado condicionada pelas nossas fontes, destacamos o facto da grande generalidade dos que escrevem e se interessam por temas portugueses se encontrarem no campo da direita, variando entre o fascismo e integralismo (nomeadamente em França, Itália, Alemanha, América Latina e na

Europa Central e de Leste), a democracia-cristã e radicalismo católico (Estados Unidos, França, Irlanda) e o conservadorismo tradicionalista (Reino Unido).

Validando esta notoriedade, são os frequentes e laudatórios, artigos de jornais, revistas, *hebdomadaires* ou revistas literárias que podem ser encontrados em muitos meios de comunicação assumidamente conservadores. Começamos pelo mundo francófono, destacando os franceses *Le Figaro*, *Comedia*, *Le Jour*, *Le Temps*, *Paris-Soir*, *Les Nouvelles Litteraires*, *Journal des Debats*, *Temoignages de Notre Temps*, *Petit Journal*, *Tribune des Nations*; *Le Mois*, *Le Petit Dauphinois*, *Photomonde*, *L'Europeen*, *Temps*, *London-Paris Agency*, *Journal des Debats*, *Le petit Parisien*, *Tribune des Nations*, *L'Echo de Paris*, *L'Informacion*, *Le Matin*, *Essor Colonial et Maritime*, *Journal des Nations*, *Les Nouvelles Litteraires*; os belgas *Revue Belge*, *La Nation Belge*, *Journal du Matin*, *Midi Journal*, *Soir*, *L'Independece Belge*, *La Quinzaine Coloniale*, *Dépêche Colonial*; *L'Informateur*; ou os suíços *Journal de Geneve*, *Gazette de Lausanne*. Na Europa germanizada, referimos pelo seu historial o *Deutsche Allgemeine Zeitung*, *Frankfurter Zeitung* (até 1934) ou o *Europaische Revue*; no Luxemburgo o *Luxemburger Wort* e na Áustria *Newe Frei Press*. No mundo latino, destacamos os periódicos conservadores e tradicionalistas espanhóis *ABC*, *El Siglo Futuro*, *Informaciones*, *El Diario Universal*, *El Debate*, *El Imparcial*, *El Liberal*, *Heraldo de Madrid*; o italiano *Corriere della Sera*, os brasileiros *Diário de São Paulo*, *Correio da Manhã*, *Correio do Povo*, *Jornal do Comércio*, *Diário da Manhã*, *Diário de São Paulo*, os argentinos *El Mundo*, *La Nacion*, *La Prensa*; os chilenos *El Mercurio*, *La Nación*, e o cubano *El Mundo*. Já na Europa Central e de Leste, com as mesmas reservas em relação ao carácter não radical dos órgãos escolhidos, realçamos os polacos *Kurjer Polski* *Nowa Prawda*, *Ilustrowany Kurjer Codsienny*, *Treza* e *Gazeta Warszawska*; os húngaros *Pester Lloyd*, *Guggetlenseg*, *Ujsag*, *Fuggetlenség*, *Ost-Kurier* e *Esti Ujsag*. Entrando na Europa democrática, salientamos os noruegueses *Norges Handels og Sjoefarstidende*, *Aftenposten*, *Berlingske Tidende*, *Tidens Tegn* (até à sua deriva nacionalista); o sueco *Svenaka Dagladet*, os holandeses *De Tijd*, o *Algemeen Handelsblad*, *Maasbode*, *Nieuwe Rotterdamsche Courant*, *Maasbode*, *Algemeene Handelsblad*, *Aftenpost*, *Morgenblad*, *Vaderland*, e a revista ilustrada *Het Zwart Goud*, E finalmente no mundo anglo-saxónico, devemos identificar os

periódicos britânicos *The Morning Post*, *The Daily Telegraph*, *The Observer*, *The Listener*, *Daily Express*, *The Times*, *The Quarterly Review*, *Financial Times*, *Financial News*, *Daily Mail*, *Evening News*, *Daily Independent*, *Sunday Times*, *Daily Herald*; e as revistas generalistas anglo-saxónicas *Time Magazine* (Estados Unidos da América), *Financial Times* ou *The Economist* (Reino Unido), a *Foreign Affairs* ou o *The Financial Review of Reviews*. Na imprensa colonial identificámos a *La Presse Maroccaïne*, *The Evening News of India*, *The New Review* de Calcuta, e o *Cutting Press* (África do Sul).

Apesar desta larga visibilidade, a maioria do apoio a Salazar, e a sua base leal de apoiantes, era proveniente dos meios católicos e radicais. Assim, e com pouca surpresa, assistimos a extensos artigos sobre Salazar e o Estado Novo em publicações de cariz assumidamente católicas, órgãos comunicativos associados directamente à Igreja, a algumas dioceses ou movimentos/associações como o eram o *La Croix ou Croix des Hautes Alpes* (França), *The Christian Science*, *The Pilot*, *The Catholic World* (EUA), *Action Catholique* (Canada), *Revista Javeriaba* (Colombia), *Nordisk Ugeblad for Katholke Kristne* (Dinamarca), o *Diário de la Marina* (em Cuba), o *Courrier de Genève* (Suiça), o *L'Italia* (importante periódico no entre-guerras italiano), o *Catholic Herald* e o *The Irish Catholic* ou *Irish Independent* (Irlanda), o *Vingthième Siècle* ou o *Libre Belgique* (jornal belga de grande circulação), o *Cele Trei Crişuri* (Roménia) ou os jornais do Vaticano, o *L'Osservatore Romano* ou *Il Messaggero*. Interessante neste ponto é verificar a presença de diversos periódicos norte-americanos que transportariam o Estado Novo português para o novo mundo, dele se apropriando dos seus traços *vaticanistas*, procurando assim por uma alternativa quer ao capitalismo democrata norte-americano como aos fascismos totalitários alemão e italiano.

Complementarmente a estes exemplos, que como católicos seguiam naturalmente os passos de um dos seus principais líderes europeus (e que os continuarão a seguir e reportar sobre Portugal no pós II Guerra), encontramos os meios fascistas e radicais, que também com alta regularidade publicavam sobre a revolução ordeira do Estado Novo, sobre o Ditador português e sobre a sua doutrina política, quer através de artigos apologéticos como de críticas construtivas e (em muitos casos) paternalistas. Referimo-nos neste caso a jornais e revistas como os

franceses *Action Francaise*, *Candide*, *Je Suis Partout*, *La Revue Universelle*, *Gringoire*, *Candide*, os belgas *L'Ordre Corporatif* ou *Rex*, ou o *The Spectator* no Reino Unido. Na Europa da Nova ordem encontramos na Roménia o *Neamul Românescl. Țara Nouă*, *Universul*, *Dimineatza*, *Cuvantul*, *Mescarea Adeverul*, *Universal*, *Neamul Romanesc*, ou a revista de Manoilescu *Lumea Nouă*; na Húngria o *Das Schaffende Ungarn* patrocinado pelos Nazis, o *Esti Ujsag* ou o *Uj Magyararsag*, na Jugoslávia a revista *Obitelj*, e na Polónia o *Kurjer Poranny*, tido como o *Diário da Manhã* local. Naturalmente que será em Itália, Alemanha e em Espanha (nacionalista) que encontraremos o maior conjunto de publicações assumidamente radicais. De Itália destacamos o *Avvenire d'Italia*, *Agenzia d'Italia*, *Il Giornale d'Italia*, *Il Sole*, *La Provincia de Padova*, o *L'Ambrosiano*, *La Stampa*, *L'Impero*, *Il Nuovo Cittadino* (Génova), *La Nazione* (Florença), *Gazzetta di Venezia*, *Il Nuovo Giornale* (Florença), *Corrieri di Napoli*, *Il Gazzettini* (Veneza) *Illustrazione del Popolo*, ou o *Libro e Moschetto*. Na Alemanha o *Das Reich*, *Kölner Zeitung*, *Hamburger Tageblatt*, *Magdenburgische Zeitung*, *Spandauer Zeitung*, *Freiburger Zeitung Stuttgart*, *N. S. Kurrier*, *Potsdamer Togezeitung*; *Der Weg Zur Vollendung* (darmstadt), *Volkisher Reobachter*. E finalmente de Espanha o *La Voz*, *La Libertad*, *Ahora*, *La Epoca*, *El Sol*, *La Nation*, *Ya*, *Blanco y Negro* e *Pueblo Il Siglo Futuro*.

Notar que a maioria destes periódicos seguiam linhas bem definidas e posicionavam-se no campo político que apoiava maioritariamente soluções autoritárias, não estranhando que albergassem jornalistas profissionais, filósofos, escritores ou ensaístas, personalidades que, na essência, partilhavam as visões anti-bolcheviques, anti-democratas e tradicionalistas de Salazar. É necessário tomar ainda em consideração que a influência, ou mesmo visibilidade de Portugal no panorama internacional tinha sido reduzida no século XIX. E agora conseguira, este país considerado por muitos como periférico, dependente e politicamente inábil, construir um (aparente) Estado forte, socialmente pacificado e organizado no meio do impacto da crise de 1929, suficientemente confiante para apresentar-se como exemplo de como construir num Estado. Era essa a narrativa subjacente à propaganda nacionalista portuguesa, assente primeiro no *milagre das finanças* e,

depois, no carácter de um ditador escolar e católico. *Portugalizer* era um termo que em meados dos anos 30 começava a ter um novo sentido. Naturalmente que auxilia a compreensão de tamanha e alargada admiração o facto dos discursos de Salazar, bem como os êxitos públicos do regime, terem sido essencialmente recebidos e interpretados aos olhos do que a máquina de propaganda do regime produzia e exportava, como temos referido ao longo deste trabalho³⁷⁵. E Ferro, bem consciente do efeito divulgador da sua extensa rede de contactos, promovia intensas relações intra-pessoais (bem como institucionais) com um conjunto vasto de intelectuais de diversas origens e proveniências, rede que posteriormente expandia ao Ditador, para que este a personalizasse. É ainda interessante observar o critério cuidado na seleção das intervenções do ditador português a serem traduzidas para outras línguas, traduções escolhidas de forma a se adaptarem a determinado público e determinado regime político, variando de acordo com as características democráticas ou autoritárias da audiência a atingir³⁷⁶. Ferro tiraria ainda vantagem dos amplos recursos e produção macro-económica à disposição do novel Instituto Nacional de Estatística (cujo novo edifício se assumia como paragem obrigatória em qualquer visita organizada para impressionar visitantes estrangeiros) para apresentar as cuidadosamente manufacturadas comparações sistematizadas da meta-data desenhada pelo regime para empiricamente provar os impactos positivos dos seus sucessos macro-económicos, sempre apresentados como contra-ponto às políticas menos realizadoras da República³⁷⁷.

³⁷⁵ Ver, por exemplo, a circular de 4 de Agosto de 1938 do SPN às Embaixadas e Legações portuguesas no estrangeiro assumia que «uma relação das obras de autoria de S. Ex^ª. O Presidente do Conselho» havia sido remetida para todas as Legações de Portugal no estrangeiro, «juntamente, por se afigurar igualmente de utilidade para os fins em vista, uma lista das principais obras sobre Portugal editadas no estrangeiro». Cf. Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3, Maço 711-712-713, Armário 1.

³⁷⁶ Por exemplo, as edições alemãs enfatizavam os aspectos autoritários do regime e o sucesso da luta contra os movimentos da oposição (omitindo as referências negativas de Salazar ao Nacional-sindicalismo, ou ao seu carácter pagão e totalitário, por exemplo), Já a edição britânica preocupava-se em destacar os traços católicos de Salazar e os desenvolvimentos estatísticos do *Estado Novo*.

³⁷⁷ O advento de serviços estatais centralizados de produção estatística, apesar de não serem um fenómeno fascista per se, foram importantes peças na estratégia de comunicação política de diversos regimes autoritários na Era dos Fascismos, especialmente devido ao papel decisivo que estas instituições tinham em providenciar à população em geral informação 'neutra' da política macro-económica (habitualmente apresentada numa perspectiva positivo/negativo com as substituídas democracias liberais). O *Instituto Nacional de Estatística* seguiu a mesma tendência de centralizar numa única instituição toda a produção de macro-data produzida pelo Estado, apesar do instituto

No entanto, um olhar mais atento a algumas publicações relevantes no período entre-guerras, escritas por reputados académicos e intelectuais versando sobre a situação política internacional dos anos 30, ajudam a ilustrar que a influência e visibilidade de Salazar era, em certa medida, limitada no reconhecimento e aceitação. Por exemplo, em ambas as obras publicadas pelo Conde Sforza, eminente diplomata italiano, sobre política europeia e ditaduras (*European dictatorships*, 1931 and *Europe and Europeans: a study in historical psychology and international politics*, 1936), Salazar e o Estado Novo não são mencionados de todo. Da mesma forma que ficou o português totalmente de fora de outras significantes publicações, como o livro de C. D. H. Cole and Margaret Cole *The intelligent man's review of Europe today* (Cole and Cole, 1933), de Albert Carr *Juggernaut; the path of dictatorship* (Carr, 1939), ou na obra colectiva editada por Vera Micheles Dean, John C de Wilde, Bailey W. Diffie, Charles A. Thompson, Mildred S. Werheimer, *New governments in Europe: the trend toward dictatorship*, (Dean, Wilde, Diffie, Thompson, Werheimer, 1937)³⁷⁸. Mais significativamente, ainda como exemplo ilustrativo da falta de reconhecimento, encontramos ainda o livro de Emil Ludwig, *Nine etched from life* (também publicado sob o título *Leaders of Europe*), onde o alemão magnificou a vida dos grandes estadistas do seu tempo, ignorando olímpicamente Salazar na sua escolha de personalidades maracantes da sua época, fixando-as antes nos exemplos de Fridtjof Nansen, Tomáš Masaryk, Aristide Briand, Walther Rathenau, Guiseppe Motta, Lloyd George, Eleftherios Venizelos, Benito Mussolini and Josef Stalin (Ludwig, 1934)³⁷⁹.

português ter menos recursos que os seus congéneres alemães e italianos (respectivamente o *Statistisches Reichsamts*, centralizado em 1936 e o *Istituto Centrale di Statistica*, criado em 1926). Outros exemplos são ainda o Institutul Central de Statistică na Roménia (creado em 1936) ou o *Główny Urząd Statystyczny* polaco (criado em 1918 e renovado por Pilsudski em 1929).

³⁷⁸ Neste volume, Portugal foi apenas referido no contexto da Guerra Civil de Espanha.

³⁷⁹ Fridtjof Nansen (1861 –1930), explorador norueguês e Alto Comissário da Liga das Nações para os refugiados, posição pela qual recebeu o Prémio Nobel da Paz em 1922. Tomáš Masaryk (1850 – 1937), Presidente da República Checoslovaca entre 1918 e 1935. Aristide Briand (1862 – 1932), diversas vezes Primeiro-ministro francês e co-laureado Premio Nobel da Paz (com Gustav Stresemann) pelo sucesso do Tratado de Locarno. Walther Rathenau (1867 –1922), político alemão, Ministro dos Negócios Estrangeiros responsável pela assinatura do Tratado de Rapallo, em 1922. Giuseppe Motta (1871 – 1940), membro do Conselho Federal Suíço entre 1911e 1940 e Presidente da Liga das Nações entre 1924 e 1925. Lloyd George (1863–1945), Primeiro-ministro britânico entre 1916 e 1922. Eleftherios Venizelos (1864 –1936), Primeiro-Ministro grego entre 1910 e 1920 e entre 1928 e 1932. Benito Mussolini (1883 –1945) e Josef Stalin (1878–1953) dispensam apresentação.

Portugal, quando fora do espaço confortável da direita autoritária, corporativa e/ou católica, escapava com frequência à atenção.

Conclusões

Pelo exposto nesta parte, depois de revistas as principais funções, objectivos e instrumentos ao dispor da máquina de propaganda internacional do Estado Novo, colocada em prática pela articulação do SPN com os serviços diplomáticos do Estado, julgamos que deixámos bem claro que, para o regime, a dimensão internacional da propaganda político-ideológica assumia importância suficiente para que fossem dedicados recursos (humanos, políticos e financeiros) à missão de divulgação e propagação da mensagem do regime, cuidando em detalhe da sua reputação (matéria aliás consagrada legalmente no Decreto-Lei 23.505 de 25 de Setembro de 1933). Não pretendemos, no entanto, defender uma tese puramente legalista, pois a intervenção portuguesa no estrangeiro era essencialmente política e obedecia a uma leitura que, pelo menos desde o «relatório Ochoa» de 1932, tinha identificado na boa imprensa estrangeira uma mais-valia para as relações internacionais do regime, em especial em países considerados estratégicos para a diplomacia portuguesa (como o Reino Unido), centros de difusão cultural de grande impacto (como a França) e onde o estado da imprensa era considerado livre (como a Holanda e os países nórdicos), até porque sabia que poderia beneficiar do alcance das redes de jornalistas, intelectuais, homens de Letras e personalidades públicas baseadas nestes centros.

É neste sentido que devem ser entendidas as centenas de relatórios para as Necessidades, as inquirições acerca de articulistas, os convites a jornalistas e intelectuais estrangeiros, as intervenções directas de diplomatas portugueses em órgãos de comunicação no exterior, o manuseio cuidado da agenda de Salazar de forma a agradar visitas sonantes ou com potencial de reportagem de impacto positivo. Naturalmente que não procuramos defender a ideia de que esta dimensão ideológico-cultural seria considerada como prioritária para as relações internacionais do regime, em especial durante o contexto da Guerra Civil espanhola. Mas apenas que deve ser considerada como parte de uma estratégia que forneceria importantes

elementos de uma argamassa diplomática que pretendia, sempre, salvaguardar a sobrevivência do regime e do seu Império Colonial. E assim, por exemplo, sabendo da necessidade de garantir apoio britânico para a defesa destas declaradas intenções, ganha o relatório de Armindo Monteiro sobre o imperativo de garantir boa imprensa no Reino Unido nova importância de análise, pois sabia o regime da importância da opinião pública e publicada inglesa na formação da sua política externa, sendo decisivo Portugal ter presença própria, devidamente controlada, na imprensa britânica.

Não sendo este um fenómeno exclusivo do Estado Novo, na medida em que tais necessidades não foram conceptualizadas depois da institucionalização do SPN³⁸⁰, nem pela primeira vez colocadas em prática no consulado de Salazar, a verdade é que a operacionalidade da máquina de propaganda internacional do regime seria amplamente aperfeiçoada com a entrada em cena do SPN, e da sua articulação com os serviços diplomáticos do Estado. Neste sentido, depois de estrategicamente terem sido identificadas como prioridades deste aparelho de divulgação a defesa das principais linhas político-ideológicas da mensagem oficial do Estado Novo a uma nova audiência, as principais preocupações dos ideólogos da propaganda seriam, em nossa opinião, circunscritas à (1) produção e divulgação de material informativo; (2) distribuição deste acervo propagandístico às redes existentes e/ou construídas³⁸¹; (3) controlo da colocação da informação, (4) recolha qualitativa e crítica do material publicado sobre Portugal; (5) intervenção político-diplomática aquando da apreciação de material não condizente com as directrizes do regime, e finalmente; (6) compilação para efeitos de divulgação interna dos principais artigos e referências (positivas) publicados sobre a vida política portuguesa.

Finda esta parte, interessa agora, para os nossos propósitos, contextualizar o que descrevemos nas primeiras duas partes deste trabalho com o ambiente

³⁸⁰ como nos comprovam as diversas comunicações de Legações e Embaixadas no estrangeiro que antes da formalização do SPN solicitavam e/ou sugeriam serviços de imprensa e tratavam de elaborar serviços de clipping e de colocação de artigos especificamente desenhados para relevar o papel internacional de Portugal.

³⁸¹ Embaixadas e Legações sediadas em Portugal, postos diplomáticos portugueses no estrangeiro, directores e jornalistas em meios de comunicação no exterior, intelectuais a vulgo engajados no projecto do Estado Novo

internacional da época, ou seja, como inserir, comparativamente, o discurso e a narrativa do Estado Novo nas dinâmicas político-ideológicas da Europa da Nova Ordem, desta forma procurando apresentar o modelo português como um regime política e socialmente viável, ideologicamente consolidado, capaz de ombrear de forma complementar ao fascismo (e nazismo), sem negar a sua filiação. Como veremos, parte da estratégia passaria por continuar a apresentar o Estado Novo como um modelo corporativo-autoritário próximo dos ideais expressos pelas Encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, como um modelo Vaticanista, próximo do Corporativismo Integral de Mihail Manoilescu. Formatos suficientemente distantes do estatismo italiano e do paganismo alemão para poderem ser assim entendidos (e apreendidos) por intelectuais e políticos vagueando pelo espectro político das direitas conservadoras e radicais do período entre-guerras. E desta forma considerado como modelo a seguir por países a embarcar em processos de transição (ou consolidação) de modelos de gestão autoritários, em especial em países que partilhavam com Portugal uma posição periférica (ou semi-periférica) no sistema internacional (europeu), bem como a mesma relação centro-periferia e interacção com os principais centros emissores de padrões comportamentais político-ideológicos (nomeadamente a Alemanha, Itália e França). Países que, pela necessidade de no período entre-guerras enveredarem na persecução de novos projectos de regeneração etno-cultural de cariz identitário de matriz nacionalista, autóctone e autárquico, procuravam se desassociar destes mesmos centros, ou pelo menos deixarem apenas de consumir doutrina e prática política, assim se entendendo a atracção de modelos como o português, que aparentemente tinham conseguido alternar esta dinâmica (passando também a produzir, exportar e difundir doutrina). Na próxima parte iremos observar com algum detalhe o impacto do modelo português na Europa periférica onde a diplomática portuguesa considerava significativo manter postos diplomáticos activos e de relevo, ou seja, o arco Varsóvia/Budapeste/Bucareste. Nos restantes países a presença lusa era residual, mesmo considerando os respectivos processos de desmantelamento de modelos liberais e transição para o autoritarismo, como o eram os Países Bálticos, a Grécia, a Jugoslávia, a Bulgária (ou mesmo a Albânia).

Parte 3. O Estado Novo como uma 3ª via na Nova Ordem?

As entrevistas de Ferro a Salazar

Como já referimos noutras partes deste trabalho, o dinâmico processo entre o SPN, os serviços diplomáticos do Estado e intelectuais estrangeiros demonstravam um sofisticado estratagema de propaganda internacional esboçado por Ochoa e implementado por Ferro e desenhado a exportar o modelo do Estado Novo a uma ampla audiência estrangeira, relevando o papel do SPN na colocação de material propagandístico de relevo em diversos órgãos de comunicação no estrangeiro, com a intenção de apresentar Portugal como um novo actor político de relevo a ser considerado por quem, na Europa da Nova Ordem, procurava substituir modelos institucionais liberais por sistemas de matriz autoritária. Nesta parte iremos analisar a estratégia que se encontrava subjacente à tradução e publicação de livros de e sobre Salazar, ou seja, material de grande alcance doutrinário desenhado com o propósito de apresentar o Ditador português a uma audiência estrangeira, e consolidar a ideia de que o modelo do Estado Novo poderia ser tido em consideração como um caso de sucesso, apostado – retoricamente – em construir um espaço próprio, uma terceira via, entre as «terceiras vias» prometidas pelo fascismo italiano e pelo nacional-socialismo alemão.

A primeira peça desta estratégia será a tradução das cinco entrevistas de Ferro a Salazar conduzidas em Dezembro de 1932 para o *Diário de Notícias*, que serviram para apresentar o novo *premier* português à população em geral e para o recém-empossado Presidente do Conselho condicionar o debate constitucional em curso³⁸². Efectuadas como uma réplica das entrevistas de Ludwig a Mussolini (também de 1932), as intenções de Ferro eram de transformar o austero professor de finanças públicas da Universidade de Coimbra, um ex-seminarista e uma das

³⁸² E para Salazar justificar as características liberais da futura Constituição. Como já referimos na parte 1, antecipando forte crítica da parte dos radicais e integralistas, Salazar justificou o compromisso constitucional com o liberalismo pela «falta de preparação» do Povo português para um Estado corporativo puro, assim preservando uma Assembleia Nacional directamente eleita. Ao mesmo tempo, convencido que «em 20 anos não existirão assembleias legislativas na Europa», considerava estas instituições liberais como provisórias, a serem substituídas quando a evolução da cultura política portuguesa o permitisse (Ferro, 1933).

principais figuras do Partido Católico, um elitista conservador formado de uma mescla entre as tradições culturais contra-revolucionárias e pensamento integralista católico, alguém visceralmente inadaptado ao *glamour* e *milleux* político da capital num moderno (e popular) ditador sintonizado com a vitalidade e necessidade de apelo às massas, para tal utilizando os mais eficazes meios de comunicação política à disposição no início dos anos 30, no caso um jornal de grande tiragem e impacto (mais tarde, o regime irá tirar também proveito da rádio, quer através do Radio Club Português como, depois, criando a Emissora Nacional). Um Chefe moderno conectado com o seu Povo e com a Nação através de um canal directo, ultrapassando a tradicional dependência dos partidos como intermediários (Rosas, 2003). Para Salazar, por outro lado, estas entrevistas serviriam para anunciar e cimentar a sua liderança, garantir à esperada audiência que a Ditadura Militar encontrara o seu Chefe (e que o regime tinha todas as condições de prevalecer), e finalmente para apresentar o seu mapa institucional, e pretensões de reformar a mentalidade dos portugueses (Rosas, 2013).

Publicada em Portugal numa edição de larga escala³⁸³, com o título *Salazar, o Homem e a sua Obra* (Ferro, 1933), o livro seria rapidamente traduzido para francês, a audiência favorita de Ferro, como *Salazar, le Portugal et son Chef* (Ferro, 1934). Para aumentar o seu impacto, Ferro convidaria Paul Valéry para prefaciar uma cuidada edição francesa, organizando complementarmente uma luxuriosa apresentação do volume (com conferência de Valéry) no Hotel Ambassadeur, em Paris³⁸⁴. A subtil adaptação terminológica e linguística do título francês (também utilizada na versão italiana – *Salazar, il Portogallo e il suo Capo*), bem como a meticulosa escolha do prefaciador e da editora (Grasset), revelavam as intenções de expor espectacularmente Salazar como um ditador em perfeita sintonia com as características políticas e ideológicas do seu tempo, inserindo-o directamente na dinâmica da Nova Ordem Fascista Europeia como um novo actor, vanguardista, a

³⁸³ A primeira edição teve 125.000 cópias, muitas adquiridas 'voluntariamente' pelos diversos Órgãos administrativos do Estado, em especial Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, tornando-o um texto de consumo obrigatório.

³⁸⁴ Helena Matos dá-nos conta que Paul Valéry teria sido pago 2500\$00 pelo seu prefácio, uma soma considerável à época, e de que a festa de lançamento no Hotel Ambassadeur teria custado 2300\$00 (Matos, 2004).

considerar³⁸⁵. O estratagema, com o auxílio directo do aparelho diplomático na distribuição do volume (já referimos vários exemplos neste trabalho), resultou na perfeição, sendo o livro objecto de grande atenção, amplamente recenseado em artigos de jornais e revistas francesas (muitos deles completados com entrevistas a Ferro), com os seus ecos a atingirem a Bélgica, Polónia, Roménia, Hungria, Noruega, Itália, o Vaticano, Argentina, Brasil, Espanha, Chile, Inglaterra, os Estados Unidos, Canadá e mesmo Cuba³⁸⁶. Para as edições espanholas, italianas e inglesa, Ferro replicaria a ideia de convidar personalidades eminentes para prefaciarem a tradução, escolhendo o poeta catalão Eugenio d'Órs para a edição espanhola, Corrado Zoli, à altura presidente da Real Sociedade de Geografia italiana (e amigo pessoal de Ferro) para a edição italiana, e o Prémio Nobel da Paz de 1925, Sir Austen Chamberlain, para uma controversa edição inglesa.

Além das polémicas reflexões de Chamberlain, que veremos adiante, as escolhas de Ferro provaram ser bastante profícuas, uma vez que quer Valéry como d'Órs e Zoli, seguindo a narrativa oficial do regime, publicamente louvaram as qualidades políticas únicas, a solidez intelectual e o papel de Salazar como ideólogo e «Homem de Acção»³⁸⁷. Ademais, o «extremamente bem pago prefácio» de Paul Valéry (Matos, 2003) em torno da ideia genérica de que seriam as Ditaduras modernas a resposta política para a necessária transformação do espírito europeu (Valéry, 1934) contribuiria complementarmente para o debate que dominava a teoria política dos anos 30, em especial a França de 1934. O francês, partindo da ideia de que a energia criativa e civilizadora do *Espírito Europeu* se havia esvaziado e perdido entre as linhas de trincheiras que haviam rasgado o velho continente da

³⁸⁵ Em nota a edição francesa, os editores reconheceram que o título tinha sido alterado «para melhor informar o público francês do conteúdo do livro» (Ferro, 1934).

³⁸⁶ Exemplos desta ampla recepção foram as resenhas, em França, no *La Vie Intellectuelle* (por Jean Duriau), *Les Nouvelles Littéraires* (por Lucien Dubech), *Le Figaro*, *Le Temps* ou *Candide*. For a do território francês encontramos ainda referências na Bélgica (*La Revue Catholique des Idées*), Espanha (*Gazeta del Norte*, *El Liberal*, *Debate*, *Época*, *ABC*), Inglaterra (*The Times*), Estados Unidos (*New York Herald*), Canadá (*Action Catholique*) e Cuba (*Action*).

³⁸⁷ Complementarmente, haveria ainda edições no Chile (*Salazar, Portugal y su Jefe*, Santiago del Chile, Biblioteca Ercilla, 1935) e na Índia portuguesa (*Salazar, Munis Anim Tachó Vaur*, prefácio de Oliveira Salazar, Lisboa, Oficinas Gráficas da Sociedade Editorial ABC, 1938).

Flandres a Trieste³⁸⁸ e da observação persistente da falência do modelo liberal-capitalista incapaz de gerir a Crise de 29 (ou de lhe providenciar soluções), embarcaria numa exploração de fórmulas alternativas de gestão da *Res Publica*, nomeadamente após a instauração, e consolidação, de dois modelos alternativos, ambos implementados no início dos anos 20: o Fascismo italiano e o Comunismo soviético. Este debate pode ser encontrado em todos os Países europeus, sem excepção. Para as nossas intenções interessa relevar a importância das características e pormenores técnico-constitucionais portugueses e a exploração das nuances ideológicas que poderiam permitir ao Estado Novo português procurar se diferenciar dos modelos fascistas e nazis através de uma retórica de rejeição dos conceitos de totalitarismo e estatismo dos modelos fascistas e nacional-socialista, propondo invés o conforto dócil do corporativismo católico português.

Regressando ao prefácio de Valéry, na sua opinião «a imagem da Ditadura era a resposta inevitável do Espírito quando já não se reconhecia na forma como os assuntos [públicos] eram conduzidos», apreciação que em sua opinião dominava Europa dos anos 30, sendo Salazar apenas mais um representante de tão disseminado e consensual estado mental colectivo (Valéry, 1934). Na edição espanhola Eugenio d’Ors contestaria esta decisão de Valéry em diluir Salazar na ideia geral de ditadura, destacando em alternativa o carácter missionário e a «Política de Missão» operada em Portugal desde que Salazar tomara controlo do leme das finanças, desenvolvendo uma «política de professor, de austero técnico, procurando a competência, o estudo elaborado e a preparação especializada». Para o catalão, Salazar era tido como «um déspota iluminado», como um político com uma missão: impedir em Portugal a convulsão e tumultos na vida política nacional e instaurar uma «ditadura de inteligência». Neste sentido, para d’Ors, Salazar engajara numa nova cruzada, providencialmente intervindo nos assuntos públicos portugueses como alguém apostado em salvar um povo bárbaro da sua selvajaria endémica; como um pedagogo que lida com crianças normais como se fossem cegas (d’Ors, 1935). Já Corrado Zoli, no seu prefácio a *Salazar, Il Portogallo e Il suo Cappo*

³⁸⁸ E que em parte auxiliaria à explicação da hegemonia dominante dos Estados Unidos – e do Presidente Wilson – na definição político-constitucional, e ideológica, do novo *mapa mental* europeu consagrado nos tratados de Paz de 1919 – 1922.

(publicado na colecção *Sprazzi dell'idea fascista sul mondo*, decidada a exportar as ideias fascistas pelo mundo), apreciaria de forma diferenciada as realizações do Estado Novo, justificando as críticas de Salazar ao modelo italiano pela falta de informação e conhecimento sobre o que se passava em Itália e devido à propaganda «demo-maçónica» ainda relevante em Portugal, para tal convidando o Presidente do Conselho a uma visita de Estado, proposta nunca aceite (Reis Torgal, 2009)³⁸⁹. Neste sentido, para Zoli, o Estado Novo deveria ser entendido como uma afirmação nacionalista, de consenso nacional, e que, mesmo que Salazar procurasse diferenciar o modelo português do fascismo, sendo mais as suas semelhanças que diferenças, era evidente que o produto político português deveria ser entendido como (mais) um rebento do fascismo italiano que um regime autónomo e desligado dos ecos de Roma (Zoli, 1934; Reis Torgal, 2009)³⁹⁰.

Já Austen Chamberlain produziria uma intensa recensão crítica do Estado Novo, e conseqüentemente de Salazar, o que levaria a que a edição inglesa fosse adiada até 1939, já depois da morte do Nobel da Paz³⁹¹. Nesta crítica, Chamberlain atacaria abertamente a falta de liberdades individuais em Portugal, afirmando que como inglês valorizava em demasia os valores da liberdade, assim não se dispondia a pagar o preço de viver em sociedades pacificadas por regimes de matriz autoritárias, como as ditaduras de Hitler, Mussolini ou Salazar. Neste sentido, apesar de reconhecer muitas das virtudes políticas de Salazar, era evidente que este prefácio não se encontrava na linha dos elogios públicos feitos por Valéry ou D'Ors, por exemplo, tendo Ferro não só sentido necessidade de adiar a publicação como ainda de refutar, publicamente, os escritos de Chamberlain com uma nova e extensa entrevista com Salazar, cinco anos depois das conversas originais, postumamente

³⁸⁹ É interessante verificar os fracos laços entre os CAUR (*Comitati d'Azione per L'universalità di Roma*) e Portugal (Kuin, 1993). Nos seus dois congressos, Portugal esteve representado pelo poeta Eugénio de Castro (em Volta, Itália, em 1932) e por António Eça de Queiroz, colaborador de Ferro no SPN (Montreux, Suíça, em 1934) (Kuin, 1993).

³⁹⁰ Como diferenças eram essencialmente apontadas a falta de um movimento revolucionário pré-Estado e o parco papel e características do Partido Único, a União Nacional. Entre as semelhanças, eram apontadas o regime de Ordem e Autoridade, sintetizando o italiano que «de um ponto de vista prático, [o Estado Novo] apresenta não poucas analogias com o regime fascista» (Zoli, 1934).

³⁹¹ Austen Chamberlain receberia em 1925 o prémio Nobel da Paz pelo seu trabalho, como Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, no Tratado de Locarno.

confrontando assim o inglês com os sucessos entretanto gerados, e propagandeados, pelo Estado Novo.

A retórica do Estado Novo na procura de uma terceira via na Nova Ordem internacional: *Une Revolution dans la Paix e Comme on Relève un État*.

Paralelas a estas interpretações, e nos anos subsequentes, Salazar seria complementarmente recebido e interpretado por diversos meios de comunicação e em diversos círculos académicos e intelectuais não só como um tecnocrata com um impressionante currículo ministerial mas também como um ideólogo e intelectual Cristão com uma bem definida doutrina e modelo político: o corporativismo (integral)³⁹². Manoilescu, espécie de «Salazar manqué» (Schmitter, 1974), que seguia de perto a actividade política e doutrinaria de Salazar pelo menos desde os seus tempos de director da revista *Lumea Nuoă*³⁹³, seria crucial no reconhecimento da importância do Estado Novo no panorama autoritário europeu, como já referimos, em especial depois de lhe consagrar algumas curtas referências no amplamente consultado *Le Siècle du Corporativisme* (até porque o volume é publicado em 1934), e mais tarde dedicando-lhe mais atenção em *Le Parti Unique* (Manoilescu, 1934, 1937). O romeno aliás, encontrava-se suficientemente impressionado com o desenvolvimento e sucesso estatístico do corporativismo português para, depois da sua visita a Portugal em 1936, confidenciar a Salazar as desejadas intenções de escrever extensamente sobre o caso nacional em *Le*

³⁹² Exemplo do interesse académico sobre o Estado Novo de Salazar, e o seu modelo corporativo, são as tese de doutoramento de Odette Sanson, *Le Corporativisme au Portugal*, publicada pela Libreria Technique et Économique, em 1937, em Paris; André de Leffe, *La Rénovation du Portugal par le Président Salazar*, tese apresentada a 9 de Junho de 1942 na Faculdade de Direito da Universidade de Poitiers; Raul Leal, *Contribution à l'Étude des Idées Politique et Sociales de l'École de Coimbra*, Tese apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Paris em 1941, depois publicada no mesmo ano pela Maurice Lavergne, Paris; e F. I. Pereira dos Santos, *Un État Corporative. La Constitution Sociale et Politique Portugaise*, tese apresentada na Universidade de Louvain em 1935 e publicada pela Librairie du Recueil Sirey em Paris, 1935, com prefácio de R. Georges Renard. Na Suíça Gonzague de Reynolds organizou para o ano académico de 1936 um seminário exclusivamente dedicado ao *Estado Novo*, com focos nos seus aspectos económicos e financeiros, e nas suas características morais e nacionalistas (sobre este aspecto, ver carta de Gonzague de Reynolds a Salazar datada de 27.10.1935, cf. IANTT /AOS/COE/3.18.1). Um exemplo final do interesse pelo caso português é o volume publicado na Turquia com a questão *Olivera Salazar kimdir? Korporatizm nedir?* (Quem é Oliveira Salazar, o que é o corporativismo?)

³⁹³ Revista romena do dedicada ao estudo comparado do corporativismo.

Corporativisme Verifié, o cobiçado – mas nunca completo (ou publicado) – volume comparado sobre o corporativismo (integral) em acção³⁹⁴.

Em todo o caso, em finais dos anos 30, o Ditador português encontrava-se no pico da sua popularidade, sendo publicamente apreciado por intelectuais e jornalistas de renome espalhados essencialmente pelo espaço mediático das direitas europeias e (latino) Americanas, um público alargado em plena Época dos Fascismos³⁹⁵. Portugal tornara-se inclusive uma espécie de destino favorito para algum ‘turismo ideológico’ (especialmente francófono), recebendo o país, e Salazar regularmente a visita de eminentes intelectuais estrangeiros, como já aferimos neste trabalho, com António Ferro a desempenhar papel central na micro-gestão desta rede. Exemplo da ligação de Salazar a uma extensa e alargada rede de intelectuais pode ser apreciada no elenco dos que trocavam correspondência com o ditador português. Entre eles encontramos os renomados jornalistas franceses Jules Sauerwein, Emile Schreiber, o poeta catalão Eugenio d'Ors, o novelista francês Jacques de Lacretelle, o filósofo suíço Gonzague de Reynold, o escritor belga Albert T'Serstevens, o jornalista húngaro Vid Michelics, o teólogo suíço Philippe Mottu, o jornalista e escritor francês Wladimir d'Ormesson, o proeminente jornalista nacionalista romeno Pamfil Şeicaru, o escritor francês Jérôme Tharaud, Friedrich Sieburg, o escritor e historiador francês Charles Oulmont, o ensaísta francês Henri Massis, o historiador argentino Mario Carlos Belgrano, o historiador croata Stanko Guldescu, o director do *Daily Telegraph* Edward Walden, o director do *Le Front Latin* Philippe de Zara, o director do *Le Temps* Jacques Chasyenet, o director da *Ecole des*

³⁹⁴ Salazar e Manoilescu trocaram alguma correspondência pessoal desde 1935, e conheceram-se pessoalmente a 12 de Março de 1936, quando o romeno embarcou numa viagem a Portugal para testemunhar o corporativismo português em acção, e para apresentar uma série de conferências. Em *Le Parti Unique*, o romeno sumarizou tal encontro, destacando o carácter excepcional e enigmático de Salazar, o seu espírito católico e profundo conhecimento de *Le Siècle du Corporativism*, adicionando que era «menos expansivo que Mussolini e menos humano que Hitler» (Manoilescu, 1937). Os diários de Salazar informam-nos que tirara a manhã para ler alguns capítulos de *Le Siècle du Corporativism*, recebendo Manoilescu durante a tarde. A 17 de Junho de 1938 Manoilescu escreveu a Salazar, pedindo-lhe informações detalhadas sobre o corporativismo português, pois pretendia sobre o mesmo extensamente escrever no seu próximo volume *Le Corporativisme vérifié*, informações que prontamente recebeu via SPN (IANTT / AOS – CP – 167).

³⁹⁵ Um exemplo de tal prestígio, e visibilidade, pode ser encontrado no sucesso do Pavilhão de Portugal na Exposição de Paris de 1937 (de autoria de Keil do Amaral), galardoado com a medalha de ouro. Mais tarde a presença portuguesa no certame seria transportada para o cinema através do documentário *Portugal na Exposição de Paris de 1937*, de assinado por António Lopes Ribeiro (1942).

Roches Georges Bestier, o director do *Herald Tribune* Ogden Reid, o editor polaco Zdzisław Grabski, o filósofo francês Jacques Maritain, o escritor e jornalista francês Ploncar d'Assac, Mihail Manoilescu, o editor argentino Emilio Poblet, o ensaísta e escritor espanhol Alvaro de las Casas, o filósofo francês Charles Maurras, o político (e primeiro-ministro) francês André Tardieu, o Presidente da República da Irlanda Eamon de Valera ou o Presidente da *American Academy of Political and Social Sciences* Ernst Minor Patterson, para referir alguns dos nomes de maior destaque. A natureza da troca de correspondência de Salazar com estas personalidades era essencialmente profissional e política, poucas vezes académica, e frequentemente sofria da directa intervenção de Ferro, que identificava com quem deveria o Presidente do Conselho se corresponder, e em que qualidade.

Entretanto, a bem oleada máquina de propaganda do regime continuava a disseminar a imagem de Salazar fora das fronteiras de Portugal, validando o aforismo de Salazar de que «existe politicamente o que o público sabe que existe» (Ferro, 1933). O SPN complementou esta estratégia, como também já tivemos oportunidade de observar, compilando e traduzindo diversos discursos e intervenções públicas de Salazar, patrocinando livros, conferências e artigos por escritores estrangeiros, e construindo um rede de intelectuais embebidos na defesa da propaganda internacional do Estado Novo, especialmente brasileiros, franceses, espanhóis e italianos, no que seria mais um exemplo do alcance e capacidade de captação dos serviços do SPN³⁹⁶. Em 1937 a visibilidade internacional de Salazar foi ampliada com a publicação de *Une Révolution dans la Paix*, mais uma tradução francesa, desta feita dos seus principais discursos à data, e onde Salazar aproveitava para tecer diversas considerações amplamente elogiosas ao seu trabalho como timoneiro dos destinos da Nação³⁹⁷. Publicada pela Flammarion, editora próxima da *Action Française*, e com prefácio do Nobel belga Maurice Maeterlink (que tinha estado em Portugal durante a visita de intelectuais organizada por Ferro em 1935), o livro seguiria as pegadas de *Salazar, le Portugal et son Chef*, repetindo o seu impacto

³⁹⁶ Uma lista destas personalidades pode ser consultada no anexo 3.

³⁹⁷ Esta edição seria publicada na Polónia (*Rewolucja Pakojowa*, 1938, com prefácio de Maurice Maeterlink), na Bulgária e no Chile (*Una revolucion pacifica*, 1938). Ainda no Chile, mas no ano antes, Ramón Mondria traduziria um conjunto de intervenções de Salazar compiladas em *Oliveira Salazar definido por si mesmo* (Mondria, 1937).

internacional, em especial no de origem ou domínio francófono³⁹⁸. Henri Massis por exemplo, almoçando em Paris com António Ferro, referiu-lhe que depois da sua leitura, ficara impressionado com a sólida teoria e doutrina do homem de Santa Comba, qualificando as intervenções públicas do português como de substancial mais qualidade e interesse que as de Mussolini. O imediato sucesso comercial do livro, bem como a proximidade da Exposição de Paris de 1937, levou a que Max Fisher (editor-em-Chefe da Flammarion) seleccionasse uma secção da obra intitulada *Comment on Relève un État*, publicando-a individualmente (depois de consultar com Salazar) numa colecção de grande difusão (intitulada *La Collection à 1.95*, destinada, pelo seu preço, a atingir o grande público)³⁹⁹. *Comment on Relève un État* foi na essência uma mescla e coletânea dos principais discursos e intervenções proferidas por Salazar entre 1928 e 1930, traduzidos por Fernanda de Castro (mulher de António Ferro), nomeadamente *Os Problemas Nacionais e a ordem da sua solução*, *Política de Verdade e Princípios Fundamentais da Revolução Política* (Salazar, 1928b, 1930a, 1930b), as entrevistas de 1932 com António Ferro, e o discurso do *Ano X* da Revolução Nacional proferido em Braga a 28 de Maio de 1936. E teve a particularidade de ser uma publicação exclusivamente destinada a uma audiência estrangeira, pois só veria uma versão portuguesa já depois do 25 de Abril.

Une Révolution dans la Paix (e *Comment on Relève un État*) representam, em nossa opinião, o zénite da influência e visibilidade de Salazar no período entre guerras, não porque os livros tenham acrescentado novo pensamento à sua já sobejamente divulgada e difundida doutrina política, nem pelo pouco inspirado prefácio de Maeterlink, mas devido à longa introdução escrita por Salazar, já depois do regime ter aniquilado o Revivalho, plebiscitado a Constituição e finalizado o seu

³⁹⁸ Como exemplo, o livro foi apreciado por Robert Gale Woolbert na revista *Foreign Affairs* de Janeiro de 1938.

³⁹⁹ Depois de pedir autorização a Ferro, Max Fisher trabalhou com o General Weygand, Henry Bordeaux com o cardeal Baudrillart na selecção dos textos. Uma primeira edição rapidamente esgotou em França, despertando curiosidade suficiente para publicações nos Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha. O importante papel da Flammarion na disseminação do pensamento e doutrina de Salazar em France levaria a que António Ferro recomendasse que Fisher fosse oficialmente condecorado por Salazar (cf. IANTT/AOS/CP – 112).

desenho institucional⁴⁰⁰. E essencialmente depois do discurso do Ano X proferido em Braga ter definido as fronteiras da conduta social e política do Estado Novo, depositando as verdades inquestionáveis do regime no slogan categórico «Não discutimos Deus e a virtude, não discutimos a Pátria e a sua história, não discutimos a autoridade e seu prestígio, não discutimos a Família e a sua moral, não discutimos a glória do Trabalho e o seu dever» (Salazar, 1936). Nesta longa e auto-elogiosa introdução, Salazar aproveitaria ainda para desassociar o Estado Novo das experiências do fascismo italiano e nacional-socialismo alemão, e para apresentar a adequada grelha de leitura pela qual o modelo português deveria de ser interpretado no quadro das diferentes experiências institucionais da Nova Ordem europeia, em especial quando muitos dos países do velho continente encontravam-se em processos de revisão, ou justo tinham acabado de rever, as suas «instituições políticas, sociais e económicas» (Salazar, 1937a).

Com esta estratégia em mente, e apresentando-se como um «executor frio do interesse nacional, sem clientela ou partido», Salazar poria claro que «o Estado Novo português distingue-se de todos os outros Estados (apesar de conter algumas semelhanças com outros regimes autoritários) devido à sua clara definição ideológica»; uma intenção bem clara de dentro do turbilhão da política do período entre-guerras, destacar o regime português como uma construção política baseada num sistema assente em conceitos fundamentais definidos e consistentes, e não somente apenas mais uma aventura revolucionária. Estes conceitos fundamentais, na opinião doutrinária do regime, valorizavam a Nação, a dignidade e os direitos humanos e imponham limite à autoridade do Estado (Salazar, 1937a), sendo a estrutura filosófica do Estado Novo baseada na «moderação dos processos políticos, num são e temperado nacionalismo, uma larga base moral de todas as manifestações públicas ou privadas, na exaltação da vocação civilizacional da nossa Nação [e] no espírito e tendência educacional das nossas instituições públicas» (Salazar, 1937a). Como tal, dos cidadãos do Estado Novo era esperado que apreciassem a noção de Pátria e de solidariedade nacional, que tomassem a família

⁴⁰⁰ Como já referimos na parte 1, em Março de 1933 a Constituição do Estado Novo foi aprovada através um plebiscito nacional, em Dezembro de 1934 eleita a primeira Assembleia Nacional, e em 1935 realizada a primeira eleição presidencial.

como célula social de excelência, que respeitassem a autoridade e hierarquia, que tomassem o trabalho como obrigatório, que aceitassem a superioridade da virtude e o carácter sagrado dos sentimentos religiosos; em suma, que respeitassem e moldassem as suas vidas segundo a máxima *Deus, Pátria, Família (Autoridade e Trabalho)* (Salazar, 1937a). Complementarmente, Salazar elencaria uma completa lista de inimigos da situação, rivais e oponentes filosóficos e/ou políticos, a sua linha de divisão maniqueísta entre o “Nós” e os “Outros”: «Nós somos contra todos os internacionalismos, contra o comunismo, contra o socialismo, contra o sindicalismo libertário, contra tudo que diminui, divide e dissolve a família, contra a luta de classes, contra os sem-Pátria e sem-Deus, contra a escravatura do trabalho, contra a pura concepção materialista da vida, contra a força como fonte primária da Lei. Nós somos contra todas as heresias do nosso tempo. Nós somos anti-parlamentaristas, anti-democratas e anti-liberais» (Salazar, 1937a). A este mapa, claro e facilmente aceite por quaisquer interpretações de cariz autoritário-ditatorial, acrescentaria que «queremos construir um Estado Corporativo», entendendo corporativismo como um conceito que partilha responsabilidades económicas entre o Estado e as empresas privadas, pois «a falta deste binómio necessariamente significaria uma economia de controlo estatal» (Salazar, 1937a), um conceito distante da fórmula integral pura herdada de Manóiescu, ilustrando o desapego de Salazar perante desenhos institucionais puros e a sua preocupação em construir uma concreta (e duradoura) solução política.

Da mesma maneira que Manóiescu sentiu a necessidade de desligar o corporativismo integral do exemplo italiano (em *Le Siécle du Corporatisme*), procurando assim apresentá-lo com um alcance universal (e não apenas um modelo político-filosófico assente num exemplo concreto), também Salazar procuraria elucidar os seus leitores estrangeiros que o corporativismo português, e a revolução nacional assente no Estado Novo, não deveriam ser percebidos como um mero produto replicado do fascismo italiano ou do nazismo alemão. Já em 1932, confidenciara a Ferro que o Estado Novo encontrava-se «próximo do fascismo no seu reforço da autoridade, na guerra declarada a alguns princípios democráticos, no seu claro carácter nacionalista, nas suas preocupações com a ordem social», mas

diferente nos conceitos de estatismo e violência, «não condizentes com os brandos costumes e hábitos» dos portugueses (Ferro, 1933). Assim, e depois de ancorar as fundações políticas do Estado Novo na Nação em detrimento do Estado, Salazar desafiava os fundamentos da proposta totalitária e estatista *Tutto nello Stato, niente al di fuori dello Stato, nulla contro lo Stato*, concluindo que «se o Estado tem em si mesmo os seus fins e a razão de ser, não pode existir regra exterior que limite a sua actividade, ou algum direito fora dele» (Salazar, 1937a). De um ponto de vista retórico, para o ditador português este modelo totalitário de Estado era tido como a principal diferença entre a experiência portuguesa e as nazi-fascistas. E apesar do reconhecimento das amplas disparidades espirituais e económicas entre o nacional-socialismo, fascismo e comunismo (ou soviétismo), Salazar colava estes três regimes na sua definição de Estado e no papel designado aos indivíduos nele.

Adicionalmente, Salazar criticaria fortemente as características pagãs do nazismo, o seu anti-catolicismo e conjunto de políticas raciais, especialmente depois do conflito aberto entre o Vaticano e o III Reich durante a Páscoa de 1937, e a evidência legal da escalada e impacto social das políticas anti-semitas de Hitler⁴⁰¹. E apesar de reconhecer que «a Europa deve [a Hitler] o grande serviço de ter empurrado as fronteiras do comunismo com impressionante energia e músculo» (Salazar, 1937a), a verdade é que havia poucas semelhanças filosóficas entre o Estado Novo católico de Salazar e o «socialismo ortodoxo» de Hitler, aparte dos seus marcantes traços anti-comunistas⁴⁰². Talvez devido a estas diferenças ideológicas, e contrariamente à maioria dos países europeus, os discursos de Salazar nunca tiveram uma ampla distribuição em território alemão, sendo apenas objecto de uma cuidada mas discreta edição patrocinada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão, destinada ao corpo diplomático do Reich, intitulada *Portugal – Das Werden*

⁴⁰¹ A encíclica papal *Mit brennender Sorge* de 14 de Março de 1937 (assinada por Pio XI) fortemente condenava a «confusão panteísta nazi, [o seu] neo-paganismo, o “chamado mito da Raça e Sangue” e idolatria do Estado (*Estadolatria*)», o que motivou uma reacção anti-Católica musculada da parte do regime Nazi (liderada por Joseph Goebbels).

⁴⁰² O que não impediria que uma forte colaboração institucional entre os dois países existisse (e fosse desenvolvida) na segunda metade dos anos 30. Ainda sobre o tema das diferenças morais entre Portugal e a Alemanha, escrevia Marcelo caetano em 1937 que «entre os dois Povos existem poucos motivos de comunhão (...) e mesmo no momentâneo alinhamento na mesma luta anti-comunista não podemos esquecer que entre o regime Nazi, violentamente nacionalista e pagão, e o Estado Novo, integralista e cristão, existe uma essencial diferença de valores morais» (Caetano, 1937).

eines neuen Staats – Reden und Dokumente (Medina, 1998)⁴⁰³. Em todo o caso, as apreciações críticas de Salazar às características totalitárias dos modelos nazis e fascistas (e comunistas), apesar de alinhadas com o seu apregoador pensamento sobre a moral e os limites do Estado, serviriam essencialmente para desengajar a experiência política portuguesa de outros exemplos (extremistas) europeus, para justificar as características na revolução nacional (e o seu excepcionalismo) e fundamentalmente para abrir uma linha narrativa que pretendia explorar uma frecha entre os dois modelos hegemónicos da Europa da Nova Ordem, procurando assim justificar para si um espaço próprio na arena internacional autoritária e fascista.

Naturalmente que estas palavras, e intenções, devem ser entendidas criticamente, pois estamos perante uma versão polida do regime, uma versão propagandística dele próprio, assente para ser entendida como indiscutível e sem verificação empírica. Neste sentido, muitas das características diferenciadoras apontadas nos textos dados à estampa, e agora expostos, não sustentam uma análise crítica atenta, nomeadamente os argumentos em torno da separação do modelo português do fascismo e nazismo devido à limitação pela moral, à inexistência do estatismo e da falta de apetência totalitária do modelo português. Assim, julgamos evidente que a heterolimitação do Estado Novo pela moral e direito seja obviamente uma falácia puramente retórica, pois a moral era a que o Estado Novo definia para si próprio, tutelava e propagandeava, e o Direito o que o regime produzia autoritariamente nas instituições por si criadas e controladas (das universidades aos bancos da Assembleias legislativa). Já a demarcação ideológica do nazismo parece-nos mais saliente devido à questão religiosa, razão que em todo o caso não terá preocupado suficientemente Salazar a intervir de forma decisiva (e publicamente) nesse sentido ao longo da maioria dos anos 30, pois em nenhuma sua intervenção existe a mais leve crítica à política externa hitleriana, antes pelo contrário, a partir dos anos 30 são repetidos apoios às manobras expansionistas no

⁴⁰³ Este livro patrocinado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão continha umas breves notas escritas pela pena de Goebbels, onde o mestre da propaganda nazi reconhecia ser Salazar «um extraordinário Homem», um «prefácio diplomático» de Salazar (nas palavras de João Medina) e um «posfácio hitlerófilo» de Gustavo Cordeiro Ramos (Medina, 1998).

contexto do combate ao comunismo, além do estreitar das relações de cooperação político-institucionais entre Portugal e a Alemanha, pelo menos até 1938/39, momento em que Salazar, já no contexto da guerra civil espanhola, e mesmo apesar de algumas algumas manobras de manobra, se decide manter fiel à aliança inglesa .

Um filho de Roma. Interpretações sobre o modelo português.

Em todo o caso, como temos vindo a referir, o sistema político do Estado Novo foi interpretado de forma diferenciada, variando as opiniões de acordo com a proveniência político-ideológica, expectativas sobre o modelo constitucional português e posições sobre a validade dos novos modelos políticos autoritários emergindo no contexto do fascismo italiano. Assim, alguns autores, nomeadamente os mais radicais, no mesmo sentido dos integralistas lusos, criticarão a falta de pureza ideológica e a *falta de fascismo* da Constituição de 33 como razão principal para uma leitura decepcionada do modelo português, perdendo-se desta maneira uma excelente oportunidade de o enxertar plenamente na genealogia autoritária da Nova Ordem e apresentar Salazar como um dos seus principais frutos impolutos. Por outro lado, alguns autores católicos viam no modelo português uma evolução *democrática*, uma forma de democracia orgânica (nacionalista) capaz de providenciar uma alternativa institucional às democracias liberais oligarcas (e corruptas), dominantes do mundo anglo-saxónico, e parte da Europa Ocidental.

Tomemos em primeiro lugar em conta algumas das críticas de índole ideológica levadas a cabo por destacados fascistas italianos, como Bruno Biagi, membro do Grande Conselho Fascista, professor de Economia Corporativa da Universidade de Bolonha, e Baldi-Papini, comissário dos CAUR em Portugal⁴⁰⁴. Sem surpresa, como Zoli anteriormente, e pelas posições institucionais desempenhadas por ambos, quer Biagi, escrevendo o prefácio a *Il Portogallo d'Oggi* (compilação italiana dos discursos de Salazar), como Baldi-Papini no seu *Portogallo Nuovo*.

⁴⁰⁴ Bruno Biagi, membro do Grande Conselho Fascista, professor de Economia Corporativa da Universidade de Bolonha e deputado em 1934, passara na sua qualidade de académico por Portugal duas vezes em 1937, uma para proferir uma conferência sobre os princípios fundamentais do corporativismo, outra para receber um doutoramento *honoris causa* pela Universidade Técnica de Lisboa. Baldi-Papini, diplomata italiano, seria indicado como comissário dos CAUR em Portugal a partir de 1935.

Lineamenti critiche della riforma politico-costituzionale del Portogallo, preocuparam-se em primeiro ligar em colar o modelo português ao fascismo italiano. Biagi diria que «dentro dos regimes autoritários europeus, o português, essencialmente devido à sua ordem corporativa, encontra-se nos que são mais próximos, na sua ética, história e política, ao regime fascista», identificando no discurso de Mussolini de Novembro de 1933 os elementos fundacionais do modelo corporativo português na identificação dos «seus três pontos essenciais para a edificação de um regime corporativo, integral e fascista: um Partido Único, um Estado Totalitário e um período de ‘Alta Voltagem’», política e social, considerando que Salazar teria entendido a necessidade de seguir tais condições quando criara a União Nacional como um ponto de alta energia ao serviço da ditadura nacional, com o slogan *Tutto per lo Stato, nulla contro lo Stato* (Biaggi, 1939). Concluindo o seu argumento, considerava que o Estado Novo deveria ser definido como «totalitário, pois a Constituição define-o como unitário, uma república corporativa unida baseada na família, sindicatos, corporações, trabalho e capital» (Biaggi, 1939).

Quando comparando o processo político-constitucional português com o italiano, Biagi destacaria que, devido ao seu contexto político específico, em Itália a revolução fascista teve de ser mais rápida, decisiva, completa e disciplinada, procurando com sucesso imediatamente unir e mobilizar em seu torno todas as forças [políticas], situação inversamente sentida em terras lusas, onde a conjuntura teria permitido uma revolução pacífica (Biaggi, 1939), o que como vimos não fora de todo verdade. No que respeitava o processo de institucionalização do Estado (nas suas formas legais e institucionais), o exemplo português seguira, com rigor, o mapa desenhado em Roma. Seguindo a leitura de Corrado Zoli, Bruno Biaggi, utilizará a sua introdução a *Il Portogallo D’Oggi*, para refutar algumas das críticas do português ao modelo italiano. Agradecido por estes discursos terem sido traduzidos para italiano, porque «a Itália não pode senão simpatizar com o enorme esforço de reconstrução a ocorrer nesta nação-irmã, que encontrou o seu caminho para o futuro», Biaggi sugeria que «a leitura destas páginas irão certamente reconfirmar o *Capo* da Nação portuguesa como um dos Homens de excepção que soubera antecipar e preparar a Nova Europa» (Biaggi, 1939). Biaggi identificaria ainda que o prestígio internacional de Portugal «derivava de uma sólida organização interna e do sincero consenso do

seu Povo, resultado do trabalho do seu *Capo*, que é um constante exemplo de alta moral e qualidades políticas», sendo a sua «revolução pacífica» o traço mais distintivo, pois fora uma «revolução sem violência, sem saltos bruscos (...) e uma sucessiva, metódica e lenta construção, sempre enquadrada nos parâmetros da Lei» (Biaggi, 1939). Provavelmente mal informado, ou apenas esclarecido através da leitura proporcionada pela propaganda do regime português, o italiano omite totalmente a violência política e social ocorrida em Portugal durante os anos da Ditadura Militar, preferindo antes traçar fortes paralelos entre as evoluções políticas e constitucionais de ambos os países, referindo-se criticamente ao legado republicano, recordando as constantes lutas fratricida nas ruas e praças dos respectivos países durante o período liberal, a incerteza no futuro e a vacuidade do poder do Estado. E, partindo da opinião de que «os processos parlamentares democráticos estão finitos, sendo a sua crise universal», em Itália e em Portugal fora necessária uma intervenção tenaz e única de um individuo que concentrasse nele todo o poder e responsabilidade, transformando-se no processo num forte e seguro timoneiro do Estado, alguém que, em síntese, batalhasse pela Ordem, iniciasse uma política de Verdade e sacrifício e construísse um Estado Corporativo (Biaggi, 1939).

Nesta mesma linha comparada, Baldi-Papini iria proferir, no seu interessante *Portogallo Nuovo, lineamenti critici della riforma politico-costituzionale del Portogallo*, um conjunto de análises críticas em relação ao processo e mecanismos fundacionais do Estado Novo, dedicando especial atenção ao seu desenho constitucional e às instituições construídas nos primeiros anos do regime, em especial a União Nacional. Baldi-Papini, começa por reconhecer que apesar de ter sido dos «primeiros a abraçar a Nova Doutrina, como um filho de Roma», e de, pela «nova Constituição determinar a supressão do parlamentarismo e o reforço de poderes do ramo executivo» (e assim «similar ao Grande Conselho Fascista»), o regime de Salazar era demasiado «pessoal [e] sem personalidade», pois não nascera «da consciência popular mas antes da elaboração mental de um homem sábio que entendeu que a ditadura necessitava de carácter», e como tal, «não se encontrava gravado no sentimento da Nação». A sua estabilidade residia antes no «bom senso e razão de Salazar», assim se apresentando como «um fino produto artificial, um

mecanismo inteligente que encontrou aprovação». Neste sentido, enquanto «o fascismo é um sistema de pensamento primeiro, depois um sistema de governo, o Estado Novo é simplesmente um sistema de governo, ao qual Salazar providencia um conteúdo ideal»; assim se resolvendo o problema apriorístico de não ter a Revolução de Maio providenciado um caminho ideológico bem definido, aquando do seu assalto ao poder, tornando-se antes o Estado Novo um produto da inteligência lúcida de Salazar e do poder do Exército (Baldi-Papini)⁴⁰⁵.

Dedicando o livro aos italianos que julgavam que Portugal se encontrava morto, Baldi-Papini lembrava ser o português um admirador de Mussolini e profundo conhecedor da doutrina fascista (e corporativa)⁴⁰⁶, mas recordava que ao rejeitar quaisquer concepções totalitárias, Salazar não conseguira ultrapassar a velha teoria naturalista de deixar ser a Nação a criar o Estado, até porque «obedecer à doutrina integralista, significaria edificar um Estado absolutista», o que não acontecia no modelo luso, pois a União Nacional, apesar de ter sido criada ainda antes do Estado Novo, não tinha tido qualquer impacto na conquista do poder, nem desempenhava o desejado papel de fonte energética, a aglutinadora, das massas (Baldi-Papini, 1936)⁴⁰⁷. Assim, apesar de Salazar ser «contra partidos e extremismos», e tendo procedido «lentamente e com cautela» na edificação do seu Estado Novo, no final, «sem o desenvolvimento de um partido», o Estado Novo «representa formalmente um regime de um Povo sem qualquer critério selecto», o

⁴⁰⁵ «Revolução portuguesa nasceu de um pronunciamento militar e tornou-se uma revolução apenas porque foi tão definitiva que necessitava de um conteúdo heroico e um espírito que não tinha, na sua origem» (Baldi-Papini, 1936).

⁴⁰⁶ Referência que pode ser facilmente confirmada pela apreciação dos volumes dedicados aos estudos do corporativismo encontrados na biblioteca privada de Salazar. Ver IANTT, AOS / BP.

⁴⁰⁷ Interessantemente, Baldi-Papini afirmava ter encontrado na Acção Escolar Vanguarda (AEV) a principal peça de um sistema fascista. Sobre a União Nacional, Baldi-Papini discordava da tentativa de Salazar a apresentar como um partido-único, pois em sua opinião, e repetindo o argumento do seu artigo *Il Partito Nello Stato Fascista (Construire, Março 1934)* a União Nacional era, ou deveria de ser, uma «(1) associação com fins políticos distintos dos do Estado com (2) o objectivo de afirmar e propagandear a doutrina da Nova Ordem Nacional e de (3) prevenir, como partido-ganhador, a emergência de outros partidos; (4) providenciar, pelo menos de facto, pessoas para o governo e postos de comando (muita da sua elite tem postos de destaque na administração do Estado), (5) forte ligação à rede administrativa, estendendo assim a sua missão de controlo e vigilância política, e finalmente (6) suportando o regime, considerado como seu, o Estado Novo. Neste sentido, o italiano não entendo o porquê de Salazar não energizar a União Nacional, especialmente porque fazendo-o criaria uma válvula de segurança «importante, para nós Fascistas», que «tomamos o Partido, como qualquer Igreja, [que] necessita de reunir aos fieis em cerimónias ritualistas em reuniões», não sendo «suficiente difundir opúsculos, especialmente a gente iletrada» (Baldi-Papini).

que «confrontado com o eminente carácter aristocrático do fascismo» significaria que «ainda encarnava plenamente os conceitos democráticos». Por fim Baldi-Papini considerava as críticas ao legado liberal verificado na Constituição de 33 em certa medida injustas, pois em sua opinião, Salazar apenas as consagrara constitucionalmente para agradar aos militares liberais no topo da Ditadura, nunca tendo a intenção de as dotar de real poder, rapidamente esvaziando-as, reconhecendo ainda que a Constituição «rejeitara uma concepção totalitária», pois «obedecer à doutrina integralista, significaria criar um Estado absolutista» (Baldi-Papini, 1936).

No mesmo sentido crítico incorreram as apreciações de Gil Robles no seu prólogo a *El Pensamento de la Revolución Nacional* (edição em espanhol dos *Discursos*), seguindo o monárquico católico espanhol, editado em Buenos Aires, a bitola da falta de energia vital no Estado Novo, recordando que Salazar atingira o poder «sem uma doutrina definida e sem o apoio de um partido de massas altamente motivado e colectivamente organizado». «O 28 de Maio não foi obra de nenhuma ideologia ou partido» recordava, mas de «exclusiva responsabilidade do Exército, que teve de esperar pelo advento de Salazar para começar a construir um Novo Estado, entretendo-se, entretanto, a destruir as instituições liberais» (Robles, 1938)⁴⁰⁸. Já Friedrich Sieburg, jornalista alemão, no seu *Neues Portugal – Bildnis eines alten Landes*⁴⁰⁹, reduziria o modelo português a um conjunto de adaptações formais de outras experiencias autoritárias, «nomeadamente as italianas, pelo seu sistema corporativo, a alemã, pelas organizações da Legião e da Mocidade, e da Polónia, pela União Nacional, substituto do Partido fascista ou Nacional Socialista»,

⁴⁰⁸ Contra esta necessidade de se alcançar o poder com uma doutrina (e apoio partidário) pré-definido insurgiam-se, por exemplo, alguns católicos norte-americanos: «Baseado nas doutrinas cristãs fundamentais, o seu [de Salazar] sistema de governo foi gradualmente melhorando até se tornar num regime que é verdadeiramente português. Não foi um caso de tomada violenta do poder e aplicação forçada de um programa rigidamente planeado de antemão» (Anthony Ashley, *Social Justice* [EUA], Junho 1938)

⁴⁰⁹ Friedrich Sieburg viajou em 1937 para Portugal, a convite pessoal de António Ferro. No seu regresso à Alemanha escreveria uma série de artigos sobre as suas viagens no *Frankfurter Zeitung* e publicaria *Neues Portugal – Bildnis eines alten Landes* em 1937 (traduzido para francês por Pierre Klossowski como *Le nouveau Portugal. Portait d'un vieux pays*, 1938). Em 1939 publicaria, sobre o autoritarismo nipónico *Die stählerne Blume*. Acompanhado de António Eça de Queiroz entrevistaria Salazar nas Necessidades na tarde de 16 de Abril de 1937 (Salazar a 15 já tinha passado os olhos pelo questionário enviado por Sieburg, e entregue em audiência com Eça de Queiroz. Salazar havia dedicado, 11 de Abril, algum tempo a ler *Robespierre* do autor alemão)

identificando como referências para o modelo luso o sistema corporativo italiano, a organização legionária e de juventude alemã, e o projecto de União Nacional polaco. Na mesma linha que Baldi-Papini, Sieburg diria ser a União Nacional um dos elementos menos claros do novo sistema, inevitavelmente destinada a desaparecer, ou em ser substituída por uma organização de verdadeiro tipo fascista. Ainda de acordo com o italiano, Sieburg acrescentava que o partido único português havia seguido a linha do exemplo polaco (criada em torno de uma facção de ex-camaradas de Pilsudski), em virtude de ambos os projectos terem sido edificados na ausência de um movimento orgânico de base, pré-poder e revolucionário.

Sobre a constituição de 1933 referiria, como outros, que esta representava um volte face evidente (e negação) em relação aos princípios declarados por Salazar no discurso a 30 de Janeiro de 1930. No entanto, apesar destas detectadas deficiências, Sieburg reconhecia que o regime português tinha conseguido encetar o processo de desmantelamento de alguns traços do liberalismo (não todos, como o Parlamento, por exemplo) mas incapaz de produzir um modelo autoritário forte, sendo o Partido Único disto um bom exemplo (Sieburg, 1938). Complementarmente, perguntava «porque é que a Assembleia Nacional é ainda eleita, e não nomeada, e porque detêm ainda um determinado papel no processo legislativo?», assim mantendo a ficção e o conceito abstracto de cidadania bem activos, e tolerando que «o Presidente e a Assembleia Nacional sejam directamente eleitos por um Povo ainda não construído»; uma situação constitucional não entendida pelo alemão, para quem, no necessário processo de transformação institucional associado a um regime político da Nova Ordem, em algum momento este teria «de se purificar daqueles elementos que resistem ou recusam os novos ideais», o que visivelmente não acontecia, à luz da sua interpretação, no Estado Novo (Sieburg, 1938). Assim, era óbvio que Salazar agia prudentemente, não actuando bruscamente para acabar com as velhas formas políticas, até porque, como já referimos, na opinião do ditador português, o atraso político, social e cultural luso implicava que fosse necessário implementar um plano prévio de reeducação antes de, definitivamente, se avançar para um Estado Corporativo efectivo e funcional. Neste sentido, se Salazar considerava «o individuo fora da esfera orgânica da família, da condição social, da

comunidade, ou de outros corpos sociais», como «uma arbitrária ficção dos Direitos do Homem, elaborados de pensamento puro», seria necessário, «então, reintegrar o Homem nos seus colectivos, na sua expressão simples a Família, na mais elevada a Nação», omissão conceptual prontamente detectada no actual desenho constitucional, pois caberia apenas à «Câmara Corporativa, o papel de representar o ‘Novo Cidadão’, através de formas comunitaristas já existentes» (Sieburg, 1938). Sieburg terminaria a sua apreciação reconhecendo Salazar como «o Chefe, o Pai do seu Povo, o Imperador elaborador, o Messias e renovador», deixando em aberto a questão: «É ele um combatente ou um administrador, um técnico ou um *Führer*?» (Sieburg, 1938).

Uma vez que nos referimos à presença de Salazar na Alemanha, é importante destacar o papel do professor Ivo Dane, secretário-geral do Instituto Português-Brasileiro sediado na Universidade de Colónia, na disseminação do pensamento e acção política de Salazar e o Estado Novo, publicando o seu primeiro artigo sobre o tema no *Kölner Zeitung*, jornal de referência em Colónia, a 8 de Dezembro de 1933. O texto, intitulado “Deutschfreundliches Portugal” (“Portugal amigo da Alemanha”), louva não só as recentes transformações constitucionais ocorridas em Portugal como as benéficas referências que em Portugal encontrou aos acontecimentos alemães depois da chegada de Hitler ao poder. O artigo, escrito sob o propósito de que «a Alemanha precisa hoje em dia mais do que nunca criar amigos no Mundo»⁴¹⁰, foi prontamente referenciado na edição do *Diário da Manhã* de 5 de Janeiro de 1934, que aproveitou o facto para ligar as duas revoluções em marcha (nelas identificando idênticos propósitos de ultrapassar a anarquia reinante das *suas* repúblicas liberais, substituindo-as por modelos autoritários mais condizentes com o *espírito da época*) (Ivo Dane, *Kölner Zeitung*, 8.12.1933)⁴¹¹. Neste extenso texto, o

⁴¹⁰ «Por isso não devemos nunca esquecer-nos de Portugal que, vivendo um destino semelhante ao nosso, sabe compreender-nos e dar-nos o calor da sua simpatia» (Ivo Dane, *Kölner Zeitung*, 8.12.1933).

⁴¹¹ No jornal oficial do regime são referenciadas «a opinião leal de um alemão as elogiosas palavras de culto da categoria intelectual e profissional do dr. Ivo Dane, opinião baseada nas impressões que ele próprio colheu no seu contacto directo com as varias camadas sociais e intelectuais do nosso País, há ainda que pôr em justo relevo o seu propósito de, com o seu artigo, informar e elucidar os numerosíssimos leitores do grande matutino de Colónia sobre o sentido fundamental e os aspectos mais salientes da formidável obra de renovação que o Governo da Ditadura Nacional em feliz hora empreendeu e está levando a cabo com a segurança metódica e a energia insuperável de quem sabe

professor Dane destacava as diferenças entre a Espanha (republicana) e Portugal, referindo que *nuestros hermanos* criticam frequentemente os desenvolvimentos políticos na Alemanha, enquanto Portugal soubera «conservar galhardamente o sangue frio de quem pensa por si próprio e não pelas cabeças alheias, não tendo por isso pejo em afirmar claramente a sua simpatia pela enérgica reacção da Alemanha hitleriana contra os criminosos desmandos e a vesânia loucura da orgia parlamentar, socializante, suicida e partidarista que durante os escassos catorze anos da vigência do regime constitucional de Weimar conseguiu levar aquele país da ordem modelar à beira do precipício soviético-comunista» (Ivo Dane, *Kölner Zeitung*, 8.12.1933). Esta «profunda compreensão dos portugueses do verdadeiro significado nacional da revolução alemã deve certamente procurar-se na 'comunhão de destino' entre Portugal e a Alemanha. O paralelismo do destino, é a semelhança da evolução política dos dois países que faz com que Portugal nos compreenda e nos conserve a sua para nós tão lisonjeira como valiosa simpatia».

Outra apreciação proveniente dos meios radicais europeus pode ser encontrada no artigo de Georges Becquet publicado no periódico radical belga *Rex* a 16 de Abril de 1936, intitulado “No País de Salazar. O Corporativismo português” (Georges Becquet, *Rex*, 16.04.1936)⁴¹². Neste escrito, o belga criticaria a falta de organicidade do sistema eleitoral português, referindo que «o sufrágio familiar só existe para a formação dos Conselhos comunais, o que é verdadeiramente pouco». No entanto, pelo facto das «eleições não se processarem em circunscrições eleitorais», o carácter pessoal da competição política diminuía, sendo «cada

o que quer e sabe também o que deve fazer para atingir o objectivo em vista» (*Diário da Manhã* de 5 de Janeiro de 1934). Ainda no mesmo artigo era referido que «Depois de enumerar sucintamente varias outras medidas administrativas adoptadas pelo governo Carmona-Salazar e de realçar os seus formidáveis resultados, o sr.dr. Ivo Dane fala ainda do significado verdadeiro que teve o plebiscito realizado na primavera passada, que considera como 'a mais unânime consagração nacional da política da Ditadura, seguida até então, bem como a dois dos seus propósitos políticos futuros', e remata: 'É facilmente compreensível que Portugal, depois de, graças á acção enérgica e ao saber político destes dois Homens, ter passado do caos interno á ordem perfeita, do desmoronar fatídico do País á pujante reconstrução nacional, sinta e saiba apreciar no seu justo valor a ansia renovadora da Alemanha dos nossos dias». (*Diário da Manhã*, 5.1.1934).

⁴¹² No artigo, Becquet, advogado e jornalista belga, aconselhava «os nossos leitores a lerem a obra de M. Pereira dos Santos intitulada *La Constitution Sociale et Politique Portuaise* (Paris, Sirey Edit)», um «jovem padre português obteve o seu doutoramento em ciências políticas e sociais na Universidade de Louvain» que elaborara « um documento de primeira ordem», uma «obra não panegírica» sobre o trabalho de Salazar.

deputado verdadeiramente mandatado por toda a Nação», uma «pura ficção na Constituição belga», mas «realidade na Constituição portuguesa» (Georges Becquet, *Rex*, 16.04.1936), e verificável na fixação de um círculo eleitoral único até à revisão da Lei Eleitoral em 1945 (Reis Santos, 2005, 2011). Terminava dizendo que o exemplo português, mesmo «que algumas das aplicações dos princípios constitucionais ainda se encontram incompletos, é necessário reconhecer que a Lei Fundamental de Portugal constitui uma das mais belas refutações jamais feitas aos dogmas do liberalismo individual» (Georges Becquet, *Rex*, 16.04.1936).

De carácter mais benigno, agora proveniente do mundo francófono, vemos o livro *Le Portugal de Salazar*, do reconhecido jornalista francês e escritor Émile Schreiber, que encontra no «carácter calmo dos portugueses» a explicação das «características temperadas e moderadas da ditadura», em nada «imperialista, totalitária, estatista ou racista», também «devido ao carácter de Salazar, Humano e tolerante» (Schreiber, 1938). A «Ditadura portuguesa» era considerada como a «mais liberal, a mais humana de todas as correntemente estabelecidas na Europa (...) porque as suas condições naturais de existência, apesar de árduas, ainda são mais suportáveis que em outras» (Schreiber, 1938). Neste sentido, «a feroz presença policial sentida em muitos países totalitários, tão sensível a um observador francês, não é sentida aqui», país onde a «liberdade de expressão, apesar de condicionada, ainda existe». «É uma Ditadura onde o ar, paradoxalmente, é ainda respirável» (Schreiber, 1938). Schreiber chegara a Lisboa a 27 de Maio de 1938, para o 12º aniversário da Revolução, que, organizado no Jockey Club em Lisboa, contará com a presença de Salazar. Impressionado com os *balillas* portugueses e os camisas verdes da Legião, apontaria ser a ocasião «bem mais tranquila e menos delirante do que havia assistido na Alemanha Nazi» (Schreiber, 1938). Em Portugal entre finais de Maio e Junho, Schreiber entrevistará Salazar a 9 de Junho (acompanhado de António Ferro), Carmona e diversas personalidades da vida política portuguesa, delas apreciando o impacto da cultura francesa no seio deste selecto escol⁴¹³. Sobre a Constituição, dirá que as suas bases fundamentais eram «a segurança e a ordem

⁴¹³ No seu livro, Schreiber refere o bom francês de Carmona (que compara a Petain) e Salazar. Sem referência à língua utilizada, Schreiber entrevista também Carneiro Pacheco e Costa Leite (Lumbralles) (Schreiber, 1938).

pública assegurada pelo Exército, a direcção política com estabilidade e independência para assegurar a continuidade e concentração da vida administrativa» (Schreiber, 1938). Reconhece que Salazar fizera algumas concessões ao antigo regime liberal e que, apesar do objectivo final da Constituição ser o de edificar um Estado Corporativo, Portugal consagrara «um sistema de claro predomínio liberal, uma vez que concentra no executivo as principais responsabilidades legislativas». Ressalvava ainda o «novo papel para o Chefe do Estado, já não a personalidade figurativa da I República mas a principal figura institucional, responsável pela nomeação do Governo», «uma importante inovação, porque permite ultrapassar o Parlamento e atrair (para ele) uma boa elite, não dependente de partidos ou eleições, para governar o Estado» (Schreiber, 1938).

Também Schreiber diria que Salazar «não é bem como os outros ditadores. Por vezes, como Hitler, é profundamente místico, mas de diferente género: católico. Como Hitler, Salazar vê-se como designado por Deus para salvar o seu País; como Hitler é celibatário sem conhecida relação, é sóbrio e não pratica desporto. Como Hitler e Mussolini não é plebeu, e muito menos um *condottiere*. Não é brutal e tem horror à violência. Nunca liderou um partido e mesmo a União Nacional não é um partido, mas a voluntária expressão da vida e acção portuguesa, enquadrada nos princípios do regime». Neste sentido, «Salazar é principalmente um intelectual e Homem de acção, seguindo a fórmula: estudar com dúvida, alcançar dentro da fé. O seu método, como indicado por Raymond Poincaré, é semelhante ao de um camponês, terra-a-terra, alguém para quem 2 mais 2 será sempre 4, e não 5». As «ambições de Salazar não são imperialistas nem militaristas. Ele deseja que a Pátria esteja cheia de radiantes casas brancas, com um jardim e pão e vinho sobre a mesa, onde as pessoas possam disfrutar uma vida digna e feliz». «É este sonho real?», questionava. «Claro que não. Longe disso, especialmente quando confrontado com as dificuldades dos dias de hoje», visível na «permanente mendicidade no país». Mas mesmo com essas condicionantes, «o regime português é bem mais tolerável que qualquer outro Estado totalitário. Em menos de 10 anos conseguiu alcançar a paz social, estabilizar o Escudo, moralizar e modernizar a administração pública, vestir a Nação (Schreiber, 1938).

Um outro conjunto de apreciações seriam liminarmente apontadas nas peças assinadas por Olof Höijer, que já referimos noutra parte deste trabalho. O jurista e diplomata norueguês sediado em França, publicaria dois extensos textos na revista *Sciences Politiques*, um dedicada a apreciar a *derrière facade de la dictature portugaise* (Agosto de 1937), outro uma recensão à publicação do SPN (de 1935) *Principles et Institutions de l'Etat Nouveau Portugais* (Junho 1938). No seu primeiro artigo, Höijer acusaria Salazar de seguir o caminho de institucionalizar o Estado Novo por decreto, com um partido totalitário, a União Nacional, criticando depois o seu plano económico e financeiro por o considerar «muito longe de um ideal fiscal Cristão», «simplicista e pouco inovador», pois apenas encontrara equilíbrio baixando as despesas do Estado e aumentando os impostos; «políticas possíveis de alcançar devido ao carácter autoritário do governo, à pequena dimensão das elites e à sua falta de dimensão internacional» (Olof Höijer, *Sciences Politiques*, Agosto 1937)⁴¹⁴. Em todo o caso, faria referência ao «bem construído desenho do Estado Novo, as perspectivas das suas intenções abstractas», mesmo que «totalmente desligadas da realidade e sem qualquer influência real na vida das pessoas», e portanto retóricas. Num País onde «a polícia vigila e controla a população» e as «políticas sociais não melhoraram (antes pelo contrário) as condições de vida gerais da classe operária», Höijer criticaria ainda a falta de coragem de Salazar em investir nas Colónias, especialmente «porque tal iria desequilibrar o Orçamento», e uma vez que «ter as finanças públicas em ordem é o pilar mestre do regime, quaisquer grandes investimentos – especialmente quando requerente de avolumadas somas de capital – são rapidamente desencorajados».

Diria ainda, sobre o carácter do ditador português que, «isolado na sua torre de marfim intelectual» e ignorando «todas as pequenas complicações que a sua política abstracta implica nas vidas quotidianas», lhe faltava a envergadura de Hitler, Mussolini, Stalin ou Kemal, «o forte tempero de um verdadeiro homem de Estado, remador de exaltantes paixões colectivas ou portador de uma ideia poderosa que

⁴¹⁴ O norueguês criticaria ainda a incapacidade de Salazar em descobrir novas formas de riqueza e receitas para o País e o plano de reorganização fiscal «bem longe do ideal cristão», desenvolvido com excessivo estatismo, evidentemente prejudicando o individuo em detrimento do Estado, destruindo assim a iniciativa individual.

cristalize em torno da sua pessoa a Alma da Nação e a confiança esclarecida da elite» (Höijer, *Sciences Politiques*, Agosto 1937)⁴¹⁵. Assim, para o norueguês, Salazar não provara «ser um verdadeiro condutor da Nação. A sua autoridade é baseada no domínio de uma espécie de nova fidelidade e num Exército dividido, que pode sempre lhe perguntar um dia: quem fez de ti Chefe?» (Olof Höijer, *Sciences Politiques*, Agosto 1937). Para mais, e «ao contrário de Hitler ou Mussolini, [Salazar] nunca foi capaz de edificar uma milícia pessoal e [a ele] dedicada», a sua «ditadura, toda-poderosa na aparência, brilhante nos livros e na propaganda, aparece já cheia de vícios que enfraquecem as forças reais»; vícios sentidos, por exemplo, na apreciação da União Nacional, um «novo partido que não conseguiu criar o novo *partisan* desejado», funcionando «mais como um albergue, uma pensão de 2 estrelas acomodando, e providenciando acesso às estruturas do Estado a todas as ideologias (de democratas a republicanos, a racistas nazis, a monárquicos) nunca solicitando a negação ou substituição destas pela nova doutrina e/ou ideologia oficial» (Olof Höijer, *Sciences Politiques*, Agosto 1937).

Já na sua recensão a *Principles et Institutions de l'Etat Nouveau Portugais*, pequeno livro de propagação dos princípios políticos do regime português, Höijer, depois de recomendar a sua leitura por nele encontrar «explicações sábias acerca do novo nacionalismo, sobre a vida e morte do liberalismo às mãos de um 'planismo' racional', sobre o carácter verdadeiro da Ditadura, da nova Constituição, da União Nacional e da organização corporativa», destacaria a importância desta obra na apreciação de «quanto as ditaduras diferem profundamente nos seus objectivos e no seu *Espírito*» (Olof Hoijner, *Sciences Politiques*, Junho 1938). «Numa extremidade da escala», acrescentaria, «Estaline combate Deus, destrói a autoridade e embala a Família, enquanto Salazar assenta o seu edifício na Família, na propriedade e na santidade do Trabalho». Mas o seu corporativismo «pouco mais é que um ecrã onde se dissolve o poder de um mesmo. É importante ainda insistir na abdicação da

⁴¹⁵ No mesmo sentido, por exemplo, escreveria o romeno Victor Eftimiu no *Adeverul*, aquando da sua recensão a *Salazar, Le Portugal et son Chef*: «Salazar não se impôs como militar, como Pilsudski e Kemal, nem como agitador de massas, como animador de juventudes, como Mussolini e Hitler, Professor de finanças na Universidade de Coimbra, ele foi chamado pelos revolucionários de 1926, e depois em 1928 ao Ministério das Finanças onde se notabilizou» (Victor Eftimiu, *Adeverul* [Roménia] 24.11.1934).

representação nacional, que vê sem discussão a aprovação das leis [nas instituições] que edificam estes organismos. A vida parlamentar não é mais que uma sombra, uma suite de abades que deixa à Ditadura o cuidado de salvar a situação financeira e económica através de Decretos-Lei que muitas vezes são demasiado abstractos para terem correspondência nas necessidades reais da Nação» (Olof Hoijner, *Sciences Politiques*, Junho 1938). Neste sentido, mesmo que o «exemplo de Portugal demonstre «que se um Estado deseja viver com um governo que assegure eficazmente os seus altos deveres, ele deve assegurar o reinado da Ordem, a supremacia da autoridade, a defesa da família o respeito pelos contratos e sobretudo a santidade do trabalho», a Ditadura «mesmo quando razoável (como em Portugal), acaba por esterilizar a criação intelectual, científica e artística que postula a liberdade» (Olof Hoijner, *Sciences Politiques*, Junho 1938), um ponto bastante próximo do expresso por Austen Chamberlain no seu prefácio à tradução inglesa das entrevistas de Ferro a Salazar, como vimos.

Um último artigo a citar nesta nossa apreciação transversal do impacto constitucional-ideológico em alguns meios de comunicação social (e debates) estrangeiros provém da Checoslováquia, recolhido pelos serviços da Legação portuguesa em Praga. De autoria de Stan Nikolau e publicado no *Narodni Politika* [Política Nacional], debruçava-se, comparativamente, sobre as «experiências levadas a cabo em Itália, Áustria e Portugal com a organização das assembleias corporativas», contendo referências «especiais à obra financeira do Presidente do Conselho, ainda que incompleta e errada»⁴¹⁶. Destacamos a peça por ela conter, no nosso ponto de vista, uma interessante e complexa interpretação das principais linhas do debate sobre a natureza dos sistemas políticos, tendo em conta não só a evidente falência do liberalismo parlamentar, a sua falta de capacidade em gerar governos estáveis e de encontrar fórmulas de representação ‘mistas’ (ou seja, que consagrem quer os indivíduos como os corpos sociais assentes nas forças vivas das nações), como o advento de modelos autoritários de representação mista, com forte concentração de poderes executivos em governos, já não dependentes de parlamentos pluralmente eleitos, mas de fortes Chefes de Estado plebiscitariamente

⁴¹⁶ Circular da Legação de Praga para o MNE datada de 8 de Dezembro de 1934. cf. Arquivo MNE.

legitimados. Iniciava Nikolau o seu texto referindo que não havia «dúvidas que também a democracia parlamentar tem muitos defeitos», sendo disto reflexo as reformas constitucionais nos países europeus «onde as Constituições parlamentares não deram resultados satisfatórios, por várias razões». «As lacunas destas constituições», alertava, «têm sido aproveitadas pela agitação comunista em proporções tais que, nalguns países, como por exemplo na Itália, Portugal, Jugoslávia, e hoje na Nova República espanhola, foram seriamente ameaçadas as existências desses Estados» (Stan Nikolau, *Narodni Politika*, 1934). Daí, muitos Países europeus terem, nos primeiros anos da década de 30, procurado rever os seus preceitos institucionais, recordando os exemplos checoslovaco, francês, belga, polaco e alemão.

Sobre a Checoslováquia, Nikolau recordava, «há dois anos foi muito discutido entre nós a questão: como se deveria reformar o nosso parlamento, no que diz respeito à transformação do Senado numa espécie de conselho de representantes das corporações económicas», preocupações também assinaladas no «governo francês, [que] tenta [em 1934] fazer modificações na Constituição de 1875 (...)», um debate que ocasionaria «a queda do governo Doumergue». Na Bélgica, «que possui a mais larga constituição parlamentar, luta-se hoje por uma lei de plenos poderes para o Governo», enquanto na «Alemanha e Polónia é bem conhecido o que a imprensa escreve todos os dias» (Stan Nikolau, *Narodni Politika*, 1934). «Na Rússia», finalizava, «diz-se que governa o proletariado, mas é apenas o partido comunista constituído por uma percentagem mínima da população russa», enquanto «nos restantes países, a situação também não é satisfatória, e muitos parlamentos tem os seus poderes limitados». Inglaterra parecia ser o único sistema onde é mantida «a velha tradição parlamentar – apesar dos esforços do grande partido trabalhista para acabar com a Câmara dos Lordes». Pelo exposto, «o público segue com o maior interesse o ensaio em Itália, o ensaio em Portugal e o da Áustria, com a organização do chamado Estado Corporativo e principalmente os resultados respectivos» (Stan Nikolau, *Narodni Politika*, 1934). «Naqueles países», diria, «acabaram com os parlamentos constituídos por membros dos partidos políticos, substituindo-os por senados corporativos, para os quais as populações não elegem directamente

conforme indicações dos partidos políticos, mas sim segundo interesses das corporações». Depois de elaborar um pouco mais detalhadamente estes modelos⁴¹⁷, Nikolau referiria que «um pouco mais moderada é a Constituição corporativa do Presidente do Governo português Dr. Salazar», um «professor de economia política, o qual goza da confiança do Presidente General Carmona», e que «como ministro das finanças (...) conseguiu que o Orçamento da República Portuguesa anteriormente sempre deficitário, continue equilibrado desde há 3 anos». «Apoiando-se na confiança no Povo», diria ainda, «fez uma Constituição segundo a qual só os chefes de família têm direito de voto», elegendo «estes apenas metade dos membros do Senado, a segunda metade sendo eleita pelas corporações», informações uma vez mais não correctas, e provavelmente baseadas no artigo de Osório, mas que em todo o caso, validavam a ideia de que um corporativismo aplicado poderia ser capaz de resolver (parte dos) problemas colocados pelo excessivo parlamentarismo (Stan Nikolau, *Narodni Politika*, 1934). Depois destas apreciações, de índole claramente positivas, Nikolau terminava referindo, na senda da apreciação inacabada de Manoilescu ao Corporativismo Integral, que as «experiências incompletas dos três países seleccionados – Portugal, Itália e Áustria -, precisam de análise prática e mostrar que os Estados Corporativos serão melhores do que os parlamentares» (Stan Nikolau, *Narodni Politika*, 1934).

Alguns apontamentos sobre a influência do constitucionalismo português no debate sobre a teoria do Estado

Complementarmente a estes artigos, que de forma bem diferenciada apreciavam (a maioria) à distância, e essencialmente do ponto de vista formal e/ou ideológico, o processo constitucional português, julgamos importante realçar algum do seu impacto político, e influência, nos debates sobre a teoria do Estado durante os primeiros anos da década de 30. Depois da evidente incapacidade dos modelos

⁴¹⁷ «Assim em Itália são 22 secções, em Portugal 23 para os quais patrões e empregados elegem os seus representantes; em Portugal são nomeados em parte pelo próprio Governo, na Áustria são todos nomeados pelo Governo de forma que, aquelas acções têm o cunho de grupos conselheiros dos Governo. Na Áustria, só mais tarde, serão aqueles grupos eleitos pelo próprio povo. Entretanto, o Governo nomeou 50 membros do Conselho do Estado, 40 membros das Corporações intelectuais e 80 membros do Conselho económico» (Stan Nikolau, *Narodni Politika*, 1934).

demo-liberais preverem, controlarem e intervirem efectivamente de forma a conter o impacto (primeiro) financeiro e económico, depois social e político, da crise de 1929, este seria o momento em que muitos dos debates teóricos em relação ao papel do Estado seriam transportados das páginas impressas pela filosofia política ou direito constitucional para a vida política, pois a crise colocara em evidência a incapacidade de reacção dos sustentos teóricos dos modelos de administração liberal, demasiado constrangidos e incapacitados pela relação de forças enviesada entre os órgãos de intervenção executiva e deliberativo-parlamentar, pelo excessivo ênfase na necessidade de representatividade dos diversos estratos da sociedade, em especial em países sem cultura política multipartidária (competitiva) ou a braços com tensões sociais altamente divisivas, voláteis e facilmente incendiáveis. Com base nesta leitura, muitas das elites políticas europeias iriam debater sobre formas de dotar governos as habilitações necessárias para poderem actuar pronta e decididamente na esfera pública em momentos onde as consequências de crise em muitos sectores económico-financeiros causavam enorme descontrolo na fazenda e nas contas do Estado. Muitos intelectuais e políticos encontravam-se, no início dos anos 30, manietados por um enquadramento ideológico que reputava tais capacidades interventivas – em especial no campo económico – como estatismo ou dirigismo, pressupostos que tinham estado, aliás, na base dos desenhos sistémicos de matriz parlamentarista, que retiravam aos executivos não só estas competências específicas como os amarravam a um conjunto de decisões e procedimentos parlamentares inoperativos. Assim, por exemplo, era comum que fossem os Parlamentos a terem competências delegadas para apresentar e aprovar os Orçamentos do Estado, a controlar as despesas ministeriais e validar quaisquer planos de investimento apresentados pelo Governo (especialmente se estes implicassem mais carga fiscal ou desequilíbrio orçamental), um dos pontos centrais no ultimato de Salazar aquando da aceitação da pasta das finanças, como vimos.

É necessário recordar ainda que, no início do século XX, as capacidades formais de intervenção dos Estados era bastante limitada, ancorada que se encontrava ainda a visões minimalistas do seu papel administrativo, assumindo essencialmente competências em matérias fiscais, de segurança (defesa do Estado e

manutenção da ordem pública), aduaneiras e/ou cambiais, política externa e pouco mais. Muito do que referisse a matéria económica e social encontrava-se fora da sua esfera de competências, mesmo se referente a um possível papel regulador ou de árbitro entre as cada vez mais frequentes contendidas entre o Capital e o Trabalho. Assim, por exemplo, apesar de pelo menos desde a década de 70 do século XIX se ter entendido, no mundo ocidentalizado, que a modernidade associada à segunda vaga de industrialização transportava consigo um inevitável conflito entre Capital e o Trabalho, este em intenso processo acumulativo e de concentração sectorial, aquele procurando adaptar-se aos processos de atomização desumanizados subjacentes aos novos conceitos fabris desenvolvidos em torno de teorias de maximização económica (como o taylorismo ou o Fordismo por exemplo), e mesmo depois das intervenções teóricas de Marx ou Engels (a partir da década de 1850), ou do Vaticano (a partir da encíclica *Rerum Novarum* de 1891), ou da constatação de que sem intervenção estatal as relações entre estas duas classes seriam dominadas pela violência (como demonstrou o exemplo do 1^a de Maio de 1884 em Chicago), somente durante o consulado de Theodore Roosevelt (1901 – 1908) o governo norte-americano deu início ao processo legislativo de combate aos *trusts* e monopólios (sectoriais) e de defesa das condições de vida (e de labuta) dos trabalhadores. Subjacente a este exemplo norte-americano encontrava-se uma crítica teórica e política a uma leitura minimalista da Constituição americana, que como nada previa relativamente à intervenção do Executivo em assuntos da esfera económica, tinha deixado esta entregue à *mão invisível* dos privados, que aproveitariam este vácuo de intervenção governamental para acumularem capital e dominarem livremente e sem controlo amplos sectores de actividade, menosprezando totalmente as condições de vida dos seus trabalhadores, que com o tempo se vão politizando e organizando ao ponto de se revoltaram contra este estado de coisas.

Na essência, esta seria a arquitectura institucional embutida nos sistemas demo-liberais promovidos pelo Presidente Wilson no pós-Grande Guerra, ou seja, governos fracos e com capacidade de intervenção limitada e excessivo controlo parlamentar dos executivos. Para agravar esta situação, sistémica, este processo de

polinização institucional não transportou a fórmula política associada à vida política-partidária anglo-saxónica, ou seja, um modelo bi-partidário baseado em sistemas eleitorais maioritários, mas antes o triunfo de modelos de representação proporcional inspirados não na matriz anglo-saxónica mas antes na III República francesa, que produziram (em especial nos novos Estados da Europa central e de leste) assembleias parlamentares demasiado fragmentadas e dependentes de acordos intra-parlamentares *ad hoc* e imprevisíveis⁴¹⁸. E se a combinação destes dois factores (modelo parlamentar disfuncional e sistema eleitoral de tendência fracionante) havia já permitido o desenvolvimento de leituras sistémicas bastante críticas (de entre elas o fascismo, mas não só)⁴¹⁹, a crise de 1929, e a incapacidade dos sistemas liberais de controlarem os efeitos e respectivos impactos económico-financeiros (assim como sociais), forneceria a urgência para a renovação dos debates em torno da teoria do Estado, em especial quando confrontados com situações próximas da revolta social. E é neste momento em que o Estado Novo irá inserir as características diferenciadoras do ramo lusitano da árvore genealógica dos fascismos, e as *nuances* retóricas que procuravam individualizar o modelo português do fascismo e do nazismo, quando ambos haviam já procurado consolidar a sua terceira via entre o demo-liberalismo e o comunismo (ou soviétismo).

Acrescenta a esta leitura os avanços tecnológicos da comunicação política, nomeadamente o advento da Rádio, que permitiria aos líderes comunicarem directamente com as massas, em tempo real e para um alargado território, com alcance e impacto bem superior ao proporcionado pelos *mass media* tradicionais, permitindo em simultâneo dispensar as complexas estruturas partidárias, organizadas para disseminarem informação aos militantes e apoiantes (através de reuniões partidárias, comícios, acções de campanha, etc). Esta ligação directa às bases, permitiria o advento de um novo tipo de política, baseada na figura do líder, e em torno de um novo tipo de populismo plebiscitário e centralista. Munidos de uma

⁴¹⁸ Julgamos que parte da justificação para estes modelos eleitorais terem sido consagrados nos novos sistemas democráticos saídos da I Guerra terá sido a pressão político-social para que fosse assegurada uma real (ou pelo menos justa) representação aos diversos grupos sociais e políticos existentes, procurando-se assim, em certo sentido, institucionalizar o conflito político, transportando-o das ruas para o Parlamento.

⁴¹⁹ Outros exemplos são o Sidonismo português, o Riverismo espanhol, o 28 de Maio, ou os golpes de Estado de Pilsudski e Ulmanis.

visão unitária desenhada para ultrapassar o que chamavam de divisões artificiais entre a esquerda e a direita, muitos destes selectos indivíduos, *chefes* ou *salvadores da Pátria*, iriam usar novos meios de comunicação para promover novas (e intensas) formas de campanha política, disseminando em quantidade o seu discurso e programa⁴²⁰. Neste tema importa ainda referir que na maioria dos casos o uso (e desenvolvimento e promoção) da Rádio esteve sempre nas mãos das elites, que assim controlavam e difundiam a sua narrativa política e consolidavam a sua posição perante a opinião pública.

Regressando aos pressupostos teóricos, complementares às dimensões comunicativas que acabámos de referir, é interessante, seguir o debate francês de 1934, assim como observar o postulado na Constituição de Weimar, conceptualizado por Carl Schmitt, que permitia que, perante situações de crise, o Parlamento tenha poderes de suspender temporariamente a necessidade de se cumprirem todos os regulamentos processuais do circuito de produção legislativa, permitindo a acumulação de poderes executivos na figura do chanceler, que assim assumia poderes ditatoriais (em teoria limitados no tempo)⁴²¹. Sabemos que notas sobre o debate francês chegariam a Portugal através da Legação em Paris e do artigo do «jornal *Le Jour*, de 27 Setembro [1934] sob assinatura eminente jornalista Leon Bailby comentando os projectos de reforma constitucional do sr. Gaston Doumergue»⁴²². O citado jornalista «refere-se a Portugal, e especialmente ao Presidente do Conselho, em termos que se me afiguram muito interessantes registar: Podemos hoje reforçar os poderes de comando para que a unidade de

⁴²⁰ Neste ponto é interessante observar as eleições presidenciais alemãs de 1932, e nestas a campanha de Adolf Hitler, o primeiro líder político a utilizar o avião para, no mesmo dia, promover comícios em várias cidades. O Partido Nazi foi também inovador nos processos de encenação política e produção de material de propaganda (flyers, bandeiras, etc), usando e abusando desta imagética para deixar um forte impacto nas massas.

⁴²¹ Subjacente a esta ideia encontrava-se uma visão idílica do sistema da velha República Romana, modelo que, entendendo as limitações operativas do excesso de debate parlamentar, nomeadamente a sua incapacidade em reagir operacionalmente a situações de crise (geralmente associadas a riscos militares e/ou de segurança pública), permitia que o Senado apresentasse uma moção de entrega, legal e constitucionalizada, de poderes absolutos temporariamente limitados na figura de um Ditador, sistema adaptado e replicado na Constituição de Weimar, como referimos, ou por exemplo seguido com atenção no debate constitucional polaco no período de Pilsudski. Ver ainda anexo 5 sobre as principais premissas do debate constitucional francês de 1934.

⁴²² Primeiro-Ministro francês entre 6 de Fevereiro e 8 de Novembro de 1934. Havia sido antes Presidente entre 13 de Junho de 1924 e 13 de Junho de 1931, Presidente do Conselho entre 9 de Dezembro de 1913 e 8 de Junho de 1914.

direcção seja melhor assegurada, para que seguidamente as ordens sejam mais rapidamente transmitidos e mais seguramente executadas? É precisamente o que o Sr. Doumergue pede ao país. Podemos evidentemente travestir as suas intenções e dar-lhes um pensamento de ditadura, porque a má-fé é a alma da polémica. Mas tenho pena em imaginar o presidente do Conselho assemelhar-se a Mussolini ou Hitler. Mas poderemos assimilar o seu esforço de reconstrução, limitada e prudente. No início, a acção pela qual Primeiro-Ministro de Portugal, Salazar, o chefe sem dúvida mais sábio e mais fechado da Europa, tornou o seu país em ordem e numa prosperidade sem precedentes. Como é que aqueles que vivem em desordem e esperam a revolução poderão acomodar tal programa?»⁴²³. Neste, como em outros casos, o exemplo português era tido em consideração.

Sob estes pressupostos, e com base nos mecanismos de difusão que temos vindo a expor, não espanta o conjunto de referências (positivas) que encontramos em relação à influência do Estado Novo em diversos processos de transição constitucional levados a cabo por políticos da direita política e autoritária europeia. É neste sentido que devem ser entendidas as palavras do Presidente irlandês, Eamon de Valera, pouco depois do Estado irlandês ter plebiscitariamente aprovado nova Constituição (1937) e quando, em carta particular a Salazar anunciado o cancelamento da sua prevista viagem a Portugal (em 1939), reconhecia que a «Irlanda e Portugal, tendo no essencial a mesma filosofia de vida, todas as soluções encontradas para os problemas sociais, com as necessárias adaptações, devem tornar-se disponíveis para cada um dos Países, pelo menos nos seus preceitos gerais». «Nós», continuava, «lutamos contra problemas para os quais parece que vocês encontraram soluções», admitindo o irlandês estar «ansioso para estudar quais destas soluções podem ser adaptadas ao nosso Estado»⁴²⁴. De Dublin a Viena, circular da Legação na capital Austríaca para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, datada de 9 de Abril de 1935, relatava audiência com o Chefe do Estado na sua residência particular, que, em «conversa de três quartos de hora interessou-se muito em saber a organização e funcionamento da Assembleia da Nacional e da Câmara

⁴²³ Circular da Legação de Paris para o MNE de 2 de Outubro de 1934, cf. Arquivo MNE. Sobre o debate ocorrido em França em 1934 ver anexo 5.

⁴²⁴ Carta de Eamon de Valera a Salazar, cf. IANTT, AOS – CP 272.

Corporativa em Portugal e os pontos de contacto que a nova Constituição portuguesa tem com a nova organização política da Áustria»⁴²⁵. De igual modo, na Hungria a Constituição portuguesa seria tida como principal influência para o projecto de revisão constitucional apresentado pelo então Primeiro-Ministro Pal Teleki em 1939, como nos informa a circular de 5 de Agosto de 1939 da Legação de Budapeste para o MNE e o consequente «relatório de informação política sobre novo projecto de revisão constitucional»⁴²⁶. Teleki, um dos principais dinamizadores da obra de Salazar por terras magiares (e responsável directo pela publicação de uma versão dos discursos do português em 1941, onde escreveria o prefácio), levaria a sua proposta de instaurar um modelo corporativo à assembleia parlamentar húngara em 1940, projecto que seria rejeitado, mantendo-se a vigência do interregno constitucional sob tutela do regente Miklós Horthy.

Também na Grécia foram identificadas diversas referências ao modelo português aquando do desmantelamento do Estado liberal, e consequente transição para um modelo autoritário, levado a cabo por Ioannis Metaxas, como nos dá bem conta artigo no jornal *Le Temps* de 6 de Novembro de 1937. Em editorial intitulado “La Grèce et Son Roi” é expressamente referido que: «o regime estabelecido pelo senhor Metaxas é evidentemente um regime autoritário, mas não é propriamente uma ditadura fascista ou nacional-socialista, ele é inspirado principalmente no espírito do que tem realizado em Portugal o senhor Salazar”» (*Le Temps*, 06.11.1937)⁴²⁷. Já antes, em Setembro de 1936, um mês depois do estabelecimento do regime de 4 de Agosto, quer o *L’Echo* (de Paris) como o *Kathimerini* (jornal conservador de Atenas) forneciam a mesma comparação entre a Ditadura e Estado Novo de Metaxas e o regime português (*Kathimerini*, 18.09.1936; *L’Echo*, 18.09.1936), influência aliás reconhecida pelo próprio Metaxas ao Capitão inglês Wedgewood Benn, referindo que fora «Portugal sob liderança de Salazar, e não a Alemanha de Hitler ou a Itália de Mussolini», o regime que lhe fornecera mais analogias (Kofas, 1983). Semelhantes interpretações podem ainda ser encontradas em alguns artigos comparativos, no caso em relação aos processos constitucionais

⁴²⁵ Circular da Legação em Viena para o MNE, 9 de Abril de 1935. Cf. Arquivo MNE.

⁴²⁶ Circular de 5 de Agosto de 1939 da Legação de Budapeste para o MNE. Cf. Arquivo MNE.

⁴²⁷ Circular da Legação de Paris para o MNE de 10 de Novembro de 1937. Cf. Arquivo MNE.

brasileiros (sob liderança de Getúlio Vargas) e espanhol (sob tutela de Franco). No caso brasileiro, Laurence K. Patterson deixaria claro que «A nova Constituição estabelecida pelo Presidente Vargas a 10 de Novembro passado [1937] para substituir a antiga Constituição por um Estado Corporativo foi inspirada em parte pela presente Constituição de Portugal, o qual é linguística e racicamente parente do Brasil. Uma maneira de perceber as intenções dos objectivos de Vargas é proporcionada pelo debate do Dr. Borkenau sobre o presente e passado imediato do estado da ditadura portuguesa» (Patterson, *America A Catholic Review of the Week*, Dezembro 1937). Sobre o caso espanhol, Patrick O'Byrne, tomando a futura Constituição espanhola como «outro exemplo de desmantelamento de um governo liberal» diria ser «genericamente entendido que o General Franco deverá considerar o fenómeno de sucesso de Salazar quando finalmente der a Espanha uma forma de governo definitiva». Confirmando a sua previsão, Franco declarará ao *Catholic Herald* (de 3 de Dezembro de 1937) que: «o Corporativismo em Espanha dará a todos os cidadãos o direito de participar na vida económica e social do país, de acordo com as suas profissões – o nosso sistema de corporativismo, em todo o caso, será indígena, domestico, espanhol – o sistema de corporativismo estabelecido pelo Dr. Oliveira Salazar em Portugal é português. As doutrinas das Encíclicas papais fornecem um programa sólido de reconstrução social e económica. A aplicação destes princípios, todavia, deve tomar em consideração o génio e as tradições do Povo espanhol» (Patrick O'Byrne. *Saint Joseph Lilies*, Junho 1938). Como sabemos, Franco, ao contrário de Primo de Rivera nunca promoverá um conclusivo debate constitucional.

O Estado Novo na Europa periférica. Notas sobre relatórios político-diplomáticos.

Resta-nos, para darmos como concluído o nosso trabalho, apreciar a influência prática do modelo português em processos de transição para regimes autoritários, tomando como exemplos alguns países da Europa periférica. Para tal iremos socorrer-nos, novamente, dos relatórios elaborados pelos serviços diplomáticos do Estado português. Já tivemos a oportunidade de observar como se comportavam estes serviços na reunião de informação relativa a Portugal, ao Estado

Novo e a Salazar, informação recolhida essencialmente da imprensa, depois trabalhada para uso do regime. Agora interessa-nos apreciar os relatórios de índole político que as Embaixadas e Legações portuguesas enviavam para Lisboa, se e quando com foco na influência do Estado Novo nos processos políticos locais.

Neste sentido, a investigação que desenvolvemos nos Arquivos dos Negócios Estrangeiros identificou três postos de relevo, com intenso volume de tráfico diplomático, e que durante os anos 1930 iriam produzir frequentemente relatórios de análise política: Varsóvia, Budapeste e Bucareste. Com base nestes relatórios interessa-nos apreciar e entender como descreviam os diplomatas portugueses a evolução da política interna dos seus países de colocação, e a ligavam aos processos nacionais, por um lado. Por nos interessar essencialmente tratar da Europa periférica não nos iremos debruçar sobre a presença nas embaixadas em Roma, Berlim, Paris, Madrid e Londres.

Budapeste

Começamos pela Hungria, posto que ganha importância a partir de 1938, quando é nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de 2ª Classe, José da Costa Carneiro. Costa Carneiro será mantido no posto até 1939, altura em que seria substituído por Carlos de Almeida Fonseca de Sampayo Garrido, que se manteria em funções até 1944, quando tropas alemãs ocuparam o país⁴²⁸. Antes Viena, depois Praga, reportavam sobre Budapeste. O resumo da análise de tráfico diplomático proveniente da capital magiar identifica, do ponto de vista da análise política, um primeiro relatório sobre a crise no Governo de Gömbos (reportado de Praga 1933) e, a partir de 1938, análises frequentes aos governos de Imrédy e Teleki, com pouca atenção dada ao regente Miklós Horthy. Durante este período, ou seja,

⁴²⁸ Depois da Guerra, e ainda sob denominação de Áustria-Hungria, Budapeste manteria consulado em funções até 1921 (assumindo cônsul Ladislau Birnbaum) Entre 1921 e 1929 na prática o posto de Budapeste estaria abandonado (Charles Gross era referido, no Anuário Diplomático, como Cônsul ausente, substituído pelo gerente Jean Székely), reportando de Praga entre 1927 e 1936, e durante 1937 de Viena. Em 1938 é colocado na capital magiar o Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de 2ª Classe, José da Costa Carneiro, mantido no posto até 1939, altura em que seria substituído pelo Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de 2ª Classe, Carlos de Almeida Afonseca de Sampayo Garrido (até 1944).

entre 1938 e 1940/41, a Embaixada em Budapeste demonstraria ser bastante activa na recolha e análise da imprensa local. Em termos de conteúdo, interessava aos diplomatas portugueses não só seguir e apreciar a forma como o Estado Novo português, e Salazar, eram recebidos em terras magiares, mas também observar as dinâmicas da política interna húngara, em especial os conflitos entre a direita conservadora e radical, a crescente influência da Alemanha (em detrimento da Itália), o combate à maçonaria (mais que ao comunismo) e os diferentes projectos de transformação constitucional que nos finais dos anos 30 estarão em debate. De Lisboa para Budapeste o tráfico era menos intenso, e de pouco interesse, aparte dos relatórios emanados dos serviços diplomáticos portugueses elaborados por João de Lucena e Mário Duarte⁴²⁹.

Na Hungria, a recepção do pensamento de Salazar, e do seu modelo corporativo, coube essencialmente às franjas católicas reunidas em torno de Pal Teleki e Béla Imrédy, ambos primeiros-ministros nos anos 1930, e dos jovens católicos da *Actio Catholica*. Imrédy e Teleki eram entusiastas de Salazar, e tidos pela imprensa húngara como possíveis «Salazares magiares». Imrédy inclusive fora responsável, enquanto director do Banco Nacional, pelo patrocínio da mais significativa visita a Portugal de um intelectual húngaro, o jornalista Vid Mihelics, que no verão de 1937 passou seis semanas a visitar Portugal, onde testemunhou os êxitos do regime, tendo inclusivamente entrevistado Salazar, para curta conversa (Mihelics, 1938). De regresso a Budapeste, publicaria as suas impressões em *Az új Portugália (Portugal Novo)*, livro hagiográfico de profunda admiração por Portugal, que já referimos neste trabalho. Por outro lado, Teleki, responsável pela publicação (em 1941) da única tradução dos discursos de Salazar em terras húngaras (e autor de um curto prefácio na obra), foi também o principal impulsionador (como chefe do governo) de uma tentativa de reforma constitucional corporativa, onde o modelo português fora tido como principal fonte de inspiração (proposta que nunca veria a luz do dia, em virtude de ter sido chumbada no parlamento húngaro em 1940⁴³⁰).

⁴²⁹ João de Lucena, Relatório anual consulado de Portugal Budapest (1936) e «Apontamentos sobre relações comerciais entre Portugal e os países do 5º Grupo: Áustria, Hungria, Checoslováquia, Polónia, Suíça» (1937).

⁴³⁰ O grau de animosidade contra Teleki, e o seu catolicismo conservador, pode ser exemplificado pela descoberta de uma conspiração para o assassinar, tendo sido acusados como instigadores golpe de

Estas intenções foram alvo de relatório de informação política expeditamente dedicado ao novo projecto de revisão constitucional. No mesmo, divulgava-se que «o Presidente do Conselho numa reunião do Partido Governamental deu a conhecer os detalhes dum próximo projecto de lei destinado a reformar os estatutos da Câmara dos Deputados», uma reforma já em parte estudada pelos governos anteriores⁴³¹, e que como referimos não seria aprovada.

Uma vez que falamos de Teleki, no início de 1940, o húngaro teria manifestado ao embaixador português em Budapeste o «desejo de possuir» uma cópia dos «discurso dos trabalhos de S. Exma o Presidente do Conselho», altura em que manifestou ser «grande admirador da obra» de Salazar⁴³², e de Portugal, país que visitara em 1936. Esta sugestão terá sido prontamente aceite por Salazar, que enviaria cópia autografada ao húngaro, que não só a agradecerá, como iria solicitar «autorização para tratar de uma edição húngara», comprometendo-se a prefaciá-la⁴³³. O livro seria dado à estampa nos finais de 1940, com o nome *Revolução Pacífica*, e seria amplamente recenseado nos principais órgãos de comunicação social. No seu curto prefácio, Teleki, depois de referir a importância da publicação para o público húngaro, e personalizar a encomenda (mencionando que tinha sido ele a pedir ao português que se traduzisse o volume), apontaria como o trabalho de Salazar «demonstra-nos como uma pequena Nação procura salvar e melhorar as suas características mentais e de personalidade». E neste sentido ser «útil, especialmente para nós, conhecermos o exemplo de um País pequeno, além dos

Estado deputados do partido nacional socialista. Cf. Telegrama da Legação de Budapeste recebido pelo MNE a 9 Novembro 1940.

⁴³¹ E que constituirá essencialmente no seguinte: «1.a) à excepção da lei orçamental e da lei das finanças todos os projectos de lei serão discutidos artigo por artigo pelas comissões e no conjunto pela Câmara; b) A questão da confiança será posta a propósito da lei das finanças e não, como precedentemente, a seguir aos debates sobre o projecto de Orçamento. c) a reforma instituirá o sistema dos “oradores principais”. Cada partido contando um mínimo de quatro deputados poderá designar um orador principal e os partidos mais numerosos um orador por cada cinquenta deputados. d) Os discursos dos oradores principais poderão ter a duração máxima duma hora e os dos outros oradores somente meia hora. e) Não haverá discussão em terceira leitura. f) As interpelações só serão permitidas quando digam respeito a assuntos de interesse público e o presidente terá o direito de aceitar ou recusar a inscrição à ordem do dia. g) A duração máxima duma interpelação será fixada em dez minutos e nenhuma réplica poderá ser feita à resposta do ministro competente. Circular da Legação de Budapeste para o MNE datada de 5 Agosto 1939. Cf. Arquivo MNE.

⁴³² Telegrama da Embaixada de Budapeste para o MNE, recebido em Lisboa a 8 de Fevereiro 1940. Cf. Arquivo MNE.

⁴³³ Telegrama da Embaixada de Budapeste para o MNE, recebido em Lisboa a 15 Junho de 1940. Cf. Arquivo MNE.

exemplos das grandes Nações» (Teleki, 1940). Na introdução complementar, Gyorgy Ottlik seguiria a linha de Teleki, referindo que «cada pessoa educada que deseja estar actualizada com os sistemas políticos contemporâneos, mais ainda os que desejem mergulhar na filosofia destes, deve conhecer os discursos de Salazar, pois somente estes podem desabrochar (como as intervenções de Mussolini e o *Main Kampf* de Hitler) as fontes internas das suas ideias peculiares, e a sua concepção final» (Ottlik, 1941). Crismado de ditador civil (*polgári diktátor*), e de «personagem que não se pode classificar em nenhum grupo», a personalidade de Salazar também entusiasmará Ottlik, não só porque «quase não há pessoa que leia jornais e não conheça este asceta que nunca finge, nem é vaidoso», ou porque se encontra «no foco do interesse dos intelectuais de 5 continentes», mas porque, depois de «acordar o país» e impor um «corporativismo [que] rejeita o conceito da luta de classes», impressionava como um «insonso professor da Universidade de Coimbra tinha conseguido anular o deficit crónico» português (Ottlik, 1941).

A recolha de imprensa efectuada em Budapeste confirmaria a boa recepção do livro. No *Magyar Nemzet*, por exemplo, o «distinto escritor e jornalista Elmer Pajzs» teceria elogiosas referências ao ressurgimento moral, político e económico de Portugal,⁴³⁴. No mesmo sentido, o «grande jornalista húngaro Laszlo Toth» em «4 colunas no diário *Pester Lloyd*» diria ser necessário que «todos homens públicos húngaros lerem o livro dos discursos de Salazar»⁴³⁵. O mesmo *Pester Lloyd*, aproveitando a oportunidade, faria uma recensão do livro *Portugal* de Anton Mayer, exaltando as «referências muito elogiosas ao governo» da parte do alemão⁴³⁶. A tradução do livro, prefaciado como já referimos pelo então Presidente do Conselho,

⁴³⁴ Pajzs já tinha «publicado artigos noutros jornais e revistas desta cidade», e proferido «conferências emitidas pela Rádio nacional Húngara», colocando «em destaque a grandeza da Obra de V Exma», razões pelas quais a Embaixada em Budapeste consideraria «oportuno e merecido entregar-lhe algumas palavras de reconhecimento em nome de V Exma». Circular da Legação de Budapeste para o MNE datada de 17 Dezembro 1940. cf. Arquivo MNE.

⁴³⁵ Telegrama da Embaixada de Budapeste para o MNE, recebido em Lisboa a 21 Janeiro de 1941. Cf. Arquivo MNE.

⁴³⁶ Telegrama da Embaixada de Budapeste para o MNE, recebido em Lisboa a 25 Março de 1941. Cf. Arquivo MNE. O livro em causa era *Portugal und sein weg zum autoritaren staat* (Mayer, 1939). Mayer seria um dos intelectuais que estabeleceria uma relação especial com o SPN, recebendo da instituição portuguesa acesso privilegiado a informação propagandística.

seria recebido com grande agrado pelo público⁴³⁷, tendo sido solicitadas várias traduções dos diversos artigos que, na Hungria, referiam o citado livro⁴³⁸.

Antes da publicação do volume dos discursos de Salazar, promovidos por Teleki, já outro Presidente do Conselho tinha recebido a atenção dos serviços (recém) instalados em Budapeste, nomeadamente Béla Imrédy, personalidade com diversos laços a Portugal, e que em virtude da sua nomeação para a chefia do governo receberia em Julho de 1938 o Embaixador José da Costa Carneiro. Na audiência, o português «disse ao senhor Imrédy que estava seguindo com grande interesse a sua acção governativa, para poder informar circunstanciadamente V. Exa. [Salazar]», até porque encontrara bastantes semelhanças entre «muitos pontos do seu programa, com a actual reorganização portuguesa e pela coincidência da ideologia que presidia a uma e a outra obra». Na resposta, o «Senhor Imrédy disse-me: “Conheço tudo quanto se tem escrito em francês, inglês e alemão sobre o seu Presidente do Conselho”», manifestando que sempre tivera «intensão de ir a Portugal estudar de perto a obra do senhor Salazar», desejos impedidos pelos seus «afazeres, como director do Banco nacional e como Ministro», e agora as «responsabilidades do poder». Mas recordara que «há dois anos, foi a Portugal um professor húngaro, o Dr. Vid Mihelics, a quem pedi para estudar em detalhe certas medidas adoptadas em Portugal e os seus resultados práticos», trazendo o «Dr. Mihelics informações muito interessantes»⁴³⁹. Ao finalizar a audiência, «pediu-me o senhor Imrédy para lhe comunicar as publicações que, em francês ou inglês, aparecessem sobre a obra de V. Exa. E agradeceu-me ter-lhe enviado os Boletins do Secretariado da Propaganda Nacional publicado depois da minha chegada a esta capital», o que demonstra, uma vez mais, o bom estado de funcionamento da máquina de propaganda do Estado, acrescentaríamos.

Esta remodelação do governo húngaro, e conseqüente entrada de Imrédy para a Presidência do Conselho, era já «esperada desde a efectivação do Anschluss

⁴³⁷ Telegrama da Embaixada de Budapeste para o MNE, recebido em Lisboa a 5 Janeiro de 1941 e Telegrama da Embaixada de Budapeste para o MNE, recebido em Lisboa a 20 Janeiro de 1941 Cf. Arquivo MNE.

⁴³⁸ Telegrama da Embaixada de Budapeste para o MNE, recebido em Lisboa a 14 Janeiro de 1941. Cf. Arquivo MNE.

⁴³⁹ E que como vimos seriam publicadas em 1938.

(Março 1938)», e desde que «o Ministério do senhor Coloman Darányi – que substituíra com carácter provisório o governo de Gömbös, depois da morte deste –, demitiu-se». Imrédy, o «homem que seguramente é hoje na Hungria o mais qualificado dos políticos conservadores e tem uma reputação de energia e tenacidade indispensáveis na conjuntura presente», assumiria o poder «(acumulando o cargo com o ministério do comércio), apoiando-se no partido da União Nacional, com todas as cambiantes desta coligação representadas no novo ministério»⁴⁴⁰. A causa da demissão do governo Darányi prendia-se «com uma proposta de moção – da parte do Senado – pedindo do governo garantias sérias e imediatas sobre a manutenção da ordem pública», pois tudo dava a entender que o «sr. Darányi, parecia ceder à pressão dos elementos extremistas de direita – nacional-socialistas»⁴⁴¹. Sobre o recém-empossado ministério, diria o diplomata luso que «o discurso-programa do Sr. Imrédy é muito extenso e importante», contendo «variados pontos de contacto com a linha geral da actual reorganização portuguesa e, em alguns detalhes, é de directa influência da obra governativa de V. Exma». «Não é uma coincidência fortuita», acrescentaria, pois o «sr. Imrédy estudou – e fez estudar por uma pessoa que enviou especialmente a Portugal para esses fins – várias das medidas adoptadas por V. Exma tanto na legislação financeira, como na legislação social»⁴⁴².

Em concreto o programa contaria «com os seguintes princípios: A sua política será cristã, nacional e de direita». Como política de direita «deve ligar o passado, o presente e o futuro e os seus objectivos devem ser determinados, não pelo presente, mas pelo interesse do futuro e o respeito devido ao passado, sem espírito reaccionário e respeito da tradição». A sociedade, continuava, era tida como «um

⁴⁴⁰ Circular da Legação de Budapeste para o MNE datada de 1 Junho 1938. Cf. Arquivo MNE.

⁴⁴¹ Para o diplomata português as «causas desta inquietação social estão ligadas ao aumento da propaganda Nazi e as vontades de rever Trianon», recordando que «depois do *Anschluss*, a Grande Alemanha está a 3 horas de Budapeste». Circular da Legação de Budapeste para o MNE datada de 1 Junho 1938. Sobre o governo cessante diria que «fez algumas reformas, como a reforma eleitoral, elaborou o programa económico quinquenal, estabeleceu os princípios do rearmamento militar e, até certo ponto satisfazendo as exigências extremistas, apresentou a lei sobre os judeus». Cf. Arquivo MNE.

⁴⁴² Neste sentido, afirmaria claramente que o «projecto de reforma do banco emissor é pautado sobre a Lei portuguesa, o de crédito agrícola será feito nos moldes da legislação portuguesa e o ensaio corporativo será inspirado na lei portuguesa». Circular da Legação de Budapeste para o MNE datada de 1 Junho 1938. Cf. Arquivo MNE.

tudo orgânico com uma hierarquia (...). A família é a célula da sociedade que deve ser protegida e reforçada material e espiritualmente»⁴⁴³. «No mundo moderno duas ideias fazem importantes conquistas», sintetizava: «a ideia social, com o direito de todos os indivíduos a uma parte equitativa de bens físicos e espirituais. A ideia de unidade étnica que, na Hungria, tem de tomar o aspecto de unidade nacional», sendo «necessário encontrar uma forma de cristalização húngara», onde «o próprio indivíduo deve restringir sobriamente o seu direito de dispor de si próprio, nos sacrifícios necessários à comunidade, o que não significa a fusão do indivíduo na comunidade, especialmente sobre um solo onde tanto sangue se derramou em defesa da liberdade». Estes seriam os principais pressupostos ideológicos e doutrinários, de fácil decalque de um conjunto selecionado de intervenções do Ditador português se lhes retirarmos as referências ráticas. Uma influência novamente detectada nas palavras finais de Imrédy durante o seu discurso de tomada de posse: «não luto contra pessoas mas contra métodos, fenómenos e ideias erradas. Luto e lutarei contra todos que procurem dividir a Nação», finalizando pedindo «fidelidade total ao Chefe do Estado», prometendo «respeito absoluto às leis e métodos constitucionais, à ordem e disciplina»⁴⁴⁴. Do ponto de vista interno, Imrédy destacava a «luta contra organizações políticas secretas», uma vez que os «movimentos bolcheviques e comunistas [tinham sido] liquidados com a maior energia», referindo ainda que «as tentativas subversivas de direita – tão prejudiciais como as de esquerda – serão severamente reprimidas». Prometia ainda Imrédy, do ponto de vista interno, colocar em prática um «plano quinquenal», preocupado essencialmente com duas dimensões: «rearmamento e intensificação da produção»⁴⁴⁵.

Complementarmente, neste programa político de ampla ambição reformista e institucionalmente transformadora, Imrédy desejava instituir e desenvolver «câmaras corporativas»⁴⁴⁶; e em verdade pouco tempo depois apareceria uma

⁴⁴³ Circular da Legação de Budapeste para o MNE datada de 1 Junho 1938. Cf. Arquivo MNE.

⁴⁴⁴ Circular da Legação de Budapeste para o MNE datada de 1 Junho 1938. Cf. Arquivo MNE.

⁴⁴⁵ Circular da Legação de Budapeste para o MNE datada de 1 Junho 1938. Cf. Arquivo MNE.

⁴⁴⁶ Neste ponto acrescentava que a «Câmara Agrícola já está em laboração, mas é necessário desenvolvê-la», enquanto que as «Câmaras do Comercio e Industria necessitam reformas mais radicais». «Cada câmara será dividida em cúrias: uma de exploração, outra dos chefes de exploração,

«brochura de propaganda em húngaro prefaciada pelo deputado dr. Joanos Gacs» contendo um «resumo do pensamento de Salazar sobre a organização do Estado Corporativo, e seus aspectos políticos, económicos e sociais»⁴⁴⁷. Ao terminar o seu relatório, o diplomata nacional reconheceria que «pelo simples enunciado das promessas governamentais se pode compreender a expansão e a dificuldade que o Sr. Imrédy assumiu», apesar da «considerável popularidade deste homem de Estado». Em resumo diria, depois de assumir estar «há bem pouco tempo neste posto para poder distinguir claramente o que sejam complacências, conformismos e superficiais adesões ao poder, dum verdadeiro entusiasmo e adesão», ter encontrado «grande confiança na nova era que se abre para a Hungria», apesar de «algum desânimo em face às tentativas abortadas de reconstituição nacional feitas na Áustria por Dollfuss e Schuschnigg», até porque a «presença no governo de representantes extremistas de direita é – para alguns – paralela à entrada no governo austríaco dos ministros nacionais-socialistas»⁴⁴⁸. Em qualquer caso, terminaria, «está-se assistindo neste país a uma interessante experiência e a sua política interna e externa está atravessando um período de tentativa de reorganização. O Sr. Imrédy se lhe não faltar apoio nacional e internacional parece homem muito capaz de a levar a bom termo». Tais desejos nunca seriam concretizados, pois fruto da rápida deriva extremista de Imrédy este seria prontamente substituído por Teleki, no que consideramos ser um importante ponto de distinção entre Portugal e a Hungria: a incapacidade da direita conservadora em controlar e/ou cooptar a direita radical. Neste ponto, importa relevar que a pedra de

outra do pessoal intelectual e a quarta dos operários». Circular da Legação de Budapeste para o MNE datada de 1 Junho 1938. Cf. Arquivo MNE.

⁴⁴⁷ Telegrama da Embaixada de Budapeste para o MNE, recebido em Lisboa a 25 Maio de 1941. Cf. Arquivo MNE. Na sua dimensão externa era destacada «a amizade com a Itália, agora com a vizinha Alemanha», a «íntima amizade com a Polónia, com a França» e a «normalização das relações com a *Petit Entente*».

⁴⁴⁸ Ao nível da política externa dizia ainda o diplomata português que «Fala-se de um grande empréstimo inglês para a realização das obras necessárias para abrir um canal entre o Danúbio e o rio Tisza, para a irrigação da planície húngara. Há a impressão de que se está assistindo – aqui e na Checoslováquia – à primeira barreira imposta pela Inglaterra ao expansionismo alemão». Ainda no âmbito externo, diria que o futuro da Hungria «muito depende das pressões externas – a linha alemã, que segue o Danúbio atravessando os países do sueste, a linha italiana, paralela, mas mais meridional, compreendendo a Albânia, a Grécia, o mediterrâneo oriental e a Asia Menor», continuando a haver, «a despeito de muitas e clamorosas manifestações publicas em favor do revisionismo, uma tendência para entendimentos com a *Petit Entente*». Circular da Legação de Budapeste para o MNE datada de 1 Junho 1938. Cf. Arquivo MNE.

toque da política externa húngara no período entre guerras se baseou essencialmente num ponto: a revisão do tratado de Trianon. Tal justifica o alinhamento magiar com quem – na arena internacional – se assumia revisionista do mapa político do pós-guerra, em primeiro lugar a Itália, depois a Alemanha nazi. É evidente ainda, a partir de meados dos anos 30, que a influência (económica) alemã pouco espaço permitia à Hungria para isoladamente seguir um caminho como o português, país afastado da zona de influência das grandes potências europeias. No entanto, não devemos apenas nos concentrar em explicações geo-estratégicas, pois era também evidente – para parte da elite política húngara (no caso de Imrédy, e em certa medida no de Gömbös) – a atração por políticas autoritárias ligadas ao exemplo extremista alemão.

Em todo o caso, antes da substituição de Imrédy por Teleki, importa salientar «as referências tão repetidas desta imprensa à obra de reorganização portuguesa», a «diversidade de jornais em que as informações tem sido publicadas», acentuando «a assiduidade destas informações sobre Portugal, na imprensa de um pequeno país e de uma pequena capital» e o seu carácter «inteiramente espontâneo e, por consequência, muito mais significativa do que esta legação a tivesse provocado», pois «esta legação limitou-se, por enquanto, a fazer a mais larga distribuição possível dos boletins do SPN e do relatório que procedia a aprovação do Orçamento de 1938. O que me coloca muito mais a vontade para remeter a V Exma a presente informação»⁴⁴⁹. Destes artigos, destacaríamos em primeiro lugar o do *Ujsag* intitulado “Salazar”, (24.05.1938) assinado por Emérico Bakassy e o estranho relato colocado à estampa por Francisco Vajta, correspondente em Roma do *Estu Ujsag* (16.07.1938), que já demos referência neste trabalho. A peça de Bakassy evidencia-

⁴⁴⁹ E acrescentaria os seguintes artigos: 15 Maio, jornal *Pester Lloyd*, que é jornal de mais influência e mais tiragem aqui publicado em língua alemã, um notável artigo intitulado “Salazar”; 18 Maio, jornal *Guggetlenseg*, referência à semelhança entre a obra a empreender pelo actual presidente do conselho húngaro e a realizada em Portugal; 22 Maio, jornal *Ujsag*, extenso artigo de 6 colunas com retrato de Salazar, também intitulado “Salazar”; 15 Junho, semanário *Ost-Kurier*, extenso artigo “Portugal há 800 anos”; 26 Junho, jornal conservador *Uj Magyarasag*, um artigo de 4 intitulado “No país do mais original dos ditadores” (2 julho – 2 artigo da série, 5 Julho – 3 artigo da série, 8 Julho – 4 e ultimo artigo da série); 14 Julho, jornal *Pester Lloyd*, rubrica de política externa que contém referências à crise checoslovaca, o artigo “O presidente da República Portuguesa nas Colónias”; 16 Julho, jornal *Esti Ujsag*, artigo de 2 colunas com largos títulos e sub-títulos, contendo extractos de biografia de Salazar, vindas do correspondente em Roma. Circular da Legação de Budapeste para o MNE datada de 27 Julho de 1938. Cf. Arquivo MNE.

se pela «oportunidade em que é publicado, a extensão que lhe foi dada, o lugar de destaque em que apareceu, as características especiais da ditadura portuguesa, (...) destinado a chamar as atenções publicas para as interpretações do governo do senhor Imrédy e a conciliar-lhe – pela sedutora pintura dos resultados da reorganização portuguesa – alguns sectores da opinião nacional menos entusiásticos». E em «sossegá-los sobre as apreensões da ditadura totalitária – ou a prevenir o novo governo acerca dos perigos dessa orientação extremista»⁴⁵⁰. Ou seja, utilizava o jornalista magiar o exemplo português para, colando-o ao governo de Imrédy, e enaltecendo as potenciais similaridades entre os dois países, apontar um possível caminho regenerador para a Hungria. Neste sentido, «o domínio dos Árabes é paralelo ao domínio turco, a sujeição a Espanha e à Inglaterra é contrapartida da sujeição à Áustria, a negação duma continuidade racial portuguesa encontra o seu equivalente na misturada composição étnica deste país (...). E a forçada participação na guerra mundial não deixa de recordar a oposição do governo húngaro às decisões guerreiras de Viena». Em todo o caso, apesar de «nem sempre o jornalista ter tido grandes cuidados em manter uma impecável verdade histórica», «é um excelente artigo e que – salvo um ou outro pormenor menos exacto – contribuí a fazer-nos aqui conhecer sob um aspecto verdadeiramente lisonjeiro». Num apontamento diplomático que nos recorda o sucedido com o jornalista norueguês Borthen, também o húngaro, tido como alguém «que sabe que para o grande público é necessário tirar efeitos e, onde não os há, criar efeitos», carrega de facto a «pintura da sociedade portuguesa com a sua percentagem de analfabetos, a miséria dos camponeses, o apagado papel da sua burguesia», como objectivo de marcar «acentuadamente as semelhanças que possa haver entre a população portuguesa e húngara». Mas neste caso, ao contrário de outros que fomos fazendo alusão, não identificamos movimentações adicionais por parte da diplomacia portuguesa.

Durante este período, novamente no *Pester Lloyd*, surgiria «notável artigo pelo claro resumo que faz da obra governativa de V Exma e pela elevação com que interpreta o pensamento político que a dirigiu. Não vem o artigo assinado e não

⁴⁵⁰ Circular da Legação de Budapeste para o MNE, datada de 2 junho 1938. Cf. Arquivo MNE.

consegui ainda saber quem é o seu autor. Mas sem a menor sombra de dúvida não é produção trivial de jornalista assalariado». Novo exemplo da boa aceitação de Salazar, a acrescentar aos artigos do escritor Elemér Pajzs no *Esti Kurir* e nas revistas *Rádíoélet*, *Vasárnapy Konyb* e *Magyar Nok Lapja* contendo elogiosas referências⁴⁵¹, pode ser ainda encontrado no *Fuggetlenség* aquando da tomada de posse de Imrédy (16.05.1938). Dizia que «o Sr. Imrédy representa um dos tipos mais raros entre nós, o tipo do homem de classe média húngaro, que adquiriu uma situação de destaque no mundo capitalista, que adquiriu conhecimentos e relações em todos os meios da vida económica na Europa, pessoa que, antes de tudo e sobretudo, é o homem da política económica», sendo «a primeira vez que na Hungria se chama uma personalidade desta feição à direcção do Governo. Sob este particular, a personalidade política europeia com quem o Sr. Imrédy melhor se poderá comparar é a do ditador português Salazar que, em poucos anos, conduziu o seu país dum estado de desorganização e de abandono à sua altura europeia actual»⁴⁵². Como já fizemos alusão, devido à sua deriva extremista Imrédy ficaria no poder apenas escassos meses, sendo substituído por Pal Teleki, motivo para marcação de eleições gerais para legitimar o novo governo, devidamente reportadas pelos serviços diplomáticos em Budapeste. Sem surpresa o partido/bloco governamental ganharia as eleições, mas, na opinião de Vasco da Gama Santos, e a «dar crédito à opinião pública, esta esmagadora maioria não corresponde à realidade, pois se diz que uma sensível percentagem dos elementos do Partido da Vida Húngara são de tendência nacional-socialista»⁴⁵³. Uma nova referência à tensão entre conservadores e radicais, reveladora do interesse da diplomacia lusa em seguir de perto os diversos posicionamentos das direitas húngaras.

Estas seriam as principais referências políticas que nos interessou explorar da Legação de Budapeste. E mesmo com a ressalva da produção proveniente da capital

⁴⁵¹ Circular da Legação de Budapeste para o MNE datada de 29 Junho 1940. Cf. Arquivo MNE.

⁴⁵² Circular da Embaixada de Budapeste para o MNE, datada de 30 de Maio de 1938, Cf. Arquivo MNE.

⁴⁵³ Mais diria Vasco da Gama Santos sobre a influência alemã na vida política húngara: «segundo informações colhidas em fontes relativamente autorizadas, a Alemanha, servindo-se de meios políticos e financeiros, teria desenvolvido uma intensa actividade durante a campanha eleitoral a favor dos partidos de características nacionais socialistas, campanha que parece ter contribuído para que a representação parlamentar da frente Nacional Socialista se tenha elevado ao número de 42 deputados». Circular da Legação em Budapeste para o MNE datada de 26 Junho 1939. Cf. Arquivo MNE.

húngara se ter iniciado de forma permanente apenas em 1938, verificámos que este posto diplomático detectou visível influência portuguesa na opinião publicada no país, em especial aquando da nomeação para primeiro-ministro de Béla Imrédy e Pal Teleki, o primeiro tido mesmo como um possível Salazar húngaro, e responsável pelo patrocínio da viagem de Vid Mihalic a Portugal, e o segundo devido ao seu catolicismo praticante, e interesse declarado pela tradução e divulgação da obra de Salazar (Ablonczy, 2005). Vimos ainda como foram diversos os relatórios que mencionavam o carácter espontâneo das menções a Portugal, o seu processo de regeneração e revitalização nacional, o seu ditador e à capacidade de insignificante país ter conseguido manter uma aparente autonomia e independência, na controlada Europa da Nova Ordem, fora da alçada hegemónica alemã e italiana.

Bucareste

Tomando em conta o Anuário Diplomático português, o final da I Guerra Mundial encontra a capital romena sem embaixador nomeado, e apenas um Cônsul em Braila, Achille Litzica, também ausente, assumindo a gerência o Cônsul da Suíça (entre 1918-1919). Em 1920 seria apontado como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário Martinho Teixeira Homem de Brederode, também acreditado na Grécia e Jugoslávia (Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos até 1922). Brederode iria manter-se no posto até 1932, altura em que seria substituído por Justino de Montalvão Coelho, mantendo-se este no cargo até 1935. O ano de 1936 encontrava o posto em Bucareste novamente vago, sendo o mesmo posteriormente ocupado (até 1944) por Fernando Quartim de Oliveira Bastos. Nos finais da década de 30, Portugal mantinha, em complemento com a Embaixada em Bucareste, postos consulares em Braila, Bucareste, Constanza e Galatz.

Um resumo sintetizado do tráfico diplomático proveniente da capital romena mostra-nos um posto diplomático bastante interessado no processo político interno, com diversos relatórios analíticos e contextualizadores, apesar de algum optimismo acrítico em torno da pessoa do Rei, do seu controlo sobre o processo político e da capacidade de enfrentar a extrema-direita radical, primeiro reunida em torno da Guarda de Ferro, depois nos Legionários ao Arcanjo Gabriel. São poucos os recortes

de imprensa encontrados nestas pastas, que repetitivamente demonstram interesse, como na Hungria aliás, sobre a situação interna romena, e o clima de luta aberta entre as diferentes direitas. Neste sentido, indica ainda no pessoal diplomático português interesse em seguir e saber do estado da oposição de esquerda, bem como em acompanhar o processo constitucional que, a partir de 1938, domina a vida política do país latino, sempre devidamente inserida e contextualizada no contexto balcânico. Complementarmente, seria reportado de Bucareste o Golpe de Estado na Bulgária de 1934. De Lisboa chegariam a Bucareste telegramas de apoio à publicação em Portugal do *Le Parti Unique* de Manoilescu (1933), sobre o Consulado em Atenas, e acerca das dificuldades que os produtos portugueses estariam a sentir fruto do acordo comercial com Roménia (1934). Em 1937, no contexto dos funerais de 2 legionários mortos na guerra civil espanhola há o interesse em seguir o posicionamento de algumas representações estrangeiras, nomeadamente a Alemanha e a Itália; em 1938 mantem-se a preocupação com os acordos comerciais e finalmente em 1939 encontrámos um par de telegramas de Lisboa manifestando interesse em seguir as questões judaicas, bem como referência à festa internacional das juventudes fascistas, que contaria com a presença da Mocidade Portuguesa.

Fruto deste conjunto de interesses, o primeiro relatório de análise política proveniente de Bucareste informava Lisboa acerca do Golpe de Estado em Sofia e das respectivas consequências na capital romena, preocupando os diplomatas portugueses os «boatos insistentes de crise governamental» que «nos últimos dias desta semana correram nesta capital». Na apreciação de tais rumores, afinal «apenas uma crise governamental, mais ou menos análoga à da recente Ditadura búlgara»⁴⁵⁴, estranhava-se a oportunidade de tal crise «quando se estavam elaborando os preparativos orçamentais do actual ministro das finanças e nas proximidades da sessão parlamentar em que o Orçamento tão anunciado deverá ser votado». Em todo caso «segundo corre com insistente insinuação (...) existe uma certa ‘força oculta’ que não cessa de fomentar dissensões entre a Coroa e os partidos políticos, uma “coterie’ dizem os que lhe são contrário, interessados em dar outra orientação à política externa da Roménia», ou seja, em a aproximar da órbitra

⁴⁵⁴ Circular da Legação de Bucareste para o MNE datado de 2 de Junho de 1934. Cf. Arquivo MNE

alemã. Neste sentido, reconhecia-se que «os que assim falam são naturalmente os que para atacarem as ideias dos que advogam as vantagens do regime ditatorial, chegam a insinuar que nesse pretensão conciliábulo palaciano intervêm certas influências que podem pôr em risco o prestígio real e produzir uma desinteligência completa entre o soberano e o país»⁴⁵⁵.

Entre 1934 e 1938 o tráfego diplomático, do ponto de vista político-analítico, diminuiu bastante (em virtude da sua vacatura em 1936), emergindo para apreciar os capítulos finais da contenda entre as diferentes forças políticas que, à direita, se digladiavam pela primazia política romena. A oportunidade para este ressurgimento analítico seriam os eventos políticos de finais de 1937 e início de 1938, primeiro as eleições gerais de Dezembro de 37, a tomada de posse de novo ministério – liderado por Octavian Goga -, e finalmente o processo em torno da revisão constitucional de Fevereiro de 38. Começamos pela apreciação do processo e resultados eleitorais que «surpreenderam toda a gente, desde os filiados nos partidos até à grande massa abstencionista a qual, por esta forma, manifestou o seu desinteresse e mesmo a sua repulsa pela política partidária, mesquinha e desastrosa, que divide o país e cria inúmeras clientelas que vivem dos favores políticos». Parte da surpresa eleitoral provinha do facto das eleições não terem dado «ao partido nacional-liberal a vitória que todos esperavam que ele obtivesse»⁴⁵⁶, e ao avolumado resultado da coligação eleitoral apoiada pela Guarda de Ferro, o partido Nacionalista-Camponês, que «no seu programa de política interna figura a abolição de todos os partidos políticos e a realização de certas medidas sociais tão radicais que, sob este aspecto, se assemelha

⁴⁵⁵ Finalizando a apreciação, diriam ainda sobre o processo interno romeno que «o que parece mais curioso é que o que em todos os boatos aparecia como sucessor presuntivo do sr. Tataresco no anunciado governo da Ditadura Romena, o velho e prestigioso marechal Averesco, é afirmar-se agora que foi justamente por conselho dele próprio que não se efectuou a queda do governo actual, por ser inoportuna, neste momento». Circular da Legação de Bucareste para o MNE datado de 2 de Junho de 1934. Cf. Arquivo MNE.

⁴⁵⁶ Em concreto, acrescentava o relatório português, a «coligação governamental (partido nacional-democrata, a Frente romena e o partido da minoria alemã) obteve 35,92% e 146 mandatos; o partido nacionalista-camponês – cujo chefe J. Maniu está em luta aberta com o Rei - obteve 20.4% dos votos; o partido de extrema-direita “Tudo pela Pátria” que reúne os antigos guardas de ferro, cujo dissolução há 4 anos pelo ministério nacional-liberal da presidência de Duca valeu a este ser assassinado – obteve um êxito retumbante: 15,58%. O Partido nacional-Cristão – cujo chefe senhor Octavio Goga é hoje Presidente do Conselho, obteve 9,15% e 33 mandatos». Circular da Legação de Bucareste para o MNE datada de 12 de Janeiro de 1938 .Cf. Arquivo MNE.

à extrema esquerda (sublinhado no original)⁴⁵⁷. Perante estes resultados, resumia, o Partido Nacional Liberal, «ainda no poder por altura das eleições, não conseguiu, pois, obter os 40% dos votos entrados nas urna», e impedido de tirar vantagem da lei eleitoral romena, que «concede ao partido que obtém aquela percentagem (...) automaticamente a metade dos lugares de deputados, e ainda a participação na divisão dos lugares restantes proporcionalmente ao número dos sufrágios que recolheu». Consequentemente, «o senhor Tătărescu apresentaria a sua demissão [a 29 de Dezembro] e o monarca, contra todas as expectativas, encarregou imediatamente o senhor Goga, Chefe do Partido nacional cristão, de formar gabinete», acrescentando que o mesmo se encarregara de fornecer uma nova constituição ao País, o que nunca fará, como veremos⁴⁵⁸. A decisão de Carol II em nomear como sucessor de Tătărescu o líder do quarto partido parlamentar traria imediatas consequências políticas, mergulhando a Roménia numa espiral de violência e incerteza política, que terminariam na tomada do poder pela parte do Rei, Carol II, e a aprovação (por via plebiscitária) de uma Constituição autoritária e corporativa. Goga, que nunca fora validado parlamentarmente, pois a Assembleia onde era amplamente minoritário nunca reunirá, governou por meio de decretos governamentais (medida futuramente seguida por Carol II durante o interregno constitucional de 1939-1939), procurando rapidamente não só controlar a vida política local, as ruas e os directórios partidários, como ultrapassar pela direita quem se apresentava como defensor do radicalismo político, nomeadamente os Legionários e a Guarda de Ferro. Neste sentido, e ainda no longuíssimo relatório de 12 de Janeiro de 1938, eram relatadas as primeiras medidas de urgência colocadas em prática pelo governo Goga, devidamente contextualizadas no plano mais alargado do programa do governo, apontando em específico as modificações na lei de imprensa, «dando-lhe um carácter etnicamente nacional, a afirmação dos princípios nacionalistas na vida política, económica e cultural, o estabelecimento de

⁴⁵⁷ «Como programa de política externa», acrescentariam, «o partido 48 depois de chegar ao poder levaria a Roménia a abandonar a Franca, A Inglaterra, a Petite Entente e a Entente Balcânica, para se por deliberadamente ao lado da Alemanha e Itália (sublinhado no original).Circular da Legação de Bucareste para o MNE datada de 12 de Janeiro de 1938 .Cf. Arquivo MNE.

⁴⁵⁸ Circular da Legação de Bucareste para o MNE datada de 12 de Janeiro de 1938 .Cf. Arquivo MNE.

números clausus para as minorias no que respeita ao ensino superior», ou seja, políticas anti-semitas⁴⁵⁹.

A finalizar, e demonstrando um conhecimento e/ou percepção da futura evolução política romena bastante apurada, Fernando Quartim de Oliveira Bastos (no cargo desde 1937) diria que «há quem diga que este é um governo de transição para uma situação política de natureza ditatorial ou anti-partidária, havendo mesmo chefes de oposição que afirmam que o gabinete Goga é já um governo pessoal de carácter anti-constitucional, apesar das afirmações em contrário do próprio Presidente do Conselho». Nesta «ordem de ideias não pode passar despercebido o facto de o Rei ter chamado para a pasta da Defesa o General Antonescu, figura de grande prestígio nos meios militares⁴⁶⁰, até porque, «a título confidencial (...) falando-se da hipótese de uma ditadura militar, o nome do general Antonescu foi apontado por aquele funcionário como possível chefe de um governo», o que se concretizaria em 1940. «Ligado a esta conversa», diria ainda, tecendo algumas considerações comparativas com a situação portuguesa, «e tendo em conta a complicada situação política actual em que nenhum dos partidos tem maioria», que «a forte corrente nacionalista que se está desenvolvendo no país, o descrédito dos partidos políticos, o espírito autoritário do monarca, e até o receio deste do notável incremento do partido “Tudo pela Pátria”, cujos componentes são jovens decididos e fanáticos mas que não gozam das simpatias reais, não é hipótese para por de parte o vermos ainda um governo da presidência daquele general, a governar com o Parlamento fechado e quem sabe mesmo se com os partidos dissolvidos».

Confirmando as previsões do diplomata português o governo de Goga seria demitido. Entre as causas, era apontada «entre outros problemas, a falta de

⁴⁵⁹ Circular da Legação de Bucareste para o MNE datada de 12 de Janeiro de 1938 .Cf. Arquivo MNE. Em relação à política externa, diria o diplomata português que apesar do «Partido Nacional-Cristão» não ter declarado «expressamente as suas simpatias com a política hitleriana», a Roménia deveria «estreitar as suas relações de amizade com os países que são um mercado para os seus produtos». Em todo o caso, o traço mais «saliente deste programa», devidamente apontado, seria o «anti-semitismo do partido», que tinha adoptado «as teorias do professor Cuza que é o seu chefe supremo e o mais acérrimo adversário dos judeus».

⁴⁶⁰ Antonescu, recordemos, em 1940, assumirá a liderança do governo romeno e que em 1935 tinha solicitado «a demissão como Chefe do Estado Maior, requerendo a sua colocação numa divisão de província, onde até agora se encontrava [1938], como protesto dizem à intromissão da Madame Lupescu [amante de Carol II] nas promoções do Exército». Circular da Legação de Bucareste para o MNE datada de 12 de Janeiro de 1938 .Cf. Arquivo MNE.

governamentalidade» derivada do facto de «nenhum partido ter chegado à quota necessária» para obter o bónus de deputados previsto na lei eleitoral», pois a «extrema competitividade eleitoral e política (...) não dera, a nenhum partido uma votação suficiente que habilitasse qualquer deles a poder governar com as câmaras saídas dessas eleições». Assim impossibilitado o «governo Goga de levar a efeito as reformas radicais que projectava», decretar-se-ia a 18 de Janeiro «a dissolução do Parlamento (que nunca chegara a reunir-se)», marcando-se «novas eleições gerais para os começos de Março próximo»⁴⁶¹. Como consequência da incapacidade de se produzir um governo estável, Carol II avocaria o controlo do processo político, procurando rapidamente produzir nova Constituição que validasse e legitimasse um novo regime que conseguisse, através da ultrapassagem das dinâmicas de conflito intra-partidário, liquidar a ameaça da extrema-direita, e resolver a falta de estabilidade governamental através do abandono de um formato liberal assente na representatividade político-eleitoral plural (de incerteza governativa) e instauração de um modelo autoritário, supra-partidário, de hegemonia e controlo por parte do rei. A adensar esta análise, ainda no mesmo relatório de Fevereiro de 1938, Fernando Quartim de Oliveira Bastos referiria que as tentativas de congregação política em torno de um projecto nacionalista que conseguisse permitir a Goga a construção de uma ampla frente de apoio político-parlamentar provaram-se infrutíferas, pois «os decretos de 18 de Janeiro, não tendo o condão de reunir os partidos da oposição para combaterem o Governo, nem de fazer alinhar ao lado do partido nacional-cristão (governamental) o partido nacionalista-democrata do prof. Iorga e o grupo de extrema-direita do sr. Vaida Voevod – poderiam fazer surgir das novas eleições uma surpresa igualmente temida pelo Rei e pelos partidos: a vitória dos Guarda de Ferro, com o seu programa radical tanto de política interna como

⁴⁶¹ Circular da Legação de Bucareste para o MNE datada de 21 de Fevereiro de 1938. Cf. Arquivo MNE. Claro que, na opinião do diplomata português «quase toda a gente via que, mantendo-se as mesmas circunstâncias que ocasionaram o fraccionamento dos resultados eleitorais de Dezembro, o novo Parlamento a eleger não traria a quaisquer dos partidos a possibilidade de governar constitucionalmente», mas não o senhor Goga que «justamente no dia seguinte aquele em que decretou as novas eleições, disse-me ele num jantar na legação Suíça onde nos encontrámos: “Vencerei as eleições porque quero vencê-las. O governo anterior perdeu-as porque lhe faltou essa vontade”, e afinal, «a vontade move montanhas». Suspeito de que «neste caso, ela [a Fé] só não bastaria para assegurar ao Governo o êxito das eleições», deixava a questão: «E neste caso, o que se passará?»

externa, isto é, a vitória de um partido que se imporia ao próprio Rei, que dissolveria todos os agrupamentos políticos e romperia todos os laços com a França, a Inglaterra, a Petite Entente e a Entente Balcanica para se ligar à Alemanha e à Itália»⁴⁶². Esta era a grande ameaça, como noutros casos disseminados pelo panorama da Europa central e de leste, e a pedra-de-toque da política interna romena nos finais da década de 30: que alinhamento internacional seguir, se manter a aliança com a França (garante e apoiante recordamos da expansão territorial romena no pós-guerra), se rompê-la a promover uma aproximação com a Alemanha (que, como no caso da Hungria, era o principal parceiro comercial e económico romeno). Neste sentido, terá sido «esta emergência [que] levou o Rei a demitir o senhor Goga e a constituir um governo de unidade nacional, de que fazem parte, sob a presidência do Patriarca da Roménia, sete antigos presidentes do Conselho»⁴⁶³. A estratégia do monarca, novamente na opinião do diplomata português, passava por «impor-se aos partidos para fazer um governo pessoal, não tem tido outra preocupação senão enfraquecê-los». O problema nesta estratégia era que quem estaria a capitalizar com o enfraquecimento dos partidos não era Carol II mas a Guarda de Ferro, «cujo prestígio vai cada dia em aumento e ao qual até não falta a auréola do martírio de alguns dos seus legionários já tem caído sob as balas da polícia»⁴⁶⁴.

No que respeitava às «grandes alterações no regime constitucional e na vida administrativa do país», fora anunciado a nomeação de «uma comissão para elaborar um ante-projecto de Constituição», cabendo ao «Instituto de Ciências Administrativas» a preparação do «ante-projecto sobre a organização das administrações locais», uma iniciativa, teoricamente, participada académica e

⁴⁶² Circular da Legação de Bucareste para o MNE datada de 21 de Fevereiro de 1938. Cf. Arquivo MNE.

⁴⁶³ «Isto é, todos os antigos presidentes do Conselho desde Dezembro de 1915, excepto do sr. Juliu Maniu, chefe do partido nacional-camponês, e do sr. Goga, estando nele representados os mais importantes partidos políticos». Circular da Legação de Bucareste para o MNE datada de 21 de Fevereiro de 1938. Cf. Arquivo MNE.

⁴⁶⁴ «Quanto à força de que dispõe a Guarda de Ferro e ao temor que inspira», acrescentaria dois factos como prova: «a passagem do antigo gabinete para o actual do sr. Calinescu como autoridade suprema que superintende a polícia e conhecerá portanto o que se passa, e o estado de sitio decretado para todo o país por tempo indeterminado, tendo sido esta a primeira medida tomada pelo actual governo». Circular da Legação de Bucareste para o MNE datada de 21 de Fevereiro de 1938. Cf. Arquivo MNE.

administrativamente⁴⁶⁵. Complementarmente, e como medidas de combater a influência e intensa actividade da Guarda de Ferro, o governo suspendera a autonomia universitária, os estatutos dos funcionários públicos e da inamovibilidade dos magistrados, e de «qualquer funcionário administrativo ou técnico do Estado, dos distritos e das comunas», que participem em «acções ou manifestações de ordem pública»⁴⁶⁶. Era também dedicado um especial cuidado ao «funcionamento da imprensa», suprimindo «publicações inúteis ou perniciosas» e fiscalizando-se «os meios de que dispõe os jornais» e a influência que algum do clero ‘desalinhado’ tinha junto da extrema-direita⁴⁶⁷. Em todo o caso, «dissolvido o Parlamento e suspensa a Constituição, a Roménia tem actualmente uma ditadura de facto, presidida pelo próprio Rei», terminava o diplomata⁴⁶⁸.

Nos finais de Fevereiro de 1938, seria publicada a nova Constituição. Dirigindo-se ao país, o Rei sintetizara «nos seguintes termos, os seus objectivos»: (1) aumento e reforço da independência do Governo: (2) redução do número de senadores e deputados; (3) mais justa representação no Parlamento aos agricultores, operários, intelectuais e aos outros factores dirigentes (num sistema de eleição profissional / corporativo); (4) estabelecimento de incompatibilidades severas para os membros do Parlamento de forma que os eleitos da Nação possam realmente ser os representantes e os protectores das necessidades dos cidadãos; (5) condução para o caminho do dever todos os servidores do país, evitando-se-lhes as

⁴⁶⁵ Oliveira Bastos finalizava (mais um) longo relatório apreciando sumariamente as directrizes e características dos principais actores do novo governo, começando por assinalar que «o governo de união nacional foi constituído fora de todas as organizações partidárias e de quaisquer programas limitados a uma ideologia», procedendo os seus membros de duas categorias: «antigos Presidentes do Conselho, que figuram como conselheiros do monarca e homens de experiência colocados à testa dos ministérios, tendo já dado provas da sua capacidade administrativa». Como principal missão governamental, era apontada a necessidade de conceder à Roménia uma nova constituição, uma nova Lei da Nacionalidade e a instauração de uma política de autarcia económica, que valorize «todas as riquezas do país, e estabelecerá um vasto programa de apaziguamento que deverá conduzir a um estado de harmonia tendente a assegurar os interesses da Nação». Circular da Legação de Bucareste para o MNE datada de 21 de Fevereiro de 1938. Cf. Arquivo MNE.

⁴⁶⁶ As universidades eram um dos principais polos de recrutamento da Guarda de Ferro.

⁴⁶⁷ Neste ponto «o Patriarca de comum acordo com o Santo Sínodo, tomará as medidas que julgar necessárias para desligar os fieis de quaisquer juramentos que não sejam legais, e estabelecerá as sanções aplicáveis aos membros do clero que de futuro se prestarem a tais juramentos». Circular da Legação de Bucareste para o MNE datada de 21 de Fevereiro de 1938. Cf. Arquivo MNE.

⁴⁶⁸ Referindo ainda que no «actual gabinete continua o General Antonescu (...) sobraçando hoje, além da pasta da Defesa Nacional, a da Marinha e do Ar». Circular da Legação de Bucareste para o MNE datada de 21 de Fevereiro de 1938. Cf. Arquivo MNE.

consequências perigosas das agitações políticas; (6) previsão de sanções severas contra os malfeitores e especialmente contra os que desbarataram os dinheiros públicos; (7) instituição de uma fiscalização bem organizada e rigorosa dos bens e despesas públicas; (8) estabelecimento de direitos da classe camponesa à terra que possui por expropriação; (9) concessão de mais larga e justa participação nos lucros e preços da concessão aos proprietários das minas expropriadas pelo Estado, e (10) direitos iguais a todos os que pertençam a uma outra raça estabelecida há séculos no solo da Grande Roménia⁴⁶⁹. Como vemos, as principais preocupações do novo governo, agora de iniciativa real, passavam por um combate ao sistema partidário vigente que, por demasiado fragmentado e exposto à extrema-direita, não tinha permitido soluções estáveis e de agrado do monarca, que se via fustigado por uma intensa oposição revolucionária com ambições declaradas de o depor. Carol II tomava assim as rédeas do poder e, através da proposta de um sistema autoritário-corporativo como solução para a falência do modelo liberal vigente, procurava ultrapassar pela direita a Guarda de Ferro. Tais preocupações seriam, aliás, devidamente anunciadas na proclamação do Patriarca Miron Cristea, novo Presidente do Conselho, aquando da sua tomada de posse, ao reconhecer que «o Rei, tendo constatado que é nas lutas políticas do passado que reside o motivo das discordâncias e perturbações que não somente prejudicaram como também paralisaram a boa organização e direcção das comunas, dos distritos e do Estado, resolveu dar ao país uma nova Constituição. Esta estabelece o Parlamento sobre outras bases, pois os cidadãos poderão eleger os seus representantes segundo as suas profissões e não conforme os interesses do partido. A nova Constituição consolida o sentimento nacional, dando prioridade às funções públicas aos romenos, e reforça a moralidade na vida política, não permitindo que os parlamentares e os ministros intentem acções contra o Estado, ou que figurem em sociedades que tenham contractos com o mesmo»⁴⁷⁰.

⁴⁶⁹ Circular da Legação de Bucareste para o MNE datada de 28 de Fevereiro de 1938. Cf. Arquivo MNE.

⁴⁷⁰ «Por igual motivo estabelecem um corpo superior de fiscais e o castigo dos que defraudam o Estado, confiscando-lhes as fortunas adquiridas em detrimento deste». Circular da Legação de Bucareste para o MNE datada de 28 de Fevereiro de 1938. Cf. Arquivo MNE. Finalmente, finalizado mais um longo relatório, o Embaixador português em Bucareste, «sem pretender analisar a nova Constituição», deixaria os seguintes apontamentos: «o poder legislativo é exercido pelo Rei e pelo

Nos finais de Fevereiro de 1938 a nova Constituição, com claros tons corporativos e autoritários, seria colocada em apreciação eleitoral através de um referendo plebiscitário, ocasião que motivaria novo extenso relatório de apreciação do acto eleitoral e suas consequências políticas, nomeadamente a imediata demissão do governo em funções, e a nomeação de novo elenco governamental, já devidamente alicerçado no novo desenho institucional. Num plebiscito onde «para todos os cidadãos romenos inscritos nas listas para eleições de deputados o voto foi obrigatório, incorrendo numa multa quem se abstivesse», «o eleitor depois de declinar o seu nome, tinha de declarar verbalmente se aprovava ou não o texto da Constituição», sendo que «aquele que votasse contra era obrigatório a assinar uma declaração nesse sentido e a indicar a sua morada»⁴⁷¹. Para preparar o ambiente em que se desenrolou o plebiscito, o Governo «publicou entre outras medidas igualmente energéticas, um Decreto-Lei (...) cujo objectivo é de acabar de vez com o partidarismo político». Este decreto considerara «como novos delitos a organização de grupos clandestinos para a propagação de ideias políticas, as marchas em

Senado e Câmara dos Deputados», sendo esta «composta por deputados eleitos por cidadãos romenos, de 30 anos feitos exercendo quaisquer das seguintes profissões que estejam dentro das seguintes categorias: a) agricultura e trabalho manual, b) comercio e industrias, c) ocupações intelectuais. O Senado é composto de senadores nomeados pelo Rei, de direito próprios e eleitos». O Poder Executivo «é confiado ao Monarca que o exerce por intermédio do seu governo», composto «de ministros e sub-secretários de Estado», exercendo os ministros «o poder executivo em nome do Rei nas condições estabelecidas pela Constituição e sob sua responsabilidade», tendo «responsabilidade política unicamente para com o Rei». Postas as apreciações em torno de algumas das formalidades institucionais, o diplomata português decidiria ainda colocar em relevo «certas disposições relativas aos “deveres dos romenos”», em foco devido às «lutas políticas destes últimos tempos». Segundo estas novas disposições constitucionais «a nenhum romeno é permitido fazer propaganda pela palavra ou por escrito a favor da mudança da forma do Governo da país, sendo proibido ao clero por a sua autoridade espiritual ao serviço da propaganda política», disposições relacionadas «com uma eventual orientação política da parte dos nacionais-camponeses, e com o apoio que o Clero tem prestado à Guarda de Ferro». Sobre o tema, diria ainda que «Ainda há poucos dias foram apreendidos panfletos subversivos assinados pelo chefe dos legionários e material de guerra, no convento de Neamtz. Justamente hoje os jornais publicaram uma circular do chefe da Guarda de Ferro anunciando que o seu partido deixou de existir e desligando todos os seus partidários. Mas não se sabe ainda até que ponto corresponde à verdade tal afirmação». Circular da Legação de Bucareste para o MNE datada de 28 de Fevereiro de 1938. Cf. Arquivo MNE.

⁴⁷¹ Nestas condições, «em 4.303.064 votantes houve 4.297.551 que se pronunciaram a favor e 5.843 que se declararam contra a nova Constituição». Continuando a apreciação da eleição plebiscitária, Oliveira Bastos daria ainda um colorido e informado testemunho sobre a forma como decorreria tão importante evento, Assim, por exemplo, «em Bucareste, os magistrados, os membros do Conselho Legislativo, votaram no Ministério da Justiça, onde também votaram os respectivos empregados; e no edifício dos correios e nas oficinas dos caminhos de ferro votaram respectivamente os funcionários dos correios e os ferroviários. Outras secções especiais foram montadas para os diversos ramos do funcionalismo, o qual ali compareceu com os superiores hierárquicos à frente, a votarem em massa». Circular da Legação de Bucareste para o MNE datada de 1 de Março de 1938. Cf. Arquivo MNE.

formação militar pelas estradas, ruas ou praças públicas, e quaisquer cantigas, entoadas em grupos que tenham um significado político». Mas «o seu objectivo mais importante é desembaraçar definitivamente toda a administração pública do servilismo político, proibindo aos funcionários públicos e a todos os que são, de uma forma directa ou indirecta, retribuídos pelo Estado ou pelas comunas, de continuarem a fazer parte de um grupo político, de aderirem a um acto político ou de participarem em manifestações com esse carácter»⁴⁷². O mesmo decreto «estipula que funcionários públicos façam parte de um partido político dissolvido antes de 1934 (Guarda de Ferro) serão destituídos, o mesmo acontecendo aqueles que foram condenados por infrações relacionando-se com a ordem pública ou a segurança do Estado, e que serão demitidos os que, pertencendo a um partido político, não se desligassem dele até 26 de Fevereiro último», assim se procurando limpar o aparelho do Estado de elementos considerados subversivos e controlar o acesso da Guarda de Ferro aos mesmo⁴⁷³. Comparando brevemente este processo constitucional com o caso português, verificamos que – apesar de se seguir semelhante modelo plebiscitário – as condicionantes iam muito além das estipuladas pela ‘abstenção positiva lusa’, pois não só o voto era obrigatório (multando-se a abstenção) como *aclamante*, além de se ter utilizado o acto eleitoral plebiscitário como mecanismo de controlo activo sobre a Guarda de Ferro e seus apoiantes.

Finalmente, diria ainda o diplomata português que em sua opinião «o povo romeno – que vira com prazer a dissolução dos partidos políticos e a medidas tendentes a exterminar os partidarismos – acorreu na sua grande maioria a pronunciar-se de livre vontade a favor da constituição», pois encontrava-se «cansado das crónicas lutas onde apenas entravam em jogo interesses pessoais e vaidades mesquinhas dos profissionais da política», mostrando-se «esperançado que o novo regime ofereça ao país perspectivas de tranquilidade, de honestidade e de progresso material», sobretudo «no campo, onde tem sido a vítima dos caciques políticos, o povo manifestou o seu voto com manifestações de real alegria». No

⁴⁷² Circular da Legação de Bucareste para o MNE datada de 1 de Março de 1938. Cf. Arquivo MNE.

⁴⁷³ «Os próprios juizes que em conselho de ministros foram considerados como tendo lavrado de má fé sentenças absolutórias de infrações previstas neste decreto e em outras leis de protecção à ordem pública serão castigados por decreto real». Circular da Legação de Bucareste para o MNE datada de 1 de Março de 1938. Cf. Arquivo MNE.

entanto, apesar de identificar este apoio em relação às ambições de Carol II, reconhecia que «ao lado desta grande maioria, não faltou quem votasse constringido a favor da Constituição», uma oposição considerada como incapaz de «levantar problemas ao governo do Rei», em virtude deste ter a «defendê-lo um exército unido sob o comando de oficiais da sua inteira confiança»⁴⁷⁴. Em todo o caso, para o português, depois de aprovada a nova Constituição, e nomeado novo governo, «não deverão surgir surpresas nestes tempos mais próximos», pois chegara-se à «solução para onde se caminhava desde as eleições de Dezembro, e outra melhor não podia ter a complicada situação a que os políticos tinham levado o país»⁴⁷⁵. Como consequência um novo gabinete, «mais homogêneo e dinâmico», foi empossado, propondo-se «levar a efeito a reconstituição do país sobretudo no que respeita à racionalização e simplificação dos serviços públicos, recrutamento do pessoal, espírito de economia e interesses públicos, responsabilidade dos chefes, fiscalização das despesas públicas, recrutamento de um Conselho Superior Económico entre os especialistas, renovação das vias de comunicação, protecção à agricultura».

Com vista «à criação de um Estado Corporativo julgou-se ainda conveniente a dissolução dos antigos partidos, passando os seus chefes a fazer parte de um órgão consultivo chamado Conselho da Coroa». No âmbito da política externa, «a opinião geral é a de que o Rei dirigirá ele próprio a política exterior de oportunidade que as circunstâncias lhe aconselharem»; enquanto no que respeitava as relações entre Portugal e a Roménia, «o novo Ministro dos Negócios Estrangeiros manifestou-se já em conversas as suas simpatias pelo nosso país, dizendo-me que, em todos os seus postos diplomáticos, manteve sempre relações especialmente cordiais com os colegas portugueses»⁴⁷⁶. Até ao início da guerra destaca-se o curto relato de 18 de Abril de 1938 sobre nova formação governamental «que não tem uma função

⁴⁷⁴ Circular da Legação de Bucareste para o MNE datada de 1 de Março de 1938. Cf. Arquivo MNE.

⁴⁷⁵ Sobre o novo governo, empossado depois da esperada demissão do gabinete liderado por Miron Cristea (em virtude da publicação da nova Constituição), este diferia «do anterior por nele já não figurarem os antigos Presidentes do Conselho, chamados pelo soberano a dar a sua solidariedade e moral à nova orientação do Estado». Entre os membros do novo governo estranhava a Oliveira Bastos os «dois elementos do partido nacional-camponês que antes combatia a nova Constituição mas que, ao mesmo tempo, são dois técnicos de nomeada». Circular da Legação de Bucareste para o MNE datada de 1 de Março de 1938. Cf. Arquivo MNE.

⁴⁷⁶ Circular da Legação de Bucareste para o MNE datada de 1 de Março de 1938. Cf. Arquivo MNE.

política», pois continua o Rei «a sua antiga orientação de romper os laços que unem os filiados políticos aos seus chefes, acenando aqueles com o poder e estabelecendo assim a cisão partidária»⁴⁷⁷, e as referências ao intercâmbio cultural entre as Universidades de Lwow e a Universidade Livre Latina de Brasov⁴⁷⁸. Quando comparado com a Legação de Budapeste, Bucareste apresentava um tráfego menos concentrado na apreciação da imprensa local, e conseqüentemente sobre a presença portuguesa nos círculos intelectuais do país e na sua opinião pública, e mais nas questões da vida política interna, em especial ao conflito entre as diferentes direitas romenas (agrária, radical e monárquica). Neste ponto seguia-se com interesse o comportamento da casa real e, mais tarde, o texto da nova Constituição e correspondente processo plebiscitário.

A Roménia desenvolveu especial interesse pelo caso português, indirectamente pelo já referenciado Mihail Manoilescu, e mais directamente através de Mircea Eliade, amigo pessoal de António Ferro e dos integralistas João Ameal e Alfredo Pimenta, e adido cultural em Lisboa em 1942. Aquando da sua nomeação para a capital portuguesa, Eliade – já bastante desapontado com os desenvolvimentos da revolução espiritual romena – , acreditava que o desejado triunfo do *Espírito* acontecera em Portugal (Alexandrescu, 2011). Em Portugal, o filósofo romeno publicaria *Salazar e a Revolução em Portugal* (1942), obra onde, depois de reconhecer que «o prestígio que Portugal tem nestes dias na Europa é tremendo», teceu laudatórios elogios ao ditador português e à revolução pacífica em progresso, clamando que «o Estado salazarista, Cristão e totalitário, é fundado, primeiro, no Amor, sendo o Amor o que o distingue de outros fanatismos ditatoriais como os liderados por Mussolini, Hitler ou Estaline», entendendo o filósofo romeno que a educação de Salazar o haviam impellido a aplicar o amor de Santo Agostinho perante o Outro como política de Estado, institucionalizado valores como a solidariedade e caridade; características que contribuiriam para desengajar o Estado

⁴⁷⁷ Circular da Legação de Bucareste para o MNE datado de 18 de Abril de 1938. Cf. Arquivo MNE.

⁴⁷⁸ O caso reportava-se ao intercâmbio académico entre as duas universidades, tendo sido a Dra. Lucia Marlin-Ska, professora do curso de língua portuguesa da universidade de Lwow, convidada pela Universidade Livre Latina, de Brasov na Roménia, para organizar a secção portuguesa dos cursos de férias para o corrente ano (1938). Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 21 de Junho de 1939. Cf. Arquivo MNE.

Novo de ditaduras extremistas (Eliade, 2011 [1942]). Neste sentido, para o romeno o Estado Novo era uma «forma Cristã de totalitarismo, uma onde o Estado não confisca a vida das pessoas», onde era possível alcançar a (desejada) revolução espiritual, uma revolução liderada por Homens que acreditassem, antes de mais, na primazia do espiritual (Eliade, 2011 [1942]). E o Portugal de Salazar seria, talvez, o único país no mundo onde se havia procurado e conseguido responder a tais questões (Eliade, 2011 [1942]).

Varsóvia

De forma similar às representações diplomáticas que acabámos de apreciar, também a Legação em Varsóvia, no período entre-guerras, teria uma ocupação volátil durante a década de 20, estabilizando a partir de 1933, aquando da nomeação para o posto de César de Sousa Mendes. Segundo o Anuário Diplomático, entre 1920 e 1927, Portugal contaria apenas com representação consular, sediada em Varsóvia, e assumida pelo Cônsul (Barão) Victor de Lesser. Em 1927 é acreditado na Polónia (e também na Lituânia e Estónia), como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de 2ª classe, Vasco Francisco Caetano de Quevedo, mantendo-se o Barão Victor de Lesser como Cônsul. Entre 1928 e 1929, a Legação reportava da Suécia, onde se encontrava estacionado César de Sousa Mendes, que acumularia funções de representação da Estónia, Polónia e Letónia. Em 1930 é novamente nomeado um Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de 2ª classe para Varsóvia, Tomás Ribeiro de Melo, que ficaria no posto até 1933, altura em que seria substituído por César de Sousa Mendes, que se instalaria na capital polaca até ao início da Guerra (1939).

Uma rápida análise da correspondência da capital polaca para Lisboa permite-nos relevar que, desde o início da década de 30 (aquando da visita do Marechal Pilsudski à Madeira), existe um amplo tráfego diplomático entre Varsóvia e Lisboa. Deste, destacaríamos a ampla análise da situação política interna, que iria seguir os diversos desenlaces em torno das contendas existentes no campo governamental entre os coronéis e os generais (a partir da morte de Pilsudski em 1935), e da consequente incapacidade em se edificar um sistema totalitário de

influência fascista em torno do bloco governamental devido em parte aos diferendos no campo da *Sanecja* (*saneamento*, o equivalente polaco à *situação*), e em parte ao poder que os partidos políticos vão mantendo. Do ponto de vista constitucional, a diplomacia portuguesa seguiria com bastante atenção o processo em torno da nova Constituição de 1935 (assumida como um modelo de cesarismo presidencial), desde a sua fase de projecto (em 1934), dedicando apurada atenção à lei eleitoral de 1935 (e a sua criatividade na definição do corpo eleitoral para o Senado, consagrado em pessoas de idoneidade moral reconhecida) e ao conjunto de eleições decorrentes na segunda metade dos anos 30. Em relação à presença portuguesa na imprensa local, a Legação em Varsóvia trabalharia afincadamente na recolha das impressões publicadas (e colocadas), reportando na generalidade a boa recepção do Estado Novo no país, aparte de algumas notícias (ainda assim recorrentes) sobre as colónias e, mais tarde, sobre a influência alemã em Lisboa. No que respeita os telegramas que de Lisboa chegavam a Varsóvia, destacaríamos os que em 1933 relatavam a troca oficial de ministros, as condolências da parte do Estado português em relação à morte do Marechal Pilsudski (em 1935), e, como na Roménia, os inquéritos sobre as questões ligadas às comunidades judaicas no País. Em Janeiro de 1932 era criada a Legação polaca em Lisboa, regularizando-se assim, com todas as formalidades, as relações entre os dois Países⁴⁷⁹.

Como referimos, em 1934 a Legação em Varsóvia iria dedicar alguma atenção à apreciação do projecto da nova Constituição, na altura ainda em discussão pública. É interessante seguir estes relatórios, pois eles não só nos revelam as intenções lusas em seguir o seu 'gémeo' institucional como nos permitem interpretar, de forma comparada, mais um exemplo de transição de um modelo liberal para um autoritário. As primeiras apreciações ao processo constitucional polaco, tomarão as palavras de Stanislaw Çar, um dos pais da Constituição de 1935. Diria o polaco, justificando a sua proposta, que «não existe, nem existiu nunca na Polónia ditadura», pois como Pilsudski deveria ser considerado «uma grande autoridade moral», «não pode haver ditadura onde não há ditador»,⁴⁸⁰. Nas suas críticas às

⁴⁷⁹ Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 10 de Janeiro de 1932. Cf. Arquivos MNE.

⁴⁸⁰ Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de Varsóvia, 15 Fevereiro 1934. Cf. Arquivo MNE.

ditadura e parlamentarismo, Çar referia que «não beneficiando o primeiro [ditadura] das forças vivas da Nação nem da iniciativa individual, e não tendo o segundo [parlamentarismo], com a sua ideologia baseada no Contracto Social de Rousseau e na doutrina da divisão dos poderes do Estado, satisfeito cabalmente às necessidades nacionais», deviam ser ambos proscritos, apesar de tal não significar a «negação do Parlamento», pois considerava a «Câmara dos deputados indispensável», desde que «saiba criar condições de trabalho positivo» e tenha um «poder forte e liberdade cívica», «dois pontos capitais que é preciso manter em harmonia»⁴⁸¹.

Cerca de um ano depois, em Fevereiro de 1935, os temas constitucionais regressavam à ordem do dia. Recordamos que a Polónia mantinha desde Maio de 1926 um período de semi-interregno constitucional, pois ao Golpe de Estado perpetrado por Pilsuski não havia correspondido a prometida e profunda alteração constitucional, apenas promulgada uma adenda em 1926, e promovidas eleições gerais em 1928 e 1930. É então na condição de vice-Presidente da Assembleia que Stanislaw Çar intervirá sobre necessidade de rever a Constituição. Neste discurso, prontamente relatado para Lisboa, o jurista polaco discorrerá sobre as bases ideológicas, e pragmáticas, em que se assentava a proposta do governo, uma intervenção que facilmente poderia ser replicada para outros contextos políticos na turbulenta Europa da Nova Ordem, pois a sua retórica revolve em torno das necessidades de suplantar as incapacidades sistémicas dos modelos liberais, pluralistas e parlamentaristas. Çar referiria que a «permanente instabilidade governamental e a subordinação do Executivo ao Legislativo permitia abusos e conduziria a graves riscos», em parte por o Parlamento ter sido constituído, «desde a restauração, por elementos poucos adaptados à vida política», razões que levariam à «necessidade de assegurar ao poder executivo as indispensáveis garantias de força e continuidade». Neste sentido, «já em 1926 assinalava o Marechal Pilsudski as

⁴⁸¹ No mesmo relatório, César de Sousa Mendes identificava como principais inovações as disposições dos Artº. 24 (no qual o Presidente da República era investido no poder de dissolução do Parlamento), Artº. 26 (definida como função da Câmara dos Deputados apenas o controle da actividade do Governo), o Artº. 16 (contendo matéria inteiramente nova no que respeitava a eleição do Presidente, sobretudo na parte que se refere ao direito que tem o Presidente cessante de designar um candidato) e finalmente o art. 36 (regulando a eleição do Senado, e também uma inovação pois um terço dos Senadores serão designados pelo Presidente, e os outros dois terços eleitos pelos cidadãos condecorados com as ordens “Virtuti Militari” e “Cruz de Valor”). Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de Varsóvia, 15 Fevereiro 1934. Cf. Arquivo MNE.

deficiências da Constituição de 1921, daí a emenda de 2 de Agosto de 1926, pela qual foi ao Chefe do Estado atribuída a faculdade de dissolver o Parlamento e em certos casos promulgar decretos-lei e à Câmara dos Deputados confiada a função de revisão da Constituição, no sentido de fortalecimento do poder executivo, o que poderia levar a afeito com uma votação de 2/5»⁴⁸². Até 1930, porém, «nada fez a Câmara dos Deputados, e por isso, decidia o Presidente a sua dissolução antes do termo da legislatura, tendo-se constituído uma nova câmara em que uma larga maioria de apoio ao Governo, o “Bloco Governamental”, fez inscrever no programa dos trabalhos parlamentares, como ponto essencial, o sistema de governo presidencial»⁴⁸³. O projecto proporá «um sistema de governo presidencial não à maneira americana, pois o Presidente da Polónia ficará com poderes mais amplos do que o Presidente dos Estados Unidos, revestindo um carácter aqui designado pelo professor Peretjatkowics por “cesarismo democrático”»⁴⁸⁴, onde a Presidência, «encarnando a independência e a majestade do Estado», será o árbitro entre «os diversos poderes do Estado, tendo a faculdade de tomar decisões, em certos casos, sem a referenda do Presidente do Ministério ou do Ministro respectivo». Complementarmente, o «Presidente designará o seu sucessor embora a candidatura deste fique dependente de eleição».

O novo Parlamento «será formado por duas câmaras: a dos Deputados à qual pertencerá a iniciativa em matéria de legislação e a aprovação do orçamento, e cujos membros serão eleitos por sufrágio universal, e o Senado que terá por função a revisão das providências votadas por aquela e será constituído por membros de nomeação do Governo, parte por membros eleitos pelas corporações e parte ainda por eleição dentre os titulares dos graus das Ordens honoríficas, considerados como a elite da Nação». Este novo projecto assumia «basear-se na democracia», tomando a acção parlamentar como «um elemento criador, [e] não destrutivo»⁴⁸⁵. A 23 de Março, «por 260 votos contra 135», a nova «Constituição política da Polónia, depois

⁴⁸² Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 12 de Janeiro de 1935. Cf. Arquivo MNE

⁴⁸³ Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 12 de Janeiro de 1935. Cf. Arquivo MNE

⁴⁸⁴ Deixando o Presidente se ser «o “homem que representa” para ser especialmente “o homem que decide”». Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 12 de Janeiro de 1935. Cf. Arquivo MNE

⁴⁸⁵ Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 12 de Janeiro de 1935. Cf. Arquivo MNE

de modificações introduzidas pelo Senado, foi aprovada», com votos contra dos «Nacionais-democratas, socialistas-cristãos, socialistas e comunistas» e abstenção dos deputados das minorias⁴⁸⁶.

Pouco antes da aprovação da nova Constituição, César Sousa Mendes daria nota de uma «Lei de amnistia que restituiu a liberdade a muitos milhares de indivíduos que enchiam os campos de concentração», importante, no cenário quasi-constitucional, para procurar construir um certo espírito de união e regeneração nacional⁴⁸⁷. No mesmo relatório, o diplomata português dava conta da reabertura dos trabalhos parlamentares, onde, apesar de segundo a emenda constitucional de 1926 os partidos políticos terem sido substituídos por «representações das diferentes ordens de interesse nacionais, administrativas, económicos, culturais, etc», e parecer-se «trabalhar com método e disciplina», não se tinha conseguido extinguir «o espírito de partido», apresentando vários exemplos⁴⁸⁸. Em conclusão, diria que «estas actividades partidárias revelam que a presente ordem pública vai, como aliás se previa, encontrando resistência concorrendo naturalmente também para agravar a situação, certas incompatibilidades, a principal das quais é, sem dúvida, a existente entre o Inspetor Geral do Exército, General Rydz-Smigly e o coronel Beck», Homens de Estado que, segundo consta, «chegaram a vias de facto e parece que o Coronel Beck teria já sido afastado do seu cargo, se não fora o Presidente da República, por gratidão, mante-lo no poder», disputa que, como veremos, se manterá bem acesa no contexto pós-Pilsusdki⁴⁸⁹.

⁴⁸⁶ Pouco depois encerravam-se «os trabalhos parlamentares, tendo o Presidente do Conselho Professor Kozlowski apresentado a demissão do governo», sendo substituído pelo Coronel Slawek». Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 5 de Abril de 1935. Cf. Arquivo MNE.

⁴⁸⁷ Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 10 de Janeiro de 1935. Cf. Arquivo do MNE.

⁴⁸⁸ E referiria, como exemplo, o recente Congresso que os «membros do antigo Partido Populista, em geral médios e pequenos proprietários rurais» organizaram «no mês de Dezembro», resolvendo «colaborar estreitamente com os socialistas», e reclamar por uma reforma agrária, «a dissolução do Parlamento e a realização de novas eleições» e a reforma da Constituição». Em termos de política internacional, o Partido do sr, Vitos, antigo presidente do Conselho, um dos poucos a não beneficiar da amnistia, pedia o regresso a aliança com a França e o bom entendimento com a União Soviética. Similarmente, «também o Partido fundado pelo Coronel Slawek denominado Bloco, cuja dissolução, como relatei, ele mesmo propusera, não se conformou com o seu desaparecimento e decidiu prosseguir a sua acção política». Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 10 de Janeiro de 1935. Cf. Arquivo do MNE.

⁴⁸⁹ Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 10 de Janeiro de 1935. Cf. Arquivo do MNE.

Entretanto, a 12 de Maio de 1935 o Marechal Pilsudski faleceria, evento que marcaria de forma indelével a política polaca até ao início da Guerra, e motivaria uma apertada luta pela sua sucessão entre os líderes das principais facções do Campo Governamental, o General Rydz-Smigly e o coronel Beck⁴⁹⁰. Sobre Pilsudski, César Sousa Mendes diria ser uma personagem dotada de «qualidades excepcionais, que lhe permitiam desempenhar missão das mais notáveis da história da Polónia, pois não só assegurou, pelas armas, a independência do país, como soube, pelo prestígio pessoal que alcançou, evitar desvanças entre os seus compatriotas»⁴⁹¹. «Sobretudo desde o golpe de Estado de 1926», diria que «o seu eminente espírito se encontrava entregue à direcção do Estado», bem como bastante presente na nova Constituição, cujos «princípios fundamentais são da sua inspiração». A sua acção política «não poderia deixar de ferir interesses de ordem particular», gerando «ódios surdos que terão aguardado apenas o seu desaparecimento para se expandirem», prevendo assim o português que «a Constituição, que poderia servir de garantia de continuidade», poderia também se tornar «na origem de desarmonia, visto haver sido elaborada supondo a existência de um Chefe de Estado, o qual, por suas qualidades excepcionais, pudessem ser atribuídos os mais latos poderes»⁴⁹². Ora se tal «acontecia sem dúvida com Pilsudski», seria uma realidade difícil de prever após a sua morte. Depois desta referência à necessidade de homens providenciais, e nacionalistas, o diplomata português diria ainda que «a lei eleitoral em projecto, concordante com o espírito da Constituição, está longe de ser recebida com aplauso unânime por todos os sectores da política» e assim «não será, pois, de estranhar que ao período de disciplina que pelo pulso férreo de Pilsudski soube impor, suceda uma época de discordância interna, tanto mais que é a população deste país caracterizadamente heterogénea» (sublinhado no original). O que de facto aconteceria.

Na opinião de Sousa Mendes, «quem dinamizará a Constituição serão os antigos colaboradores do Marechal», que ao momento formavam «dois grupos: o dos Coronéis e o dos Generais, assim popularmente conhecidos em razão da patente

⁴⁹⁰ Telegrama de Varsóvia para o MNE datado de 12 de Maio de 1935. Cf. Arquivo do MNE.

⁴⁹¹ Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 21 de Maio de 1935. Cf. Arquivo MNE.

⁴⁹² Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 21 de Maio de 1935. Cf. Arquivo MNE.

dos membros que os constituem»⁴⁹³. «Entre estes dois grupos», acrescentaria, «parece não existir a concordância que seria conveniente a uma acção constante e uniforme», circulando «rumores de divergências e mesmo de incompatibilidades». A acrescentar a esta disputa castrense, o Embaixador em Varsóvia realçaria a característica extremamente heterogénea do Bloco Governamental, «isto é o partido de apoio à obra de Pilsudski», a *União Nacional* polaca, composto por sectores sociais tão dispersos como «proprietários territoriais, interessados na conservação do regime tradicional da propriedade privada», «partidários da reforma agrária em favor dos camponeses», «livre-pensadores e ultra-clericais», «amigos da Alemanha, partidários da França, anti-semitas, professores e comerciantes judeus, etc», «enfim, elementos que só a forte personalidade de Pilsudski poderia manter unidos»⁴⁹⁴. A este estado de coisas, «acresce a acção oposicionista, representada especialmente pela “direita nacional”, que entre os seus principais elementos pretende a adopção de uma política racista à maneira alemã, pelos “Sociais-democratas” e pelos comunistas que, embora se não mostrem tão activos como aquela, não deixarão de, sempre que possível, se aproveitar das circunstâncias para fazer triunfar os seus princípios». E por último, «há a considerar também como origem de divergências e enfraquecimento da unidade nacional a atitude das minorias. A alemã, em razão da política de aproximação entre a Polónia e a França parece não prometer complicações; a judaica, que receia que o poder venha às mãos da “Direita Nacional” mostra-se interessada na manutenção das presentes condições políticas; a ucraniana porém, não pode deixar de representar permanente ameaça, dados os sentimentos nacionalistas e aspirações de independência que prevalecem na Ucrânia»⁴⁹⁵.

Uma complexa teia política, como vemos, em muito derivada das características de um Estado construído sob restos de 3 Impérios, com culturas políticas bem distintas, amplamente permeado por minorias bem organizadas, e que

⁴⁹³ Estas facções continham como «figuras preponderantes, entre os primeiros, o senhor Slawek, actualmente Presidente do Conselho, o senhor Prystor, que antes desempenhou o cargo e agora é líder do Bloco Governamental, o senhor Beck, Ministro dos Negócios Estrangeiros; e entre os segundos, o senhor Rydz-Smigly, o generalíssimo e inspector-geral do Exército, o senhor Kasprzyński, Ministro da Guerra, designado pelo próprio Pilsudski para lhe suceder neste posto». Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 27 de Maio de 1935. Cf. Arquivo MNE.

⁴⁹⁴ Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 27 de Maio de 1935. Cf. Arquivo MNE.

⁴⁹⁵ Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 27 de Maio de 1935. Cf. Arquivo MNE.

nos anos subsequentes à sua independência seria envolvido num confronto bélico com o recém-criado Exército Vermelho (que travaria às portas de Varsóvia) que colocaria o exército polaco em Kiev. Como diversas vezes referiu o diplomata português estacionado na capital polaca, muita da argamassa que mantinha estas peças juntas (por diferentes razões), encontrava-se assente em Pilsudski, defensor de uma Polónia multicultural, tomando como inspiração a dinastia Jaguelônica (século XV), quando a Federação Polaco-Lituana governava um vasto território entre o Báltico e o Mar Negro⁴⁹⁶. Os principais opositores a Pilsudski seriam Roman Stanisław Dmowski e Wincenty Witos, o primeiro como ideólogo, o segundo diversas vezes primeiro-ministro durante os anos 20, no poder aquando do golpe de Maio de 1926. Ambos advogavam de uma visão culturalmente unitária da Polónia (religiosa e étnica assente no ideal da dinastia Piast do século X). Colocados fora dos tabuleiros do poder depois de 1926, mantinham uma importante influência no seio das elites nacionalistas, muitas envoltas no complexo de individualmente (e politicamente) defenderem os ideais de Dmowski e Witos (de construção de uma unidade nacionalista) num quadro político dominado – mesmo *post mortem* – por Pilsudski. Naturalmente que adensa o nosso trama uma apreciação geo-política da Polónia, encaixada entre a União Soviética e a Alemanha, com um importante enclave alemão em Danzig /Gdansk (principal acesso ao mar), e diversos grupos étnico-sociais (judeus, alemães, diferentes eslavos, protestantes, socialistas, comunistas) se encontrarem bem organizadas e politicamente activas.

De regresso à nossa análise diplomática, Sousa Mendes iria apreciar o processo de transição para um modelo autoritário através do debate sobre a nova lei eleitoral, em sua opinião «um dos problemas que mais preocupam nesta ocasião os dirigentes da Polónia»⁴⁹⁷. A nova lei eleitoral, cujo «objectivo principal é de impedir os partidos políticos de apresentarem candidaturas», e assim retirar «ao Parlamento

⁴⁹⁶ Recordemos que Pilsudski nascera em Vilnius e fundara Partido Socialista Polaco e era protestante. Depois de várias vezes preso pelo Império Russo (por actos de rebeldia e acções revolucionárias), tornar-se-ia figura incontornável do nacionalismo polaco antes da I Guerra. Durante a guerra formaria uma legião polaca, combatendo ao lado das potências centrais, servindo como ministro da guerra no entretanto criado (com apoio alemão) Reino da Polónia. No cargo seria preso por recusar a exigência de lealdade à Alemanha e Áustria imposta pelas potências centrais. Da prisão sairá para assumir a chefia do exército (11 de Novembro de 1918) e do Estado (14 de Novembro 1918), altura em que renunciará ao seu passado socialista para se proclamar defensor de todos os polacos.

⁴⁹⁷ Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 29 de Maio de 1935. Cf. Arquivo MNE.

o seu antigo carácter de corpo político dividido em facções e com os seus interesses especiais», deverá procurar «conseguir a sua consubstanciação com os interesses nacionais, regionais e corporativos, em estreita colaboração com o governo». Para este efeito a proposta passava por dividir a «Nação em circunscrições eleitorais, com dois candidatos cada uma, e deverá a escolha ser feita por assembleias constituídas, em cada circunscrição, por delegados das organizações locais, profissionais e económicas». Sob estes novos pressupostos, «espera o governo que os deputados se compenetrem das suas competências e portanto se conduzam com consciência e saibam, quando em oposição ao governo, manterem-se dentro de uma crítica sincera e reflectida»⁴⁹⁸. O projecto, finalizaria César Sousa Mendes, que «traduz a orientação de Pilsudski» seria «sem dúvida aprovado sem alteração» se este vivesse, mas «tendo desaparecido o marechal, já as coisas se não passarão da mesma forma» esperando-se em todo o caso que, depois de introduzidas algumas modificações (especialmente no que diz respeito ao Senado), o projecto seja unanimemente apoiado pelo Bloco Governamental»⁴⁹⁹. Os relatórios seguintes de César Sousa Mendes dariam conta da aprovação do projecto constitucional⁵⁰⁰, destacando-se como «digna de registo algumas afirmações do parlamentar Çar» que, «depois de criticar o anterior estado das coisas, que denomina de *Ancien Régime*, disse: a Polónia julgou (...) que o sistema adaptado de harmonia com a primeira Constituição e fundado sobre o parlamentarismo, a levava à decadência (...) tendo sido precisos os acontecimentos de Maio de 1926 para a reter à beira do precipício». «A partir de 1926», continuaria o parlamentar, «procurou a Polónia pelos seus próprios meios

⁴⁹⁸ Relativamente à escolha dos Senadores, aparte das «nomeação do Presidente da República», ela deverá «ser feita por assembleias regionais, constituídas por representantes dos cidadãos que tenham prestado serviços relevantes ao Estado, reconhecidos e recompensados com condecorações civis ou militares, e daqueles que se tenham tornado dignos da confiança e da consideração pública, tais como membros dos conselhos dos grandes institutos científicos, titulares dos postos electivos das organizações profissionais, etc». Uma interessante inovação capacitaria do sistema polaco, acrescentaríamos. Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 29 de Maio de 1935. Cf. Arquivo MNE.

⁴⁹⁹ Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 29 de Maio de 1935. Cf. Arquivo MNE.

⁵⁰⁰ Apesar de alguns «sectores da oposição, em especial um representante da minoria alemã e os deputados comunistas, que incorreram em pena de suspensão por um mês, e o deputado Ratay, da Direita Nacionalista, manifestaram-se por diversas vezes, contra ele durante a discussão parlamentar». Complementarmente os «socialistas e comunistas promoveram greves em protesto contra o facto de pela nova lei eleitoral ter sido restringido o número de eleitores pela adopção da qualificação baseada no nível de cultura, e os partidos da direita nacional resolveram abster-se de participar nas próximas eleições que se realizarão entre 15 e 20 de Setembro». Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 10 de Julho de 1935. Cf. Arquivo MNE.

encontrar uma solução»; mas não querendo «adoptar nenhum modelo estrangeiro (...) rejeitámos o princípio do Estado Totalitário», concebendo antes «uma fórmula nossa que dê síntese do problema: Estado Forte e Cidadão Livre»⁵⁰¹. Uma retórica em nada distante da defendida pelo Estado Novo, como vemos, com a curiosidade de muitas das suas referências se ancorarem em Maio de '26.

Até ao início da guerra, no Verão de 39, a contenda entre os dois campos governamentais, bem como as relações internacionais do Estado polaco, marcariam o teor dos relatórios da Legação de Varsóvia, seguindo com bastante atenção os avanços e recuos de cada facção, apreciando com finura as nuances de cada um dos campos. Em causa, não só a disputa pela primazia governamental no cenário pós-Pilsudski mas duas visões bem diferentes do que deveria ser a política de alinhamento polaco no cenário das relações internacionais à época: Rydz-Smigly com simpatia pela França, procuraria regressar à sua órbita. No outro campo causava «certa inquietude» a defesa de uma aproximação à Alemanha, solução apreciada por quem tenha ambições revisionistas (nomeadamente em matéria de revisão do mapa político) e considerava que a Alemanha era o parceiro ideia para a edificação de uma rede de segurança que permitisse assegurar a independência polaca contra o perceptivo expansionismo soviético⁵⁰². Complementarmente, a diplomacia

⁵⁰¹ Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 10 de Julho de 1935. Cf. Arquivo MNE. Complementarmente, «foi também aprovado o projecto de lei regulando a próxima eleição presidencial». Findas estas formalidades, o Presidente do Conselho iria expor «as razões que levaram o governo a modificar o sistema eleitoral», testemunho que não traria «nada de desconhecido» a não ser «a afirmação de que não devem pensar os partidários da situação em procurar sucessor para Pilsudski, visto que a Constituição por ele deixada à nação se encontra a base segura de toda a vida do Estado», uma afirmação interessante na opinião de César Sousa Mendes, «porquanto um dos problemas que se tem agitado aqui é justamente o de saber quem deveria, na direcção política, ocupar o lugar que Pilsudski desempenhou», entendendo o Presidente do Conselho «que os homens se tornam grandes apenas quando circunstâncias excepcionais o determinam e que, ao presente, não há ninguém na Polónia da estatura de Pilsudski», afirmação prontamente validada pelo diplomata português («atravessa a Polónia um período depressivo pouco propício de grandes homens»). No citado discurso, o Presidente do Conselho polaco faria referência amplamente positivas «às políticas de grandes obras públicas colocadas em marcha na Alemanha, Itália e Rússia, que ocupam centenas de milhar de homens». Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 13 de Julho de 1935. Cf. Arquivo MNE.

⁵⁰² Até porque de um ponto de vista operativo, a França encontrava-se demasiado longe para poder prestar apoio directo rapidamente. A título de exemplo desta contenda, César Sousa Mendes faria referência ao acto parlamentar que «perante as dificuldades económicas existentes, votou (...) plenos poderes ao Presidente para, até 15 de Janeiro de 1936, [possa] publicar os decretos lei necessários em matéria de política económica e financeira» com vista a «estabilização da moeda», uma decisão à qual se apôs o Grupo dos Coronéis, como é natural». Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 6 de Novembro de 1935. Cf. Arquivo MNE

portuguesa acompanharia ainda o que a restante oposição ia fazendo, o que acrescentava mais complexidade à situação polaca, pois esta oposição – fora do campo governamental - encontrava-se dispersa entre os antigos camaradas (socialistas) de Pilsudski e a direita nacionalista de Witos.

Complementarmente a estas apreciações de índole político, os relatórios provenientes de Varsóvia abordariam também temas mais técnicos, destacando-se pela proximidade com os temas portugueses os comentários em torno de questões de equilíbrio orçamental⁵⁰³ ou a aprovação do Orçamento de Estado⁵⁰⁴, ou seja, atenção ao estado das Finanças Públicas. Um par de anos mais tarde, no início de 1938, estas preocupações de índole económica voltariam a ganhar relevo aquando da impressão de um conjunto de artigos na imprensa polaca defendendo um modelo de autarcia no campo da defesa nacional e monetária, nomeadamente o *Express Poranny* – que advogava uma política de desenvolvimento «pela mobilização dos capitais do país e absorção da mão-de-obra nacional»⁵⁰⁵. Na mesma altura, o *Kurjer Poranny*, referia-se a Portugal, país que «embora sob um governo ditatorial adoptou um regime liberal em economia», pois em «vez de criar empresas industriais adopta medidas tendentes a desenvolver a iniciativa particular entregando-lhe a construção de vias de comunicação, instalação de portos, etc.», não tomando assim «parte imediata na actividade económica», «desempenhando a função de guarda dos bens daqueles que os criaram, as empresas particulares ou as organizações sociais». Um exemplo a seguir, portanto, até porque era abertamente reconhecido que «a organização portuguesa é devidamente apreciada naqueles países e que ela vai exercendo a sua influência ideológica para além das nossas fronteiras». Finalizando a sua apreciação, o *Kurjer Poranny*, diria ainda que o «Estado Corporativo [português] só intervêm para organizar a defesa contra empresas parasitárias e manter as relações entre o capital e o trabalho» (sublinhado no original), diferindo assim «profundamente dos regimes chamados fascistas porque não acusa as tendências socialistas destes»⁵⁰⁶. Um conjunto de elogios e artigos que «foram lidos

⁵⁰³ Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 15 de Novembro de 1935. Cf. Arquivo MNE

⁵⁰⁴ Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 30 de Novembro de 1935. Cf. Arquivo MNE

⁵⁰⁵ Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 6 de Novembro de 1935. Cf. Arquivo MNE

⁵⁰⁶ Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 15 de Novembro de 1935. Cf. Arquivo MNE

com particular interesse», nomeadamente os «que se referem à organização política e económica em Portugal que se afasta da dos países de regime totalitário», e nos demonstram novamente a boa imprensa e recepção da narrativa colocada pelo regime português, bem como uma apreciação interpretativa que individualizava o caso português⁵⁰⁷.

Regressando às análises de índole política, em 1936 era dado conta, através da *Gazeta Polska*, do estado de «fraqueza do governo e do próprio Presidente», comparando a situação interna como análoga ao período anterior ao golpe de estado de 26, apreciação confirmada, por exemplo, pelas «manifestações operárias ocorridas em Lwow ou Cracóvia»⁵⁰⁸. Perante este estado de coisas, não estranha que tenha sido reportada a tentativa (abortada) de Golpe de Estado organizada pelo grupo dos ‘Coronéis’ afectos a Slawek, acrescentando César Sousa Mendes que «as circunstâncias são em todo o caso bastante complicadas» (agravadas pela difícil situação económica da Polónia), levantando-se «de diversos lados ameaças ao governo», pois além «da antiga rivalidade entre Generais e Coroneis, Rydz-Smigly por um lado e Slawek, Matuszewski e Beck do outro, desenvolvem grande actividade os ultra-nacionalistas, corrente à maneira fascista, e os comunistas»⁵⁰⁹. Tais factos tinham obrigado à existência por todo o país de rigorosas medidas de prevenção, «não apenas da polícia, mas das Forças do Exército, ao que se atribui não se ter dado, durante as manifestações do 1 de Maio, quaisquer alterações de ordem pública»⁵¹⁰. No que dizia respeito à política internacional, eram assinaladas as «excelentes relações entre Hungria e Polónia» (confirmadas pela visita do Presidente do Conselho a Budapeste), e a visita do Primeiro-Ministro belga, Van Zeeland, retribuindo assim a visita que o Ministro dos Negócios Estrangeiros Beck fizera à Bélgica. Aproveitando a passagem de Van Zeeland por Varsóvia, César Sousa Mendes

⁵⁰⁷ Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 30 de Novembro de 1935. Cf. Arquivo MNE

⁵⁰⁸ Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 22 de Abril de 1936. Cf. Arquivo MNE

⁵⁰⁹ Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 30 de Abril de 1936. Cf. Arquivo MNE. Mais se noticiava que a «Notícia da formação de uma frente popular em França» tinha levado a que os socialistas se aliassem com os populistas e a fazer com os comunistas um pacto de não agressão».

⁵¹⁰ Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 30 de Abril de 1936. Cf. Arquivo MNE.

seria por este recebido, manifestando o belga excelentes relações espirituais e a mais «profunda admiração por Salazar»⁵¹¹.

Entretanto, não haveria forma da vida política polaca produzir a necessária estabilidade política mantendo-se a divisão no campo governamental e a disputa entre que modelo de autoritarismo corresponderia ao sistema pensado por Pilsuski. Por outro lado continuavam (bem) activos os principais partidos políticos afastados por Pilsudski em 1926, destes se destacando o Partido Popular Nacionalista de Witos e o Partido Socialista. Entretanto, o coronel Koc abandonaria «a direcção da União Nacional», facto interpretado como o «resultado definitivo do fracasso da tentativa de Koc para constituir uma base política, que deveria suportar um regime de tendências totalitárias, o que não estaria de acordo com o legado de Pilsudski»⁵¹². A questão da “União Nacional” continuava aliás a «ser muito discutida», pois tal como está organizada, não poderia oferecer base para consolidação [nacional], comentando-se ainda que «a concepção do partido único num regime totalitário vai um passo e contra este regime se manifestou o Presidente da República e o próprio sr. Kwiatkowski, por contrário ao espírito nacional polaco e aos princípios da Igreja»⁵¹³.

O último relatório político proveniente de Varsóvia, antes do início da Guerra, trataria da apreciação aos resultados das eleições gerais de 1938, marcadas «para que novas Câmaras pudessem reflectir mais fielmente as correntes de ideias que se manifestam no país». Realizadas a dia 6 de Janeiro de 1939 «tiveram importante significado, no que respeita à situação política interna na Polónia»⁵¹⁴. Na análise dos resultados, César Sousa Mendes dava relevo ao grande triunfo da União Nacional, «o que releva que as massas populares se vão convencendo de que as divergências partidárias só podem realmente prejudicar a vida da Nação e por até em perigo a sua própria integridade»⁵¹⁵. No entanto, uma análise mais fina verificava que «o

⁵¹¹ Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 30 de Abril de 1936. Cf. Arquivo MNE.

⁵¹² Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 15 de Janeiro de 1938. Cf. Arquivo MNE

⁵¹³ Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 11 de Maio de 1938. Cf. Arquivo MNE.

⁵¹⁴ Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 16 de Janeiro de 1939. Cf. Arquivo MNE.

⁵¹⁵ «De 17.585.385 eleitores, votaram 11.844.704 ou seja uma percentagem de votantes de 67% que representa um grande aumento relativamente às últimas eleições realizadas em 1935 em que esta percentagem não passou de 45% e prova o interesse crescente da população polaca na política do país». Sobre as novas câmaras diria que «contam entre os seus membros especialmente agricultores,

anunciado triunfo da União Nacional parece agora não ser nem assim tão largo nem tão sólido como a princípio se julgara», e que nenhum «dos partidos políticos do país pode considerar-se como dominante». A União Nacional, afinal, parecia ter «preponderância apenas na capital», o «chamado partido nacional mostrou possuir bases bastante fortes» e o «Partido Socialista e associações profissionais revelaram-se como uma das forças políticas mais consideráveis», havendo «mais solidariedade entre os seus membros do que no seio dos partidos de direita». No entanto, como «nenhum dos partidos mencionados poderia exercer acção executiva», advogam alguns jornais que a União Nacional deveria «entrar em entendimento com os partidos de direita, para poder realizar os seus postulados, ao passo que outros recomendam um governo de coligação daqueles 3 partidos»⁵¹⁶. César Sousa Mendes aproveitaria ainda a ocasião para informar o relevo que as eleições gerais de 1938 em Portugal tiveram na Polónia pelo espaço a elas dedicado em alguns jornais.

Este seria o último relatório de apreciação da situação política interna polaca, pois o restante tráfico diplomático de 1939 informava essencialmente sobre o agudizar das relações entre a Polónia e a Alemanha, tidas como tensas a meados de Abril, devido aos problemas em torno de Danzig e do corredor alemão⁵¹⁷. Em meados de Agosto, a «situação [era] muito grave», com diversos diplomatas a instalarem-se fora da cidade, e o Embaixador da Alemanha regressado a Berlin. Esperava-se «eminente acção em Danzig»⁵¹⁸. A 30 Agosto era decretada a

funcionários públicos, advogados e professores, mas entre eles há também alguns médicos, notários, militares, comerciantes», passando depois à análise do que a imprensa local escrevera sobre os resultados eleitorais. Dizendo que o *Jurjer Poranny*, jornal governamental, considerava o resultado como «uma verdadeira Revolução na vida política polaca»; o *Kurjier Warszawski*, da oposição moderada, atribuía «a maior concorrência às urnas ao interesse que tem a nação na modificação da lei eleitoral em vigor no sentido de mais larga participação nas massas populares na vida política da Polónia»; enquanto o *Gazeta Polska*, órgão da União Nacional, ponha «em relevo o declínio dos partidos da oposição, que não puderam impedir que as massas populares, compreendendo melhor a necessidade de desempenhar na vida política da Nação papel mais activo em volta dos princípios da União Nacional, lhe tenham prestado o seu apoio, fazendo dela a força política mais considerável do país». Quanto aos jornais da oposição, «verificaram os factos, mas procuraram atenuar-lhes a significação, afirmando que a oposição não apresentou candidatos, mostrando cepticismo pelo futuro e notando que as minorias nacionais, sobretudo a alemã e israelita, muito contribuíram para a grande concorrência às urnas». Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 16 de Janeiro de 1939. Cf. Arquivo MNE.

⁵¹⁶ Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 16 de Janeiro de 1939. Cf. Arquivo MNE.

⁵¹⁷ Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 14 e 18 de Abril de 1939. Cf. Arquivo MNE.

⁵¹⁸ Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 24 de Agosto de 1939. Cf. Arquivo MNE.

mobilização geral ⁵¹⁹. A 1 de Setembro os «alemães passaram fronteira bombardeando várias cidades», solicitando César Sousa Mendes ser informado «com urgência se a minha família chegou a tempo a Mangualde»⁵²⁰. Começara a II Guerra Mundial. A 2 de Setembro a Polónia declarava o Estado de Guerra⁵²¹, a 3 as «tropas alemãs avançam após combate renhido»⁵²², situação que levaria o diplomata português a tratar da «eventual evacuação» para Riga», onde chegaria o Embaixador nos finais de Setembro, via Koenigsberg⁵²³.

O resumo da análise do tráfego de Varsóvia para Lisboa reproduz, em certa medida, os apreciados de Bucareste e Budapeste, ou seja, um declarado interesse em seguir atenciosamente as dinâmicas político-institucionais em países autoritários com processos distintos de desmantelamento dos seus preceitos liberais, quer nas dimensões institucionais como políticas (e sociais). Este zelo justifica, como nos restantes exemplos, a dedicada atenção aos processos de índole constitucional (e eleitoral) e a detalhada análise das relações (e tensões) entre as diferentes direitas locais, focos de análise frequentemente comparados com o exemplo português e com a forma como o lento processo de depuramento do Estado Novo tinha permitido – aos olhos do regime – edificar uma consistente fronda de apoio nacionalista ao projecto encabeçado por Salazar e Carmona. Sob o prisma desta visão identitária e unitarista lusitana, a diplomacia portuguesa verificava que quer em Varsóvia como em Budapeste e Bucareste faltava consolidar a desejada unidade nacional em torno de um projecto unitário nacionalista, pois nos casos identificados eram evidentes as disputas entre diferentes campos nacionalistas (e autoritários). Finalmente, a análise aos relatórios de Varsóvia permite ainda consolidar a ideia que temos defendido ao longo deste trabalho de que a diplomacia portuguesa tinha conseguido construir e manter uma relação muito activa e positiva com um alargado conjunto de jornalistas e intelectuais, tidos como influentes nos meios de

⁵¹⁹ Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 30 de Agosto de 1939. Cf. Arquivo MNE.

⁵²⁰ Telegrama da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 1 de Setembro de 1939. Cf. Arquivo MNE.

⁵²¹ Solicitando ainda César Sousa Mendes para que se informe a sua «mulher que estou bem». Telegrama da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 2 de Setembro de 1939. Cf. Arquivo MNE.

⁵²² Telegrama da Legação de Varsóvia para o MNE datado de 3 de Setembro de 1939. Cf. Arquivo MNE.

⁵²³ Telegrama de Koenigsberg para o MNE datado de 4 e 23 de Setembro 1939. Cf. Arquivo MNE.

comunicação locais, apesar de não termos encontrado referências à publicação em Varsóvia da versão polaca de *Une Revolution dans la Paix (Rewolucja Pakojowa)*, publicada em 1938. Em todo o caso, como vimos, Portugal não era tão bem recebido em território polaco como na Hungria, nem a imprensa polaca, de forma espontânea, se dedicava a apreciar de forma tão elogiosa os eventos em Portugal, apesar de serem frequentes os textos publicados.

A restante Europa periférica

Começemos pelo Báltico, onde uma análise ao tráfico diplomático proveniente demonstra que a região tinha pouco interesse na política externa portuguesa. Geralmente reportando de Varsóvia, Oslo ou Estocolmo, as principais preocupações prendiam-se com o estado das relações internacionais da área, nomeadamente a influência e movimentações da URSS, Alemanha, Polónia, França e Reino Unido. Sobre a política interna destes países, destaca-se o relatório sobre o Golpe de Estado de Ulnamis na Letónia (em 1934). Pouco ou nenhum interesse se depura sobre a situação em Portugal, nem encontramos alguma análise de imprensa local. Naturalmente que esta não era uma zona geográfica considerada estratégica pela diplomacia portuguesa, até porque nos referimos a Estados não existentes antes de 1918, e conseqüentemente Portugal apenas manterá representação consular na zona. De Lisboa, pelo que conseguimos apurar, não terão chegado quaisquer telegramas aos postos consulares.

De Varsóvia relatava-se que «as relações da Lituânia com a Rússia e a Alemanha estão a causar desconforto». No que tocava à influência soviética - «há algum tempo» que na Lituânia se organiza «uma frente popular (sistema agora adoptado de preferência pelo governo soviético para provocar a revolução, como se sabe) sendo objecto de activissimo e metódico trabalho de bolchevização, sem que o governo possa opor a essa acção dissolvente quaisquer resistência»⁵²⁴. Em relação à Alemanha, «não desarmam os alemães no processo de germanização de Memel (antiga Klaipéda) de que é prova o êxito que já por 2 vezes obtiveram nas eleições».

⁵²⁴ Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 10 de Janeiro de 1937. Cf. Arquivo MNE.

Memel, recordamos, mantivera o estatuto de cidade livre, como Danzig, até 1923, altura em que um golpe apoiado pelo governo da Lituânia tomou conta da cidade, que regressará a mãos alemãs em Março de 1939⁵²⁵. De Memel encontramos o reverso da medalha, no que respeita à contenda entre a Polónia e a Lituânia, muito assente na questão de Vilnius, em posse polaca (e cidade onde nascera Pilsudski), referindo o Cônsul da cidade portuária, em Abril de 1937, que os recentes discursos de Beck contra a Lituânia tinham sido recebidos com inquietação, agravada pela perseguição polaca a lituanos na região. Nathan Nafta, cônsul, referiria ainda que a parte letã buscava essencialmente a paz, procurando apoio internacional através de uma relação mais próxima com a Alemanha, com quem procuravam «estabelecer um tratado de não-agressão», mantendo em simultâneo «boas relações com a URSS e França, bem como com os países bálticos». No que tocava a política interna, «em geral a situação encontra-se consolidada»⁵²⁶. Em Abril de 1937 era dado conta da «actividade de um governo, cuja política consiste em tornar feliz o seu povo», pretensões alcançada «graças ao seu esforço de apaziguamento político e melhoria da situação económica», que tem «alcançado resultados verdadeiramente notável», sendo a Letónia «um dos raros países que desconhece falta de trabalho, o deficit orçamental e as balanças comerciais desfavoráveis».

Tal teria sido possível porque «desde da data histórica de 15 de Maio de 1934, em que o energético Presidente da República Letã, o sr. Ulmanis, pôs termo às lutas estéreis entre os partidos políticos, tem o governo nacional as mãos livres para realizar o seu plano»⁵²⁷. Desta maneira, o «governo nacional conseguiu fiscalizar severamente as compras dos produtos estrangeiros e desenvolver a produção, no país, de artigos que antes era preciso importar», providencias que têm «melhorado a tal ponto a situação monetária do país que o governo pode, sem correr o menor risco, desvalorizar a sua unidade monetária em 40%, o que foi extremamente

⁵²⁵ Memel era o porto mais importante na Lituânia, onde passavam «muitos metros cúbicos de madeira origem russa». Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 10 de Janeiro de 1937. Cf. Arquivo MNE.

⁵²⁶ Circular do Consulado de Memel para o MNE datada de 23 de Abril de 1937. Cf. Arquivo MNE.

⁵²⁷ um plano iniciado pela «compressão das despesas e pela regulamentação severa do comercio externo», providencias que deram imediatamente bons resultados, em especial no sector agrícola e industrial. Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 29 de Abril de 1937. Cf. Arquivo MNE.

favorável às exportações da Letónia»⁵²⁸. Em mais uma referência ao teor benigno das ditaduras da Nova Ordem Europeia, terminava o diplomata dizendo que, especialmente considerando os seus minguados recursos, a Letónia «é mais um significativo exemplo de quanto pode realizar-se à sombra de uma administração inteligente e honesta»⁵²⁹.

Na Grécia encontramos pouquíssimos relatórios para Lisboa, nem alguma análise de imprensa, num posto diplomático assegurado apenas por um Cônsul-geral entre 1919 e 1926 (Nicolas Sellas, muitos anos tido como ‘ausente’), e que reportaria de Bucareste a partir de 1927. Até ao início da Guerra, Portugal manteria postos consulares em Atenas e Salónica. Não estranha assim que o tráfico diplomático proveniente da capital grega tenha sido residual (e essencialmente sobre passaportes), e que muitas das referências sobre a apreciação e recepção de Portugal tenham sido encontradas na imprensa francesa, como nos dá conta a Legação em Paris na recolha do editorial no jornal *Le Temps* [de 6 de Novembro de 1937] intitulado “La Grèce et son Roi”. No mesmo, referia-se que «“O regime estabelecido pelo; Metaxas é evidentemente um Estado autoritário, mas não é propriamente dito, uma ditadura fascista ou nacional-socialista, pois inspira-se essencialmente no espírito que realizou o Portugal do M. Salazar”»⁵³⁰. Directamente da capital grega, apenas a nota sobre notícia no *Messenger d’Athenes*, sobre as notícias acerca da venda das colónias portuguesas⁵³¹, e uma nota sobre o Discurso de Metaxas perante a Organização Nacional da Juventude Grega⁵³². Em certa medida estranha que o caso grego, pelas assumidas referências à inspiração do

⁵²⁸ Um esforço que «teve [um] duplo resultado. Certos ramos da indústria interna (indústria têxtil, por exemplo), libertas da concorrência estrangeira, conheceram uma prosperidade sem precedentes. Ao mesmo tempo tem-se podido limitar as compras ao estrangeiro ao absolutamente necessário». Além disso «tornou-se a vida do país muito barata», estabilizou-se a moeda, uma «melhoria da situação monetária da Letónia [que] tem permitido o governo libertar-se das restrições financeiras que se encontra, presentemente em via de ser abolidas, o que constitui, sem dúvida, raro exemplo na política monetária europeia de hoje. Com efeito, nenhum país europeu, em regime de restrições financeiras, pôde até agora aboli-las ou sequer atenua-las». Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 29 de Abril de 1937. Cf. Arquivo MNE.

⁵²⁹ «Ocorre-me recordar que já há mais de 2 anos acreditou aquele república junto ao governo português um ministro plenipotenciário. «Sei pelo seu ministro aqui acreditado que o governo letão receberia com todo o agrado um representante do governo português»(sublinhado). Circular da Legação de Varsóvia para o MNE datada de 29 de Abril de 1937. Cf. Arquivo MNE.

⁵³⁰ Circular da Legação de Paris para o MNE datada de 10 de Novembro de 1937. Cf. Arquivo MNE.

⁵³¹ Circular do Consulado de Atenas para o MNE datado de 19 de Outubro de 1939. Cf. Arquivo MNE.

⁵³² Circular da Legação de Atenas para o MNE datada de 5 de Junho de 1940. Cf. Arquivo do MNE

Estado Novo no regime do *4 de Agosto*, e devido às declaradas simpatias do seu ditador (que guardava na sua biblioteca uma cópia de *Une Revolution dans la Paix* e havia declarado a sua extensa simpatia para com o modelo português ao capitão inglês Wedgewood Benn, como já referimos), não tenha sido seguido pela diplomacia portuguesa com mais atenção, nem que tenham sido desenvolvidos esforços para estender a difusão da propaganda internacional, apesar de alguns relatos na imprensa local, como a ressenção das obras de Manfred Zapp e de Friedrich Simburg no periódico *Neon Kratos* (Estado Novo) (“o velho e novo Portugal: a obra de Oliveira Salazar”, *Neon Kratos* 8, Abril 1938 e Zapp, 1937; e “Salazar: o homem e o seu mito”, *Neon Kratos* 15, Novembro 1938), além de outros laudatórios artigos em jornais conservadores como o ateniense *Kathimerini*. Esta falta de atenção em seguir um regime de tamanha proximidade ideológica, que de forma assumida e publica se declarava filial do modelo português, ajuda a matizar a importância da estratégia em torno da difusão e desejo de impacto do modelo do Estado Novo em países em transito para o autoritarismo, ou pelo menos a conter a ambição dos decisores políticos portugueses. Pois tivesse o regime português identificado como prioritária a dimensão internacional da sua propaganda e teria colocado recursos em Atenas, no Báltico ou mesmo em Belgrado. Não o fazendo, parece-nos claro a subordinação da estratégia de propaganda internacional aos vectores tradicionais da diplomacia portuguesa, ou seja, à presença activa nas principais capitais europeias (Londres, Paris, Roma, Madrid), ao que devemos adicionar os postos no arco Polónia – Hungria – Roménia, considerados suficientes para observarem as relações internacionais da Europa Central, balcânica e Báltico.

A mesma lógica da agregação de representações diplomáticas que vimos serem a norma na região do Báltico seria também encontrada nos Países da Europa Central e de Leste, sendo concentrada até 1936 em Praga a representação de alguns dos Estados saídos do desmantelamento do Império Austro-Húngaro (Hungria, Áustria e Checoslováquia), no caso no Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de 2 classe, José da Costa Carneiro, que transitaria em 1937 para Viena, e daí (em 1938) para Budapeste, como vimos (passando Praga a ser

subordinada a estas capitais). Em relação à Áustria, apreciação dos relatórios provenientes de Viena para Lisboa revelam que esta era uma região que produzia pouco tráfico diplomático, novamente concentrado nas relações internacionais da zona e no impacto da Alemanha e Itália no País⁵³³. Nenhuma análise de imprensa local foi encontrada, apenas um par de relatórios sobre as audiências com o Presidente e Chanceler austríaco, que veremos adiante. Em meados de Junho de 1934 a legação em Praga enviava para Lisboa uma brochura intitulada “Le Socialisme en Autriche”, editado pela Repartição da Imprensa da Chancelaria Federal em Viena, no que seria o único documento de análise político fornecido pela diplomacia portuguesa sobre o Estado austríaco sob liderança de Engelbert Dolfuss (que seria assassinado na semana seguinte, a 25 de Julho de 1934)⁵³⁴. Tratava-se de um «pequeno folheto de propaganda anti-marxista destinado a prender seriamente a atenção da opinião pública internacional», versando sobre o Partido Socialista Austríaco⁵³⁵.

Interessa seguir a análise deste «trabalho de propaganda destinado ao estrangeiro e oficialmente distribuído pelo governo austríaco por intermédio das suas missões diplomáticas» (na senda do que o SPN fazia) devido às críticas comparadas de cariz político-ideológicas que o documento provocará no diplomata português. E Costa Carneiro apontaria o facto de o folheto não conter «conclusões políticas claras nem faz a apologia do actual regime», não acrescentando «nem um programa nem uma aspiração, nem mesmo um louvor aos esforços do actual governo austríaco», uma estratégia bem distinta da elaborada pelo Estado português, como nos permite apreciar a crítica paternalista de Costa Carneiro. Já sobre liderança de Schuschnigg, era reportada a significância da Conferência de Stresa, importante para garantir a (futura) independência do Estado austríaco face

⁵³³ O citado relatório de Mário Duarte, apreciando as relações (económicas) entre Portugal e a Áustria, relevava o efeito positivo da indústria pesada e as consequências das políticas de obras públicas colocadas em efeito através do aproveitamento de avolumado empréstimo contraído em 1937, factor que permitira «aliviar, até certo ponto, o mercado de trabalho, ocupando um número considerável de desempregados» (Duarte, 1938). Na apreciação das relações entre Portugal e a Áustria, apontava para a desconfiança da fiabilidade das estatísticas (que na sua análise não batiam certo), até porque ambas as balanças apresentavam saldos negativos. Relevava também o problema dos certificados de origem e as dificuldades dos produtos portugueses em entrar na Áustria, enquanto que os de origem austríaca tinham livre trânsito em Portugal (Duarte, 1938).

⁵³⁴ Telegrama da Legação de Praga para o MNE datado de 25 de Julho de 1934. Cf. Arquivo MNE.

⁵³⁵ Circular da Legação de Praga para o MNE datada de 11 de Junho de 1934. Cf. Arquivo MNE.

às ambições nazis, evento que terá levado ao cancelamento da entrevista marcada entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros Berger-Waldenegg (que partiria para Geneve) e o jornalista português Norberto Lopes⁵³⁶. Sobre os resultados da Conferência, é-nos referido que as impressões trazidas por Berger-Waldenegg (também de Geneve) «parecem ter sido tranquilizadoras, relativas à independência e integridade austríacas». Finalizava este relatório apontado o diplomata português «a feliz evolução nas relações da Áustria com alguns dos seus vizinhos e herdeiros do antigo Império», ao mesmo tempo que destacava as «declarações acentuadamente anti-alemãs e anti-italianas» por parte da diplomacia austríaca, e os evidentes problemas já sentidos com «nazis austríacos (especialmente no exército)»⁵³⁷.

Nesse Verão de 1935, sob pretexto da análise da revogação das leis de excepção de 3 de abril e 30 de outubro 1919 (que baniam os Habsburgo do território austríaco e confiscavam os seus bens particulares) era interpretado o momento político austríaco em especial a conservação do regime actual⁵³⁸. Neste, eram apontadas como causas imediatas desta decisão a necessidade de encontrar no partido monárquico austríaco um aliado no combate à preponderância nazi, alternativas à influência italiana e uma fórmula de edificar uma «mística nacional». Em apurado relatório analítico, João Lucena, Cônsul em Viena, reconhecia que apesar do governo estar a desenvolver «um considerável esforço para manter a independência austríaca», «não encontra fortes apoios na opinião nacional», em parte devido à luta política simultânea desencadeada pelo Chanceler Dolfuss – diz-se que mal aconselhado por Mussolini – contra os dois sectores extremos da opinião pública austríaca: os Nazis e os socialistas, com resultados evidentemente deploráveis, «sobretudo para o próprio Dolfuss, que pagou com a vida o seu erro político». Isto porque, «desarmados os socialistas, o Governo ficou sem reacções nacionais e espontâneas de que pudesse dispor contra os nazistas». Em síntese

⁵³⁶ Circular da Legação de Viena para o MNE datada de 21 de Abril de 1935. Cf. Arquivo MNE.

⁵³⁷ Em todo o caso, eram ainda notado que o teor das relações com Checoslováquia se encontravam (se bem que devidamente conduzidas por Bénes), em virtude das intenções austríacas de atrair para a sua órbita «os 3 milhões (de 7) alemães checoslovacos, até agora sob influência política e cultural alemã». Circular da Legação de Viena para o MNE datada de 21 de Abril de 1935. Cf. Arquivo MNE.

⁵³⁸ Em concreto era «Revogado o artigo que bania família do território que não tivessem renunciado aos seus direitos de descendência e não tivessem prestado juramento à República». Circular da Legação de Viena para o MNE datada de 10 de Julho de 1935. Cf. Arquivo MNE.

comparativa, Lucena diria que Mussolini «opõe aos socialistas os seus fascios e Hitler opõe aos socialistas os seus Nazis», enquanto o governo austríaco, «combatendo ao mesmo tempo estas duas tendências, não tinha, e não tem absolutamente nada de sólido a opor-lhes», aparte da «ameaça de intervenção estrangeira (italiana)». Assim, apesar de «tudo o que o governo tem procurado organizar dentro do país, à custa de muito trabalho e muito dinheiro, tem uma base precária e pouco sólida», o que explica o apoio dado aos monárquicos, «pois não poderia o Governo desprezar mais essa força política, ainda que pequena»⁵³⁹.

Seguia Lucena as suas críticas ao processo identitário austríaco, referindo que «nada neste país tem actualmente um aspecto exclusivamente nacional. Nenhuma Nação está hoje, como esta, exposta a todas as repercussões dos acontecimentos externos», tendo a Itália «procurado por todas as formas estabelecer aqui profunda influência», visível na propaganda e «sobretudo nos auxílios económicos à manutenção da Heimwehr e das outras organizações para-militares»⁵⁴⁰. Identificava ainda a necessidade da Áustria «criar como agora se diz uma Mística Nacional», depois de «nenhuma das tentativas feitas» terem «dado resultado». «É possível», acrescentaria, «que Dolfuss, que tinha raras qualidades, chegasse a galvanizar este povo, a dar-lhes uma unidade de sentimento e de aspirações»⁵⁴¹, mas os «seus sucessores, inteiramente respeitáveis na honestidade dos seus esforços, não o tem conseguido. Nem o príncipe Schushnigg, que é o mais inteligente», e daí uma possível justificação para uma aproximação às «velhas tradições dos Habsburgos», potenciais «centro de atracção e cristalização deste almejado sentimento nacional», o que não deveria significar o apoio à restauração da monarquia, não somente porque «o pretendente e sua Mãe não regressarão imediatamente à Áustria», como pela declarada hostilidade da Petite Entente e Hungria, a qualquer tentativa de

⁵³⁹ Para mais, «Von Wiesser, chefe dos monárquicos, impuseram-se ao governo sob ameaça de o abandonarem também Os sentimentos dos homens do governo austríaco são de tendências marcadamente monárquicas. Mas a oportunidade [de alterar a forma de regime] não era agora a melhor, em meio de toda a sobressaltada ansiedade e incerteza da política europeia. A pressão política monárquica levou este governo a decretar estas medidas». Circular da Legação de Viena para o MNE datada de 10 de Julho de 1935. Cf. Arquivo MNE.

⁵⁴⁰ Circular da Legação de Viena para o MNE datada de 10 de Julho de 1935. Cf. Arquivo MNE.

⁵⁴¹ Confirmando esta apreciação, Lucena lembraria que «quando aqui cheguei um amigo italiano ainda me disse que a verdadeira força moral da resistência austríaca se achava nas tradições deixadas pela política de Dolfuss e não nas tradições imperiais». Circular da Legação de Viena para o MNE datada de 10 de Julho de 1935. Cf. Arquivo MNE.

restauração dos Habsburgo⁵⁴². Nesta sua missiva Lucena permite-nos novamente mergulhar no ritmo das contendas entre as direitas políticas no espaço europeu, no caso austríaco uma direita nacionalista (e corporativa) contra duas direitas *estrangeiradas* e mais radicalizadas, todas combatendo para obterem para si o poder. Entretanto os acontecimentos na Áustria iriam se desenrolar a um ritmo elevado nos meses consequentes, culminando com a invasão e ocupação alemã um par de horas antes da realização de um referendo plebiscitário sobre a questão da unificação (marcado para 13 de Março de 1938), uma acção tida pela diplomacia portuguesa como «o delírio do auto-elogio» do nacional-socialismo, depois de Hitler ter proclamado a anexação da Áustria como a «sua missão divina», declarando que a «obra dos estadistas anteriores seria esquecida e a dele imortal»⁵⁴³. Este seria o último relatório da cidade imperial.

Em Praga a apreciação das relações com a Alemanha também marcavam o teor das preocupações da diplomacia portuguesa, mais interessada – a julgar pelo tráfico diplomático para Lisboa – com o desenrolar dos acontecimentos internacionais da região que em apreciações substantivas da evolução das dinâmicas da política interna checoslovaca. Tais apreensões não impediram no entanto que se relatasse, logo em 1933, muito sucintamente, o conjunto de novas leis aprovadas «na câmara dos deputados a entregar poderes de adopção de medidas extraordinárias ao Governo», medidas «extraordinárias num país essencialmente democrático, que para defesa da sua democracia cai nas medidas precisamente antidemocráticas da corrente moderna», falando-se abertamente na necessidade de encerrar o Parlamento por quatro meses, e, como nos refere o artigo de Stan Nikolau, em se concentrarem de poderes no executivo e introduzir medidas que possibilitassem a entrega de poderes dictatoriais excepcionalmente nas mãos do

⁵⁴² Tendo neste ponto o Arquiduque Otto declarado que «“não voltarei à Áustria sem o consentimento de todos os interessados”». Circular da Legação de Viena para o MNE datada de 10 de Julho de 1935. Cf. Arquivo MNE.

⁵⁴³ Ainda nesta matéria, e apreciando em simultâneo a campanha eleitoral, era referido que todos os discursos de propaganda para o plebiscito patrocinados pelos Nazis se caracterizaram pelo baixo tom demagógico destinado sobretudo entusiasmar massa operaria e a atacar violentamente a Schushnigg, acusado de traidor e de todas infâmias. A violência também grassava, tendo muitos «judeus sem que tivessem tido qualquer intervenção política as suas casas invadidas e saqueadas», sem que a policia tenha intervindo». Circular da Legação de Viena para o MNE datada de Março de 1938. Cf. Arquivo MNE

governo⁵⁴⁴. Seria, no entanto, um relatório avulso. No restante, referiu-se a reeleição de Mazaryk (e o seu estado precário da saúde)⁵⁴⁵, e sua sucessão por Eduardo Benés⁵⁴⁶; uma intervenção deste ainda aquando Ministro dos Negócios Estrangeiros no Parlamento checo (abordando a Petite Entente), os assassinatos de Dolfuss e do Rei Alexandre, a entrada da URSS na SDN, o Sarre, e a aproximação entre França e Itália⁵⁴⁷. Mais tarde, já no quadro da guerra civil espanhola, seriam enviados para Lisboa comentários sobre a actividade do partido comunista checoslovaco (e do partido nazi nos Sudetas)⁵⁴⁸, sobre o aumento de actividade partido comunista e o alistamento de voluntários para Espanha⁵⁴⁹, e finalmente sobre as imposições colocadas aos contractos de vendas de armas da Checoslováquia a Portugal⁵⁵⁰. Por fim, encontrámos ainda notícias sobre o «atentado dinamitista em Lisboa [a Salazar] perpetrado [por] elementos estrangeiros esperando-se seja decretado estado de sítio»⁵⁵¹. Em suma, como vemos, pouco tráfego, e raríssimas referências à imprensa local⁵⁵².

⁵⁴⁴ Versavam estas leis na fiscalização das associações, medidas da polícia sobre a imprensa, venda e fabrico de explosivos bem como disposições contra a resistência passiva nas entidades autónomas. Circular da Legação de Praga para o MNE datada de 1 de Junho de 1933. Cf. Arquivo MNE.

⁵⁴⁵ Circular da Legação de Praga para o MNE datada de 25 de Maio de 1934. Cf. Arquivo MNE.

⁵⁴⁶ Telegrama da Legação de Praga para o MNE datado de 23 de Setembro de 1935. Cf. Arquivo MNE e Telegrama da Legação de Praga para o MNE datado de 18 de Dezembro de 1935. Cf. Arquivo MNE.

⁵⁴⁷ Circular Legação da Praga para o MNE datada de 7 de Novembro de 1934. Cf. Arquivo MNE.

⁵⁴⁸ Versando sobre a importância real de certos partidos políticos, especialmente o partido comunista e partido nazi nos sudetas, com vista a «dar uma ideia aproximada do que possam vir a ser as modificações políticas desta República, de que presentemente com tanta insistência se fala: propensões para o fascismo, para o comunismo, para o separatismo de certas regiões». Circular da Legação de Praga datada de 31 de Agosto de 1936. Cf. Arquivo MNE.

⁵⁴⁹ Telegrama da Legação de Praga para o MNE datado de 7 de Janeiro de 1937. Cf. Arquivo MNE.

⁵⁵⁰ Demonstrando o receio destas armas passarem de Portugal para Espanha. Telegrama da Legação de Praga para o MNE datado de 23 de Julho de 1937. Cf. Arquivo MNE.

⁵⁵¹ Telegrama da Legação de Praga para o MNE datado de 21 de Janeiro de 1937, Cf. Arquivo MNE.

⁵⁵² Para finalizar esta análise, falta referir o trabalho de Mário Duarte, que também abordou as relações entre Portugal e a Checoslováquia, no seu relatório de 1937. Neste, o diplomata português faria referência às consequências do tratado de St. Germain, e consequente desmantelamento do Império Austro-Húngaro e ao processo de associação das regiões da Boémia, Morávia, Silésia e Eslováquia no novo Estado checoslovaco, ressaltando os problemas separatistas eslovacos. Do ponto de vista económico era destacado o elevado desemprego, o bom estado da metalurgia e a necessidade de bem aceder aos portos de Hamburgo, Stettin e Presburgo, Danúbio como principal via de exportação. Já as relações entre Portugal e a Checoslováquia, interrompidas em 1933, eram dominadas por problemas com estatísticas comerciais e com as questões sobre designação de produtos de origem (nomeadamente sobre as sardinhas) (Duarte, 1937).

Em conclusão geral desta parte, verificamos que os principais postos diplomáticos na Europa Central e de Leste se encontravam em Varsóvia, Budapeste e Bucareste, cobrindo estes vectores um alargado território em seu redor (Varsóvia o Báltico, Bucareste os Balcãs e Budapeste a Europa Central). Na análise de conteúdo dos principais relatórios de índole político-cultural verificamos que as principais preocupações centravam-se na apreciação da situação política interna dos diferentes postos, na apreciação do teor das relações e tensões entre os principais agrupamentos político-partidários, especialmente entre as diferentes direitas, e o entendimento das dinâmicas das relações internacionais de determinada zona geo-estratégica. E finalmente na forma como o Estado Novo era recebido, percebido e interpretado nos principais meios culturais locais, seja na imprensa ou junto das principais figuras políticas (que amiúde recebiam visitas formais da parte dos diplomatas portugueses).

Dito isto, julgamos evidente que o país onde se sentiu uma maior e mais influente presença portuguesa terá sido na Hungria, em especial durante os consulados de Béla Imrédy e Pal Teleki, pois foram diversos os relatórios que mencionavam o estado geral de admiração pelo processo português relatado na imprensa húngara, para mais tido como independente da acção de propaganda dos serviços do SPN. Esta vontade magiar de seguir o processo e os sucessos do Estado Novo justificava-se essencialmente pelo facto da Hungria ainda não ter conseguido resolver a encruzilhada histórica em que tinha sido colocada após o Tratado de Trianon lhe ter obrigado a entrar na plenitude e autonomia política sem parte importante do seu *território natural*, e respectivas populações (distribuídas pela periferia das novas fronteiras, espalhadas pela Roménia, Jugoslávia, Polónia e Checoslováquia essencialmente). Esta incapacidade de conseguir corresponder o novo Estado Húngaro com as suas fronteiras naturais empurraria o novel Estado Magiar, depois de consolidado o movimento contra-revolucionário liderado por Horthy, na sua política externa, para o campo dos países que pretendiam rever o novo desenho político europeu nascido do conjunto de tratados que findariam a I Guerra Mundial, primeiro a Itália, depois a Alemanha. Colocada assim na órbita do fascismo, durante os anos 20, e da Alemanha Nazi, depois da tomada de poder de

Hitler, as principais elites húngaras viam-se encurraladas entre a força cultural destas duas potências e os que pretendiam desenvolver um projecto de regeneração nacional magiar, mesmo que coxo de parte importante da Nação húngara. É para estes que o modelo português se torna atractivo, porque viam no exemplo do Estado Novo a forma como um país também pequeno, também periférico, também sujeito a domínio cultural estrangeiro (árabe e inglês no caso lusitano, turco e alemão no húngaro) tinha conseguido romper com a dependência da sua (semi)periferia e conseguido colocar em prática um projecto unitário de renovação nacional(ista) de sucesso que tinha conseguido, pelo menos a julgar pelos olhos da propaganda (portuguesa e húngara), controlar as contas públicas, pacificar socialmente a Nação, aniquilar as oposições, e instaurar uma Constituição autoritário-corporativa. Acrescenta o caso português a figura do seu ditador, Salazar, tido como um intelectual católico, mago das finanças, e doutrinador de excelência, características bastamente apreciadas (e disso mesmo reportadas) pelos principais líderes húngaros no final dos anos 30.

Nos restantes países o impacto do Estado Novo não foi tão evidente, pelo menos a julgar pela análise das nossas fontes. Os relatórios produzidos das Legações de Varsóvia e Bucareste realçavam mais as dinâmicas adjacentes aos conflitos internos destes países, também a atravessarem complexos (e disputados) processos de desmantelamento das instituições liberais, e seguiram caminhos diferentes para modelos modelos autoritários próprios, cesarismo presidencial no caso polaco (apesar do presidente-césar, Pilsudski, ter falecido pouco antes da nova Constituição ter sido aprovada), ou uma ditadura de cunho real no caso romeno. Neste sentido, nas fontes consultadas, especialmente quando comparadas com os relatórios de Budapeste, quer Varsóvia como Bucareste demonstravam menos atenção à análise da imprensa local, em especial no caso romeno (que praticamente nada reportou). De Varsóvia, em especial no início dos anos 30, durante o processo constitucional, foram diversas as referências a Portugal encontradas nos media local.

Esta secção provou ainda os limites da estratégia assumida pelo SPN de apostar na divulgação do modelo do Estado Novo a uma audiência estrangeira indiscriminadamente, ou seja a quem potencialmente se possa interessar pelo

modelo português, e utiliza-lo como exemplo de transição para um regime autoritário. Neste sentido, ficou demonstrado os limites das intenções portuguesas em apostar em 'mercados ideológicos' naturais e condizentes com as tradições culturais lusas (nomeadamente o mundo francófono e latino), com um par de excepções, como vimos nos casos da Hungria, e em alguma maneira, a Polónia. Tivesse o Estado português consagrado esta missão de divulgação como estratégica teríamos certamente encontrado mais recursos diplomáticos alocados em países declaradamente próximos dos ideais do Estado Novo, como o eram os países bálticos, a Grécia e Jugoslávia ou mesmo a Roménia. Concluímos assim que independentemente das ambições assumidas pelo SPN, em acordo com o governo, estas eram bastante condicionadas, ou aos recursos existentes ou às escolhas onde colocar tais recursos, de forma a os maximizar. Julgamos assim evidente que, através da análise que acabámos de produzir, as áreas consideradas como vectores importantes nas relações internacionais do Estado português no âmbito da Europa periféricas se concentravam na linha Varsóvia – Budapeste – Bucareste, consideradas suficientes para cobrir a zona báltica, balcânica e da Europa Central, complementadas com as legações no Norte da Europa. E que ainda as preocupações assumidas, validadas aliás pelos relatórios de análise económica, se concentravam mais na apreciação dos assuntos de política internacional e nos processos políticos internos de cada um dos países do que na exportação do modelo político português, não querendo isto dizer que não houvesse preocupação em seguir o que sobre Portugal se publicava, em divulgar a propaganda produzida nem em auscultar o que os principais actores políticos locais opinavam sobre a política portuguesa e seguir a contenda entre os diferentes grupos das direitas locais.

Conclusões

No verão de 1932, do seu posto em Paris, Gama Ochoa escreveria um longo relatório para o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Neste, depois de identificar que «muitas nações gastam quantias importantes com a sua propaganda pela imprensa no estrangeiro, assumia a intenção de desenvolver e reorganizar os serviços de informação e de imprensa do MNE na parte referente à propaganda e defesa dos interesses portugueses no estrangeiro. Escrito durante a formação do 1º governo de Salazar, de forma compreensiva identificaria como poderia o regime português, ainda em modelo de Ditadura Militar, e utilizando poucos recursos, retirar vantagem da publicação no exterior de notícias positivas sobre Portugal. Tomando como exemplo alguns dos modelos que se praticavam no estrangeiro. Era assim entendido que ter uma dimensão internacional na propaganda do Estado poderia servir convenientemente os propósitos de consolidação da imagem interna e externa do regime, especialmente depois do cenário da crise financeira de 1929 ter fornecido um produto de fácil exportação (os resultados da fazenda pública portuguesa) e do ambiente político no início dos anos 30 estar suficientemente poroso para receber (mais) um exemplo autoritário filial do fascismo italiano. A estratégia delineada por este relatório seria tornada letra de Lei no artigo 5º do Decreto-Lei nº 23.505 (de 25 de Setembro de 1933) que, formalizando o SPN, indicaria especificamente se encontrar entre as suas tarefas a promoção de «conferências mundiais por personalidades portuguesas e estrangeiras, reforçar o intercâmbio com jornalistas e escritores de renome [e] elucidar a opinião internacional das nossas acções civilizacionais, especialmente as exercidas na Colónias (...)» (Decreto-Lei nº 23.505 de 25 de Setembro de 1933).

Assim identificados estes propósitos, o regime português iria utilizar a boa articulação entre o Secretariado de Propaganda Nacional e os serviços diplomáticos do Estado para aperfeiçoar uma estratégia de intervenção (positiva e negativa) junto da imprensa local, disseminando por esta o material entretanto cuidadosamente preparado pelo SPN e intervindo activamente quando o publicado não seguia as principais linhas diretrizes ou apresentava aspectos menos positivos de Portugal. Na

busca de tal visibilidade, como fomos apreciando ao longo deste trabalho, serão essencialmente enfatizados os resultados macro-estatísticos alcançados nas finanças públicas, frequentemente utilizados como contraponto às consequências financeiras da crise 1929 e à insolvência da I República portuguesa, a figura do Ditador, António de Oliveira Salazar, apresentado como um exemplo de um estadista devidamente sincronizado com a modernidade política dos anos 30; e depois exibido o modelo institucional do Estado Novo, e as características do *corporativismo à portuguesa*, elencado como caso de sucesso e de referência para os processos de transição e/ou consolidação de sistemas autoritários na Europa da Nova Ordem. Neste sentido procurámos apreciar como foi construída a narrativa política do Estado Novo (na sua fase formativa), a figura do Ditador português e o processo de constitucionalização do Estado Novo. E de forma comparada seguir como estes módulos se inseriam nas dinâmicas de desmantelamento dos sistemas liberais e construção de modelos autoritários, pois forneciam elementos de interesse geral: a figura do ditador, das suas políticas públicas e do seu traço institucional. Verificamos desde logo que, no caso português, terão sido as características pessoais de Salazar, e a sua política financeira, essenciais na consolidação da imagem internacional de Portugal, pois era o beirão amplamente apreciado por intelectuais e políticos provenientes de diversos sectores da direita europeia desde a visita a Coimbra pelo padre Mateo.

Naturalmente que auxilia a compreensão do interesse Portugal recordarmos a atmosfera política da época, em especial a *guinada* à direita de grande parte das elites dirigentes, receosas da ameaça vermelha e da perda do seu status quo, num primeiro momento, e depois paulatinamente atraídas pelo fascismo italiano, e suas promessas de pacificação social, autoritarismo político e novo projecto identitário. Assim, assistimos à captura do centro político pela direita, pois muito do eleitorado e dos actores políticos partilhavam a desconfiança em relação à possibilidade de obtenção do poder por parte da esquerda comunista, socialista ou trabalhista, em especial depois das experiências revolucionárias do «bienio rosso». É importante ainda assinalar que, de um ponto de vista comparado, a direita identificava como prioritário o combate aos modelo de parlamentarismo de matriz liberal introduzido na maioria dos desenho institucionais após o conflito de 14-18, pois o mesmo

assentava em formulas de representação política que permitiriam excessivo pluralismo partidário que, aliado à predominância sistémica de parlamentos sobre executivos, à intensa polarização político-partidária e falta de cultura democrática, tornaria inoperantes os trabalhos parlamentares e conseqüentemente a acção governativa. Este exagero formal permitido aos parlamentos na ingerência dos assuntos da acção executiva, na perspectiva da direita, tornariam a vida político-partidária nos anos 20 demasiado instável e fragmentada para que qualquer projecto governativo de médio-longo alcance pudesse ser colocado em prática. Estas deficiências institucionais, consideradas pela direita anti-liberal e conservadora (política, económica e militar) como pouco adaptáveis à cultura política dos seus (novéis) países, estaria na génese da procura de projectos que permitissem construir alternativas a tais sistemas liberais, sendo o caso português, depois da sua consolidação institucional em 1933, modelo.

Na sua contribuição para este debate, Salazar deixaria bem claro nas suas notas constitucionais que a nova Constituição portuguesa pretendia substituir a experiência liberal demo-plutocrata do século XIX, a sua democracia individual e autonómica, que tinha impedido a consagração e existência de executivos fortes durante a I República, e a conseqüente implementação de um conjunto articulado e coerente de políticas públicas que transportassem o País para os níveis de desenvolvimento desejados. Em alternativa defenderia um sistema de autonomia do executivo (em relação ao Parlamento), representação mista (parlamentar e corporativa) de prevalência presidencial (com o Chefe do Estado devidamente empoderado no topo da pirâmide institucional). Palavras facilmente subscritas por intelectuais, políticos e homens de letras da direita europeia. Defenderia ainda Salazar a necessidade de nacionalizar os processos constitucionais, assim os considerando como parte integrante de um alargado processos de regeneração etno-cultural em curso (como pode ser considerado o Estado Novo), um aspecto que ligaria o processo transicional luso às transformações ocorridas durante a década de 30, assim se justificando (parte) da atracção do modelo português.

Contribuiriam ainda para a visibilidade do Estado Novo os efeito transnacionais dos novos autoritarismos e o largo e extenso debate sobre as funções do Estado, que

iria penetrar toda a elite política europeia (e não só) no início dos anos 30, e que apreciava comparativamente, do ponto de vista operacional, o conjunto de soluções interventivas disponíveis através dos modelos soviético, americano (*New Deal*) ou italiano, todos de forte componente estadista (em especial no tecido económico). Adicionalmente convém ainda acrescentar a ampla circulação de pessoas e ideias na Europa (e no Mundo) entre guerras, a proliferação de periódicos e jornais, espaços de ampla difusão e recepção político-ideológica, frequentemente alimentados por jornalistas e intelectuais públicos bem informados, ideologicamente engajados e disponíveis a participarem activamente na divulgação dos seus ideais pelo espaço autoritário da Nova Ordem, contribuindo intensamente, em cada artigo, conferência ou emissão radiofónica, para um gradual processo de polinização que redefinirá as características do novo *Espírito Europeu*, consolidando, paulatinamente, a sua transmutação de um velho liberal agrilhoado às oligarquias da *Belle Epoque* num revigorado e jovem autocrata. A crise de '29 comprovaria a desconexão entre o velho liberalismo *Lessez-faire* e os ventos da Nova Ordem, e consolidaria a necessidade de introduzir novos mecanismos governamentais que permitissem modelos de gestão económica, financeira e social de carácter unitário, nacionalista e prospectivo. Complementarmente, em especial nos anos imediatamente a seguir à guerra, e novamente nos momentos após a crise de 29, muito do combate político será deslocado dos espaços institucionais para as ruas, o que aliado à militarização maciça da população masculina, e seu grau de politização, irá despoletar um período de frequente violência, revoluções, golpes de Estado, contra-golpes, assassinatos políticos, greves gerais, etc.

Peças essenciais deste embrulhado puzzle serão os militares, e em certa medida a alta burguesia financeira e industrial. Os militares por entenderem ser uma questão de honra intervirem em prol da Pátria em momentos de absoluto descontrolo e terem sido politizados de forma conservadora temendo o advento da classe trabalhadora e da esquerda urbana. E a alta burguesia por não conseguirem prosseguir com os seus negócios em períodos de instabilidade permanente, mesmo que aceitassem (por vezes a custo) a necessidade de se adaptarem aos novos modelos económicos pós-Imperiais, em especial os em torno da autarcia económica

muito em vigor na terceira década do século (que romperam com a tradição internacionalista vigente até à Guerra). Neste animado caldo político cultural, não admira que a grande maioria dos processos de tomada do poder tivessem sido produto de insurgências e movimentações militares (ou com forte apoio castrense), nem que a principal preocupação de muitos destes golpes tenha sido a manutenção da ordem, a pacificação social, o combate às oposições, e só depois a consolidação de um projecto em torno de novos pretéritos constitucionais de índole nacional (como o foram os casos da Polónia, Lituânia, Espanha, e mesmo os exemplos balcânicos), até porque somente bem dentro dos anos 30 teriam as principais elites dirigentes acesso a um conjunto de alternativas consolidadas que pudessem servir de inspiração político-doutrinária e fornecessem um mapa constitucional que substituísse o modelo liberal por outros de matriz autoritária. E numa Europa ligada por redes de informados jornalistas e escritores, de intenso fluxo informativo e acesso a meios de publicação de grande tiragem, e devido ainda à declarada ambição portuguesa de exportar o modelo do Estado Novo, não admira que o processo político ocorrido em Portugal fosse um objecto de estudo, ou pelo menos suscitado interesse, como temos vindo a defender.

E Salazar, com o seu modelo de Estado Novo, respondia, em simultâneo, nas ideias e nos processos, às necessidades de consagrar o cunho nacional(ista) nas instituições e garantir pacificação social, ordem, disciplina, hierarquia. Deus, pátria, família, autoridade, trabalho. Será este o principal impacto político do Estado Novo, nomeadamente em países periféricos com posições frágeis no sistema internacional e em processos e/ou debates em torno dos seus projectos de regeneração entocultural. Afinal o Estado Novo oferecia, aparentemente, uma solução nacionalista assente num modelo filosoficamente coerente, de assumida matriz cristã-católica vaticanista, na teoria e na retórica publicitada, e socialmente pacificador, formato que lhe tinha permitido coexistir na Europa da Nova Ordem de forma independente e activa e se apresentar como um galho afastado da árvore do fascismo, como uma alternativa às duas potências dominantes: a Itália Fascista e a Alemanha Nazi. Ora para Países como a Roménia, a Hungria, e mesmo a Polónia ou a Grécia, todos fortemente pressionados (política, económica e culturalmente) por estas potências

hegemónicas, e amplamente preocupados em salvaguardar a sua soberania e desenvolver projectos de regeneração nacional, o modelo português (parecia) oferecer uma solução de independência e autonomia no panorama internacional, assim apropriado de forma a servir como caminho a seguir. Ao longo do texto fomos abordando estas questões, sendo os intentos da nossa tese questionar se e como o Estado Novo procurou apresentar-se como uma alternativa ao fascismo e nazismo no contexto das transições para modelos de matriz autoritária na Europa da Nova Ordem, uma terceira via apresentada pela narrativa estadonovista como não permeada pelo anti-semitismo nazi-fascista, ou pelo estatismo e totalitarismo dos modelos de Mussolini e Hitler. Claro que o paradoxo é que o governo português, apesar de vestido de uma cuidada retórica preparada para se distanciar do fascismo e do nazismo (e ser adaptada consoante o mercado), terá práticas políticas bem próximas dos modelos que procurava se distanciar, visíveis na réplica institucional do fascismo italiano ou na aproximação política, cultural e diplomática de Portugal à Alemanha nazi durante os anos 30. Em todo o caso, este “distanciamento” do fascismo e nazismo demonstrará a sua importância no momento de re-definição sistémico do pós II Guerra, pois serão exactamente as características liberais que o sistema institucional português preservou, junto da sua narrativa católico-vaticanista e posição geo-estratégica no contexto da guerra-gria (e combate ao comunismo internacional), que permitirão que Portugal assuma um lugar no pós-guerra sem grandes alterações institucionais, colando apenas novos rótulos em velhas garrafas.

Em todo o caso, independente da verificação da consistência da retórica emanada de Lisboa, não disputado é o facto do Estado Novo ter organizado uma vasta máquina de Propaganda internacional para a difundir assente nos pilares do SPN e na rede diplomática colocada no terreno pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros procurando a tempo inteiro apresentar o modelo do Estado Novo como fórmula autóctone complementar ao fascismo e nazismo, utilizando um conjunto de publicações que devidamente modeladas e adaptadas à audiência em causa (diferente se para democracias ou autoritarismos) objectivamente procuravam colocar Portugal como caso de sucesso a replicar por Estados incorrendo em processos de substituição das suas instituições liberais por modelos de inspiração ou

decalque autoritário-fascista. Durante o texto dedicámos alguma atenção às estratégias de disseminação seguidas por estes serviços, quem era atraído para a defesa da imagem internacional do Estado Novo, como a diplomacia do Estado português apreciava e intervinha na construção dessa mesma imagem, e que *rapport* dela era retirado. E em nosso entender, pelo volume e qualidade dos relatórios analisados, devemos concluir que a intervenção na colocação de material propagandístico, a recolha do impacto do mesmo, e o controlo sobre quem e o que era escrito sobre Portugal ocupava um lugar de importância na rotina diplomática. Só assim se entendem as dezenas de relatórios a indicarem o sucesso na colocação de determinado artigo, ou a identificação de um conjunto de jornalistas, editores, directores de jornais que convinha *tratar bem*, e convidar para passarem por Portugal. Ou, no sentido inverso, a atitude persecutória de alguns diplomatas portugueses na procura da identidade de autores não identificados, na intervenção na imprensa quando o publicado não era condizente, ou mesmo na imposição de censura em periódicos que publicassem fora da linha desejada. Complementarmente, importa ainda destacar que esta intervenção não obedecia a uma estratégia uniforme, mas antes era cuidada e adaptada às características do regime político do posto diplomático e à importância a ele dedicado, sendo notórias as diferenças nas intervenções na Holanda ou na Noruega e as operadas na Hungria, Polónia ou Roménia, por exemplo. Em países democráticos, com imprensa livre, a diplomacia lusa preocupava-se primeiro em qualificar a orientação ideológica de determinado meio de comunicação, seu director e principais colaboradores, para – depois de identificado o espaço político – procurar publicar em meios católicos, conservadores e radicais textos que realçassem o carácter vaticanista, equilibrado financeiramente e socialmente pacificado, do regime liderado por um lente da Universidade de Coimbra. Não encontramos em países alinhados com a corrente autoritária estas preocupações analíticas, apenas a prestação de apoio às diversas solicitações, a procura de difusão da propaganda oficial, e a recolha e apreciação crítica do que era publicado.

Para apurar o impacto de tal estratégia acrescentámos a esta recolha analítica do que no estrangeiro se publicava sobre Portugal o serviço de *clipping* do SPN e a

análise dos principais escritos sobre o Estado Novo, e Salazar. Através desta leitura cruzada verificámos que a forma de apropriação foi bastante diferenciada, variando no espaço e na proveniência ideológica dos intérpretes do modelo lusitano. Assim, para muita da direita radical espalhada no espaço europeu, rápida em se apropriar do novo *filho de Roma*, faltava ao novo Estado português a vitalidade orgânica do fascismo, a sua dinâmica reformadora e revolucionária, e a ligação directa entre as massas e o Chefe, um Duce que assumisse e se assumisse como o motor sempre energético da revolução nacional. Faltava Fascismo ao fascismo português. Já para os católicos, em especial os que lemos do outro lado do Atlântico, o modelo português encarava quase na perfeição a política vaticanista desenhada nas encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, e assim apresentado como uma moderna transmutação “democrática”, capaz de organizar convenientemente o Estado através de uma matriz corporativa orgânica de representação profissional. Finalmente, a direita conservadora e tradicionalista seguiria o trajecto de Portugal com o interesse que projectos políticos de sucesso lhe despertava, especialmente se fruto das suas políticas públicas conseguissem pacificar socialmente a sociedade (e controlar as oposições), reforçar o poder e papel do Estado (num modelo autoritário), colocar as suas finanças em ordem e potenciar os alicerces de projectos de renovação identitária e autarcia económica, como era o caso de muitos países periféricos, em especial no novo mapa político europeu, a Leste.

Neste sentido, do ponto de vista do seu impacto, julgamos que a propaganda portuguesa produziu algum efeito nestes países, em especial na Hungria e, em menor escala, na Polónia. Claro que devemos sempre nos referir a um impacto relativo no sentido em que não terá conseguido, um pequeno país periférico relativamente desconhecido no panorama internacional europeu, e portador de uma reputação de desarranjo institucional, substituir os principais centros de difusão político-cultural e tornar-se numa fonte essencial de direito constitucional e/ou inspiração ideológica. Nem tempo terá havido para consolidar a estratégia de difusão portuguesa, devido ao início da guerra. Dito isto, não deixa de impressionar que, mesmo com as todas as reservas, em países como a Hungria ou a Polónia (para nos recorrermos das fontes primárias produzidas pelos diplomatas portugueses), ou

na Grécia (durante o consulado de Metaxas) ou mesmo em França (durante o debate constitucional de 1934) o exemplo do Estado Novo tenha sido amplamente citado como modelo de sucesso e de inspiração, mesmo depois de reconhecermos as insuficiências da nossa investigação, e ao enviesamento das fontes por nós consultadas. Indisputável julgamos ser ainda o facto do regime salazarista ter conseguido inserir Portugal como membro de pleno direito na comunidade cultural fascinada por soluções autoritárias, sejam de índole fascistas, vaticanistas ou tradicionalistas, assim contribuindo para a sua argamassa. Assim como é também evidente a modernidade da estratégia de comunicação internacional do Estado Novo, análise da mesma justificativa em nosso entender de estudo mais aprofundado.

Em suma, julgamos inegável que o modelo português terá conseguido ter alguma influência internacional, até porque conseguiu passar (ver aceite e legitimada) a ideia de que tinha conseguido construir uma alternativa autoritária com linha discursiva independente das tendências culturalmente hegemónicas na Europa da Nova Era: o Fascismo e o Nazismo. Naturalmente que, como apontámos por diversas vezes, a propaganda do Estado Novo era essencialmente retórica, branqueando por exemplo a violência da transição para o autoritarismo português, vendendo uma imagem ordeira dos eventos com o declarado intuito de distinguir o modelo luso de outras transições violentas; o que não sendo de todo verdade, encaixava perfeitamente na narrativa construída em torno da excepcionalidade lusitana e da sua estratégia de separação de modelos extremistas. Como encaixava na perfeição a narrativa construída em torno do ditador português, tido como personagem asceta, sem ambições políticas ou interesses próprios, alguém que oscilando entre o académico e o beato se vira por acto divino com as rédeas do poder, manejando-o por dever para com a Nação. O que também não sendo de todo verdade, assentava muito bem na imagem do Homem Providencial, do *político a-político* tão em voga na Europa dos Fascismos. Portugal poderá não ter conseguido se tornar um centro emissor com poder de influência decisiva, nem assumir como central na sua definição das principais linhas da sua política externa as questões de índole ideológico-cultural (e muito menos depois do início da Guerra Civil

espanhola), mas julgamos evidente que não só o Estado português colocou na dimensão internacional da sua propaganda importantes recursos como deles retirava benefícios evidentes, nomeadamente na cristalização de sua narrativa e do uso interno da sua validação externa. Neste sentido, na longa estratégia de sobrevivência do Estado Novo, estes apoios – e mesmo as críticas – contribuiriam para a rede de suporte que atravessaria a guerra e manteriam o regime português firme no cenário pós-fascismo. Esta rede de apoio, construída e consolidada na estratégia de comunicação e engajamento de intelectuais nos anos 30, em especial católicos, será - junto com o advento da Guerra Fria, da amplificação do perigo comunista e do valor estratégico dos Açores – um dos pontos de suporte para Portugal após 1945, tendo para isso contribuído a imagem de não ser o Estado Novo português uma réplica fascista ou nazi mas antes um complemento político-ideológico que apesar de concebido no *Ventennio* (para)Fascista como um dos primeiros *filhos de Roma* saberia se transmutar de forma a aguentar o fim da guerra, ser membro-fundador da Nato, e durar até à sétima década do século XX. Aliás, o (bom) uso da retórica política e discursiva como elemento legitimador encontra-se patente desde a origem do regime, pois já nas suas notas constitucionais Salazar tinha deixado claro que perante a questão se deveria estar embebido de um espírito conservador e retrógrado ou revolucionário o novo sistema jurídico-constitucional português deveria ser essencialmente um corpo de texto profundamente realista. Realista no sentido de salvaguardar a manutenção do regime, das suas elites, de manter o controlo autoritário sobre o país e de o controlar totalitariamente, acrescentaríamos. Um regime sempre mais interessante na sua retórica que na sua prática, e sempre mais interessado na sua sobrevivência que em fornecer respostas à crise identitária do *Espírito Europeu*.

BIBLIOGRAFIA

Artigos de Imprensa

- A. Lallemand, *The New Review*, 1936.
- A. T'Sertevens, *Presse Indochinoise* (Indochina), 30.5.1936.
- *Action Catholique* do Quebec, 1937.
- Alfonso XIII, *Le Soir* (França), 01.6.1936.
- Andrè Frantzen, *L'Ordre Corporatif*, Abril 1938.
- Anthony Ashley, *Social Justice* [EUA], Junho 1938.
- Aubac, Stephan, *Journal des Debats* (França), 03.03.1936.
- Baldi Papini, U., *Construire* (Itália), 20.12.1936.
- Bartlett *The Listener*, 07.07.1933.
- Becquet, Georges, "No País de Salazar. O Corporativismo português" in *Rex*, 1936.
- Borkenau Franz, "Portugal's Corporative State" in *The Christian Science Monitor* (Boston, EUA), Fevereiro 1938.
- Burdet, Maurice, *Le Petit Parisien* (Paris, França), 02.01.1935.
- Camilo Pastor, A., "Revolution in Portugal under Salazar's wizardry", in *America. A Catholic Review of the Week*, Setembro 1938.
- Carlos Lara, *Revista Javeriaba* 1937.
- Charles Maurras, *Action Francaise*, 6.4.1938.
- Charles Oulmont, *La Liberté* (França), 18.08.1936.
- Christian de Caters, *Le Jour*, 1936.
- Count Keyserling, *Der Weg Zur Vollendung* (Darmstadt, Alemanha), Outubro 1936.
- D. O. C., *El Imperial*, 9.12.1936.
- d'Ormesson, Wladimir, *Le Figaro* (Paris, França), 29.06.1935.
- Dane, Ivo, "Deutschfreundliches Portugal", *Kölner Zeitung* (Alemanha), 08.12.1933.
- de Bernage, Marquis, *Revue Belge* (Bruxelas, Bélgica), 15.01.1937.
- De Heuk, Catherine, "Salazar and Portugal" in *The Sign* (EUA), julho 1938.
- de las Casas, *Croix du Nord* (França), 24.02.1936.
- Demeure, Fernand, *Tribune des Nations* (França), Janeiro 1936.
- Editorial, "The Miracle of Portugal", in *Saint Joseph Lilies*, Março 1938.
- *El Debate*, 1936.
- Fajans, Roman, *Treza* (Varsóvia, Polónia), May 1937.
- Gabriel Boissy em *La Tribune des Nations*, 30.4.1936.
- Gauthier, Alexandre, "Le Duce Portugais Oliveira Salazar", *Gringoire* (França), 17.05.1935.
- George T. Eberle, *The Pilot* de Boston, 1936.

- Hanighen, Frank C., "Portugal's Plight", in *Current History*, Março 1937.
- Hartmann Lauterbacher, *O Século*, 7.3.1937.
- Henri Massis, *Je Suis Partout*, Abril 1938.
- Hoyer, F., *Haagsch Maandblad* (Holanda), Outubro 1938 .
- Ian Colin, *The Morning Post* (Dublin, Irlanda), 14.11.1936.
- *Il Messaggero* (Vaticano), 15.07.1934.
- J. Schyrgens, *Vingthième Siècle*, 5.12.1935.
- Kasama, Akio (1935), *The World and Girls* (Japão).
- *L'Osservatore Romano* (Vaticano), 02.09.1934.
- *Le Temps*, editorial, "La Grece et Son Roi", 06.11.1937.
- Leão do Norte, *O Diário*, 20.11.1937.
- Lefèvre, Frédéric, *Les Nouvelles Littéraires* (França), 31.08.1935.
- Leif Borthen, *Dagbladet*, Agosto 1938).
- Léon, Poncet, *La République du Sud-Est* (França), 16.03.1937.
- Lewandowski, Maurice, "Oliveira Salazar, maître de l'heure ao Portugal" in *Revue des Deux Mondes* (França), 01.06.1934.
- Lyons, E. J., Rev, "Second Spring in Portugal" in *Saint Joseph Lilies*, Março 1938.
- Manuel Bueno, *ABC*, 1937.
- Michael Derrick, *The Catholic Herald* (Irlanda), 20.8.1937.
- Miguel Unamuno, *Ahora* (Madrid, Espanha), 1935.
- Mitchell, Henry, *la Presse Marocaine* (Marrocos), 8.12.1937
- *New York Herald Tribune*, Fevereiro 1935.
- O'Byrne, Patrick, "Londres, Roma, Lisboa, Madrid e Governo Corportivo" in *Saint Joseph Lilies*, Junho 1938.
- Osorio, Paulo, *Les Cahiers de l'Union Europeene* (França), September 1932
- Padre Coughlin, "Salazar. O presente de Deus aos reformistas", in *The Catholic World*, Abril 1938.
- Patterson, Laurence, "Salazar, o inspirador do Estado Novo em Portugal" in *America* (EUA), Janeiro 1938.
- Paul Colomb, *Franc - Montagnard* [Leigmalegier], 1937.
- Pavolini, Alessandro, *Corriere della Sera* (Milão, Itália), 20.12.1936.
- Peter P. B. De Sousa Pernes jr, "Peaceful Revolution of a Dictatorship", in *Ave Maria*, 24.03.1938.
- Pierre Lyautey, *Le Journal*, 1935.
- Pierre Taittinger, *Journal du Loiret*, 1936.
- Regazzoni, Gian Luigi, *Libro e Moschetto* (Milão, Itália), 5.8.1937.
- Richard Lewinsohn, *Current History* [Nova Iorque], 1935.
- Roberto E. Meeks, *La Nación*, 1936.
- Stan Nikolau, *Narodni Politika*, Dezembro 1934.

- T. Widt, “O Homem que restabeleceu Portugal. Um nome que focará para a história: Dr. Oliveira Salazar” in *Tiden Tegen* (Oslo, Noruega), Agosto 1934,
- Tharaud, *Echo du Nord* (França), 10.11.1936.
- *The Times* (Reino Unido), 28.5.1936.
- Unamuno, *Ahora* (Madrid, Espanha), 1935.
- Vajta, Francisco, “Sobre o livro “La mia risposta / A minha resposta”, *Esti Ujsag*, 16.07.1938.
- Valdivielse, Jose Simon, *El Odiel* (Huelva, Espanha), 17.09.1936.
- Van Hoek, Kees, “António Salazar, Democratic Dictator” in *Irish Independent*, Fevereiro 1939.
- Victor Eftimiu, *Adeverul*, Bucarest, 24.11.1934.
- W.A. Sollohub, “Reabilitação financeira de Portugal”, in *Harvard Business Review*, 1938.
- Zara, Philippe de, «the dictator with clean hands», *Le Front Latin* (França), Abril 1936.

Bibliografia citada

Ablonczy, Balázs (2005), *Pál Teleki (1874 – 1941), The life of a controversial Hungarian Politician*, Columbia University Press, Nova Iorque.

Adelino Maltez, José (2004-2005), *Tradição e Revolução: Uma biografia do Portugal Político do século XIX ao XXI*, volume I e 2, Tribuna da História, Lisboa.

Adinolfi, Goffredo (2007), *Ai confini del Fascismo. Propaganda e consenso nel Portogallo salazarista (1932-1944)*, Franco Angeli, Milano.

Adinolfi, Goffredo (2012), “The Institutionalization of Propaganda in the Fascist Era: The Cases of Germany, Portugal, and Italy”, in *The European Legacy: Toward New Paradigms*, 17:5, pp. 607-621.

Afonso, Aniceto (2000), *Historia de uma conspiração. Sinel de Cordes e o 28 de Maio*, Lisboa, Notícias Editorial.

Aguiar, Armando (1934), *Oliveira Salazar : o homem e o ditador, a sua vida e a sua obra*, Editora Nacional, São Paulo.

Aldcroft, Derek H. (2006), *Europe’s Third World, The European Periphery in the Interwar Years*, Ashgate, Aldershot.

Alexandre, Valentim (2006), *O roubo das almas. Salazar, a Igreja e os totalitarismos (1930-1939)*, Dom Quixote, Lisboa.

- Alexandrescu, Sorin (2011), “prefácio” in Mircea Eliade *Salazar, a Revolução em Portugal*, Esfera do Caos, Lisboa.
- Almeida Carvalho, Rita (2013), *A concordata de Salazar*, Temas e Debates / Círculo de Leitores, Lisboa.
- Almeida de Carvalho, Rita e António Araújo (2006), «A Voz dos Sinos: O «Diário» de Mário de Figueiredo sobre a crise política de 1929» in *Estudos*, nº 4, pp. 459-489.
- Almeida, Pedro Tavares (1998), *Legislação Eleitoral Portuguesa, 1820-1926*, Presidência do Conselho de Ministros / Casa da Moeda, Lisboa.
- Araújo, António (2007), *A Lei de Salazar. Estudos sobre a Constituição política de 1933*, Tenacitas, Coimbra.
- Araujo, António (2010), *O Som dos Sinos*, Edições Tenacitas, Coimbra
- Avelãs Nunes, João Paulo (1993), “O conceito de Fascismo na História recente de Portugal”, in *Vértice* nº. 52, Lisboa, pp. 53-65.
- Avelãs Nunes, João Paulo (2000), “Tipologias de Regimes Políticos. Para uma leitura Neomoderna do Estado Novo e do Nuevo Estado.”, separata da *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXIV, Coimbra.
- Ávila, Armando (1942), *Salazar perante o Mundo – o que pensam e escrevem do Chefe do Governo português alguns estrangeiros e nacionais*, Grafitécnica, Lisboa.
- Bainville, Jacques (1937 [1935]), *Os ditadores*, Editora Civilização, Lisboa.
- Baldi-Papini, U (1936), *Portogallo Nuovo. Lineamenti critiche della riforma politico-costituzionale del Portogallo*, Casa Editrice Poligrafica Universitaria, Firenze.
- Banac, Ivo e Katherine Verdery (1995), *National Character and National Ideology in Interwar Eastern Europe*, Yale Russian and East European Publications, Ohio.
- Barreto, António e Maria Filomena Mónica (2000), edição, *Dicionário da História de Portugal. Suplemento*, volumes 7, 8 e 9, Porto, Figueirinhas.
- Barthélemy, Joseph (1931), *La crise de la démocratie contemporaine*, Librairie du Recueil Sirey (société anonyme)
- Berend, Ivan T. (2001), *Decades of Crisis, Central and Eastern Europe before the World War II*, University of California Press, London
- Bischof, Günter, Anton Pelinka e Alexander Lassner (2003), *The Dollfuss / Schuschnigg Era in Austria. A Reassessment*, Transaction Publishers, New Brunswick e London.
- Blinkhorn, Martin (2000), *Fascism and the Right in Europe, 1919 – 1945*, Longman, London.

Braga da Cruz, Manuel (1978a), 'As Origens da Democracia-Cristã e o Salazarismo (I)' in *Análise Social* nº 54: 265-278.

Braga da Cruz, Manuel (1978b), 'As Origens da Democracia-Cristã e o Salazarismo (II)' in *Análise Social* nº 55: 525-607.

Braga da Cruz, Manuel (1982a), "Notas para uma caracterização política do salazarismo", in *Análise Social*, nº. 72-73-74, volume XVIII, Lisboa, 1982, pp. 773-794.

Braga da Cruz, Manuel (1982b), "O integralismo lusitano nas origens do salazarismo", in *Análise Social* nº 70, Volume XVIII, Lisboa, pp. 137-182.

Braga da Cruz, Manuel (1988), *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Editorial Presença, Lisboa.

Braga da Cruz, Manuel (1997a), *Inéditos e dispersos I. Escritos Político-sociais e Doutrinários (1908-1928)*, Livraria Bertrand, Venda Nova.

Braga da Cruz, Manuel (1997b), *Inéditos e dispersos II. Estudos Económico-Financeiros (1919-1928)*, Livraria Bertrand, Venda Nova.

Braga da Cruz, Manuel e António Costa Pinto (2005), coordenação, *Dicionário Biográfico parlamentar, 1935 – 1974*, volume I e volume II, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais / Assembleia da República.

Bruno Biaggi (1939), *Il Portogallo D'Oggi*, Felice Le Monnier, Firenze.

Caetano, Marcelo (2000 [1977]), *Minhas Memórias de Salazar*, Verbo, s.l.,

Campinos, Jorge (1975), *A Ditadura Militar*, Dom Quixote, Lisboa.

Carr, Albert (1939), *Juggernaut; the path of dictatorship*, New York, The Viking Press.

Carsten, F. L. (1986), *The First Austrian Republic, 1918 – 1938, A study based on British and Austrian documents*, Gower/Maurice Temple Smith, Hants.

Castro Leal, Ernesto (1994), *António Ferro: espaço político e imaginário social (1918-32)*, Edições Cosmos, Lisboa.

Chamberlain, Austen (1939), "Prefácio" a António Ferro, *Salazar: Portugal and her leader*, Faber, London.

Charles, Christopher (2005), "Héros de la normalité » et circonstances inhabituelles: l'incapacité de Gaston Doumergue à réformer l'État à la suite du 6 février 1934" in *Revue Française de Droit Constitutionnel*, pp. 685-702.

Chesnelong, Charles (1939), *Salazar*, Baudinière, Paris.

Chojonowski, Andrzej (1995), "Polish National Character, the Sanacja Camp and the National Democracy", in Ivo Banac e Katherine Verdery (1995), *National Character and National Ideology in Interwar Eastern Europe*, Yale Russian and East European Publications, Ohio.

- Cole, C. D. H. and Margaret Cole (1933), *The intelligent man's review of Europe today*, A.A Knopf, New York.
- Collotti, Enzo (1992), *Fascismo, Fascismos*, Lisboa, Editorial Caminho.
- Cornwall, Mark e R. J. W. Evans (2007), editores, *Czechoslovakia in a Nationalist and Fascist Europe, 1918 – 1948*, Oxford University Press, Oxford.
- Costa Pinto, António (1989a), “O fascismo e a crise da Primeira República: os nacionalistas lusitanos (1923-23)”, in *Penélope* nº 3, pp. 44-62;
- Costa Pinto, António (1989b) “O salazarismo e o fascismo europeu: os primeiros debates nas ciências sociais”, in AAVV, *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989, pp. 153-188.
- Costa Pinto, António (1992), *O salazarismo e o fascismo europeu. Problemas de interpretação nas ciências sociais*, Editorial Estampa, Lisboa.
- Costa Pinto, António (1994), *Os Camisas Azuis. Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal. 1914 – 1945*, Editorial Estampa, Lisboa.
- Costa Pinto, António (2009), editor, *Ruling Elites and decision making in Fascist-Era dictatorships*, Columbia University Press, New York.
- Costa Pinto, António (2012), editor, *The Nature of Fascism Revisited*, Columbia University Press, New York.
- Costa Pinto, António (2017), editor, *Corporatism and Fascism: The Corporatist Wave in Europe (Routledge Studies in Fascism and the Far Right)*, Routledge, London.
- Costa Pinto, António e Aristotle Kallis (2014), *Rethinking the Nature of Fascism*, Palgrave Macmillan, Londres
- Costa Pinto, António e Aristotle Kallis (2014), *Rethinking the Nature of Fascism*, Palgrave Macmillan, Londres.
- Costa Pinto, António e Nuno Afonso Ribeiro (1982), “Fascismo e Juventude nos primórdios do Estado Novo: a Acção Escolar Vanguarda (1933-1936)”, in AAVV, *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, pp. 229-258.
- Couloumbis, Theodore A., Theodore Kariotis, Fotini Bellou, editors (2003), *Greece in the Twentieth Century*, Frank Cass Publishers, Cornwall.
- Crampton, R. J. (1987), *A Short History of Modern Bulgaria*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Crampton, R. J. (1997), *Eastern Europe in the Twentieth Century – and after*, Routledge, London & New York.
- Cunha Leal (1931), *Ditadura, Democracia ou Comunismo. O problema português*, Imprensa Moret, La Curuña.

- d'Assac, J. Ploncard (1967), *Salazar. A vida e a obra*, Verbo, Lisboa.
- D'Ors, Eugénio (1935), "Prólogo" in António Ferro *Oliveira Salazar. El Hombre y su Obra* Ediciones «Fax», Madrid,.
- Daskalov, Roumen (2004), *The making of a Nation in the Balkans. Historiography of the Bulgarian revival*, CEU Press, Budapest.
- Daskalov, Roumen (2011), *Debating the Past. Modern Bulgarian History from Stamboliv to Zhivkov*, CEU Press, Budapest
- Davies, Norman (2001), *Heart of Europe. The past in Poland's present*, Oxford University Press, Oxford.
- Davies, Norman (2011 [2005]), *God's Playground. A History of Poland, volume II: 1795 to the present*. Oxford University Press, Oxford
- de Felice, Renzo (1965–97), *Mussolini*, 4 volumes, Einaudi, Torino
- de Felice, Renzo (1969), *Le interpretazioni del fascismo*, Editora Laterza, Bari.
- de Felice, Renzo (2005), *Breve história do Fascismo. Uma síntese da página mais trágica do século XX italiano*, Casa das Letras, Cruz Quebrada.
- de Reynold, Gonzague (1938), *Portugal. Gestern-Heute*, Otto Müller, Salzburg-Leipzig.
- Demolins, Edmond (1898). *L'Éducation nouvelle: L'École des Roches*, Librairie de Paris, Paris.
- Derrick, Michael (1938), *The Portugal of Salazar*, Sands: the Paladin Press, London.
- Deschamps, Paul (1935), *Le Portugal, La vie sociale actuelle*, Libreria de Paris, Firmin-Didot, Paris.
- Diner, Dan, (1999), *Cataclysm, A History of the Twentieth Century from Europe's Edge*, The University of Wisconsin Press, Wisconsin.
- Dreisziger, Nándor (1998b), "Miklós Horthy and World War II: New Historiographical Perspectives", in Nándor Dreisziger, editor, *Hungary in the Age of Total War*, Columbia University Press, New York, pp. 239- 252.
- Dreisziger, Nándor, editor (1998a), *Hungary in the Age of Total War*, Columbia University Press, New York
- Dziewanowski, M. K. (1977), *Poland in the Twentieth Century*, Columbia University Press, New York.
- Eatwell, Roger, 1997, *Fascims. A History*, Pinguin Books, New York.
- Elemér Pajz (1940), *Salazar, Egy kis Ország, Nagy Építője* (Pequeno País, Grande Construtor), s.e., Budapest.

Eliade, Mircea (2011 [1942a]), *Salazar, a Revolução em Portugal*, Esfera do Caos, Lisboa.

Eliade, Mircea (1942b), *Salazar, Si Revolutia in Portugalia*, Editora Gorgan, Bucarest.

Emeth Omer, Moscoso, A. Salazar (1934), *El Portugal de hoy y su gobierno: un ditador "malgré lui"*, Nascimento, Santiago do Chile.

Émile, Servan-Schreiber (1938), *Le Portugal de Salazar*, Ed. Denoël, Paris.

Faria, Telmo (2000), *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-41)*, Edições Cosmos/Instituto da Defesa Nacional, Lisboa.

Farinha, Luís (1998), *O Revirvalho. Revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado novo (1926-1940)*, Editorial Estampa, Lisboa.

Feinstein, Charles H., editor (1995), *Banking, Currency, and Finance in Europe Between the Wars*, Clarendon Press, Oxford.

Feinstein, Charles H., Peter Temin e Gianni Toniolo (2008), *The World Economy between the World Wars*, Oxford University Press, Oxford.

Fernandes, Thomaz Whyllie (1937), *Professor Oliveira Salazar's record – Portugal financial reconstruction*, edições SPN, Lisboa (edição em inglês e francês)

Fernandes, Thomaz Whyllie (1939), *Professor Oliveira Salazar's record*, edições SPN, Lisboa (edição em inglês e francês)

Ferro, António (1927), *Viagem à volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa.

Ferro, António (1933a), *Salazar. O Homem e a sua Obra*. Lisboa. Empresa Nacional de Publicidade.

Ferro, António (1934), *Declarações do Sr. General Carmona ao jornalista António Ferro* (publicadas no «Diário de Notícias» de 28 de Maio de 1934), Edições SPN. Lisboa.

Ferro, António (1934), *Salazar, il Portogallo e il suo capo*, Sindacato italiano arti grafiche (Collana: Sprazzi dell'idea fascista sul mondo), Roma.

Ferro, António (1934), *Salazar, le Portugal et son chef, Précédé d'une note sur l'Idée de Dictature de Paul Valéry*, Bernard Grasset, Paris.

Ferro, António (1935), *Salazar, Portugal y su Jefe*, Biblioteca Ercilla, Santiago del Chile.

Ferro, Antonio (1939), *Salazar: Portugal and her leader*; translated by H. de Barros Gomes and John Gibbons; with a preface by Sir Austen Chamberlain; and a foreword by Oliveira Salazar, Faber, London.

Figueiredo, António de (1975), *Portugal: cinquenta anos de Ditadura*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.

- Fischer-Galati, Stephen (1987), «Regimes autoritários da Europa Oriental: estudo comparado», in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao fim da autarquia. 1926-1959*, volume I, Fragmentos, Lisboa, pp. 87-98.
- Fisher, Conan (2011), *History of Europe. Europe between Democracy and Dictatorship, 1900 – 1945*, Wiley-Blackwell, London.
- Flunser Pimentel, Irene e Cláudia Ninhos (2013), *Salazar, Portugal e o Holocausto*, Temas e Debates e Circulo de Leitores, Lisboa.
- François Monnet (1993), *Refaire la République. André Tardieu, une dérive réactionnaire (1876-1945)*, Fayard, Paris
- Freire Antunes, José (1978), *A desgraça da República na ponta das baionetas. As forças Armadas e o 28 de Maio*, Bertrand, Lisboa.
- Freitas, Joana Gaspar de (2003), “Gonzague de Reynold e Oliveira Salazar: 25 anos de correspondência” in *Clio*, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, nova série, n.o 8, pp. 117-193.
- Gauthier, Alexandre (1935), *Oliveira Salazar, o Duce português*, Actions Française (38) , Paris.
- Gentile, Emilio (1989), *Storia del partito fascista. 1919-1922. Movimento e milizia*. Editora Laterza, Bari.
- Gentile, Emilio (1993), *Il culto del littorio. La sacralizzazione della politica nell'Italia fascista.*, Editora Laterza, Rome/Bari.
- Georges Castellan (1989), *A History of the Romanians*, Columbia University Press, New York
- Gilles Martinez (1998), “Joseph Barthélémy et la crise de la démocratie libérale”, in *Vingtième Siècle*, nº 59, pp. 28 – 47.
- Gilles, P. (1938), *Redressement financier au Portugal*, Librairie Geral de Droit et Jurisprudence, Paris.
- Griffin, Roger (1993), *The Nature of Fascism*, Routledge, London.
- Griffin, Roger (1995), editor, *Fascism (Oxford readers)*, Oxford University Press, Oxford.
- Griffin, Roger (1998), *International Fascism: Theories, Causes and the New Consensus*, Arnold Publishers, New York.
- Griffin, Roger (2007), *Modernism and Fascism. The sense of beginning under Mussolini and Hitler*, Palgrave MacMillan, New York.
- Griffin, Roger (2008), *A Fascist Century*, New York, Palgrave MacMillan.
- Griffin, Roger (2014), Foreword, *Il ventennio parafascista? The Past and Future of a*

Neologism in Comparative Fascist Studies in in António Costa Pinto e Aristotle Kallis, *Rethinking the Nature of Fascism*, Palgrave Macmillan, Londres, pp. VIII-IX.

Gulick, Charles A. (1948), *Austria. From Habsburg to Hitler. Volume II Fascism's subversion of Democracy*, University of California Press, Berkeley, Los Angeles & London.

Guyomard, George (1927), *La dictature militaire au Portugal*, Les Presses Universitaires de France, Paris.

Hehn, Paul N. (2005), *A Low and dishonest decade, The Great Powers, Eastern Europe and the Economic origins of the World War II, 1930 – 1941*, Continuum, New York & London.

Held, Joseph (1992), editor, *The Columbia History of Eastern Europe in the Twentieth Century*, Columbia University Press, New York.

Hiden, John e Patrick Salmon (1991), *The Baltic Nations and Europe. Estonia, Latvia and Lithuania in the Twentieth Century*, Longman, London & New York.

Hoijer, Olof (1937), “Dérrière la façade de la dictature portugaise” in *Sciences Politiques* (França), n. 3, Agosto 1937, pp. 194 - 210.

Hoijer, Olof (1938), ressenção a “Principes et Institutions de l’Etat Nouveau Portugais. Editions SPN, 1935”, in *Sciences Politiques* (França), Junho, pp. 306 - 307.

Horthy, Nicholas (2000 [1957]), *Memoirs*, Simon Publications, Florida.

Hurault, Emmanuel (1998), “La perception en France de l’Estado Novo de Salazar”, in *Lattitudes*, nº 4.

Ioanid, Radu (1990), *The Sword of the Archangel. Fascist Ideology in Romania*, Columbia University Press, New York.

Iordachi, Constantin (2004), “Charisma, Religion and Ideology. Romania’s Interwar Legion of the Archangel Michael, in John R. Lampe e Mark Mazower, *Ideologies and National Identities. The case of Twentieth Century Southeastern Europe*, Central European University Press, Budapest.

Iordachi, Constantin (2010a), edição, *Comparative Fascist Studies. New perspectives*, Routledge, London.

Iordachi, Constantin (2010b), Introduction: Fascism in Interwar East Central and Southeastern Europe: Towards a New Transnational Research Agenda, in *East Central Europe*, 37, pp. 161-213.

Iordachi, Constantin (2010c), Fascism in East Central and Southeastern Europe: Mainstream Fascismo or “Mutant” phenomenon?, in *East Central Europe*, 37, pp. 1-3.

Ivens Ferraz, Artur (1988 [1930]), *A Ascensão de Salazar: Memórias de Ivens Ferraz*, prefácio e notas de César Oliveira, O Jornal, Lisboa.

Jean-Ives le Naour, Catherine Valenti (2005), *La famille doit voter, Le suffrage familial contre le vote individual*, Hachette Littératures, Paris,

Jelinek, Yeshayahu (1980), "Clergy and Fascism: The Hlinka Party in Slovakia and the Croatian Ustasha Movement" in Stein Ugelvik Larsen, Bernt Hagtvet e Jan Petter Myklebust (1980), *Who where the fascists*, Bergen, Universitetsforlaget, pp. 367 – 379.

Jenkins, Brian (2005), *France in the Era of Fascism. Essays on the French Authoritarian Right*, Berghahn Books, New York, Oxford.

Joerges, Christian e Navraj Singh Ghaleigh (2003), *Darker Legacies of Law in Europe. Shadow of National Socialist and Fascism over Europe and its Legal Traditions*, Hart Publishing, Oxford.

Johs, Ejnar (1941), *Salazar, Reformer i Portugal*, Poulsen e André Jensen, Copenhagen.

Kallis, Aristotle (2000), *Fascist Ideology: Territory and expansionismo in Italy and Germany, 1922 – 1945*, Routhlege, London.

Kallis, Aristotle (2003), editor, *The Fascism Reader*, Rutledge, London.

Kallis, Aristotle (2014), "The 'Fascist Effect': on the dynamics of Political Hybridization in Inter-War Europe", in António Costa Pinto e Aristotle Kallis, *Rethinking the Nature of Fascism*, Palgrave Macmillan, Londres.

Kelly, David (1995), *The Czech Fascist Movement, 1922 – 1942*, Columbia University Press, New York.

Kiossev, Alexander (1995), "The debate about the problematic Bulgarian: a view on the pluralism of the national ideologies in Bulgaria in the interwar period", in Ivo Banac e Katherine Verdery (1995), *National Character and National Ideology in Interwar Eastern Europe*, Yale Russian and East European Publications, Ohio.

Kirby, David (1995), *The Baltic World, 1772 – 1993. Europe's Northern Periphery in the Age of Change*, Longman, London.

Kitchen, Martin (1980), *The Coming of Austrian Fascism*, McGill-Queen's University Press, Montreal.

Kofas, Jon V (1983), *Authoritarianism in Greece: The Metaxas Regime*, Columbia University Press, New York.

Koliopoulos, John e Thanos M. Veremis (2010), *Modern Greece. A history since 1921*, Wiley-Blackwell, West Sussex.

Kostadinova, Tatiana (1995), *Bulgaria 1879 – 1946: The Challenge of Choice*, Columbia University Press, New York.

Kuin, Simon (1993), O Braço longo de Mussolini: os 'Comitati d'Azione per L'universalità di Roma' em Portugal (1933 – 1937) in *Penélope*, n. 11: 7-20.

Lampe, John R. e Mark Mazower (2004), *Ideologies and National Identities. The case of Twentieth Century Southeastern Europe*, Central European University Press, Budapest.

Laquer, Walter (1976), *Fascism: a Reader's Guide. Analyses, Interpretations, Bibliography*, University of California Press, Berkeley and Los Angeles

Laquer, Walter (1976), *Fascism: a Reader's Guide. Analyses, Interpretations, Bibliography*, University of California Press, Berkeley and Los Angeles.

Lass, Andrew (1995), "What are we like?' National Character and the Aesthetics of Distinction in Interwar Czechoslovakia", in Ivo Banac e Katherine Verdery (1995), *National Character and National Ideology in Interwar Eastern Europe*, Yale Russian and East European Publications, Ohio.

Le Bon (1902), *Psychologie de l'éducation*, Flammarion, Paris.

Lee, Stephen J. (1987), *Europe Dictatorships, 1918 – 1945*, Routledge, London & New York.

Lewandowski, Maurice (1934), *Le Portugal d'Aujourd'hui – M Oliveira Salazar (Maître de l'Heure au Portugal). Une expérience de redressement*, publicações SPN. Oliveira Lima Pamphlet Collection (Oliveira Lima Library) , Paris.

Linz, Juan (1976), "Some notes towards a comparative study of fascism in sociological historical perspective", in Walter Laquer, *Fascism: a Reader's Guide. Analyses, Interpretations, Bibliography*, University of California Press, Berkeley and Los Angeles

Linz, Juan (2007), "Fascism and non-democratic regimes", In Hans Maier e Michael Schäfer, *Totalitarianism and Political Religions, vol. III: Concepts for the comparison of dictatorships: theory and history of interpretation*, Routledge, London, pp. 225 – 292.

Loewenstein, Karl (1935a), 'Autocracy versus democracy in contemporary Europe I', *The American Political Science Review*, vol. XXIV, pp. 571 – 593.

Loewenstein, Karl (1935b), Autocracy versus Democracy in contemporary Europe II in *The American Political Science Review*, vol. XXIX, n.5, pp. 755 – 784.

Loewenstein, Karl (1937a), "Militant Democracy and Fundamental Rights I", in *The American Political Science Review*, Junho 1937, pp. 417-432.

- Loewenstein, Karl (1937b), "Militant Democracy and Fundamental Rights I", in *The American Political Science Review*, Agosto 1937, pp. 638-657.
- Loff, Manuel (1996), *Salazarismo e Franquismo na época de Hitler (1936-1942)*, Campo das Letras, Porto.
- Loff, Manuel (2008), "*O nosso século é fascista!*" *O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*, Campo das Letras, Porto.
- Lopes, Artur Ribeiro (1938), *Politics: A Portuguese Statesmen*, Methuen & Co, Londres.
- Lopes, Artur Ribeiro (1939), *Un Homme d'État dans l'Histoire d'un peuple*, Instituto Cultural Português, Bruxelas.
- Lorman, Thomas (2006), *Counter-Revolutionary Hungary, 1920 – 1925. István Bethlen and the Politics of Consolidation*, Columbia University Press, New York.
- Louçã António (2005b), *Hitler e Salazar. Comercio em tempos de guerra, 1940-1944*, Terramar, 2ª edição, Lisboa.
- Louçã, António (2005a), *Conspiradores e traficantes. Portugal no trafico de armas e de divisas nos anos do nazismo (1933-1945)*, Oficina do Livro, Cruz Quebrada.
- Louçã, António (2005c), organização, *Portugal visto pelos nazis. Documentos 1933-1945*, Fim de Século, s.l.
- Lourenço, Eduardo (1982), "Fascismo e cultura no antigo regime", in *Análise Social* nº 72-73-74, Volume XVIII, Lisboa, pp. 1431-1436.
- Lucena, Manuel de (1976a), *A evolução do sistema corporativo português. I – O Salazarismo*, Perspectivas e Realidades, Lisboa.
- Lucena, Manuel de (1976b), *A evolução do sistema corporativo português. II - O Marcelismo*, Perspectivas e Realidades, Lisboa.
- Lucena, Manuel de (1984), "Interpretações do salazarismo: notas de leitura crítica I", in *Análise Social* nº 83, Volume XX, Lisboa, pp. 423-451.
- Lucena, Manuel de (1994), "Notas para uma teoria dos regimes fascistas", in *Análise Social*, nº. 125-126, volume XXIX, Lisboa, pp. 9-32.
- Ludwig, Emil (1934), *Nine etched from life*, New York, R. M. McBride & company. Edição britânica (London, I. Nicholson and Watson), com o título *Leaders of Europe*.
- Machray, Robert (1936) *The Poland of Pilsudski*, George Allen & Unwin Ltd, London
- Madureira ,Arnaldo (2000), *A Formação Histórica do Salazarismo (1928-1932). O quadro político em que se estruturou o salazarismo*, Livros Horizonte, Lisboa.
- Madureira, Arnaldo (1997), *Antecedentes imediatos do Salazarismo*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.

- Maeterlink, Maurice (1937), "Preface" in António Oliveira Salazar, *Une Revolution dans la Paix*, Flammarion, Paris.
- Mann, Michael (2004), *Fascists*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Mann, Michael (2011), *Fascistas*, Edições 70, Lisboa.
- Manoilescu, Mihael (1934), *Le Siècle du Corporatisme. Doctrine du Corporatisme Intégral et Pur*, Librairie Félix Alcan, Paris.
- Manoilescu, Mihail (1936), *Portugalia lui Salazar*, Biblioteca Lumara Tipografia "Moderna", Bucarest.
- Manoilescu, Mihail (1938 [1937]), *El Partido Único*, Editorial «Heraldo de Aragón», Zaragoza.
- Marini, Angelo (1938), *Oliveira Salazar, dal seminário alla Ditadura*, Sc. Tipográfica Vesc. Casa Buoni Fancinili, Verona.
- Martin du Gard, Maurice, *Lettres Portugaises*, Editions Flammarion, Paris.
- Martins, Hermínio (1969), "Portugal", in Stuart Woolf, *European Fascisms*, New York, s.e., pp. 302-336;
- Matos, Helena (2003), *Salazar - volume I a construção de um mito*, Temas e Debates, Mem Martins.
- Matos, Helena (2004) *Salazar - volume II a propaganda*, Temas e Debates, Mem Martins.
- Matos, Mário e Orlando Grossegeesse (2011), *Zonas de Contacto. Estado Novo / III Reich*, TDP Edições, Perafita.
- Mattoso, José (1993-1995), direcção, *História de Portugal*, 8 volumes, Estampa, Lisboa.
- Mayer, Anton (1939), *Portugal und sein weg zum autoritaren staat*, Wilhelm Goldmann Cop, Leipzig.
- Medina, João (1892), "O Congresso Fascista em Montreux (1934)", in AAVV, *O Fascismo em Portugal*, A Regra do Jogo, , Lisboa pp. 187-194.
- Medina, João (1977), *Salazar em França*, Atica, Lisboa.
- Medina, João (1978), *Salazar e os Fascistas. Salazarismo e Nacional-sindicalismo, a história de um conflito 1932-1935*, Livraria Bertrand, Lisboa.
- Medina, João (1979), "Sidonismo e salazarismo", in *História* nº 3, pp. 2-13.
- Medina, João (1996), "Salazar e Franco, dois ditadores, duas ditaduras", in *História* nº 20 (nova série), pp. 4-15.

Medina, João (1998), 'Salazar na Alemanha: acerca da edição de uma antologia salazarista na Alemanha hitleriana' in *Análise Social*, 147-163.

Mesquita, António Pedro (2007), *Salazar na história política do seu tempo*, Caminho Lisboa.

Messner, Johannes (2004), *Dollfuss, an Austrian Patriot*, Norfolk, Virginia.

Micheles Dean, Vera, John C de Wilde, Bailey W. Diffie, Charles A. Thompson, Mildred S. Werheimer (1937), *New governments in Europe: the trend toward dictatorship*, Thomas Nelson and Sons, New York.

Mihelics, Vid (1938), *Az új Portugália (Portugal Novo)*, Budapest. s.e.

Mondria, Ramón (tradutor) (1937), *Oliveira Salazar definido por si mesmo*, Editorial Nascimento, Santiago do Chile.

Mónico, Reto (2010-2011), "Olhares suiços sobre o Portugal de Salazar. As guerras (1936-1945)", in *Arquipélago História*, 2ª série, XIV-XV, pp. 143 – 1764.

Monteiro, Armindo (1930), "Prefácio" in Leopoldo Nunes *O Ditador das Finanças*, Ottosgráfica, Lisboa.

Morais, João e Luís Violante (1985), *Contribuições para uma cronologia dos factos económicos e sociais, Portugal 1926-1985*, Livros Horizonte, Lisboa.

Namorado, Maria e Alexandre Sousa Pinheiro (1998a), *Legislação Eleitoral Portuguesa. Textos Históricos (1820 – 1974)*, Tomo I, Comissão Nacional de Eleições, Lisboa.

Namorado, Maria e Alexandre Sousa Pinheiro (1998b), *Legislação Eleitoral Portuguesa. Textos Históricos (1820 – 1974)*, Tomo II, Comissão Nacional de Eleições, Lisboa.

Nicolas Rousselier (1989), "André Tardieu et la crise do constitutionnalisme libéral (1933-1934)", in *Vingtième Siècle*, volume 21, pp. 57-70.

Nogler, Luca (2003), "Corporatist doctrine and the 'New European Order'" in Christian Joerges and Navraj Singh Ghaleigh, *Darker Legacies of Law in Europe. The Shadow of National Socialism and Fascism over Europe and its Legal Traditions*, Hart Publishing, Oxford and Portland, Oregon, pp. 275 – 304.

Nogueira, Franco (1977), *Salazar, A mocidade e os princípios (1889-1928)*, Ed. Civilização, Coimbra.

Nunes, Leopoldo (1930), *O Ditador das Finanças*, Ottosgráfica, Lisboa.

O'Connor, Kevin (1991), *The History of the Baltic States*, Greenwood Press, London

O'Donnel, Thomas J. (1936), *Salazar and the New State*, Studies, Dublin.

- Oliveira Marques, A. H (1974), *A primeira legislatura do Estado Novo – 1935/1938*, Lisboa, Edições Europa-América.
- Oliveira Marques, A. H. (1986), *Historia de Portugal, Das revoluções liberais aos nossos dias, Palas Editores, Lisboa, 3ª edição.*
- Oliveira, César de (1985), *Portugal e a II Republica de Espanha, Perspectivas e Realidades*, Lisboa.
- Oliveira, César de (1987), *Salazar e a Guerra Civil de Espanha* Lisboa, O Jornal.
- Oliveira, César de (1991), *Salazar e o seu tempo*, Lisboa, O Jornal.
- Oliveira, Mauricio de (1973), *Diário de um Jornalista. 1926-1930*, Edição póstuma do autor, Lisboa.
- Olmos, Mária (2007), *Hungary in the Age of the Two World Wars, 1914 – 1945*, Columbia University Press, New York.
- Ordinaire, Maurice (1934), *La révision de la Constitution*, Payot, Paris (reimpressão da brochura *Le vice constitutionnel et la révision*, Nouvelle Librairie française, Paris, 1932).
- Osório, Paulo (1932), “Le project d’une nouvelle constitution au Portugal”, in *Les Cahiers de L’Union Europeene*, Setembro 1932.
- Ottlik, Gyorgy (1941), “introdução” in António Oliveira Salazar, *Békés Forradalom*, Az Athenaeum Kiadása, Budapest.
- Pacheco, Carneiro (1940), *Portugal Renovado (discursos)*, Bertrand, Lisboa.
- Pais de Sousa, Jorge (2011), *O Fascismo de Cátedra de Salazar*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Papahagi, Marian (1995), “The ‘National Essence’ in Interwar Romanian Literary Life”, in Ivo Banac e Katherine Verdery (1995), *National Character and National Ideology in Interwar Eastern Europe*, Yale Russian and East European Publications, Ohio.
- Patriarca, Fátima (2006), “«Diário» de Leal Marques sobre a formação do primeiro governo de Salazar”, in *Análise Social*, vol. XLI (178), pp. 169-222.
- Pavlowitch, Stevan K. (1971), *Yugoslavia*, Ernest Benn Limited, London.
- Paxton, Robert (2004), *The Anatomy of Fascism*, London, Penguin Books.
- Payne, Stanley (1987), «A taxonomia comparativa do autoritarismo», in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao fim da autarcia. 1926-1959*, volume I, Lisboa, Fragmentos, pp. 23-30.

- Payne, Stanley (1994), "Autoritarismo Português et Autoritarismes Européens", in *Revista História das Ideias* nº16, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras, 1994, pp. 7-18.
- Payne, Stanley (1995), *A History of Fascism, 1914-1945*, The University of Wisconsin Press, Madison.
- Payne, Stanley (1999), *Fascism in Spain, 1923 – 1977*, The University of Wisconsin Press, , Madison.
- Payne, Stanley G. (2011), *Civil War in Europe, 1905 – 1949*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Pequito Rebelo, José (1949), *o meu testemunho*, Lisboa, edição do autor.
- Pereira dos Santos, F. (1935), *Un Etat corporative*, Librairie du Recueil, Sirey
- Petrakis, Marina (2006), *The Metaxas Myth. Dictatorship and Propaganda in Greece*, Tauris Academic Studies, London & New York.
- Pimentel, Irene (1995), "A presença do fascismo italiano em Portugal", in *História*, nº 4, pp. 14-25.
- Pinto Janeiro, Helena (1999), "Salazar et les trois France (1940-1944)" in *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*. N°62, pp. 39-50.
- Piteira Santos, Fernando (1982), "O Fascismo em Portugal, conceito e prática, in AAVV, *O Fascismo em Portugal, A Regra do Jogo*, Lisboa, pp. 8-18.
- Polonsky, Antony (1972), *Politics in independent Poland, 1921 – 1939. The crisis of constitutional government*, the Clarendon Press, Oxford.
- Prélot, Marcel, Joseph Barthélemy; B Mirkine-Guetzévitch (1936), *L'empire fasciste : les origines, les tendances et les institutions de la dictature et du corporatisme italiens*, Librairie du Recueil Sirey, Paris.
- Preto, Rolão (1922 [1982]), *A Revolução*, citado in Braga da Cruz, Manuel 'O integralismo Lusitano nas origens do Salazarismo'. *Análise Social* nº 70: 153.
- Rákóczi, István (1999), "Relações diplomáticas entre Portugal e a Hungria no período de entre-guerras", in *Revista de História das Ideias*, vol. 20, pp.
- Ramos de Almeida, Pedro (1999), *Salazar: Biografia da ditadura*, Edições Avante, Lisboa.
- Ramos do Ó, Jorge (1999), *Os Anos de Ferro. O Dispositivo cultural durante a "Política do Espírito". 1933-1949*, Editorial Estampa, Lisboa.
- Ramos, Rui (2009), *História de Portugal*, Esfera dos Livros, Lisboa.
- Rebelo, José (1998), *Formas de legitimação do Poder no salazarismo*, Livros e Leituras, Lisboa.

- Reis Santos, José (2005), “Eleições Legislativas no Estado Novo,” in *História* nº 78, pp. 36-41.
- Reis Santos, José (2011), *Salazar e as Eleições. As eleições de 1 de Novembro de 1942*, Assembleia da República, Lisboa.
- Reis Torgal, Luís (1993), “Salazarismo, fascismo e Europa”, in *Vértice* nº. 52, Lisboa, pp. 41-52.
- Reis Torgal, Luís (2008), “O fascismo nunca existiu. Reflexões sobre a representação de Salazar”, in Luís Reis Torgal e Heloisa Paulo, *Estados autoritários e totalitários e suas representações*, Coimbra.
- Reis Torgal, Luis (2009a), “Salazar and the Portuguese New State – Images and interpretations”, in *Annual of Social History*, XVI, 2, Belgrado: 2009, pp. 9-18.
- Reis Torgal, Luís (2009b), *Estado Novos, Estado Novo. Ensaios de História Política e Cultural*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Reis Torgal, Luís e Heloisa Paulo (2008), *Estados autoritários e totalitários e suas representações*, Coimbra.
- Reis, António (1989 – 1993), direcção, *Portugal Contemporâneo*, 6 volumes, Alfa, Lisboa.
- Reynolds, Gonzague (1936), *Portugal*, Éditions Spes.
- Ribeiro Meneses, Filipe (2010), *Salazar*. Lisboa. Dom Quixote.
- Robles, Gil (1938), “Prefácio” in António Oliveria Salazar *El Pensamiento de la Revolución Nacional*, Buenos Aires, Editorial Poblet.
- Roman, Eric (2003), *Austria-Hungary & the successor States. A reference guide from the Renaissance to the Present*, Facts on File, Inc. New York.
- Romsics, Ignác (1999), *Hungary in the Twentieth Century*. Corvina – Osiris, Budapest.
- Rosas, Fernando (1985) *As primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo. 16 de Dezembro de 1934*, Lisboa, Edições O Jornal.
- Rosas, Fernando (1989a), «Os anos da guerra e a primeira crise do regime», in António Reis, Direcção, *Portugal Contemporâneo*, Alfa, Lisboa, pp. 33-74.
- Rosas, Fernando (1989b), “A crise do Liberalismo e as origens do «autoritarismo moderno» e do Estado Novo em Portugal”, in *Penélope* nº 2, Lisboa, pp. 97-114.
- Rosas, Fernando (1989c), “Cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo”, in *Vértice* nº 13 (II Série), Lisboa, pp. 21-29.
- Rosas, Fernando (1989d), “Salazar e o salazarismo: um caso de longevidade política”, in AAVV, *Salazar e o Salazarismo*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, pp. 13-58.

Rosas, Fernando (1994), *O Estado Novo (1926-1974)*, volume VII da História de Portugal da direcção de José Mattoso, Estampa, Lisboa.

Rosas, Fernando (1995a), *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*, Estampa, Lisboa.

Rosas, Fernando (1995b), “Estado Novo, Império e Ideologia imperial”, in *Revista História das Ideias* nº 17, Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras, Coimbra, pp. 13-33.

Rosas, Fernando (1996), *O Estado Novo nos anos trinta. Elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo (1928-1938)*, Lisboa, Editorial Estampa, 2ª edição.

Rosas, Fernando (2003), “Prefácio”, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*. Parceria A. M. Pereira, Lisboa.

Rosas, Fernando (2004), *Portugal século XX (1890-1976). Pensamento e acção política*, Notícias Editorial, Lisboa.

Rosas, Fernando (2013), *Salazar e o Poder. A Arte de saber durar*, Tinta de China, Lisboa.

Rosas, Fernando e José Brandão de Brito (1996), edição, *Dicionário de História do Estado Novo*, volume I e volume II, Circulo de Leitores, Lisboa.

Rothschild, Joseph (1966), *Pilsudski's Coup d'Etat*, Columbia University Press, New York & London.

Rothschild, Joseph (1993 [1974]), “East Central Europe between the two World Wars”, In Piotr Wandycz, editor, *The Lands of Partitioned Poland, 1795 – 1918*, University of Washington Press, Seattle and London.

Sá, Normand de (1944), *Salazar perante o Mundo*, s.e., Lisboa.

Salazar, António Oliveira (1913 [1997]), “Gerações perdidas” (publicado n’*O Imparcial*, 13.2.1913, com o pseudonimo ‘Alves da Silva’] in António Oliveira Salazar, *Inéditos e Dispersos I, Escritos Politico-Sociais e Doutrinários (1908-1928)*, Lisboa, Bertrand, pp. 136-138.

Salazar, António Oliveira (1928 [1935]), “Condições da reforma financeira” (27 Abril 1928) in António Oliveira Salazar, *Discursos, 1928-1934*, Coimbra Editora, Coimbra, pp. 1-6.

Salazar, António Oliveira (1929 [1935]), “Política de Verdade. Política de Sacrificio. Política Nacional” (21 Outubro 1929) in António Oliveira Salazar, *Discursos, 1928-1934*, Coimbra Editora, Coimbra, pp. 157-182.

Salazar, António Oliveira (1930a [1935]), “*Ditadura Administrativa e Revolução Política*” (28 Maio 1930) in António Oliveira Salazar, *Discursos, 1928-1934*, Coimbra Editora, Coimbra, pp. 43-66.

Salazar, António Oliveira (1932a [1935]), “O Exército e a Revolução Nacional” (28 Maio 1932), in António Oliveira Salazar, *Discursos, 1928-1934*, Coimbra Editora, Coimbra, pp. 135-150.

Salazar, António Oliveira (1932b [1935]), “As diferentes forças políticas em face da Revolução Nacional” (23 Novembro 1932) in António Oliveira Salazar, *Discursos, 1928-1934*, Coimbra Editora, Coimbra, pp. 157-182.

Salazar, António Oliveira (1933b [1935]), “É esta a revolução porque esperávamos?” (27 Abril 1933) in António Oliveira Salazar, *Discursos, 1928-1934*, Coimbra Editora, Coimbra, pp. 217-226.

Salazar, António Oliveira (1935), *Discursos, 1928-1934*, Coimbra Editora, Coimbra.

Salazar, António Oliveira (1936 [1937]), “As grandes certezas da Revolução Nacional” (28 Maio 1936) in António Oliveira Salazar, *Discursos, 1935-1937*, Coimbra Editora, Coimbra, pp. 125-142.

Salazar, António Oliveira (1937a [2007]). *Como se reerge um Estado (Comment on Relève un État)*, Esfera do Caos, Lisboa.

Salazar, António Oliveira (1937b), *Une Revolution dans la Paix*, Flammarion, Paris.

Salazar, António Oliveira (1938), *Rewolucja Pakojowa*, Wydawnictwo «Verbum», Warsaw.

Salazar, António Oliveira (1938), *Salazar, Munis Anim Tachó Vaur*, Oficinas Gráficas da Sociedade Editorial ABC, Lisboa.

Salazar, António Oliveira (1938), *Una revolucion pacifica*, Ediciones Ercilla, , Santiago del Chile prefácio de Maurice Maeterlink.

Salazar, António Oliveira (1941), *Békés Forradalom*, Az Athenaeum Kiadása, Budapest.

Salazar, António Oliveira [1930b [1935]), “Princípios Fundamentais da Revolução Política” (30 Julho 1930) in António Oliveira Salazar, *Discursos, 1928-1934*, Coimbra Editora, Coimbra, pp. 67-96.

Salazar, António Oliveira, (1919 [1997]), “A minha resposta (no processo de sindicância à Universidade de Coimbra)” in António Oliveira Salazar, *Inéditos e dispersos I, Escritos Político-Sociais e Doutrinários (1908 – 1928)*, Lisboa, Bertrand, pp.235-250.

Salazar, António Oliviera (194-), *Olivera Salazar kimdir? Korporatizm nedir?* Tasvir Neşriyatı, Istanbul.

- Schäfer, Ansgar (2011), “As relações culturais Luso-Alemãs nas vésperas da II Guerra Mundial” in Mário Matos e Orlando Grossegeesse, *Zonas de Contacto. Estado Novo / III Reich*, TDP Edições, Perafita.
- Schmitt, Carl (2000 [1925]), *The Crisis of Parliamentary Democracy*, The MIT Press, Massachusetts.
- Schmitter, Philippe (1974), “Still the Century of Corporatism”, in *The Review of Politics*, vol. 36, n.1, pp. 85-131.
- Schreiber, Émile (1938), *Le Portugal de Salazar*, Les Éditions Denoel, Paris.
- Seabra, J., Amaro, A.R., Avelãs Nunes, J.P. (2000), *O CADC de Coimbra, a democracia-cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934)*, FLUC, Coimbra.
- Sforza, Count Carlo (1931), *European dictatorship*, Brentano's, New York.
- Sforza, Count Carlo (1936), *Europe and Europeans: a study in historical psychology and international politics*, The Bobbs-Merrill Company, Indianapolis.
- Sieburg, Friedrich (1937), *Neues Portugal, Bildnis eines alten Landes*, Societäts-Verlag, Frankfurt a. M.
- Sieburg, Friedrich (1938 [1937]), *Le Nouveau Portugal. Portrait d'un vieux pays* (trad. Pierre Klosowski), Les Éditions de France, Paris.
- Singleton, Fred (1976), *Twentieth century Yugoslavia*, Columbia University Press, New York.
- Spengler, Oswald (1918 [1991]), *Der Untergang des Abendlandes*, Oxford University Press, New York.
- Spengler, Oswald (1923 [1932]), *Perspectives of World History*, Alfred A. Knopf, New York.
- Stachura, Peter D. (2004), *Poland, 1918-1945. An Interpretative and Documentary History of the Second Republic*, Routledge, London.
- Steiner, Zara (2007), *The Lights that Failed. European International History, 1919 – 1933*, Oxford University Press, Oxford.
- Steiner, Zara (2011), *The Triumph of the Dark. European International History, 1933 – 1939*, Oxford University Press, Oxford.
- Sternhell, Zeev (1995), coordenação, *Nascimento da Ideologia fascista*, Bertrand Editora, Venda-Nova.
- Sternhell, Zeev, Mario Sznajder e Maia Asheri (1995), *The Birth of Fascist Ideology. From Cultural Rebellion to Political Revolution*, Princeton, Princeton University Press.
- Tardieu, André (1933), “Où en sommes-nous”, *La Revue hebdomadaire*.
- Tardieu, André (1934), *L'heure de la décision*, Flammarion, Paris.

- Tardieu, André (1934), *La Réforme de l'État*, Flammarion, Paris.
- Teleki, Pal (1941), "Prefácio" in António Oliveira Salazar, *Békés Forradalom*, Az Athenaeum Kiadása, Budapest.
- Telo, António José (1991), *Portugal na segunda guerra (1941-1945)*, volume I e II, Veja, Lisboa.
- Telo, António José (2000), *A neutralidade portuguesa e o ouro nazi*, Quetzal Editores, Lisboa.
- Thibault Tellier (2003), "Paul Reynaud et la réforme de l'État en 1933-1934", in *Vingtième Siècle*, nº 78, pp. 59-73.
- Tomka, Miklós (2004), "The other side of totalitarianism: the state of the debate in Hungary", in Hans Maier e Michael Schäfer, *Totalitarianism and Political Religions, vol. I: concepts for the comparison of dictatorships*, Routledge, London, pp. 79-85.
- Trencsényi, Balázs (2012), *The Politics of "National Character". A study in interwar East European Thought*, Routledge, London & New York.
- Treptow, Kent W. (1996), *A History of Romania*, The center for Romania Studies, Iasi
- Ugelvik Larsen, Stein, Bernt Hagtvet e Jan Petter Myklebust (1980), *Who where the fascists*, Bergen, Universitetsforlaget.
- Valéry, Paul (1934), "Note sur l'Idée de Dictature", In António Ferro, *Salazar, le Portugal et son chef, Précédé d'une note sur l'Idée de Dictature de Paul Valéry*, Paris, Bernard Grasset.
- Várdy, Steven B. (1998), "The impact of Trianon upon the Hungarian Mind: Irredentism and Hungary's path to War" in Nándor Dreisziger, editor, *Hungary in the Age of Total War*, Columbia University Press, New York, pp. 27 – 48.
- Velez, Pedro (2016), *Das Constituições dos Regimes Nacionalistas do Entre-Guerras*, ICS, Lisboa.
- Veredy, Katherine (1995), "National Ideology and National Character in Interwar Romania", in Ivo Banac e Katherine Verdery (1995), *National Character and National Ideology in Interwar Eastern Europe*, Yale Russian and East European Publications, Ohio.
- Villaverde Cabral, Manuel (1976), "Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal: ensaio de interpretação a pretexto de alguns livros recentes", in *Análise Social* nº 48, Volume XII, Lisboa, pp. 873-915.
- Villaverde Cabral, Manuel (1982), "O Fascismo português em perspectiva comparada", in AAVV, *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, pp. 19-30.
- Voegelin, Eric (1999, [1936]), *The Authoritarian State. An essay on the problema of the Austrian state*, University of Missouri Press, Columbia & London.

Wandycz, Piotr, editor, (1993 [1974]), *The Lands of Partitioned Poland, 1795 – 1918*, University of Washington Press, Seattle and London.

Wangler, Alexandra (2012), *Rethinking History, Reframing Identity. Memory, Generations and the Dynamics of National Identity in Poland*, Springer, Bremen.

Watson, Peter (2002), *Historia intelectual del Siglo XX* (tradução de David León Gómez, título original *A History of the People and the Ideas that Shaped the Modern Mind*), Critica, Barcelona.

Weonberg, Gerhard L. (1975), editor, *Transformation of a Continent. Europe in the Twentieth Century*, Burgess Publishing Company, Minneapolis.

Werk, Vandeyngaerden Zijn fr.(1940), *Salazar: Een groot modern staatsman*, Charles Peeters, Zontheeuw.

Woolf, Stuart (1968), *European Fascisms*, New York, s.e.

Wynot, Edward (1974), *Polish politics in transition: The camp of national unity and the struggle for power, 1935-1939*, University of Georgia Press, Athens.

Zapp, Manfred (1937), *Portugal als autoritärer Staat*, Deutscher Verlag für Politik und Wirtschaft, Berlin.

Ziedonis Jr., Arvids, Willian L. Winter e Mardi Valgamae (1974), editores, *Baltic History*, Ohio State University, Ohio.

Zoli, Corrado (1934), prefácio a *Salazar, Il Portogallo e Il suo Cippo*, coleção *Sprazzi dell'idea fascista sul mondo*, Roma.

ANEXOS

Anexo 1

Publicações e aquisição de livros pelo SPN entre 1934 e 1939

IANTT / Arquivo SNI. NT 4320 e NT 2672

Publicações

Em 1934

Em francês

1 programa (800 cópias), 4 panfletos (36.000 cópias), 1 mapa (5.000 cópias)

Em 1935

Em francês – 10 programas (9.275 cópias), 1 catálogo (2.000 cópias), 4 panfletos (22.000 cópias), 10 boletins (35.500 cópias)

Em inglês – 1 panfleto (6.000 cópias)

Em alemão – 1 panfleto (6.000 cópias)

Em italiano – 1 panfleto (3.000 cópias)

Em 1936

Em francês – 4 panfletos (17.000 cópias), 1 livro (6.000 cópias), 8 boletins (40.000 cópias)

Em inglês – 2 panfletos (16.000 cópias)

Em 1937

Em francês – 10 panfletos (82.500 cópias), 2 postais (120.000 cópias), 2 catálogos (5.000 cópias), 5 magazines (20.000 cópias), 11 boletins (63.000 cópias)

Em inglês – 2 panfletos (14.000 cópias)

Em espanhol – 2 panfletos (16.000 cópias)

Em 1938

Em francês – 3 programas (800 cópias), 2 álbuns (5.000 cópias), 1 panfleto (5.000 cópias), 2 postais (72.000 cópias), 9 boletins (42.400)

Em inglês – 12 boletins (41.050 cópias)

Em espanhol – 1 panfleto (2.500 cópias)

Em 1939

Em francês – 2 posters (4.000 cópias), 2 panfletos (20.000 cópias), 2 álbuns (3.000 cópias), 1 programa (5.000 cópias), 4 placards (5.000 cópias), 9 boletins cópias)

Em inglês – 2 posters (5.000 cópias), 14 panfletos (85.000 cópias), 2 álbuns (3.000 cópias), 1 programa (5.000 cópias), 2 placards (2.000 cópias), 9 boletins (29.400 cópias), 1 catálogo (2.000 cópias), 1 mapa (5.000 cópias), 2 postais (68.800 cópias), 1 livro (5.000 cópias)

Em espanhol – 3 panfletos (30.000 cópias), 2 posters (4.000 cópias), 8 boletins (20.000 cópias)

Em alemão – 1 panfleto (10.000 cópias), 2 posters (2.000 cópias), 2 placards (2.000 cópias)

Em italiano - 1 poster (1.000 cópias), 1 placard (1.000 cópias)

Publicações adquiridas

Em 1934

Em francês – 1 livro (2.000 cópias)

Em Italiano – 1 livro (300 cópias)

Em 1935

Em francês – 1 magazine (2.200 cópias), 1 panfleto (200 cópias), 7 livros (4.450 cópias)

Em Inglês – 1 magazine (1.500 cópias), 49 jornais (9.700 cópias)

Em espanhol – 2 livros (700 cópias)

Em italiano – 2 livros (800 cópias)

Em 1936

Em francês – 6 livros (4.475 cópias), 1 panfleto (150 cópias), 2 'outros' (360 cópias)

Em inglês – 1 livro (150 cópias), 2 panfletos (780 cópias), 12 jornais (2.600 cópias)

Em chinês – 1 livro (50 cópias)

Em 1937

Em francês – 5 livros (1.380 cópias), 1 ‘outros’ (300 cópias)

Em inglês – 1 livro (350 cópias), 1 ‘outro’ (75 cópias), 10 jornais (2.500 cópias)

Em 1938

Em francês – 11 livros (3.529 cópias), 1 ‘outra publicação oficial’ (393 cópias), 3 panfletos (18.570)

Em inglês – 2 livros (250 cópias), 1 panfleto (70 cópias), 18 jornais (4.500 cópias)

Em espanhol – 2 livros (112 cópias), 1 panfleto (200 cópias)

Em alemão – 4 livros (502 cópias)

Em italiano – 1 livro (12 cópias)

Em Concani (Índia) – 1 livro (100 cópias)

Em 1939

Em francês, 6 livros (825 cópias), 6 panfletos (340 cópias), 3 ‘outras publicações oficiais’ (750 cópias)

Em inglês – 2 livros (1.1000 cópias), 8 panfletos (250 cópias), 214 Newspapers (3.215 cópias)

Em espanhol – 1 livro (15 cópias), 1 panfleto (10 cópias)

Em alemão – 2 livros (45 cópias), 3 panfletos (110 cópias)

Em polaco – 1 livro (250 cópias)

Livros publicados

Em Francês

1939

Décalogue de L'État Nouveau Portugais (2 editions, 5.000 + 5.000 cópias, panfleto)

Constitution Politique de la Republique Portugaise et Acte Colonial (2 edições, 20.000 + 3.000 cópias, panfleto),

Au Portugal il y a un Homme, M. Oliveira Salazar (por Maurice Lewandoswski, 2 edições, 5.000 + 1.500 cópias, panfleto),

Fêtes de Lisbonne (visita dos intelectuais franceses) (100 cópias, programa),

Portugal n'est pas un petit pays (2 edições, 5.000 + 30.120 cópias, mapa),
Principes et Institutions de L'État Nouveau Portugais (10.000 cópias, panfleto),
La Renaissance Financière et Économique du Portugal (Panfleto, sem número de cópias),
Le Relèvement Économique du Portugal (Livro, sem número de cópias),
Aperçu general du Corporatisme Portugais (panfleto, sem número de cópias),
L'Oevre du Professor Salazar (livro, sem número de cópias),
Statut du Travail National de la Republique Portugaise (2 editions, panfleto, 6.000 + 5.000 cópias),
Profil de Salazar (livro, 3.000 cópias),
La Pensée de Salazar (livro, 7.500 cópias).
1937 Paris World Exposition

Em Inglês

1938

What Portugal owes to Dr. Salazar (panfleto, 6.000 cópias),
Commandments of the Portuguese (Decalogo do Estado Novo) (panfleto, sem número de cópias),
Prof. Salazar's record (panfleto, sem número de cópias),
The Intellectual relations between Portugal and Great Britain ((panfleto, sem número de cópias),
Political Constitution of the Portuguese Republic (panfleto, 10.000 cópias).

1939

Portugal the New State in Theory and Practice (panfleto, 10.500 cópias),
The New Corporative State of Portugal (panfleto, 2.500 cópias),
Professor Oliveira Salazar's record (panfleto, 5.000 cópias),
Salazar Says (livro, 10.000 cópias),
Portugal is not a small Country (postal, 40.000 cópias) – NY World Exposition

Alemanha

1938

Der Neue Staat und Seine Taten (panfleto, 6.000 cópias)

1939

Portugal und Deutschland (livro, 10.000 cópias)

Espanha

1938

*Decálogo del Estado Nuevo Portuguê*s (panfleto, sem número de cópias),

Constitution Politica de la Republica Portuguesa (panfleto, sem número de cópias)

1939

El Estado Nuevo Portugues (panfleto, 10.000 cópias),

Boletin de Informaciones Politicas, Económicas y Culturales (bulletin, 2.000 cópias),

El Sistema Corporativo Portugues (panfleto, 10.000 cópias),

Portugal ante la Guerra Civil de España (panfleto, sem número de cópias)

Itália

1938

Decalogo dello Stato Nuovo Portugese (panfleto, sem número de cópias)

Livros adquiridos

Em francês

Le Portugal

Comptes Publiques de l'année financière de 1934-1935

Comptes Publiques de l'année financière de 1936

Comptes Publiques de l'année financière de 1938

Une revolution dans la Paix

Le Portugal et son activité économique

La justice de "Frente Popular"

Em inglês

Salazar – Portugal and her Leader

Doctrines and action

Em alemão

Salazar – Portugal

Portugal in Varzanzenheit nud Legenvart

Em espanhol

El 5 de Octubre de 1937 en Santiago de Chile

El General Primo de Rivera

Un Estado Corporativo de Constitución social y política portuguesa

Historia de la Compañía de Jesús

Em italiano

Portogallo e Comunismo

Origine e caratteri dello Stato Nuovo Portoghese

Anexo 2

Boletim do SPN, datado de 18 Fevereiro 1935 sobre imprensa estrangeira

Imprensa espanhola

Todos os jornais de Espanha se referem largamente e com palavras de simpatia ao falecido embaixador Melo Barreto. Muitos deles publicaram fotografias, pelas quais se vê a importância do funeral.

Diário de Barcelona, interessante artigo sobre ressurgimento económico de Portugal, palavras de admiração pelo dr. Salazar.

La Union (Sevilha), extenso artigo de José Osés Hidalgo, “Portugal contra a Maçonaria”

Ahora (Madrid), crónica telefónica de Lisboa de J. De Sousa Fonseca, sobre projetos transcendentais que o governo apresentou à Assembleia Nacional

Madrid Ilustrado, dedica uma página à próxima eleição presidencial. Portugal vive já em plena legalidade constitucional. Portugal como uma ditadura pessoal e arbitrária.

El Liberal (Madrid), “As eleições presidenciais e as precauções militares”, continua este jornal a sua campanha metódica e sistemática de mentiras sobre a actual situação política portuguesa, procurando criar na opinião publica espanhola um ambiente de desconfiança, desorientação e antipatia contra nós.

«o candidato oficial e único será o general Carmona. Segundo as declarações do Presidente do Conselho, com a eleição do Chefe do Estado ultima-se o regresso à normalidade constitucional. As ditaduras, entre muitas coisas, tem a facilidade de fazer perder as palavras o seu significado. Só assim se compreende que em Portugal haja quem possa falar sem vergonha de normalidade jurídica e de Estado legal.

Os directórios dos partidos políticos redigiram há dias uma nota a propósito das eleições, em que faziam constar, com a maior correcção, que achavam impossível ir às urnas, sem que lhes fosse garantido o direito de reunião de propaganda. A nota foi imediatamente cortada pela censura e na sede da Aliança Republicana colocou-se um agente da autoridade que comunicou à Direcção que não voltasse a enviar notas à imprensa sob pena de detenção. Os centros republicanos continuam encerrados e diariamente se efectuam prisões de republicanos. No Porto e Lisboa os regimentos

estão sob prevenção rigorosa “perante o rumor que o Governo fez espalhar de uma sublevação republicana.

Acrescenta depois que o governo compra apoios e influencias. Assim, “para defender a candidatura do general Carmona, o diário *O Século* recebeu a titulo de empréstimo e pago pela Caixa Geral de Depósitos, organismo bancário oficial, a quantia de 14 milhões de escudos.

Imprensa Italiana

Toda a imprensa de Itália se refere à apresentação de credenciais do novo ministro português junto do Vaticano, reproduzindo no todo e em parte as suas credenciais.

Referem-se com simpatia à pessoa do dr. Alberto de Oliveira.

L’Osservatore Romano

Publica foto de apresentação de credenciais

Il Lavoro Fascista (Roma)

Fotografia da abertura da Assembleia Nacional, dizendo que «o novo regime unitário e corporativo” é a conclusão lógica de 9 anos de governo forte.

Il Messaggero (Roma)

Correspondência de Lisboa, de Armando Notari, sobre a abertura da Assembleia nacional, especial realce à Câmara Corporativa.

La Corrispondenza (Roma), *Gazzetta di Venezia*, *La Provincia di Bolzano*, *Il Popolo d’Italia*, *La Gazzetta del Mezzogiorno* (Bari), *L’Unione Sarda*, *Corriere Istriano* (Pula), *l’Unione* (Tunis)

Longa correspondências de Roma referindo-se à proposta de José Cabral contra Associações secretas

Imprensa Brasileira

A Nação (Rio), ressurgimento económico

Correio da Manhã (Rio), correspondência de Lisboa do jornalista Armando de Aguiar, sobre as eleições para a Assembleia Nacional «mais uma vez a ditadura presidida pela veneranda figura do General Carmona e que tem como principal orientador o Sr. Dr. Oliveira Salazar, acaba de cumprir o que tem prometido.

Imprensa Inglesa

New York Herald

Ditadura paternal sobre Portugal e a personalidade de Salazar. Depois de salientar os benefícios que a ditadura nacional trouxe ao país, restabelecendo a ordem e restaurando as finanças públicas, de tal modo que “Portugal causa hoje inveja a nações maiores”, refere-se ao ressurgimento do nosso espírito colonial e apresenta o nosso país como sendo actualmente um “modelo de povos”

Fala depois de Salazar, um ditador que sem violências nem terrorismos “é hoje a figura mais querida e mais popular de Portugal”, terminando “de todos os povos modernos, nenhum como Portugal se tem aproximado tanto daquele governo ideal descrito por Platão na sua *República* há mais de 2 mil anos”.

Daily Mail

Dia 3, “Hitler e Portugal”, em correspondência em Berlim diz «Hitler exprimiu a sua particular simpatia por Portugal numa entrevista com Armando Boaventura, que apareceu num jornal de Lisboa. Transcreve a seguir parte desta entrevista vinda a lume no *Diário de Notícias* e onde Hitler declara que as relações entre Portugal e a Alemanha devem ser realmente amistosas, porque a actual situação política portuguesa é sob muitos aspectos inspirada nos mesmos princípios e ideias políticas que orientam o Nacional-Socialismo.

Imprensa Francesa

Courrier de la Plata (Buenos Aires)

Em correspondência de Paris, refere-se à série de artigos sobre Portugal publicado por Maurice Bourdet no *Petit Parisien*, e transcreve entrevista com Salazar

Feuille d’Avis de Vevey

Abertura da Assembleia Nacional

Le Journal des Debats

Viagem aérea Lisboa-Rio de Bleck e Costa Macedo

La Croix

Projecto de José Cabral contra Associações Secretas

Libre Belgique (Bruxelas)

Projecto de José Cabral contra Associações Secretas

Revue Mondiale

Sobre Casa de Portugal em Paris, tida como modelar

Miroir du Monde

Artigo de Gabrielle Réval “Portugal, terra de glória e de Amor”

Dimanche Illustré

Artigo fr Raymond Robert, “Henrique o Navegador”

Petit Marseillais

Correspondência de Lisboa sobre abertura da Assembleia Nacional, assinada por Robert de Beauplan.

Anexo 3

Personalidades com quem o Secretariado de Propaganda Nacional desenvolveu relações privilegiadas entre 1932 e 1951, enviando-lhes directamente informação produzida pelos serviços do SPN

Na Alemanha – Friedrich Sieburg, Manfred Zapp, Anton Mayer, Dr. Hans Thiele, Dr. Fritz Schalk, Prof. Ivo Dane, Dr. Wilhem Klein, dr. Ernst Jacob, Prof. Robert Claus

Na Argentina – Lamberto Lattanzi, Jorge Tristan Bosch

Nos Estados Unidos da América – Elisabeth Colman, John F. Cronin, F.E. Hegemeyer, Rev. Lawrence Forristal, Prof. Edouard Roditi

Na Bélgica – Pierre Goemaere, Julian Verplaetes, Maurice Maeterlink

No Brasil – Manuel Lubambo, Raul Romano, Arnóbio Tenório Wanderley, Renato de Toledo Lopes, Pascoal Carlos Magno, Manuel Bandeira, Tirtão de Atíde, Austregesilo de Ataíde, Dr. Brício de Abreu, dr. Osvaldo Chateaubriand, Dr. Assis Chateaubriand, Prof. Aloísio de Castro, Dr. Cândido de Campos, Dr. Pedro Calmon, Álvaro Lins. Dr. Raimundo Barbosa Lima, Alceu Amaroso Lima, Enb. Araujo Jorge, Dr. Agripino Grieco, Dr. Gilberto Freire, Emb. Neves de Fontoura, Dr. Peregrino Júnior, Afrânio Peixoto, Dr. Percival da Silveira, Prof. J. Sá Nunes, Dr. Herbert Moses, Cecília Meireles, Olegário Mariano, Dr. Raimundo Guimarães, Frederico Scgmidt, José Lins do Rego, Osvaldo Orico, Erico Veríssimo

No Canadá – Prof. Richard Pattes, Rev. Thomas Mignault

Na Checoslováquia – François Bous

No Chile – Dário Oval Castillo, Gabriela Mistral

Em Espanha – Jesus Pabón, Joaquim E. Thomas, Prof. Diego Sevilla Andrés, D. José Francés, Wenceslau Fernandez Flores, Prof. Joaquin de Entreambasaguas, Francismo de Cossio, Conde de Montefuerte, Marquis of Quintanar, Salvador Lissarague, Prof.

Menendez Pidal, Prof. Juan Beneyto Perez, D. Juan Luca de Tena, Victor de la Serna, Juan Sampelayo

Em França – Paul Valéry, Pierre Benoit, Abel Bonnard, François de Mauriac, Claude Farrère, Georges Duhamel, Jacques de Lacretelle, Charles Maurras, Leon Daudet, Jérôme Tharaud, Henri Massis, Alphonse Soffre, Odette Samson, Jacques Bainville, Alain de Saint Mélior, Pierre Daye, Maurice Lewandowski, Paul Lavagnem Léon Poncins, Emile Schreiber, Christian de Caters, P. Gilles, Charles Chesnelong, Paul Deschamps, Charles Oulmont, Raymond Warnier, Frederuc Lefèvre, Robert Kemp, Prof. Georges le Gentil, Comte Michel Frochot, Prof. L. Bourdon, Raymond Bernard, Rev. de Bivort de la Sandée, Jules Romains, Marcel Pagnol,, prof. J. Goulven, Suzanne Chantal, Andrès Maurois, T. Gadala

Na Holanda – E. Brongersma, Prof. F.J. de Waele, John Voetlink

Na Grécia – Dr. Constantin Stefanopoulos

No Reino Unido – Prof. Edgar Prestage, F. C. C. Egerton, prof. Entwisle, S. George West, Michael Derrick, A. Lallamand, J. Steenhiste, prof. C. Atkinson, Eugéne Bagger, John Balfour, J. W. Barker, Lord Beaverbrook, Lord Camrose, T. S. Eliot, Prof. Allinson Peers, Lord Rothermere, G. W. Shaw

Na Irlanda – J. O'Donnell, S.J, J. L. O'Neill

Em Itália – Aldo Bizarri, Slavatore Bonfiglio, Felice Lemonnier, Baldi Papini, Angelo Marini, Lop Negrelli, Dante Severin, prof. Guiseppe Rossi, Giovanni Papini, Prof. Leo Magnino, Amitore Fanfani, Nello Enriquez, Silvio d'Amico

No Japão – Prof. Kotaro Tanaka

Na Jugoslávia – Gaes János

Na Roménia – Mihail Manoilescu, Mircea Eliade

Na Suécia – Prof. Gustav Bolinder

Na Suíça – Gonzague de Reynold, Philippe Mottu, Madame Marcelle Galopin

Anexo 4

Recortes espanhóis de uma visita a Portugal

Ainda aquando da presença destes intelectuais em terras lusas, os serviços do Estado português irão dedicar especial dedicação ao que se publicaria sobre esta visita no estrangeiro. De Espanha prontamente chegaram diversos relatórios de análise qualitativa da imprensa local⁵⁵³, reportando Madrid que, por exemplo, «mais um artigo de primoroso recorte literário de Wenceslau Fernandez Flores» onde «não deixa este ilustre homem de letras espanhol, espírito crítico, talvez o mais notável de Espanha, de demonstrar por uma maneira tão especial a sua simpatia pelo nosso país». Wenceslau Fernandez Flores denunciando que o «SPN reclama nos meus artigos a ausência de descrições ou de simples exclamações perante os monumentos que nos mostrara, com tanta minicidade», descreveria que o «grupo de intelectuais europeus convidados a esta excursão pelo governo português (...) esteve mais tempo na Universidade de Coimbra, no magnifico mosteiro de Alcobaça, na Batalha que nas rochas dominadoras do bravo Atlântico, e da praia da Nazaré». Sobre o grupo selecto diria figurarem «escritores ungidos de fama universal, que em alguns será duradoura, e outros que têm um apreciável tanto por cento de actualidade ou de moda». Em concreto, «estava o nosso Unamuno com o seu traje escuro e chaleco eclesiástico, e Maeterlink, o maravilhoso captador de todos os mais delicados matizes dos mistérios, o poeta do sobrenatural. Maeterlink, todo ele uma sinfonia de cinzas (...). Estava Duhamel com toda a sua redonda cabeça careca. E Jules Romains (...) e Jacques Maritain, apagado, e amável»⁵⁵⁴.

Ramiro de Maetzu, tomando como pano de fundo o torneio medieval nos Jerónimos, reportaria no *El Pueblo Vasco* de Bilbao reflexões que teria tido sobre o islão (bolchevista) e criolos com Gabriela Mistral, «que é das nossas nesta excursão [e] me recordava há uns dias que a América tinha 30 milhões de índios puros». Em prosa afinada com o tom conservador, anti-liberal e anti-comunista do regime, e questionando que fazer «com o Povo?», Meatzu responderia perentoriamente: «ao povo, o regime liberal lhe parte um raio. E esta é a razão profunda de que os povos da Europa actualmente ponham os olhos no passado. Do que se trata é da

⁵⁵³ Citamos o exemplo espanhol por a este termos tido acesso via Arquivo do MNE.

⁵⁵⁴ Circular da Legação de Madrid para MNE datada de 4 de Julho de 1935. Cf. Arquivo MNE.

necessidade da Europa se escapar do Islão Bolchevique. E tal não é possível sem ser pelo corporativismo e por um regresso ao passado». Neste sentido, continuava, «tem toda a razão o governo português quando proclama num folheto de propaganda que a tradição não é mais que a soma dos progressos realizados e quando diz que o progresso não é mais que a acumulação de novas tradições». «Os tempos em que se cria no progresso indefinido», ou sejam os dominados pelo positivismo, «passaram para sempre», defendendo que agora se encontra na tradição cristã «o modelo eterno de todo o progresso», e por isso «não avançamos, nem podemos avançar senão colocando os olhos no passado, e perguntarmos onde íamos quando verdadeiramente avançávamos»⁵⁵⁵.

Interessante é ainda apreciar algumas das críticas que esta viagem suscitou nas páginas da imprensa espanhola, detectadas logo no artigo do «grande amigo do nosso país, o sr, Marquês de Quintanar» que assinalaria no *La Época* que se «verbera mais uma vez a deselegante atitude assumida contra a situação portuguesa pelo sr. Miguel de Unamuno»⁵⁵⁶. Sobre estes textos, a diplomacia portuguesa na capital espanhola dirá, já depois de ter apreciado o primeiro artigo do Salamanquino no *Ahora* (“Nueva volta a Portugal”, que veremos de seguida), que o mesmo será apenas o primeiro «que a sua crítica dedicará com facciosismo a analisar a situação portuguesa. Sei que se tornou reparado, censurado e comentado desfavoravelmente a atitude que este pensador espanhol tomou para connosco depois de ter disfrutado do agasalho que lhe proporcionamos. Julgo, pelo que me informam, não ter passado despercebido ao mestre de Salamanca quanta indignação provocou a sua descabida e deselegante atitude e que algumas pressões se realizaram para que cessasse com observações tão descabidas e desprimorosas»⁵⁵⁷. E parece-nos, a julgar pela diferença de tom entre o primeiro e o terceiro dos seus artigos, que Unamuno irá acatar parte destas críticas, pois transformará a sua prosa de eminente crítica social (do seu primeiro texto) num insipiente, e bucólico, artigo paisagístico final. Vejamos este incidente.

⁵⁵⁵ Ramiro de Maetzu, escrevendo ainda de Lisboa (9 Junho 1935), Circular Legação Madrid para MNE datada de 15 de Junho de 1935. Cf. Arquivo MNE.

⁵⁵⁶ Circular Legação Madrid para MNE datada de 8 de Junho de 1935. Cf. Arquivo MNE.

⁵⁵⁷ Circular Legação de Madrid para MNE datada de 4 de Julho de 1935. Cf. Arquivo MNE.

No citado texto (“Nueva Volta a Portugal”), Unamuno referiria ter regressado «há poucos dias a Portugal» onde fizera «parte de uma caravana de escritores de língua francesa, castelhana e alemã», convidados pelo SPN para «a ocasião das festas da cidade de Lisboa» numa assumida missão de «Propaganda turística» para apreciar «os encantos e ternuras acolhedoras da terra portuguesa» (sublinhado no original) e «o regime debaixo do qual vive hoje Portugal». Depois de agradecer «aos que derem acolho» e ao «sincero nobre povo português», o espanhol recordara a sua última visita a Portugal⁵⁵⁸, quando «conheci e tratei algo com Sidónio Pais, militar e catedrático, de cálculo diferencial e integral, logo ditador assassinado». Depois referiria ainda o pós guerra português e suas consequências, sintetizando: «e depois de isso se deu o que uns chamam de revolução e outros de renovação, veio a dar numa ditadura. O que ali lhes chamam os iniciados ao Estado Novo. Que vem a ser uma espécie de fascismo de cátedra. Assim como houve, e ainda há hoje, um socialismo de cátedra, que do fascismo se diferencia muito pouco» (sublinhado no original). Neste sentido, «nada melhor que chamar de fascismo de cátedra – pedagógico e doutrinário – ao que informa o actual regime político português», diria ainda, porque «a ditadura do núcleo que representa Salazar é uma ditadura académico-castrense, o se quiserem, bélico-escolástico. Ditadura de generais – ou coronéis – e de catedráticos com umas gotas eclesiásticas. Não muita, apesar de o Cardeal Patriarca Cerejeira ter sido companheiro de casa de Salazar e, como este, também catedrático. Eclesiástico catedrático, o mesmo que outros militares catedráticos» (sublinhado no original).

As “deselegâncias” cometidas por Unamuno não ficariam por aqui, pois após descrever sucintamente o recorrido da caravana⁵⁵⁹, tido como verdadeiras

⁵⁵⁸ «A última vez que estive em Portugal foi em 1914, quando estalou a Guerra, e entrou nela Portugal aliado de França e da Inglaterra. Porquê? Ou melhor, para quê? Para assegurar a sua independência e as colónias? Ameaçadas? Não sei, mas os que se recordam da campanha que na altura fiz acusando a monarquia espanhola de procurar aspirar a formação de um vice-império Ibérico, como o pressuposto de uma vitória alemã, compreendem os receios de semelhança ameaça» (Unamuno, *Ahora*, Junho 1935).

⁵⁵⁹ «No nosso recorrido fomos esplendidamente agasalhados, e nos mostraram as maiores belezas monumentais e naturais de Portugal, e exemplos da vida popular, ou melhor, do folclore, bailes e danças do país. Queriam-nos mostrar o contentamento em que dizem viver o povo português. Mas eu tratava de penetrar mais além do velo daquelas festas. Ordenaram os festejos para festejar a ordem. Assistimos no claustro dos Jerónimos a um torneio medieval, grátis com destino exclusivo para os trabalhadores inscritos nos sindicatos nacionais. Obedece a isto a FNAT. Assim como algo que

«procissões que me recordavam as que os jesuítas organizavam no Paraguai colonial para divertir – no original sentido do verbo – os guaranies», e versar sobre a sua recusa em se associar à romaria em torno das visitas a Salazar⁵⁶⁰, Unamuno questionaria sobre «que educação nacional pode dar uma ditadura académico-castrense?», uma «árdua questão» em sua opinião, que «não se apresenta nem em Itália, nem na Alemanha, nem na Rússia, pois Mussolini, Hitler e Estaline de tudo têm menos de catedráticos» (sublinhado no original). Por fim, categoricamente questionava: «como pode espaçar-se a alma popular – popular, não nacional – portuguesa fora das suas necessidades elementares? E o chamado nacionalismo? O nacionalismo doutrinário, académico-castrense, de cátedra? Ou seja: que ideal histórico – histórico, não arqueológico – poderia surgir no chamado Estado Novo?»⁵⁶¹.

No seu segundo artigo no *Ahora* (“Nueva Volta a Portugal II”), Unamuno trataria de apresentar a sua visão (crítica) sobre o Povo e a sociedade portuguesa, e como o mesmo se submetera, delicadamente, à ditadura. Em sua opinião, «um povo submete-se a sacrifícios e renuncia perante a autoridade – ou melhor, o Poder, que é outra coisa – a certas liberdades para forjar uma história que é uma lenda (sublinhado no original). E assim, «segue Portugal sonhando e engendrando mitos. Um é Sidónio Pais. Outro... » Salazar, acrescentaríamos à pena do espanhol, enquanto o «Povo aprumado de baixo de cuidados elementares, não tem espaço nem tempo para se questionem com inquietações essenciais», reconhecendo

aqui chamam de Missões Pedagógicas, ainda que com mais boatos, não tão fixe e tão verdadeiramente popular».

⁵⁶⁰ Justificando as suas razões para não ter pretendido seguir a romaria de muitos dos seus colegas na procura de encontro com o Presidente do Conselho, Unamuno diria: «A maior parte dos meus companheiros de expedição», disse, «pediram para serem recebidos por Salazar, para o saudar e ouvir. Eu não. Também por ser catedrático e não pretender nem examiná-lo nem que ele me examinasse. Ademais, sabia pelos seus escritos o que me havia de dizer. Conhecida a sua doutrina, a sua actividade propriamente política, os seus ensaios nesses sentido pouco me interessavam. Estava invés chateado pelos travões que ali se punham à livre emissão de pensamento livre, como havia de me brotar a queixa, não queria ouvir explicações a esse respeito, e menos que alguém me dissesse, como alguém me disse, que não se pode governar como para homens de excepção. E se a mim me reputava homem de excepção, eu reputo homem de excepção a um ditador – mesmo sendo tão pouco como Salazar - e queria evitar um encontro entre expecionalidades. E logo o que o ditador catedrático havia de me dizer já me disseram outros catedráticos seus colaboradores. Não queria, nem devia, ademais, perturbar com as minhas manifestações o sentimento de sossego, de uma ordem, de uma paz para a qual o meu povo não desejou, como lhes disse num banquete a que assistiram os Ministros da Instrução Pública e dos Negócios Estrangeiros» (sublinhado no original).

⁵⁶¹ Circular Legação de Madrid para MNE datada de 4 de Julho de 1935. Cf Arquivo MNE.

todavia que «as nossas liberdades civis seriam para eles um puro luxo supérfluo» (sublinhado no original). Sobre o Povo lusitano diria ainda: «Que sabem eles do pomposo Estado Novo? Que importa que mostrem um mapa da Europa marcando a vermelho sobre este as extensões de Angola e Moçambique e com a legenda “Portugal não é um país pequeno?”». Em «Viana do Castelo, Aveiro, Lisboa, Braga, vimos coros populares de canto e baile, com trajes típicos comensais ricamente coloridos, coros cometidos a nos mostrar a decretada alegria no trabalho, o contento em repartir a pobreza, mas nada mais me falou melhor que o não preparado concurso dos humildes pescadores da Nazaré. De onde alguém nos abordou a pedir-nos uma “esmolinha”, e como lhe demos, nos disse em castelhano “muchas gracias”» (sublinhado no original). Opiniões, como vemos, em desacordo com o certamente pretendido por Ferro, e em certa medida corrigidas no seu último texto, Nueva Volta a Portugal III, que acabaria por ser uma crónica essencialmente descritiva, de limitado alcance crítico e circunscrevida à narração da «reconstrução arqueológica de um toureiro português do século XV (...)», ao desfile de «toda aquela tropa teatral pelas ruas de Lisboa, para recreio do Povo», e a um par de apreciações sobre D. Sebastião, Filipe II, e outro conjunto de personalidades históricas, sobre as relações culturais entre dois países, e pouco mais. Nova vitória da diplomacia portuguesa, questionamos.

Mantendo-nos no tema desta importante visita de intelectuais a Portugal, julgamos de interesse referir ainda o artigo no «jornal esquerdista *El Liberal*» que, «como de costume» demonstrando a sua «sempre tendenciosa e desafeto ao nosso país», e aproveitando a estada em Madrid de Ferro (para promover a publicação da versão espanhola do seu livro sobre Salazar), publicaria um texto sobre a forma como o «Governo português se tinha indignado com os intelectuais espanhóis, que não exaltaram bastante as virtudes do ditador»⁵⁶². O artigo, assinado simplesmente por C., depois de reconhecer que «os artigos publicados em alguns diários madrilenos sobre a situação política portuguesa foram objecto de apaixonados comentários» e de que «o SPN, cujos gastos substanciais constituem um sarcasmo à miséria do povo, convidou vários jornalistas franceses e espanhóis a visitar

⁵⁶² “De Portugal. Las consecuencias de un viaje a Portugal”, Circular Legação de Madrid para MNE datada de 13 de Agosto de 1935. Cf. Arquivo MNE.

Portugal», recordava que «os escritores de esquerda recusaram este convite, com a excepção de Don Miguel Unamuno» (sublinhado no original). «O SPN», continuava, «que acompanhou os visitantes em excursões pelo país, insinuou a estes a conveniência de escrever umas quantas crónicas exaltando a figura de Oliveira Salazar, exaltando as vantagens do regime vaticanista. Don Miguel Unamuno, nas suas impressões num diário madrileno não foi para a ditadura nada agradável, o que era de supor de um escritor que foi alvo de atenções do SPN». Mas não ficariam «por aqui as amarguras do SPN, acrescentaria C., nem as lamentações pelo triste resultado dos gastos feitos com os visitantes espanhóis. Os escritores de direita que se apressaram a visitar Portugal dispostos a considerar Oliveira Salazar como uma edição ampliada do senhor Gil Robles, tiveram de reconhecer a impopularidade do odioso ditador» (sublinhado no original). «Com um sentido de dignidade», acrescentava C. «os aludidos escritores disseram coisas sublimes das belezas naturais de Portugal, chegando inclusivamente ao extremo de afirmar que o senhor Oliveira Salazar era um estadista original, mas em obediência da verdade, disseram todos que a ditadura não tinha ambiente e que o povo a aguentava como uma doença de longa duração. Os funcionários encarregados da propaganda chamaram-se ao engano. Acostumados à venalidade dos intelectuais franceses, que em troca de um verão e de umas quantas festas oficiais afirmam que Salazar é um prodígio e que pode ser considerado um “enviado do céu”, os secretários do ditador entraram em cólera»⁵⁶³. Um embaraço que «o SPN pode ademais compensar (...) repartindo mais alguns milhões de escudos entre os escritores franceses em demanda de amos generosos, que não se preocupem em mal gastar o dinheiro dos contribuintes».

⁵⁶³ «Para cúmulo», terminaria C., «o SPN quis em Madrid o homenagear (Ferro) com um banquete para assim dissimular o fracasso do seu intento de popularizar o ditador luso em Espanha. Os escritores que aceitaram o seu convite para irem a Portugal não tiveram outro remédio que aderir à homenagem. Apesar destas combinações, e por falta de comensais, o banquete teve de se adiar indefinitivamente». Este final «teve a virtude de desencadear uma campanha da imprensa adita a Salazar contra os intelectuais espanhóis que estiveram em Portugal», prosseguida «com uma falta de educação que se confunde com a mais asquerosa grossaria, a imprensa vaticanista, vitupera os referidos escritores, qualificando com frases duras a atitude dos visitantes, que se aproveitaram do convite para fazer esplêndido passeio para depois criticarem os seus anfitriões». Claro está «que a opinião sensata assiste com indignação a esta campanha, tão distante da tradicional hospitalidade lusitana», mas «de todas as maneiras o certo é que os intelectuais espanhóis souberam ser dignos e objectivos, marcando bem a independência do seu critério», embaraço que, sugere C., bem podia ser facilmente compensado pelo contingente francófono. Circular Legação de Madrid para MNE datada de 13 de Agosto de 1935. Cf. Arquivo MNE.

Anexo 5

O debate Constitucional francês de 1934 (Governo Doumergue). Alguns apontamentos

Os meados dos anos 30 em França, como em muitos países europeus, foram marcados pelo despoletar de um forte debate sobre o papel do Estado, e seu sistema político e administrativo, concentrando-se esta discussão durante o consulado de Doumergue, que assumiu como prioritária a reforma das instituições do Estado e sua forma de funcionamento. O projecto de revisão constitucional de Doumergue foi tornado publico em Outubro de 1934, mas abandonado depois da queda do seu ministério, logo a 8 de Novembro desse ano. O seu principal objectivo era colocar fim à permanente instabilidade e ineficácia governamental e ministerial verificada na III República francesa, em especial depois da guerra, e procurar introduzir um conjunto de reformas políticas que permitissem resolver de forma mais eficaz as visíveis consequências sociais e financeiras da crise de 1929.

Em concreto, os eventos de 6 de Fevereiro de 1934 haviam criado as «condições psicológicas para uma reforma quente do Parlamento» (Monnet, 1993)⁵⁶⁴. Para alguns a «hora da decisão havia chegado» (Andre Tideau, 1934). Doumergue, que havia estado sempre na linha da frente no que respeitasse à necessidade de rever os preceitos constitucionais franceses, e que semanas antes de ser nomeado Presidente do Conselho havia prefaciado a obra de Maurice Ordinaire *La révision de la Constitution* (Ordinaire, 1934), declarara, aquando da sua tomada de posse, que «as Constituições não são fetiches e devem evoluir com o tempo» (Doumergue, *La Revue* 1934, 07.02.1934)⁵⁶⁵. Coroando tais afirmações, convidaria para o seu governo reconhecidos reformistas, como Pierre Laval, Louis Marin, e

⁵⁶⁴ A 6 de Fevereiro de 1934 uma manifestação anti-parlamentar organizada em Paris por diversos movimentos e agrupamentos de extrema-direita (entre eles a *Croix du Feu* e *Action Francaise*) levou a confrontos violentos com a política, provocando 15 mortos e mais de 2000 feridos. A 7 realiza-se uma contra-manifestação organizada pelo PCF, que também provocou mortos, e a 12 a primeira manifestação unitária de esquerda. Este conjunto de manifestações, em último caso, levariam à queda do governo Deladier.

⁵⁶⁵ Entrevista com Pierre Lafué.

especialmente André Tardieu⁵⁶⁶ e Paul Raynaud⁵⁶⁷ (Charles, 2005). No entanto, ao tomar posse, Doumergue refrearia os seus desejos revisionistas, dedicando-se antes à resolução dos assuntos urgentes, nomeadamente a «aprovação do orçamento de 1934, apaziguar a situação, fazer justiça, e controlar as ruas» (Doumergue, *Le Temps*, 17.02.1934), despriorizando assim a revisão constitucional⁵⁶⁸.

Tardieu (como Barthélémy, como veremos), «emparedado entre um cesarismo autoritário, que recusa, e uma tradição parlamentar que procura renovar», simbolizaria, através da sua reflexão e acção em favor de uma “Reforma do Estado”, todo o impasse teórico e prático dos projectos constitucionais no início dos anos 30, nomeadamente em Países com (alguma) tradição e cultura democrática: podem remodelar-se as instituições sem se romper com os postulados sobre as quais as mesmas se fundaram? Tardieu entrará no governo Doumergue com o propósito de rever as leis constitucionais, tendo já identificado um conjunto de situações a reformar: retirar à Câmara a capacidade de iniciativa em matéria de despesas orçamentais, autorizar a dissolução do parlamento por iniciativa do Primeiro Ministro (novo cargo a criar), introduzir um referendo que “permita ao povo o contacto com o real”, e consagração do voto feminino (Tardieu, *La Revue hebdomadaire*, 1933). Estas propostas primeiro apresentadas publicamente através

⁵⁶⁶ André Tardieu, diversas vezes Presidente do Conselho nos anos 30 (3 Novembro 1929 a 17 Fevereiro 1930, 2 Março 1930 a 4 Dezembro 1930, 20 Fevereiro 1932 a 10 Maio 1932). Como líder do governo empreendeu um conjunto de políticas keynesianas, de desenvolvimento baseado num conjunto de obras públicas destinadas a fornecer à França um importante conjunto de infraestruturas essenciais (industriais, comunicacionais). Anos mais tarde, por influência do *radicalismo de esquerda* da frente popular, afastar-se-ia desta visão progressista, orientando-se progressivamente para terrenos anto-republicanos, anti-revolução francesa, ligando-se aos círculos da extrema-direita radical. Escreve regularmente na *Gringoire*. Em 1934 publica *L’heure de la decision e La Réforme de l’État*, em 1936 *La Révolution à Refaire. Le Souverain Captif* e em 1937 *La profession parlementaire* (todos editados pela Flammarion), onde afirmará que o regime parlamentar é contrário aos interesses da França. retira-se da vida política activa em 1934, sofrerá um ataque cerebral em 1939, que o deixará totalmente incapacitado até à sua morte, em 1945.

⁵⁶⁷ Paul Raynaud, presidente do Conselho entre 20 de Março e 16 de Junho de 1940 (depois da debacle de Junho de 1940 demite-se, sendo substituído pelo Marechal Petain, que assinaria o armistício com a Alemanha), diversas vezes ministro nos anos 30. Membro do partido moderado de direita, Aliança Democrática.

⁵⁶⁸ Adicionalmente, o Governo assistiria ainda, durante o seu mandato, aos trágicos incidentes de 9 de Outubro, em Marselha, quando seriam assassinados Alexandre I (Rei da Jugoslávia em visita oficial a França) e Louis Barthou (MNE francês).

de uma série de artigos no *L'illustration* (dirigido pelo seu amigo René Baschet)⁵⁶⁹. Um facto que adicionara forte amplitude a esta campanha publicista, realizada, pela primeira vez em França, fora do Parlamento e directamente ligada às massas, apelando ao povo, dentro do contexto do fascismo ou da tradição francesa do 'boulangisme'⁵⁷⁰. Uma vez que o espírito destas propostas não provinha nem da exclusividade representativa dos hemiciclos parlamentares nem da acção de partidos políticos (tradicionais), Tardieu foi colocado próximo das soluções autoritárias da época.

Ainda antes do 6 de Fevereiro de 1934, Tardieu publicara pela Flammarion, *L'heure de la decision* (1 de Fevereiro de 1934), uma coletânea de artigos publicados no *L'illustration*. Esta obra seria rapidamente considerada por Charles Maurras como estando «perfeitamente no ponto» (Charles Maurras, *L'Action Francaise*, 02.02.1934), uma apreciação replicada no *Le Temps*, *Le Figaro* e *La Revue des deux Mondes*, e sintetizadas em carta de Raymond Cartier (jornalista do *L'Echo de Paris*) a Tardieu, exprimido a sua admiração pelo livro em nome dos «homens jovens como eu que tem a satisfação e orgulho de o cumprimentar como Chefe» (carta de 2 de Fevereiro de 1934, AN, 324 AP n.6). O livro seria várias vezes reeditado durante o ano, rapidamente se tornando no livro de referência do revisionismo (francês). As reflexões ali levadas a cabo encapsulavam uma tripla crítica sociológica ao modelo republicano francês em vigência desde 1875 (e tão influente para alguns dos modelos demo-liberais saídos dos acordos de Paz de 1919, como o polaco por exemplo): crítica à oligarquia plutocrata, ao modelo de representação e à organização do Estado (Rousselier, 1989), assim se conectando à vaga de críticas que se espalhavam pela Europa, e que Valéry conceptualizaria como causas da falência do *Espírito* europeu durante a terceira década do século XX.

⁵⁶⁹ Muitas destas propostas foram apresentadas na sala de conferências da Sociedade de Geografia de Paris, a 27 de Janeiro de 1933 e posteriormente em conferências em Laon, Belfort, Ambert (8000 pessoas), Bourg-en-Bresse (5000 pessoas) e Chambéry.

⁵⁷⁰ Leo Blum, por exemplo, identificaria preocupação nesta estratégia, não devido às propostas (muitas também partilhadas pela SFIO, como o referendo popular, o voto para as mulheres ou a revisão dos regimentos parlamentares), mas à forma de comunicar de Tardieu, «que toda a imprensa da reacção faz entrar na cabeça do publico com grandes golpes de publicidade (...) como uma palavra-de-ordem comum para todos os homens desejosos e ávidos, para todas as forças políticas vencidas, para todos os interesses materiais ameaçados» (Leon Blum, "Le néo-Boulangé", *Le Populaire*, 07.02.1933).

Na sua crítica às oligarquias económicas de financeiras, essas «ordens de mendigos», Tardieu repetiria o argumento de que, organizados em partidos ou cliques, estes grupos interessavam-se mais em defender os seus interesses particulares em vez do interesse geral (Rousselier, 1989). Paralelamente criticaria a oligarquia parlamentar, a definida e fixa hierarquia partidária organizada em comités e caciques. Os partidos políticos encontravam-se assim na junção desta «democracia censitária e neo-corporativista», tidos como elementos constitutivos de uma «especialização do mandato», assim «incompatíveis com a defesa dos interesses gerais de uma França única e indivisível» (Tardieu, 1934), palavras facilmente subscritas por qualquer dos críticos da I República portuguesa. Subjacente a esta crítica da *República de Comités*, pouco original *per se*, encontrava-se a proposta de revisão regimental dos trabalhos parlamentares, em particular a capacidade do hemiciclo intervir e decidir em matérias orçamentais, um dos pontos centrais no debate técnico em torno das competências dos parlamentos versus (in)competências dos governos e que levaria, inevitavelmente, pela necessidade de se construírem apoios parlamentares alargados – em virtude da pluralidade partidária na maioria das assembleias – o que potenciava a corrupção, «pilhagem dos bens públicos, deboche de representação» (Tardieu, 1934). Face ao «culto exclusivo do regime representativo», proponha Tardieu que se substituísse o sistema eleitoral vigente por um referendo consultivo, pretendendo explorar «formas de governo directo» (Tardieu, 1934) de forma a restaurar o diálogo entre o Estado e os cidadãos, contornando a necessidade do ecrã parlamentar como intermediário, evitando assim as oligarquias instaladas (Rousselier, 1989). Seria, diria, «um meio de verificar e de assegurar a harmonia da vontade popular e parlamentar. Assim a França profunda encontrará uma forma de se exprimir em face da França da superfície, que é o mundo político de Paris e da província» (Tardieu, 1934). Sobre o voto feminino, diria ser «apenas uma questão de justiça».

Em relevo ainda na proposta de Tardieu encontrava-se a questão da administração pública, matéria de enorme complexidade e de delicado combate ideológico. Preocupava-o a capacidade de sindicalização dentro do aparelho do Estado e a possibilidade de se criar um «Estado dentro do Estado» dominado

ideologicamente por grupos de interesse contrários aos defendidos pela Nação. No entanto, Tardieu não se encontrava contra esta ideia de domínio, se reflexiva dos interesses franceses, pois «uma França assim administrada por sindicatos de funcionários públicos recordará, em diversas dimensões, a França da Idade Média, onde uma resenha de contractos privados substituirá o direito público, onde a delegação se tornara soberania, dependendo se o funcionário se afirmasse proprietário da sua função» (Tardieu, 1934), ou seja, uma visão corporativa idílica, em certa medida bem próxima dos postulados dos integralistas lusos. Mas Tardieu não transportaria estes ideais para a sua proposta, pois não apresentara uma alternativa corporativa à sua mescla-síntese entre «a tradição administrativa napoleónica e a herança liberal», não propondo nem uma segunda Câmara económica de sufrágio social (apresentada por Bernard Lavergne, por exemplo) ou uma organização institucional de profissões, pretendidas por diversos elementos da direita francesa (Rousselier, 1989), neste sentido encontrando-se mais próximo de uma definição de Estado liberal, neutra e estritamente política (nas suas funções ideologicamente ausentes de garantia de autoridade e defesa do bem público), e não de intervenção activa junto da sociedade civil, promovendo a transformação social (Rousselier, 1989).

Parte das críticas a estas propostas partiram da parte de quem, concordando com muitas das medidas avançadas, não as via como requerentes de alterações constitucionais de monta, podendo a maioria serem colocadas em prática através de modificações regimentais com impacto nas fórmulas e procedimentos parlamentares. Outro conjunto de críticas provinha do carácter excessivamente populista e personalista, muito em contrário com a cultura republicana representativa francesa, em especial após o consulado de Napoleão III. As pretensões referendárias seriam amplamente rejeitadas, quer pelos principais partidos da direita, como pela principal imprensa revisionista (*Le Temps*, *Le Figaro*), em especial pelo receio de acumulação de poder pessoal. Também os partidos do centro direita e da direita, em principio os naturais apoiantes de Tardieu, demonstrariam cautela em relação a estas propostas, tendo, por exemplo, o «manifesto da Aliança Democrática» (assinado entre outros por Paul Reynaud e

Pierre-Etienne Flandin, futuro Presidente do Conselho depois da demissão de Doumergue), apesar de concordarem na generalidade com as propostas, acrescentado a necessidade de introduzir o voto familiar (e obrigatório) e a reorganização do Conselho Nacional Económico em linhas corporativas⁵⁷¹. Dentro da linha de reorganização corporativa do Estado, houve ainda quem apresentasse planos que consagassem formas de planismo institucional que conseguisse introduzir uma organização económico capaz de resolver a crise do capitalismo. O “Plano de 9 de Julho”⁵⁷², simbolizava esta tentativa de síntese tecnocrática de abandono do liberalismo económico, substituído por uma economia consciente e cega, que permitisse ao Estado planear e organizar as suas instituições, perfilhando uma visão elitista e antiparlamentar da sociedade e, sem consequência imediata entre crítica económica e crítica institucional, apresentava-se como um lugar de

⁵⁷¹ Este seria também o momento para os defensores do voto familiar «exaltarem», considerando o debate constitucional como uma ocasião única de «acabar com a gangrena do individualismo que corrói a República, estabelecendo finalmente uma real representação dos franceses» (Paul Lefebvre-Dibons, “Pour le vote familial”, *Revue de L’Alliance Nationale*, Março 1934). Neste sentido, Henri David publicará uma carta aberta a Doumergue, dizendo que «é tempo de colocar o machado num sistema eleitoral obsoleto, gerador de corrupção, onde nenhum dos grupos sociais pode viver se não recrutar gerentes e mandatários» (Henri David, “Lettre ouverte à Gaston Doumergue”, *La Voix des Families*, 1 Março 1934). Contando com algum apoio parlamentar, e sob liderança de Georges Pernot, deputados reunidos em torno do grupo de defesa da família, a Aliança Nacional e a Federação nacional das associações familiares redigem um texto destinado a colocar pressão sobre Doumergue, afirmando que «na hora onde os franceses tem o sentimento que as reformas profundas são indispensáveis, para adaptar as nossas instituições políticas às necessidades dos tempos presentes, nós estamos convencidos de que o voto familiar é uma das bases mais sólidas da recuperação necessária (...). Substituindo o edifício social pela sua única base durável, a família, o sufrágio familiar contribuirá certamente para a renovação social, tão ardentemente desejada por todo o bom francês» (“Pétition adressée par les associations affiliées à la Fédération nationale à M. Gaston Doumergue”, *La Plus Grande Famille*, Abril 1934). Mas, mesmo perante organizada pressão, Doumergue entenderia que a necessária reforma do Estado deveria ser antes desenvolvida em duas fases, a primeira a tratar do reforço do poder executivo do governo, e a segunda sobre a reforma eleitoral, estratégia que falhará redondamente nas Câmaras (Senado e Parlamento), levando à revolta na bancada (da direita) radical, que imediatamente abandona o governo, levando à sua demissão a 8 de Novembro. Consequentemente, a esquerda (através de Blum e do *Le Populaire*) reclamarão vitória, enquanto a direita dirá se ter assistido a «um crime contra a Pátria» (Petain, “Honneur aux vaincus”, *La Femme et l’enfants*, 15 Novembro 1934). «A democracia parlamentar decididamente seria incapaz de se reformar, nada de bom dela havia a esperar» (le Naour, 2005). Seria necessário esperar para que o próprio Petain apanhasse os cacos da III República para que, das termas de Vichy, se consagassem os propósitos do voto familiar.

⁵⁷² Elaborado por um grupo de tecnocratas evoluído do “Grupo X-Crise” (circulo de reflexão e de debates sobre assuntos económicos reunidos em 1931 na Escola Politécnica de Paris, ou a X, que procurava através de uma abordagem antiliberal e planificadora, tecnocrata e elitista, superar a crise de 1929), de onde se destacavam Jean Coutrot ou Charles Spinasse (Ministro nos governos da Frente Popular de Leon Blum)

convergência política em torno das ideias (de unanimismo) perfilhadas por Jules Romain (Rousselier, 1989).

Com estas críticas, pelo outono de 34, o projecto Doumergue (e o constitucionalismo de Tardieu) encontrava-se com poucos apoios, e não definido perante a tradição republicana e formas de anti-parlamentarismo. A peça final deste acto será representada pelo radicais (de direita) que, reunidos em congresso em Nantes, aprovariam um texto onde exigiam o estudo de um projecto de referendo, revisão dos métodos de trabalho do parlamento, nomeadamente na sua capacidade de iniciativa em matérias orçamentais, mas excluía quaisquer propostas de presidencialização da Presidência do Conselho (ou proposto cargo de Primeiro-Ministro) ou intervenção nos poderes de dissolução da Assembleia. Em causa, ainda, uma visão parlamentarista do sistema, contra quaisquer derivas personalistas; sendo assim ferozmente defendidos os poderes parlamentares quando em confronto com a possibilidade de os concentrar em figuras (institucionais) individuais. Sob estes pressupostos, e com forte oposição radical e socialista (com Leon Blum a liderar o combate no parlamento e junto da opinião pública contra as intenções do governo), as propostas de Doumergue foram rejeitadas, evento que levaria à queda do seu governo, e futura substituição por Pierre-Etienne Flandin, futuro petanista (que, por razões de pragmatismo tático, rapidamente abandonou quaisquer intenções revisionistas) (Rousselier, 1989).

Esta ocasião perdida por Doumergue, é em parte justificada pelo ambiente de guerra civil escrita, fria e rastejante, as resistências da tradição parlamentar, a oposição natural ao governo Doumergue, por um lado, enquanto por outro cabe ao próprio Doumergue, e aos erros que cometeu, nomeadamente: um erro de calendário (demasiado tarde), de casting governamental (caos no governo de união nacional)⁵⁷³ e de método (oscilação entre práticas bonapartistas e monárquicas de

⁵⁷³ Desde a sua formação que se criticou a composição governamental onde, apesar do seu âmbito alargado (da direita radical à esquerda neo-socialista), e do conjunto de pesos pesados (nada menos que 6 antigos Presidentes do Conselho, e seis ex-ministros do consulado de Poincaré), a pretendida União Nacional nunca funcionaria. No mesmo sentido, tal amplitude ideológica acabaria por coibir o governo de se apresentar determinado em seguir uma linha política bem definida, em especial em torno da centralidade da necessidade de revisão do sistema republicano, além de não conseguir amainar o antagonismo entre os diferentes agrupamentos políticos no governo. Finalmente, foi ainda criticado o eleco de Doumergue por este conter uma velha equipa de parlamentares, homens fora

definição do poder) (Charles, 2005). Desde a sua formação que se criticou a composição governamental onde, apesar do seu âmbito alargado (da direita radical à esquerda neo-socialista), e do conjunto de pesos pesados (nada menos que 6 antigos Presidentes do Conselho, e seis ex-ministros do consulado de Poincaré), a pretendida União Nacional nunca funcionaria. No mesmo sentido, tal amplitude ideológica acabaria por coibir o governo de se apresentar determinado em seguir uma linha política bem definida, em especial em torno da centralidade da necessidade de revisão do sistema republicano, além de não conseguir amainar o antagonismo entre os diferentes agrupamentos políticos no governo. Finalmente, foi ainda criticado o elenco de Doumergue por este conter uma equipa de velhos parlamentares, homens desligados das novas realidades, do novo espírito, ao que não ajudou o facto da relação dos diferentes ministros com Doumergue (e Tardieu) se ter provado complicada desde início (Charles, 2005)⁵⁷⁴. Como consequência desta falta de liderança política, ou ingenuidade, o governo Doumergue será apontado como um dos responsáveis pela acentuação do clima de crispação e polarização política que marcará os anos finais da III República, agora dividida entre a Frente social-comunista e uma (nunca constituída, mas por muitos desejada) Frente comum da liberdade da Pátria. Tardieu desaparecia de cena⁵⁷⁵.

Ainda dentro do debate francês, é interessante seguir a trajetória pessoal de Joseph Barthélémy, liberal conservador nos anos 20, jurista e professor de direito de

das novas realidades, do novo espírito, das novas necessidades, ao que não ajudou o facto da relação dos diferentes ministros com Tardieu se ter provado complicada desde início (Charles, 2005).

⁵⁷⁴ A falta de comunicação entre Doumergue com os seus ministros era evidente (estes muitas vezes eram informados das intenções do Presidente do Conselho pela rádio), como se comprovou no facto da proposta final de revisão constitucional ter sido trabalhada quase em exclusivo por Doumergue, o que naturalmente lhe retirou o apoio dos seus membros do governo. Por esta proposta não prever nem um ataque o sistema partidário (ou aos partidos) nem consagrar fórmulas personalista de poder (por não abandonar os ideais republicanos), os ministros radicais, apesar de se manterem no governo, rejeitarão a proposta, do governo, situação surreal que levaria Leon Blum a referir que «surpresa das surpresas, os textos contra os quais os ministros radicais votarão serão apresentados em nome de um governo solidário do qual continuarão a fazer parte (Leon Blum, *Le Populaire*, 04.11.1934).

⁵⁷⁵ Como referimos, depois de participar no governo de Doumergue Tardieu retirava-se da cena política, havendo se tornando para alguns no «Chefe dos Ultras» (Pierre du Clain, *La Lumière*, 01.12.1934), no chefe do «clan que representa a tendência fascista» (Pierre du Clain, *La Lumière*, 08.12.1934), rótulos nunca por ele desmentidos ou capitalizados (Rousselier, 1989). Em todo o caso, as propostas de Tardieu representavam, por si mesmas, a crise do modelo liberal francês, da sua III República expondo, com todas as suas contradições, as propostas radicais de parte de direita francesa, devidamente alinhadas, e em parte subsidiárias, dos modelos alternativos promovidos pelos autoritarismos da Nova Ordem Europeia.

enorme destaque, constitucionalista (envolvido nos debates constitucionais dos anos 30), promotor de modelos autoritários na terceira década do século, e, mais tarde Ministro da Justiça de Petain em Vichy, facto que surpreendeu quem se habituara a ver no administrador do *Temps* um acérrimo, coerente e sempre presente defensor do liberalismo económico e social (Martinez, 1998). Entende-se esta deriva através da sua leitura sobre a (falta) de autoridade do Estado, evidente nas crises dos anos 20 e 30, pela incapacidade de reforma intra-sistémica (como no citado governo Doumergue) e irrupção das massas na vida política, por um lado, enquanto que o surgimento do nazismo e soviétismo, e seus resultados políticos, o impeliram para uma apreciação da validade da concentração de poderes nas mãos de um só homem, «um Chefe salvador, defensor da Ordem Pública» (Martinez, 1998), capaz de liderar os necessários processos de transposição institucional que resolvessem os problemas endémicos do excessivo parlamentarismo de matriz demo-liberal. Professor de direito constitucional e história parlamentar e legislativa, desde cedo defensor da extensão do sufrágio às mulheres, do parlamentarismo, alargamento do colégio eleitoral para a Presidência da República, diminuição dos poderes do parlamento, responsabilização do executivo, possibilidade de não parlamentares entrarem no executivo. Eleito para o parlamento em 1919, junta-se à Aliança democrática (de Paul Reynaud e Pierre-Etienne Flandin), afirmando-se como um dos principais teóricos do liberalismo no período entre guerras (Martinez, 1998).

Durante os anos 30 trabalha com Raphael Alibert, d'Ernest Mercier, Jacques Bardoux, e dos professores de direito Gilbert Gidel, Jules Laferrière, E. Lavergne e Boris Mirkine-Guezévitch nos trabalhos do comité técnico para a reforma do Estado, entendendo a República doente e em rápida necessidade de cuidados intensivos. As suas principais propostas reformistas passavam pela adopção de um modelo eleitoral proporcional, alargamento do voto às mulheres, reforço dos poderes presidenciais (através do alargamento do colégio eleitoral presidencial aos eleitos municipais), fim da autorização prévia do Senado para dissolver o Parlamento, supressão do poder de aumentar as despesas públicas através de actos parlamentares (Martinez, 1998). Em debate na altura a questão de reforçar os poderes executivos do governo, o reforço da autoridade legislativa do governo,

questão do voto universal. Temia, no entanto, que qualquer revisão demasiado profunda dos preceitos constitucionais da III República, reforçasse a leitura (estrangeira) de que a França havia sido não só má governada como sujeita a um modelo político não eficaz, e assim a necessitar de reformas de grande envergadura (o que alimentava quem defendia quem exatamente por estas razões se devessem instaurar modelos autoritários).

Por defender que as reformas necessárias devessem ser emanadas de sede parlamentar (produto de alargados debates em comissões), obteve a crítica de Tardieu ou Lucien Romier, o que lhe terá impossibilitado uma maior visibilidade durante o processo aberto de revisão constitucional levado a cabo pelo governo Doumergue. Em todo o caso, Barthélémy colaboraria com o seu sucessor, o seu velho camarada Pierre-Etienne Flandin, sem sucesso como vimos. Barthélémy era absolutamente contrário a qualquer intervenção estatal no terreno económico, acreditando que «a liberdade económica como indispensável à liberdade política», portanto, anti-dirigista. Neste sentido, acreditava, como liberal, que um Estado devia ter um orçamento modesto e equilibrado, pois um desequilíbrio orçamental seria entendido como fonte de desordem económica, e portanto política» (Joseph Barthélémy, “Claires leçons d’une expérience concluante”, in *Le Capital*, 05.10.1934). Em alternativa, defendia um Estado minimalista, quase somente dedicado a questões de manutenção da ordem pública e policiais. Como liberal acreditava que a resposta à entrada das massas na política era a necessidade da existência de um Chefe aglutinador, um César carismático e onnipotente.

Em 1936 é fortemente contra o governo da frente Popular, pelo seu excessivo estatismo, e será esta experiência que o levava a afastar-se de modelos liberais e a dedicar-se à exploração de um modelo cesarista de concentração de poderes (temporários) em «pessoas de excelência», leitura não distante das que entendiam que Salazar seria esse desejado e necessário «salvador da Pátria» (Monteiro, 1930). Na sua concepção do poder, uma vez rejeitada a validade do sufrágio universal (por dar o poder de voto às massas), Barthélémy aceitaria as premissas da deriva autoritária vigente nos anos 30 se um dito regime se fundasse com o consentimento dos notáveis e corpos constituintes da Nação, assim em

sentido contrário do apoio das massas endoutrinadas e arregimentadas nos sistemas totalitários fascistas e comunistas; pressupostos que na prática colocariam o francês muito próximo da órbita do salazarismo. Em 1940 deixa-se convencer pela vontade de reforma moral profunda do Marechal Petain, com quem colaborará no sentido de dotar o novel regime uma nova arquitectura constitucional, apresentado em 1941, onde consagrava o principio da unidade da Pátria, autoridade do Chefe.

«Somente um regime de autoridade pode impor a certos colectivos os sacrifícios necessários à persecução do bem comum», diria, apesar da sua constituição rejeitar toda a perspectiva de um partido único ou de um Estado totalitário. Rejeitava os modelos italianos e alemão, seguindo antes o exemplo português, que «nem a palavra República havia retirado da Constituição». Assim, seguindo este exemplo, a Constituição abandonaria a participação individual do processo de selecção dos governantes e administradores (do Estado), impor-lhe-ia limites à autoridade do Estado (a Moral e o Direito), assumiria uma relação referendária entre o Chefe do Estado e a população (art. 111), e limites ao sistema corporativo, que deve respeitar as regras da livre iniciativa (art. 83). Em suma, considerando-se um liberal conservador, Barthélémy entenderia que pelo acesso das massas (demasiado politizadas) ao sistema democrático, este necessita de rever os seus preceitos formais e, temporariamente, colocar as capacidades executivas nas mãos de homens seleccionados, enquanto se procura manter as características representativas condicionadas à selecção colectiva de grupos representantes das 'forças vivas'. Uma visão, e evolução pessoal e política, em nada distante dos postulados salazaristas.

Anexo 6

Palestras e colóquios sobre o Estado Novo realizados no estrangeiro. Mais exemplo.

Na recta final da década de 30 multiplicar-se-iam o número de palestras e colóquios sobre o Estado Novo realizados no estrangeiro. Deixemos alguns exemplos, começando pela conferência de Gonzague de Reynolds no *Cercle National-Democratique* em Genebra intitulada *Une Revolution Nationale*⁵⁷⁶, realizada por ocasião do 10º aniversário da Revolução de Maio que «despertou um grande interesse nos meios políticos e intelectuais, pelas intensões do orador corajosamente reveladas, apresentando a experiência de Portugal como um ensinamento a tirar e um exemplo a seguir»⁵⁷⁷. Ainda na Suíça, em Lugano a palestra proferida pelo «escritor alemão, Sr. Martin Henniecke» forneceria-nos dados interessantes sobre a intensidade cúmplice de algumas das redes desenvolvidas entre Estados autoritário (neste caso Portugal e a Alemanha, via Suíça), pois tratava-se de uma iniciativa realizada com apoio directo do Consulado Alemão em Lugano. Este, liderado por H. Rausch, em Ofício de 22 Abril 1938 para o Embaixador de Portugal em Berna (José Rodrigues dos Santos) referia que «o senhor Henniecke, cidadão alemão residente na Suíça há mais de 20 anos e que no ano passado esteve por Portugal, estudando o seu folclore e cultura (...) produziu uma conferência bastante aprovadora e declarou interesse em mais fazer no futuro»⁵⁷⁸. Henniecke, em carta aos serviços diplomáticos portugueses em Berna, confirmaria esta intervenção, adiantando ter sido a sua palestra «muito amavelmente patrocinadas» pelo «Cônsul da Alemanha em Lugano», enviando o mesmo depois «a relação da nossa viagem (23 páginas) à *Kulturkammer* em Berlim, para ser publicada num importante diário desta capital»⁵⁷⁹. Na mesma comunicação, Henniecke identificaria no «intendente geral da polícia de Vilar Formoso» a origem das suas intenções de divulgar na Suíça as suas impressões sobre Portugal, pois «este último [no regresso da sua viagem a

⁵⁷⁶ Ofício da Legação na Suíça de 2 Junho 1938 para o MNE, Arquivo MNE.

⁵⁷⁷ Notícias sobre a conferência seriam reportadas no «jornal *La Suisse*, de Genebra, e nos dias posteriores no *Courrier de Genève* e no *Journal de Genève*». Ofício da Legação portuguesa Suíça de 28 Maio 1938 para o MNE, Arquivo MNE.

⁵⁷⁸ Ofício do Consulado Alemão de Lugano (H. Rausch) de 22 Abril 1938 para o Embaixador de Portugal em Berna, Arquivo MNE.

⁵⁷⁹ «Mas até agora (...) não tirei proveito pecuniário nenhum desta actividade», apontava.

Portugal], depois de me ter entregado vários folhetos sobre Portugal, manifestou um vivo interesse por ser minha intensão propagar as impressões desta viagem, sugerindo-me a ideia de realizar conferências na Suíça»⁵⁸⁰. Terminava Henicke pedindo que «se interponha com as autoridades portuguesas competentes em favor de eu poder prosseguir esta actividade», oferecendo-se, «contra discreto honorário» para traduzir para «línguas francesas, italiana, inglesa ou castelhana» composições para servir a propaganda portuguesa no estrangeiro»⁵⁸¹, procurando assim «ajudar a propaganda portuguesa turística (...) conforme aos desejos expressados no discurso “A Política do Espírito” pronunciado a 21 de Fevereiro de 1935 pelo senhor ministro da instrução nacional em Lisboa».

Do sul de França novo exemplo, este reportando a realização de uma conferência no *Cercle de Jacques Bainville* sobre o Estado Novo por «um dos mais reputados intelectuais e jornalistas marseheses, o engenheiro Paul Barlatier», que teve por tema “Essai sur le Gouvernement ideal”. Participou na sessão o cônsul de Portugal, que pediria a palavra, rompendo «a audiência em aplausos», para registar que «conhecia um país e um Chefe do Governo que, desde há muito, criara e adoptava muitos dos princípios que constituíam a base do que acabámos de ouvir: Governo forte, honesto, justo e respeitado; perfeita harmonia entre o capital e o trabalho; ordem pública e disciplina social; finanças sãs e com saldos invariáveis ao fim de cada exercício; respeito à iniciativa particular, de que o Governo procura amparar, apenas nas suas deficiências, e sistema corporativo na sua mais pura essência, como resultante da acção de um estadista (e da assembleia, enlevada, alguém pronunciou o nome “Salazar”, provocando intermináveis aplausos)... de um estadista que saído da sua cadeira de professor, sem ligações políticas de qualquer espécie, estabeleceu como principio – tudo pela Nação e nada que impedir possa os seus altos destinos», uma intervenção tocando os pontos essenciais da propaganda

⁵⁸⁰ na viagem que «no outono passado fizemos uma viagem a Portugal (eu e os meus pais)» Henicke tivera a oportunidade de conhecer «a singular beleza da maior parte das províncias, a graça cordial do Povo português e as grandes realizações do Estado Novo, sublime expressão do génio do insigne Chefe do Governo Português» e a «a honra de falar a personalidades influentes, entre as quais o senhor chefe de Caminho de Ferro do Sul e Sueste e, Lisboa e o senhor intendente geral da polícia de Vilar Formoso».

⁵⁸¹ Complementarmente, sugeriria ainda «o uso gratuito das vias férreas portuguesas para a minha próxima viagem, a realizar com os meus pais e minha esposa no outono deste ano».

oficial do regime. Terminava referindo que «nunca presenciei manifestação tão penhorante e significativa de admiração por país ou entidade estrangeira, profundamente individualista que é o francês que cultiva apenas o amor da sua pátria, excepção feita naturalmente do *Front Popular*, que esse não conhece pátria nem respectivas tradições»⁵⁸². Ainda em Marselha, nova conferência, esta promovida pelos *Amis des Lettres* e proferida pelo professor Raymond Warnier director do Instituto Francês em Lisboa, abordando as relações intelectuais entre Portugal e a França⁵⁸³.

Da Holanda tomamos nota de duas referências, uma associada ao movimento esperantista, que a 4 Novembro 1933 organizou na cidade de Hilversum uma «preleção de Madame Melle de Waart, que visitou Portugal passando 3 meses na zona central desde Coimbra a Lisboa»⁵⁸⁴; e outra em Amsterdão organizada na Associação Neerlandesa dos Jovens Patrões Católicos, de autoria do Dr. E. Brongersma, um dos principais propagadores da obra do Estado Novo nos Países Baixos⁵⁸⁵. Por fim, um par de referências fora da Europa, uma da Argentina e outra dos Estados Unidos. Nos Estados Unidos veríamos a Baronesa de Hueck, jornalista, socióloga, mulher de letras do Canadá, admiradora confessa de Salazar (de Hueck, *The Sign* 1938) apresentar a 10 Maio 1938 no *Catholic Book Club*» de Nova Iorque uma «conferência sobre Portugal»⁵⁸⁶. Já da Argentina, e novamente demonstrador da bem oleada máquina de propaganda do regime, e das boas relações com o País Sul-Americano, seguimos as intenções do «Sr. Dr. H. Pizarro Lastra, escritor e diplomata, ex-cônsul da Argentina na Jugoslávia e Turquia, encarregado de negócios nas Repúblicas da America Central, na Bolívia, Paraguay e Chile e actualmente redactor do grande diário *La Nacion*» de proferir «nos primeiros dias do mês de Abril [1938] (...)uma conferencia sobre Portugal, num dos teatros desta cidade»⁵⁸⁷. Mais, informava-se que o «sr. Pizarro percorreu grande parte do nosso país», e terá

⁵⁸² Ofício do Consulado de Marselha de 29 Dezembro 1937 para MNE, Arquivo MNE.

⁵⁸³ Ecos desta iniciativa seriam reportados no *Marseille-Matin* e *Petit Marseillais*. Ofício do Consulado em Marselha de 10 janeiro 1938 para o MNE, Arquivo MNE.

⁵⁸⁴ Ofício do Consulado Geral de Portugal em Amsterdão de 4 Novembro 1933 para MNE, Arquivo MNE.

⁵⁸⁵ Ofício da Legação em Haia e do Consulado de Amsterdão de 1938 para MNE, Arquivo MNE.

⁵⁸⁶ Ofício do Consulado geral de Portugal em Nova Iorque de 10 Maio 1938 para o MNE, Arquivo MNE.

⁵⁸⁷ Ofício da Legação em Buenos Aires de 10 Fevereiro 1938 para MNE, Arquivo MNE.

manifestado ao Embaixador em Buenos Aires o «desejo de que lhe sejam fornecidas fotografias, apropriadas a projeções luminosas, para ilustrar a conferência»⁵⁸⁸, material que desejava depois utilizar numa página especial em rotogravura dedicada a Portugal no jornal *La Nacion*⁵⁸⁹.

⁵⁸⁸ A intenção seria de «dar aqueles que o escutem uma rápida e mais justa impressão das belezas naturais de Portugal», sendo solicitadas «positivos de fotografias de Sintra, Estoril, Bussaco, Viana do Castelo». Ofício da Legação em Buenos Aires de 10 Fevereiro 1938 para MNE, Arquivo MNE.

⁵⁸⁹ «que todos os dias publica uma página rotogravada tem uma tiragem superior a 350.000 exemplares. A oportunidade dessa propaganda é tanto ou mais flagrante quanto é certo que desanuviados como estão finalmente os horizontes financeiros e económicos deste país, voltam a viajar para a Europa as mais ricas famílias argentinas». Ofício da Legação em Buenos Aires de 10 Fevereiro 1938 para MNE, Arquivo MNE.